FORMULÁRIO DE REFERÊNCIA

JBS S.A.
Companhia Aberta de Capital Autorizado
CNPJ/MF 02.916.265/0001-60
Avenida Brigadeiro Faria Lima, 2.391, 2º Andar, Conjunto 22, Sala 2, Jardim Paulistano
CEP 01452-000, Cidade de São Paulo, Estado de São Paulo

30 DE JUNHO DE 2010

(página intencionalmente deixada em branco)

ÍNDICE

CONSIDERAÇÕES SOBRE ESTE FORMULÁRIO DE REFERÊNCIA 12

1. IDENTIFICAÇÃO DAS PESSOAS RESPONSÁVEIS PELO CONTEÚDO DO FORMULÁRIO 14

1.1. DECLARAÇÃO DO PRESIDENTE E DO DIRETOR DE RELAÇÕES COM INVESTIDORES: 14

2. AUDITORES 15

2.1. EM RELAÇÃO AOS AUDITORES INDEPENDENTES: 15

2.2. INFORMAR MONTANTE TOTAL DE REMUNERAÇÃO DOS AUDITORES INDEPENDENTES NO ÚLTIMO EXERCÍCIO SOCIAL, DISCRIMINANDO OS HONORÁRIOS RELATIVOS A SERVIÇOS DE AUDITORIA E OS RELATIVOS A QUAISQUER OUTROS SERVIÇOS PRESTADOS: 16

2.3. OUTRAS INFORMAÇÕES QUE A COMPANHIA JULGA RELEVANTES: 16

3. INFORMAÇÕES FINANCEIRAS SELECIONADAS 16

3.1. INFORMAÇÕES COM BASE NAS DEMONSTRAÇÕES FINANCEIRAS CONSOLIDADAS DA COMPANHIA: 16

3.2. MEDIÇÕES NÃO CONTÁBEIS: 16

3.3. EVENTO SUBSEQUENTE ÀS ÚLTIMAS DEMONSTRAÇÕES FINANCEIRAS CONSOLIDADAS DE ENCERRAMENTO DE EXERCÍCIO SOCIAL QUE AS ALTERE SUBSTANCIALMENTE: 17

3.4. DESCRIÇÃO DA POLÍTICA DE DESTINAÇÃO DOS RESULTADOS DOS 3 ÚLTIMOS EXERCÍCIOS SOCIAIS: 19

3.5. TABELA COM DISTRIBUIÇÕES DE DIVIDENDOS E RETENÇÕES DE LUCRO OCORRIDAS: 20

DIVIDENDOS DISTRIBUÍDOS E RETENÇÕES DE LUCRO OCORRIDAS: 21

3.6. DIVIDENDOS DECLARADOS A CONTA DE LUCROS RETIDOS OU RESERVAS CONSTITUÍDAS NOS 3 ÚLTIMOS EXERCÍCIOS SOCIAIS: 21

3.7. TABELA COM INFORMAÇÕES ACERCA DO ENDIVIDAMENTO DA COMPANHIA (DEMONSTRAÇÕES FINANCEIRAS CONSOLIDADAS): 21

3.8. TABELA COM DÍVIDAS COM GARANTIA REAL, DÍVIDAS COM GARANTIA FLUTUANTE E DÍVIDAS QUIROGRAFÁRIAS, COM O MONTANTE DE OBRIGAÇÕES DA COMPANHIA DE ACORDO COM O PRAZO DE VENCIMENTO (DEMONSTRAÇÕES FINANCEIRAS CONSOLIDADAS): 22

3.9. OUTRAS INFORMAÇÕES QUE A COMPANHIA JULGA RELEVANTES: 22

INFORMAÇÕES FINANCEIRAS PRO FORMA NÃO AUDITADAS 22

4. FATORES DE RISCO 25

4.1. FATORES DE RISCO QUE POSSAM INFLUENCIAR A DECISÃO DE INVESTIMENTO, EM ESPECIAL, AQUELES RELACIONADOS: 25

4.2. EVENTUAIS EXPECTATIVAS DO EMISSOR DE REDUÇÃO OU AUMENTO NA EXPOSIÇÃO A RISCOS RELEVANTES ACIMA MENCIONADOS 41

4.3. PROCESSOS JUDICIAIS, ADMINISTRATIVOS OU ARBITRAIS EM QUE A COMPANHIA OU SUAS CONTROLADAS SEJAM PARTE, DISCRIMINANDO ENTRE TRABALHISTAS, TRIBUTÁRIOS, CÍVEIS E OUTROS: (I) QUE NÃO ESTEJAM SOB SIGILO, E (II) QUE SEJAM RELEVANTES PARA OS NEGÓCIOS DA COMPANHIA OU DE SUAS CONTROLADAS. 41

4.4. PROCESSOS JUDICIAIS, ADMINISTRATIVOS OU ARBITRAIS, QUE NÃO ESTEJAM SOB SIGILO, EM QUE A COMPANHIA OU SUAS CONTROLADAS SEJAM PARTE E CUJAS PARTES CONTRÁRIAS SEJAM ADMINISTRADORES OU EX-ADMINISTRADORES, CONTROLADORES OU EX-CONTROLADORES OU INVESTIDORES DA COMPANHIA OU DE SUAS CONTROLADAS: 45

4.5. EM RELAÇÃO AOS PROCESSOS SIGILOSOS RELEVANTES EM QUE A COMPANHIA OU SUAS CONTROLADAS SEJAM PARTE E QUE NÃO TENHAM SIDO DIVULGADOS NOS ITENS 4.3 E 4.4 ACIMA, ANALISAR O IMPACTO EM CASO DE PERDA E INFORMAR OS VALORES ENVOLVIDOS: 46

4.6. DESCRIÇÃO DOS PROCESSOS JUDICIAIS, ADMINISTRATIVOS OU ARBITRAIS REPETITIVOS OU CONEXOS, BASEADOS EM FATOS E CAUSAS JURÍDICAS SEMELHANTES, QUE NÃO ESTEJAM SOB SIGILO E QUE EM CONJUNTO SEJAM RELEVANTES, EM QUE A COMPANHIA OU SUAS CONTROLADAS SEJAM PARTE, DISCRIMINANDO ENTRE TRABALHISTAS, TRIBUTÁRIOS, CÍVEIS E OUTROS: 46

4.7. DESCRIÇÃO DE OUTRAS CONTINGÊNCIAS RELEVANTES NÃO ABRANGIDAS PELOS ITENS ANTERIORES: 46

4.8. REGRAS DO PAÍS DE ORIGEM DO EMISSOR ESTRANGEIRO E ÀS REGRAS DO PAÍS NO QUAL OS VALORES MOBILIÁRIOS DO EMISSOR ESTRANGEIRO ESTÃO CUSTODIADOS, SE DIFERENTE DO PAÍS DE ORIGEM, IDENTIFICANDO: 49

5. RISCOS DE MERCADO 49

5.1. DESCRIÇÃO, QUANTITATIVA E QUALITATIVAMENTE, DOS PRINCIPAIS RISCOS DE MERCADO A QUE A COMPANHIA ESTÁ EXPOSTA, INCLUSIVE EM RELAÇÃO A RISCOS CAMBIAIS E A TAXAS DE JUROS: 49

5.2. DESCRIÇÃO DA POLÍTICA DE GERENCIAMENTO DE RISCOS DE MERCADO ADOTADA PELA COMPANHIA, SEUS OBJETIVOS, ESTRATÉGIAS E INSTRUMENTOS: 52

5.3. EM RELAÇÃO AO ÚLTIMO EXERCÍCIO SOCIAL, INDICAÇÃO DE ALTERAÇÕES SIGNIFICATIVAS NOS PRINCIPAIS RISCOS DE MERCADO A QUE A COMPANHIA ESTÁ EXPOSTA OU NA POLÍTICA DE GERENCIAMENTO DE RISCOS ADOTADA: 54

5.4. OUTRAS INFORMAÇÕES QUE A COMPANHIA JULGA RELEVANTES: 54

6. HISTÓRICO DA COMPANHIA 59

6.1. COM RELAÇÃO À CONSTITUIÇÃO DA COMPANHIA: 59

6.2. PRAZO DE DURAÇÃO 59

6.3. BREVE HISTÓRICO DA COMPANHIA: 59

6.4. DATA DO REGISTRO NA CVM: 60

6.5. PRINCIPAIS EVENTOS SOCIETÁRIOS, TAIS COMO INCORPORAÇÕES, FUSÕES, CISÕES, INCORPORAÇÕES DE AÇÕES, ALIENAÇÕES E AQUISIÇÕES DE CONTROLE SOCIETÁRIO, AQUISIÇÕES E ALIENAÇÕES DE ATIVOS IMPORTANTES, PELOS QUAIS TENHAM PASSADO A COMPANHIA OU QUALQUER DE SUAS CONTROLADAS OU COLIGADAS, INDICANDO: (A) EVENTO; (B) PRINCIPAIS CONDIÇÕES DO NEGÓCIO; (C) SOCIEDADES ENVOLVIDAS; (D) EFEITOS RESULTANTES DA OPERAÇÃO NO QUADRO ACIONÁRIO, ESPECIALMENTE SOBRE A PARTICIPAÇÃO DO CONTROLADOR, DE ACIONISTAS COM MAIS DE 5% DO CAPITAL SOCIAL E DOS ADMINISTRADORES DA COMPANHIA; (E) QUADRO SOCIETÁRIO ANTES E DEPOIS DA OPERAÇÃO: 60

6.6. PEDIDO DE FALÊNCIA, DESDE QUE FUNDADO EM VALOR RELEVANTE, OU DE RECUPERAÇÃO JUDICIAL OU EXTRAJUDICIAL DA COMPANHIA, E O ESTADO ATUAL DE TAIS PEDIDOS: 67

6.7. OUTRAS INFORMAÇÕES QUE A COMPANHIA JULGA RELEVANTES: 67

7. ATIVIDADES DA COMPANHIA 72

7.1. DESCRIÇÃO SUMÁRIA DAS ATIVIDADES DESENVOLVIDAS PELA COMPANHIA E SUAS CONTROLADAS: 72

7.2. INFORMAÇÕES SOBRE CADA SEGMENTO OPERACIONAL QUE TENHA SIDO DIVULGADO NAS ÚLTIMAS DEMONSTRAÇÕES FINANCEIRAS DE ENCERRAMENTO DE EXERCÍCIO SOCIAL OU, QUANDO HOUVER, NAS DEMONSTRAÇÕES FINANCEIRAS CONSOLIDADAS: 74

7.3. EM RELAÇÃO AOS PRODUTOS E SERVIÇOS QUE CORRESPONDAM AOS SEGMENTOS OPERACIONAIS DIVULGADOS NO ITEM 7.2, DESCREVER: 76

7.4. CLIENTES QUE SEJAM RESPONSÁVEIS POR MAIS DE 10% DA RECEITA LÍQUIDA TOTAL DA COMPANHIA: ... 100

7.5. DESCRIÇÃO DOS EFEITOS RELEVANTES DA REGULAÇÃO ESTATAL SOBRE AS ATIVIDADES DA COMPANHIA, COMENTANDO ESPECIFICAMENTE: 101

7.6. EM RELAÇÃO AOS PAÍSES DOS QUAIS A COMPANHIA OBTÉM RECEITAS RELEVANTES, IDENTIFICAR: 103

7.7. EM RELAÇÃO AOS PAÍSES ESTRANGEIROS DIVULGADOS NO ITEM 7.6, INFORMAR EM QUE MEDIDA A COMPANHIA ESTÁ SUJEITA À REGULAÇÃO DESSES PAÍSES E DE QUE MODO TAL SUJEIÇÃO AFETA OS NEGÓCIOS DA COMPANHIA: 103

7.8. DESCRIÇÃO DAS RELAÇÕES DE LONGO PRAZO RELEVANTES DA COMPANHIA QUE NÃO FIGUREM EM OUTRA PARTE DESTE FORMULÁRIO DE REFERÊNCIA: 106

7.9. OUTRAS INFORMAÇÕES QUE A COMPANHIA JULGA RELEVANTES 118

8. GRUPO ECONÔMICO 137

8.1. DESCRIÇÃO DO GRUPO ECONÔMICO EM QUE SE INSERE A COMPANHIA, INDICANDO: 137

8.2. CASO O EMISSOR DESEJA, ORGANOGRAMA DO GRUPO ECONÔMICO EM QUE SE INSERE A COMPANHIA, DESDE QUE COMPATÍVEL COM AS INFORMAÇÕES APRESENTADAS NO ITEM 8.1: 139

8.3. DESCRIÇÃO DAS OPERAÇÕES DE REESTRUTURAÇÃO, TAIS COMO INCORPORAÇÕES, FUSÕES, CISÕES, INCORPORAÇÕES DE AÇÕES, ALIENAÇÕES E AQUISIÇÕES DE CONTROLE SOCIETÁRIO, AQUISIÇÕES E ALIENAÇÕES DE ATIVOS IMPORTANTES, OCORRIDAS NO GRUPO: 139

8.4. OUTRAS INFORMAÇÕES QUE A COMPANHIA JULGA RELEVANTES: 139

9. ATIVOS RELEVANTES 140

9.1. Descrição dos bens do ativo não-circulante relevantes para o desenvolvimento das atividades da Companhia: ... 140

9.2. Outras informações que a Companhia julga relevantes: ... 150

10. COMENTÁRIOS DOS DIRETORES ... 151

10.1. Opinião dos Diretores sobre: ... 151

10.2. Opinião dos Nossos Diretores sobre: ... 170

10.3. Opinião dos Diretores acerca dos efeitos relevantes que os eventos abaixo tenham causado ou e espera que venham a causar nas demonstrações financeiras da Companhia e em seus resultados: ... 175

10.4. Opinião dos Diretores sobre: ... 175

10.5. Opinião dos Nossos Diretores acerca das Políticas Contábeis Críticas Adotadas explorando, em especial, estimativas contábeis feitas pela administração sobre questões incertas e relevantes para a descrição da situação financeira e dos resultados, que exijam julgamentos subjetivos ou complexos, tais como: provisões, contingências, reconhecimento da receita, créditos fiscais, ativos de longa duração, vida útil de ativos não-circulantes, planos de pensão, ajustes de conversão em moeda estrangeira, custos de recuperação ambiental, critérios para teste de recuperação de ativos e instrumentos financeiros: ... 179

10.6. Opinião dos nossos diretores sobre os controles internos adotados para assegurar a elaboração de demonstrações financeiras confiáveis: ... 180

10.7. Caso a Companhia tenha feito oferta pública de distribuição de valores mobiliários, os diretores devem comentar: ... 180

10.8. Opinião dos Diretores sobre a. os ativos e passivos detidos pela Companhia, direta ou indiretamente, que não aparecem no seu balanço patrimonial (off-balance sheet items): ... 180

10.9. Em relação a cada um dos itens não evidenciados nas demonstrações financeiras indicados no item 10.8, os diretores devem comentar: ... 181

10.10. Os nossos diretores devem indicar e comentar os principais elementos do nosso plano de negócios, explorando especificamente os seguintes tópicos ... 181

10.11. Comentários sobre outros fatores que influenciaram de maneira relevante o desempenho operacional e que não tenham sido identificados ou comentados nos demais itens desta seção 182

11. PROJEÇÕES ... 182

11.1. Projeções e Estimativas: ... 182

11.2. Projeções sobre os últimos 3 exercícios sociais: ... 183

12. ASSEMBLEIA GERAL E ADMINISTRAÇÃO ... 183

12.1. Descrição da estrutura administrativa da Companhia, conforme estabelecido no seu estatuto social e regimento interno, identificando: ... 183

12.2. Descrição das regras, políticas e práticas relativas às assembléias gerais, indicando: ... 191

12.3. Em forma de tabela, informar as datas e jornais de publicação: ... 193

12.4. Descrição das regras, políticas e práticas relativas ao conselho de administração, indicando: ... 193

12.5. Descrição da cláusula compromissória, se existir, inserida no estatuto para a resolução dos conflitos entre acionistas e entre estes e a Companhia por meio de arbitragem: ... 194

12.6. Em relação a cada um dos administradores e membros do conselho fiscal da Companhia, indicar, em forma de tabela: ... 195

12.7. Fornecer as informações mencionadas no item 12.6 em relação aos membros dos comitês estatutários, bem como dos comitês de auditoria, de risco, financeiro e de remuneração, ainda que tais comitês ou estruturas não sejam estatutários: ... 197

12.8. Em relação a cada um dos administradores e membros do conselho fiscal, fornecer: ... 198

12.9. Existência de relação conjugal, união estável ou parentesco até o segundo grau entre: ... 201

12.10. Informação sobre relações de subordinação, prestação de serviço ou controle mantidas, nos 3 últimos exercícios sociais, entre administradores da Companhia e: ... 207

12.11. DESCRIÇÃO DAS DISPOSIÇÕES DE QUAISQUER ACORDOS, INCLUSIVE APÓLICES DE SEGURO, QUE PREVEJAM O PAGAMENTO OU O REEMBOLSO DE DESPESAS SUPORTADAS PELOS ADMINISTRADORES, DECORRENTES DA REPARAÇÃO DE DANOS CAUSADOS A TERCEIROS OU À COMPANHIA, DE PENALIDADES IMPOSTAS POR AGENTES ESTATAIS, OU DE ACORDOS COM O OBJETIVO DE ENCERRAR PROCESSOS ADMINISTRATIVOS OU JUDICIAIS, EM VIRTUDE DO EXERCÍCIO DE SUAS FUNÇÕES: 207

12.12. OUTRAS INFORMAÇÕES QUE A COMPANHIA JULGA RELEVANTES; 207

13. REMUNERAÇÃO DOS ADMINISTRADORES 209

13.1. DESCRIÇÃO DA POLÍTICA OU PRÁTICA DE REMUNERAÇÃO DO CONSELHO DE ADMINISTRAÇÃO, DA DIRETORIA ESTATUTÁRIA E NÃO ESTATUTÁRIA, DO CONSELHO FISCAL, DOS COMITÊS ESTATUTÁRIOS E DOS COMITÊS DE AUDITORIA, DE RISCO, FINANCEIRO E DE REMUNERAÇÃO, ABORDANDO OS SEGUINTES ASPECTOS:..... 209

13.2. REMUNERAÇÃO RECONHECIDA NO RESULTADO DOS 3 ÚLTIMOS EXERCÍCIOS SOCIAIS E À PREVISTA PARA O EXERCÍCIO SOCIAL CORRENTE DO CONSELHO DE ADMINISTRAÇÃO, DA DIRETORIA ESTATUTÁRIA E DO CONSELHO FISCAL: 211

13.3. EM RELAÇÃO À REMUNERAÇÃO VARIÁVEL DOS 3 ÚLTIMOS EXERCÍCIOS SOCIAIS E À PREVISTA PARA O EXERCÍCIO SOCIAL CORRENTE DO CONSELHO DE ADMINISTRAÇÃO, DA DIRETORIA ESTATUTÁRIA E DO CONSELHO FISCAL, ELABORAR TABELA COM O SEGUINTE CONTEÚDO: A. ÓRGÃO; B. NÚMERO DE MEMBROS; C. EM RELAÇÃO AO BÔNUS: (I) VALOR MÍNIMO PREVISTO NO PLANO DE REMUNERAÇÃO; (II) VALOR MÁXIMO PREVISTO NO PLANO DE REMUNERAÇÃO; (III) VALOR PREVISTO NO PLANO DE REMUNERAÇÃO, CASO AS METAS ESTABELECIDAS FOSSEM ATINGIDAS; E (IV) VALOR EFETIVAMENTE RECONHECIDO NO RESULTADO DOS 3 ÚLTIMOS EXERCÍCIOS SOCIAIS; D. EM RELAÇÃO À PARTICIPAÇÃO NO RESULTADO: (I) VALOR MÍNIMO PREVISTO NO PLANO DE REMUNERAÇÃO; (II) VALOR MÁXIMO PREVISTO NO PLANO DE REMUNERAÇÃO; (III) VALOR PREVISTO NO PLANO DE REMUNERAÇÃO, CASO AS METAS ESTABELECIDAS FOSSEM ATINGIDAS; E (IV) VALOR EFETIVAMENTE RECONHECIDO NO RESULTADO DOS 3 ÚLTIMOS EXERCÍCIOS SOCIAIS:: 212

13.4. EM RELAÇÃO AO PLANO DE REMUNERAÇÃO BASEADO EM AÇÕES DO CONSELHO DE ADMINISTRAÇÃO E DA DIRETORIA ESTATUTÁRIA, EM VIGOR NO ÚLTIMO EXERCÍCIO SOCIAL E PREVISTO PARA O EXERCÍCIO SOCIAL CORRENTE: 212

13.5. QUANTIDADE DE AÇÕES OU COTAS DIRETA OU INDIRETAMENTE DETIDAS, NO BRASIL OU NO EXTERIOR, E OUTROS VALORES MOBILIÁRIOS CONVERSÍVEIS EM AÇÕES OU COTAS, EMITIDOS PELA COMPANHIA, SEUS CONTROLADORES DIRETOS OU INDIRETOS, SOCIEDADES CONTROLADAS OU SOB CONTROLE COMUM, POR MEMBROS DO CONSELHO DE ADMINISTRAÇÃO, DA DIRETORIA ESTATUTÁRIA OU DO CONSELHO FISCAL, AGRUPADOS POR ÓRGÃO, NA DATA DE ENCERRAMENTO DO ÚLTIMO EXERCÍCIO SOCIAL: 216

13.6. EM RELAÇÃO À REMUNERAÇÃO BASEADA EM AÇÕES RECONHECIDA NO RESULTADO DOS 3 ÚLTIMOS EXERCÍCIOS SOCIAIS E À PREVISTA PARA O EXERCÍCIO SOCIAL CORRENTE, DO CONSELHO DE ADMINISTRAÇÃO E DA DIRETORIA ESTATUTÁRIA: (A) ÓRGÃO; (B) NÚMERO DE MEMBROS; (C) EM RELAÇÃO A CADA OUTORGA DE OPÇÕES DE COMPRA DE AÇÕES; (I) A DATA DE OUTORGA; (II) QUANTIDADE DE OPÇÕES OUTORGADAS; (III) PRAZO PARA QUE AS OPÇÕES SE TORNEM EXERCÍVEIS; (IV) PRAZO MÁXIMO PARA EXERCÍCIO DAS OPÇÕES; (V) PRAZO DE RESTRIÇÃO À TRANSFERÊNCIA DAS AÇÕES; (VI) PREÇO MÉDIO PONDERADO DE EXERCÍCIO DE CADA UM DOS SEGUINTES GRUPOS DE OPÇÕES: (I) EM ABERTO NO INÍCIO DO EXERCÍCIO SOCIAL; (II) PERDIDAS DURANTE O EXERCÍCIO SOCIAL; (III) EXERCIDAS DURANTE O EXERCÍCIO SOCIAL; (IV) EXPIRADAS DURANTE O EXERCÍCIO SOCIAL; (D) VALOR JUSTO DAS OPÇÕES NA DATA DE OUTORGA; (E) DILUIÇÃO POTENCIAL EM CASO DE EXERCÍCIO DE TODAS AS OPÇÕES OUTORGADAS.: 218

13.7. EM RELAÇÃO ÀS OPÇÕES EM ABERTO DO CONSELHO DE ADMINISTRAÇÃO E DA DIRETORIA ESTATUTÁRIA AO FINAL DO ÚLTIMO EXERCÍCIO SOCIAL: (A) ÓRGÃO; (B) NÚMERO DE MEMBROS; (C) EM RELAÇÃO AS OPÇÕES NÃO EXERCÍVEIS; (I) QUANTIDADE; (II) DATA QUE SE TORNARÃO EXERCÍVEIS; (III) PRAZO MÁXIMO PARA EXERCÍCIO DAS OPÇÕES; (IV) PRAZO DE RESTRIÇÃO À TRANSFERÊNCIA DAS AÇÕES; (V) PRAZO MÉDIO PONDERADO DE EXERCÍCIO; (VI) VALOR JUSTO DAS OPÇÕES NO ÚLTIMO DIA DO EXERCÍCIO SOCIAL; (D) EM RELAÇÃO ÀS OPÇÕES EXERCÍVEIS; (I) QUANTIDADE; (II) PRAZO MÁXIMO PARA EXERCÍCIO DAS OPÇÕES; (III) PRAZO DE RESTRIÇÃO À TRANSFERÊNCIA DAS AÇÕES; (IV) PREÇO MÉDIO PONDERADO DE EXERCÍCIO; (V) VALOR JUSTO DAS OPÇÕES NO ÚLTIMO DIA DO EXERCÍCIO SOCIAL; (VI) VALOR JUSTO DO TOTAL DAS OPÇÕES NO ÚLTIMO DIA DO EXERCÍCIO SOCIAL:..... 218

13.8. EM RELAÇÃO ÀS OPÇÕES EXERCIDAS E AÇÕES ENTREGUES RELATIVAS À REMUNERAÇÃO BASEADA EM AÇÕES DO CONSELHO DE ADMINISTRAÇÃO E DA DIRETORIA ESTATUTÁRIA, NOS 3 ÚLTIMOS EXERCÍCIOS SOCIAIS: (A) ORGÃO; (B) NÚMERO DE MEMBROS; (C) EM RELAÇÃO AS OPÇÕES EXERCIDAS: (I) NÚMERO DE AÇÕES; (II) PREÇO MÉDIO PONDERADO DE EXERCÍCIO; E (III) VALOR TOTAL DA DIFERENÇA ENTRE O VALOR DE EXERCÍCIO E O VALOR DE MERCADO DAS AÇÕES RELATIVAS ÀS OPÇÕES EXERCIDAS; (D) EM RELAÇÃO ÀS AÇÕES ENTREGUES INFORMAR: (I) NÚMERO DE AÇÕES; (II) PREÇO MÉDIO PONDERADO DE AQUISIÇÃO; E (III) VALOR TOTAL DA DIFERENÇA ENTRE O VALOR DE AQUISIÇÃO E O VALOR DE MERCADO DAS AÇÕES ADQUIRIDAS:..... 218

13.9. DESCRIÇÃO SUMÁRIA DAS INFORMAÇÕES NECESSÁRIAS PARA A COMPREENSÃO DOS DADOS DIVULGADOS NOS ITENS 13.6 A 13.8, TAL COMO A EXPLICAÇÃO DO MÉTODO DE PRECIFICAÇÃO DO VALOR DAS AÇÕES E DAS OPÇÕES, INDICANDO: 219

13.10. EM RELAÇÃO AOS PLANOS DE PREVIDÊNCIA EM VIGOR CONFERIDOS AOS MEMBROS DO CONSELHO DE ADMINISTRAÇÃO E AOS DIRETORES ESTATUTÁRIOS, INCLUIR AS SEGUINTES INFORMAÇÕES: (A) ORGÃO; (B)NÚMERO DE MEMBROS; (C) NOME DO PLANO; (D) QUANTIDADE DE ADMINISTRADORES QUE REÚNEM AS CONDIÇÕES PARA SE APOSENTAR; (E) CONDIÇÕES PARA SE APOSENTAR ANTECIPADAMENTE; (F) VALOR ATUALIZADO DAS CONTRIBUIÇÕES ATUALIZADAS NO PLANO DE PREVIDÊNCIA ATÉ O ENCERRAMENTO DO ÚLTIMO EXERCÍCIO SOCIAL, DESCONTADA A PARCELA RELATIVA A CONTRIBUIÇÕES FEITAS DIRETAMENTE PELOS ADMINISTRADORES; (G) VALOR TOTAL ACUMULADO DAS CONTRIBUIÇÕES REALIZADAS DURANTE O ÚLTIMO EXERCÍCIO SOCIAL, DESCONTADA A PARCELA RELATIVA A CONTRIBUIÇÕES FEITAS DIRETAMENTE PELOS ADMINISTRADORES; E (H) SE HÁ POSSIBILIDADE DE RESGATE ANTECIPADO E QUAIS AS CONDIÇÕES: 219

13.11. INDICAÇÃO DOS ITENS DA TABELA ABAIXO, PARA OS 3 ÚLTIMOS EXERCÍCIOS SOCIAIS, EM RELAÇÃO AO CONSELHO DE ADMINISTRAÇÃO, À DIRETORIA ESTATUTÁRIA E AO CONSELHO FISCAL: 220

13.12. DESCRIÇÃO DOS ARRANJOS CONTRATUAIS, APÓLICES DE SEGUROS OU OUTROS INSTRUMENTOS QUE ESTRUTUREM MECANISMOS DE REMUNERAÇÃO OU INDENIZAÇÃO PARA OS ADMINISTRADORES EM CASO DE DESTITUIÇÃO DO CARGO OU DE APOSENTADORIA, INDICANDO QUAIS AS CONSEQUÊNCIAS FINANCEIRAS PARA A COMPANHIA:220

13.13. EM RELAÇÃO AOS 3 ÚLTIMOS EXERCÍCIOS SOCIAIS, INDICAR O PERCENTUAL DA REMUNERAÇÃO TOTAL DE CADA ÓRGÃO RECONHECIDA NO RESULTADO DA COMPANHIA REFERENTE A MEMBROS DO CONSELHO DE ADMINISTRAÇÃO, DA DIRETORIA ESTATUTÁRIA OU DO CONSELHO FISCAL QUE SEJAM PARTES RELACIONADAS AOS CONTROLADORES, DIRETOS OU INDIRETOS, CONFORME DEFINIDO PELAS REGRAS CONTÁBEIS QUE TRATAM DESSE ASSUNTO: 220

13.14. EM RELAÇÃO AOS 3 ÚLTIMOS EXERCÍCIOS SOCIAIS, INDICAR OS VALORES RECONHECIDOS NO RESULTADO DA COMPANHIA COMO REMUNERAÇÃO DE MEMBROS DO CONSELHO DE ADMINISTRAÇÃO, DA DIRETORIA ESTATUTÁRIA OU DO CONSELHO FISCAL, AGRUPADOS POR ÓRGÃO, POR QUALQUER RAZÃO QUE NÃO A FUNÇÃO QUE OCUPAM, COMO POR EXEMPLO, COMISSÕES E SERVIÇOS DE CONSULTORIA OU ASSESSORIA PRESTADOS: 220

13.15. EM RELAÇÃO AOS 3 ÚLTIMOS EXERCÍCIOS SOCIAIS, INDICAR OS VALORES RECONHECIDOS NO RESULTADO DE CONTROLADORES, DIRETOS OU INDIRETOS, DE SOCIEDADES SOB CONTROLE COMUM E DE CONTROLADAS DA COMPANHIA, COMO REMUNERAÇÃO DE MEMBROS DO CONSELHO DE ADMINISTRAÇÃO, DA DIRETORIA ESTATUTÁRIA OU DO CONSELHO FISCAL DA COMPANHIA, AGRUPADOS POR ÓRGÃO, ESPECIFICANDO A QUE TÍTULO TAIS VALORES FORAM ATRIBUÍDOS A TAIS INDIVÍDUOS: 221

13.16. OUTRAS INFORMAÇÕES QUE A COMPANHIA JULGA RELEVANTES: 221

14. RECURSOS HUMANOS 222

14.1. DESCRIÇÃO DOS RECURSOS HUMANOS DA COMPANHIA, FORNECENDO AS SEGUINTES INFORMAÇÕES: 222

14.2. COMENTÁRIOS SOBRE QUALQUER ALTERAÇÃO RELEVANTE OCORRIDA COM RELAÇÃO AOS NÚMEROS DIVULGADOS NO ITEM 14.1 ACIMA: 223

14.3. DESCRIÇÃO DAS POLÍTICAS DE REMUNERAÇÃO DOS EMPREGADOS DA COMPANHIA: 223

14.4. DESCRIÇÃO DAS RELAÇÕES ENTRE A COMPANHIA E SINDICATOS: 224

15. CONTROLE 225

15.1. IDENTIFICAÇÃO DO ACIONISTA OU GRUPO DE ACIONISTAS CONTROLADORES, INDICANDO EM RELAÇÃO A CADA UM DELES: 225

15.2. LISTA CONTENDO AS INFORMAÇÕES ABAIXO SOBRE OS ACIONISTAS, OU GRUPOS DE ACIONISTAS QUE AGEM EM CONJUNTO OU QUE REPRESENTAM O MESMO INTERESSE, COM PARTICIPAÇÃO IGUAL OU SUPERIOR A 5% DE UMA MESMA CLASSE OU ESPÉCIE DE AÇÕES E QUE NÃO ESTEJAM LISTADOS NO ITEM 15.1: 229

15.3. DESCRIÇÃO DA DISTRIBUIÇÃO DO CAPITAL, CONFORME APURADO NA ÚLTIMA ASSEMBLEIA GERAL DE ACIONISTAS: 229

15.4. ORGANOGRAMA DOS ACIONISTAS DA COMPANHIA, IDENTIFICANDO TODOS OS CONTROLADORES DIRETOS E INDIRETOS BEM COMO OS ACIONISTAS COM PARTICIPAÇÃO IGUAL OU SUPERIOR A 5% DE UMA CLASSE OU ESPÉCIE DE AÇÕES, DESDE QUE COMPATÍVEL COM AS INFORMAÇÕES APRESENTADAS NOS ITENS 15.1 E 15.2 229

15.5. QUALQUER ACORDO DE ACIONISTAS ARQUIVADO NA SEDE DA COMPANHIA OU DO QUAL O CONTROLADOR SEJA PARTE, REGULANDO O EXERCÍCIO DO DIREITO DE VOTO OU A TRANSFERÊNCIA DE AÇÕES DE EMISSÃO DA COMPANHIA: 229

15.6. INDICAÇÃO DAS ALTERAÇÕES RELEVANTES NAS PARTICIPAÇÕES DOS MEMBROS DO GRUPO DE CONTROLE E ADMINISTRADORES DA COMPANHIA: 232

15.7. Outras informações que a Companhia julga relevantes: 233

16. TRANSAÇÕES COM PARTES RELACIONADAS 233

16.1. Descrição das regras, políticas e práticas da Companhia quanto à realização de transações com partes relacionadas, conforme definidas pelas regras contábeis que tratam desse assunto: 233

16.2. Adicionalmente, tais operações com partes relacionadas (i) não impactam atualmente ou impactarão futuramente os nossos resultados operacionais e situação financeira de forma negativa; e (ii) são celebradas em condições semelhantes às praticadas com terceiros. Informações, em relação às transações com partes relacionadas que, segundo as normas contábeis, devam ser divulgadas nas demonstrações financeiras individuais ou consolidadas da Companhia e que tenham sido celebradas nos 3 últimos exercícios sociais ou estejam em vigor no exercício social corrente: 234

16.3. Em relação a cada uma das transações ou conjunto de transações mencionados no item 16.2 acima ocorridas no último exercício social: (a) identificar as medidas tomadas para tratar de conflitos de interesses; e (b) demonstrar o caráter estritamente comutativo das condições pactuadas ou o pagamento compensatório: 240

17. CAPITAL SOCIAL 240

17.1. Informações sobre o capital social: 240

17.2. Aumento de Capital Social da Companhia: (a) data da deliberação; (b) órgão que deliberou o aumento; (c) data da emissão; (d) valor total do aumento; (e) quantidade de valores mobiliários emitidos, separados por classe e espécie; (f) preço de emissão; (g) forma de integralização: (i) dinheiro; (ii) se bens, descrição dos bens; (iii) se direitos, descrição dos direitos; (h) critério utilizado para determinação do valor de emissão (art. 170, § 1º, da Lei nº 6.404, de 1976); (i) indicação se a subscrição foi particular ou pública; (j) percentual que o aumento representa em relação ao capital social imediatamente anterior ao aumento de capital: 241

17.3. Em relação aos desdobramentos, grupamentos e bonificações, informar: (a) data da deliberação; (b) quantidade das ações antes da aprovação, separadas por classe e espécie; (c) quantidade de ações depois da aprovação, separadas por classe e espécie: 242

17.4. Em relação às reduções de capital da Companhia, indicar: (a) data da deliberação; (b) data da redução; (c) Valor total da redução; (d) quantidade de ações canceladas pela redução, separadas por classe e espécie; (e) valor restituído por ação; (f) forma de restituição: - se em bens, descrição dos bens; (g) percentual que a redução representa em relação ao capital social imediatamente anterior à redução de capital; e (h) razão para a redução: 242

17.5. Outras informações que a Companhia julga relevantes: 242

18. VALORES MOBILIÁRIOS 244

18.1. Descrição dos direitos de cada classe e espécie de ação emitida: 244

18.2. Descrição, se existirem, as regras estatutárias que limitem o direito de voto de acionistas significativos ou que os obriguem a realizar oferta pública: 246

18.3. Descrição das exceções e cláusulas suspensivas relativas a direitos patrimoniais ou políticos previstos no estatuto: 247

18.4. Informações de volume de negociações bem como maiores e menores cotações dos valores mobiliários negociados em bolsa de valores ou mercado de balcão organizado, em cada um dos trimestres dos 3 últimos exercícios sociais: 247

18.5. Descrição de outros valores mobiliários emitidos que não sejam ações, indicando: (a) identificação do valor mobiliário; (b) quantidade; (c) valor; (d) data de emissão; (e) restrições à circulação; (f) conversibilidade em ações ou conferência de direito de subscrever ou comprar ações do emissor, informando: (i) condições; (ii) efeitos sobre o capital social; (g) possibilidade de resgate, indicando: (i) hipóteses de resgate ; (ii) fórmula de cálculo do valor de resgate; (h) quando os valores mobiliários forem de dívida, indicar, quando aplicável; (I) vencimento, inclusive as condições de vencimento antecipado; (II) juros; (III) garantia e, se real, descrição do bem objeto; (IV) na ausência de garantia, se o crédito é quirografário ou subordinado; (V) eventuais restrições impostas ao emissor em relação à distribuição de dividendos, à alienação de determinados ativos, à contratação de novas dívidas, à emissão de novos valores mobiliários; (VI) o agente fiduciário, indicando os principais termos do contrato; (i) condições para alteração dos direitos assegurados por tais valores mobiliários; e (j) outras características relevantes: 248

18.6. INDICAÇÃO DOS MERCADOS BRASILEIROS NOS QUAIS VALORES MOBILIÁRIOS DA COMPANHIA SÃO ADMITIDOS À NEGOCIAÇÃO: 264

18.7. EM RELAÇÃO A CADA CLASSE E ESPÉCIE DE VALOR MOBILIÁRIO ADMITIDA À NEGOCIAÇÃO EM MERCADOS ESTRANGEIROS, INDICAR: PAÍS, MERCADO, ENTIDADE ADMINISTRADORA DO MERCADO NO QUAL OS VALORES MOBILIÁRIOS SÃO ADMITIDOS À NEGOCIAÇÃO, DATA DE ADMISSÃO À NEGOCIAÇÃO, SE HOUVER, INDICAR O SEGMENTO DE NEGOCIAÇÃO, DATA DE INÍCIO DE LISTAGEM NO SEGMENTO DE NEGOCIAÇÃO, PERCENTUAL DO VOLUME DE NEGOCIAÇÕES NO EXTERIOR EM RELAÇÃO AO VOLUME TOTAL DE NEGOCIAÇÕES DE CADA CLASSE E ESPÉCIE NO ÚLTIMO EXERCÍCIO, SE HOUVER, PROPORÇÃO DE CERTIFICADOS DE DEPÓSITO NO EXTERIOR EM RELAÇÃO A CADA CLASSE E ESPÉCIE DE AÇÕES, SE HOUVER, BANCO DEPOSITÁRIO, SE HOUVER, INSTITUIÇÃO CUSTODIANTE: 264

18.8. DESCRIÇÃO DAS OFERTAS PÚBLICAS DE DISTRIBUIÇÃO EFETUADAS PELA COMPANHIA OU POR TERCEIROS, INCLUINDO CONTROLADORES E SOCIEDADES COLIGADAS E CONTROLADAS, RELATIVAS A VALORES MOBILIÁRIOS DA COMPANHIA: 265

18.9. DESCRIÇÃO DAS OFERTAS PÚBLICAS DE AQUISIÇÃO FEITAS PELA COMPANHIA RELATIVAS A AÇÕES DE EMISSÃO DE TERCEIRO: 266

18.10. OUTRAS INFORMAÇÕES QUE A COMPANHIA JULGA RELEVANTES: 266

19. PLANOS DE RECOMPRA E VALORES MOBILIÁRIOS EM TESOURARIA 271

19.1. EM RELAÇÃO AOS PLANOS DE RECOMPRA DE AÇÕES DA COMPANHIA: 271

19.2. MOVIMENTAÇÃO DOS VALORES MOBILIÁRIOS MANTIDOS EM TESOURARIA, SEGREGADA POR TIPO, CLASSE E ESPÉCIE, INDICAR A QUANTIDADE, VALOR TOTAL E PREÇO MÉDIO PONDERADO DE AQUISIÇÃO: 272

19.3. EM RELAÇÃO AOS VALORES MOBILIÁRIOS MANTIDOS EM TESOURARIA NA DATA DO ÚLTIMO EXERCÍCIO SOCIAL, INDICAR, EM FORMA DE TABELA, (A) QUANTIDADE, (B) PREÇO MÉDIO PONDERADO DE AQUISIÇÃO, (C) DATA DE AQUISIÇÃO, E (D) PERCENTUAL EM RELAÇÃO AOS VALORES MOBILIÁRIOS EM CIRCULAÇÃO DA MESMA CLASSE E ESPÉCIE: 272

19.4. OUTRAS INFORMAÇÕES QUE A COMPANHIA JULGA RELEVANTES: 273

20. POLÍTICA DE NEGOCIAÇÃO DE VALORES MOBILIÁRIOS 273

20.1. POLÍTICA DE NEGOCIAÇÃO DE VALORES MOBILIÁRIOS DE SUA EMISSÃO PELOS ACIONISTAS CONTROLADORES, DIRETOS OU INDIRETOS, DIRETORES, MEMBROS DO CONSELHO DE ADMINISTRAÇÃO, DO CONSELHO FISCAL E DE QUALQUER ÓRGÃO COM FUNÇÕES TÉCNICAS OU CONSULTIVAS, CRIADO POR DISPOSIÇÃO ESTATUTÁRIA, INCLUSIVE DATA DE APROVAÇÃO, PESSOAS VINCULADAS, PRINCIPAIS CARACTERÍSTICAS E PREVISÃO DE PERÍODOS DE VEDAÇÃO DE NEGOCIAÇÃO E DESCRIÇÃO DOS PROCEDIMENTOS ADOTADOS PARA FISCALIZAR A NEGOCIAÇÃO EM TAIS PERÍODOS: 273

20.2. OUTRAS INFORMAÇÕES QUE A COMPANHIA JULGA RELEVANTES: 275

21. POLÍTICA DE DIVULGAÇÃO DE INFORMAÇÕES 275

21.1. NORMAS, REGIMENTOS OU PROCEDIMENTOS INTERNOS ADOTADOS PELA COMPANHIA PARA ASSEGURAR QUE AS INFORMAÇÕES A SEREM DIVULGADAS PUBLICAMENTE SEJAM RECOLHIDAS, PROCESSADAS E RELATADAS DE MANEIRA PRECISA E TEMPESTIVA: 275

21.2. DESCRIÇÃO DA POLÍTICA DE DIVULGAÇÃO DE ATO OU FATO RELEVANTE ADOTADA PELA COMPANHIA, INDICANDO OS PROCEDIMENTOS RELATIVOS À MANUTENÇÃO DE SIGILO ACERCA DE INFORMAÇÕES RELEVANTES NÃO DIVULGADAS: 275

21.3. INFORMAR OS ADMINISTRADORES RESPONSÁVEIS PELA IMPLEMENTAÇÃO, MANUTENÇÃO, AVALIAÇÃO E FISCALIZAÇÃO DA POLÍTICA DE DIVULGAÇÃO DE INFORMAÇÕES: 276

21.4. OUTRAS INFORMAÇÕES QUE A COMPANHIA JULGA RELEVANTES: 276

22. NEGÓCIOS EXTRAORDINÁRIOS 276

22.1. INDICAR A AQUISIÇÃO OU ALIENAÇÃO DE QUALQUER ATIVO RELEVANTE QUE NÃO SE ENQUADRE COMO OPERAÇÃO NORMAL NOS NEGÓCIOS DA COMPANHIA: 276

22.2. ALTERAÇÕES SIGNIFICATIVAS NA FORMA DE CONDUÇÃO DOS NEGÓCIOS DA COMPANHIA: 276

22.3. IDENTIFICAR OS CONTRATOS RELEVANTES CELEBRADOS PELA COMPANHIA E SUAS CONTROLADAS NÃO DIRETAMENTE RELACIONADOS COM SUAS ATIVIDADES OPERACIONAIS: 276

22.4. OUTRAS INFORMAÇÕES QUE A COMPANHIA JULGA RELEVANTES: 276

(Página intencionalmente deixada em branco)

CONSIDERAÇÕES SOBRE ESTE FORMULÁRIO DE REFERÊNCIA

Este formulário é elaborado com base na Instrução CVM nº 480, de 07 de dezembro de 2009 ("ICVM 480").

A data de última atualização deste Formulário de Referência não significa, necessariamente, que este documento teve todas as suas informações atualizadas até tal data, mas que algumas ou todas as informações nele contidas foram atualizadas conforme o Artigo 24 caput da ICVM 480 e seus Parágrafos 1º, 2º e 3º.

Este Formulário de Referência, considerado isoladamente, não se caracteriza como um documento de oferta pública de valores mobiliários da Companhia, bem como não constitui uma oferta de venda ou uma solicitação para oferta de compra de títulos e valores mobiliários no Brasil ou em qualquer outra jurisdição.

Identificação da Companhia	JBS S.A., sociedade por ações inscrita no Cadastro Nacional de Pessoa Jurídica do Ministério da Fazenda sob o nº 02.916.265/0001-60 e com seus atos constitutivos arquivados na Junta Comercial do Estado de São Paulo sob o NIRE 35300330587, registrada como companhia aberta perante a Comissão de Valores Mobiliários ("CVM") sob o nº 20575 (com suas subsidiárias, "Companhia" ou "JBS").
Sede	Avenida Brigadeiro Faria Lima, 2.391, 2º Andar, Conjunto 22, Sala 2, Jardim Paulistano, CEP 01452-000, Cidade de São Paulo, Estado de São Paulo.
Diretoria de Relações com Investidores	Avenida Marginal Direita do Tietê, 500, Vila Jaguara, CEP 05118-100, Cidade de São Paulo, Estado de São Paulo. O Diretor de Relações com Investidores é o Sr. Jeremiah Alphonsus O'Callaghan. Os telefones do departamento de relações com investidores da Companhia são (55 11) 3144-4147 e (55 11) 3144-4224. O fax do departamento de relações com investidores da Companhia é (55 11) 3144-4279 e o e-mail é ri@jbs.com.br.
Auditores Independentes da Companhia	2008 e 2009: BDO Auditores Independentes, localizada na Rua Bela Cintra, 952, 3º Andar, Conj. 32, Cerqueira César, CEP 01415-000, na Cidade de São Paulo, Estado de São Paulo, telefone (55 11) 3138-5000 e fax (55 11) 3138-5227. 2007: Terco Grant Thornton Auditores Independentes S/S, localizada na Avenida das Nações Unidas, 12.995 – 13º, 14º e 15º andares, CEP 04578-000, na Cidade de São Paulo, Estado de São Paulo, telefone (55 11) 3054-0000 e fax (55 11) 3054-0077.
Banco Escriturador	Banco Bradesco S.A.
Atendimento aos Acionistas	O atendimento aos Acionistas é efetuado pela Diretoria de Relações com Investidores da Companhia (cujas informações gerais estão acima) ou em qualquer agência do Banco Bradesco S.A., cuja sede está localizada Av. Yara, S/N, Prédio Amarelo, 2º Andar, Cidade de Deus, CEP 06029-900, Cidade de Osasco, Estado de São Paulo. O responsável pelo Departamento de Acionistas é o Sr. José Donizetti de Oliveira, que pode ser contatado pelos telefones (55 11) 3684-3749 e (55 11) 3684-8013 e pelo fax (55 11) 3684-2714 e e-mail 4010.donizetti@bradesco.com.br.
Títulos e Valores Mobiliários Emitidos	As ações da Companhia estão listadas na BM&FBOVESPA - Bolsa de Valores, Mercadorias e Futuros ("BM&FBOVESPA") sob o símbolo "JBSS3", no segmento denominado Novo Mercado.

Jornais nos quais a Companhia divulga informações	As publicações realizadas pela Companhia, em decorrência da Lei nº 6.404, de 15 de dezembro de 1976, conforme alterada ("Lei das Sociedades por Ações"), são divulgadas no Diário Oficial do Estado de São Paulo e no Jornal "Valor Econômico".
***Site* na Internet**	www.jbs.com.br. As informações constantes do *site* da Companhia não são parte integrante deste Formulário de Referência, nem se encontram incorporadas por referência a este.
Data da última atualização deste Formulário de Referência	30 de junho de 2010.

1. IDENTIFICAÇÃO DAS PESSOAS RESPONSÁVEIS PELO CONTEÚDO DO FORMULÁRIO

1.1. Declaração do Presidente e do Diretor de Relações com Investidores:

Joesley Mendonça Batista (Diretor Presidente da Companhia) e Jeremiah Alphonsus O'Callaghan (Diretor de Relações com Investidores da Companhia), nos termos do item 1 do Anexo 24 da ICVM 480, declaram que:

revisaram este Formulário de Referência;

todas as informações contidas neste Formulário de Referência atendem ao disposto na ICVM 480, em especial aos artigos 14 a 19; e

o conjunto de informações nele contido é um retrato verdadeiro, preciso e completo da situação econômico-financeira da Companhia, dos riscos inerentes às suas atividades e dos valores mobiliários por ela emitidos.

2. AUDITORES

2.1. Em relação aos auditores independentes:

	Exercício Social			
	A ser encerrado em 31.12.2010	**Encerrado em 31.12.2009**	**Encerrado em 31.12.2008**	**Encerrado em 31.12.2007**
a) Nome empresarial	BDO Auditores Independentes	BDO Auditores Independentes	BDO Trevisan Auditores Independentes	Terco Grant Thornton Auditores Independentes S/S
b) Responsáveis, CPF e dados para contato	Sr. Orlando Octávio de Freitas Junior CPF: 084.911.368-78 Endereço: Rua Bela Cintra, 952, 3º andar, Cerqueira César, CEP - 01415-000, São Paulo/SP Telefone: (0xx11) 3138-5000 Fax: (0xx11) 3138-5227 E-mail: orlando@bdobrazil.com.br	*Responsável 1º Trim/2009* Sr. Estefan George Haddad CPF: 564.042128-20 Endereço: Rua Bernadino de Campos, 1.001, CEP 14015-130, Ribeirão Preto/SP Telefone: (0xx16) 3632-9300 Fax: (0xx16) 3632-4353 E-mail: Estefan.haddad@bdotrevisan.com.br *Responsável 2º Trim/2009* Sr. José Luiz Sanches CPF: 065.351.898-64 Endereço: Rua Bernadino de Campos, 1.001, CEP 14015-130, Ribeirão Preto/SP Telefone: (0xx16) 3632-9300 Fax: (0xx16) 3632-4353 E-mail: jose.sanches@bdotrevisan.com.br *Responsável 3º Trim e 4º Trim/2009* Sr. Orlando Octávio de Freitas Junior CPF: 084.911.368-78 Endereço: Rua Bela Cintra, 952, 3º andar, Cerqueira César, CEP - 01415-000, São Paulo/SP Telefone: (0xx11) 3138-5000 Fax: (0xx11) 3138-5227 E-mail: orlando@bdobrazil.com.br	Sr. Estefan George Haddad CPF: 564.042128-20 Endereço: Rua Bernadino de Campos, 1.001, CEP – 14015-130, Ribeirão Preto/SP Telefone: (0xx16) 3632-9300 Fax: (0xx16) 3632-4353 E-mail: Estefan.haddad@bdotrevisan.com.br	Sr. Luiz Cláudio Fontes CPF: 331.194.577-87 Endereço: Avenida das Nações Unidas, 12995 – 13º, 14º e 15º andares, CEP – 04578-000, São Paulo/SP Telefone: (0xx11) 3054-0000 Fax: (0xx11) 3054-0077 E-mail: luizfontes@tercogt.com.br
c) Data da contratação dos Serviços	20 de março de 2010	20 de março de 2009	17 de março de 2008	05 de fevereiro de 2007
d) Descrição dos serviços (1)	Auditoria das demonstrações contábeis individuais (controladora) e consolidadas, para o exercício a ser encerrado em 31 de dezembro de 2010, de acordo com as práticas contábeis adotadas no Brasil e legislação da CVM; revisão das informações trimestrais – ITRs, relativas aos trimestres findos em 31 de março, em 30 de junho e em 30 de setembro de 2010.	Auditoria das demonstrações contábeis individuais (controladora) e consolidadas, para o exercício findo em 31 de dezembro de 2009, de acordo com as práticas contábeis adotadas no Brasil e legislação da CVM; revisão das informações trimestrais – ITRs, relativas aos trimestres findos em 31 de março, em 30 de junho e em 30 de setembro de 2009.	Auditoria das demonstrações contábeis individuais (controladora) e consolidadas, de acordo com as práticas contábeis adotadas no Brasil e legislação da CVM; revisão das informações trimestrais – ITRs, relativas aos trimestres a findarem em 31 de março, em 30 de junho e em 30 de setembro de 2008.	Auditoria das demonstrações contábeis individuais (controladora) e consolidadas, de acordo com as práticas contábeis adotadas no Brasil e legislação da CVM; revisão das informações trimestrais – ITRs, relativas aos trimestres a findarem em 31 de março, em 30 de junho e em 30 de setembro de 2007, revisão das operações e controles fiscais, revisão da escrita fiscal e legal e revisão de práticas trabalhistas / previdenciárias.
e) Substituição do auditor	Não aplicável	Não aplicável	Sim	Não aplicável
i) Justificativa da substituição	Não aplicável	Não aplicável	A substituição ocorreu porque a administração da Companhia entendeu que a substituição é um processo natural e salutar de rotatividade, conforme política de governança corporativa.	Não aplicável
ii) Razões do auditor pela discordância da justificativa da substituição	Não aplicável	Não aplicável	Não há	Não aplicável

(1) Os serviços descritos neste item abrangem todos e quaisquer serviços prestados pela empresa de auditoria.

2.2. Informar montante total de remuneração dos auditores independentes no último exercício social, discriminando os honorários relativos a serviços de auditoria e os relativos a quaisquer outros serviços prestados:

No último exercício social encerrado em 31 de dezembro de 2009, os auditores independentes da Companhia, em contrapartida aos serviços de auditoria contábil, receberam honorários que totalizaram o valor de R$ 448,4 mil. Não foram recebidos quaisquer outros valores a título de prestação de outros serviços.

2.3. Outras informações que a Companhia julga relevantes:

Não aplicável.

3. INFORMAÇÕES FINANCEIRAS SELECIONADAS

Algumas cifras apresentadas neste Formulário de Referência poderão não resultar em um somatório preciso em razão de arredondamentos.

3.1. Informações com base nas demonstrações financeiras consolidadas da Companhia:

	Exercícios Sociais encerrados em 31 de dezembro de		
Descrição da Conta	**2009**	**2008**	**2007**
a) Patrimônio Líquido (em R$ milhões)	16.728,1	6.134,4	3.054,6
b) Ativo Total (em R$ milhões)	42.489,1	16.096,3	8.448,2
c) Receita Líquida (em R$ milhões)	34.311,8	30.340,3	14.141,6
d) Lucro Bruto (em R$ milhões)	3.199,1	2.992,5	1.532,5
e) Resultado Líquido (em R$ mil)	129,4	25,9	-165,0
f) Número de Ações, ex-tesouraria (em milhões)	2.523,5	1.403,9	1.077,4
g) Valor patrimonial da ação (em reais)	6,6289	4,3695	2,8351
h) Resultado líquido da ação (Controladora) (em reais)	0,0513	0,0184	-0,1532
i) Outras informações contábeis selecionadas (em R$ milhões): EBITDA	1.285,2	1.156,1	602,3

3.2. Medições não contábeis:

a. valor das medições não contábeis:

EBITDA

O EBITDA é calculado utilizando-se o resultado antes da provisão para o imposto de renda e contribuição social, do resultado financeiro líquido, das despesas de depreciação e amortização, de despesas extraordinárias, do resultado de equivalência patrimonial e da amortização de ágio de investimentos. O EBITDA não é uma medida de acordo com o BR GAAP, não representa o fluxo de caixa para os períodos apresentados e não deve ser considerado como substituto para o lucro líquido como indicador do desempenho operacional da Companhia ou como substituto para o fluxo de caixa como indicador de liquidez. O EBITDA é uma informação adicional às demonstrações financeiras da Companhia e não deve ser utilizado em substituição aos resultados auditados. O EBITDA não possui significado padronizado e a definição de EBITDA da Companhia pode não ser comparável àquelas utilizadas por outras empresas.

b. conciliações entre os valores divulgados e os valores das demonstrações financeiras auditadas:

A demonstração da apuração do EBITDA segue abaixo:

(em R$ milhões)

Período	**Exercício Social encerrado em 31.12.2009**	**Exercício Social encerrado em 31.12.2008**	**Exercício Social encerrado em 31.12.2007**
Resultado antes da provisão para IRPJ e CSLL	340,5	84,8	(63,6)
Resultado Financeiro Líquido	601,1	612,2	403,1
Depreciação e amortização[(1)]	343,6	243,6	120,8
Despesas extraordinárias[(2)]	-	35,7	67,1
Amortização de ágio de investimentos[(3)]	-	179,9	74,9
EBITDA	**1.285,2**	**1.156,1**	**602,3**

(1) O valor de depreciações e amortizações está sendo apresentado com base nas Demonstrações de Fluxos de Caixa Descontados de 31 de dezembro de 2009, 2008 e 2007, respectivamente.

(2) As despesas extraordinárias referem-se a despesas não recorrentes relacionados a projetos específicos tais como ofertas públicas de ações.

(3) A amortização de ágio de investimentos refere-se a amortização de intangíveis com vida útil definida decorrente de combinações de negócios.

c. explicações sobre o motivo pelo qual a Companhia entende que tais medições são mais apropriadas para a correta compreensão da sua condição financeira e do resultado de suas operações:

O EBITDA é utilizado como uma medida de desempenho pela administração, motivo pelo qual a Companhia entende ser importante a sua inclusão neste Formulário de Referência. A Administração da Companhia acredita que o EBITDA é uma medida prática para aferir seu desempenho operacional e permitir uma comparação com outras companhias do mesmo segmento, ainda que outras empresas possam calculá-lo de maneira distinta.

A Administração da Companhia acredita que o EBITDA retrata o desempenho da Companhia sem a influência de fatores ligados, dentre outras coisas, (i) à sua estrutura de capital, como despesas com juros de seu endividamento, flutuações de taxas de juros e outros resultados financeiros, (ii) à sua estrutura tributária, como seu imposto de renda e contribuição social, (iii) às suas despesas com planos de opções de compra de ações, que não têm efeito no fluxo de caixa da Companhia, (iv) à suas despesas com depreciações e amortizações, especialmente as advindas de operações de fusões e aquisições e (v) à participação de acionistas não controladores. Estas características, no entendimento da Companhia, tornam o EBITDA uma medida mais prática e mais apropriada de seu desempenho, pois afere de forma mais precisa o resultado advindo exclusivamente do desenvolvimento de suas atividades.

3.3. Evento subsequente às últimas demonstrações financeiras consolidadas de encerramento de exercício social que as altere substancialmente:

Para o exercício social findo em 31 de dezembro de 2007

Aquisição da Inalca

Em março de 2008, a Companhia concluiu a aquisição de 50% do capital social da Inalca, controlada pela Cremonini. Para maiores informações a respeito desta operação, vide a seção 6.5 deste Formulário de Referência.

Contratos de aquisição

Smithfield Beef

Em março de 2008, a Companhia celebrou um "stock purchase agreement" visando à aquisição, direta ou indiretamente, da totalidade das ações representativas do capital social da Smithfield Beef, incluindo 100% das ações de emissão da subsidiária Five Rivers. Para maiores informações a respeito desta operação, vide a seção 6.5 deste Formulário de Referência.

National Beef

Em março de 2008, a Companhia celebrou um "Membership Interest Purchase Agreement" visando à aquisição, direta ou indiretamente, da totalidade da participação societária representativa do capital social da National Beef Packing Company, LLC, sociedade constituída de acordo com as leis de Delaware, Estados Unidos da América, e que abate e comercializa carne bovina, cortes de carne embalados e customizados e subprodutos bovinos (o encerramento das negociações foi comunicado em 20 de fevereiro de 2009).

Tasman

Em março de 2008, a Companhia celebrou um "Share Sale Agreement" visando à aquisição, direta ou indiretamente, das operações da Tasman. Para maiores informações a respeito desta operação, vide a seção 6.5 deste Formulário de Referência.

Para o exercício social findo em 31 de dezembro de 2008

Não aplicável.

Para o exercício social findo em 31 de dezembro de 2009

Aquisição da Tatiara

Em 22 de fevereiro de 2010, a Companhia anunciou a conclusão da aquisição da Tatiara. Para maiores informações a respeito desta aquisição, vide a seção 6.5 deste Formulário de Referência.

Oferta Pública Inicial da JBS USA

A JBS USA submeteu à SEC pedido de registro para a oferta pública inicial de ações ordinárias de sua emissão. As ações ordinárias de emissão da JBS USA deverão ser listadas nos Estados Unidos, na NYSE.

A JBS USA também apresentou à CVM pedido de registro de programa e de oferta pública, no Brasil, de *Brazilian Depositary Receipts* Nível II ou Nível III - BDRs, representativos de ações ordinárias de emissão da JBS USA. Em 24 de fevereiro de 2010, a JBS USA protocolou pedido de cancelamento do programa de BDRs Nível III perante a CVM.

A oferta pública inicial da JBS USA está sujeita à obtenção de registros e autorizações junto à SEC, bem como demais autoridades competentes e está sujeita às condições de mercado à época de tal oferta.

O pedido de registro protocolado pela JBS USA perante a SEC ainda não foi deferido e nenhum valor mobiliário poderá ser vendido, nem qualquer proposta de compra poderá ser aceita, anteriormente ao deferimento do pedido de registro.

No dia 28 de janeiro de 2010, a Companhia informou, por meio de comunicado ao mercado, que continua a analisar fazer a oferta pública inicial de ações da JBS USA. Porém, devido às recentes transações, a Companhia optou por aguardar a divulgação dos resultados trimestrais de março de 2010 enquanto continua a monitorar as condições de mercado para determinar o melhor momento da operação. A Companhia irá comunicar ao mercado as informações referentes à oferta pública inicial de ações da JBS USA à medida que estiverem disponíveis.

Aquisição da Rockdale Beef

Em 19 de março de 2010, a Companhia anunciou a celebração, através de sua subsidiária integral, Swift Austrália, de um acordo para potencial aquisição da Rockdale Beef, na Austrália. Para maiores informações a respeito desta operação, vide a seção 6.5 deste Formulário de Referência.

Oferta Pública de Ações - OPA

A Oferta consistiu na distribuição pública primária de 200.000.000 (duzentos milhões) de Ações a emitidas pela Companhia ("Oferta"), no Brasil, em 26 de abril de 2010, em mercado de balcão não-organizado, em conformidade com a Instrução CVM 400, coordenada pelos Coordenadores da Oferta, com a participação de determinadas instituições financeiras integrantes do sistema de distribuição de valores mobiliários e determinadas instituições consorciadas autorizadas a operar no mercado de capitais brasileiro, credenciadas junto à BM&FBOVESPA S.A. - Bolsa de Valores, Mercadorias e Futuros ("BM&FBOVESPA") bem como outras instituições financeiras contratadas para participar da Oferta de Varejo.

Conforme Ata de Reunião do Conselho de Administração realizada em 28 de abril de 2010, em 27 de abril de 2010, foi aprovado o aumento de capital social da Companhia, dentro do limite do capital autorizado, com a exclusão do direito de preferência dos atuais acionistas da Companhia nos termos do artigo 172 da Lei das S.A., no montante de R$ 1.600.000.000,00 (um bilhão e seiscentos milhões de reais), de forma que o capital social passa de R$ 16.483.544.165,08 (dezesseis bilhões, quatrocentos e oitenta e três milhões, quinhentos e quarenta e quatro mil, cento e sessenta e cinco reais e oito centavos) para R$ 18.083.544.165,08 (dezoito bilhões, oitenta e três milhões, quinhentos e quarenta e quatro mil, cento e sessenta e cinco reais e oito centavos) mediante a emissão de 200.000.000 (duzentos milhões) de novas ações ordinárias, emitidas no âmbito da Oferta Pública.

O capital social subscrito passa a ser representado por 2.567.471.476 (dois bilhões, quinhentos e sessenta e sete milhões, quatrocentos e setenta e um mil e quatrocentas e setenta e seis) ações ordinárias, nominativas, escriturais e sem valor nominal. As ações ora emitidas terão os mesmos direitos conferidos às ações de emissão da Companhia, nos termos do Estatuto Social e da legislação aplicável, garantindo a seus titulares a atribuição de dividendos e todos os outros benefícios que vierem a ser declarados pela Companhia a partir da data de liquidação da Oferta Pública.

3.4. Descrição da política de destinação dos resultados dos 3 últimos exercícios sociais:

Período	2009	2008	2007
(a) Regras sobre retenção de lucros	O lucro líquido remanescente, após as deduções legais e estatutárias, será destinado para constituição da reserva legal, que terá por finalidade a aplicação em ativos operacionais, não podendo esta reserva ultrapassar o capital social.	O lucro líquido remanescente, após as deduções legais e estatutárias, será destinado para constituição da reserva legal, que terá por finalidade a aplicação em ativos operacionais, não podendo esta reserva ultrapassar o capital social.	Uma parcela formada por 75% dos lucros remanescentes, após as deduções legais e estatutárias, será destinado para constituição da reserva legal, que terá por finalidade a aplicação em ativos operacionais, não podendo esta reserva ultrapassar o capital social.
(b) Regras sobre distribuição de dividendos	O Estatuto Social da Companhia prevê que do saldo do lucro líquido remanescente após as destinações da reserva legal e reserva de contingência, é assegurado ao acionista como direito o recebimento de um dividendo mínimo obrigatório não inferior, em cada exercício, a 25% (vinte cinco por cento) do lucro líquido. No exercício em que o montante do dividendo mínimo obrigatório, calculado ultrapassar a parcela realizada do lucro líquido do exercício, a Assembléia Geral poderá, por proposta dos órgãos de administração, destinar o excesso à constituição de reserva de lucros a realizar, observado o disposto no artigo 197 da Lei das Sociedades por Ações.	O Estatuto Social da Companhia prevê que do saldo do lucro líquido remanescente após as destinações da reserva legal e reserva de contingência, é assegurado ao acionista como direito o recebimento de um dividendo mínimo obrigatório não inferior, em cada exercício, a 25% (vinte cinco por cento) do lucro líquido. No exercício em que o montante do dividendo mínimo obrigatório, calculado ultrapassar a parcela realizada do lucro líquido do exercício, a Assembléia Geral poderá, por proposta dos órgãos de administração, destinar o excesso à constituição de reserva de lucros a realizar, observado o disposto no artigo 197 da Lei das Sociedades por Ações.	O Estatuto Social da Companhia prevê que do saldo do lucro líquido remanescente após as destinações da reserva legal e reserva de contingência, é assegurado ao acionista como direito o recebimento de um dividendo mínimo obrigatório não inferior, em cada exercício, a 25% (vinte cinco por cento) do lucro líquido. No exercício em que o montante do dividendo mínimo obrigatório, calculado ultrapassar a parcela realizada do lucro líquido do exercício, a Assembléia Geral poderá, por proposta dos órgãos de administração, destinar o excesso à constituição de reserva de lucros a realizar, observado o disposto no artigo 197 da Lei das Sociedades por Ações.
(c) Periodicidade das distribuições de dividendos	Anual	Anual	Anual
(d) Restrições à distribuição de dividendos	O Estatuto Social da Companhia prevê que 5% do lucro líquido seja, anualmente, destinado à formação de reserva legal, a qual não poderá ultrapassar 20% do capital social integralizado ou o limite previsto no § 1º do artigo 193 da Lei das Sociedades por Ações. De acordo com seu Estatuto Social, a Companhia deve pagar aos seus acionistas 25% de seu lucro líquido anual ajustado sob a forma de dividendo obrigatório. O lucro líquido pode ser capitalizado, utilizado para compensar prejuízos ou então retido, conforme previsto na Lei das Sociedades por Ações, podendo não ser disponibilizado para pagamento de dividendos. A Companhia pode não pagar dividendos aos seus acionistas em qualquer exercício social se seus administradores manifestarem, e sua Assembléia Geral de acionistas assim aprovar, ser tal pagamento desaconselhável diante de sua situação financeira.	O Estatuto Social da Companhia prevê que 5% do lucro líquido seja, anualmente, destinado à formação de reserva legal, a qual não poderá ultrapassar 20% do capital social integralizado ou o limite previsto no § 1º do artigo 193 da Lei das Sociedades por Ações. De acordo com seu Estatuto Social, a Companhia deve pagar aos seus acionistas 25% de seu lucro líquido anual ajustado sob a forma de dividendo obrigatório. O lucro líquido pode ser capitalizado, utilizado para compensar prejuízos ou então retido, conforme previsto na Lei das Sociedades por Ações, podendo não ser disponibilizado para pagamento de dividendos. A Companhia pode não pagar dividendos aos seus acionistas em qualquer exercício social se seus administradores manifestarem, e sua Assembléia Geral de acionistas assim aprovar, ser tal pagamento desaconselhável diante de sua situação financeira.	O Estatuto Social da Companhia prevê que 5% do lucro líquido seja, anualmente, destinado à formação de reserva legal, a qual não poderá ultrapassar 20% do capital social integralizado ou o limite previsto no § 1º do artigo 193 da Lei das Sociedades por Ações. De acordo com seu Estatuto Social, a Companhia deve pagar aos seus acionistas 25% de seu lucro líquido anual ajustado sob a forma de dividendo obrigatório. O lucro líquido pode ser capitalizado, utilizado para compensar prejuízos ou então retido, conforme previsto na Lei das Sociedades por Ações, podendo não ser disponibilizado para pagamento de dividendos. A Companhia pode não pagar dividendos aos seus acionistas em qualquer exercício social se seus administradores manifestarem, e sua Assembléia Geral de acionistas assim aprovar, ser tal pagamento desaconselhável diante de sua situação financeira.

Restrições à distribuição de dividendos impostas por legislação ou regulamentação especial aplicável ao emissor, assim como contratos, decisões judiciais, administrativas ou arbitrais:

Os contratos de financiamento celebrados pela Companhia, de maneira geral, contêm restrições quanto à distribuição de dividendos pela Companhia no caso de mora ou inadimplemento de suas obrigações. Adicionalmente, o Acordo de Acionistas celebrado com o BNDESPAR também concede direitos de veto à distribuição de dividendos em determinadas situações. Para maiores informações sobre os contratos financeiros envolvendo a Companhia e o Acordo de Acionistas celebrado com o BNDESPAR, vide seções 7.8 e 15.5(g), respectivamente, deste Formulário de Referência.

Não existem demais restrições relativas à distribuição de dividendos impostas por legislação ou regulamentação especial aplicáveis à Companhia, assim como decisões judiciais, administrativas ou arbitrais.

3.5. Tabela com distribuições de dividendos e retenções de lucro ocorridas:

	Exercício Social encerrado em 31 de dezembro de		
Período	**2009** (aa)	**2008** (a)	**2007**
(a) Lucro líquido ajustado para fins de dividendos (em R$ milhões)	123,0	204,5	69,8
(b) Dividendo declarados (em R$ milhões)	123,0	51,1	17,5
(c) Percentual de dividendo por lucro líquido ajustado	100%	25%	25%
(d) Dividendo declarados por ação ordinária (em R$)	0,052937	0,036399	0,016243
(e) Data de pagamento do dividendo	A definir	08.05.2009	19.05.2008
(f) Taxa de retorno do lucro líquido ajustado para fins de dividendo em relação ao patrimônio líquido	0,74%	3,33%	2,29 %
(g) Lucro líquido retido (em R$ milhões)	a definir	38,8	Não aplicável
(h) Data da aprovação da retenção	a definir	29.04.2009	30.04.2008

A Administração da Companhia propôs a distribuição, a título de dividendos, de 100% do lucro líquido ajustado auferido no exercício de 2009, sendo que a aprovação para pagamento de dividendos, em montante superior ao definido na Lei 6.404/76 como dividendo mínimo obrigatório (25% do lucro líquido ajustado), depende de deliberação da Assembléia Geral Ordinária.

(a) O valor aprovado da distribuição de dividendos, que é menor do que aquele que havia sido inicialmente declarado pela administração da Companhia de R$ 51.1 foi fixado pelos acionistas que participaram da Assembléia Geral Ordinária e Extraordinária, que entenderam por bem não considerar a exclusão da amortização do ágio para fins do cálculo dos dividendos, preferindo, em conseqüência, a distribuição de 50% do lucro líquido do exercício findo em 31 de dezembro de 2008, após a destinação da reserva legal, apresentado na tabela abaixo.

(a.a) O valor aprovado da distribuição de dividendos, que é menor do que aquele que havia sido inicialmente declarado pela administração da Companhia de R$123,0 foi fixado pelos acionistas que participaram da Assembléia Geral Ordinária e Extraordinária de 30/04/2010, preferindo a distribuição de 50% do lucro líquido do exercício findo em 31 de dezembro de 2009, após a destinação da reserva legal, apresentado na tabela abaixo.

	2009		**2008**	
Em R$ milhões	**Declarados**	**Distribuídos**	**Declarados**	**Distribuídos**
Lucro Líquido (Prejuízo) do Exercício	129,4	129,4	25,9	25,9
Reserva Legal - (5%)	(6,5)	(6,5)	(1,3)	(1,3)
Amortização do ágio de investimentos - JBS USA	-	-	175,5	-
Amortização do ágio de investimentos - SB Holdings	-	-	4,3	-
Base ajustada para cálculo dos dividendos	123,0	123,0	204,5	24,6
Porcentagem de distribuição	-	-	-	-
Dividendos obrigatórios	30,8	61,5	51,1	12,3
Dividendos adicionais	92,2	-	-	
Dividendos (b) 2008 (b.b) 2009	123,0	61,5	51,1	12,3

(b) Conforme Ato Societário mencionado no item (a), o montante de R$ 38,8 milhões não foi distribuído, acarretando a reversão dos saldos de reserva de ágio no montante de R$ 21,4 milhões e na constituição de reserva para expansão, por meio da realização da reserva de reavaliação no exercício de 2009 de R$ 5,1 milhões, e da retenção de lucro de R$ 12,3 milhões, conforme quadro abaixo.

(b.b) Conforme ato societário mencionado no item (a.a), o montante de R$ 61,5 milhões não foi distribuído, sendo acrescido de reversão de reserva de reavaliação no valor de R$ 5,8 (totalizando assim R$ 67,3) será destinado á reserva estatutária de lucros para expansão prevista no artigo 38 "(e)" do Estatuto Social.

Dividendos distribuídos e retenções de lucro ocorridas:

Período	2009	2008	2007
(a) Lucro líquido ajustado para fins de dividendos (em R$ milhões)	123,0	24,6	69,8
(b) Dividendo distribuídos (em R$ milhões)	61,5	12,3	17,5
(c) Percentual de dividendo por lucro líquido ajustado	50%	50%	25%
(d) Dividendo distribuído por ação ordinária (em R$)	0,0243617747	0,008761	0,016483
(e) Data de pagamento do dividendo	28/6/2010	08.05.2009	19.05.2008
(f) Taxa de retorno em relação ao patrimônio líquido	0,74%	0,40%	2,29%
(g) Lucro líquido retido (em R$ milhões)	61,5	12,3	Não aplicável

3.6. Dividendos declarados a conta de lucros retidos ou reservas constituídas nos 3 últimos exercícios sociais:

	Exercício Social encerrado em 31 de dezembro de		
Período	**2009**	**2008**	**2007**
Lucros Retidos (R$ milhões)	17,4 (R$ milhões)	0	Não aplicável
Reservas Constituídas (R$ milhões)	29,7 (R$ milhões)	1,3 (R$ milhões)	Não aplicável

3.7. Tabela com informações acerca do endividamento da Companhia (demonstrações financeiras consolidadas):

Período	Exercício Social encerrado em 31.12.2009	Exercício Social encerrado em 31.12.2008	Exercício Social encerrado em 31.12.2007
(a) Passivo Circulante mais Passivo Não Circulante (em R$ milhões)	25.119,7	9.964,3	5.397,7
(b) Empréstimos e Financiamento de Curto Prazo (em R$ milhões)	5.272,1	2.214,8	2.384,8
(c) Empréstimos e Financiamento de Longo Prazo (em R$ milhões)	9.157,7	3.401,7	1.364,8
(d) Empréstimos e Financiamento Total (em R$ milhões)	14.429,8	5.616,5	3.749,6
(e) Índice de endividamento (passivo circulante mais o não-circulante, dividido pelo patrimônio líquido)	150%	162%	177%
(f) Outro índice de endividamento (Dívida Líquida / EBITDA, calculado pela divisão da Dívida Líquida pelo EBITDA dos últimos 12 meses em base pro forma)	3,1	2,9	3,9

Definição de "Dívida Líquida": Empréstimos e Financiamentos do passivo circulante e do não circulante, menos caixa e equivalentes de caixa do ativo circulante.

Definição de "EBITDA": "EBITDA" significa, para fins do cálculo do índice de endividamento, com relação a qualquer período, o lucro líquido da Companhia com relação a esse período, antes dos impostos, das despesas ou receitas financeiras líquidas, das despesas de depreciação e amortização, do resultado não operacional, de despesas não recorrentes, de equivalência patrimonial e da participação minoritária, em bases pro forma. Ver seção 3.2(b) deste Formulário de Referência.

A Companhia entende que este índice de endividamento representa, de forma mais apropriada, o nível relativo de endividamento da Companhia, pois (i) reflete o endividamento consolidado líquido de sua capacidade imediata de pagamento e (ii) é utilizado, para fins de cálculo de índices financeiros nos diversos contratos de endividamento da Companhia.

3.8. Tabela com dívidas com garantia real, dívidas com garantia flutuante e dívidas quirografárias, com o montante de obrigações da Companhia de acordo com o prazo de vencimento (demonstrações financeiras consolidadas):

Exercício Social encerrado em 31.12.2009 - em R$ milhões

Período	Inferior a 1 ano	Superior a 1 ano e inferior a 3 anos	Superior a 3 anos e inferior a 5 anos	Superior a 5 anos	Total
Real	1.306,2	1.871,0	1.157,4	72,8	4.407,4
Flutuante	-	-	-	-	-
Quirografária	3.965,9	2.820,6	1.905,6	1.330,4	10.022,5
Total	**5.272,1**	**4.691,6**	**3.063,0**	**1.403,2**	**14.429,8**

3.9. Outras informações que a Companhia julga relevantes:

Informações Financeiras Pro Forma Não Auditadas

Devido à incorporação do Bertin e aquisição de parte significativa da Pilgrim´s Pride terem ocorrido em datas extremamente próximas ao encerramento do exercício findo em 31 de dezembro de 2009, não existem saldos representativos de resultado nas operações ocorridas da data de incorporação e aquisição. Portanto, até a data de encerramento do exercício de 31 de dezembro de 2009, não existem resultados a serem reconhecidos por equivalência patrimonial no exercício findo naquela data. Entretanto, com objetivo de prover aos potenciais investidores a nova dimensão dos resultados consolidados futuros da Companhia e suas controladas, a seguir, encontra-se apresentado a título de informação adicional, um resumo das demonstrações do resultado (pro forma não auditadas) do consolidado, acrescentando os resultados auferidos pelo Bertin e Pilgrim´s Pride durante o exercício findo em 31 de dezembro de 2009, com objetivo exclusivo de demonstrar o resultado combinado dessas empresas com o resultado auferido pela Companhia, durante o exercício findo naquela data.

O resumo das demonstrações do resultado (pro forma não auditado) do consolidado, acrescentando os resultados auferidos pelo Bertin e Pilgrim´s Pride durante o exercício findo em 31 de dezembro de 2009, foi preparado de forma a refletir os resultados consolidados pro forma não auditados, como se a aquisição da Pilgrim´s Pride e a incorporação do Bertin tivessem ocorrido e, portanto, as empresas estivessem sob nosso controle desde 1º de janeiro de 2009. A base das informações constantes nas demonstrações do resultado pro forma e não auditadas foram preparadas com base nas demonstrações de resultado consolidadas auditadas e/ou revisadas, conforme o caso, pela Ernst & Young LLP (no que se refere à Pilgrim's Pride) e pela BDO Auditores Independentes (no que refere ao Bertin) relativas àquele período. Maiores infomações acerca dos dados da demonstração de resultado pro forma poderão ser obtidos na nota 4 das demonstrações financeiras do exerício social encerrado em 31.12.2009.

Estas informações financeiras pro forma não auditadas apresentam os resultados da Companhia auditadas pela BDO Trevisan Auditores Independentes, acrescentados dos: (i) resultados do Bertin, com base nas demonstrações contábeis auditadas pela BDO Trevisan Auditores Independentes relativas ao período de nove meses findo em 30 de setembro de 2009, elaboradas de acordo com o BR GAAP; (ii) resultados consolidados da Pilgrim´s Pride, com base nas demonstrações contábeis auditadas pela Ernst Young LLP relativas ao período de doze meses findos em 30 de setembro de 2009, excluindo o efeito dos 3 (três) primeiros meses de 2009 e somados ao resultado revisado do trimestre findo em 31 de dezembro de 2009, ambos elaboradas de acordo como o US GAAP, e ajustado de acordo com a BR GAAP (ao qual foi utilizada a taxa média da cotação de compra e venda de R$ 1,9980 por US$1,00 para conversão de dados financeiros da Pilgrim´s Pride); e (iii) determinados ajustes resultantes dos efeitos do US GAAP.

As demonstrações de resultado pro forma não auditadas são baseadas em premissas consideradas razoáveis pela Companhia e deverão ser lidas em conjunto com as demais informações financeiras da Companhia, incluindo as demonstrações contábeis auditadas da Companhia. Maiores infomações acerca dos dados da demonstração de resultado pro forma poderão ser obtidos na nota 4 das demonstrações financeiras do exerício social encerrado em 31.12.2009.

Sob as normas de auditoria aplicáveis no Brasil, essas demonstrações do resultado pro forma não podem ser auditadas tendo em vista principalmente o fato de as empresas incluídas naquela apresentação não terem estado sob controle comum durante o exercício findo em 31 de dezembro de 2009, o que não permite a combinação de resultados. Adicionalmente, a Pilgrim's Pride teve as suas demonstrações contábeis revisadas por outro auditor independente, no caso a Ernst & Young LLP. No entanto:

1) as demonstrações de resultado pro forma não auditadas foram elaboradas a partir das demonstrações contábeis consolidadas da Companhia auditadas pela BDO Trevisan Auditores, das demonstrações contábeis do Bertin auditadas pela BDO Trevisan Auditores Independentes, e das demonstrações contábeis da Pilgrim's Pride , relativas ao período de nove meses findo em 30 de setembro de 2009 revisadas pela Ernst & Young LLP e do trimestre findo em 31 de dezembro de 2009, revisadas pela Ernst & Young LLP;

2) somente foram registrados ajustes pro forma ao somatório das demonstrações no que se refere aos efeitos do US GAAP das demonstrações da Pilgrim´s Pride, sendo que tais ajustes foram objeto de análise por parte da BDO Trevisan Auditores Independentes. Essa revisão consistiu principalmente na discussão das premissas utilizadas pela Administração e verificação dos ajustes pro forma ao somatório das demonstrações contábeis históricas auditadas ou revisadas, conforme o caso; e

3) a BDO Trevisan Auditores Independentes emitirá, na data de precificação da oferta pública de distribuição primária da Companhia aprovada pelo Conselho de Administração em reuniões realizadas em 11 e 29 de março de 2010, carta de conforto nos termos da Norma de Procedimento de Auditoria (NPA) 12 do Ibracon, relativo às premissas utilizadas pela Administração e verificação dos somatórios na preparação das demonstrações de resultado pro forma não auditadas da Companhia.

A Companhia não apresentou balanço patrimonial consolidado pro forma em 31 de dezembro de 2009, uma vez que a aquisição da Pilgrim´s Pride e a incorporação da Bertin ocorreram durante o exercício social de 2009, e portanto, seu balanço patrimonial consolidado em 31 de dezembro de 2009 já reflete a aquisição da Pilgrim's Pride e incorporação da Bertin.

Para mais informações acerca da aquisição da Pilgrim's Pride e a incorporação do Bertin, vide seção 6.5 deste Formulário de Referência.

Segue abaixo algumas informações financeiras pro forma da Companhia. Maiores infomações acerca dos dados da demonstração de resultado proforma poderão ser obtidos na nota 4 das demonstrações financeiras do exerício social encerrado em 31.12.2009.

Descrição da Conta	2009
a) Patrimônio Líquido (em R$ milhões)	N/A
b) Ativo Total (em R$ milhões)	N/A
c) Receita Líquida (em R$ milhões)	55.223,6
d) Lucro Bruto (em R$ milhões)	5.916,1
e) Resultado (Prejuízo) Líquido (em R$ mil)	(307,6)
f) Número de Ações, ex-tesouraria (em milhões)	N/A
g) Valor patrimonial da ação (em reais)	N/A
h) Resultado líquido da ação (Controladora) (em reais)	N/A
i) Outras informações contábeis selecionadas (em R$ milhões):	
EBITDA	3.058,0

Para um melhor entendimento deste Formulário de Referência e as atividades da Companhia, apresentamos abaixo um glossário de definições utilizadas neste Formulário de Referência.

"Acordo de Acionistas BNDESPAR"	Acordo de Acionistas da Companhia, celebrado pelo acionista controlador da Companhia e o BNDESPAR em 22 de dezembro de 2009
"Administração"	A administração da Companhia formada pelo Conselho de Administração e Diretoria
"Aquisição da Smithfield"	Aquisição da Smithfield Beef pela JBS USA

"Assembléia Geral"	Assembléia geral de acionistas da Companhia
"Austrália"	Commonwealth of Austrália
"Bertin"	Bertin S.A.
"BM&FBOVESPA"	BM&FBovespa S.A. – Bolsa de Valores, Mercadorias e Futuros
"BNDES"	Banco Nacional de Desenvolvimento Econômico Social
"BNDESPAR"	BNDES Participações S.A., subsidiária integral do BNDES
"BR GAAP"	Práticas contábeis adotadas no Brasil, as quais são baseadas na Lei das Sociedades por Ações, nas normas emitidas pela CVM, nas normas contábeis emitidas pelo IBRACON e nas resoluções do CFC
"Cofins"	Contribuição para o Financiamento da Seguridade Social
"Companhia"	JBS S.A.
"Conselho de Administração"	Conselho de Administração da Companhia
"Contrato com a Smithfield"	Contrato de Compra de Ações celebrado em 4 de março de 2008 entre a Companhia e a Smithfield Foods
"Diretoria"	A Diretoria da Companhia
"dólar, dólares ou US$"	Moeda corrente dos Estados Unidos
"dólar australiano, dólares australianos ou A$"	Moeda corrente da Austrália
"EBITDA"	O EBITDA é uma medição não contábil elaborada pela Administração da Companhia. O EBITDA é calculado utilizando-se o resultado antes da provisão para o imposto de renda e contribuição social, do resultado financeiro líquido, das despesas de depreciação e amortização, de despesas extraordinárias, do resultado de equivalência patrimonial e da amortização de ágio de investimentos. O EBITDA não é uma medida de acordo com o BR GAAP, não representa o fluxo de caixa para os períodos apresentados e não deve ser considerado como substituto para o lucro líquido como indicador do desempenho operacional da Companhia ou como substituto para o fluxo de caixa como indicador de liquidez. O EBITDA é uma informação adicional às demonstrações financeiras da Companhia e não deve ser utilizado em substituição aos resultados auditados. O EBITDA não possui significado padronizado e a definição de EBITDA da Companhia pode não ser comparável àquelas utilizadas por outras empresas.
"Estatuto Social"	Estatuto social da Companhia, conforme alterado
"FB Participações"	FB Participações S.A.
"Formulário de Referência"	O presente formulário de referência da JBS S.A., conforme alterado
"Five Rivers"	Five Rivers Ranch Cattle Feeding LLC

"JBS Five Rivers"	JBS Five Rivers Cattle Feeding LLC
"J&F Oklahoma"	J&F Oklahoma Holdings Inc.
"JBS Packerland"	JBS Packerland, Inc.
"JBS USA"	JBS USA Holdings, Inc.
"J&F"	J&F Participações S.A.
"IBRACON"	Instituto dos Auditores Independentes do Brasil
"ICE"	Divisão de Imigração e Alfândegas do Departamento de Segurança Interna norte-americano
"ICVM 480"	Instrução da CVM nº 480, de 07 de dezembro de 2009, conforme alterada
"Inalca"	Inalca JBS S.p.A.
"Lei das Sociedades por Ações"	Lei n° 6.404, de 15 de dezembro de 1976, conforme alterada
"Operação BNDESPAR"	Operação de capitalização da Companhia através da emissão das Debêntures Conversíveis
"Pilgrim's Pride" ou "PPC"	Pilgrim's Pride Corporation
"Real, reais ou R$"	A moeda corrente no Brasil
"Rockdale Beef"	Rockdale Beef Pty Ltd.
"Smithfield Foods"	Smithfield Foods, Inc.
Smithfield Beef	Smithfield Beef Group, Inc.
"Swift"	Swift Foods & Company (atualmente denominada JBS USA Holdings, Inc.)
"Tasman"	Sociedades do Grupo Tasman, da Austrália, incluindo a Tasman Group Services Pty Ltd e a Industry Park Pty Ltd.
"Tatiara"	Tatiara Meat Company
"US GAAP"	Práticas contábeis adotadas nos Estados Unidos da América

4. FATORES DE RISCO

4.1. Fatores de risco que possam influenciar a decisão de investimento, em especial, aqueles relacionados:

a. à Companhia:

A Companhia pode não ser bem sucedida na execução de sua estratégia para prosseguir desenvolvendo seus negócios e aumentar sua receita e rentabilidade futura.

O crescimento e o desempenho financeiro futuro da Companhia dependerão, em parte, do sucesso na implementação de diversos elementos de estratégia da Companhia que dependem de fatores que estão fora do seu controle. Os principais elementos da estratégia da Companhia são:

- buscar oportunidades de investimentos e aquisições;
- continuar a crescer nos mercados doméstico e internacional;

- continuar a reduzir custos e a aumentar as eficiências operacionais;
- expandir a participação na receita de produtos mais rentáveis; e
- expandir a rede de distribuição direta.

A Companhia não pode assegurar que quaisquer de suas estratégias serão executadas integralmente ou com sucesso. Particularmente, a indústria de alimentos é afetada principalmente por mudanças nas preferências, gostos e hábitos alimentares dos consumidores, regulamentações governamentais, condições econômicas regionais e nacionais, tendências demográficas e nos padrões de comercialização dos estabelecimentos comerciais. Alguns aspectos de estratégia da Companhia envolvem o aumento de gastos operacionais, que pode não ser compensado pelo aumento de receita, resultando em queda de suas margens operacionais.

A implementação da estratégia de expansão da rede de distribuição direta poderá exigir que a Companhia efetue significativos investimentos na aquisição e construção de redes e centros de distribuição, e que a Companhia tenha despesas operacionais adicionais. Além disso, a Companhia está constantemente avaliando aquisições em potencial, inclusive aquisições para expandir sua rede de distribuição direta. A Companhia poderá não conseguir negociar os contratos para tais aquisições em termos aceitáveis. Além disso, essa estratégia poderá expor a Companhia à competição direta com os atuais distribuidores terceirizados, o que poderá afetar o relacionamento da Companhia com tais distribuidores. Adicionalmente, a Companhia pode não ser capaz de efetivamente integrar os negócios que adquiriu ou de implementar com sucesso os sistemas e controles operacionais, financeiros e administrativos apropriados para alcançar os benefícios que espera que resultem de tais aquisições. O desvio da atenção da administração da Companhia e quaisquer atrasos ou dificuldades enfrentadas em relação à integração de tais negócios poderia impactar negativamente os negócios e os resultados operacionais da Companhia.

Os resultados operacionais e situação financeira da Companhia poderão ser adversamente afetados caso ela não seja capaz de integrar com sucesso os negócios que a Companhia adquiriu, em especial a Pilgrim's Pride Corporation ("Pilgrim's Pride") e a incorporação do Bertin S.A. ("Bertin"). Alguns dos concorrentes da Companhia podem pretender crescer por meio de aquisições, o que poderá reduzir a probabilidade de que a Companhia seja capaz de realizar as aquisições necessárias para a expansão dos seus negócios.

Adicionalmente, os benefícios que a Companhia espera de tais aquisições podem não se desenvolver e qualquer aquisição que esta considerar pode estar sujeita a aprovações por autoridades de defesa da concorrência e a outras aprovações governamentais. A Companhia pode não ser capaz de obter as aprovações exigidas, bem como, nas circunstâncias em que venha a obter tais aprovações, pode não obtê-las de forma tempestiva.

A capacidade de endividamento da Companhia é limitada em certas circunstâncias nos termos de seus contratos de endividamento. Para maiores informações acerca dos contratos de endividamento da Companhia, vide seção 7.8 deste Fomulário de Referência.

Além disso, alguns elementos da estratégia da Companhia dependem de fatores que estão fora do controle da Companhia, como mudanças nas condições dos mercados em que a Companhia atua e ações tomadas por concorrentes ou governos das jurisdições onde a Companhia atua, os quais podem sofrer alterações a qualquer tempo. Qualquer falha na execução de elementos da sua estratégia pode afetar negativamente o crescimento de negócio e desempenho financeiro da Companhia no futuro.

O negócio da Companhia requer capital intensivo de longo prazo para implementação da estratégia de crescimento da Companhia.

A competitividade e a implementação da estratégia de crescimento da Companhia dependem da sua capacidade de captar recursos para realizar investimentos. Não é possível garantir que a Companhia será capaz de obter financiamento suficiente para custear seus investimentos de capital e sua estratégia de expansão ou a custos aceitáveis, seja por condições macroeconômicas adversas, seja pelo seu desempenho ou por outros fatores externos ao seu ambiente, o que poderá afetar adversamente a capacidade da Companhia de implementar com sucesso a sua estratégia de crescimento.

A implementação da estratégia da Companhia depende de fatores fora de seu controle, tais como alterações das condições dos mercados nos quais opera, ações de seus concorrentes ou leis e regulamentos existentes a qualquer tempo. Caso a Companhia não consiga implementar com sucesso qualquer parte da sua estratégia, o negócio, situação financeira e resultados operacionais da Companhia poderão ser adversamente afetados.

A Companhia pode não conseguir realizar completamente todas as sinergias previstas com a aquisição da Pilgrim's Pride e a incorporação do Bertin.

A Companhia pode não conseguir realizar completamente todas as sinergias previstas da aquisição da Pilgrim's Pride e da incorporação do Bertin. A capacidade de realizar os benefícios previstos das aquisições dependerá da capacidade da Companhia de integrar com sucesso os negócios da Pilgrim's Pride e do Bertin com os negócios da Companhia. A integração de negócios independentes é um processo complexo, custoso e demorado. Além disso, a Companhia fará a integração de um negócio diferente daqueles atualmente conduzidos em diversos aspectos, incluindo os ciclos de vida dos animais, a dinâmica de preços, margens e volumes. Consequentemente, a Companhia terá que dedicar atenção e recursos administrativos significativos para integrar suas operações e práticas comerciais aos da Pilgrim's Pride e Bertin.

O processo de integração poderá interromper os negócios da Companhia e/ou os negócios da Pilgrim's Pride e do Bertin e, se implementado de maneira ineficaz, poderá impedir a realização de todos os benefícios que se esperam. Além disso, a integração em geral poderá resultar em problemas, despesas, responsabilidades, respostas à concorrência, perda de clientes e de fornecedores, e o desvio das atenções da administração. A integração das operações da Pilgrim's Pride e do Bertin com as suas operações incluem, dentre outros: (i) a consolidação de infra-estruturas corporativas e administrativas, e a eliminação de operações duplicadas; (ii) a manutenção do nível de confiança e motivação dos funcionários e a retenção e contratação de pessoal chave; (iii) a minimização do desvio da atenção da administração dos negócios em andamento; (iv) a coordenação de empresas geograficamente separadas; (v) a abordagem de questões não previstas ao integrar os sistemas de tecnologia de informação, as comunicações e outros sistemas; e (vi) a administração de custos de impostos ou ineficiências relacionadas à integração das operações.

No que se refere à Pilgrim's Pride, a Companhia espera aproveitar ganhos de sinergia e reduzir custos através de iniciativas nas áreas corporativas, transporte, suprimentos e embalagens, e também reduzir despesas gerais e administrativas, exportações e logística. Com relação às sinergias esperadas com a incorporação do Bertin, a Companhia espera aproveitar ganhos de sinergia e acredita que poderá se beneficiar com redução de custos com embalagem, processos industriais, formulação e administrativas, além de sinergias advindas principalmente do corporativo e das exportações.

Caso a Companhia não consiga realizar completamente todas as sinergias previstas da aquisição da Pilgrim's Pride e da incorporação do Bertin, o negócio, situação financeira e resultados operacionais da Companhia poderão ser adversamente afetados.

A Companhia pode não conseguir integrar satisfatoriamente as operações das sociedades adquiridas ou aproveitar oportunidades de crescimento porventura empreendidas no futuro.

A Companhia pretende buscar e aproveitar oportunidades de crescimento selecionadas, no futuro, à medida que forem surgindo. A Companhia pode responder como sucessora por contingências de outras sociedades adquiridas, suas respectivas administrações ou responsabilidades incorridas antes de seu envolvimento. As contingências relevantes associadas a estes tipos de oportunidades ou a não integração bem sucedida por parte da Companhia de operações de outras sociedades ao seu negócio poderiam prejudicar sua reputação e ter efeito adverso relevante sobre a Companhia.

A assunção de responsabilidades desconhecidas nas aquisições pode prejudicar a situação financeira e os resultados operacionais da Companhia. Se a Companhia fizer aquisições no futuro, essas transações podem ser estruturadas de uma maneira que resulte na assunção de responsabilidades desconhecidas não divulgadas pelo vendedor ou não reveladas durante a *due diligence* anterior à aquisição. Essas obrigações e responsabilidades podem prejudicar a situação financeira e os resultados operacionais da Companhia.

Além disso, a Companhia pode não ser capaz de integrar com êxito oportunidades de crescimento que possam surgir no futuro ou introduzir com êxito sistemas e controles operacionais, financeiros e administrativos adequados para auferir os benefícios que estima que resultem dessas oportunidades. Estes riscos incluem: (i) as sociedades adquiridas não lograrem os resultados previstos; (ii) possível incapacidade de manter ou contratar pessoal-chave das sociedades adquiridas; e (iii) possível incapacidade de lograr sinergias e/ou economias de escala previstas. Adicionalmente, o processo de integração de negócios poderia acarretar a interrupção ou perda do ímpeto das atividades existentes do negócio da Companhia. O desvio da atenção da administração da Companhia e quaisquer atrasos ou dificuldades encontrados com relação à integração desses negócios poderiam ter impacto negativo sobre o negócio da Companhia, resultados operacionais, perspectivas e sobre o preço de mercado das ações da Companhia.

Os resultados operacionais da Companhia poderão ser negativamente impactados por flutuações dos preços do gado bovino, suíno e *commodities* de ingredientes alimentares.

As margens operacionais da Companhia dependem, entre outros fatores, do preço de compra de matérias-primas (principalmente de gado) e do preço de venda de seus produtos. Tais preços podem variar significativamente, inclusive durante curtos intervalos de tempo, em virtude de vários fatores, incluindo o fornecimento e a demanda de carne bovina e o mercado de outros produtos protéicos, como a carne de frango e de porco. O fornecimento e o preço de mercado do gado, que é a principal matéria-prima da Companhia, que representou, em 31 de dezembro de 2009, cerca de 83,7% do custo de mercadoria vendida do segmento de bovinos, dependem de uma série de fatores, acerca dos quais a Companhia possui pouco ou nenhum controle, incluindo surtos de doenças, tais como a febre aftosa, o custo da alimentação, as condições econômicas e meteorológicas.

Os preços de gado bovino e suíno apresentam uma natureza cíclica de acordo com a época do ano e no decorrer dos anos, refletindo a oferta e a procura do gado bovino e suíno no mercado e também o mercado para outras fontes de proteína, como frango e peixe. Esses custos são determinados por forças de mercado e outros fatores sobre os quais a Companhia tem pouco ou nenhum controle. Esses outros fatores incluem: (i) regulamentações ambientais e de preservação; (ii) restrições a importação e exportação; (iii) conjuntura econômica; (iv) doenças; e (v) diminuição dos níveis de estoques.

Em geral, a Companhia não firma acordos de compra e venda de longo prazo com seus clientes com contratos de preço fixo e, por conseguinte, os preços pelos quais vende seus produtos são em grande parte determinados pelas condições de mercado. A maior parte do gado bovino e suíno da Companhia é comprada de produtores independentes que vendem gado nos termos de contratos de fornecimento ou no mercado aberto. A diminuição significativa dos preços dos produtos de carne bovina ou suína durante um período longo poderia afetar adversamente a receita líquida de vendas da Companhia e seus lucros operacionais.

Eventual utilização, pela Companhia, de programas de gestão de risco e *hedge*, incluindo contratos futuros e opções de compra e venda, não eliminam completamente esses riscos. Além disso, esses programas também poderão limitar ganhos derivados de flutuações favoráveis do preço de *commodities*. Ademais, parte dos contratos de compra e venda futuros da Companhia é marcada ao mercado de tal forma que os ganhos e perdas não-realizados correlatos são informados trimestralmente nas demonstrações de resultado. Assim sendo, as perdas decorrentes desses contratos prejudicariam os ganhos e poderiam acarretar volatilidade significativa nos ganhos da Companhia.

A Companhia pode não ser capaz de repassar o aumento de seus custos, no todo ou em parte, aos consumidores de seus produtos. Ademais, se a Companhia não celebrar e mantiver contratos ou parcerias com os produtores e agricultores independentes, suas operações de produção poderão ser interrompidas, causando um efeito adverso relevante sobre a Companhia.

Além disso, a lucratividade no setor de processamento de proteína animal é afetada pelos preços de *commodities* de ingredientes alimentares, como, por exemplo, milho e soja. A produção de ingredientes alimentares é afetada positiva e negativamente em especial pelo nível global de estoques de fornecimento e demanda de ingredientes alimentares, pelas políticas agrícolas dos governos e pelos padrões meteorológicos em todo o mundo.

O custo do farelo de milho e de soja, principais ingredientes alimentares da Pilgrim's Pride, aumentou significativamente de agosto de 2006 a julho de 2008, antes da moderação em 2009, e o preço do farelo de milho ou de soja poderá sofrer aumento significativo novamente em razão, dentre outras coisas, do crescimento da demanda desses produtos em todo o mundo e do uso alternativo desses produtos, tais como para a produção do etanol e do biodiesel. Os altos preços dos ingredientes alimentares podem ter um efeito substancial adverso sobre os resultados operacionais da Companhia.

A Companhia enfrenta intensa concorrência em seus setores de negócios, o que pode afetar sua participação de mercado e rentabilidade.

Os setores de carne bovina, suína e de aves são altamente competitivos. A concorrência existe tanto na compra de gado bovino, suíno e de frango, quanto na venda de produtos. Além disso, os produtos de carne bovina, suína e frango da Companhia concorrem com outras fontes de proteína, como por exemplo, peixes. A Companhia concorre com diversos produtores de carne bovina, inclusive empresas sediadas no Brasil, nos United States of America ("Estados Unidos", "Estados Unidos da América" ou "EUA") e na Commonwealth of Austrália ("Austrália"), bem como com produtores de carne suína e de frango. Os principais fatores competitivos nas indústrias de processamento de proteína animal são a eficiência operacional e a

disponibilidade, qualidade e custo de matérias-primas e mão-de-obra, preço, qualidade, segurança alimentar, distribuição de produto, inovações tecnológicas e fidelidade à marca. A capacidade para concorrer de forma eficaz da Companhia depende de sua capacidade de concorrer em função destas características. A Companhia pode não ser capaz de concorrer eficazmente com essas empresas e, caso no futuro não consiga permanecer competitiva frente a esses produtores de carne bovina, suína e de frango, sua participação de mercado poderá ser afetada.

O desempenho da Companhia depende de relações trabalhistas favoráveis com seus empregados. Qualquer deterioração em tais relações ou o aumento dos custos trabalhistas poderão afetar adversamente os negócios da Companhia.

Em 31 de dezembro de 2009, a Companhia possuía 114.322 empregados. A maioria dos mencionados empregados é representada por sindicatos trabalhistas. Qualquer aumento significativo nos custos trabalhistas, a deterioração das relações trabalhistas, operações-tartaruga ou paralisações em quaisquer de suas localidades, seja decorrente de atividades sindicais, movimentação dos empregados ou de outra forma, poderiam ter um efeito adverso relevante nos negócios da Companhia, sua situação financeira, seus resultados operacionais e o valor de mercado de suas ações.

A Companhia é dependente de certos membros de sua administração ("Administração"), formada pelo conselho de administração ("Conselho de Administração") e diretoria ("Diretoria").

As operações da Companhia são dependentes de alguns membros da sua Administração, especialmente com relação à definição, implementação de suas estratégias e desenvolvimento de suas operações. Com eventual melhora no cenário econômico nacional e internacional, a Companhia poderá sofrer risco de que tais pessoas-chaves deixem de integrar o quadro de colaboradores da Companhia, bem como poderá ainda enfrentar dificuldades para a contratação de nova pessoa-chave com as mesmas qualificações daquela que possa eventualmente deixar a Companhia. Para que a Companhia tenha capacidade para reter essas pessoas-chave em seu quadro de colaboradores, poderá ser necessária alteração substancial na política de remuneração a fim de fazer frente com eventuais propostas a serem oferecidas pelo mercado, o que poderá acarretar em aumento nos custos da Companhia. Ressaltamos ainda que, caso uma dessas pessoas-chave da Administração da Companhia deixe de exercer suas atuais atividades, a Companhia poderá sofrer um impacto adverso relevante em suas operações, o que poderá afetar seus resultados e sua condição financeira.

O nível de endividamento da Companhia pode prejudicar seus negócios.

Em 31 de dezembro de 2009, a Companhia possuía um total de dívida consolidada em aberto em seu balanço patrimonial de R$14.429,8 milhões (excluindo as debêntures conversíveis em ações da Companhia e permutáveis por BDRs e/ou ações da JBS USA, emitidas pela Companhia em 22 de dezembro de 2009 ("Debêntures Conversíveis") e o endividamento da Tatiara Meat Company ("Tatiara")). A dívida consolidada da Companhia pode: (i) dificultar o cumprimento de suas obrigações; (ii) limitar sua capacidade de obter financiamento adicional; (iii) exigir parcela significativa de sua geração de caixa para redução da dívida, reduzindo assim sua capacidade de usá-la para capital de giro e outras necessidades empresariais em geral; (iv) limitar sua flexibilidade de planejamento e reação a modificações em seus negócios e no setor no qual a Companhia opera; (v) diminuir as eventuais vantagens competitivas da Companhia com relação a alguns de seus concorrentes com dívida menor do que a dívida da Companhia; e (vi) aumentar a vulnerabilidade da Companhia a condições econômicas e setoriais adversas, incluindo alterações de taxas de juros, preços de gado ou desaquecimento de seu negócio ou da economia.

Nos termos dos contratos financeiros dos quais é parte, a Companhia está sujeita a obrigações específicas, bem como a restrições à sua capacidade de contrair dívida adicional.

A Companhia firmou contratos e compromissos financeiros que exigem a manutenção de certos índices financeiros ou cumprimento de determinadas obrigações. Qualquer inadimplemento dos termos de tais contratos que não seja sanado ou renunciado por seus respectivos credores, poderá acarretar o vencimento antecipado do saldo devedor das respectivas dívidas e/ou de outros contratos financeiros. Determinados financiamentos incorridos contêm cláusulas que impedem a Companhia e suas subsidiárias (inclusive a JBS USA Holdings, Inc. ("JBS USA") e outras) de contraírem dívida, a menos que o índice de alavancagem da Companhia seja menor que 4,75:1.0. Além disso, alguns dos contratos celebrados pela Companhia impõem restrições à sua capacidade de distribuir dividendos, contrair dívidas adicionais, ou até mesmo de dar garantias a terceiros ou a novos financiamentos. Dessa forma, caso ocorra qualquer evento de inadimplemento previsto em tais contratos, o fluxo de caixa e as demais condições financeiras da Companhia poderão ser afetados de maneira adversa. Para mais informações acerca das restrições às quais a

Companhia está sujeita por conta da celebração de contratos de endividamento, vide seção 7.8 deste Formulário de Referência.

Decisões desfavoráveis em processos judiciais ou administrativos podem causar efeitos adversos nos negócios da Companhia, sua condição financeira e seus resultados operacionais.

A Companhia é ré em processos judiciais, cujos resultados não se pode garantir que serão favoráveis ou que não serão julgados improcedentes, ou, ainda, que tais ações estejam plenamente provisionadas. Decisões contrárias aos interesses da Companhia que eventualmente alcancem valores substanciais ou impeçam a realização dos seus negócios conforme inicialmente planejados poderão causar um efeito adverso em seu negócio, sua condição financeira e seus resultados operacionais. Para maiores informações a respeito dos processos judiciais ou adminsitrativos da Companhia, vide seção 4.3 deste Formulário de Referência.

A Companhia está exposta a riscos relacionados à responsabilidade por produto, *recall* de produto, dano à propriedade e danos a pessoas para os quais a cobertura de seguro é cara, limitada e potencialmente inadequada.

As operações comerciais da Companhia acarretam em diversos riscos, incluindo riscos relacionados a reivindicações de responsabilidade por produto, *recalls* de produtos, danos à propriedade e danos às pessoas. Atualmente, a Companhia mantém seguro para alguns desses riscos, incluindo seguro de responsabilidade por produto, seguro de propriedade, seguro de remuneração de trabalhadores, seguro por interrupção dos negócios e seguro de responsabilidade geral, mas, em muitos casos, esse tipo de seguro é caro e de difícil acesso, não havendo nenhuma garantia que futuramente esse seguro possa ser mantido pela Companhia mediante termos aceitáveis, ou em valores suficientes para proteger a Companhia contra perdas eventuais. Além disso, os seguros atualmente existentes poderão não proteger a Companhia adequadamente de responsabilidades e despesas incorridas em relação a esses eventos. Como exemplo, cita-se a Pilgrim's Pride, que foi obrigada a realizar um *recall* dos produtos cozidos produzidos em uma de suas fábricas em 2002. Na ocasião, o custo total do *recall* foi superior a US$100 milhões, sendo que a Pilgrim's Pride conseguiu reaver apenas aproximadamente US$50 milhões em cobertura de seguro com relação a esse *recall*.

O processo de associação com o Bertin está sujeito à aprovação das autoridades brasileiras de defesa da concorrência, sendo que qualquer aprovação das autoridades antistrust pode exigir que a Companhia se desfaça de uma parcela de seus negócios.

Em 16 de setembro de 2009, a J&F Participações S.A. ("J&F") e a ZMF Fundo de Investimento em Participações ("ZMF"), até então acionistas controladoras da Companhia e os acionistas controladores do Bertin concordaram em iniciar um processo de associação da Companhia com o Bertin. Em 29 de dezembro de 2009, a Companhia concluiu o processo de associação com o Bertin, através da incorporação do Bertin pela Companhia.

A Companhia submeteu, tempestivamente, o Ato de Concentração referente à associação, ao Conselho Administrativo de Defesa Econômica ("CADE"), em 7 de outubro de 2009, nos termos da legislação aplicável. Referido Ato de Concentração está seguindo o curso normal de instrução junto à Secretaria de Acompanhamento Econômico ("SEAE") e as partes vêm colaborando com as autoridades sempre que solicitadas.

Após a análise da SEAE e da Secretaria de Direito Econômico ("SDE"), o CADE avaliará os impactos da associação sobre a concorrência. Caso o CADE venha a entender que a associação limita a concorrência, em prejuízo dos consumidores, o CADE poderá não aprovar a operação ou impor condições para a sua realização, incluindo compromissos de desempenho ou de se desfazer de determinadas subsidiárias, linhas de produtos, marcas ou plantas.

Caso o CADE não aprove a operação ou imponha condições para a sua realização, o volume de operações da Companhia no Brasil poderá sofrer redução significativa, impactando em seus resultados de forma negativa.

O surto de doenças de animais poderá afetar a capacidade da Companhia de conduzir as suas operações e as demandas por seus produtos.

Um surto de doença que afete o gado, como a Encefalopatia Espongiforme Bovina (popularmente conhecida como "doença da vaca louca") ("BSE"), poderá resultar em restrições às vendas dos produtos da Companhia ou a compras de gado dos fornecedores. Além disso, surtos desse tipo de doença ou preocupações quanto à possibilidade de ocorrência e disseminação dessas doenças no futuro poderão resultar no cancelamento de

pedidos pelos clientes da Companhia e gerar uma repercussão desfavorável que poderá ter efeito adverso relevante sobre a demanda pelos produtos da Companhia. Como exemplo, em dezembro de 2003, o *United States Department of Agriculture* ("USDA") anunciou o primeiro caso confirmado de BSE nos Estados Unidos. Depois do anúncio, praticamente todos os mercados internacionais proibiram a importação de carne bovina norte-americana. Atualmente não é possível avaliar se, ou quando, esses mercados internacionais remanescentes irão se abrir totalmente para a carne bovina norte-americana ou se mercados abertos existentes irão fechar.

Além da BSE (no caso do gado) e da febre aftosa (doença animal altamente contagiosa), os gados bovino, ovino e suíno estão sujeitos a surtos de outras doenças. Um surto de BSE, febre aftosa ou qualquer outra doença, ou a percepção, por parte do público, da ocorrência do surto, poderia resultar em restrições às vendas aos mercados doméstico e internacional dos produtos da Companhia, cancelamentos de pedidos pelos clientes e repercussão desfavorável. Além disso, caso os produtos dos concorrentes da Companhia sejam contaminados, a publicidade negativa associada a esse acontecimento poderá reduzir a procura de produtos da Companhia por parte do consumidor. Quaisquer desses acontecimentos podem causar um efeito adverso relevante sobre a Companhia.

Adicionalmente, durante a primeira metade de 2006, houve publicidade substancial a respeito da gripe aviária, conhecida como H5N1, que vem afetando a Ásia desde 2002, e que também foi encontrada na Europa e na África. O medo mundial em relação a doenças aviárias, tais como a gripe aviária, pode impactar adversamente as vendas da Pilgrim's Pride, afetando, por consequencia, a Companhia.

Finalmente, em 2009, a gripe A(H1N1), também chamada "gripe suína", disseminou-se por vários países. Foram registrados mais de 94.000 casos e mais de 400 mortes no mundo todo com o surto de gripe A(H1N1) no México, e em 11 de junho de 2009, a Organização Mundial de Saúde, ou OMS, declarou alerta de gripe nível seis, indicando uma pandemia mundial. Qualquer outro surto da doença poderia ter impacto negativo sobre o consumo de carne suína nos mercados da Companhia, e um surto significativo poderia prejudicar a receita líquida de vendas de carne suína e os resultados financeiros da Companhia. Qualquer outro surto de gripe A(H1N1) poderia levar à imposição de controles preventivos onerosos sobre as importações de carne suína nos mercados internacionais da Companhia. Assim, qualquer disseminação da gripe A(H1N1) ou aumento da preocupação acerca dessa doença poderia ter impacto negativo sobre os resultados operacionais de carne suína e na capacidade de venda de carne suína da Companhia a mercados existentes ou novos, afetando, por conseqüência, a Companhia.

O surto de doenças de animais poderá afetar a capacidade da Companhia de conduzir as suas operações e as demandas por seus produtos.

Riscos sanitários possíveis ou efetivos relacionados à indústria de alimentos poderão prejudicar a capacidade de venda de produtos da Companhia. Caso seus produtos fiquem contaminados, a Companhia poderá estar sujeita a demandas e *recalls* de seus produtos.

A Companhia está sujeita a riscos que afetam a indústria de alimentos de forma geral, inclusive relacionados a:

- deterioração ou contaminação de alimentos;
- evolução das preferências do consumidor, preocupações nutricionais e relacionadas à saúde;
- demandas pelo consumidor por responsabilidade de produto;
- adulteração de produtos;
- provável indisponibilidade e custos para obtenção de seguro de responsabilidade de produto; e
- custos e interrupção de operações causados por *recall* de produto.

Nos Estados Unidos, os produtos de carne bovina e de carne suína da Companhia estiveram no passado e poderão ficar no futuro expostos a contaminação por organismos, tais como *E. coli*, *Listeria monocytogenes* e *Salmonela*. Esses organismos em geral são encontrados no meio ambiente e, por esse motivo, há risco de que possam estar presentes em nossos produtos. Esses organismos também podem ser introduzidos em produtos da Companhia por adulteração ou em decorrência de manipulação incorreta no processamento ou

preparação. Produtos contaminados podem causar doença ou morte caso os produtos não sejam corretamente preparados antes do consumo ou caso os organismos não sejam eliminados na preparação.

A Companhia possui sistemas projetados para monitorar os riscos de segurança alimentar em todas as fases de seus processos. Porém, esses sistemas, mesmo quando funcionando com eficiência, podem não eliminar os riscos relacionados à segurança alimentar. Como conseqüência, a Companhia pode fazer um *recall* voluntariamente ou ser obrigada a fazer um *recall* de seus produtos caso estejam ou possam estar contaminados, deteriorados ou indevidamente rotulados. Por exemplo, em 25 de junho de 2009, voluntariamente, a Companhia fez um *recall* de 41.280 libras (aproximadamente 18.700 quilos) de produtos de carne bovina que poderiam ter sido contaminados por E. coli. Depois de investigações adicionais, em 28 de junho de 2009, a Companhia ampliou o *recall* voluntariamente para incluir mais 380.000 libras aproximadamente 172.300 quilos) de diversos produtos de carne bovina. Os produtos de carne bovina objeto do *recall* foram produzidos em 21 de abril e 22 de abril de 2009 na unidade da Companhia localizada em Greeley, Colorado, e foram distribuídos em vários estados dos Estados Unidos e outros países. Ainda que não tenha sido possível determinar precisamente o custo desses *recalls* voluntários, a Companhia acredita que o valor total envolvido seria de aproximadamente US$4 milhões.

A Companhia pode ser responsabilizada caso o consumo de qualquer de seus produtos cause doenças ou morte. Essa responsabilização pode advir de medidas judiciais ingressadas pelo Ministério Público, agências de defesa do consumidor ou por consumidores, agindo individualmente. Tais medidas judiciais podem acarretar em pagamento pela Companhia de indenizações consideráveis ao erário público ou aos próprios consumidores. O valor dessas indenizações poderá exceder os limites das apólices de seguro da Companhia.

A publicidade negativa com relação a qualquer risco sanitário percebido ou real associado aos produtos da Companhia também poderia fazer com que os clientes perdessem a confiança na segurança e qualidade de seus produtos alimentícios, o que poderia prejudicar a capacidade de venda de produtos da Companhia. A Companhia poderia, ademais, ser prejudicada por riscos sanitários percebidos ou reais associados a produtos similares fabricados por terceiros, na medida em que esses riscos façam com que os clientes percam a confiança na segurança e qualidade desse tipo de produto em geral.

Quaisquer desses acontecimentos poderão causar um efeito adverso relevante sobre a Companhia, como, por exemplo, através do pagamento de indenizações, o que poderia causar riscos de imagem à Companhia.

Mudanças nas preferências do consumidor podem prejudicar o negócio da Companhia.

Em geral, a indústria alimentícia está sujeita a tendências, demandas e preferências dos consumidores. Os produtos da Companhia concorrem com outras fontes de proteína, inclusive peixes. As tendências do setor alimentício mudam frequentemente e o fato da Companhia não conseguir prever, identificar ou reagir a essas mudanças de tendências poderia acarretar a redução da demanda e dos preços dos produtos da Companhia, podendo ter um efeito adverso relevante sobre o seu negócio, sua situação financeira, seus resultados operacionais e o preço de mercado de suas ações.

O negócio da Companhia pode ser adversamente afetado de modo relevante em razão de condições climáticas ou outros acontecimentos extremos, imprevistos e fora do alcance da Companhia, em suas áreas de operação.

O negócio da Companhia pode ser adversamente afetado por alterações do clima nas áreas nas quais a Companhia opera. Além disso, desastres naturais, incêndio, bioterrorismo, pandemias ou condições climáticas extremas, inclusive inundações, secas, frio ou calor excessivo, furacões ou outras tempestades, poderiam prejudicar a saúde ou crescimento do gado bovino e suíno ou prejudicar as operações da Companhia devido a quedas de energia, escassez de combustível, danos às instalações de produção e processamento ou interrupções em rede de transporte, entre outras coisas. Quaisquer desses fatores, bem como falhas dos sistemas de informação da Companhia, poderiam prejudicar os resultados financeiros da Companhia.

O uso de instrumentos financeiros derivativos pode afetar negativamente os resultados das operações da Companhia, especialmente em um mercado volátil e incerto.

A Companhia tem utilizado instrumentos financeiros derivativos para administrar o perfil de risco associado a taxas de juros e exposição de moeda de sua dívida. Como resultado da crescente volatilidade e variação do real em relação à moeda corrente dos Estados Unidos (“Dólar”), podem ocorrer mudanças significativas no valor justo do *portfólio* de instrumentos derivativos e a Companhia pode incorrer em perdas líquidas de seus instrumentos financeiros derivativos. O valor justo de instrumentos derivativos flutua com o tempo, como resultado dos efeitos de taxas de juros futuras e da volatilidade do mercado financeiro. Esses valores devem

ser analisados em relação aos valores justos das operações subjacentes e como uma parte da exposição média total da Companhia a flutuações na taxa de juros e em taxas de câmbio. Como a valorização é imprecisa e variável, é difícil prever exatamente a magnitude do risco decorrente do uso de instrumentos derivativos no futuro. A Companhia pode ser afetada negativamente por suas posições nos derivativos financeiros.

b. ao seu controlador, direto ou indireto, ou grupo de controle:

O BNDES Participações S.A., subsidiária integral do Banco Nacional de Desenvolvimento Econômico Social - BNDES ("BNDESPAR"), cujos interesses nos negócios da Companhia podem diferir dos demais acionistas, possui direitos de veto sobre determinadas decisões societárias importantes.

O BNDESPAR detem aproximadamente 18,5% das ações ordinárias em circulação da Companhia. O acionista controlador da Companhia e o BNDESPAR celebraram, em 22 de dezembro de 2009, o acordo de acionistas da Companhia, celebrado pelo acionista controlador da Companhia e o BNDESPAR em 22 de dezembro de 2009 ("Acordo de Acionistas BNDESPAR"), mediante o qual foi concedido ao BNDESPAR o direito de vetar determinadas decisões societárias importantes que a Companhia possa tomar, incluindo: (i) a assunção de dívida acima de determinados limites; (ii) o pagamento de dividendos ou juros acima de determinados limites; (iii) a realização de determinadas reduções de capital; (iv) o envolvimento em transformações societárias, incorporações, cisões ou determinadas outras operações societárias; (v) o envolvimento em operações com partes relacionadas acima de determinados valores; (vi) a adoção de um orçamento anual que implique a incorrência de dívida acima de determinados limites; (vii) cancelamento do registro de companhia aberta da Companhia ou de sua subsidiária JBS USA, conforme aplicável, ou redução do nível de listagem da Companhia na BM&FBovespa S.A. – Bolsa de Valores, Mercadorias e Futuros ("BM&FBOVESPA"); (viii) a criação de qualquer espécie ou classe de ação na JBS USA com direitos políticos ou patrimoniais diferenciados (incluindo, sem limitação, ações preferenciais); (ix) a realização de aquisições substanciais não previstas no orçamento anual aprovado ou pelo plano de negócios; (x) a realização de vendas de ativo não circulante acima de determinados limites; e (xi) a criação de gravames ou a concessão de garantias a favor de terceiros não relacionados acima de determinados valores.

Além disso, o Acordo de Acionistas BNDESPAR concede ao BNDESPAR o direito de indicar até dois membros do Conselho de Administração da Companhia. O BNDESPAR pode exercer seus direitos de veto de maneiras conflitantes com seus interesses como investidor na Companhia.

Para maiores informações sobre o acordo de acionistas da Companhia, vide seção 15.5(g) deste Formulário de Referência.

Os interesses do acionista controlador da Companhia podem ser conflitantes com os interesses de investidores da Companhia.

A FB Participações S.A. ("FB"), acionista controlador da Companhia, tem poderes para, entre outras coisas, eleger a maioria dos membros do Conselho de Administração e determinar o resultado de deliberações que exijam aprovação de acionistas, inclusive em operações com partes relacionadas, reorganizações societárias, alienações de ativos, parcerias e época do pagamento de quaisquer dividendos futuros, observadas as exigências de pagamento do dividendo obrigatório, impostas pela Lei n° 6.404, de 15 de dezembro de 1976, conforme alterada ("Lei das Sociedades por Ações"). O acionista controlador da Companhia poderá ter interesse em realizar aquisições, alienações de ativos, parcerias, buscar financiamentos ou operações similares que podem ser conflitantes com os interesses dos investidores da Companhia e causar um efeito material adverso nas atividades, situação financeira e resultados operacionais da Companhia.

c. aos seus acionistas:

A conversão das Debêntures Conversíveis em ações ordinárias da Companhia acarretará a diluição da participação do investidor em suas ações.

Em 29 de dezembro de 2009, a Companhia emitiu as Debêntures Conversíveis. Tais debêntures também são obrigatoriamente permutáveis por ações ordinárias da JBS USA na forma de *Brazilian Depositary Receipts*, certificados de depósito de ações da JBS USA ("BDRs") no caso da ocorrência de um "Evento de Liquidez". O Evento de Liquidez é definido, na escritura de emissão, como sendo a conclusão de uma oferta pública de ações da JBS USA, com colocação primária de, no mínimo, 50%, seja através de oferta inicial ou de *follow-on*, em montante mínimo equivalente a US$ 1,5 bilhão, por ocasião da qual a JBS USA (a) torne-se companhia registrada (*reporting company*) na SEC, (b) tenha ações listadas na New York Stock Exchange ou *National Association of Securities Dealers Automated Quotations* ("NASDAQ"), (c) tenha *free float* mínimo (excluída potencial participação dos debenturistas) de 15% após a oferta pública, e (d) que a integralidade do capital

social da JBS USA, na data do Evento de Liquidez, seja composta de ações de uma só espécie e classe, tendo, portanto, os mesmos direitos e vantagens (observado que será permitida a emissão de classe de ações preferenciais com direitos políticos diferenciados, após o Evento de Liquidez, exclusivamente para fins de defesa contra tomada de controle hostil). Os termos e condições gerais das Debêntures Conversíveis estão dispostos na seção 18.5 deste Formulário de Referência.

O Evento de Liquidez deve ocorrer até 31 de dezembro de 2010 (a "Data Limite"), sob pena de realização mandatória da conversão em ações da Companhia. Contudo, nos termos da escritura, a Companhia poderá, em até cinco dias antes da Data Limite, notificar o agente fiduciário de que pretende prorrogar a Data Limite até 31 de dezembro de 2011 (a "Data Limite Prorrogada"), caso em que deverá pagar, na data da notificação e em moeda corrente nacional, aos debenturistas, um prêmio no valor de 15% sobre o valor nominal unitário da totalidade das Debêntures Conversíveis então em circulação.

Nos termos da escritura, as Debêntures Conversíveis serão convertidas por uma quantidade de ações ordinárias de emissão da Companhia decorrente da divisão entre (a) seu valor nominal unitário, acrescido de um prêmio de 10%; e (b) o preço de conversão determinado com base na média ponderada por volume do preço da ação ordinária de emissão da Companhia em negociação na BM&FBOVESPA sob o código "JBSS3" nos 60 pregões imediatamente anteriores à data de conversão, média esta ajustada para proventos declarados, limitado a um piso de R$ 6,50 por ação e um teto de R$ 12,50 por ação. A conversão em ações somente ocorrerá no caso de não-verificação do Evento de Liquidez ou na ocorrência de quaisquer das hipóteses de vencimento antecipado prevista na escritura de emissão.

A conversão das Debêntures Conversíveis em ações ordinárias da Companhia poderá acarretar diluição da participação acionária do investidor no capital social da Companhia, bem como diluição econômica de seu investimento.

A Companhia pode vir a precisar de capital adicional no futuro, por meio da emissão de valores mobiliários, o que poderá resultar em uma diluição da participação do investidor em suas ações.

É possível que a Companhia tenha interesse em captar recursos no mercado de capitais por meio de emissão de ações e/ou colocação pública ou privada de títulos conversíveis em ações. A captação de recursos adicionais por meio da emissão pública de ações, que pode não prever direito de preferência aos acionistas da Companhia, poderá acarretar diluição da participação acionária do investidor no capital social da Companhia.

A Companhia pode não pagar dividendos aos acionistas titulares de suas ações.

De acordo com seu estatuto social, conforme alterado ("Estatuto Social"), a Companhia deve pagar aos seus acionistas 25% de lucro líquido anual ajustado da Companhia sob a forma de dividendo obrigatório. O lucro líquido pode ser capitalizado, utilizado para compensar prejuízo ou então retido, conforme previsto na Lei das Sociedades por Ações, podendo não ser disponibilizado para pagamento de dividendos. A Companhia pode não pagar dividendos aos seus acionistas em qualquer exercício social se os administradores manifestarem, e se a assembléia geral de acionistas da Companhia ("Assembléia Geral") assim aprovar, ser tal pagamento desaconselhável diante da situação financeira da Companhia.

Ademais, parcela relevante dos resultados da Companhia dependem dos resultados de suas subsidiárias, que podem não vir a ser distribuídos. Alguns dos contratos celebrados pela Companhia (e suas subsidiárias) impõem restrições à sua capacidade de distribuir dividendos, contrair dívidas adicionais, ou até mesmo de dar garantias a terceiros ou a novos financiamentos. Dessa forma, caso ocorra qualquer evento de inadimplemento previsto em tais contratos, o fluxo de caixa e as demais condições financeiras da Companhia poderão ser afetados de maneira adversa. Para mais informações acerca das restrições aos quais a Companhia está sujeita por conta da celebração de contratos de endividamento, vide seção 7.8 deste Formulário de Referência.

A relativa volatilidade e a liquidez limitada do mercado de capitais brasileiro podem afetar negativamente a liquidez e o valor de mercado de ações da Companhia.

O investimento em valores mobiliários negociados em mercados emergentes, tal como o Brasil, envolve, com frequência, maior risco em comparação a outros mercados mundiais, sendo tais investimentos considerados, em geral, de natureza mais especulativa. O mercado brasileiro de valores mobiliários é substancialmente menor, menos líquido e mais concentrado, podendo ser mais volátil do que os principais mercados de valores mobiliários mundiais. A BM&FBOVESPA apresentou uma capitalização de mercado de R$2,3 trilhões em 26 de fevereiro de 2010, e um volume médio diário de negociação de US$6,6 bilhões no mês de fevereiro de

2010. As dez maiores companhias, em termos de capitalização de mercado representavam, aproximadamente, 49,16% do volume de negociação de todas as companhias listadas na BM&FBOVESPA em fevereiro de 2010. Embora quaisquer das ações de uma empresa listada possam ser negociadas na BM&FBOVESPA, na maioria dos casos nem todas as ações listadas estão efetivamente disponíveis para negociação pública, sendo uma parte detida por pequenos grupos de investidores, por instituições governamentais ou por um único acionista principal. Além disso, a eventual falta de liquidez no mercado de capitais pode limitar substancialmente a capacidade do investidor de vender as ações na ocasião e pelo preço desejado, o que poderia acarretar impacto negativo sobre o valor de mercado desses valores mobiliários.

Caso os planos de opções de ações sejam outorgados, os interesses dos administradores e executivos da Companhia podem ficar excessivamente vinculados à cotação das ações de emissão da Companhia.

Mediante aprovação do Conselho de Administração, a Companhia pode oferecer aos seus administradores e/ou empregados que tenham se destacado por contribuir significativamente para o desempenho da Companhia, ou cuja contratação seja de vital importância para a boa execução dos planos e estratégias da Companhia, a possibilidade de aderir ao Plano de Opção de Compra de Ações aprovado na Assembléia Geral Extraordinária realizada em 9 de março de 2007.

O Conselho de Administração é responsável pela seleção dos empregados que terão direito ao plano, bem como por definir o número de opções que serão oferecidas. O prazo para exercício obedecerá as seguintes regras:

(i) Até ¼ das opções poderá ser exercida ao final de 24 meses a contar da data de outorga;

(ii) Até 2/4 das opções poderá ser exercida ao final de 36 meses a contar da data de outorga;

(iii) Até 3/4 das opções poderá ser exercida ao final de 48 meses a contar da data de outorga; e

(iv) O total das opções poderá ser exercida ao final de 60 meses a contar da data de outorga, sendo que o prazo máximo de exercício será de 72 meses.

O preço de outorga será o correspondente a: (i) para as opções outorgadas no lançamento do plano, o preço de distribuição fixado na oferta pública inicial da da Companhia ocorrida em 2007; (ii) para as demais outorgas, o valor correspondente à média aritmética do valor das ações da Companhia, verificado nos pregões dos cinco dias anteriores à data de outorga.

A quantidade total das ações destinadas ao Plano não poderá ultrapassar 2% do capital social da Companhia por ano.

O fato dos administradores e executivos poderem receber, como parte de sua remuneração, opções de compra de ações de emissão da Companhia a um preço de exercício eventualmente inferior ao preço de mercado das ações da Companhia pode levar tais pessoas a ficarem com seus interesses excessivamente vinculados à cotação das ações da Companhia.

d. a suas controladas e coligadas:

As controladas e coligadas da Companhia estão sujeitas, além dos riscos relacionados à Companhia descritos na seção 4.1.(a) acima, aos seguintes fatores de risco:

Riscos Relativos à JBS USA e Pilgrim´s Pride

Os esforços para cumprir com as leis de imigração, a introdução da nova legislação sobre imigração ou os maiores esforços para o cumprimento das leis de imigração podem aumentar os custos com mão-de-obra da JBS USA e/ou da Pilgrim's Pride, bem como interromper as operações e expor a JBS USA e/ou a Pilgrim's Pride a penalidades civis e possivelmente criminais.

A reforma das leis de imigração nos Estados Unidos continua a atrair atenção significativa do público e do congresso norte-americano. Se a nova legislação federal sobre imigração for promulgada, ou se os estados em que a JBS USA e/ou a Pilgrim's Pride fazem negócios promulgarem leis de imigração, essas leis poderão conter disposições que podem tornar mais difícil ou custoso para a JBS USA e/ou a Pilgrim's Pride contratarem cidadãos norte-americanos e/ou trabalhadores imigrantes legais. Neste caso, a JBS USA e/ou a Pilgrim's Pride poderão contrair custos adicionais com mão-de-obra e outros custos relacionados aos

negócios, o que poderá ter um efeito substancial adverso sobre seus negócios, resultados operacionais e situação financeira.

Além disso, apesar dos esforços da JBS USA e da Pilgrim's Pride para contratar apenas cidadãos norte-americanos e/ou pessoas legalmente autorizadas a trabalhar nos Estados Unidos, a JBS USA e a Pilgrim's Pride não podem garantir que todos os seus funcionários sejam cidadãos norte-americanos e/ou pessoas legalmente autorizadas a trabalhar nos Estados Unidos.

Em 12 de dezembro de 2006, época em que a JBS USA estava sob controle de seu antigo controlador (um fundo de private equity) agentes da divisão de Imigração e Alfândegas ("ICE"), do Departamento de Segurança Interna norte-americano e outros órgãos públicos realizaram entrevistas com empregados em todas as unidades de produção, com exceção das unidades de produção localizadas em Louisville, Kentucky e Santa Fe Springs, Califórnia, no contexto de uma investigação da condição imigratória dos empregados da JBS USA. Aproximadamente 1.300 pessoas foram detidas pela ICE e afastadas do quadro de empregados da JBS USA. Até esta data, não foram apresentadas acusações civis ou criminais pelo governo norte-americano contra a JBS USA ou quaisquer dos membros de sua administração atual ou anterior. Em 12 de dezembro de 2006, depois de suspensão de seis a sete horas de operações devido ao processo de entrevista dos empregados, a JBS USA retomou a produção em todas as unidades dos Estados Unidos, contudo, com redução dos níveis de produção. A Companhia estima que a escassez na mão-de-obra e interrupções correlatas em suas operações como resultado do evento da ICE tenham resultado em custos adicionais de aproximadamente US$82 milhões, bem como em redução da receita das unidades afetadas, uma vez que a redução da quantidade de trabalhadores experientes resultará em volumes de carne mais baixos do que os níveis ideais de processamento. A JBS USA retomou a produção normal em suas unidades de processamento de carne suína em março de 2007. A Companhia poderá enfrentar interrupções semelhantes no futuro em suas unidades norte-americanas, suas práticas aprimoradas de contratação poderão expor a Companhia ao aumento de risco de processos judiciais relacionados a essa prática e os custos de mão-de-obra poderão ser consequentemente afetados. Além disso, o ICE apreendeu 30 funcionários da Pilgrim's Pride em 2007 e mais de 300 funcionários da Pilgrim's Pride em 2008 que não tinham a documentação de imigração adequada.

No futuro, outros esforços de execução da lei pelas autoridades governamentais podem ocorrer, os quais podem incluir penalidades civis ou possivelmente criminais, e a JBS USA e/ou a Pilgrim's Pride podem enfrentar interrupções em seus quadros de funcionários ou em suas operações em uma ou mais fábricas, dessa forma com um impacto negativo nos negócios da JBS USA e/ou da Pilgrim's Pride, e consequentemente, para a Companhia.

A Pilgrim's Pride terá nível significativo de alavancagem após firmar a Linha de Crédito de Saída, conforme contemplado pelo Plano, o que poderá afetar adversamente a sua flexibilidade operacional e financeira futura.

A Pilgrim's Pride terá nível significativo de alavancagem financeira, o que poderá afetar adversamente a sua situação financeira. Na data do fechamento da aquisição da Pilgrim's Pride, depois de colocar em prática as operações previstas pelo plano de reestruturação da Pilgrim's Pride aprovado pelas corte norte-americanas de falência ("Plano"), a Companhia estima que a Pilgrim's Pride, em base consolidada, terá aproximadamente US$ 1,25 bilhão em dívida garantida, e poderá tomar em empréstimo adicional aproximadamente mais US$ 0,5 bilhão, conforme a linha de crédito rotativo de três anos no valor de no máximo US$600,0 milhões, um empréstimo "A", com prazo de três anos, no valor de no máximo US$375,0 milhões, e um empréstimo "B", com prazo de cinco anos, no valor de no máximo US$775,0 milhões, contratada pela Pilgrim's Pride após sair de seu processo falimentar ("Linha de Crédito de Saída"). Valores significativos de fluxo de caixa serão necessários para efetuar pagamentos de juros e amortizar o valor do principal dessa dívida.

A capacidade da Pilgrim's Pride de efetuar pagamentos e de refinanciar a sua dívida, incluindo a Linha de Crédito de Saída, dependerá de sua capacidade de gerar caixa no futuro. Isto, em certa extensão, depende de diversos fatores comerciais (incluindo, dentre outros, os preços de *commodities* de ingredientes alimentares e do frango) e econômicos, financeiros, de concorrência, legislativos e reguladores em geral, e de outros fatores que estão além do controle da Pilgrim's Pride e da Companhia.

A Pilgrim's Pride poderá não conseguir gerar fluxo de caixa suficiente das operações, e empréstimos futuros podem não estar disponíveis sob linhas de crédito em um valor suficiente para permitir que a Pilgrim's Pride honre suas obrigações de dívida, incluindo suas obrigações relacionadas à Linha de Crédito de Saída, ou financie as suas demais necessidades de liquidez. A Pilgrim's Pride poderá precisar financiar toda ou uma parte de sua dívida antes do vencimento. A Pilgrim's Pride poderá não conseguir refinanciar qualquer uma de suas dívidas em termos comercialmente razoáveis, ou de forma alguma.

O passivo consolidado da Companhia, após a saída da Pilgrim's Pride do processo de recuperação judicial poderia exceder substancialmente as estimativas da Companhia bem como aquelas da Pilgrim's Pride.

De acordo com o Plano da Pilgrim's Pride para a reestruturação, nenhuma ação autorizada movida contra a Pilgrim's Pride será prejudicada (exceto pela participação dos detentores de patrimônio anterior à falência da Pilgrim's Pride) e devem ser pagas integralmente pelo valor autorizado. O valor estimado das ações contra a Pilgrim's Pride que serão pagas nos termos do Plano é de aproximadamente US$250 milhões, valor este que não inclui compensação profissional e ações de reembolso, pagamento de notas pendentes da Pilgrim's Pride, ações entre companhias, ações *flow-through* e determinadas outras ações *de minimis*. A Pilgrim's Pride registrou passivo para esse valor em seu balanço com base em seu julgamento quanto ao valor total das ações autorizadas e os valores pelos quais ela acredita poder liquidar as ações contestadas. Todavia, os valores totais pleiteados por credores sem garantia nas habilitações de crédito apresentadas por detentores de créditos são significativamente superiores à estimativa feita pela Pilgrim's Pride para as ações autorizadas e a Pilgrim's Pride pode não conseguir liquidar essas ações contestadas pela sua estimativa mais baixa. Por exemplo, o valor total das ações sem garantias autorizadas excederia a estimativa de US$180 milhões feita pela Pilgrim's Pride. Qualquer ação contestada será um passivo da Companhia consolidada após a saída da Pilgrim's Pride da falência, uma vez que qualquer ação deve ser paga integralmente nos termos do Plano.

Além disso, a Pilgrim's Pride exerceu seus direitos dentro do processo de falência de rejeitar determinados contratos e arrendamentos não vencidos, incluindo os contratos com granjeiros. As ações por danos decorrentes de tal rejeição podem ser discutidas em juízo, sendo que o montante para tais ações de danos por rejeição, conforme aprovados entre as partes ou por determinação do tribunal de falência, poderão ser liquidadas nos termos do Plano. Todas essas ações por danos de rejeição podem ser maiores do que a Pilgrim's Pride prevê no momento.

Por todos esses motivos, o passivo da JBS USA consolidada pode exceder as ações estimadas refletidas no Plano e pode não ser solucionado durante algum tempo após a data de fechamento da aquisição da Pilgrim's Pride. Todas as ações ou os custos que excederem substancialmente as estimativas da JBS USA e da Pilgrim's Pride podem afetar de modo negativo os resultados das operações consolidadas, a condição financeira e os fluxos de caixa da Pilgrim´s Pride, e consequentemente, da Companhia.

A Pilgrim's Pride pode incorrer em custos significativos para cumprir as exigências ambientais existentes ou variáveis e obrigações ambientais em potencial relacionadas às atuais operações ou às operações interrompidas.

Diversas fábricas da Pilgrim's Pride estão operando abaixo da capacidade em virtude das condições econômicas, e o aprimoramento em algumas fábricas foi adiado ou diferido em virtude da falência. Antes de a produção poder ser restaurada até os níveis anteriores à falência, investimentos de capital relevantes poderão ser necessários em algumas fábricas para a instalação de novos equipamentos de controle de poluição para atingir a conformidade com as exigências ambientais existentes ou variáveis, incluindo limitações mais rigorosas impostas ou previstas em alvarás ambientais recém-renovados ou prestes a serem renovados.

A Pilgrim's Pride adquiriu no passado negócios com operações tais como produção de pesticidas e fertilizantes que envolveram um uso maior de materiais perigosos e geração de mais resíduos perigosos do que as atuais operações da Pilgrim's Pride. Apesar de muitas dessas operações terem sido vendidas ou encerradas, algumas leis ambientais impõem responsabilidade estrita e, em determinadas circunstâncias, responsabilidade conjunta e individual pelos custos de investigação e reparo de locais contaminados aos antigos e atuais proprietários e operadores dos locais, e às pessoas que providenciaram o derramamento de resíduos nesses locais. Além disso, os atuais proprietários ou operadores desses locais contaminados podem pleitear a recuperação dos custos de limpeza da Pilgrim's Pride com base nas operações anteriores ou indenizações contratuais.

Novas exigências ambientais, interpretações mais rigorosas das exigências ambientais existentes, ou obrigações relacionadas à investigação ou limpeza de locais contaminados, podem afetar substancialmente os negócios ou operações da Pilgrim's Pride no futuro.

Os contratos de mudança de controle entre a Pilgrim's Pride e seus diretores executivos e principais funcionários podem ter um impacto significativo sobre os negócios da Pilgrim's Pride e podem resultar em conflitos de interesses.

A aquisição da maioria das ações ordinárias da Pilgrim's Pride pela JBS USA nos termos do contrato de compra de ações constituirá uma mudança de controle da Pilgrim's Pride, nos termos dos contratos de

mudança de controle firmados entre a Pilgrim's Pride e seus diretores executivos e determinados funcionários principais. A Pilgrim's Pride assumiu 21 contratos de mudança de controle com determinados diretores executivos e funcionários principais da Pilgrim's Pride, que mediante a ocorrência dos eventos específicos estabelecidos abaixo exigiriam que a Pilgrim's Pride fizesse pagamentos a tais indivíduos, os quais, no total, constituiriam um valor substancial. Em geral, os contratos de mudança de controle prevêem que a Pilgrim's Pride pague a cada participante uma porcentagem de seu salário base, bônus e benefícios, caso o contrato de trabalho daquele participante seja rescindido sem justa causa em um período específico após um evento de mudança de controle. Caso a Pilgrim's Pride acione a obrigação de pagamento por alteração no controle, no caso de encerramento sem justa causa para todos os 21 participantes exceto Lonnie "Bo" Pilgrim, sua obrigação de pagamento total será de aproximadamente US$31,9 milhões.

Além disso, os diretores executivos e/ou funcionários principais da Pilgrim's Pride terão deveres fiduciários com a Pilgrim's Pride e com a JBS USA e tais interesses podem entrar em conflito ou concorrer entre si de tempos em tempos até que a JBS USA exerça sua opção de permutar cada ação do lote de ações ordinárias da Pilgrim's Pride por novas ações do lote de ações ordinárias da JBS USA, de acordo com uma taxa especificada para a oferta de permuta.

e. a seus fornecedores:

Não aplicável.

f. a seus clientes:

A consolidação dos clientes da Companhia poderá ter impacto negativo sobre os negócios da Companhia.

Os clientes da Companhia, tais como supermercados, clubes atacadistas e distribuidores de alimentos, realizaram consolidações nos últimos anos. Prevê-se que um movimento de consolidação prosseguirá nos Estados Unidos e em outros mercados importantes. Essas consolidações produziram clientes de grande porte, sofisticados, com maior poder de compra, e, portanto, mais aptos a operar com estoques menores, opondo-se a aumentos de preços e exigindo preços menores, aumento de programas promocionais e produtos especificamente personalizados. Esses clientes também podem usar espaço para exposição atualmente utilizado para os produtos da Companhia para seus produtos, de marca própria. Caso a Companhia não reaja a essas tendências, o crescimento do volume de vendas da Companhia poderá diminuir, prejudicando os resultados financeiros e o preço das ações da Companhia.

g. aos setores da economia nos quais a Companhia atue:

A deterioração da conjuntura econômica poderá causar impacto negativo sobre os negócios da Companhia.

O negócio da Companhia poderá ser prejudicado por alterações da conjuntura econômica nacional ou mundial, incluindo inflação, taxas de juros, disponibilidade dos mercados de capital, taxas de gastos do consumidor, disponibilidade de energia e custos (inclusive sobretaxas de combustível) e efeitos de iniciativas governamentais para administrar a conjuntura econômica. Quaisquer das referidas alterações poderiam prejudicar a demanda de produtos nos mercados doméstico e externo ou o custo e a disponibilidade das matérias-primas que a Companhia necessita, ingredientes culinários e materiais de embalagem, prejudicando, dessa forma, os resultados financeiros da Companhia.

As interrupções nos mercados de crédito e em outros mercados financeiros e a deterioração da conjuntura econômica nacional e mundial poderão, entre outras coisas: (i) ter impacto negativo sobre a demanda global por produtos protéicos, o que poderia acarretar a redução de vendas, lucro operacional e fluxos de caixa; (ii) fazer com que os clientes ou consumidores finais deixem de consumir os produtos da Companhia em favor de produtos mais baratos, passando a consumir produtos com menos proteínas como cortes de carne bovina, suína ou frango que são menos lucrativos, pressionando as margens de lucro da Companhia; (iii) dificultar ou encarecer a obtenção de financiamento para as operações ou investimentos ou refinanciamento da dívida da Companhia no futuro; (iv) fazer com que os credores modifiquem suas políticas de risco de crédito e dificultem ou encareçam a concessão de qualquer renegociação ou disputa de obrigações de natureza técnica ou de outra natureza nos termos dos contratos de dívida, caso a Companhia venha a pleiteá-las no futuro; (v) prejudicar a situação financeira de alguns clientes ou fornecedores da Companhia; e (vi) diminuir o valor dos investimentos da Companhia.

h. à regulação dos setores em que o emissor atue:

O atendimento de exigências ambientais poderá resultar em custos significativos e a inobservância de tais exigências poderá resultar em condenações por perdas e danos, bem como sanções criminais e administrativas.

As operações da Companhia estão sujeitas a extensas e cada vez mais rigorosas leis e regulamentos em vigor nas jurisdições em que a Companhia atua, em diversos níveis de governo, relativos à proteção do meio ambiente, inclusive com relação ao descarte de materiais no meio ambiente, à manipulação, tratamento e descarte de resíduos e saneamento do solo e contaminação de águas subterrâneas.

A impossibilidade de atender a essas exigências, ou a eventuais acordos internacionais que versem sobre proteção ambiental, poderá resultar em sérias consequências para a Companhia, inclusive penalidades criminais, civis e administrativas, condenações por perdas e danos e publicidade negativa. Devido à possibilidade de regulamentos, acordos internacionais ou outros eventos não previstos, especialmente considerando que as leis ambientais se tornem mais rigorosas no Brasil e nos mercados domésticos em que a Companhia atua, o montante e prazo necessários para futuros gastos para manutenção da conformidade com os regulamentos pode aumentar e afetar de forma adversa a disponibilidade de recursos para dispêndios de capital e para outros fins. A conformidade com novas leis ou com as leis e regulamentos ambientais em vigor podem causar um aumento nos custos e despesas da Companhia, resultando, consequentemente, em lucros menores.

Em 7 de julho de 2009, o Bertin e seus acionistas controladores firmaram um Termo de Ajustamento de Conduta com o Ministério Público Federal do Estado do Pará ("MPF/PA"), com o fim de coibir, no Estado do Pará, a compra de gado e subprodutos de fazendas fornecedoras constantes de lista de locais onde ocorrem condições de trabalho análogas a de escravo, emitida pelo Ministério do Trabalho e Emprego, e de lista de áreas embargadas, divulgada pelo Instituto Brasileiro do Meio Ambiente e dos Recursos Naturais Renováveis ("IBAMA"). A Companhia é sucessora legal do Bertin em decorrência da incorporação desta pela Companhia.

Adicionalmente, assim como outras empresas do seu setor de atuação, a Companhia está atualmente em fase de negociações com o Ministério Público Federal ("MPF") do estado do Mato Grosso para a celebração, oportunamente, de Termo de Ajustamento de Conduta, nos mesmos moldes do Termo de Ajustamento de Conduta firmado com o MPF/PA.

A Companhia incorre em custos e despesas e realiza investimentos significativos com melhorias nas instalações para o tratamento dos resíduos líquidos e controle de contaminações precedentes devido à liberação da água utilizada em algumas de suas unidades. Como exemplo, entre 10 de agosto de 2007 e 10 de junho de 2008, a fábrica da JBS USA em Souderton, à época sob outro controle, vivenciou diversos incidentes de derramamento de água residual. Em 29 de novembro de 2008, o Departamento de Justiça dos Estados Unidos moveu uma ação civil contra a JBS USA no juízo federal de primeira instância do Distrito Leste da Pensilvânia a respeito desses incidentes. Caso o Departamento de Justiça dos Estados Unidos determine que as medidas de correção e modernização da JBS USA são inadequadas, eles poderão exigir que a JBS USA faça melhorias adicionais ou outras alterações operacionais que podem resultar em custos adicionais. Exigências ambientais adicionais impostas no futuro e/ou execução mais rigorosa de exigências existentes poderiam requerer investigações, avaliações ou dispêndios atualmente não previstos e exigir que a Companhia incorra em custos adicionais significativos.

Algumas das unidades da JBS USA nos Estados Unidos operam há muitos anos. Durante esse tempo, a JBS USA e os proprietários e operadores anteriores geraram e descartaram resíduos que podem ser considerados perigosos ou que podem ter poluído o solo e a água superficial ou água subterrânea de unidades da JBS USA e imóveis adjacentes. Algumas leis ambientais dos Estados Unidos impõem responsabilidade (e, em certas circunstâncias, solidária) por custos de investigação e saneamento de locais contaminados sobre proprietários e operadores atuais e anteriores dos locais, e sobre pessoas que tenham sido encarregadas do descarte de resíduos nesses locais. A constatação de contaminação anteriormente desconhecida de imóvel subjacente, ou nos arredores de imóveis ou instalações industriais presentes ou anteriores da Companhia ou sua antecessora e/ou locais de descarte de resíduos poderia acarretar em despesas relevantes para a Companhia. A ocorrência de quaisquer desses eventos poderá ter efeito adverso relevante sobre o negócio, situação financeira, resultados operacionais e fluxos de caixa da Companhia.

Alterações na legislação fiscal pode resultar em aumento de certos tributos diretos e indiretos, o que poderia reduzir a margem líquida e afetar negativamente o desempenho financeiro da Companhia.

O governo brasileiro implementa, de tempos em tempos, modificações nos regimes fiscais que podem aumentar a carga tributária da Companhia e de seus clientes. Tais modificações incluem alteração na incidência e edição de tributos temporários, cujos recursos seriam destinados a específicos fins governamentais. A Companhia não pode prever as mudanças na legislação fiscal brasileira que podem ser propostas ou editadas. Além disso, os governos de outras jurisdições em que a Companhia atua também poderão implementar mudanças nos seus respectivos regimes fiscais, aumentando a carga tributária das subsidiárias da Companhia no exterior.

Futuras modificações na legislação fiscal podem resultar em aumento na carga tributária da Companhia e de suas subsidiárias, o que poderia reduzir a margem líquida da Companhia e afetar negativamente seu desempenho financeiro.

i. aos países estrangeiros onde o emissor atue:

As exportações da Companhia estão sujeitas a uma ampla gama de riscos ligados a operações internacionais.

As exportações respondem por parcela significativa das vendas da Companhia, representando aproximadamente 23,0% do total das vendas da Companhia em 31 de dezembro de 2009. Nos principais mercados de exportação da Companhia (União Européia, Rússia, Estados Unidos e Oriente Médio), a Companhia está sujeita a fatores que não dependem do seu controle, tais como os seguintes: (i) variações das taxas de câmbio; (ii) deterioração da conjuntura econômica; (iii) imposição de aumento de tarifas, tarifas anti-dumping ou outras barreiras comerciais e/ou fitossanitárias; (iv) imposição de controles cambiais e restrições para realização de operações de câmbio; (v) greves ou outros eventos que possam afetar os portos e meios de transporte; (vi) o atendimento de diferentes regimes legais e regulatórios estrangeiros; e (vii) sabotagens de produtos da Companhia. O desempenho financeiro futuro da Companhia dependerá, em extensão significativa, da conjuntura econômica, condições política e social existente nos principais mercados de exportação da Companhia.

Além disso, a operações da Companhia vêm sendo freqüentemente afetadas por greves de funcionários portuários ou de agentes alfandegários, agentes de inspeção sanitária e demais agentes públicos nos portos brasileiros a partir dos quais a Companhia exporta seus produtos. Em 2005, no Brasil, por exemplo, os vigilantes sanitários do Governo Federal do Brasil ("Governo Federal") ficaram em greve por aproximadamente um mês, causando atrasos nas exportações de produtos da Companhia. Uma greve prolongada no futuro poderá prejudicar o negócio e os resultados operacionais da Companhia.

As operações estrangeiras da Companhia impõem riscos especiais a seus negócios e operações.

A Companhia atua em diversas regiões do mundo, razão pela qual as operações estrangeiras da Companhia estão sujeitas a diversos riscos especiais, incluindo, entre outros: (i) flutuações na taxa de câmbio, inflação ou deflação nos países em que atua; (ii) barreiras comerciais formais ou informais entre os governos; (iii) controles cambiais; e (iv) alterações nas leis e políticas dos países em que a Companhia atua. A título exemplificativo, pode-se citar a recente barreira imposta pela Russia à exportação de frango dos EUA, além da imposição, pela China, de um imposto punitivo de até 104,5% sobre importação de produtos de frango dos EUA.

Impactos como a imposição de barreiras comerciais e alterações nas políticas dos países em que a Companhia atua ou para os quais ela exporta poderão prejudicar o negócio e os resultados operacionais da Companhia.

O governo argentino exerceu, e continua a exercer, influência significativa na economia argentina, o que pode impactar os negócios da Companhia na Argentina.

A economia argentina é caracterizada pela freqüente, e ocasionalmente drástica, intervenção do governo argentino, o qual freqüentemente realiza modificações em suas políticas monetárias, de crédito e outras políticas para influenciar a economia argentina. As medidas tomadas pelo governo argentino para controlar a inflação, além de outras políticas, freqüentemente implicaram controles de salários e de preço, oscilações das taxas de juros do Banco Central da República Argentina bem como outras medidas, tais como o congelamento das contas correntes em 2002 como as medidas que estabeleceram uma quota à exportação de carne bovina até meados de 2007. As medidas tomadas pelo governo argentino em relação à economia podem impactar negativamente a Companhia e seus resultados financeiros.

4.2. Eventuais expectativas do emissor de redução ou aumento na exposição a riscos relevantes acima mencionados

A Companhia tem como prática a análise constante dos riscos aos quais está exposta e que possam afetar seus negócios, sua situação financeira e os resultados de suas operações de forma adversa. A Companhia está constantemente monitorando mudanças no cenário macroeconômico e setorial que possam influenciar suas atividades, através do acompanhamento dos principais indicadores de seu desempenho. A Companhia acredita possuir elevado grau de controle sobre seus fornecedores, visando a evitar qualquer tipo de efeito adverso em suas atividades. A Companhia adota política de foco contínuo na disciplina financeira e na gestão conservadora de caixa. Atualmente, a Companhia não identifica cenário de aumento ou redução dos riscos mencionados na seção 4.1 deste Formulário de Referência.

4.3. Processos judiciais, administrativos ou arbitrais em que a Companhia ou suas controladas sejam parte, discriminando entre trabalhistas, tributários, cíveis e outros: (i) que não estejam sob sigilo, e (ii) que sejam relevantes para os negócios da Companhia ou de suas controladas.

A Companhia é parte em diversas ações judiciais oriundas do curso normal de seus negócios, o que inclui ações cíveis, tributárias e trabalhistas.

A Companhia mantém provisão em seus balanços referentes a perdas decorrentes de litígios com base na probabilidade estimada de tais perdas. As práticas contábeis adotadas no Brasil, as quais são baseadas na Lei das Sociedades por Ações, nas normas emitidas pela CVM, nas normas contábeis emitidas pelo IBRACON e nas resoluções do CFC ("BR GAAP") exigem que a Companhia mantenha reservas em virtude de perdas prováveis e que efetue provisão quando, na opinião de sua Diretoria e de seus advogados externos, a Companhia acredite que um resultado desfavorável seja provável e a perda possa ser razoavelmente estimada. Para os fins desta seção 4, "CVM" será entendido como a Comissão de Valores Mobiliários e "IBRACON" será entendido como o Instituto dos Auditores Independentes do Brasil.

A Companhia possui valores de contingências, os quais estão sendo discutidos judicialmente, e que incluem processos tributários, trabalhistas e cíveis. Para as contingências consideradas como perda provável pelos assessores jurídicos da Companhia, foram constituídas provisões para contingências no montante total de R$ 421,9 milhões, em 31 de dezembro de 2009.

Destacam-se, abaixo, os processos judiciais e administrativos de maior relevância de que a Companhia é parte. Na avaliação da relevância, a Companhia não se ateve somente à capacidade do processo de impactar de forma significativa seu patrimônio, sua capacidade financeira ou seus negócios, ou os de suas controladas, considerando também outros fatores que poderiam influenciar a decisão do público investidor, como, por exemplo, os riscos de imagem inerentes a uma certa prática da Companhia ou riscos jurídicos relacionados à discussão da validade de cláusulas estatutárias. Não obstante, a Administração da Companhia entende que um resultado desfavorável à Companhia em tais processos não causaria riscos de imagem para a Companhia.

Trabalhista:

Em 31 de dezembro de 2009, a Companhia figurava como parte em 5.444 ações de natureza trabalhista e acidentes de trabalho (já incluindo os processos em que Bertin e controladas figuravam como parte), envolvendo o valor total em discussão de R$ 354,4 milhões, sendo que, salvo quanto aos processos expressamente mencionados neste item, nenhum deles é considerado relevante para o desempenho das atividades da Companhia. Existe atualmente provisão para perdas trabalhistas de R$ 50,2 milhões, correspondente aos processos trabalhistas com risco de perda provável. De uma maneira geral, os processos trabalhistas estão relacionados a ações ingressadas por ex-empregados das plantas da Companhia e versam sobre insalubridade, hora extra por antecipação de jornada, reversão de justa causa, intervalo do artigo 253 da Consolidação das Leis do Trabalho, conforme aprovada pelo Decreto-Lei nº 5.452, de 1º de maio de 1943 ("CLT") e doença profissional. A Companhia acredita que, embora o número de ações trabalhistas seja alto, nenhuma ação considerada individualmente é relevante suficiente a ponto de poder impactar adversamente e de maneira relevante os seus resultados.

Em 2009, foi ajuizada uma ação civil pública pelo Ministério Público do Trabalho contra o Bertin (sociedade incorporada pela Companhia em 31 de dezembro de 2009), tendo por finalidade obrigá-la a conceder um intervalo de 20 minutos para cada 1h40m de trabalho para os empregados das salas de desossa. O pedido de tutela antecipada foi indeferido. Este pedido tem como fundamento o artigo 253 da CLT, que concede o direito a este intervalo aos empregados de câmaras frigoríficas, sem haver menção aos empregados das salas de desossa. Com base no teor do referido artigo 253, a Companhia entende que este direito é exclusivo dos

empregados das câmaras frigoríficas, não sendo extensível aos empregados das salas de desossa, e que o risco de perda nesta demanda é possível. A Companhia também é parte em reclamações trabalhistas envolvendo pedido de verba salarial em razão do suposto não-atendimento do artigo 253, que não envolvem valor significativo.

Seguem abaixo informações sobre a ação do Ministério Público do Trabalho. Sua relevância advém do fato de que um resultado desfavorável à Companhia poderia causar atrasos no processo de produção da carne e aumento de custos de produção, além de eventualmente servir como precedente para as ações trabalhistas individuais atualmente em curso ou que surjam no futuro contra a Companhia que abordem esta questão.

Ação Civil Pública

a. juízo	Vara do Trabalho de Naviraí – MS
b. instância	1ª instância
c. data de instauração	27.01.2009
d. partes no processo	Bertin S.A. e Ministério Público do Trabalho
e. valores, bens ou direitos envolvidos	Direito de descanso do empregado que trabalha na sala de desossa (20 minutos de descanso a cada 1h40m de trabalho)
f. principais fatos	Trata-se de ação civil pública ajuizada pelo Ministério Público do Trabalho, com pedido de tutela antecipada, tendo a finalidade de obrigar o Bertin a conceder um intervalo de 20 minutos de descanso a cada 1h40m de trabalho para os empregados que trabalham nas salas de desossa, com base no artigo 253 da CLT. A tutela antecipada foi indeferida. O processo atualmente aguarda conclusão de laudo. O Ministério Público do Trabalho argumenta, com base no §1° do referido artigo 253 que o intervalor seria devido aos empregados da sala de desossa, devido ao fato das salas serem artificialmente resfriadas. A Companhia defende que o caput do artigo 253 é claro ao garantir o direito ao intervalo apenas aos empregados das câmaras frigoríficas, não sendo tal direito extensível aos empregados das salas de desossa. Embora o ponto já tenha chegado aos tribunais superiores, ainda não existe jurisprudência pacífica sobre o tema.
g. chance de perda	Possível
h. análise do impacto em caso de perda do processo	Caso a decisão seja desfarovável para o Bertin, a Companhia poderá ser obrigada a conceder o direito de descanso aos empregados das salas de desossa, causando impacto na cadeia de produção da carne, especialmente como atrasos no processo de produção da carne e aumento de custos de produção. Além disso, esta decisão poderá servir de precedente para as ações trabalhistas individuais atualmente em curso ou que surjam no futuro contra a Companhia que abordem esta questão.
i. valor provisionado, se houver provisão	Não há

Cíveis

Em 31 de dezembro de 2009, a Companhia figura como parte em 281 ações cíveis, sendo certo que o valor total dos pedidos de referidas ações é de aproximadamente R$ 185,0 milhões. Existe provisão de R$ 55.0 milhões. De uma maneira geral, os processos cíveis nos quais a Companhia figura como ré versam sobre acidentes de trabalho, e a Companhia acredita que nenhuma ação considerada individualmente é relevante suficiente a ponto de poder impactar adversamente e de maneira relevante os seus resultados.

Há, atualmente, uma Ação de Indenização por Uso Indevido de Marca Registrada envolvendo a Companhia, relativa à utilização da marca “Frigoara” pela Companhia. Não obstante, a Administração da Companhia acredita que prevalecerão seus argumentos, baseada na opinião de seus assessores legais e fundamentada na jurisprudência, favorável, do Supremo Tribunal Federal, do Superior Tribunal de Justiça e da doutrina brasileira sobre esta espécie de processo.

Abaixo encontra-se uma breve descrição dos principais termos de referida ação. Sua relevância advém da própria discussão sobre a propriedade e utilização da marca “Frigoara”, que foi utilizada pela Companhia por certo período no passado. Não obstante, a Companhia não acredita que uma decisão desfavorável impactaria de forma significante sobre a capacidade financeira da Companhia e nem influenciaria a decisão do público investidor.

Processo 2007.36.01.000032-7

a. juízo	Juízo Federal de Cáceres/MT
b. instância	1ª instância
c. data de instauração	20 de julho de 2005
d. partes no processo	A Companhia e o Frigorífico Araputanga S/A
e. valores, bens ou direitos envolvidos	Uso da Marca "Frigoara". O valor exorbitante atribuído à causa deriva de um laudo de avaliação obtido pelo Frigorífico Araputanga S/A que avalia a marca em R$ 315 milhões. Com base em tal laudo de avaliação, o Frigorífico Araputanga S/A exige uma indenização por danos morais de R$ 100 milhões e ressarcimento no importe de R$ 26,938 milhões, o que soma o importe de R$ 126,938 milhões.
f. principais fatos	1. O Frigorífico Araputanga S/A ajuizou na Comarca de Araputanga/MT Ação de Indenização por uso indevido de marca registrada, sob a premissa de a Companhia (ainda sob a denominação social "Friboi Ltda.") estar utilizando a marca "Frigoara" sem a sua autorização. 2. Em defesa, a Companhia preliminarmente alegou litispendência e continência, tendo em vista que os pedidos estão relacionados com certo processo principal, onde se discute a propriedade do Frigorífico Araputanga S/A (Processo 2005.36.01.00.16.18-8, Justiça Federal de Cáceres/MT – "Processo Principal")[1]. 3 No mérito, a Companhia demonstrou que a marca foi utilizada somente por determinado período, com autorização contratual e atendendo pedido do Frigorífico Araputanga S/A, que necessitava comprovar à extinta SUDAM que os investimentos estavam sendo devidamente utilizados e para conseguir a obtenção da Anuência ou do Certificado de Empreendimento Implantado. Ainda em defesa, fora aduzido que, caso seja devido algum tipo de indenização, esta seria dimensionada com relação ao percentual de venda de produtos da marca, conforme disciplina o artigo 208 da Lei de Propriedade Intelectual. Quase a totalidade dos produtos fabricados eram comercializados com a marca "Friboi"; já com a marca "Frigoara", era produzido somente carne moída em ínfima quantidade. 4. O Juiz da Comarca de Araputanga/MT suspendeu o processo e posteriormente determinou sua remessa à Justiça Federal de Cáceres/MT, onde foi distribuído em 17 de janeiro de 2007. 5. O processo tramita em apenso ao Processo Principal e encontra-se suspenso, aguardando o julgamento de referido Processo Principal.
g. chance de perda	Remota
h. análise do impacto em caso de perda do processo	A Companhia não acredita que uma decisão desfavorável causaria um efeito material adverso sobre a sua situação financeira ou sobre os seus resultados operacionais e nem influenciaria a decisão do público investidor.
i. valor provisionado, se houver provisão	R$ 600 mil.

Tributárias

Em 31 de dezembro de 2009, a Companhia era parte em 255 processos administrativos e judiciais de natureza tributária e mantinha provisão no montante aproximado de R$ 316,7 milhões para suportar eventuais contingências discutidas nesses processos. Além dos processos abaixo mencionados, na data deste Formulário de Referência, a Companhia era parte em outros processos tributários oriundos do curso normal dos seus negócios, nos quais a Companhia entende não estarem envolvidos valores que pudessem impactar adversamente e de maneira relevante os seus resultados. A Companhia destaca que os processos tributários considerados com risco de perda provável estão devidamente provisionados, totalizando R$ 316,7 milhões.

A Companhia sofreu cerca de 55 autuações pelo Fisco do Estado de São Paulo em virtude de aproveitamento de créditos de ICMS em compras de gado e transferência de carne de Estados que estabeleceram regime simplificado de apuração de ICMS, que segundo o Estado de São Paulo deveriam ser aprovados pelo Confaz, e que são identificados como "Guerra Fiscal". Nessas situações, o Estado de São Paulo não admite os créditos de Imposto sobre Circulação de Mercadorias e Serviços ("ICMS") que foram outorgados no Estado de origem da mercadoria. O montante total envolvido nessas autuações é de aproximadamente R$ 185,5

[1] A ação judicial pretende a anulação de escrituras públicas e declaração de ineficácia do Contrato de Compromisso de Compra e Venda do Imóvel de Araputanga-MT, sob uma inverídica alegação de não-pagamento do preço de aquisição pela J&F Participações S.A., inadinplindo, com pecuaristas e fornecedores, bem como deixando de assumir dívida perante o BNDES; e falta de anuência da extinta Superintendência de Desenvolvimento da Amazônia - SUDAM para venda do imóvel. O processo encontra-se em fase pericial (segunda perícia), tendo já uma primeira perícia realizada comprovado o pagamento integral do preço de aquisição, inclusive no que tange à assunção e pagamento ao BNDES, tal como a J&F Participações S.A sempre sustentou (R$ 35 milhões).

milhões. A Companhia vem contestando administrativamente essas autuações e, além disso, propôs uma ação que tem como objetivo obrigar os Estados que concedem os incentivos a ressarci-la, caso as autuações sejam mantidas.

As ações judiciais suspenderam as exigências do Estado de São Paulo. A Administração acredita, com base em parecer de seus consultores legais, que irá prevalecer na maior parte desses procedimentos, razão pela qual constituiu provisão no montante de R$ 2,1 milhões.

A título exemplificativo, segue abaixo a descrição individualizada de um dos autos de infração lavrados pela autoridade coatora do Estado de São Paulo, relacionado ao assunto acima mencionado. Tal auto de infração foi escolhido para servir como exemplo entre os 55 autos de infração mencionados acima, tendo em vista a similaridade desses processos, apenas para ilustrar os termos e condições principais das autuações. A Companhia destaca tais casos como relevantes apenas por tratar-se de matéria correlata em diversos processos diferentes, com um montante total substancial. No entanto, a Companhia não acredita que uma decisão desfavorável impactaria de forma significante sobre a capacidade financeira da Companhia e nem influenciaria a decisão do público investidor.

Auto de Infração nº 3.055.572-3– Processo DRT – 9-392.599/2006	
a. juízo	Tribunal de Impostos e Taxas do Estado de São Paulo – TIT-SP
b. instância	Recurso Especial
c. data de instauração	1/7/2006
d. partes no processo	JBS S/A X Secretaria da Fazenda do Estado de São Paulo
e. valores, bens ou direitos envolvidos	R$ 6.763.204,96
f. principais fatos	12/12/2006 – Julgado parcialmente procedente a autuação, reconhecendo a decadência parcial. Valor remanescente: R$ 4.982.569,02. 01/02/2008 - Negado provimento ao Recurso Voluntário interposto pela empresa. 12/06/2008 - Processo suspenso conforme determinação judicial dirigida ao Presidente do TIT.
g. chance de perda	Remota
h. análise do impacto em caso de perda do processo	A Companhia não acredita que uma decisão desfavorável causaria um efeito material adverso sobre a sua situação financeira ou sobre os seus resultados operacionais e nem influenciaria a decisão do público investidor. Caso o Estado de São Paulo não reconheça os créditos oriundos de outros Estados, a Companhia cobrará o crédito não aceito destes Estados.
i. valor provisionado, se houver provisão	Não há

A Companhia sofreu outras autuações pelo Fisco do Estado de Goiás, em virtude de divergências de interpretação da aplicação da Lei no tocante ao crédito de ICMS proveniente das exportações, no montante de R$ 204,1 milhões. A Administração acredita, com base em parecer de seus consultores legais, que irá prevalecer na maior parte desses procedimentos, e constituiu provisão no montante de R$ 4,2 milhões.

INSS - FUNRURAL

Contribuições Sociais – Novo Funrural. Em janeiro de 2001 a Companhia impetrou mandado de segurança para suspender a exigibilidade da retenção e repasse do Fundo de Assistência ao Trabalhador Rural ("Novo Funrural"). Foi prolatada sentença favorável a qual desobrigou a Companhia à retenção e ao recolhimento da contribuição devida. O processo aguarda decisão do Tribunal Regional Federal da Terceira Região. Para evitar o instituto da decadência e perder o direito de exigir a contribuição ao Novo Funrural, o Instituto Nacional do Seguro Social ("INSS") lançou notificações fiscais de lançamento de débito, referente ao período de janeiro de 1999 a dezembro de 2003, no montante de R$ 69,2 milhões, e de 2003 até 2006, no montante de R$ 198,8 milhões, cujo total dos autos de infração, ou NFLDS, somam o montante arbitrado de R$ 268,0 milhões.

A Companhia apresentou defesa nesses processos administrativos informando que não recolhe o valor em virtude de sentença judicial favorável, por isto os citados processos encontram-se suspensos até decisão final do Mandado de Segurança.

O Plenário do Supremo Tribunal Federal apreciou matéria similar no julgamento do Recurso Extraordinário nº 363852, decidindo favoravelmente aos contribuintes. Por esse motivo e com base em pareceres de consultores legais, a Companhia entende que a probabilidade de incidência dessa tributação é remota, razão pela qual não constitui provisão para esta contingência. A Companhia acredita que tal processo é relevante tendo em vista o valor envolvido.

PIS - COFINS

Foram lavrados contra a Companhia dois Autos de Infração pela Secretaria da Fazenda Federal do Brasil em razão de suposto não recolhimento de Programa de Integração Social ("PIS") e Contribuição para o Financiamento da Seguridade Social ("COFINS"). Os valores das autuações compreendem aproximadamente R$ 100,0 milhões e a Companhia não efetuou provisão, pois os períodos compreendidos na autuação foram alcançados pela decadência. A Delegacia Recional de Julgamento julgou improcedentes as autuações em razão do reconhecimento da decadência, matéria que já foi pacificada pela edição da Súmula Vinculante nº 8, do Supremo Tribunal Federal. A Companhia acredita que a perda é remota e não constitui provisão para fazer frente a estes processos, e também acredita que tal autuação é relevante tendo em vista o valor envolvido.

Auto de Infração nº 19515.002361/2008-84	
a. juízo	Conselho Administrativo de Recursos Fiscais (CARF) do Ministério da Fazenda
b. instância	Recurso de Ofício (Fazenda)
c. data de instauração	20/06/2008
d. partes no processo	JBS S/A X Secretaria da Receita Federal do Brasil – SRFB
e. valores, bens ou direitos envolvidos	R$ 65.085.778,07
f. principais fatos	17/02/2009
g. chance de perda	Remota
h. análise do impacto em caso de perda do processo	No caso de perda do processo, haveria um desembolso de caixa no montante de R$ 75.000.000,00, uma vez não há provisão para tal processo. Cabe, entanro, esclarecer que a própria administração pública já reconheceu a improcedência da autuação com base em Súmula Vinculante.
i. valor provisionado, se houver provisão	Não há

Ambientais:

Em 7 de julho de 2009, o Bertin e seus acionistas controladores firmaram um Termo de Ajustamento de Conduta com o MPF/PA, com o fim de coibir, no estado do Pará, a compra de gado e subprodutos de fazendas fornecedoras constantes de lista de locais onde ocorrem condições de trabalho análogoas a de escravo, emitida pelo Ministério do Trabalho e Emprego, e de lista de áreas embargadas, divulgada pelo IBAMA. A Companhia é sucessora legal do Bertin, em decorrência da incorporação deste pela Companhia em 31 de dezembro de 2009.

Assim como outras empresas do seu setor de atuação, a Companhia está atualmente em fase de negociações com o MPF do estado do Mato Grosso para a celebração, oportunamente, de Termo de Ajustamento de Conduta, nos mesmos moldes do Termo de Ajustamento de Conduta firmado com o MPF/PA.

4.4. Processos judiciais, administrativos ou arbitrais, que não estejam sob sigilo, em que a Companhia ou suas controladas sejam parte e cujas partes contrárias sejam administradores ou ex-administradores, controladores ou ex-controladores ou investidores da Companhia ou de suas controladas:

Em 31 de dezembro de 2009, não há processos judiciais, administrativos ou arbitrais, que não estejam sob sigilo, em que a Companhia ou suas controladas sejam parte e cujas partes contrárias sejam administradores ou ex-administradores, controladores ou ex-controladores ou investidores da Companhia ou de suas controladas.

4.5. Em relação aos processos sigilosos relevantes em que a Companhia ou suas controladas sejam parte e que não tenham sido divulgados nos itens 4.3 e 4.4 acima, analisar o impacto em caso de perda e informar os valores envolvidos:

Em 31 de dezembro de 2009, a Companhia e suas controladas não são parte em processos sigilosos em que a Companhia ou suas controladas sejam parte e que não tenham sido divulgados nas seções 4.3 e 4.4 deste Formulário de Referência.

4.6. Descrição dos processos judiciais, administrativos ou arbitrais repetitivos ou conexos, baseados em fatos e causas jurídicas semelhantes, que não estejam sob sigilo e que em conjunto sejam relevantes, em que a Companhia ou suas controladas sejam parte, discriminando entre trabalhistas, tributários, cíveis e outros:

Em 31 de dezembro de 2009, a Companhia e suas controladas não são parte em processos judiciais, administrativos ou arbitrais repetitivos ou conexos, baseados em fatos e causas jurídicas semelhantes, que não estejam sob sigilo e que em conjunto sejam relevantes, além dos processos judiciais ou administrativos na seção 4.3 deste Formulário de Referência.

4.7. Descrição de outras contingências relevantes não abrangidas pelos itens anteriores:

Abaixo a Companhia apresenta um resumo sobre as principais contingências e procedimentos judiciais aplicáveis à JBS USA e à Pilgrim's Pride.

Questões relativas a resíduos industriais:

Unidade de Grand Island, Nebraska

Em maio de 2008, o Departamento de Qualidade Ambiental de Nebraska, ou DEQ, e a *Environmental Protection Agency,* agência de proteção do Meio-Ambiente norte-americana ("EPA"), alegaram que de 2004 até a data presente a água residual descartada da unidade de Grand Island, Nebraska, da JBS USA, tinha violado várias disposições da Lei de Proteção ao Meio Ambiente de Nebraska e da Lei de Água Limpa federal, fazendo com que a Cidade de Grand Island viole os limites de descarte de água residual previstos em seu alvará. A EPA e o DEQ pleiteiam multa e liminar para assegurar o cumprimento das Leis acima mencionadas. Em janeiro de 2009, a JBS USA recebeu intimação do júri de instrução da Procuradoria dos Estados Unidos do Distrito de Nebraska, solicitando documentos relacionados ao seu sistema de pré-tratamento de água residual da unidade de Grand Island. A JBS USA está cumprindo a intimação e, paralelamente, participando de discussões e negociações com o DEQ e a EPA para solucionar a questão através de um acordo.

Atualmente, a JBS USA não mantém seguro que cubra responsabilidade ambiental. Não há qualquer provisão, pois o processo de negociação do acordo ainda está no início.

Processos da EEOC

Em setembro de 2008, aproximadamente 190 funcionários da JBS USA das unidades em Greeley e Grand Island, Nebraska se retiraram do trabalho quando souberam que não poderiam fazer uma pausa para orar ao pôr-do-sol para marcar o final de um jejum de um dia, uma exigência religiosa durante o período do Ramadan. Aproximadamente 100 funcionários e 90 funcionários foram demitidos de unidades em Greeley e Grand Island, respectivamente, após não voltarem ao trabalho dias depois. As queixas em nome da maioria dos funcionários demitidos foram registradas na Comissão de Igualdade de Oportunidade no Trabalho norte-americana ("EEOC"), alegando, entre outras coisas, discriminação no emprego e omissão em acomodar as solicitações religiosas de funcionários. Em 31 de agosto de 2009, a EEOC determinou que a JBS USA tinha violado uma parte da lei de direitos civis e ainda determinou que a JBS USA conciliasse os termos da rescisão dos funcionários demitidos. Recentemente, a JBS USA recebeu notificação da EEOC dando ciência de que a conciliação com os demitidos não obteve êxito e, em consequência, tanto a EEOC, como os demitidos poderão ajuizar ação contra a JBS USA. Após os incidentes de setembro de 2008, a JBS USA estabeleceu salas de oração especiais em suas unidades e implementou procedimentos que permitem que seus funcionários muçulmanos façam a pausa necessária para cumprir suas obrigações religiosas. A JBS USA não teve problemas no período de Ramadan no ano de 2009. Em 31 de dezembro de 2009, a Companhia não havia constituído provisão contábil relativa a esta ação.

Pilgrim's Pride – processos judiciais

Litígios relacionados ao tempo gasto pelos funcionários para vestir e retirar trajes de trabalho

A Pilgrim's Pride é ré na Ação coletiva *MDL 1832 Pilgrim's Pride Fair Labor Standards Act Litigation*, em trâmite no Juízo Federal de Primeira Instância do Distrito Oeste de Arkansas, ou Ação MDL, movida por funcionários ou ex-funcionários a respeito do tempo gasto vestindo e retirando os uniformes e equipamentos de proteção e os reflexos desse tempo em salários não pagos, horas extras não pagas, danos apurados, custos e honorários advocatícios. A Ação MDL representa uma pretensão no valor aproximado de US$45 milhões, no entanto a Pilgrim's Pride negociou um acordo no valor aproximado de US$ 10 milhões, que deve ser concluído em abril de 2010. Com relação a essa ação, a Pilgrim's Pride acredita não ter responsabilidade por diversas razões, principalmente porque os funcionários despendem uma quantidade mínima de tempo diária para vestir e retirar os equipamentos de proteção.

Litígios relacionados a valores mobiliários – *Class Action*

Em 29 de outubro de 2008, Ronald Acaldo impetrou uma *class action* alegada no Juízo Federal de Primeira Instância do Distrito Leste do Texas, Divisão Marshall, contra a Pilgrim's Pride e outros Diretores ou o Caso Acaldo. A reclamação pleiteou um valor não especificado de indenização por danos. Em 13 de novembro de 2008, Chad Howes moveu uma ação no Juízo Federal de Primeira Instância do Distrito Leste do Texas, Divisão Marshall, contra a Pilgrim's Pride e outros Diretores e Gerentes da Pilgrim's Pride, ou Caso Howes.Em 14 de maio de 2009, o juízo unificou o Caso Acaldo e o Caso Howes, uma vez que continham as mesmas reinvidicações. São elas:(i) violações das Cláusulas 10(b) e 20(a) do *Securities Exchange Act* de 1934, e suas alterações posteriores, e da Norma 10b-5 promulgada em seus termos, exclusivamente contra os réus ("Réus Diretores"). Essas reclamações alegam que, durante o *class period* de 5 de maio de 2008 até 28 de outubro de 2008, os réus, por meio de diversas demonstrações financeiras, press releases e conferências telefônicas, fizeram declarações falsas substanciais de fatos e/ou omitiram a divulgação de fatos substanciais ao deixarem, intencionalmente, de efetuar uma deterioração total do fundo de comércio relacionado à aquisição da Gold Kist Inc. ("Gold Kist"); (ii) as declarações feitas na declaração de registro relacionada à oferta secundária de 14 de maio de 2008 das ações ordinárias da Pilgrim's Pride foram substancialmente falsas a respeito de sua omissão em efetuar uma deterioração total do fundo de comércio relacionado à aquisição da Gold Kist; e (iii) uma violação do artigo 15 da Securities Act contra os Réus Diretores apenas, reivindicando que os Réus Diretores eram pessoas da controladora da Pilgrim's Pride e de suas outras rés a respeito da violação da Seção 11 pela reivindicação consolidada, na qual o réu líder procura obter certificação da classe, danos não divulgados, e custos e honorários de advogados.

Em 27 de julho de 2009, os réus protocolaram um pedido para discutir a reclamação da *class action*. Em 27 de agosto de 2009, os autores apresentaram oposição ao pedido de indeferimento. Os réus apresentaram contra-razões em 10 de setembro de 2009, e os autores apresentaram tréplica em 24 de setembro de 2009. Houve audiência em 07 de janeiro de 2010, mas o juízo ainda não se manifestou. Em 31 de dezembro de 2009, a Companhia não havia constituído provisão contábil relativa a esta ação.

Litígios de Criadores

Um processo contraditório foi movido em nome de 555 autores, predominantemente criadores ou ex-criadores, pleiteando, em geral, indenização por danos não especificada nos termos da PSA, da *Deceptive Trade Practices Act* do Texas, ou DTPA, fraude nos termos dos princípios de *common law* e não divulgação fraudulenta, impedimento processual e intentional inflição de sofrimento emocional. Essa ação é denominada *Adams, et al. contra Pilgrim's Pride Corporation*. Em resposta ao processo contraditório, a Pilgrim's Pride registrou um pedido de arquivamento. Esse caso foi consolidado com o caso da Cidade de Clinton descrito abaixo. O pedido de arquivamento foi concedido parcialmente, indeferindo todas as reivindicações dos autores, exceto as reivindicações movidas nos termos da PSA e as reivindicações movidas pelos criadores do Texas nos termos da DTPA. Os autores apresentaram pedido pleiteando inclusão de novas alegações e pedido de desaforamento do caso do tribunal federal de Fort Worth, Texas, para tribunal federal no Distrito Leste do Texas. O tribunal concordou com o pleito dos autores que apresentaram a reclamação alterada em 7 de dezembro de 2009. A Pilgrim's Pride protocolou um pedido de oposição da decisão de desaforamento do caso, mas o pleito do desaforamento foi deferido pelo tribunal. A Pilgrim's Pride nega responsabilidade e não expressão opinião quanto à probabilidade de um resultado desfavorável.

Uma ação judicial também foi registrada por Ricky Arnold e outros contra a Pilgrim's Pride e dois de seus funcionários, Danny Boone e Jamie Statler, na Vara do Condado de Van Buren, Arkansas ("Ação Arnold"). O caso é denominado *Ricky Arnold, et al. contra Pilgrim's Pride Corporation, et al.*, ou a Ação Arnold. Os autores na Ação Arnold incluem criadores de aves contratados de 74 fazendas diversas. Na Ação Arnold, os

autores alegam que a Pilgrim's Pride e seus funcionários fizeram diversas declarações falsas para induzir os autores a construir fazendas de frangos e celebrar contratos de criação de frangos com a Pilgrim's Pride. Os autores alegam que eles descobriram que as declarações eram falsas quando a Pilgrim's Pride desativou sua unidade de processamento Clinton, Arkansas por volta de 11 de agosto de 2008. Os autores alegam reivindicações a respeito de: (a) fraude e dolo; (b) impedimento processual; e (c) violações da *Arkansas Livestock and Poultry Contract Protection Act*. Os danos (se houver) não foram apurados. Os autores apresentaram a justificação das pretensões ao tribunal de falências e a Pilgrim's Pride apresentou objeções. O caso foi sobrestado devido ao pedido de falência. A Pilgrim's Pride nega qualquer responsabilidade para com os autores da Arnold e não expressa parecer quanto à probabilidade de um resultado desfavorável.

Litígios relacionados à ERISA

In re Pilgrim's Pride Stock Investment Plan ERISA Litigation, Nº 2:08-cv-472-TJW está em trâmite no Juízo Federal de Primeira Instância do Distrito Leste do Texas, Divisão Marshall, contra os réus Lonnie "Bo" Pilgrim, Lonnie "Ken" Pilgrim, Clifford E. Butler, J. Clinton Rivers, Richard A. Cogdill, Renee N. DeBar, o Comitê de Remuneração e outros réus não nomeados, ou os Réus da Pilgrim's Pride. Esse caso é a consolidação de duas ações coletivas supostas movidas por Kenneth Patterson e Denise Smalls, respectivamente, de acordo com o artigo 502 da Employee Retirement Income Security Act of 1974 ("ERISA"), ou Caso Patterson. A Pilgrim's Pride pleiteou estender o sobrestamento de falência também ao Caso Patterson, mas o pedido foi negado pelo tribunal de falências sem julgamento do mérito.

Os autores alegam, em geral, que os réus pessoas física violaram os deveres fiduciários de prudência e lealdade para com os participantes e beneficiários do Plano de Poupança de Aposentadoria da Pilgrim's Pride e o Plano de Poupança e Aposentadoria de Funcionários da To-Ricos, Inc. coletivamente, o Plano de Aposentadoria, através do investimento supostamente imprudente do Plano de Aposentadoria nas ações ordinárias da Pilgrim's Pride, e a suposta omissão dos réus em fornecer informações precisas aos participantes e beneficiários do referido Plano. Patterson e Smalls contestam as quitações estabelecidas no Plano, pois são interpretadas de forma a quitar reivindicações no caso Patterson.

Em 15 de janeiro de 2010 houve um pedido conjunto para suspender o processo por 30 dias a fim de que as partes pudessem discutir o potencial impacto da ordem do Tribunal de Falências no que tange a reorganização da Pilgrim's Pride. O juízo determinou a instrução para certificação de classe, com uma audiência a ser realizada em 30 de março de 2010.

A probabilidade de um resultado desfavorável ou do valor de qualquer perda possível para a Pilgrim's Pride não pode ser determinada nesse momento. A Pilgrim's Pride tem uma apólice de seguro de responsabilidade em vigor que está disponível para compensar os custos de defesa e os danos no Caso Patterson. A seguradora já consentiu com o seu dever de indenizar e arcar com os custos gerados por essa ação.

Em 9 de outubro de 2009, David Simmons, Carla Simmons, Patty L. Funkhouser e Dickie L. Funkhouser, ou em conjunto, Funkhouser, ajuizaram ação coletiva putativa intitulada *Simmons et al v. Pilgrim et al*, Ação Nº 2:09-CV-121, contra Lonnie A. Pilgrim, Lonnie "Ken" Pilgrim, Clifford Butler, O.B. Goolsby, Richard A. Cogdill, S. Key Coker, Blake D. Lovette, Vance C. Miller, James G. Vetter, Donald L. Wass, Charles L. Black, Linda Chavez, J. Clinton Rivers, Keith W. Hughes, Don Jackson, o Comitê Administrativo do Plano de Contribuição para Aposentadoria da Pilgrim's Pride, ou Plano de Contribuição para Aposentadoria da Pilgrim's Pride, Renee DeBar, Jane Brookshire, Gerry Evenwel, Prudential Retirement Insurance and Annuity Company e outros réus não especificados no Tribunal Federal dos Estados Unidos para o Distrito Norte de West Virginia, alegando que os agentes fiduciários violaram seus deveres para com os participantes e beneficiários por, entre outras coisas, alterar o Plano de Contribuição para Aposentadoria da Pilgrim's Pride, permitir investimentos supostamente imprudentes em ações ordinárias da Pilgrim's Pride, deixar de cobrar contribuições de empregador inadimplente e deixar de apresentar reivindicações não garantidas e preferenciais por conta do plano 401(k) ou por outra forma deixar de proteger os direitos dos participantes do 401(k) nos casos amparados pelo *Chapter 11* do *United States Bankruptcy Code* ("Capítulo 11"), ou Processo Funkhouser. Os autores pleitearam certificação de classe de todas as pessoas físicas ou jurídicas participantes ou beneficiárias nos termos do Plano de Contribuição para Aposentadoria da Pilgrim's Pride entre 3 de outubro de 2002 e a presente data, e pleitearam determinação de que os réus violaram seus deveres fiduciários e co-fiduciários para com o Plano de Contribuição para Aposentadoria da Pilgrim's Pride e os participantes e beneficiários, restituição ao Plano de Contribuição para Aposentadoria da Pilgrim's Pride e aos seus participantes e beneficiários das perdas incorridas pelo Plano de Contribuição para Aposentadoria da Pilgrim's Pride, imposição de *constructive trust*, honorários advocatícios e recurso adicional nos termos da lei, da eqüidade ou recurso corretivo. As partes protocolizaram um requerimento para emendarem o pedido inicial até 23 de fevereiro de 2010, a fim de que pudessem discutir o potencial impacto da ordem do Tribunal de Falências no que tange a reorganização da Pilgrim's Pride.

Apesar da Pilgrim's Pride não ser ré do processo, seu estatuto social prevê que a Pilgrim's Pride indenize seus atuais e antigos diretores executivos e conselheiros de passivos e despesas incorridas pelos mesmos em ações que os envolvam. A seguradora de responsabilidade da Pilgrim's Pride foi notificada do Processo Funkhouser.

Alguns dos participantes ou requerentes do ERISA nos planos 401(k) da Pilgrim's Pride também requereram habilitações de crédito (POC) coletivas putativas e individuais contra a Pilgrim's Pride relativas, em essência, aos mesmos fatos que fundamentam o Caso Patterson e o Processo Funkhouser, juntamente com as POCs do ERISA. Nas POCs do ERISA, os requerentes do ERISA opõem reivindicações em valor superior a US$35 milhões. A Pilgrim's Pride nega responsabilidade perante os requerentes com relação ao ERISA e não expressa parecer acerca da probabilidade de resultado desfavorável.

O Plano prevê a assunção dos planos 401(k) e estabelece que a Pilgrim's Pride sanará qualquer inadimplemento nos termos dos documentos do plano 401(k) pelo qual o tribunal de falências determinar a responsabilidade da Pilgrim's Pride.

Litígios ambientais

Cidade de Clinton, Arkansas

A cidade de Clinton, Arkansas, ou Cidade de Clinton, moveu um processo contraditório contra a Pilgrim's Pride em 1º de junho de 2009 pleiteando uma reivindicação nos termos da PSA, fraude e não divulgação fraudulenta, e de impedimento processual com relação à desativação da unidade em Clinton. A Cidade de Clinton está pleiteando aproximadamente US$28 milhões em indenização por danos com relação à construção e/ou melhorias a uma unidade de tratamento de águas para purificar a água descartada da unidade de processamento da Pilgrim's Pride. Essa ação é denominada *The City of Clinton contra Pilgrim's Pride Corporation.* Em resposta ao processo contraditório, cuja referência foi retirada do tribunal de falências para o juízo federal de primeira instância, A Pilgrim's Pride registrou um pedido de arquivamento, que foi concedido pelo juízo federal de primeira instância em 15 de setembro de 2009. Este caso foi consolidado com o caso Adams descrito acima. Recentemente, a Cidade de Clinton pleiteou autorização para apresentar novas alegações para suas reivindicações, a Pilgrim's Pride se opôs ao pedido da Cidade de Clinton, e em 2 de dezembro de 2009, o tribunal decidiu que a Cidade de Clinton não poderia apresentar novas alegações e extinguiu o processo com renúncia ao direito de ação. Em 31 de dezembro de 2009, a Cidade de Clinton apresentou um recurso que ainda está pendente de julgamento. Em 31 de dezembro de 2009, a Companhia não havia constituído provisão contábil relativa a esta ação.

4.8. Regras do país de origem do emissor estrangeiro e às regras do país no qual os valores mobiliários do emissor estrangeiro estão custodiados, se diferente do país de origem, identificando:

a. restrições impostas ao exercício de direitos políticos e econômicos;

Não aplicável.

b. restrições à circulação e transferência dos valores mobiliários:

Não aplicável.

c. hipóteses de cancelamento de registro:

Não aplicável.

d. outras questões do interesse dos investidores:

Não aplicável.

5. RISCOS DE MERCADO

5.1. Descrição, quantitativa e qualitativamente, dos principais riscos de mercado a que a Companhia está exposta, inclusive em relação a riscos cambiais e a taxas de juros:

As operações internacionais e de exportação expõem a Companhia a riscos relacionados a flutuações de moeda, bem como a riscos políticos e econômicos em outros países.

As exportações da Companhia, principalmente para União Européia, Rússia, Estados Unidos, Japão, México, Canadá, Taiwan, China e Oriente Médio, representaram aproximadamente 23,0% da receita bruta de vendas da Companhia em 31 de dezembro de 2009. As atividades internacionais da Companhia a expõem a riscos não enfrentados por empresas com atuação restrita ao Brasil. Um risco significativo é a possibilidade de as operações internacionais serem afetadas por restrições e tarifas de importação ou outras medidas de proteção ao comércio e exigências de licença de importação ou exportação. O desempenho financeiro futuro da Companhia dependerá significativamente das condições econômicas, políticas e sociais nos principais mercados da Companhia (União Européia, Rússia, Estados Unidos, Japão, México, Canadá, Taiwan, China e Oriente Médio). Outros riscos associados às operações internacionais da Companhia incluem: (i) variação das taxas de câmbio e de inflação nos países estrangeiros nos quais a Companhia opera; (ii) controles cambiais; (iii) alteração das condições políticas ou econômicas de um país ou de um região específica, em particular de mercados emergentes; (iv) consequências potencialmente negativas em decorrência de alterações de exigências regulatórias; (v) dificuldades e custos associados à observância e execução de diferentes leis, tratados e regulamentos internacionais complexos, incluindo, sem se limitar, a Lei sobre Práticas de Corrupção no Exterior; (vi) alíquotas de tributos que poderão exceder as dos tributos norte-americanos e ganhos que poderão estar sujeitos a exigências de retenção e aumento de tributos incidentes sobre o repatriamento; (vii) consequências potencialmente negativas de alterações na legislação tributária; e (vii) custos de distribuição, interrupções do transporte ou redução da disponibilidade de transporte fretado. A título exemplificativo, pode-se citar a recente barreira importa pela Russia à exportação de frango dos EUA, além da imposição, pela China, de um imposto punitivo de até 104,5% sobre importação de produtos de frango dos EUA.

A ocorrência de quaisquer desses eventos poderia ter impacto negativo sobre os resultados operacionais e a capacidade da Companhia de realizar negócios em mercados existentes ou em desenvolvimento.

Acontecimentos e a percepção de riscos em outros países, especialmente os Estados Unidos e países de economia emergente, podem prejudicar o preço de mercado dos valores mobiliários brasileiros, inclusive das ações da Companhia.

O valor de mercado de valores mobiliários de companhias brasileiras é influenciado, em diferentes escalas pelas condições econômicas e de mercado de outros países, incluindo outros países da América Latina e países de economia emergente. Embora a conjuntura econômica nesses países possa ser significativamente diferente da conjuntura econômica no Brasil, a reação dos investidores aos acontecimentos nesses outros países pode causar um efeito adverso sobre o valor de mercado dos valores mobiliários de emissores brasileiros. Crises em outros países de economia emergente podem reduzir o interesse dos investidores nos valores mobiliários dos emissores brasileiros, inclusive os valores mobiliários de emissão da Companhia. Isso poderia prejudicar o preço de mercado das ações de emissão da Companhia, além de dificultar o acesso da Companhia ao mercado de capitais e ao financiamento das suas operações no futuro em termos aceitáveis, ou sob quaisquer condições.

A economia brasileira também é afetada por condições econômicas e de mercado internacionais de modo geral, especialmente condições econômicas e de mercado dos Estados Unidos. Os preços das ações na BM&FBOVESPA, por exemplo, historicamente foram sensíveis a flutuações das taxas de juros dos Estados Unidos, bem como às variações dos principais índices de ações norte-americanos.

Acontecimentos e a percepção de riscos em outros países, especialmente os Estados Unidos e países de economia emergente, podem prejudicar o preço de mercado dos valores mobiliários brasileiros, inclusive das ações da Companhia.

A Companhia está sujeita a variações nas taxas de câmbio e de juros.

Em 31 de dezembro de 2009, 65,5% do endividamento da Companhia era denominado em moeda estrangeira e 59,5% do endividamento da Companhia, de R$ 14.429,8 milhões, estava sujeita a variações da taxa de juros, especificamente do CDI, já contemplados os efeitos das operações de *swap*. Oscilações nas taxas de câmbio e de juros correntes decorrem de diversos fatores fora do controle da Companhia. Caso as taxas de câmbio e de juros aumentem significativamente, as despesas financeiras da Companhia aumentarão e a capacidade de obter financiamentos poderá diminuir, o que poderá afetar adversamente os resultados da Companhia.

Oscilações das taxas de juros poderão provocar efeito prejudicial no negócio da Companhia e nos preços de mercado das suas ações.

O Comitê de Política Monetária do Banco Central estabelece as taxas básicas de juros para o sistema bancário brasileiro em geral. Em 31 de dezembro de 2009, aproximadamente 59,5% das dívidas da Companhia, no valor de R$ 14.429,8 milhões, eram (i) denominadas (ou conversíveis) em reais e atreladas a taxas do mercado financeiro brasileiro ou a índices de inflação, tais como TJLP, taxa de juros aplicadas em contratos da Companhia financeiros firmados com o BNDES e taxa CDI; e (ii) denominadas em dólares e atreladas a LIBOR. Portanto, uma elevação do CDI, da TJLP ou da LIBOR poderá ter impacto negativo nos resultados da Companhia, na medida em que pode aumentar os custos da dívida da Companhia.

A inflação e certas medidas tomadas pelo Governo Federal para combatê-la, incluindo aumentos nas taxas de juros, poderão contribuir para a incerteza econômica no Brasil, e podem gerar um efeito adverso relevante sobre condição financeira da Companhia, seus resultados operacionais e o preço de mercado de suas ações.

No passado, o Brasil registrou taxas de inflação extremamente altas. A inflação e certos atos do governo para combatê-la causaram, no passado, efeitos significativamente negativos sobre a economia brasileira. Desde a introdução do Plano Real, em julho de 1994, no entanto, a inflação brasileira tem sido substancialmente menor do que nos períodos anteriores. No entanto, pressões inflacionárias persistem e medidas adotadas para combatê-las, bem como a especulação sobre as medidas futuras que possam vir a ser adotadas pelo Governo Federal, têm gerado ao longo dos últimos anos um clima de incerteza econômica no Brasil e aumentado a volatilidade do mercado de capitais brasileiro. O Brasil poderá vivenciar altos índices de inflação no futuro. As pressões inflacionárias podem levar a intervenções governamentais sobre a economia, incluindo a introdução de políticas que podem afetar adversamente o desempenho geral da economia brasileira, o que, por sua vez, poderia afetar adversamente as operações da Companhia e o valor de mercado das suas ações.

A volatilidade do real em relação ao dólar, euro e outras moedas pode ter um efeito adverso relevante sobre a Companhia e sobre o preço de mercado de suas ações.

Historicamente, a moeda brasileira sofreu freqüentes desvalorizações. O Governo Federal implementou diversos planos econômicos e utilizou diversas políticas cambiais, incluindo desvalorizações repentinas, mini-desvalorizações periódicas durante as quais a freqüência dos ajustes variou de diária a mensal, sistemas de mercado de câmbio flutuante, controles cambiais e mercado de câmbio paralelo. De tempos em tempos, houve flutuações significativas da taxa de câmbio entre o real e o dólar e outras moedas. Em 31 de dezembro de 2009, a taxa de câmbio entre o real e o dólar era de R$ 1,7412 por US$ 1,00.

Uma parcela significativa do endividamento da Companhia, parte significativa de sua receita e algumas de suas despesas operacionais são, e a Companhia espera que continuem sendo, denominadas ou indexadas em dólares norte-americanos e em outras moedas estrangeiras. A exposição líquida da Companhia a moedas estrangeiras, em 31 de dezembro de 2009 era de, aproximadamente, R$9.451,5 milhões. A Companhia administra parte de seu risco cambial por meio de instrumentos derivativos em moeda estrangeira, sem que sua exposição líquida por endividamento em moeda estrangeira esteja totalmente coberta por *hedge*. Além disso, é possível que não haja disponibilidade no mercado para a realização de operações de *hedge* a custos razoáveis. A menos que a Companhia efetue, com sucesso, operações de *hedge* para toda sua exposição em moeda estrangeira, qualquer desvalorização cambial poderia ter um efeito adverso relevante nos negócios e nos resultados operacionais da Companhia. Adicionalmente, uma desvalorização ou uma taxa de câmbio menos favorável poderia efetivamente aumentar a despesa de juros em relação à dívida da Companhia em dólares norte-americanos.

Modificações nas práticas contábeis adotadas no Brasil em função de sua convergência às práticas contábeis internacionais (IFRS) podem afetar adversamente os resultados.

Em 28 de dezembro de 2007, foi aprovada a Lei nº 11.638/07, complementada pela Lei nº 11.941/09 (conversão, em lei, da Medida Provisória 449/08), que alteraram a Lei das Sociedades por Ações e introduziram novas regras contábeis com o objetivo de convergir com as normas contábeis internacionais (IFRS) emitidas pelo International Accounting Standards Board – IASB.

O Comitê de Pronunciamentos Contábeis – CPC emitiu em 2009 diversos pronunciamentos contábeis, interpretações e orientações, que já foram aprovados pela CVM e pelo Conselho Federal de Contabilidade – CFC, com aplicação mandatória a partir de 2010, inclusive para as demonstrações financeiras do exercício encerrado em 31 de dezembro de 2009, que serão reapresentadas para fins de comparabilidade.

A Companhia está em processo de avaliação dos potenciais efeitos decorrentes da adoção desses novos pronunciamentos contábeis, interpretações e orientações que poderão ter impacto relevante nas demonstrações financeiras, nos nossos resultados e na nossa base de apuração de dividendos, a partir do exercício a findar-se em 31 de dezembro de 2010, incluindo os saldos referentes ao exercício findo em 31 de dezembro de 2009, que serão reapresentados para fins de comparabilidade.

5.2. Descrição da política de gerenciamento de riscos de mercado adotada pela Companhia, seus objetivos, estratégias e instrumentos:

a. riscos para os quais se busca proteção:

A Companhia busca proteção contra riscos das variações de taxas de câmbio, riscos de crédito, taxas de juros e preços na compra de gado.

b. estratégia de proteção patrimonial (hedge):

A Companhia possui uma política formal para gerenciamento de riscos cujo controle e gestão é de responsabilidade da tesouraria, que se utiliza de instrumentos de controle através de sistemas adequados e profissionais capacitados na mensuração, análise e gestão de riscos. Essa política é monitorada permanentemente pelo Comitê Financeiro e por executivos financeiros da Companhia, que têm sob sua responsabilidade a definição da estratégia da administração na gestão desses riscos, determinando os limites de posição e exposição. A política não permite operações com instrumentos financeiros de caráter especulativo. As estratégias utilizadas pela Companhia vão desde análises detalhadas das demonstrações financeiras dos clientes da Companhia e consultas a órgãos de monitoramento de crédito e risco à zeragem de exposições em mercados futuros em bolsa de valores.

Uma vez identificadas as exposições da Companhia, as unidades de negócio precificam e zeram seus riscos junto à tesouraria, que consolida esses riscos e busca proteção com operações no mercado de bolsa de valores. Esses riscos são monitorados diariamente para corrigir exposições adicionais ocasionadas por riscos de "gaps" e controles de margens e ajustes. A discricionariedade da tesouraria em determinar os limites de posição necessários para minimizar a exposição da Companhia a moedas e/ou taxas de juros está limitada aos parâmetros de análise do VAR (*Value at Risk*) da carteira de derivativos.

c. instrumentos utilizados para proteção patrimonial (hedge):

Risco de taxas de juros

O risco de taxa de juros sobre aplicações financeiras, empréstimos e financiamentos é reduzido, através da estratégia de equalização das taxas contratadas à taxa CDI, por meio de contratos de mercado futuro em bolsa de valores.

Risco de variação cambial

O risco de variação cambial sobre os empréstimos, financiamentos, contas a receber em moedas estrangeiras decorrentes de exportações, estoques e outras obrigações eventuais, denominadas em moeda estrangeira, são protegidos através da estratégia de minimização da posição diária de ativos e passivos expostos à variação de taxas de câmbio, através da contratação de *hedge* de futuro de câmbio na BM&F e contratos de *swap* (troca de variação cambial por variação da taxa CDI), buscando o zeramento da posição.

Risco de crédito

A Companhia é potencialmente sujeita a riscos de créditos relacionados com as contas a receber. As estratégias de redução do risco de crédito baseiam-se na pulverização da carteira, não possuindo clientes ou grupo empresarial que representem mais de 10% do faturamento consolidado, concessão de crédito relacionada com índices financeiros e operacionais saudáveis, análise detalhada da idoneidade financeira dos clientes através do CNPJ próprio, empresas coligadas e CPF dos sócios, e através de consultas a órgãos de informações e monitoramento constante de clientes.

Risco de preço na compra de gado

O ramo de atuação da Companhia está exposto à volatilidade dos preços do gado, cuja variação resulta de fatores fora do controle da Administração, tais como fatores climáticos, volume da oferta, custos de transporte, políticas agropecuárias e outros. A Companhia, de acordo com sua política de estoque, mantém sua

estratégia de gestão de risco, atuando no controle físico, que inclui compras antecipadas, aliadas com operações no mercado futuro, e reduzindo a posição diária de contratos de compra de boi a termo para entrega futura, através da contratação de hedge de futuro de boi na BM&F, visando o zeramento da posição e garantindo o preço de mercado.

d. parâmetros utilizados para o gerenciamento desses riscos:

Risco de taxas de juros

Os parâmetros para cobertura levam em consideração a relevância da exposição líquida, baseados em valores, prazos e taxas de juros em comparação com a taxa CDI. Os controles internos utilizados para gerenciamento do risco e cobertura são feitos através de planilhas de cálculo e acompanhamento das operações efetuadas e cálculo do VAR para 1 dia, com intervalo de confiança de 99%.

Risco de variação cambial

O parâmetro para proteção se baseia na exposição líquida em moeda estrangeira, buscando reduzir a exposição excessiva aos riscos de variações cambiais equilibrando seus ativos não denominados em Reais contra suas obrigações não denominadas em Reais, protegendo assim o balanço patrimonial da Companhia. Os controles internos utilizados para gerenciamento do risco e cobertura são feitos através de planilhas de cálculo e acompanhamento das operações efetuadas e cálculo do VAR para 1 dia, com intervalo de confiança de 99%.

Risco de crédito

A Companhia limita sua exposição ao risco de crédito por cliente e por mercado, através de sua área de análise de crédito e gestão da carteira de clientes. Desta forma, busca-se reduzir a exposição econômica a um dado cliente e/ou mercado que possa vir a representar perdas expressivas para a Companhia em caso de inadimplência ou implementação de barreiras sanitárias e/ou comerciais em países para os quais exporta. O risco por mercado de exposição é monitorado pelo Comitê de Crédito da Companhia que se reúne periodicamente com as áreas comerciais para análise e controle da carteira.

Risco de preço na compra de gado

O ramo de atuação da Companhia está exposto à volatilidade dos preços do gado, cuja variação resulta de fatores fora do controle da Administração, tais como fatores climáticos, volume da oferta, custos de transporte, políticas agropecuárias e outros. A Companhia, de acordo com sua política de estoque, mantém sua estratégia de gestão de risco, atuando no controle físico, que inclui compras antecipadas, aliadas com operações no mercado futuro, e reduzindo a posição diária de contratos de compra de boi a termo para entrega futura, através da contratação de hedge de futuro de boi na BM&FBOVESPA, visando o zeramento da posição e garantindo o preço de mercado.

Os parâmetros para redução do risco de compra de gado são baseados na posição da carteira física dos contratos de compra de boi a termo, considerando valores e prazos negociados. Os controles internos utilizados para gerenciamento do risco e cobertura são feitos através de planilhas de cálculo e acompanhamento das operações efetuadas e cálculo do VAR para 1 dia, com intervalo de confiança de 99%.

e. se o emissor opera instrumentos financeiros com objetivos diversos de proteção patrimonial (hedge) e quais são esses objetivos:

A Companhia opera instrumentos financeiros com o objetivo exclusivo de proteção patrimonial (*hedge*).

f. estrutura organizacional de controle de gerenciamento de risco

A Companhia possui e segue política de gerenciamento de risco, que orienta em relação a transações e requer a diversificação de transações e contrapartidas. Nos termos dessa política, a natureza e a posição geral dos riscos financeiros é regularmente monitorada e gerenciada pelo Comitê Financeiro, pelo Diretor Presidente e pelo Diretor de Operações, a fim de avaliar os resultados e o impacto financeiro no fluxo de caixa. Nos termos dessa política, os riscos de mercado são protegidos quando é considerado necessário suportar a estratégia corporativa ou quando é necessário manter o nível de flexibilidade financeira. Também são revistos, periodicamente, os limites de crédito e a qualidade do hedge das contrapartes.

A política de gerenciamento de risco da Companhia foi estabelecida pelo Conselho de Administração. O Comitê Financeiro auxilia a Diretoria Financeira a examinar e revisar informações relacionadas com o gerenciamento de risco, incluindo políticas significativas, procedimentos e práticas aplicadas no gerenciamento de risco. O Comitê também auxilia o Conselho de Administração e a Diretoria da Companhia na análise da conjuntura econômica brasileira e mundial e de seus potenciais reflexos na posição financeira da Companhia; examina, discute e formula recomendações ao Conselho de Administração quanto à política financeira proposta pela Diretoria da Companhia; acompanha a implantação da política financeira aprovada pelo Conselho de Administração; e avalia periodicamente os resultados da política financeira implementada pela Companhia.

O Comitê Financeiro é composto de no mínimo 3 e no máximo 5 membros, sendo um Coordenador, nomeados pelo Conselho de Administração da Companhia. Poderão integrar este comitê os membros titulares ou suplentes do Conselho de Administração da Companhia, seus Diretores; ou profissionais da área de finanças, com comprovados conhecimentos sobre economia, operações financeiras, gestão de caixa e de riscos financeiros e matérias correlatas. Este comitê é composto pelos seguintes membros: Marcos Cunha Bastos, Emerson Fernandes Loureiro, Fernando Abe Ohara e André Nogueira.

g. adequação da estrutura operacional e controles internos para verificação da efetividade da política adotada:

A Diretoria, por meio da estrutura organizacional da Companhia monitora e avalia a adequação das suas operações com as políticas adotadas. A Diretoria conta com as auditorias internas, como as de processo e de tecnologia da informação (TI), que auxiliam na verificação das políticas adotadas. A auditoria de processos é responsável por auditar todos os processos de negócios da empresa, os quais estão divididos em: (i) processos nas fábricas e (ii) processos corporativos. A auditoria de TI é responsável por auditar os processos relacionados ao uso de sistemas de informação, bem como auxiliar a empresa no entendimento e controle dos riscos potenciais decorrentes do aumento da dependência destes sistemas e surgimento de novas ameaças. A auditoria de TI engloba a verificação dos processos de TI, que incluem os controles gerais (infraestrutura, desenvolvimento, segurança da informação e operações), controles de aplicativos (relacionados diretamente às funcionalidades dos sistemas) e a participação em projetos de TI. Além disso, a avaliação dos riscos de TI é feita com base em um conjunto de processos denominado COBIT (Control Objectives for Information and Related Technology) utilizado e recomendado pela Associação Internacional de Controles e Auditoria de TI (ISACA) que estabelece níveis de maturidade para os controles relacionados com processos informatizados.

5.3. Em relação ao último exercício social, indicação de alterações significativas nos principais riscos de mercado a que a Companhia está exposta ou na política de gerenciamento de riscos adotada:

No último exercício social não houve alterações significativas nos principais riscos de mercado ou no monitoramento de riscos adotado pela Companhia.

5.4. Outras informações que a Companhia julga relevantes:

Para um melhor entendimento deste Formulário de Referência e as atividades da Companhia, apresentamos abaixo um glossário de definições utilizadas neste Formulário de Referência.

"Acordo de Acionistas BNDESPAR"	Acordo de Acionistas da Companhia, celebrado pelo acionista controlador da Companhia e o BNDESPAR em 22 de dezembro de 2009
"Administração"	A administração da Companhia formada pelo Conselho de Administração e Diretoria
"Aliança Estratégica - Inalca S.p.A."	Aliança estratégica entre a Companhia e a Cremonini
"ANVISA"	Agência Nacional de Vigilância Sanitária
"AQIS"	*Australian Quarantine and Inspection Service*, Serviço de Inspeção de Quarentena australiano
"Aquisição da Smithfield"	Aquisição da Smithfield Beef pela JBS USA

"Assembléia Geral"	Assembléia geral de acionistas da Companhia
"Austrália"	Commonwealth of Australia
"BDRs"	*Brazilian Depositary Receipts*, certificados de depósito de ações da JBS USA
"Bertin"	Bertin S.A.
"BM&FBOVESPA"	BM&FBovespa S.A. – Bolsa de Valores, Mercadorias e Futuros
"BNDES"	Banco Nacional de Desenvolvimento Econômico Social
"BNDESPAR"	BNDES Participações S.A., subsidiária integral do BNDES
"BR GAAP"	Práticas contábeis adotadas no Brasil, as quais são baseadas na Lei das Sociedades por Ações, nas normas emitidas pela CVM, nas normas contábeis emitidas pelo IBRACON e nas resoluções do CFC
"BSE"	Encefalopatia Espongiforme Bovina (popularmente conhecida como "doença da vaca louca")
"CADE"	Conselho Administrativo de Defesa Econômica
"CAGR"	*Compound Annual Growth Rate*
"CD"	Centro de Distribuição
"CFC"	Conselho Federal de Contabilidade
"CGC"	Continental Grain Company (anteriormente ContiGroup Companies, Inc.)
"CLT"	Consolidação das Leis do Trabalho, conforme aprovada pelo Decreto-Lei nº 5.452, de 1º de maio de 1943
"CNPJ"	Cadastro Nacional da Pessoas Jurídicas
"Código de Falência"	Código de Falência Norte-Americano
"Cofins"	Contribuição para o Financiamento da Seguridade Social
"Companhia"	JBS S.A.
"Conselho de Administração"	Conselho de Administração da Companhia
"Contrato com a Smithfield"	Contrato de Compra de Ações celebrado em 4 de março de 2008 entre a Companhia e a Smithfield Foods
"CPF"	Cadastro de Pessoas Físicas
"Cremonini"	Cremonini S.p.A., Itália
"CVM"	Comissão de Valores Mobiliários
"Debêntures Conversíveis"	Debêntures conversíveis em ações da Companhia e permutáveis por BDRs e/ou ações da JBS USA, emitidas pela Companhia em 22 de dezembro de 2009
"Diretoria"	A Diretoria da Companhia

"dólar, dólares ou US$"	Moeda corrente dos Estados Unidos
"dólar australiano, dólares australianos ou A$"	Moeda corrente da Austrália
"EBITDA"	O EBITDA é uma medição não contábil elaborada pela Administração da Companhia. O EBITDA é calculado utilizando-se o resultado antes da provisão para o imposto de renda e contribuição social, do resultado financeiro líquido, das despesas de depreciação e amortização, de despesas extraordinárias, do resultado de equivalência patrimonial e da amortização de ágio de investimentos. O EBITDA não é uma medida de acordo com o BR GAAP, não representa o fluxo de caixa para os períodos apresentados e não deve ser considerado como substituto para o lucro líquido como indicador do desempenho operacional da Companhia ou como substituto para o fluxo de caixa como indicador de liquidez. O EBITDA é uma informação adicional às demonstrações financeiras da Companhia e não deve ser utilizado em substituição aos resultados auditados. O EBITDA não possui significado padronizado e a definição de EBITDA da Companhia pode não ser comparável àquelas utilizadas por outras empresas.
"EEOC"	*Equal Employment Opportunity Commission*, Comissão de Igualdade de Oportunidade no Trabalho norte-americana
"EPA"	*Environmental Protection Agency,* Agência de Proteção do Meio-Ambiente norte-americana
"Estados Unidos" ou "Estados Unidos da América"	United States of America
"Estatuto Social"	Estatuto social da Companhia, conforme alterado
"FB Participações"	FB Participações S.A.
"Formulário de Referência"	O presente formulário de referência da JBS S.A., conforme alterado
"Five Rivers"	Five Rivers Ranch Cattle Feeding LLC
"GEE"	Gases estufa
"Governo Federal"	Governo Federal do Brasil
"JBS Five Rivers"	JBS Five Rivers Cattle Feeding LLC
"J&F Oklahoma"	J&F Oklahoma Holdings Inc.
"JBS Packerland"	JBS Packerland, Inc.
"JBS USA"	JBS USA Holdings, Inc.
"J&F"	J&F Participações S.A.
"IBAMA"	Instituto Brasileiro do Meio Ambiente e dos Recursos Naturais Renováveis.
"IBRACON"	Instituto dos Auditores Independentes do Brasil

"ICE"	Divisão de Imigração e Alfândegas do Departamento de Segurança Interna norte-americano
"ICMS"	Imposto sobre Circulação de Mercadorias e Serviços
"ICVM 480"	Instrução da CVM nº 480, de 07 de dezembro de 2009, conforme alterada
"ICVM 332"	Instrução da CVM nº 332, de 04 de abril de 2000, conforme alterada
"Inalca"	Inalca JBS S.p.A.
"INPI"	Instituto Nacional de Propriedade Industrial
"INSS"	Instituto Nacional do Seguro Social
"IPI"	Imposto sobre Produtos Industrializados
"IPO da JBS USA"	Oferta inicial para distribuição pública ou qualquer outra oferta pública inicial de ações ordinárias da JBS USA
"Lei das Sociedades por Ações"	Lei n° 6.404, de 15 de dezembro de 1976, conforme alterada
"LIBOR"	*London Interbank Offered Rate*
"Linha de Crédito de Saída"	Linha de crédito rotativo de três anos no valor de no máximo US$600,0 milhões, um empréstimo "A", com prazo de três anos, no valor de no máximo US$375,0 milhões, e um empréstimo "B", com prazo de cinco anos, no valor de no máximo US$775,0 milhões, contratada pela Pilgrim's Pride após sair de seu processo falimentar
"MAPA"	Ministério da Agricultura, Pecuária e Abastecimento do Brasil
"Montana"	Montana Alimentari S.p.A.
"MPF"	Ministério Público Federal
"MPF/PA"	Ministério Público Federal, Estado do Pará
"NASDAQ"	*National Association of Securities Dealers Automated Quotations*
"Notas 2011"	Notas Promissórias, sem garantia, emitidas pela Companhia, no valor de US$ 275 milhões e juros de 9,375%, emitidas em 2006 e com vencimento em 2011
"Notas 2014"	Notas Promissórias, sem garantia, emitidas pela JBS USA, LLC e JBS USA Finance, Inc. no valor de US$ 700 milhões e juros de 11,625%, emitidas em 27 de abril de 2009 e com vencimento em maio de 2014
"Notas 2016"	Notas Promissórias, sem garantia, emitidas pela Companhia, no valor de US$ 300 milhões e juros de 10,50%, emitidas em 2006 e com vencimento em 2016
"Notas 2016 do Bertin"	Notas Promissórias, sem garantia, emitidas pelo Bertin, no valor de US$ 350 milhões e juros de 10,25%, emitidas em 2006 e com vencimento em 2016
"Notas 2017 da Vigor"	Notas Promissórias, sem garantia, emitidas pela Vigor, no valor de US$ 100 milhões e juros de 9,25%, emitidas em

	2007 e com vencimento em 2017
"Novo Mercado"	Segmento especial de negociação introduzido em 2000 pela BM&FBOVESPA, com o conjunto mais rigoroso de práticas de governança corporativa dentre todos os segmentos
"NYSE"	*New York Stock Exchange*
"OIE"	*World Organization for Animal Health* (*Office Internationale des Epizooties*)
"Operação BNDESPAR"	Operação de capitalização da Companhia através da emissão das Debêntures Conversíveis
"OMS"	Organização Mundial de Saúde
"Pilgrim's Pride" ou "PPC"	Pilgrim's Pride Corporation
"PIS"	Programa de Integração Social
"Plano"	Plano de reestruturação da Pilgrim's Pride aprovado pelas corte norte-americanas de falência
"PROT"	PROT - Fundo de investimentos em Participações
"Real, reais ou R$"	A moeda corrente no Brasil
"Rockdale Beef"	Rockdale Beef Pty Ltd.
"SAGPYA"	*Secretaría de agricultura, ganadería, pesca y alimentación*, secretaria de agricultura da Argentina
"SEC"	*Securities and Exchange Commission*, a comissão de valores mobiliários dos Estados Unidos
"SDE"	Secretaria de Direito Econômico
"SEAE"	Secretaria de Acompanhamento Econômico
"SECEX"	Secretaria de Comércio Exterior do Ministério do Desenvolvimento, Indústria e Comércio Exterior
"SENASA"	*Servicio Nacional de Sanidad y Calidad Agroalimentaria*
"Smithfield Foods"	Smithfield Foods, Inc.
Smithfield Beef	Smithfield Beef Group, Inc.
"Swift"	Swift Foods & Company (atualmente denominada JBS USA Holdings, Inc.)
"Tasman"	Sociedades do Grupo Tasman, da Austrália, incluindo a Tasman Group Services Pty Ltd e a Industry Park Pty Ltd.
"Taxa de Desfrute"	Índice usualmente utilizado na indústria de carne bovina que mede a quantidade de gado abatido no país durante um ano em relação ao seu rebanho total
"Tatiara"	Tatiara Meat Company
"TJLP"	Taxa de Juros de Longo Prazo, divulgada pelo Conselho Monetário Nacional

"USDA"	*United States Department of Agriculture*
"US GAAP"	Práticas contábeis adotadas nos Estados Unidos da América
"VAR"	*Value at Risk*
"Vigor"	S.A. Fábrica de Produtos Alimentícios Vigor
"ZMF"	ZMF Fundo de Investimento em Participações

6. HISTÓRICO DA COMPANHIA

6.1. Com relação à constituição da Companhia:

a. Data: 10 de dezembro de 1998

b. Forma: Sociedade por ações, constituída em 10 de dezembro de 1998 como sociedade limitada, sob a denominação "Friboi Ltda."

c. País de Constituição: Brasil

6.2. Prazo de duração

Indeterminado.

6.3. Breve histórico da Companhia:

A Companhia é uma sociedade anônima, constituída em 10 de dezembro de 1998, sob a denominação Friboi Ltda., mas sua origem remonta a 1953, quando seu fundador, José Batista Sobrinho, iniciou as operações de uma pequena planta de abate, na Cidade de Anápolis, Goiás, com capacidade de abate de cinco cabeças de gado por dia. Em 1968, a Companhia adquiriu sua primeira planta de abate e em 1970 a segunda, aumentando sua capacidade de abate para 500 cabeças de gado por dia.

De 1970 a 2001, a Companhia expandiu significativamente as operações no setor de carne bovina no Brasil. Tal expansão se deu através de aquisições de plantas de abate e unidades produtoras de carne industrializada, bem como por meio de investimentos no aumento da capacidade produtiva das plantas preexistentes. Nesse período, a capacidade de abate aumentou para 5,8 mil cabeças/dia.

De 2001 até 2006, a capacidade de abate aumentou de 5,8 mil cabeças/dia para 19,9 mil cabeças/dia em 2006 e a Companhia passou a operar um total de 21 plantas no Brasil e 5 na Argentina. Em agosto de 2005, a Companhia indiretamente adquiriu 100% do capital social da Swift-Armour, a maior produtora e exportadora de carne bovina na Argentina, através de outra holding, a JBS Holding Internacional Ltda.

Após a aquisição da Swift-Armour, a Companhia, através de sua companhia Swift-Armour Argentina S.A., adquiriu em leilão uma planta em Pontevedra, que pertencia a Compañia Elaboradora de Produtos Alimentícios (CEPA). Este investimento foi somado à aquisição, em 2006, da planta em Venado Tuerto, também pertencente à CEPA.

Em janeiro de 2007, a Companhia adquiriu 100% das ações de emissão da empresa norte americana SB Holdings e suas subsidiárias, Tupman Thurlow, Astro Sales Internacional e Austral Foods, uma das maiores distribuidoras de produtos industrializados de carne bovina no mercado norte-americano e detentora das marcas "Hereford", "Manco Pride" e "Rip n' Ready".

Em 11 de julho de 2007, a Companhia concluiu a aquisição do controle acionário da Swift, sociedade com sede em Delaware, Estados Unidos, pelo valor de US$ 1.459 milhões, sendo US$ 225 milhões pagos a HM Capital Partners LLC, antiga acionista controladora da Swift, e US$ 1.234 milhões utilizados para a liquidação de passivos financeiros da Swift.

Em 03 de março de 2008, a Companhia concluiu a aquisição, no valor total de 225 milhões de Euros (U$331,1 milhões), de 50% do capital da Inalca. Posteriormente, em 02 de maio de 2008, a Companhia confirmou o fechamento da aquisição e pagamento da Tasman Group na Austrália.

Em 23 de outubro de 2008, a Companhia anunciou a conclusão da aquisição da unidade de carne bovina do Grupo Smithfield (Smithfield Beef), atualmente conhecida com JBS Packerland, e também das suas operações de confinamento conhecidas como Five Rivers (Five Rivers), atualmente JBS Five Rivers.

Em 06 de julho de 2009, a Companhia comunicou a sua expansão no Brasil com o arrendamento de cinco unidades de abate e desossa que ampliaram a sua capacidade de abate em 5.150 animais/dia, quais sejam: (i) uma unidade de abate e desossa na cidade de Juara, com capacidade para processar 800 animais/dia, (ii) uma unidade de abate e desossa na cidade de Alta Floresta, com capacidade para processar 1.600 animais/dia, (iii) uma unidade de abate e desossa na cidade de Colider, com capacidade para processar 850 animais/dia (iv) uma unidade de abate e desossa na cidade de Cuiabá, com capacidade para processar 800 animais/dia; e (v) uma unidade de abate e desossa na cidade de São José dos Quatro Marcos, com capacidade para processar 1.100 animais/dia. As duas últimas unidades pertencem ao Grupo Quatro Marcos, que está atualmente em recuperação judicial, cujos arrendamentos foram autorizados judicialmente.

Em 28 de dezembro de 2009, a Companhia anunciou a conclusão da operação pela qual a JBS USA, através de subscrição de novas ações, tornou-se titular de ações representativas de 64% do capital social total e votante da Pilgrim's Pride, sediada em Pittsburgh, Texas, EUA, por US$ 800 milhões de dólares norte-americanos, que foram pagos em dinheiro.

Em 29 de dezembro de 2009, foi aprovada a incorporação da totalidade das ações de emissão do Bertin pela Companhia. Em contrapartida, os acionistas do Bertin receberam indiretamente, através da FB Participações, ações de emissão da Companhia representando aproximadamente 28,7% do capital social da Companhia. Posteriormente, em 31 de dezembro de 2009, foi aprovada a incorporação do Bertin pela Companhia.

Em 22 de fevereiro de 2010, a Companhia anunciou a conclusão da operação de aquisição da Tatiara e a incorporação imediata dos novos ativos. A Companhia pagou AUD 30 milhões (aproximadamente US$ 27 milhões) pela Tatiara.

Em 19 de março de 2010, a Companhia anunciou a celebração, através de sua subsidiária integral, Swift Austrália, de um acordo para potencial aquisição da Rockdale Beef na Austrália, sendo certo que, até a data de apresentação deste Formulário de Referência, referida operação ainda não havia sido concluída.

Em 28 de abril de 2010, a Companhia publicou anúncio de início de distribuição pública primária de, inicialmente, 200.000.000 ações ordinárias de emissão da Companhia, no valor total de R$ 1.600 bilhão. Até a data de apresentação deste Formulário de Referência, o anúncio de encerramento relativo à referida oferta ainda não havia sido publicado.

6.4. Data do registro na CVM:

Registro obtido em 27 de março de 2007.

6.5. Principais eventos societários, tais como incorporações, fusões, cisões, incorporações de ações, alienações e aquisições de controle societário, aquisições e alienações de ativos importantes, pelos quais tenham passado a Companhia ou qualquer de suas controladas ou coligadas, indicando: (a) evento; (b) principais condições do negócio; (c) sociedades envolvidas; (d) efeitos resultantes da operação no quadro acionário, especialmente sobre a participação do controlador, de acionistas com mais de 5% do capital social e dos administradores da Companhia; (e) quadro societário antes e depois da operação:

Aquisição da SB Holdings

Em janeiro de 2007, a Companhia adquiriu a totalidade das ações de emissão da empresa norte-americana SB Holdings e suas subsidiárias, Tupman Thurlow, Astro Sales Internacional e Austral Foods. A SB Holdings era considerada uma importante distribuidora de produtos industrializados de origem de carne bovina no mercado norte-americano e detentora das marcas "Hereford", "Manco Pride" e "Rip n' Ready", as quais nos proporcionam acesso direto ao mercado norte-americano de carne industrializada. O valor da aquisição foi de US$ 11,9 milhões. A receita líquida consolidada da SB Holdings em 2006 foi de US$55,7 milhões.

A participação societária no capital social da Companhia não mudou em razão da aquisição da SB Holdings.

Aquisição da Swift

Em julho de 2007, foi concluída a aquisição da Swift pela Companhia, conforme aprovado pelos acionistas da Companhia em Assembléia Geral Extraordinária realizada em 29 de junho de 2007. O valor da aquisição foi de US$ 1.459 milhões, sendo US$ 225 milhões pagos à HM Capital Partners LLC, antiga acionista controladora da Swift, e US$ 1.234 milhões utilizados para a liquidação de passivos financeiros da Swift. Ainda, outros valores foram desembolsados pela Swift, relativos a despesas do processo de aquisição, tais como honorários e comissões de assessores, despesas com retenção de funcionários e outros custos da operação.

Parte substancial do financiamento dos recursos para aquisição da Swift pela Companhia foi oriunda do aumento de capital da Companhia, aprovado na Assembléia Geral Extraordinária realizada em 29 de junho de 2007, e o restante dos recursos foi obtido através de nova dívida assumida pela Swift no momento da aquisição. Em relação a referido aumento de capital, o BNDES Participações S.A. – BNDESPAR ("BNDESPAR") firmou com os até então acionistas controladores da Companhia um compromisso de investimento, por meio do qual o BNDESPAR investiria até R$1.463.552.345,17 e a J&F Participações S.A. e/ou o ZMF Fundo de Investimento em Participações investiriam até R$390.280.674,83 na Companhia, perfazendo um total de R$1.853.833.020,00, ou a totalidade da proposta de aumento de capital, mediante a emissão de 227.400.000 novas ações pela Companhia, ao preço de emissão de R$8,1523 por ação. A subscrição de ações de emissão da Companhia pelo BNDESPAR se deu mediante a cessão de parcela do direito de preferência de J&F e/ou ZMF na subscrição de novas ações da Companhia.

Segue quadro societário da Companhia antes e pós-aumento de capital com a entrada do BNDESPAR no capital da Companhia:

Acionista	**Pré-aumento de capital**		**Pós-aumento de capital (em 31.12.2007)**	
	Nº de ações	**Participação (%)**	**Nº de ações**	**Participação (%)**
ZMF Fundo de Investimento em Participações	87.903.348	10,3%	87.903.348	8,2%
J&F Participações S.A.	560.002.836	65,9%	597.195.003	55,4%
BNDES Participações S.A.	0	0,0%	139.470.610	12,9%
Ações em Tesouraria	0	0,0%	0	0,0%
Minoritários	202.093.816	23,8%	252.831.039	23,5%
Total	**850.000.000**	**100,0%**	**1.077.400.000**	**100,0%**

A concretização da aquisição da Swift pela Companhia resultou na criação da maior empresa do mundo no setor de alimentos de proteína de origem bovina e da maior empresa brasileira na indústria de alimentos.

Aliança Estratégica - Inalca S.p.A.

Em 6 de dezembro de 2007, a Companhia comunicou a celebração, junto a Cremonini S.p.A., Itália ("Cremonini"), um acordo para aquisição de 50% do capital social da Inalca, um dos principais produtores de carne bovina da Europa, por um total de € 225 milhões, baseado em um "*enterprise value*" da Inalca de € 600 milhões de Euros. A transação ocorreu através de um aumento de capital da Inalca (100% controlada pela Cremonini – CRM.MI), tendo como objetivo o desenvolvimento do seu setor de produção de carne bovina. A Companhia e a Cremonini assinaram um contrato preliminar visando à formação de uma aliança estratégica entre a Companhia e a Cremonini ("Aliança Estratégica - Inalca S.p.A."), a qual abrange toda a divisão de produção de carne bovina e subprodutos de carne bovina da Cremonini (Inalca S.p.A. and Montana Alimentari S.p.A., 100% controladas), na qual a Companhia tem uma participação de 50%. A transação foi estruturada da seguinte forma:

- A Cremonini transferiu 100% do capital social da Montana Alimentari S.p.A. ("Montana") para a Inalca, por um total de €70 milhões.

- A Companhia adquiriu 50% do capital social da Inalca pelo valor total de € 225 milhões, sendo 46,4% por meio de um aumento de capital totalizando € 210,0 milhões e 3,6% por meio da compra direta de ações detidas pela Cremonini por € 15 milhões.

- A Cremonini subscreveu o valor residual do aumento de capital da Inalca por um total de € 10 milhões.

- O aumento de capital total da Inalca foi de 220 milhões de euros.

Após a conclusão da reorganização corporativa descrita acima, a Companhia e a Cremonini passaram a ter, cada uma, uma participação de 50% no capital social da Inalca.

O valor a ser pago pelo total das ações transferidas da Inalca estava sujeito a um reajuste com base na dívida líquida do setor de produção da Cremonini (Inalca e Montana) em 31 de dezembro de 2007, comparado a uma previsão de € 300 milhões. A transação foi baseada em um valor da empresa ("*enterprise value*") de € 600 milhões ao setor de produção da Cremonini e o acordo estabeleceu uma cláusula de reajuste do preço de aquisição no valor de 65 milhões de euros em favor da Cremonini, caso o EBITDA anual médio seja de € 75 milhões durante o período de 2008 a 2010 ou, alternativamente, caso o EBITDA seja igual ou superior a € 90 milhões no exercício de 2010.

O aumento de capital objetivava captar recursos financeiros para a Inalca, visando acelerar o crescimento do seu setor de produção, tanto no mercado italiano quanto nos mercados internacionais, também por meio de aquisições.

Em termos de governança corporativa, o acordo de acionistas entre a Companhia e a Cremonini estabeleceu a nomeação de um mesmo número de membros para o Conselho de Administração da Inalca por cada companhia. A Cremonini nomeia o Diretor-Presidente (CEO) e mantém a administração operacional da companhia. A Companhia nomeia o Presidente do Conselho de Administração e o CFO.

Adicionalmente, o acordo de aquisição incluia uma opção de venda, de acordo com a qual a Cremonini poderá exercer o direito de vender a sua participação de 50% na Inalca para a Companhia a qualquer momento entre o quarto e o décimo ano após a conclusão da operação. Esta opção pode ser exercida desde que o EBITDA consolidado da Inalca seja de pelo menos € 60 milhões. O preço será um múltiplo (entre 5 e 10 vezes) do EBITDA consolidado da Inalca. Além disso, o acordo de acionistas estabelece uma opção de compra, a qual pode ser exercida no caso de falência ou mudança de controle dos respectivos acionistas majoritários.

De acordo com o acordo de acionistas, as partes estão obrigadas a financiar os investimentos da Inalca proporcionalmente às suas participações no capital social da companhia, caso a Inalca não consiga obter outras fontes de financiamento. Caso seja necessária uma garantia corporativa a obrigações da Inalca incorridas no curso normal de seus negócios, as partes também se obrigaram a garantir essas obrigações proporcionalmente às suas participações no capital social da companhia. As partes também estão obrigadas a não concorrer com as atividades da Inalca em certas regiões geográficas. Para tanto, elas são obrigadas a oferecer à Inalca as oportunidades de investimento que se enquadrem em suas atividades sociais, e a Inalca terá direito de preferência para a sua realização.

Esta aliança estratégica criou sinergias importantes entre os produtos e canais de venda da Companhia e da Cremonini, ambas líderes em seus respectivos mercados: a Companhia com produção e distribuição nos mercados da América do Sul, Estados Unidos e da Austrália, e a Cremonini, através da Inalca, com atuação na Europa, Rússia e África. Para a Companhia, esta operação representou uma oportunidade de acesso, através da Inalca, a novos mercados e clientes, dentre os quais grandes multinacionais no setor de *fast food*, produtores de alimentos industrializados, grandes cadeias de varejo e empresas de distribuição de alimentos (*foodservice*). A aliança também ofereceu à Companhia acesso à tecnologia de última geração da Inalca, amplamente reconhecida, bem como aos produtos de maior valor agregado comercializados sob a marca Montana. Para a Cremonini, a transação garantiu acesso privilegiado às principais fontes mundiais de fornecimento de carne bovina, além de fortalecer o controle global de toda a cadeia de abastecimento.

A participação societária no capital social da Companhia não mudou em razão da Aliança Estratégica - Inalca S.p.A.

Aquisição da Tasman

Em 4 de março de 2008, a Companhia celebrou um *Share Sale Agreement* visando à aquisição, direta ou indiretamente, de sociedades do Grupo Tasman, da Austrália, incluindo a Tasman Group Services Pty Ltd e a Industry Park Pty Ltd (em conjunto, "Tasman"), com atuação no abate, processamento e comercialização de carne bovina e de animais de pequeno porte. O preço de aquisição da Tasman foi de AUS$ 160 milhões (aproximadamente US$ 150 milhões) e foi pago integralmente em dinheiro, considerando um valor de firma

(*enterprise value*), composto por AUS$ 110 milhões em valor de capital e mais AUS$ 50 milhões de dívida da Tasman.

A aquisição da Tasman representou um passo importante na conclusão do plano de investimentos para a construção de uma sustentável plataforma de abate, produção e comercialização de carne nos Estados Unidos e na Austrália, que se iniciou em julho de 2007 através da aquisição da Swift. A aquisição incrementou a capacidade da Companhia em atender a demandas específicas de seus clientes e proporcionou economias de escala e eficiências operacionais, gerando valor aos seus acionistas.

A participação societária no capital social da Companhia não mudou em razão da aquisição da Tasman.

Aquisição da Smithfield Beef

Em 4 de março de 2008, a Companhia e a Smithfield Foods celebraram um Contrato de Compra de Ações ("Contrato com a Smithfield"). De acordo com o Contrato com a Smithfield, a Companhia formalizou, através da JBS USA, a aquisição da Smithfield Beef por US$565,00 milhões, em dinheiro (incluindo US$32,3 milhões de custos pertinentes à operação). A Companhia então contribuiu os recursos à JBS USA, a qual finalizou a aquisição da Smithfield Beef ("Aquisição da Smithfield"). A aquisição incluiu 100% da Five Rivers, a qual era detida pela Smithfield Beef em uma associação com a Continental Grain Company ("CGC", anteriormente ContiGroup Companies, Inc.). Em 23 de outubro de 2008, a aquisição da Smithfield Beef foi concluída. Em conjunto com o fechamento desta aquisição, a denominação social da Smithfield Beef foi alterada para JBS Packerland e a denominação social da Five Rivers foi alterada para JBS Five Rivers. Os ativos adquiridos incluem quatro fábricas de processamento e onze fazendas de confinamento. Esta aquisição proporcionou maior capacidade para continuar a atender a demanda dos clientes da Companhia.

A aquisição excluiu substancialmente todos os estoques de rebanho de gado mantidos pela Smithfield Beef e pela Five Rivers na data de fechamento, em conjunto com o seu respectivo débito. O rebanho de gado excluído é criado pela JBS Five Rivers após o fechamento por uma taxa negociada.

Parte substancial do financiamento dos recursos para aquisição da Tasman e da Smithfield Beef pela Companhia foi oriunda do aumento de capital da Companhia, aprovado na Assembléia Geral Extraordinária realizada em 11 de abril de 2008. Em relação a referido aumento de capital, o BNDESPAR e o PROT firmaram com os até então acionistas controladores da Companhia um compromisso de investimento, por meio do qual o BNDESPAR, o PROT, a J&F e a ZMF investiriam até R$2.550.000.006,82 na Companhia, ou a totalidade da proposta de aumento de capital, mediante a emissão de 360.678.926 novas ações pela Companhia, ao preço de emissão de R$ 7,07 por ação. A subscrição de ações de emissão da Companhia pelo BNDESPAR e PROT se deu mediante a cessão de parcela do direito de preferência dos acionistas J&F e ZMF na subscrição dessas novas ações, conforme acordo de investimento celebrado em 18 de março de 2008.

Segue quadro societário da Companhia antes e pós-aumento de capital, com o investimento de BNDESPAR, PROT, J&F e ZMF:

Acionista	**Pré-aumento de capital**		**Pós-aumento de capital (em 31.12.2008)**	
	Nº de ações	**Participação (%)**	**Nº de ações**	**Participação (%)**
ZMF Fundo de Investimento em Participações	597.195.003	55,4%	632.781.603	44,0%
J&F Participações S.A.	87.903.348	8,2%	87.903.348	6,1%
BNDES Participações S.A.	139.470.610	12,9%	186.891.800	13,0%
PROT – Fundo de Investimento em Participações	-	0,0%	205.365.101	14,3%
Ações em Tesouraria	-	0,0%	43.990.100	3,0%
Minoritários	252.831.039	23,5%	281.146.974	19,6%
Total	**1.077.400.000**	**100,0%**	**1.438.078.926**	**100,0%**

Aquisição da Pilgrim's Pride

Em 1º de dezembro de 2008, a Pilgrim's Pride e seis de suas subsidiárias apresentaram pedidos voluntários no Tribunal de Falências dos Estados Unidos para o Distrito Norte do Texas, Divisão de Fort Worth, pleiteando uma tutela jurisdicional conforme previsto nas disposições do Capítulo 11 do Título 11 do Código de Falência Norte-Americano, ou Código de Falência.

Em 16 de setembro de 2009, a JBS USA celebrou um contrato de compra de ações com a Pilgrim's Pride. Após a conclusão das transações previstas no contrato de compra de ações e, de acordo com o plano de reorganização alterado da Pilgrim's Pride (o "Plano"), a JBS USA adquiriu novas ações ordinárias de emissão da Pilgrim's Pride representativas de 64% do total de ações em circulação mediante pagamento do valor total de US$800,0 milhões em dinheiro. Após sair do processo falimentar, a Pilgrim's Pride reestruturada deverá contratar uma linha de crédito rotativo de três anos no valor de no máximo US$600,0 milhões, sendo um empréstimo A com prazo de três anos no valor de no máximo US$375,0 milhões e um empréstimo B com prazo de cinco anos no valor de no máximo US$775,0 milhões ("Linha de Crédito de Saída"). Adicionalmente, de acordo com os termos do contrato de compra de ações, se a JBS USA realizar uma oferta inicial para distribuição pública ("IPO da JBS USA") até 27 de janeiro de 2012, a JBS USA terá a opção de fazer com que a totalidade das ações ordinárias da Pilgrim's Pride reestruturada atualmente não detidas pela JBS USA seja trocada por ações ordinárias da JBS USA, conforme um índice de troca específico calculado com base na cotação de mercado das ações da JBS USA e da Pilgrim's Pride, de forma que a JBS USA passe a ser a detentora da totalidade das ações ordinárias da Pilgrim's Pride.

Em 17 de setembro de 2009, a Pilgrim's Pride e seis de suas subsidiárias apresentaram ao Tribunal de Falências uma proposta de plano conjunto de reestruturação, ou Plano, e uma proposta de declaração nos termos do Capítulo 11 do Código de Falência norte-americana. Em 17 de setembro de 2009, a Pilgrim's Pride apresentou um pedido ao Tribunal de Falências pleiteando o deferimento de um mandado aprovando certas disposições do contrato de compra de ações. Em 7 de outubro de 2009, o Tribunal de Falências deferiu o pedido e aprovou determinadas disposições do contrato de compra de ações. A Pilgrim's Pride também pleiteou a aprovação das partes restantes do contrato de compra de ações como parte da aprovação de seu plano de reorganização conjunto alterado proposto. Em 22 de outubro de 2009, a Pilgrim's Pride recebeu aprovação do Tribunal de Falências para iniciar o processo de solicitação de aprovação dos acionistas de seu plano de reorganização conjunto alterado proposto. Em 10 de dezembro de 2009, o Tribunal de Falências proferiu uma decisão confirmando a alteração do Plano da Pilgrim's Pride. Em 14 de outubro de 2009, a aquisição da Pilgrim's Pride recebeu autorização antitruste da Agência de Defesa da Concorrência da Comissão de Comércio Federal e do Ministério da Justiça norte-americano.

Em 28 de dezembro de 2009, a Companhia informou ao mercado que havia concluído, em referida data, a Aquisição da Pilgrim's Pride, por US$ 800 milhões de dólares norte-americanos, que foram pagos em dinheiro. A Aquisição da Pilgrim's Pride seguiu os trâmites legais aplicáveis e foi aprovada pela corte de falências competente nos Estados Unidos.

No que se refere à Pilgrim's Pride, a Companhia espera aproveitar ganhos de sinergia e reduzir custos através de iniciativas nas áreas corporativas, transporte, suprimentos e embalagens, e também reduzir despesas gerais e administrativas, exportações e logística.

A participação societária no capital social da Companhia não mudou em razão da aquisição da Pilgrim's Pride.

Debêntures Conversíveis/Operação BNDESPAR

Em 22 de dezembro de 2009, a Companhia concordou em emitir uma série de debêntures permutáveis, conversíveis em ações ordinárias da Companhia, e por BDRs da JBS USA, em uma operação privada isenta de registro nos termos da Lei nº 6.382 do *Securities Act* e de acordo com o *Regulation S* ("Debêntures Conversíveis"). As 2.000.000 debêntures foram emitidas em 29 de dezembro de 2009 e não são negociáveis, de acordo com seus termos. Essas debêntures são obrigatoriamente permutáveis por ações ordinárias da JBS USA na forma de BDRs após o IPO da JBS USA e sob determinadas condições e obrigatoriamente conversíveis em ações da Companhia caso não ocorra tal IPO da JBS USA. Os termos e condições gerais das Debêntures Conversíveis estão dispostos no item 18.5 deste Formulário de Referência.

O BNDESPAR concordou em subscrever e integralizar até o montante principal total das Debêntures Conversíveis oferecidas por US$2,0 bilhões. Após o IPO da JBS USA e assumindo o cumprimento das outras condições, as 2.000.000 Debêntures Conversíveis em circulação serão obrigatoriamente permutadas por uma porcentagem total das ações ordinárias em circulação da JBS USA na forma de BDRs, porcentagem essa igual a US$2,0 bilhões divididos pela avaliação do patrimônio da JBS USA em dólares norte-americanos, com base no número de ações em circulação na data imediatamente anterior ao IPO da JBS USA, porém calculado com base no preço por ação do IPO da JBS USA e multiplicado por 100. Nestes termos, o número

de ações do grupo de ações ordinárias da JBS USA na forma de BDRs não representará mais do que 20% a 25% das ações ordinárias da JBS USA.

A Companhia, entre outras coisas, usou o produto líquido apurado com a oferta das Debêntures Conversíveis para capitalizar a JBS USA, incluindo o financiamento do preço de compra de US$800 milhões de participação na Pilgrim's Pride nos termos da aquisição da Pilgrim's Pride.

Para viabilizar a utilização do produto líquido declarado acima antes do fechamento da operação BNDESPAR em 21 de dezembro de 2009, a JBS USA e a Companhia celebraram um contrato de compra e venda nos termos do qual a JBS USA concordou em emitir e vender de 20% a 25% das ações ordinárias da JBS USA à Companhia, por um preço de compra total de US$2,0 bilhões. Atualmente, a Companhia detem uma participação entre 20% e 25% do capital social da JBS USA, e o restante é detido pela JBS Hungary Holdings Kft. A ação ordinária que for adquirida pela Companhia nos termos do contrato de compra e venda será a ação ordinária subjacente aos BDRs a serem entregues mediante a permuta obrigatória das Debêntures Conversíveis.

No que se refere ao investimento do BNDESPAR, a Companhia, a J&F, o ZMF e o BNDESPAR celebraram, em 22 de dezembro de 2009, um acordo de acionistas, nos termos do qual o BNDESPAR recebeu direitos de veto em relação a determinadas questões societárias que envolvam a Companhia e a JBS USA, e lhe foi garantido o direito de indicar até dois membros do Conselho de Administração da Companhia. Além disso, a JBS USA concordou em conceder ao BNDESPAR determinados direitos de registro pertencentes a suas ações ordinárias. Um contrato de direitos de registro (*registration rights agreement*) foi celebrado com o BNDESPAR antes do fechamento do investimento do BNDESPAR. Para maiores informações sobre referido acordo de acionistas, vide seção 15.5 deste Formulário de Referência.

Operação JBS S.A./Bertin

Em 16 de setembro de 2009, a J&F e a ZMF, até então acionistas controladoras da Companhia, e acionistas controladores do Bertin concordaram em iniciar um processo de associação da Companhia com o Bertin, empresa brasileira que era uma das maiores exportadoras de carne bovina e outros subprodutos de gado da América Latina. De acordo com o processo de associação acordado entre as partes: (1) os acionistas controladores da Companhia concordaram em contribuir as ações da Companhia por eles detidas, direta ou indiretamente, em troca de ações a serem emitidas por uma holding recém-constituída, denominada FB Participações S.A.; e (2) os acionistas controladores do Bertin concordaram em contribuir a totalidade de suas ações representativas de 73,1% do Bertin em troca de ações que serão emitidas pela FB Participações.

Em 23 de dezembro de 2009 os antigos controladores da Companhia, J&F e ZMF, contribuíram a totalidade das 632.781.603 e 87.903.348 ações ordinárias de emissão da Companhia detidas por cada acionista, respectivamente, em aumento de capital da FB Participações, atual acionista controladora da Companhia (conforme seção 15.1 deste Formulário de Referência).

Em 31 de dezembro de 2009, a Companhia concluiu um processo de associação com o Grupo Bertin, através de uma reorganização societária que, após a prévia incorporação da totalidade das 28.636.178 ações de emissão do Bertin pela Companhia, em 29 de dezembro de 2009, resultou na incorporação do Bertin pela Companhia. Os acionistas controladores do Bertin contribuíram a totalidade das 679.182.067 ações da Companhia que tais acionistas receberam em virtude da incorporação de ações acima mencionada em aumento de capital da FB Participações, no valor total de R$ 4.949.046.230,13, mediante a emissão de 2.334.370.128 novas ações ordinárias, nominativas, sem valor nominal de emissão da FB. Para maiores informações sobre o atual quadro societário da Companhia, vide a seção 15.1 deste Formulário de Referência.

Com relação às sinergias esperadas com a incorporação do Bertin, a Companhia espera aproveitar ganhos de sinergia e acredita que poderá se beneficiar com redução de custos com embalagem, processos industriais, formulação e administrativas, além de sinergias advindas principalmente do corporativo e das exportações.

Segue quadro societário da Companhia antes e pós-incorporação da Bertin pela Companhia:

Acionista	Pré-aumento de capital		Pós-aumento de capital (em 31.12.2009)	
	Nº de ações	Participação (%)	Nº de ações	Participação (%)
FB Participações S.A.	-		1.399.867.018	59,1%
J&F Participações S.A.	632.781.603	44,0%	-	-
ZMF Fundo de Investimento em Participações	87.903.348	6,1%	-	-
BNDES Participações S.A.	186.891.800	13,0%	437.102.282	18,5%
PROT – Fundo de Investimento em Participações	205.365.101	14,3%	205.365.101	8,7%
Ações em tesouraria	43.990.100	3,0%	43.990.100	1,8%
Minoritários	281.146.974	19,6%	281.146.975	11,9%
Total	**1.438.078.926**	**100,0%**	**2.367.471.476**	**100,0%**

Aquisição da Tatiara Meat

Em 22 de fevereiro de 2010, foi anunciada a conclusão da aquisição da Tatiara pela subsidiária australiana Swift Australia Pty Limited, por AUD30 milhões, do Vion Food Group, uma empresa internacional de alimentos da Holanda. A aquisição da Tatiara obteve a não-oposição da autoridade da concorrência australiana em fevereiro de 2010. A Tatiara é uma processadora de carne ovina de alta qualidade, focada em mercados sofisticados como Estados Unidos, Canadá e Europa, além do mercado doméstico Australiano. Com essa aquisição, a Swift Austrália se tornou a maior processadora de carne ovina na Austrália, com capacidade de abate de 23.000 cabeças por dia.

A participação societária no capital social da Companhia não mudou em razão da aquisição da Tatiara.

Aquisição da Rockdale Beef

Em 19 de março de 2010, a Companhia anunciou a celebração, através de sua subsidiária integral Swift Austrália, de um acordo para potencial aquisição da Rockdale Beef na Austrália. Nos termos de referido acordo, celebrado com os acionistas controladores da Rockdale Beef, a Swift Austrália adquirirá todo o negócio da Rockdale Beef, incluindo o solo, aperfeiçoamentos, prédios, ativos fixos, propriedade intelectual e estoques. Adicionalmente, a Swift Austrália também deverá adquirir todo o gado da Rockdale Beef no fechamento da operação, por um preço a ser acordado entre as partes.

A conclusão da operação está sujeita à aprovação pelas autoridades competentes, incluindo o órgão anti-trust da Austrália e o Conselho de Administração da Companhia e dos vendedores. Até a data deste Formulário de Referência, a operação não havia sido concluída.

A Rockdale Beef possui uma operação de carne bovina integrada através de fazendas, confinamentos, fábrica de ração e frigorífico. Situada em Yanco, New South Wales, Austrália, a companhia possui uma capacidade de abate de aproximadamente 200.000 bois/ano combinada com uma capacidade de confinar mais de 53.000 bois.

A participação societária no capital social da Companhia não sofrerá modificações, caso a proposta atual de aquisição da Rockdale Beef seja concluída.

Oferta Primária de Ações

Para maiores informações acerca da oferta primária de ações de emissão da Companhia realizada no ano de 2010, vide item 18.8 deste Formulário de Referência.

A Oferta consistiu na distribuição pública primária de 200.000.000 (duzentos milhões) de Ações a emitidas pela Companhia ("Oferta"), no Brasil, em 26 de abril de 2010, em mercado de balcão não-organizado, em conformidade com a Instrução CVM 400, coordenada pelos Coordenadores da Oferta, com a participação de determinadas instituições financeiras integrantes do sistema de distribuição de valores mobiliários e determinadas instituições consorciadas autorizadas a operar no mercado de capitais brasileiro, credenciadas

junto à BM&FBOVESPA S.A. - Bolsa de Valores, Mercadorias e Futuros ("BM&FBOVESPA") bem como outras instituições financeiras contratadas para participar da Oferta de Varejo.

Conforme Ata de Reunião do Conselho de Administração realizada em 28 de abril de 2010, em 27 de abril de 2010, foi aprovado o aumento de capital social da Companhia, dentro do limite do capital autorizado, com a exclusão do direito de preferência dos atuais acionistas da Companhia nos termos do artigo 172 da Lei das S.A., no montante de R$ 1.600.000.000,00 (um bilhão e seiscentos milhões de reais), de forma que o capital social passa de R$ 16.483.544.165,08 (dezesseis bilhões, quatrocentos e oitenta e três milhões, quinhentos e quarenta e quatro mil, cento e sessenta e cinco reais e oito centavos) para R$ 18.083.544.165,08 (dezoito bilhões, oitenta e três milhões, quinhentos e quarenta e quatro mil, cento e sessenta e cinco reais e oito centavos) mediante a emissão de 200.000.000 (duzentos milhões) de novas ações ordinárias, emitidas no âmbito da Oferta Pública.

O capital social subscrito passa a ser representado por 2.567.471.476 (dois bilhões, quinhentos e sessenta e sete milhões, quatrocentos e setenta e um mil e quatrocentas e setenta e seis) ações ordinárias, nominativas, escriturais e sem valor nominal. As ações ora emitidas terão os mesmos direitos conferidos às ações de emissão da Companhia, nos termos do Estatuto Social e da legislação aplicável, garantindo a seus titulares a atribuição de dividendos e todos os outros benefícios que vierem a ser declarados pela Companhia a partir da data de liquidação da Oferta Pública.

Segue quadro societário da Companhia antes e pós-aumento de capital mediante emissão de 200.000.000 (duzentos milhões) de novas ações ordinárias, emitidas no âmbito da Oferta Pública:

Acionista	**Pré-aumento de capital**		**Pós-aumento de capital (em 28.04.2010)**	
	Nº de ações	**Participação (%)**	**Nº de ações**	**Participação (%)**
FB Participações S.A.	1.399.867.018	59,1%	1.399.867.018	54,5%
BNDES Participações S.A.	437.102.282	18,5%	437.102.282	17,1%
PROT – Fundo de Investimento em Participações	205.365.101	8,7%	205.365.101	8,0%
Ações em tesouraria	43.990.100	1,8%	43.990.100	1,7%
Minoritários	281.146.975	11,9%	481.146.975	18,7%
Total	**2.367.471.476**	**100,0%**	**2.567.471.476**	**100,0%**

6.6. Pedido de falência, desde que fundado em valor relevante, ou de recuperação judicial ou extrajudicial da Companhia, e o estado atual de tais pedidos:

Até a data de publicação deste Formulário de Referência não houve pedido de falência ou de recuperação judicial ou extrajudicial da Companhia.

6.7. Outras informações que a Companhia julga relevantes:

Para um melhor entendimento deste Formulário de Referência e as atividades da Companhia, apresentamos abaixo um glossário de definições utilizadas neste Formulário de Referência.

"Acordo de Acionistas BNDESPAR"	Acordo de Acionistas da Companhia, celebrado pelo acionista controlador da Companhia e o BNDESPAR em 22 de dezembro de 2009
"Administração"	A administração da Companhia formada pelo Conselho de Administração e Diretoria
"Aliança Estratégica - Inalca S.p.A."	Aliança estratégica entre a Companhia e a Cremonini
"ANVISA"	Agência Nacional de Vigilância Sanitária
"AQIS"	*Australian Quarantine and Inspection Service*, Serviço de Inspeção de Quarentena australiano

"Aquisição da Smithfield"	Aquisição da Smithfield Beef pela JBS USA
"Assembléia Geral"	Assembléia geral de acionistas da Companhia
"Austrália"	Commonwealth of Australia
"BDRs"	*Brazilian Depositary Receipts*, certificados de depósito de ações da JBS USA
"Bertin"	Bertin S.A.
"BM&FBOVESPA"	BM&FBovespa S.A. – Bolsa de Valores, Mercadorias e Futuros
"BNDES"	Banco Nacional de Desenvolvimento Econômico Social
"BNDESPAR"	BNDES Participações S.A., subsidiária integral do BNDES
"BR GAAP"	Práticas contábeis adotadas no Brasil, as quais são baseadas na Lei das Sociedades por Ações, nas normas emitidas pela CVM, nas normas contábeis emitidas pelo IBRACON e nas resoluções do CFC
"BSE"	Encefalopatia Espongiforme Bovina (popularmente conhecida como "doença da vaca louca")
"CADE"	Conselho Administrativo de Defesa Econômica
"CAGR"	*Compound Annual Growth Rate*
"CD"	Centro de Distribuição
"CFC"	Conselho Federal de Contabilidade
"CGC"	Continental Grain Company (anteriormente ContiGroup Companies, Inc.)
"CLT"	Consolidação das Leis do Trabalho, conforme aprovada pelo Decreto-Lei nº 5.452, de 1º de maio de 1943
"CNPJ"	Cadastro Nacional da Pessoas Jurídicas
"Código de Falência"	Código de Falência Norte-Americano
"Cofins"	Contribuição para o Financiamento da Seguridade Social
"Companhia"	JBS S.A.
"Conselho de Administração"	Conselho de Administração da Companhia
"Contrato com a Smithfield"	Contrato de Compra de Ações celebrado em 4 de março de 2008 entre a Companhia e a Smithfield Foods
"CPF"	Cadastro de Pessoas Físicas
"Cremonini"	Cremonini S.p.A., Itália
"CVM"	Comissão de Valores Mobiliários
"Debêntures Conversíveis"	Debêntures conversíveis em ações da Companhia e permutáveis por BDRs e/ou ações da JBS USA, emitidas pela Companhia em 22 de dezembro de 2009

"Diretoria"	A Diretoria da Companhia
"dólar, dólares ou US$"	Moeda corrente dos Estados Unidos
"dólar australiano, dólares australianos ou A$"	Moeda corrente da Austrália
"EBITDA"	O EBITDA é uma medição não contábil elaborada pela Administração da Companhia. O EBITDA é calculado utilizando-se o resultado antes da provisão para o imposto de renda e contribuição social, do resultado financeiro líquido, das despesas de depreciação e amortização, de despesas extraordinárias, do resultado de equivalência patrimonial e da amortização de ágio de investimentos. O EBITDA não é uma medida de acordo com o BR GAAP, não representa o fluxo de caixa para os períodos apresentados e não deve ser considerado como substituto para o lucro líquido como indicador do desempenho operacional da Companhia ou como substituto para o fluxo de caixa como indicador de liquidez. O EBITDA é uma informação adicional às demonstrações financeiras da Companhia e não deve ser utilizado em substituição aos resultados auditados. O EBITDA não possui significado padronizado e a definição de EBITDA da Companhia pode não ser comparável àquelas utilizadas por outras empresas.
"EEOC"	*Equal Employment Opportunity Commission*, Comissão de Igualdade de Oportunidade no Trabalho norte-americana
"EPA"	*Environmental Protection Agency,* Agência de Proteção do Meio-Ambiente norte-americana
"Estados Unidos" ou "Estados Unidos da América"	United States of America
"Estatuto Social"	Estatuto social da Companhia, conforme alterado
"FB Participações"	FB Participações S.A.
"Formulário de Referência"	O presente formulário de referência da JBS S.A., conforme alterado
"Five Rivers"	Five Rivers Ranch Cattle Feeding LLC
"GEE"	Gases estufa
"Governo Federal"	Governo Federal do Brasil
"JBS Five Rivers"	JBS Five Rivers Cattle Feeding LLC
"J&F Oklahoma"	J&F Oklahoma Holdings Inc.
"JBS Packerland"	JBS Packerland, Inc.
"JBS USA"	JBS USA Holdings, Inc.
"J&F"	J&F Participações S.A.
"IBAMA"	Instituto Brasileiro do Meio Ambiente e dos Recursos Naturais Renováveis.

"IBRACON"	Instituto dos Auditores Independentes do Brasil
"ICE"	Divisão de Imigração e Alfândegas do Departamento de Segurança Interna norte-americano
"ICMS"	Imposto sobre Circulação de Mercadorias e Serviços
"ICVM 480"	Instrução da CVM nº 480, de 07 de dezembro de 2009, conforme alterada
"ICVM 332"	Instrução da CVM nº 332, de 04 de abril de 2000, conforme alterada
"Inalca"	Inalca JBS S.p.A.
"INPI"	Instituto Nacional de Propriedade Industrial
"INSS"	Instituto Nacional do Seguro Social
"IPI"	Imposto sobre Produtos Industrializados
"IPO da JBS USA"	Oferta inicial para distribuição pública ou qualquer outra oferta pública inicial de ações ordinárias da JBS USA
"Lei das Sociedades por Ações"	Lei n° 6.404, de 15 de dezembro de 1976, conforme alterada
"LIBOR"	*London Interbank Offered Rate*
"Linha de Crédito de Saída"	Linha de crédito rotativo de três anos no valor de no máximo US$600,0 milhões, um empréstimo "A", com prazo de três anos, no valor de no máximo US$375,0 milhões, e um empréstimo "B", com prazo de cinco anos, no valor de no máximo US$775,0 milhões, contratada pela Pilgrim's Pride após sair de seu processo falimentar
"MAPA"	Ministério da Agricultura, Pecuária e Abastecimento do Brasil
"Montana"	Montana Alimentari S.p.A.
"MPF"	Ministério Público Federal
"MPF/PA"	Ministério Público Federal, Estado do Pará
"NASDAQ"	*National Association of Securities Dealers Automated Quotations*
"Notas 2011"	Notas Promissórias, sem garantia, emitidas pela Companhia, no valor de US$ 275 milhões e juros de 9,375%, emitidas em 2006 e com vencimento em 2011
"Notas 2014"	Notas Promissórias, sem garantia, emitidas pela JBS USA, LLC e JBS USA Finance, Inc. no valor de US$ 700 milhões e juros de 11,625%, emitidas em 27 de abril de 2009 e com vencimento em maio de 2014
"Notas 2016"	Notas Promissórias, sem garantia, emitidas pela Companhia, no valor de US$ 300 milhões e juros de 10,50%, emitidas em 2006 e com vencimento em 2016
"Notas 2016 do Bertin"	Notas Promissórias, sem garantia, emitidas pelo Bertin, no valor de US$ 350 milhões e juros de 10,25%, emitidas em 2006 e com vencimento em 2016

"Notas 2017 da Vigor"	Notas Promissórias, sem garantia, emitidas pela Vigor, no valor de US$ 100 milhões e juros de 9,25%, emitidas em 2007 e com vencimento em 2017
"Novo Mercado"	Segmento especial de negociação introduzido em 2000 pela BM&FBOVESPA, com o conjunto mais rigoroso de práticas de governança corporativa dentre todos os segmentos
"NYSE"	*New York Stock Exchange*
"OIE"	*World Organization for Animal Health* (*Office Internationale des Epizooties*)
"Operação BNDESPAR"	Operação de capitalização da Companhia através da emissão das Debêntures Conversíveis
"OMS"	Organização Mundial de Saúde
"Pilgrim's Pride" ou "PPC"	Pilgrim's Pride Corporation
"PIS"	Programa de Integração Social
"Plano"	Plano de reestruturação da Pilgrim's Pride aprovado pelas corte norte-americanas de falência
"PROT"	PROT - Fundo de investimentos em Participações
"Real, reais ou R$"	A moeda corrente no Brasil
"Rockdale Beef"	Rockdale Beef Pty Ltd.
"SAGPYA"	*Secretaría de agricultura, ganadería, pesca y alimentación*, secretaria de agricultura da Argentina
"SB Holdings"	SB Holdings, Inc. e suas subsidiárias, Tupman Thurlow, Astro Sales Internacional e Austral Foods
"SEC"	*Securities and Exchange Commission*, a comissão de valores mobiliários dos Estados Unidos
"SDE"	Secretaria de Direito Econômico
"SEAE"	Secretaria de Acompanhamento Econômico
"SECEX"	Secretaria de Comércio Exterior do Ministério do Desenvolvimento, Indústria e Comércio Exterior
"SENASA"	*Servicio Nacional de Sanidad y Calidad Agroalimentaria*
"Smithfield Foods"	Smithfield Foods, Inc.
Smithfield Beef	Smithfield Beef Group, Inc.
"Swift"	Swift Foods & Company (atualmente denominada JBS USA Holdings, Inc.)
"Tasman"	Sociedades do Grupo Tasman, da Austrália, incluindo a Tasman Group Services Pty Ltd e a Industry Park Pty Ltd.
"Taxa de Desfrute"	Índice usualmente utilizado na indústria de carne bovina que mede a quantidade de gado abatido no país durante um ano em relação ao seu rebanho total

"Tatiara"	Tatiara Meat Company
"TJLP"	Taxa de Juros de Longo Prazo, divulgada pelo Conselho Monetário Nacional
"USDA"	*United States Department of Agriculture*
"US GAAP"	Práticas contábeis adotadas nos Estados Unidos da América
"VAR"	*Value at Risk*
"Vigor"	S.A. Fábrica de Produtos Alimentícios Vigor
"ZMF"	ZMF Fundo de Investimento em Participações

7. ATIVIDADES DA COMPANHIA

7.1. Descrição sumária das atividades desenvolvidas pela Companhia e suas controladas:

Visão Geral da Companhia

A Companhia acredita ser a maior empresa de proteínas do mundo, com faturamento de R$ 55.223,6 milhões em 2009, base pro forma, considerando a aquisição da Pilgrim´s Pride e a incorporação do Bertin em dezembro de 2009. A Companhia atua no processamento de carnes bovinas, suínas, ovinas e de frango, além do processamento de couros e na produção de lácteos e seus derivados. Atualmente, a Companhia acredita ser:

- líder em produção e exportação de carne bovina do mundo, com operações no EUA, Brasil, Argentina, Paraguai, Uruguai, Austrália, Itália e Rússia, com capacidade de abate global de 90.290 cabeças/dia;
- o segundo maior produtor de carne de frango do mundo, com operações nos EUA, México e Porto Rico e capacidade de abate global de 7,6 milhões de aves/dia;
- o terceiro maior produtor de carne suína dos EUA, com uma capacidade de abate de 48,5 mil cabeças/dia;
- um dos líderes na produção e exportação de carne ovina do mundo, com operações nos EUA e Austrália e capacidade de abate global de 27,5 mil cabeças/dia;
- líder na produção de couros processados do mundo, com operações no Brasil, EUA e China e capacidade global de produção de 55.600 couros/dia;
- produtora de 1.364 ton/dia de lácteos.

A Companhia processa, embala e entrega produtos bovinos, suínos, ovinos e de frango *in natura,* processados, que incluem também produtos de maior valor agregado, em mais de 100 países localizados em seis continentes. A oferta de produtos com valor agregado consiste em produtos cortados, moídos e embalados de forma customizada para atender às necessidades dos clientes da Companhia e incluem também carnes cozidas congeladas, enlatadas, pratos prontos, temperados e marinados. A Companhia processa, embala e entrega também lácteos e seus derivados tais como leite longa vida, iogurtes, achocolatados, queijos e manteigas sob marcas reconhecidas no mercado, como "Vigor", "Leco", "Danúbio", "Faixa Azul" e "Serrabella".

A Companhia vende seus produtos principalmente a clientes varejistas como supermercados, clubes de atacado, outros distribuidores de varejo e empresas do setor de *food service* (tais como restaurantes, hotéis, distribuidores de serviços de alimentação e processadores complementares). Além disso, a Companhia produz e comercializa outros produtos derivados do seu processamento de carne, tais como couros e subprodutos, para clientes das indústrias de confecção, alimentos para animais de estimação, equipamentos de proteção e setor automotivo, dentre outros. A Companhia produz também produtos de higiene e limpeza, tais como sabonetes, xampus, detergentes e sabão em barra.

A tabela abaixo mostra a capacidade diária de abate de animais e produção de lácteos e couro da Companhia e as localidades das suas unidades em 2009:

Companhia e as localidades das suas unidades em 2009:											
Diária	Abate – Carnes								Produção – Outros		
	Bovina		Frangos		Suínos		Ovinos/Smalls		Lácteos	Hig/Limp	Couro
País	(cabeças/ dia)	Unidades	(mil cabeças/ dia)	Unidades	(cabeças/ dia)	Unidades	(cabeças/ dia)	Unidades	(ton/ dia)	(ton/dia)	(couros/dia)
Argentina	6.700	6	-	-	-	-			-	-	-
Austrália	8.690	10	-	-	-		23.000	5	-	-	-
Brasil	41.200	35	-	-	-	-			1.364	810,2	55.600
Estados Unidos	28.600	8	6.900	29	48.500	3	4.500	1	-	-	-
Itália	3.000	3	-	-	-	-			-	-	-
México / Porto Rico	-	-	667	4	-	-			-	-	-
Paraguai	1.000	2	-	-	-	-			-	-	-
Uruguai	1.100	1	-	-	-	-			-	-	-
Total	**90.290**	**65**	**7.567**	**33**	**48.500**	**3**	**27.500**	**6**	**1.364**	**810,2**	**55.600**

Nos últimos três anos, a Companhia realizou diversas aquisições no Brasil e no exterior, como segue:

- Em julho de 2007, a Companhia adquiriu a Swift (atual JBS USA), que marcou a entrada da Companhia nos Estados Unidos e resultou na criação da maior empresa do mundo no setor de alimentos de proteína de origem bovina e da maior empresa brasileira na indústria de alimentos.

- Em maio de 2008, nos Estados Unidos, a Companhia adquiriu os ativos da Tasman, relacionados à produção de carne bovina, que representou um passo importante na conclusão do plano de investimentos para a construção de uma sustentável plataforma de abate, produção e comercialização de carne nos Estados Unidos da América e na Austrália, proporcionando economias de escala e eficiências operacionais e gerando valor aos acionistas da Companhia.

- Em outubro de 2008, a Companhia adquiriu a Smithfield Beef (atualmente JBS Packerland), a maior operação de confinamento de gado bovino do mundo.

- Em dezembro de 2009, a Companhia adquiriu 64% da Pilgrim's Pride, nos Estados Unidos, o que permitiu à Companhia operar no segmento de processamento de frangos.

- Em dezembro de 2009, a Companhia incorporou o Bertin no Brasil, empresa brasileira que é uma das maiores exportadoras de carne bovina e outros subprodutos de gado da América Latina.

- Mais recentemente, em fevereiro de 2010, a Companhia adquiriu, na Austrália, a Tatiara, uma processadora de carne bovina de alta qualidade focada em mercados sofisticados como Estados Unidos, Canadá e Europa, além do mercado doméstico australiano. Com essa aquisição, a Swift Austrália se tornou uma das maiores processadoras de carne ovina na Austrália, com capacidade de abate de 23.000 cabeças por dia.

A Companhia possui uma administração focada em crescimento com comprovado histórico de sucesso na realização e na integração de aquisições e reestruturações de empresas deficitárias adquiridas. Ao longo dos últimos anos, a Companhia obteve um crescimento substancial da sua receita líquida através de crescimento orgânico e aquisições. Nos últimos 11 anos, a Companhia apresentou uma taxa de crescimento anual composto de 55,9% na sua receita líquida e de 57,8% no seu EBITDA. A tabela abaixo contém alguns dos principais indicadores financeiros e operacionais para os períodos indicados.

R$ milhões (exceto dados operacionais e porcentagens)	Exercício Social encerrado em 31 de dezembro de 2001 (3)	2002 (3)	2003 (3)	2004 (3)	2005 (3)	2006	2007	2008	2009	2001-06	2006-2009	2001 – 2009
	CAGR		CAGR							CAGR		
Receita Líquida	1.212	1.289	1.912	3.501	3.709	4.302	14.142	30.340	34.312	28,8%	99,8%	51,9%
EBITDA(1)	66	147	165	327	399	548	602	1.156	1.285	52,7%	32,9%	44,9%
Margem EBITDA (%) (2)	5,4%	11,4%	8,6%	9,3%	10,8%	12,7%	4,3%	3,8%	3,7%	-	-	-
Capacidade de abate (mil cabeças/dia)												
Bovinos	5,8	6,8	9,0	13,1	17,4	19,9	51,8	65,7	73,5	28,0%	54,6%	37,4%
Suínos	-	-	-	-	-	-	48,5	48,5	48,5	-	-	-
Ovínos	-	-	-	-	-	-	19,5	19,5	19,5	-	-	-
Frangos	-	-	-	-	-	-	-	-	-	-	-	-

(1) O EBITDA é calculado utilizando-se o resultado antes da provisão para o imposto de renda e contribuição social, do resultado financeiro líquido, das despesas de depreciação e amortização, de despesas extraordinárias, do resultado de equivalência patrimonial e da amortização de ágio de investimentos. O EBITDA não é uma medida de acordo com o BR GAAP, não representa o fluxo de caixa para os períodos apresentados e não deve ser considerado como substituto para o lucro líquido como indicador do desempenho operacional da Companhia ou como substituto para o fluxo de caixa como indicador de liquidez. O EBITDA é uma informação adicional às demonstrações financeiras da Companhia e não deve ser utilizado em substituição aos resultados auditados. O EBITDA não possui significado padronizado e a definição de EBITDA da Companhia pode não ser comparável àquelas utilizadas por outras empresas.

(2) A margem EBITDA é calculada através da divisão do EBITDA pela receita operacional líquida de vendas.

(3) As informações relativas aos exercícios sociais encerrados em 31 de dezembro de 2001 a 2005 referem-se à Friboi Ltda., antiga denominação da JBS S.A.

Do total de R$ 55.223,6 milhões, a receita bruta de 2009 em base pro forma da Companhia, 72,4% foi proveniente dos EUA, 22,3% do Brasil e 5,3% de outros países onde a Companhia atua.

7.2. Informações sobre cada segmento operacional que tenha sido divulgado nas últimas demonstrações financeiras de encerramento de exercício social ou, quando houver, nas demonstrações financeiras consolidadas:

a. Produtos e serviços comercializados:

Os principais produtos comercializados pela Companhia são carne bovina *in natura* (cortes dianteiros e traseiros resfriados e/ou congelados), carne bovina processada (cortes porcionados, moídos, hambúrgueres e etc.), carne bovina indutrializada (carnes cozidas congelada, enlatas, *corned beef*, *cubed beef*, extrato de carne e etc.), miúdos, couros (*wet blue*, semi acabado e acabado) , carne suína *in natura* (lombos, postas, costelas resfriados e/ou congelados e etc.), carne suína processada (cortes porcionados, marinados e etc.) carne de frango *in natura* (frango inteiro, em pedaços resfriados e/congelados e etc.), carne de frango processado (cortes porcionados, *nuggets*, empanados, pré marinados e etc.), lácteos (iogurtes, manteiga, queijo, leite e etc.) e outros (produtos de higiene, beleza e limpeza, colágeno e etc.).

b. Receita proveniente do segmento e sua participação na receita líquida da Companhia:

A receita líquida da Companhia em 2009 foi de R$ 34.311,8 milhões, sendo 65,0% proveniente da divisão Carne Bovina USA/AUS, 17,4% da divisão Mercosul, 13,0% da divisão Carne Suína USA e 4,6% da divisão Europa.

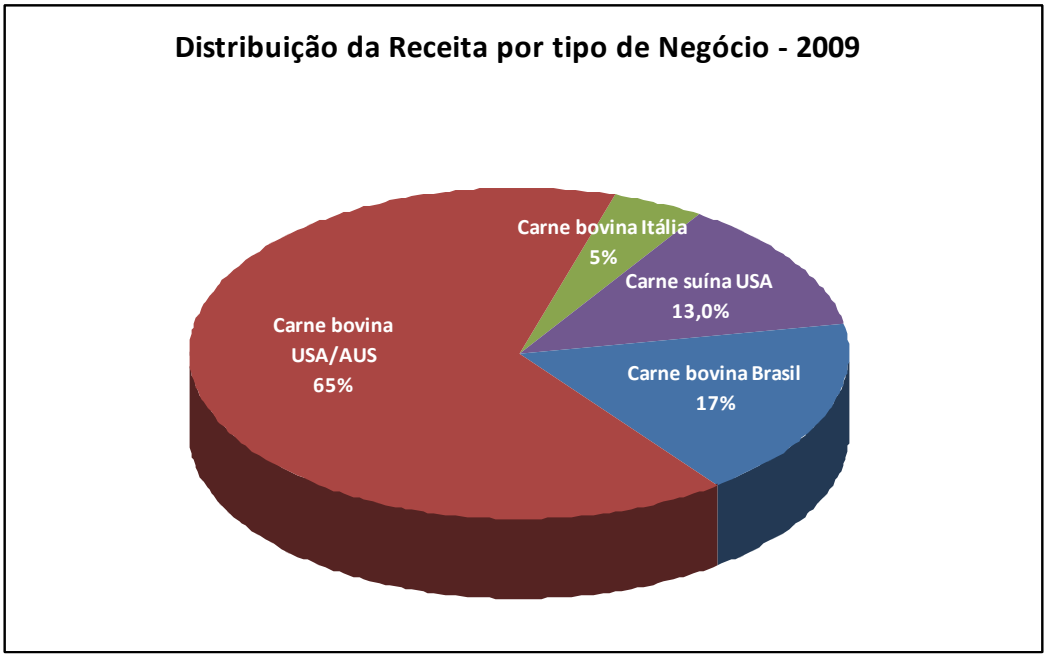
A tabela abaixo mostra a receita líquida e lucro (prejuízo) do exercício:

Informações Financeiras e Operacionais (Em milhões R$)	Exercício Social encerrado em 31 de dezembro de 2009 Auditado	2008 Auditado	2007 Auditado
Receita Operacional Líquida	34.311,8	30.340,3	14.141,6
Lucro Líquido (prejuízo)	129,4	25,9	(165,0)

As tabelas abaixo mostram as receitas provenientes dos segmentos operados pela Companhia para os do exercícios sociais indicados:

Exercício Social encerrado em 31.12.2009

Divisão	Receita Operacional Líquida (R$ milhões)	% da Receita Líquida
Mercosul	5.961,5	17,4%
Carne bovina USA/AUS	22.303,3	65,0%
Europa	1.589,1	4,6%
Carne Suína USA	4.457,8	13,0%
Total	34.311,8	100%



Exercício Social encerrado em 31.12.2008

Divisão	Receita Operacional Líquida (R$ milhões)	% da Receita Líquida
Mercosul	6.115,5	20,2%
Carne bovina USA/AUS	18.226,0	60,1%
Europa	1.544,2	5,0%
Carne Suína USA	4.454,5	14,7%
Total	30.340,2	100%

Exercício Social encerrado em 31.12.2007

Divisão	Receita Operacional Líquida (R$ milhões)	% da Receita Líquida
Mercosul	4.891,9	34,6%
Carne bovina USA/AUS	7.284,3	51,5%

Europa	-	-
Carne Suína USA	1.965,4	13,9%
Total	14.141,6	100%

c. Lucro ou prejuízo resultante do segmento e sua participação no lucro líquido da Companhia

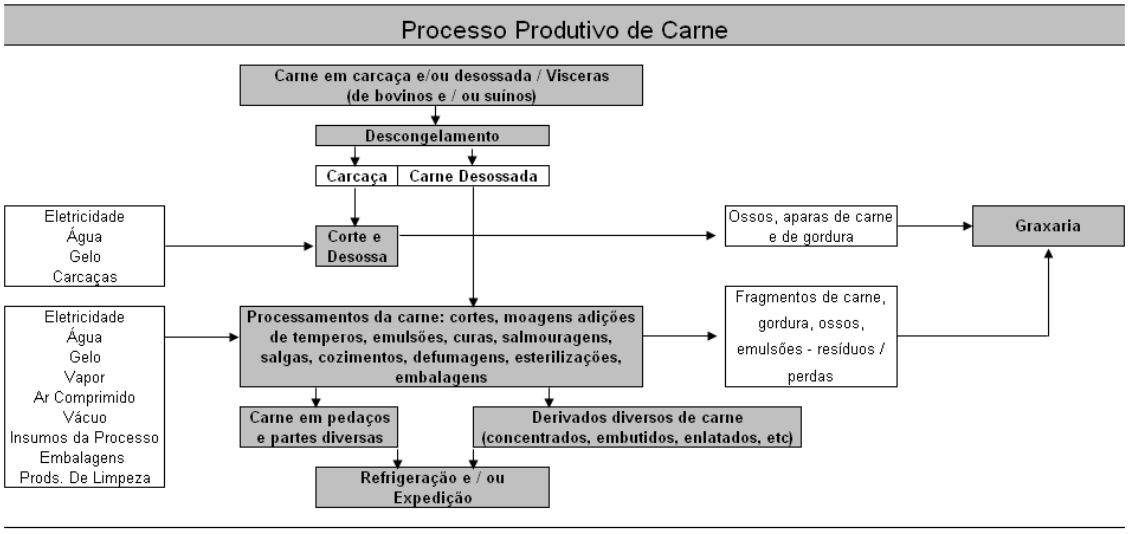
A Companhia não calcula o lucro ou prejuízo separadamente para cada um dos segmentos em que atua tendo em vista que algumas contas apresentadas nas demonstrações de resultado, tais como, despesas e receitas financeiras e imposto de renda e contribuição social, são calculados de forma consolidada.

7.3. Em relação aos produtos e serviços que correspondam aos segmentos operacionais divulgados no item 7.2, descrever:

a. Características do processo de produção:

Carne Bovina

O processo de produção de carne bovina e suína inicia-se no abate, esta operação, bem como as operações subseqüentes são regulamentadas por uma série de normas sanitárias com a finalidade de dar, de forma integral, toda a segurança alimentar aos consumidores. São realizadas rotineiras inspeções e fiscalizações de qualidade pelos órgãos responsáveis e pela vigilância sanitária (municipais estaduais e federais).



Como conseqüência das operações de abate obtém-se: carcaça, gorduras, tripas, vísceras, couro, subprodutos e resíduos.

Nesta cadeia produtiva existem , basicamente, 3 tipos de agentes, sendo eles:

- O abatedouro, que é responsável pelo abate dos animais para a produção de carcaças e couros, dentre outros produtos, não havendo processos de industrialização de carnes;

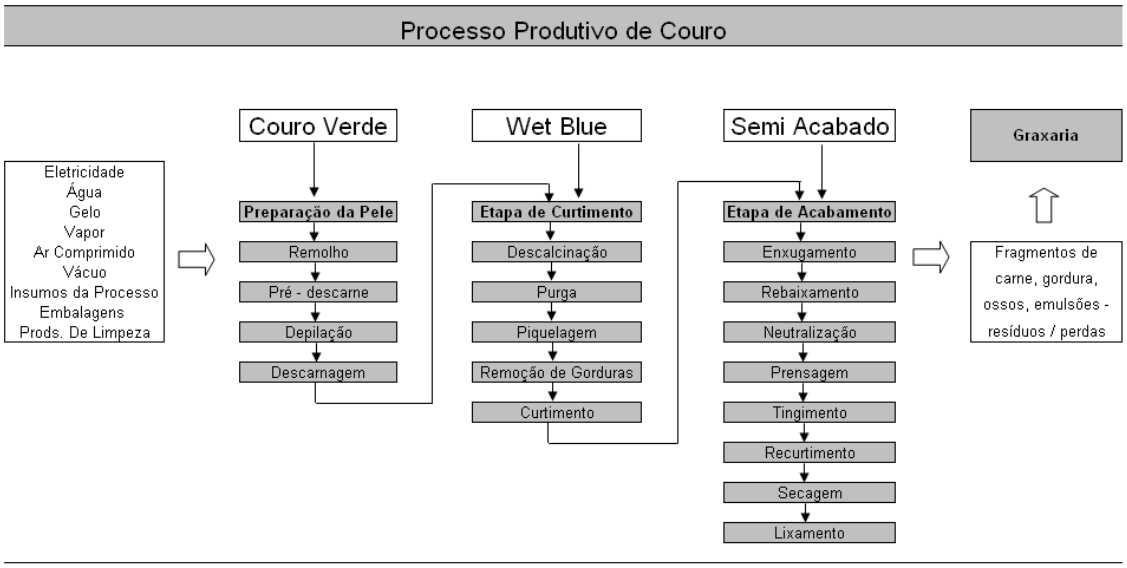
- O frigorífico, agente que pode também possuir um abatedouro ou então compra a carne em carcaça com a finalidade de processamento e industrialização de carne; e

- A graxaria, agente responsável pela industrialização de resíduos como sangue e gorduras, assim como subprodutos, sendo destes os mais comuns o sebo e pelos para a produção de farinha de sangue e de ossos, destinada a ração animal e graxas usadas nas mais diversas indústrias.

A carne e as vísceras de bovinos e suínos, obtidas por meio do abate, seguirão para as operações de corte e embalagens ou então poderão ser industrializadas e transformadas em diversos produtos, sendo estes: salsichas, lingüiças, salames, patês, carnes enlatadas, caldos de carnes concentrados.

Couros

O processo de produção de couros se dá com a retirada da pele do animal após o abate. Este couro, conhecido como couro cru ou couro verde, é imediatamente salgado sendo, posteriormente, transportado para o curtume. O processo de preparação da pele inicia-se com a descarneamento e a depilação do couro que é, então, colocado em banho de cromo.

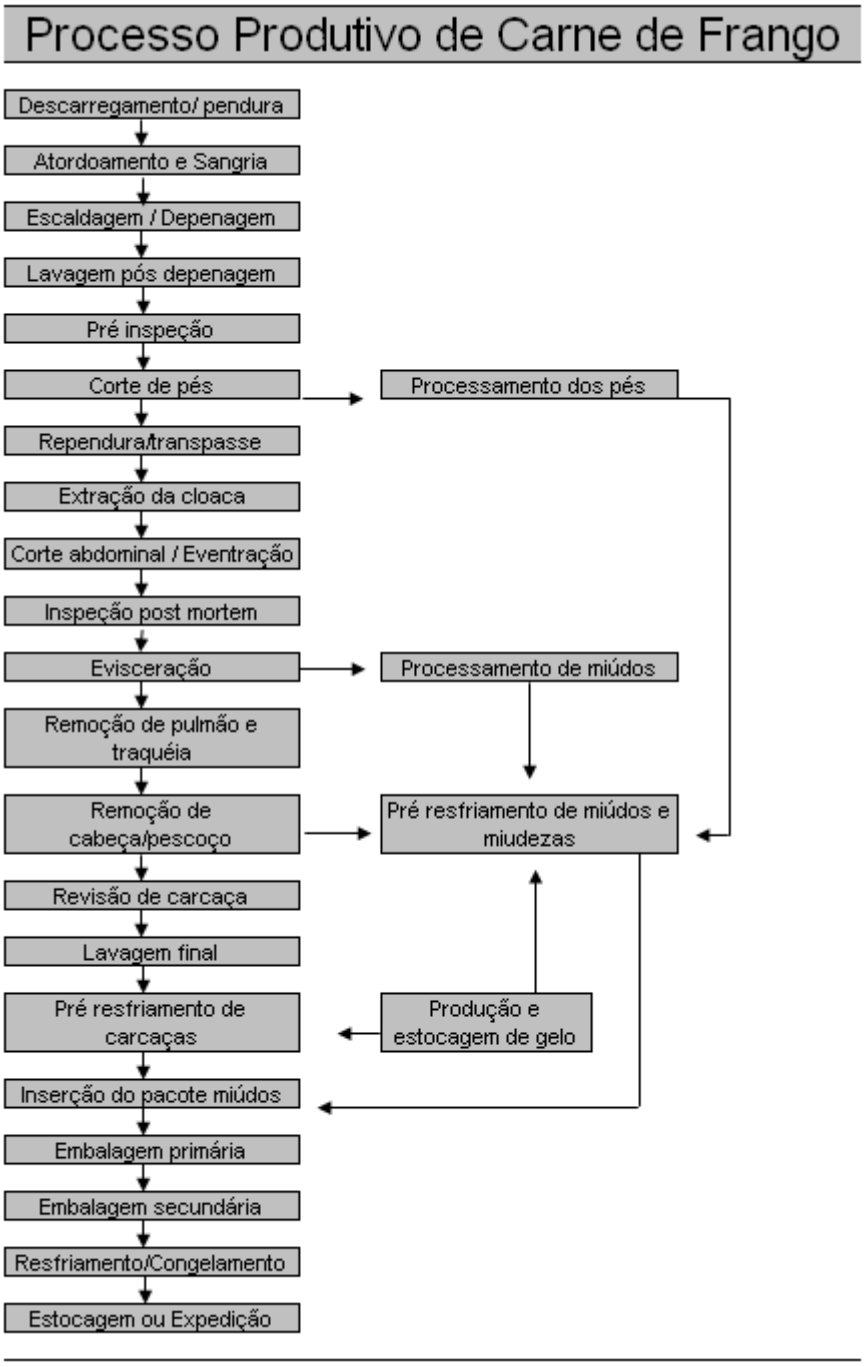


Após o banho de cromo, o couro passa a ser chamado de wet blue (azul molhado), passando então pelas etapas de descalcinação, pugra, piquelagem, remoção de gorduras e curtimento, chegando ao estágio de couro semi-acabado.

Após os processos de enxugamento, rebaixamento, neutralização e prensagem, o couro semi acabado poderá ser processado para as mais diferentes finalidades, sendo, tingido, recurtido, secado e lixado.

Carne de Frango

O processo produtivo de carne de aves inicia-se com o recebimento do animal, que é descarregado e pendurado. Após o abate, que se da por meio de um atordoamento e sangria, a ave é escaldada e depenada, sendo levada para a primeira lavagem e inspeção de qualidade, passando posteriormente por diversos processos, como descrito no fluxograma abaixo, até ser embalado e expedido.



b. Características do processo de distribuição:

Fundamental para a estratégia da Companhia em expandir sua atuação para novos mercados e consolidar o atendimento ágil, seguro e de qualidade nos locais em que já atua, a logística da Companhia está sempre alinhada com o dinamismo das operações comerciais no mundo todo. Por isso, o departamento de logística e documentação da Companhia trabalha na busca de soluções inovadoras para cumprir com essa missão.

Faz parte da estrutura da Companhia uma rede própria de unidades de apoio logístico para a distribuição dos produtos, que contribuem para o controle de custos operacionais. A rede está assim constituída:

- 16 Centros de distribuição - Brasil
- 9 Centros de distribuição - EUA
- 5 Centros de distribuição - Austrália
- 22 Centros de distribuição – EUA, México e Porto Rico - Divisão Frango
- 2 Centros de distribuição – Itália
- 2 Centros de distribuição – Angola
- 1 Centro de distribuição – Argélia
- 1 Centro de distribuição – Congo
- 1 Centro de distribuição – República Democrática do Congo
- 1 Centro de distribuição – Rússia
- subsidiárias no Chile, Egito, Inglaterra, Japão, Hong Kong, Coréia do Sul, Taiwan e China, responsáveis pela distribuição e comercialização nesses países.

Distribuição e Transporte nos Estados Unidos e Austrália (JBS USA) e Pilgrim's Pride

A distribuição varia segundo o tipo de produto. A JBS USA arrenda sete unidades de distribuição localizadas em Nova Jersey, Illinois, Flórida, Nebraska, Arizona, Colorado e Texas e cinco unidades de comercialização/distribuição na Austrália. Essas unidades de distribuição ficam estrategicamente situadas próximas a algumas das unidades da JBS USA. A JBS USA também vende seus produtos para distribuidores de alimentos que futuramente distribuirão tais produtos para restaurantes e cadeias de hotéis e outros clientes. Estes distribuidores de alimentos compram os produtos da JBS USA tanto das unidades de produção como das atuais unidades de distribuição da JBS USA.

A Pilgrim's Pride atualmente detém cinco centros de distribuição nos Estados Unidos, dezesseis centros de distribuição no México e um centro de distribuição em Porto Rico. Os centros de distribuição regionais da Pilgrim's Pride localizados no Arizona, Texas e Utah têm o foco principalmente na distribuição de seus próprios produtos de frango. Entretanto, os centros de distribuição também distribuem certos produtos de frango, e sem ser de frango, comprados de terceiros para mercearias independentes e restaurantes de fast-food. Os negócios de distribuição de produtos não relacionados a frangos próprios da Pilgrim's Pride são conduzidos como uma acomodação para seus clientes e para atingir maiores economias de escala na logística de distribuição.

A JBS USA possui ou arrenda nos Estados Unidos e Austrália aproximadamente 600 caminhões especialmente equipados para o transporte de matérias-primas e produtos acabados. Além disso, a JBS USA recentemente firmou contrato de arrendamento de mais 400 caminhões, que já começaram a ser entregues. A JBS USA também utiliza transportadoras de terceiros que fornecem à JBS USA caminhões adicionais para o transporte de matérias-primas e produtos finais. O custo do combustível diesel não é um custo significativo em virtude de o custo de combustível ser, em geral, arcado pelo cliente, e dessa forma é "repassado" para o comprador das mercadorias acabadas. A JBS USA não tem contratos de longo prazo para comprar diesel em virtude de comprar a maior parte do combustível para seus caminhões nos postos de combustível ao longo do sistema nacional de rodovias.

A Pilgrim's Pride atualmente possui ou arrenda cerca de 1.300 tratores e 2.600 carretas, que são usadas para o transporte de filhotes das incubadoras e de ração aos criadores contratados e de frangos dos criadores contratados para as unidades de processamento.

Distribuição e Transporte no Brasil

A Companhia comercializa seus produtos através de diversos canais de distribuição, incluindo varejistas nacionais e regionais, armazéns, lojas, distribuidores e atacadistas, processadores de alimentos, mercados internacionais, indústria de serviços alimentícios, incluindo distribuidores de serviço alimentício, *fast food*, cadeias de restaurantes e hotéis.

A Companhia distribui seus produtos, tanto diretamente, a partir de suas unidades, bem como através de seus dois centros de distribuição localizados no estado de São Paulo, os quais permitem acesso ao mercado nacional. No mercado interno, a Companhia distribui seus produtos através de equipes de vendas regionais e de representantes, sendo que o transporte dos produtos da Companhia até os clientes é realizado através de transportadoras terceirizadas.

Para facilitar a logística de exportação, a Companhia completou a construção de um pátio de contêineres localizado em Cubatão, São Paulo (perto do porto de Santos, o maior porto da América Latina), adquirido em outubro de 2007. Tal pátio de contêineres tem uma area total de aproximadamente 30 mil metros quadrados, incluindo um prédio de escritório e areas de contêineres e outras instalações que podem (i) receber e estocar até 240 contêineres cheios (até 6.000 mil toneladas de carne) e até 600 contêineres vazios; e (ii) acomodar até 80 caminhões carregados. Referido pátio opera como um depósito de cargas, de modo que os contêineres da Companhia possam ser descarregados de seus caminhões no terminal (liberando esses caminhões para realizar mais entregas para o terminal) e carregados em outros caminhões que transpostam produtos da Companhia dos contêineres para embarcações.

O transporte do gado dos criadores até as plantas de abate da Companhia no Brasil é realizado através de uma frota própria de 691 caminhões de dois pavimentos e também por uma frota de terceiros. Ademais, a Companhia possui 368 caminhões no Brasil dedicados ao transporte dos seus produtos para exportação, o que, em conjunto com o pátio de contêineres da Companhia localizado próximo ao porto de Santos, proporciona à Companhia alta eficiência logística. A Companhia possui uma rede de distribuição direta volta da ao pequeno varejo e ao consumidor final composta por uma frota de 713 vans.

Distribuição e Transporte nas demais localidades

No mercado externo, a Companhia mantém equipes de vendas em alguns países através de suas subsidiárias localizadas no Chile, Egito, Estados Unidos, Inglaterra e Rússia, que funcionam como distribuidores dos produtos da Companhia naqueles países. Tais escritórios, por estarem mais próximos aos clientes finais, prestam um serviço mais eficiente e customizado aos hábitos culturais e de consumo de cada um desses mercados.

Os produtos da Companhia destinados para o mercado externo são transportados das plantas da Compnhia até os portos do país por meio de uma frota própria de caminhões especialmente dimensionados para o transporte de contêineres. Com o intuito de facilitar a logística de exportação, a Companhia possui um pátio de contêineres localizado próximo ao porto de Santos, Estado de São Paulo. Esse pátio funciona como um entreposto de carga para que os caminhões da frota da Companhia façam o desembarque dos contêineres e os caminhões que prestam serviços para os transportadores marítimos retirem os contêineres no pátio da Companhia.

A Companhia tem aproximadamente 200 mil clientes em sua base, sendo que,deste total, são clientes ativos, incluindo-se clientes varejistas e atacadistas.

Vendas e Mercado

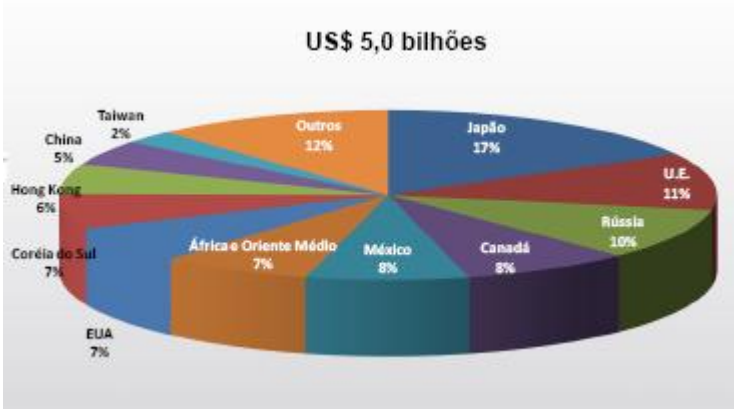
O gráfico abaixo mostra a distribuição da receita da Companhia por mercado durante o exercício social encerrado em 31 de dezembro de 2009.

Distribuição da Receita por Mercado – 2009

Distribuição das Exportações Consolidadas

O gráfico abaixo mostra a distribuição das exportações da Companhia durante o exercício social encerrado em 31 de dezembro de 2009.

Exportações da Companhia – 2009



Mercado Doméstico

Brasil

Os clientes da Companhia no Brasil são, principalmente, grandes varejistas, restaurantes e curtumes. A Companhia criou o Programa Açougue Swift, para criar um relacionamento sólido com os compradores e consolidar a marca entre os consumidores finais. A Companhia também investe ativamente nas marcas Swift e Maturatta, bem como na difusão do conceito *Organic Beef* junto aos distribuidores e aos consumidores. Atualmente, algumas empresas do mercado interno fazem parte da carteira de clientes da Companhia, sendo que os maiores deles não representam um percentual total de dependência da Companhia.

Argentina

Na Argentina, a Companhia comercializa marcas próprias e de terceiros, entre as quais se destacam: Swift, Cabaña Las Lilas, Armour, Plate, Fray Bentos, Safra, Exeter e Corte Buona. Com essas marcas, a Companhia é líder absoluta no mercado doméstico no segmento de carne em conserva, com participação de 15% nas vendas em 2009. Nesse último ano, a marca Swift aumentou suas vendas no mercado interno em todas as linhas de produtos, principalmente hambúrgueres e salsichas. A carteira de clientes na Argentina é formada por diversas empresas, entre elas as principais redes de hipermercados e supermercados no país, além de atacadistas e distribuidores presentes em todo o território argentino, comprovando a forte atuação da Companhia no segmento de carne industrializada.

Estados Unidos

A JBS USA comercializa marcas reconhecidas em nível global pelo alto padrão de qualidade dos produtos, sempre focados na inovação para agregar valor às vendas dos clientes ao disponibilizar produtos saborosos e práticos aos consumidores. A carteira de clientes é constituída por grandes redes atacadistas, algumas delas atuando em diversos países. Da carteira de atacadistas, os principais clientes detêm um significante número das vendas da Companhia, todos bem consolidados em suas áreas de atuação.

Austrália

Na Austrália, o mercado doméstico possui relevância estratégica e apresenta grande potencial de crescimento. A Companhia atua nesse mercado com marcas fortes e produtos diversificados, voltados a um público consumidor exigente, em crescimento e com alto poder de consumo.

Mercado Externo

Em 31 de dezembro de 2009, a Companhia era a maior exportadora de produtos de origem bovina no Brasil, representando 42,4% do total das exportações de produtos de origem bovina no país, segundo dados do SECEX, e ocupa uma importante posição entre as principais exportadoras brasileiras em todos os setores. Assim como no comércio doméstico, não há concentração de mercado nas exportações, comprovando, mais uma vez, seu alto desempenho.

Argentina

Na Argentina, a Companhia também ocupa o primeiro lugar nas exportações de carne bovina representando 14,9% do total das exportações de produtos de origem bovina no país. Segundo a SENASA, em 2009 a JBS Argentina foi responsável pela maioria das exportações de carne industrializada no país, sendo que os principais destinos das exportações são os Estados Unidos e a Europa, que somam uma base de cerca de 172 clientes no mercado externo.

USA

Para o mercado externo de produtos de origem bovina, a JBS USA oferece produtos com o mesmo padrão de qualidade e reconhecimento de marca, verificados no mercado doméstico. Em 2009, as exportações da Companhia representaram 43,0% do total das exportações de produtos de origem bovina no país.

Para o mercado externo de produtos de origem suína as exportações da Companhia representaram 8,9% do total das exportações de produtos de origem suína no país.

Austrália

A liderança nas exportações de produtos de origem bovina se repete na Austrália, que alcançou um alto rendimento nos produtos comercializados para o mercado exterior em 2009, representando 44,9% do total das exportações de produtos de origem bovina no país.

A liderança nas exportações de produtos de origem bovina se repete alcançando receita superior a US$ 1.999,0 milhões nos produtos comercializados para o mercado exterior em 2009.

c. Características dos mercados de atuação, em especial:

i. participação em cada um dos mercados:

A Companhia atua em mercados competitivos e sua participação em cada um deles varia de acordo com o país. Segundo o USDA, foram abatidas 34,2 milhões de cabeças de gado bovino nos Estados Unidos em 2009, tendo a Companhia, com 6,4 milhões de cabeças abatidas no período, cerca de 18,7% de participação nesse mercado. Na Austrália, a companhia abateu 1,7 milhão de cabeças de gado bovino, correspondendo, aproximadamente, a 19,8% do total que, de acordo com o USDA, foi de 8,6 milhões de cabeças. No Brasil, a participação da Companhia foi de cerca de 8,6%. A Companhia abateu 3,4 milhões de cabeças, enquanto o total de abates no Brasil, segundo o USDA, foi de 39,5 milhões de cabeças de gado. Na Argentina, o total de abates, de acordo com o USDA, foi de 15,0 milhões de cabeças de gado bovino, enquanto a Companhia, com 812,8 mil cabeças abatidas no país em 2009, representou aproximadamente 5,4% do total. Segundo dados da Watt Poutry USA de fevereiro de 2010, a Companhia responde por cerca de 19,0% do mercado de produção de carne de frango nos EUA em 2009. Nos Estados Unidos, o total de abates de suínos, de acordo com o USDA, foi de 113,7 milhões de cabeças, tendo a Companhia abatido 12,5 milhões de cabeças no país em 2009, representando, assim, aproximadamente 11,0% do total.

ii. condições de competição nos mercados:

Produção

Segundo dados da USDA, o rebanho mundial de gado bovino em 2009 totalizou 975,1 milhões de cabeças de gado, praticamente estável em relação a 2008.

Dado que a Índia não destina parcela significativa de seu rebanho bovino para fins comerciais em razão de questões religiosas, o Brasil possui o maior rebanho do mundo para fins comerciais, com 185,2 milhões de cabeças de gado em 2009, enquanto que os Estados Unidos possui o 3º maior rebanho do mundo para fins comerciais, com 93,0 milhões de cabeças de gado e a Austrália possui o 7º maior rebanho do mundo para fins comerciais, com 27,4 milhões de cabeças de gado em 2009, segundo dados da USDA.

A partir da tabela abaixo, é possível inferir que os principais países cujos rebanhos bovinos cresceram em 2009 foram Brasil e Austrália. Por outro lado, verifica-se também reduções nos rebanhos de Argentina, Rússia, Estados Unidos, União Europeia e Uruguai.

A retenção de subsídios agrícolas concedidos aos confinamentos na Argentina, em decorrência da crise econômica verificada no país, impactou negativamente sobre a reposição do gado abatido pelos operadores locais. A Rússia vem passando por um processo de redução drástica do seu rebanho bovino, em função de condições climáticas que reduzem sua capacidade de competição no mercado global de carne bovina, tornando-se um grande importador. Nos Estados Unidos, os altos preços dos grãos, a seca e as baixas margens impactaram negativamente sobre o rebanho. Na União Europeia, a redução gradual dos subsídios agrícolas dado a criadores e exportadores vem desestimulando a criação de gado bovino. No caso do Uruguai, as exportações de carne bovina in natura para os Estados Unidos resultou no aumento do abate em proporção superior ao crescimento do rebanho, resultando em sutil redução do seu rebanho. O Uruguai é considerado um país livre de febre aftosa e tem autorização para exportar carne bovina in natura para os Estados Unidos.

A tabela a seguir apresenta os países com os maiores rebanhos bovinos do mundo entre 2004 e 2009:

Maiores Rebanhos Bovinos do Mundo (em milhões de cabeças)

País	2004	2005	2006	2007	2008	2009
Índia	282,5	282,3	282,0	281,7	281,4	281,1
Brasil	169,6	172,1	173,8	175,4	179,8	185,2
China	112,4	109,9	104,7	105,9	105,7	104,9
Estados Unidos	94,0	96,3	96,6	96,0	94,5	93,0
União Européia	89,3	89,7	88,5	89,0	88,9	88,6
Argentina	53,8	54,3	55,7	55,7	54,3	50,2
Colombia	27,4	28,5	29,3	30,1	30,8	31,2
Austrália	27,3	27,8	28,4	28,0	27,3	27,4
México	24,3	23,7	23,3	22,9	22,7	22,2
Rússia	21,1	19,9	19,0	18,4	17,9	17,5
África do Sul	13,5	13,8	13,9	14,1	14,2	14,3
Canada	14,9	14,7	14,2	13,9	13,2	12,8
Uruguai	12,5	12,3	11,9	11,9	12,0	11,9
Outros	51,5	51,0	50,9	50,3	44,7	34,8
Total	994,1	996,3	992,2	993,3	987,4	975,1

Fonte: USDA

Segundo dados da USDA, foram produzidos 56,8 milhões de toneladas de carne bovina no mundo em 2009, representando um decréscimo de 2,2% em relação a 2008.

A tabela a seguir demonstra os maiores produtores de carne bovina do mundo:

Produção Mundial de Carne Bovina (em milhares de toneladas)

País	2004	2005	2006	2007	2008	2009
Estados Unidos	11,3	11,3	11,9	12,1	12,1	11,8
Brasil	8,0	8,6	9,0	9,3	9,0	8,9
União Européia	8,2	8,1	8,1	8,2	8,1	8,0
China	5,6	5,7	5,8	6,1	6,1	5,8
Argentina	3,1	3,2	3,1	3,3	3,1	3,2
Índia (1)	2,1	2,2	2,3	2,4	2,5	2,6
Austrália	2,1	2,1	2,2	2,1	2,1	2,1
México	1,9	1,7	1,5	1,6	1,6	1,6
Canadá	1,5	1,4	1,3	1,2	1,3	1,3
Rússia	1,6	1,5	1,4	1,4	1,3	1,3
Paquistão	1	1	1,1	1,1	1,2	1,3
Colômbia	0,7	0,7	0,8	0,8	0,8	0,9
África do Sul	0,6	0,7	0,7	0,7	0,7	0,7
Uzbequistão	0,5	0,5	0,5	0,6	0,6	0,6
Nova Zelândia	0,7	0,6	0,6	0,6	0,6	0,6
Japão	0,5	0,5	0,5	0,5	0,5	0,5
Uruguai	0,5	0,6	0,6	0,5	0,5	0,5
Outros	5,5	5,6	5,7	5,6	5,6	4,9
Total	55,4	56,0	57,1	58,1	57,7	56,6

Fonte: USDA (1) Inclui Carne de Búfalo

Apesar de deter o terceiro maior rebanho bovino comercial do mundo, os Estados Unidos são os maiores produtores globais de carne bovina por causa da alta produtividade de seu rebanho e pelo fato de que em grande parte do gado utilizado nos Estados Unidos são aplicados hormônios de crescimento. Além disso, esses animais são criados em unidades de confinamento, fazendo com que fiquem prontos para o abate muito mais rapidamente que os animais criados a pasto e sem utilização de hormônios. Podemos verificar a alta produtividade dos Estados Unidos através da sua Taxa de Desfrute (índice usado para indicar a quantidade de bovinos abatido durante um ano em relação ao rebanho total), que foi de 36,8% em 2009.

Em 2009, a Austrália registrou uma Taxa de Desfrute de 31,3%, sendo que, diferente dos Estados Unidos, a forma de criação do rebanho é predominantemente extensiva (pastagens), implicando que o rebanho australiano leve mais tempo para atingir o peso ideal para o abate.

A Rússia passa por um período de desestímulo econômico à criação de gado por causa do clima desfavorável verificado no país. A manutenção do abate, quando aliada à menor reposição do gado, com a consequente redução do rebanho disponível, explica a elevada taxa de desfrute apurada no ano de 2009.

A China possui Taxa de Desfrute maior do que a dos Estados Unidos. No entanto, o país não possui as mesmas técnicas e formas de criação dos Estados Unidos. A sua Taxa de Desfrute é maior porque o gado bovino da China é abatido antes mesmo de atingir o peso e a idade ideal. Em 2008, o peso médio da carcaça de um animal abatido na China foi de 136,0 quilogramas, enquanto que a média mundial aproxima-se de 243,7 quilogramas por animal. Além da China estar no limite de sua capacidade de abate, este país vem apresentando taxas de crescimento no consumo de carne bovina superiores à taxa de crescimento do seu rebanho. Diante disso, a Companhia acredita que a China não conseguirá, a longo prazo, atender ao crescimento de sua demanda interna através de sua própria produção e poderá precisar importar carne bovina.

Argentina, Brasil e Austrália possuem os maiores excedentes de produção de carne bovina e, consequentemente, são países exportadores. União Europeia, Rússia e leste da Ásia são áreas deficitárias em termos de produção de carne bovina, o que as torna dependentes do mercado externo.

A tabela abaixo demonstra as Taxas de Desfrute para os anos de 2004 a 2009, nos países indicados:

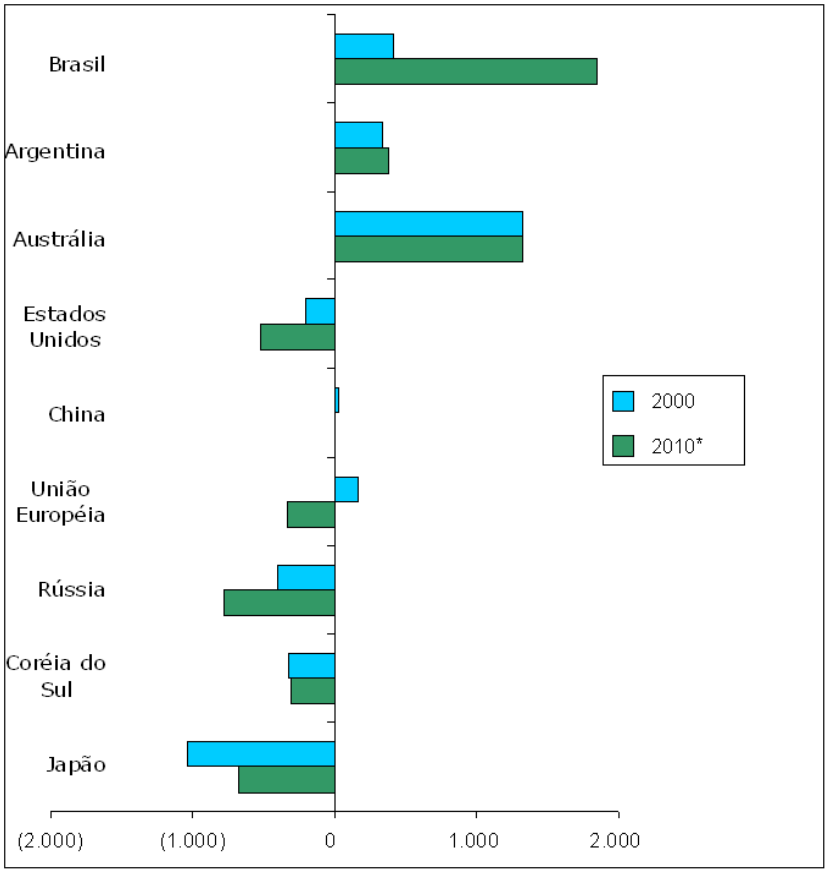
Taxas de Desfrute (Abate sobre Rebanho)

País	2004	2005	2006	2007	2008	2009
Rússia	44,4%	45,3%	43,6%	43,2%	42,2%	42,2%
China	36,6%	37,7%	40,2%	41,0%	42,0%	40,3%
Estados Unidos	35,8%	34,5%	35,7%	36,6%	37,5%	36,7%
União Europeia	33,6%	32,5%	33,0%	32,3%	32,4%	32,4%
Austrália	31,6%	30,5%	30,9%	31,9%	32,0%	31,2%
Canada	29,7%	29,9%	28,0%	27,4%	29,1%	30,2%
Argentina	27,4%	26,8%	24,5%	27,2%	27,2%	29,8%
México	27,8%	25,9%	23,4%	24,8%	25,4%	26,5%
Brasil	21,7%	22,8%	23,6%	24,0%	22,4%	21,2%
Uruguai	17,6%	19,8%	22,6%	19,3%	18,7%	18,0%

Fonte: USDA

O gráfico a seguir demonstra o déficit e o superávit em produção de carne bovina no mundo em milhares de toneladas.

Déficit e Superávit de Carne Bovina – Produção menos Consumo (em milhares de toneladas)



Fonte: USDA *Estimativa USDA

Consumo

A carne bovina é uma fonte rica em nutrientes proteicos e é o terceiro tipo de carne mais consumida no mundo, após a carne suína e de frango. Segundo a USDA, o consumo mundial de carne bovina apresentou um decréscimo de 2,3% em 2009. Grande parte deste consumo está concentrado nos países ocidentais devido aos hábitos alimentares desta região.

Embora a previsão da USDA para 2010 sobre o consumo mundial de carne ainda aponte para ligeira queda em relação ao ano corrente (0,3%), espera-se por uma retomada do crescimento para os anos seguintes, como consequência da expectativa de elevação populacional, do desenvolvimento econômico e do aumento da renda per capita (já que o consumo de carne bovina per capita está diretamente relacionado ao crescimento econômico). Em função disso, acredita-se que países emergentes (China e Brasil, por exemplo) apresentem as maiores taxas de crescimento do consumo de carne bovina, além de países da América Latina, do Oriente Médio e do Leste Europeu.

A tabela a seguir apresenta os maiores consumidores mundiais de carne bovina entre 2004 e 2009:

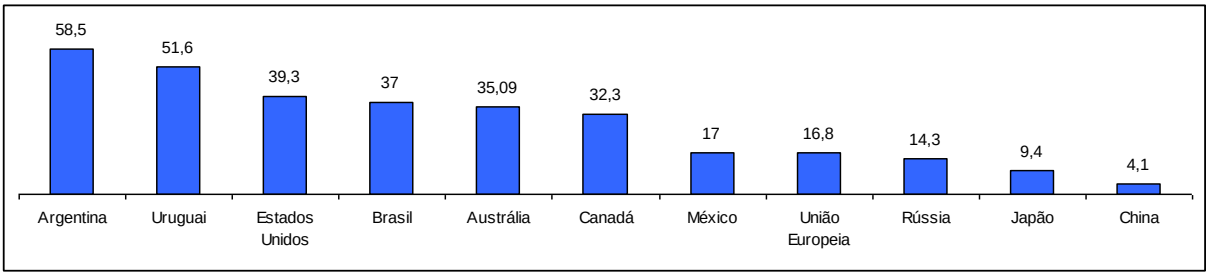
Consumo Mundial de Carne Bovina (em milhares de toneladas)

País	2004	2005	2006	2007	2008	2009
Estados Unidos	12.667	12.664	12.833	12.829	12.452	12.310
União Europeia	8.582	8.550	8.649	8.690	8.352	8.310
Brasil	6.417	6.795	6.969	7.144	7.252	7.410
China	5.566	5.614	5.692	6.065	6.080	5.751
Argentina	2.519	2.451	2.553	2.771	2.732	2.642
Índia (1)	1.638	1.633	1.694	1.735	1.853	1.985
Rússia	2.300	2.492	2.361	2.392	2.441	1.968
México	2.177	2.028	1.894	1.961	1.966	1.880
Paquistão	979	1.009	1.090	1.132	1.174	1.232
Japão	1.169	1.188	1.159	1.182	1.174	1.189
Outros	11.226	11.408	11.910	12.046	11.974	11.439
Total	55.240	55.832	56.804	57.947	57.450	56.116

Fonte: USDA

O gráfico a seguir ilustra a estimativa do USDA para 2010 do consumo de carne bovina per capita (em quilogramas) em determinados países:

Consumo de Carne Bovina (per Capita, em Kg/ano)



Fonte: USDA – Estimativa para 2010

Importações

Apesar de ser o maior produtor do mundo de carne bovina, os Estados Unidos são também os maiores importadores do planeta, tendo em vista que a sua produção não é capaz de atender toda demanda do seu relevante mercado consumidor. Em 2009, segundo a USDA, as importações mundiais de carne bovina totalizaram 6,4 milhões de toneladas, representando um decréscimo de 9,7% em relação a 2008, principalmente em função da queda nas importações por parte dos Estados Unidos, uma vez que o país vem aumentando a sua produção, que foi duramente prejudicada pela ocorrência de BSE em 2004. Para os próximos, anos espera-se o crescimento das importações, tendo em vista, principalmente, (i) o crescimento da demanda nos países desenvolvidos e em desenvolvimento; (ii) a redução do rebanho bovino na Rússia e, consequentemente, de sua capacidade de produção; (iii) a redução dos subsídios aos criadores de gado na União Européia, o que vem afetando negativamente a sua produção; e (iv) a expectativa do início de importações de carne bovina pela China, dado o relevante crescimento no consumo de carne bovina nesse país.

O quadro a seguir ilustra a evolução dos principais importadores de carne bovina do mundo nos anos de 2004 a 2009:

Maiores Importadores de Carne Bovina do Mundo (em milhares de toneladas)

País	2004	2005	2006	2007	2008	2009
Estados Unidos	1.669	1.632	1.399	1.384	1.151	1.254
Rússia	719	978	939	1.030	1.137	700
Japão	634	686	678	686	659	672
União Europeia	641	711	717	642	465	470
México	296	335	383	403	408	300
Coreia do Sul	224	250	298	308	295	290
Canadá	123	151	180	242	230	270
Vietnam	2	20	29	90	200	250
Outros	1.904	2.030	2.213	2.442	2.583	2.233
Total	6.212	6.793	6.836	7.227	7.128	6.439

Fonte: USDA

Exportações

O Brasil é o maior exportador de carne bovina do mundo, tendo alcançado essa posição de liderança em 2004, enquanto a Austrália é o segundo maior exportador e os Estados Unidos figuram na 3ª posição. De acordo com a USDA, as exportações mundiais apresentaram uma pequena redução de 5,1% de 2008 para 2009, principalmente em função da redução da demanda no mercado internacional, reflexo ainda da crise financeira e escassez de crédito.

No mesmo período, o Brasil apresentou um decréscimo de 13,7% nas suas exportações, reflexo, principalmente, da imposição, por parte dos países da União Europeia, de regras mais restritivas impostas às fazendas criadoras de gado bovino no Brasil. Em 2009, os Estados Unidos apresentaram um decréscimo de 8,3% nas suas exportações em função da crise financeira internacional. A Austrália também reduziu suas exportações em 1,2%.

No entanto, de acordo com as estimativas do USDA, as exportações do Brasil, dos Estados Unidos e do Uruguai deverão crescer 20,3%, 6,6% e 16,1%, respectivamente, refletindo a retomada do crescimento econômico mundial após o período de crise, já em 2010.

O quadro abaixo descreve a evolução dos países líderes nas exportações de carne bovina nos anos de 2004 a 2009:

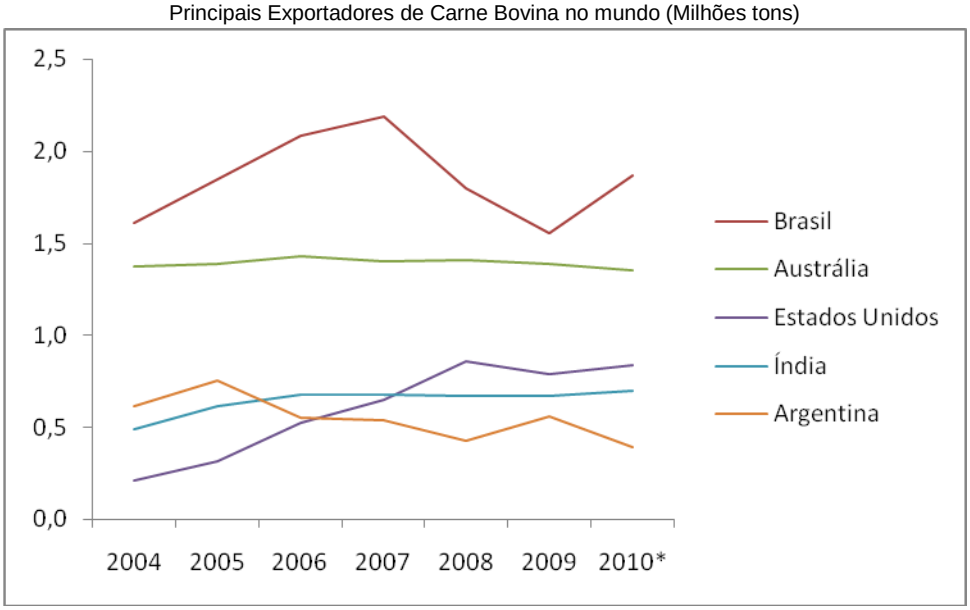
Países Líderes nas Exportações de Carne Bovina no Mundo (em milhares de toneladas)

País	2004	2005	2006	2007	2008	2009
Brasil	1,610	1,845	2,084	2,189	1,801	1,555
Austrália	1,369	1,388	1,430	1,400	1,407	1,390
Estados Unidos	209	316	519	650	856	785
Índia	492	617	681	678	672	675
Argentina	616	754	552	534	422	560
Nova Zelândia	594	577	530	496	533	525
Canadá	603	596	477	457	494	475
Uruguai	354	417	460	385	361	310
Outros	810	805	770	782	944	835
Total	6,657	7,315	7,503	7,571	7,490	7,110

Fonte: USDA

O gráfico abaixo indica os principais exportadores de carne bovina no mundo para os períodos indicados.

Principais Exportadores de Carne Bovina no mundo (Milhões tons)



Fonte: USDA

* Estimativa do USDA

A Indústria Americana de Carne Bovina

Os Estados Unidos possuem o maior rebanho de gado confinado do mundo e são os maiores produtores mundiais de carne bovina devido, principalmente, à carne de alta qualidade proveniente do gado confinado e alimentado com grãos, vendida tanto para o mercado interno quanto externo.

Em 2009, os Estados Unidos processaram 34,2 milhões de cabeças de gado e produziram 11,8 milhões de toneladas de carne bovina. A indústria norte-americana de carne bovina é caracterizada por preços que oscilam diariamente com base em padrões de consumo sazonais e pela oferta e demanda de carne bovina e outras fontes de proteínas nos Estados Unidos e em outros países. Os preços do gado variam com o tempo e são impactados pelos níveis de estoques, ciclo de produção, clima e custo de alimentação do gado, dentre outros fatores.

Os produtores de carne bovina incluem empresas verticalmente integradas que possuem e criam gado para engorda para utilização em suas unidades de abate, e produtores puros, que não possuem gado na engorda.

Os quatro maiores produtores de carne bovina nos Estados Unidos, que representaram aproximadamente 75% da capacidade total dos produtores de carne bovina dos Estados Unidos, de acordo com a Cattle Buyer's Weekly, operam, predominantemente como processadores puros. Os produtores puros de carne bovina norte-americanos geralmente compram gado de confinamentos no mercado à vista ou por meio de acordos de fornecimento a preços de mercado, processam o gado em suas próprias unidades e vendem a carne bovina por preços à vista. O gado normalmente é comprado por preços de mercado e mantido por menos de um dia até o abate, de modo que esses produtores estão normalmente expostos à oscilação dos preços de mercado por menos de duas semanas. Os produtores puros de carne bovina são principalmente operadores de "spread", e seu lucro operacional é determinado, na maioria das vezes, pela eficiência operacional da unidade e não por flutuações de preços de gado e carne bovina. Nos Estados Unidos, a Companhia opera como processadora de carne bovina pura.

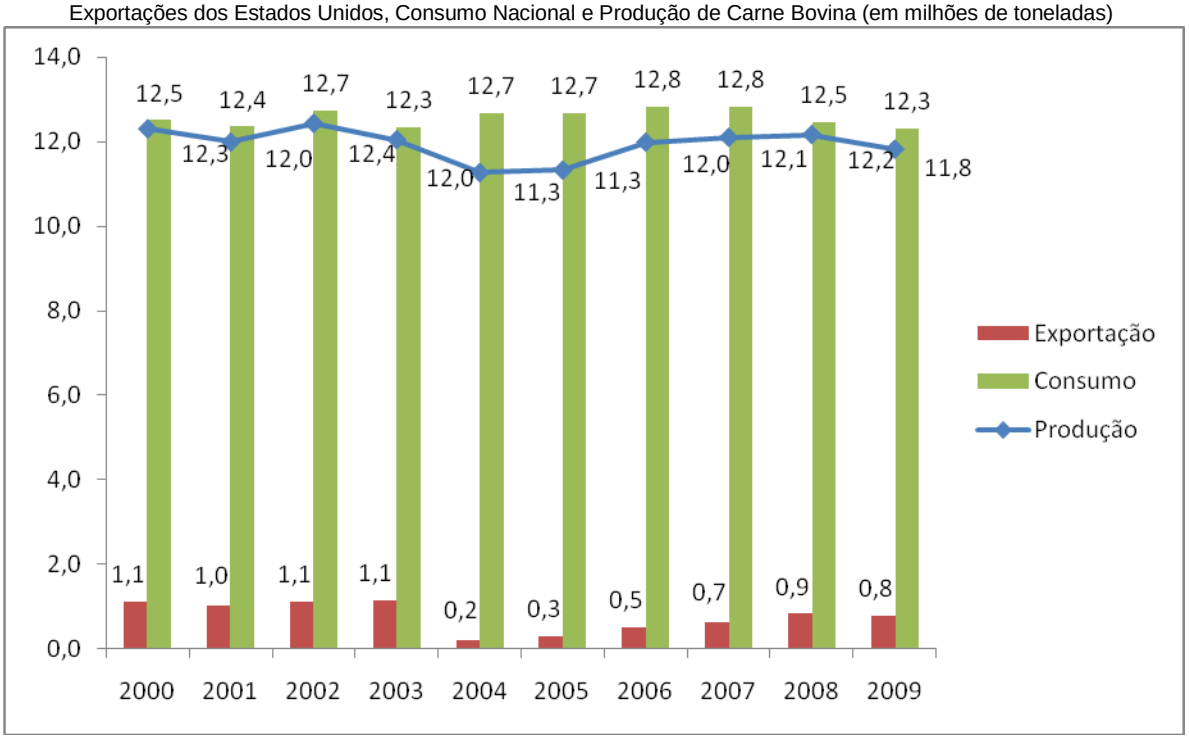
Nas últimas décadas, a demanda por produtos de carne bovina nos Estados Unidos tem apresentado crescimento impulsionado pelo crescimento da população, que é o principal fator de impulso da demanda agregada. Historicamente, a demanda dos consumidores por produtos de carne bovina nos Estados Unidos permaneceu relativamente estável durante as crises econômicas, e também permaneceu relativamente estável durante a atual recessão. A Companhia acredita que a demanda de países em desenvolvimento por exportações norte-americanas seja impulsionada pelo crescimento da população aliado ao crescimento econômico. Conforme melhora a situação econômica dos consumidores, maior o consumo de proteínas

animais. A demanda de exportação tem variado, mas a procura vem crescendo desde a reabertura, em 2005, de certos mercados internacionais que tinham sido fechados à importação da carne bovina norte-americana devido à descoberta de casos isolados de encefalopatia espongiforme bovina, ou BSE (também geralmente denominada doença da vaca louca) em 2003. As exportações de carne bovina norte-americanas atingiram US$3,0 bilhões em 2008, aumento superior a 35% em relação a 2007, de acordo com o USDA, e as exportações permaneceram relativamente estáveis em 2009, apesar do desaquecimento econômico global.

Entre 2006 e janeiro de 2008, nosso maior concorrente norte-americano de carne bovina reduziu sua capacidade de abate em dois milhões de cabeças por ano em quatro unidades, representando uma redução de quase 7% da capacidade de abate total norte-americana de todo o setor, o que tem ajudado a equilibrar a relação oferta/demanda de carne bovina nos Estados Unidos e nos mercados externos. A Companhia acredita que, juntamente com seus concorrentes, tem se beneficiado com a melhoria do equilibro entre fornecimento/demanda de carne bovina nos Estados Unidos e nos mercados de exportação, uma vez que a eliminação na capacidade de abatimento criou mais estabilidade no setor. Atualmente, a Companhia não prevê que a indústria apresente aumento relevante de capacidade num futuro previsível.

O gráfico a seguir demonstra a relação entre a produção nacional de carne bovina nos Estados Unidos, o consumo doméstico e o volume de exportações nos anos indicados (em milhões de toneladas):

Exportações dos Estados Unidos, Consumo Nacional e Produção de Carne Bovina (em milhões de toneladas)

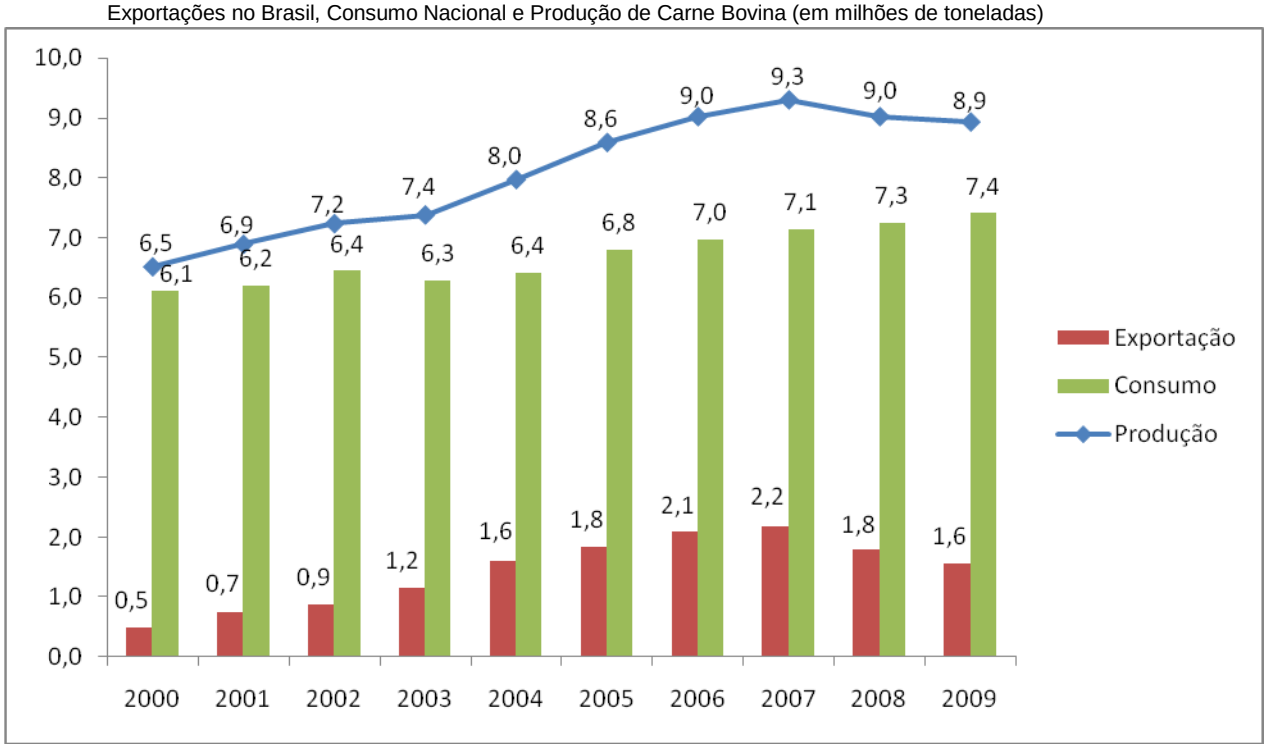


Fonte: USDA

A Indústria Brasileira de Carne Bovina

Com uma estimativa de 191,2 milhões de cabeças de gado em 2010, segundo o USDA, o Brasil possui o maior rebanho de gado no mundo para fins comerciais.

Exportações no Brasil, Consumo Nacional e Produção de Carne Bovina (em milhões de toneladas)



Fonte: USDA

A indústria de carne bovina brasileira tem enfrentado um intenso processo de internacionalização e as exportações de carne bovina brasileira aumentaram consideravelmente, passando de menos de 8,0% da produção no início da década para aproximadamente 17,0% em 2009. O aumento das exportações brasileiras de carne bovina são decorrentes:

- do aumento da produtividade no setor de carne bovina brasileiro e redução dos custos de produção;
- da intensificação das campanhas de marketing e propaganda;
- de um aumento do número de destinatários das exportações;

O Brasil oferece diversas vantagens competitivas na produção de carne bovina, dentre as quais destaca-se:

- *Baixo custo de produção*: *o* Brasil possui um dos mais baixos custos de produção de carne bovina entre os maiores produtores mundiais.
- *Alto potencial de crescimento da produção*: O Brasil possui atualmente o maior rebanho de gado no mundo para fins comerciais com 185,2 milhões de cabeças de gado, com uma Taxa de Desfrute de 21,3%, em comparação com 31,3% na Austrália e 36,8% nos Estados Unidos. O Brasil ainda possui grandes quantidades de terras disponíveis em áreas rurais, o que também permite ampliar substancialmente a criação e a produção de carne bovina brasileira.
- *Criação extensiva e outras vantagens*: A criação de gado no Brasil é predominantemente extensiva. Diferentemente da maioria dos principais produtores mundiais de carne bovina (incluindo os Estados Unidos e os países da União Européia), o gado brasileiro alimenta-se de pastagem e/ou de ração de origem vegetal, o que é visto como um fator que elimina o risco de um surto de BSE no gado brasileiro. Além disso, a carne bovina produzida no Brasil é caracterizada por seu baixo teor de gordura e por não conter hormônios de crescimento, que são utilizados na criação do gado em outros

países. Tais fatores são importantes no posicionamento de marketing da carne bovina brasileira, principalmente junto a alguns países desenvolvidos.

- *Forte demanda do mercado doméstico*: O Brasil possui um amplo mercado doméstico de carne bovina, que, tradicionalmente, consome cerca de 80,0% de sua produção. Essa forte demanda no mercado interno permite otimizar a utilização e o processamento de cada carcaça, o que acredita-se ser uma vantagem competitiva em relação a outros produtores mundiais de carne bovina.

O quadro a seguir apresenta o montante total (em US$ milhões) das exportações brasileiras de carne bovina nos principais mercados exportadores em 2009:

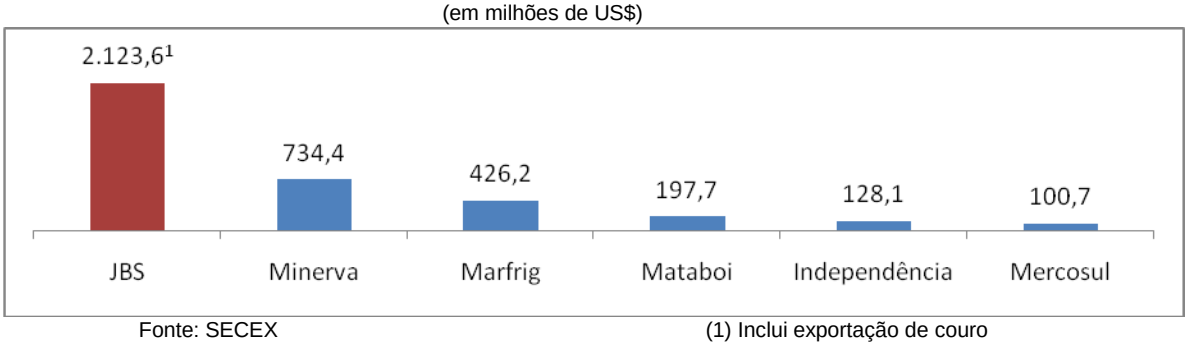
Destinações e Montantes de Exportações Brasileiras de Carne Bovina em 2009

País	Volume(mil toneladas)	Valor (US$ milhões)	(%)
RÚSSIA	334,1	952,8	23,1%
HONG KONG	207,4	612,1	14,9%
UNIÃO EUROPEIA	125,7	607,8	14,8%
IRA	89,0	335,4	8,1%
ESTADOS UNIDOS	44,3	231,8	5,6%
EGITO	81,6	217,2	5,3%
VENEZUELA	40,0	165,0	4,0%
ARGELIA	51,1	142,3	3,5%
Outros	271,9	854,1	20,7%
Total	**1.245,1**	**4.118,5**	**100%**

Fonte: SECEX/MDIC

O gráfico a seguir demonstra as maiores empresas brasileiras exportadoras de produtos de origem bovina, bem como as respectivas receitas com exportação em 2009:

Maiores Empresas Exportadoras de Produtos de Origem Bovina do Brasil em 2009
(em milhões de US$)



Fonte: SECEX (1) Inclui exportação de couro

A Indústria Argentina de Carne Bovina

Produção

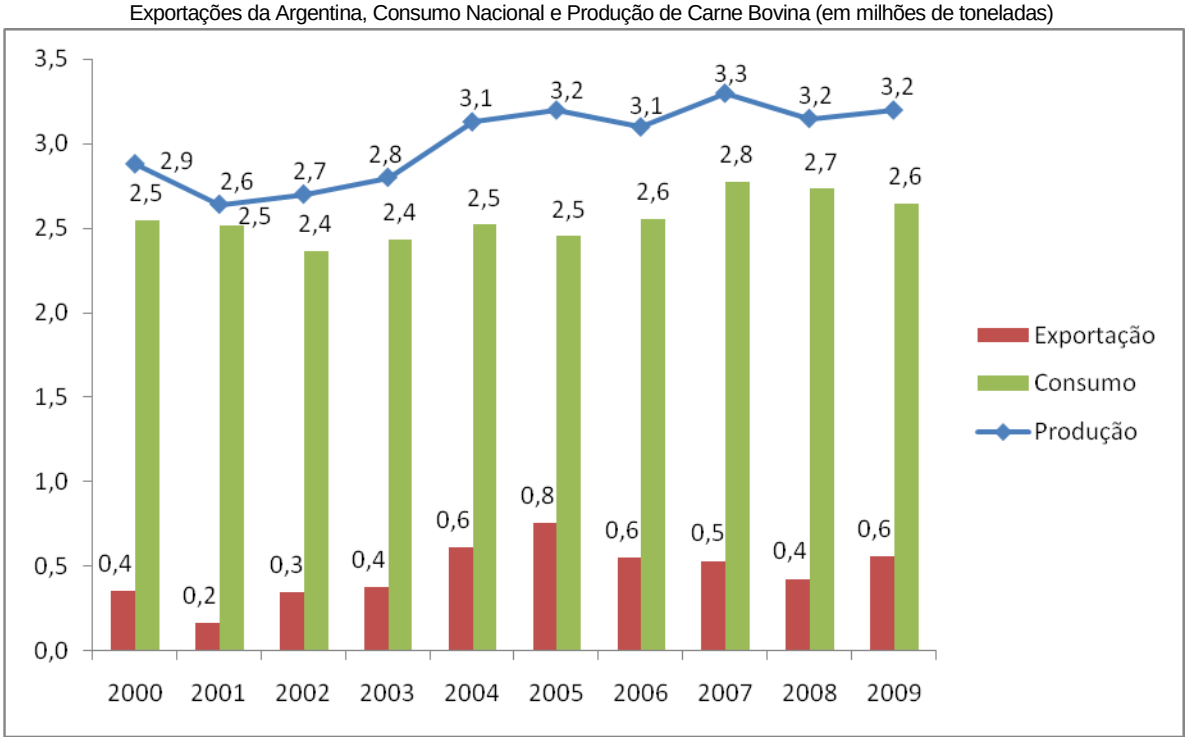
Com uma estimativa de 49,7 milhões de cabeças de gado em 2010, segundo o USDA, a Argentina possui o quinto maior rebanho de gado no mundo para fins comerciais.

Devido a baixa taxa de desfrute apresentada pela Argentina (29,9% em 2010, conforme USDA), existe um potencial significativo da Argentina aumentar ainda mais sua produção durante os próximos anos.

Consumo

O consumo de carne bovina na Argentina tem se mantido relativamente constante durante os últimos anos, dado que esta já apresenta um dos maiores consumos per capita no mundo (64,6 kg/habitante contra 40,2 kg/habitante nos Estados Unidos e 37,3 kg/habitante no Brasil). Conforme o USDA, durante 2010, este consumo deverá permancer praticamente estável, mantendo a tendência apresentada durante os últimos anos.

Exportações da Argentina, Consumo Nacional e Produção de Carne Bovina (em milhões de toneladas)



Fonte: USDA

Exportação

Nos últimos anos, a indústria de carne bovina argentina vem aumentando suas exportações de maneira significativa. Em 2009, a Argentina era a quinta maior exportadora de carne bovina no mundo, segundo o USDA, com uma participação de 7,9% no total das exportações mundiais de carne bovina. A Argentina obteve um enorme sucesso no marketing internacional feito com o intuito de posicionar a carne argentina com uma percepção *premium* no mercado internacional.

O quadro a seguir demonstra o montante geral (em milhões) das exportações argentinas de carne bovina como um percentual do total das exportações nos principais mercados exportadores para a carne bovina brasileira em 2009:

Destinações e Montantes de Exportações Argentinas de Carne Bovina em 2009

País	Volume (mil toneladas)	Valor (US$ milhões)	%
União Europeia	112,8	708,3	32,2%
Rússia	177,7	383,4	17,4%
Hong Kong	78,1	174,8	7,9%
Chile	45,3	161,9	7,4%
Israel	31,8	112,8	5,1%
Venezuela	27,9	101,2	4,6%
Brasil	19,8	77,6	3,5%
Outros	190,0	481,9	21,9%
Total	**683,4**	**2,201,9**	**100,0%**

Fonte: SENASA.

A União Européia representa uma parcela significativa das exportações da Argentina. A *Hilton Beef Quota* é uma quota de tarifa de importação para carne bovina resfriada, sem osso e de alta qualidade, estabelecida pela União Européia como uma maneira de compensar as restrições à importação de outras mercadorias agrícolas. A alíquota tarifária é de 20,0%, comparada com a tarifa integral de 104,0%. A atual quota de aproximadamente 60.600 toneladas de carne *in natura* e resfriada é dividida entre seis países, com a

Argentina representando 46,0% da quota (28.000 toneladas). As exportações, de acordo com a *Hilton Beef Quota*, têm sido a principal fonte de receita para os exportadores argentinos de carne bovina, representando um total de aproximadamente US$217,8 milhões de receita de exportação anual. O governo argentino, através da SAGPYA, aloca um volume da quota entre os exportadores argentinos de carne bovina.

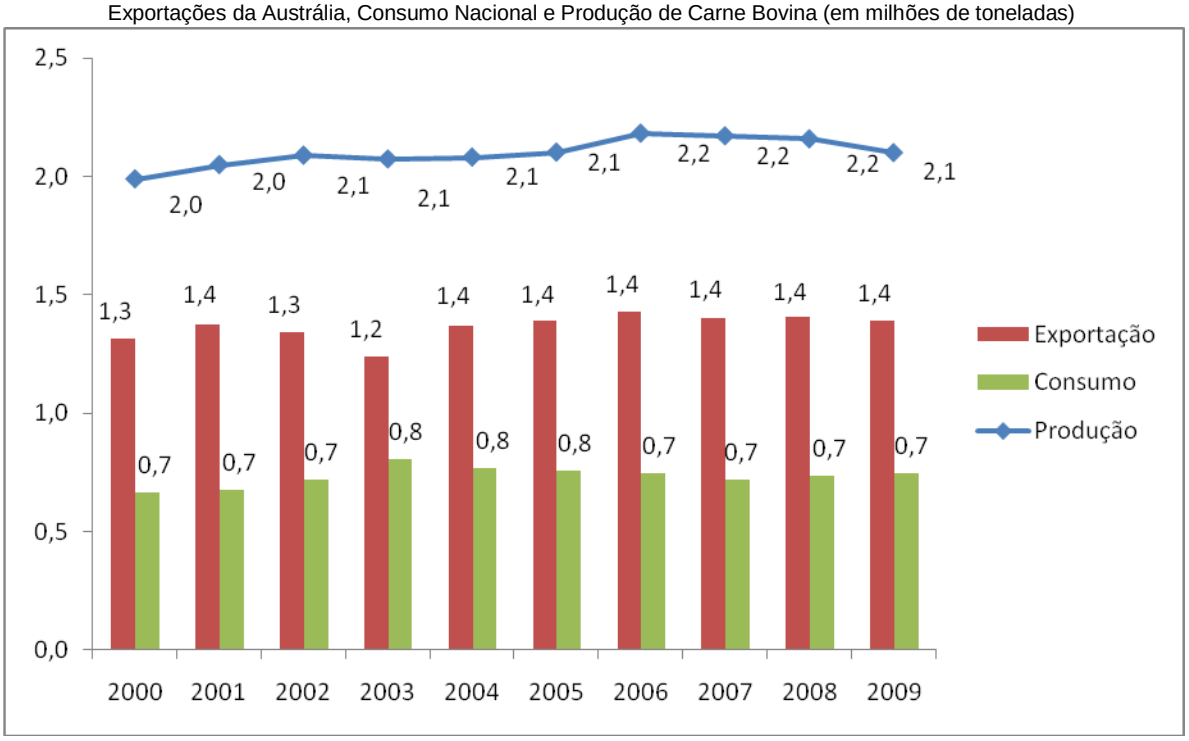
Em 2009, as exportações de carne bovina da Argentina cresceram 32,7%. O aumento do abate, ocasionado pelo preço retraído do gado, fez com que o governo revisse as restrições às exportações de carne bovina argentina, com o objetivo de estimular a produção pecuária no país.

A Indústria Australiana de Carne Bovina

A Austrália é fornecedora tradicional de carne bovina de gado alimentado no pasto, fonte de alimento bem mais barata do que os grãos. Com a vasta extensão de terras disponíveis na Austrália para a criação e alimentação do gado, o pasto constitui o método de alimentação predominante. A maior parte do gado abatido na Austrália é alimentado na invernada ou pasto e não engordado em confinamentos. A Austrália apresenta, também, um setor de gado de corte alimentado com grãos, que fornece carne bovina processada para exportação, principalmente ao Japão, Coreia do Sul e ao mercado interno. O gado alimentado com grãos correspondeu a 27% do gado abatido em 2008, representando 34% da produção total de carne bovina da Austrália. A Companhia escolhe ser verticalmente integrada na Austrália com o fim de fornecermos produtos com margens mais altas, como *Kobe-style beef*, a clientes dos mercados asiáticos. A Austrália é um dos países líderes na exportação de carne bovina há mais de uma década. A Companhia acredita que aproximadamente 75% das exportações são tradicionalmente vendidas aos Estados Unidos, Japão e Coréia do Sul, contudo, a carne bovina australiana tem sido cada vez mais exportada à Rússia, Taiwan, Indonésia, Chile e os Emirados Árabes Unidos, entre outros países. Os frigoríficos australianos, incluindo nossas operações australianas, têm se beneficiado pelo fechamento de muitos mercados à carne bovina norte-americana, em razão da constatação de casos isolados de BSE nos Estados Unidos. Entretanto, as exportações australianas têm permanecido fortes, subsequentemente à reabertura de mercados internacionais à carne bovina norte-americana.

O gráfico a seguir demonstra a relação entre a produção nacional australiana de carne bovina, o consumo doméstico e o volume de exportações nos anos indicados:

Exportações da Austrália, Consumo Nacional e Produção de Carne Bovina (em milhões de toneladas)



Fonte: USDA

Outros Temas Relevantes Relativos à Indústria de Carne Bovina

BSE (Encefalopatia Espongiforme Bovina)

BSE, popularmente conhecida como doença da vaca louca, é uma moléstia crônica degenerativa que afeta o sistema nervoso dos bovinos provocando o descontrole motor. As células do cérebro morrem, fazendo com que o animal passe a agir como se estivesse enlouquecido. A transmissão dessa doença ocorre através da ingestão pelo animal de ração preparada à base de carne, ossos, sangue e vísceras. O causador da doença não é um vírus ou bactéria, mas sim uma proteína anormal denominada príon. O primeiro caso da doença foi diagnosticado no Reino Unido, em 1986. Devido ao descontrole na utilização de ração de origem animal, a doença se disseminou em vários países, principalmente nos localizados na União Européia. Em 1995, foi diagnosticada a primeira vítima humana de Creutzfeldt-Jakob, doença cuja origem foi atribuída à ingestão de carne bovina de animal contaminado com BSE. A transmissão da doença para seres humanos ocorre através da ingestão de carne contaminada, mesmo cozida ou frita.

Desde então, a OIE vem reportando diversos casos de BSE em rebanhos bovinos no mundo, sendo que a grande maioria foi registrada em países localizados na Europa, principalmente em países membros da União Européia. Os demais países do mundo a registrarem a doença em seus rebanhos bovinos são os Estados Unidos, Canadá, Japão e Israel. A principal característica desses países é a criação de gado pelo método intensivo (utilização de confinamento e ração de origem animal).

Pelo fato de a BSE ser contraída através da ingestão de rações de origem animal, países onde a criação de gado é extensiva e cuja alimentação é baseada em pastagem, como o Brasil e Argentina, são considerados países livres da doença. Nesses dois países é proibida a utilização de ração de origem animal na alimentação do rebanho bovino. No Brasil e na Argentina nunca foram registrados casos da doença.

Febre Aftosa

Descoberta na Itália no século XVI, a febre aftosa é uma doença contagiosa, ocasionada por um vírus, e que afeta animais bovinos, suínos, bufalinos, caprinos, ovinos, cervídeos e outros animais que possuem cascos fendidos. Os seres humanos são raramente infectados pelo vírus, fato comprovado pelo reduzido número de casos humanos descritos no mundo, mesmo perante as freqüentes oportunidades de exposição ao agente. A transmissão pode ocorrer por contato com animais enfermos ou materiais infectados, através de lesões mínimas pelas quais o vírus penetra no organismo ou pela ingestão de leite não pasteurizado. A contaminação humana devido à ingestão de carnes e outros produtos de mesma origem não foi comprovada. A transmissão entre seres humanos também não foi relatada.

A importância da febre aftosa em termos de saúde pública seria mínima se não fosse considerados os impactos econômicos e sociais tendo em vista os prejuízos sobre a produção, produtividade e rentabilidade da pecuária. A doença causa a redução da disponibilidade do produto no país, como também impõem embargos a produtos de determinada procedência, uma vez que resulta na redução das exportações tendo em vista aos embargos de países importadores impostos em decorrência da doença.

A Indústria Americana de Carne Suína

A carne suína é o tipo de carne mais consumido no mundo, em volume, e é a terceira maior fonte de proteínas de carne consumida nos Estados Unidos, atrás das carnes de frango e bovina. Os Estados Unidos são o terceiro maior produtor e consumidor de carne suína do mundo, atrás da China e da União Européia. Os Estados Unidos são também um dos maiores exportadores mundiais de carne suína, de acordo com a USDA.

A indústria americana de carne suína é caracterizada por preços que oscilam diariamente com base em padrões de consumo sazonais e pela oferta e demanda de carne suína e outras carnes nos Estados Unidos e em outros países. Em geral, a demanda do consumidor interno e externo de produtos de carne suína direciona a demanda de longo prazo por parte dos produtores de carne suína. A rentabilidade dos processadores de carne suína depende principalmente de sua capacidade de adquirir ou criar suínos de forma eficiente em termos de custo e minimizar os custos de produção, maximizando a eficiência da unidade. Os preços da carne suína variam com o tempo e são impactados pelos níveis de estoques, ciclo de produção, clima e custos de alimentação dos animais, entre outros fatores.

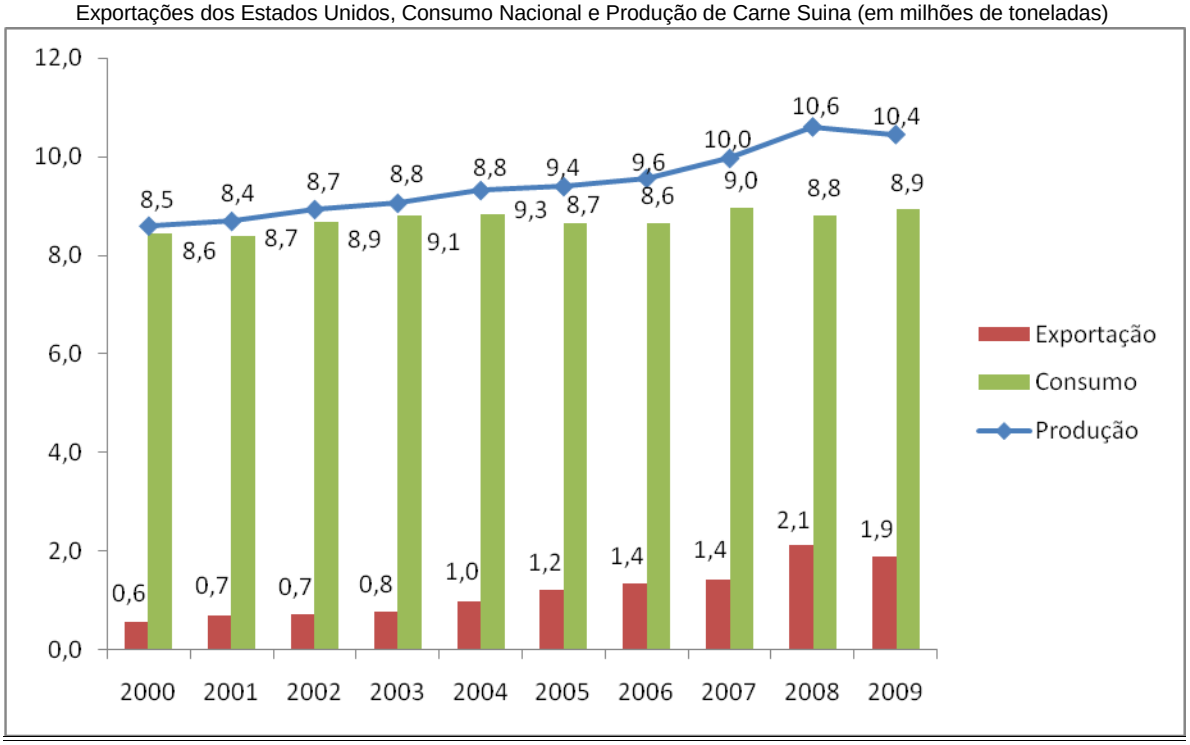
Os produtores de carne suína incluem empresas verticalmente integradas, que possuem e criam suínos na engorda para utilização em suas instalações de produção, e produtores puros, que não possuem suínos na engorda. Os produtores puros em geral compram suínos por meio de contratos de fornecimento de longo prazo a preços de mercado vigentes, abatem os suínos em suas próprias instalações e vendem os produtos

por preços à vista. Os suínos acabados são comprados via de regra a preços de mercado e mantidos por menos de um dia até o abate, de modo que os produtores puros ficam expostos a oscilações dos preços de mercado por menos de duas semanas. Os produtores puros de carne suína são principalmente operadores de "spread", e seu lucro operacional é em grande parte determinado pela eficiência operacional da unidade e não por flutuações dos preços dos suínos e da carne suína. Nossas operações de carne suína norte-americanas funcionam como processadoras puras de carne suína.

Embora afetada por padrões de consumo sazonais, a demanda por carne suína tem permanecido invariavelmente alta. A Companhia acredita que nas últimas décadas o crescimento da população têm sido a principal impulsionadora do aumento da demanda agregada de carne suína nos Estados Unidos. A Companhia acredita que a demanda de países em desenvolvimento por exportações dos Estados Unidos é impulsionada pelo crescimento da população aliado ao crescimento econômico: conforme melhora a situação econômica dos consumidores, maior o consumo de proteínas animais. Para atender a crescente demanda mundial, as exportações de carne suína norte-americanas mais do que triplicaram na última década para quatro bilhões de libras, de acordo com a USDA. Os três principais mercados exportadores para a carne suína e subprodutos suínos dos Estados Unidos são Japão, México e Canadá.

O gráfico a seguir demonstra a relação entre a produção nacional norte-americana de carne suína, o consumo doméstico e o volume de exportações nos anos indicados:

Exportações dos Estados Unidos, Consumo Nacional e Produção de Carne Suina (em milhões de toneladas)



Fonte: USDA

A Indústria Americana de Carne de Frango

A avicultura é um setor composto principalmente por produtos de carne de frango e de peru. Os produtos de frango são a fonte de proteína de carne mais consumida nos Estados Unidos e a segunda carne mais consumida no mundo, em termos de volume. Os Estados Unidos são os maiores fabricantes de produtos de frango, segundo o USDA.

O setor de frango norte-americano é caracterizado por alterações diárias no preço tomando como base parâmetros de consumo sazonal, fornecimento e demanda totais de frango e de outras carnes nos Estados Unidos e no exterior. Os preços do frango variam conforme o tempo e são afetados pelos níveis de estoque, ciclos de produção, pelo clima e pelos preços dos alimentos, dentre outros fatores.

Normalmente, os processadores de frango de grande escala são processadores verticalmente integrados. Os processadores verticalmente integrados possuem e criam matrizes para a produção de ovos para incubação. Uma vez nascidos, os pintos, ou frangos, são transportados para fazendas de crescimento contratadas independentes onde se desenvolvem até a idade de sete a nove semanas. O processador fornece aos criadores contratados os pintos, alimentos e serviços veterinários. Os processadores verticalmente integrados de frangos podem ser significativamente afetados pelas demandas de capital de giro, uma vez que os pintos se alimentam por aproximadamente sete a nove semanas, sem geração de receita até que processados. Adicionalmente, os pintos consomem alimentos (produzidos principalmente a partir de farelo de milho e soja) com um preço de substituição que está sujeito às variações de preço no mercado, e os processadores de carne de frango verticalmente integrados sofrem exposições financeiras diretas à volatilidade nos preços das rações.

Embora afetada pelos parâmetros de consumo sazonal, a demanda de frango permaneceu consistentemente sólida. Durante as últimas décadas, a mudança demográfica da mão-de-obra, as tendências de dieta e a procura crescente de serviços de alimentação são os principais impulsores do aumento da demanda dos produtos de frango nos Estados Unidos. A Companhia acredita que a demanda do consumidor por exportações norte-americanas em países em desenvolvimento é impulsionada pelo crescimento populacional composto resultante do crescimento econômico. Na medida em que as circunstâncias econômicas dos consumidores melhoram, eles tendem a mudar suas dietas para proteínas. Os Estados Unidos são o segundo maior exportador mundial de carne de frango atrás do Brasil, de acordo com o USDA. Os maiores importadores de produtos de frango norte-americanos são Rússia, China e México que, juntos, respondem por quase metade das exportações de produtos de frango norte-americanas.

Competitividade da indústria de carne bovina e suína

Os setores de carne bovina e suína são altamente competitivos. A concorrência existe tanto na compra de gado bovino e suíno, quanto na venda de produtos. No Brasil, os concorrentes no mercado de carne bovina incluem os frigoríficos Marfrig, Minerva e Independência. A Companhia concorre com diversos produtores internacionais de carne bovina, inclusive empresas sediadas nos Estados Unidos (Tyson Foods Inc., National Beef Packing Company, LLC e Cargill Inc.) e na Austrália (Teys Bros Pty Ltd. e Nippon Meat Packers Ltd.), bem como com produtores de carne suína (Smithfield Foods, Inc., Tyson Foods Inc. e Cargill Inc.). Os principais fatores competitivos nas indústrias de processamento de carne bovina e suína são eficiência operacional e disponibilidade, qualidade e custo de matérias-primas e mão-de-obra, preço, qualidade, segurança alimentar, distribuição de produto, inovações tecnológicas e fidelidade à marca. A capacidade da Companhia para concorrer de forma eficaz depende de sua capacidade de concorrer com base nestas características.

Competitividade da indústria de carne de frango

O setor de carne de frango é altamente competitivo. Tanto nos Estados Unidos quanto no México, a Pilgrim's Pride reestruturada concorrerá principalmente com outras empresas de carne de frango verticalmente integradas. Os fatores de concorrência variam conforme o mercado. No mercado de serviços alimentares, a Companhia acredita que a concorrência está fundamentada principalmente em qualidade consistente, desenvolvimento do produto, atendimento e preço. No mercado varejista norte-americano, a Companhia acredita que a concorrência está fundamentada principalmente na qualidade do produto, conhecimento da marca, atendimento ao cliente e preço. Além disso, existe uma concorrência com outros processadores não verticalmente integrados no ramo de frango preparado. Os principais concorrentes da Companhia são a Tyson Foods, Inc., Cargill Inc., Hormel Foods Corporation e Sara Lee Corporation.

d. Eventual sazonalidade:

Demanda

No setor de carne bovina nos Estados Unidos, a demanda sazonal de produtos de carne bovina é maior nos meses de verão e no outono, quando os padrões climáticos permitem mais atividades ao ar livre e em regra há aumento da demanda de produtos de maior valor agregado que são grelhados, como bifes. Tanto os preços do gado vivo como os preços da carne bovina embalada tendem a atingir altas sazonais em tais épocas. Em razão do aumento do consumo, condições de crescimento mais favoráveis e alojamento de animais em confinamentos nos meses de inverno, geralmente há mais gado disponível no verão e outono. A demanda sazonal na Austrália não flutua de modo tão significativo como nos Estados Unidos.

O setor de carne suína apresenta ciclos sazonais semelhantes, porém em diferentes meses. O suíno leva em média 11 meses, a partir da concepção, para atingir o peso de mercado. Em geral, as matrizes são menos

produtivas nos meses de verão, resultando em menor disponibilidade de suínos na primavera e início de verão, épocas nas quais os preços de suínos e carne suína costumam aumentar e a produção cair. A maior demanda por carne suína ocorre de outubro a março, quando a disponibilidade de suínos e períodos de festas aumentam a demanda de presunto, lombo e outros produtos de carne suína de maior valor agregado. No exercício social encerrado em 31 de dezembro de 2009, a demanda sazonal seguiu os padrões históricos normais.

No setor de frango, a Pilgrim's Pride não vivencia grandes flutuações na demanda em virtude de sazonalidade. Contudo, as vendas líquidas da Pilgrim's Pride têm sido historicamente mais altas em seu terceiro e quatro exercícios fiscais, correspondendo aos meses de primavera e verão. As vendas líquidas da Pilgrim's Pride têm sido historicamente mais baixas em seu primeiro trimestre fiscal, correspondendo ao outono e início do inverno.

Impacto do preço de commodity

Assim como acontece com os mercados de carne bovina e suína, os mercados de frango são afetados pelas flutuações nos preços de determinadas commodities. Contudo, os negócios da Pilgrim's Pride são mais fortemente influenciados pelas flutuações nos preços do milho e do farelo de soja, que são ingredientes de ração necessários para suas operações integradas verticalmente. Os segmentos de carne bovina e suína da Companhia, por outro lado, são afetados apenas indiretamente pelas flutuações nos preços de ingredientes de ração já que a Companhia não detém ou cria suas próprias cabeças de gado ou suínos (exceto as operações de gado australianas). Ao invés disso, os segmentos de carne bovina e suína da Companhia são afetados mais diretamente pelas flutuações no mercado à vista para cabeças de gado e suínos, onde a Companhia compra uma parte significativa do gado e dos suínos que a Companhia precisa. A Pilgrim's Pride também é significativamente influenciada por flutuações no custo de energia, tanto em termos de custo de produção e fabricação quanto com relação às despesas de entrega e de transporte correlatas.

Doenças e Barreiras Comerciais

Riscos sanitários envolvem surtos de doenças no gado. Os acordos bilaterais sanitários variam entre países. Surtos de doenças podem provocar a imposição de barreiras comerciais entre as nações.

e. Principais insumos e matérias primas, informando:

Brasil

Gado

A principal matéria-prima da Companhia é o gado bovino. Atualmente, a Companhia adquire a maior parte do gado utilizado nas suas atividades de fazendas pecuárias situadas em um raio de até 500 quilômetros de suas instalações de abate no Brasil. A Companhia é capaz de manter um custo reduzido com o transporte de gado, uma vez que suas plantas estão localizadas próximas aos principais centros produtores. Além disso, dada a proximidade entre as instalações de abate e os produtores, a Companhia é capaz de mitigar o risco de perda de peso e de ferimento do gado durante o transporte.

A Companhia celebra acordos de aquisição de compra de gado a termo. Nesse contexto, a Companhia ajuda os criadores de gado locais a obterem financiamento com instituições financeiras por meio de um programa que foi criado para auxiliar os criadores na obtenção de financiamento para melhoria e expansão de suas operações, uma vez que tais espécies de financiamentos não estavam tradicionalmente disponíveis para tais criadores. O funcionamento do programa de financiamento é o seguinte:

- uma instituição financeira local concede um empréstimo de curto prazo a um criador de gado;
- o criador de gado dá em garantia ao referido empréstimo determinado número específico de cabeças de gado, cujo valor total (na data do contrato de empréstimo) excede o montante principal do empréstimo;
- a Companhia concorda em adquirir o gado da instituição financeira na data de vencimento do empréstimo por um preço determinado no contrato com um desconto, sendo que o pagamento é realizado mediante a entrega do gado nas plantas de abate da Companhia;

- o risco de inadimplemento permanece com o criador do gado, dado que a Companhia só está obrigada a adquirir o número de bovinos que a Companhia considera saudáveis e adequados, e desde que entregues pelo criador de gado nas plantas da Companhia; e

- a instituição financeira utiliza os recursos pagos pela Companhia para reduzir o montante principal e de juros acumulados no empréstimo, reembolsando o criador de gado com qualquer montante em excesso.

A Companhia possui empregados especializados na compra de gado, localizados em todas as principais áreas de produção de gado no Brasil. Eles são treinados para selecionar animais de alta qualidade e livres de doenças, sendo que desempenho é continuamente monitorado pela Companhia. A Companhia adquire gado somente de produtores selecionados e registrados, baseados em rigorosas diretrizes de seleção de animais. A Companhia exige de todos os seus fornecedores a documentação de qualidade de suas operações e a verificação de que sua utilização de antibióticos e produtos químicos agrícolas segue os respectivos padrões da indústria. Todo o gado que a Companhia recebe é inspecionado pelos veterinários do Serviço de Inspeção Federal do Ministério da Agricultura, o qual autoriza a sua produção e processamento.

Os preços de gado estão sujeitos a oscilações. Os fornecimentos e os preços do gado são afetados por vários fatores, tais como as condições meteorológicas, acesso ao capital pelo criador de gado e período de safras.

Estados Unidos

A principal matéria-prima das unidades de produção norte-americanas é o gado vivo. Todo o processo de obtenção de gado norte-americano fica centralizada na sede da JBS USA, em Greeley, Colorado. A Companhia solicitou a todos os seus mais de 3.000 fornecedores de gado que comprovem a qualidade de suas operações de confinamento, confirmem que a utilização de antibióticos e produtos químicos agrícolas segue os padrões pretendidos pelo fabricante e confirmem que a ração utilizada não contém produtos com proteína animal que tenham sido associados a surtos de BSE.

A Five Rivers opera 13 unidades de confinamento de gado com capacidade para comportar aproximadamente 839.000 cabeças de gado, localizadas no Colorado, Idaho, Kansas, Oklahoma, Novo México, Ohio e Texas, adjacentes às nossas unidades de abate do segmento de carne bovina existentes. A Five Rivers opera exclusivamente como uma unidade de confinamento de terceiros, às vezes conhecida como operação de "hospedagem". Segundo este modelo, a unidade de confinamento "hospeda" gado de propriedade de terceiros em troca de taxas. A Five Rivers tem um acordo desse tipo com nossa afiliada, a J&F Oklahoma Holdings, Inc., ou J&F Oklahoma, que é uma subsidiária integral da J&F Participações S.A., acionista da JBS S.A. Conforme este acordo, a Five Rivers concordou em "hospedar" gado de propriedade da J&F Oklahoma em troca de taxas. Embora o operador de confinamento geralmente vende o gado em nome do proprietário (deduzindo as taxas dos lucros da venda), o risco final do gado não ser vendido é arcado pelo proprietário do gado, não pelo operador do confinamento.

Austrália

As principais matérias-primas que a Companhia utiliza nas unidades de processamento australianas são gado bovino, ovino e caprino vivo. A função de obtenção de gado se concentra em obter com eficiência gado alimentado no pasto e gado para engorda para nosso negócio de gado alimentado com grãos. O gado alimentado no pasto é obtido de fornecedores terceirizados, com características específicas de peso e classificação. Esse processo ajuda a assegurar que o gado atenda nossas exigências de futuros pedidos. A maior parte do gado alimentado com grãos é obtida de unidades de confinamento de gado de propriedade da Companhia.

A Companhia opera cinco unidades de confinamento de gado que fornecem gado alimentado com grãos exclusivamente às nossas operações de produção na Austrália. Em média, o gado permanece em nossas unidades de confinamento por aproximadamente 140 dias até ser transferido às nossas operações de produção.

Gado Suíno

A Companhia (por meio da JBS USA) emprega uma rede de compradores de gado suíno em suas unidades de produção e estações de compras para garantir seu suprimento de gado suíno. Em 2009, aproximadamente 72,8% das compras de gado suíno da Companhia foram efetuadas por meio de diversos tipos de contratos de fornecimento que nos proporcionam suprimento estável de gado suíno de alta qualidade. Esses contratos de

fornecimento têm, em regra, prazos de quatro a cinco anos e estipulam compromissos de compra mínimos e máximos com preços baseados, em parte, no preço de mercado dos suínos por ocasião da entrega, com realização de ajustes com base na qualidade, peso, composição magra e qualidade da carne. A Companhia compra os cerca de 28,2% remanescentes de seu gado suíno no mercado à vista pelo preço de mercado diário com a mesma qualidade geral e grau de rendimento que exige nos termos de seus contratos. A Companhia exige programa de certificação de fornecedor abrangente e realiza testes de corte abrangentes nos animais de seus fornecedores em potencial para determinação da composição da carcaça e magreza.

Os produtores verticalmente integrados de carne suína, que possuem suínos para engorda, podem ficar sujeitos a impacto financeiro significativo em termos de utilização de capital de giro, pois os suínos para engorda são alimentados por aproximadamente 180 dias e não geram receita até o abate. Além disso, como os suínos para engorda consomem alimento com preço de reposição sujeito a alterações de mercado, os produtores verticalmente integrados apresentam exposição financeira direta à volatilidade dos preços de milho e de outros insumos. Atualmente, a Companhia é uma produtora não-verticalmente integrada de carne suína. A Companhia não possui suínos para engorda e em geral compra suínos acabados segundo contratos de fornecimento de longo prazo por preços de mercado vigentes, processa os suínos em suas unidades de produção e vende os produtos acabados por preços à vista. Como são em regra adquiridos no prazo de 24 horas do abate, os suínos acabados não ficam expostos a oscilações de preços de mercado durante período de tempo tão grande como os produtores verticalmente integrados.

Frango

A Companhia é uma processadora de frango verticalmente integrada, pois possui e cria matrizes para a produção de ovos para incubação. Uma vez nascidos, os pintos, ou frangos, são transportados para fazendas de crescimento contratadas independentes onde se desenvolvem até a idade de sete a nove semanas. A Companhia fornece aos criadores contratados os pintos, alimentos e serviços veterinários. Para a criação de frangos, a Companhia possui nos Estados Unidos 34 incubadoras e 26 fábricas de ração como suporte na criação e desenvolvimentos dos frangos utilizados em sua produção.

i. descrição das relações mantidas com fornecedores, inclusive se estão sujeitas a controle ou regulamentação governamental, com indicação dos órgãos e da respectiva legislação aplicável:

A Companhia mantém com seus fornecedores relacionamentos de longo prazo. Conforme prática corrente do mercado, a Companhia não costuma celebrar acordos que criam a obrigação de exclusividade para a Companhia, a fim de manter sua liberdade de contratar o fornecedor mais adequado para cada empreendimento, com base nos preços, qualidade, termos e condições de entrega dos produtos. A Companhia ressalta que todos os fornecedores da Companhia estão sujeitos a órgãos de fiscalização, e respectivas legislações aplicáveis nas jurisdições em que operam.

ii. eventual dependência de poucos fornecedores:

A Companhia conta com uma vasta lista de fornecedores, não apresentando risco de concentração para a Companhia.

A Companhia possui mais de 35.000 fornecedores de animais para abate ao redor do mundo, e, desta forma, não possui nenhum risco de concentração de fornecedores em nenhum mercado onde esta presente.

iii. eventual volatilidade em seus preços:

As margens operacionais da Companhia dependem, entre outros fatores, do preço de compra de matérias-primas (principalmente de gado) e do preço de venda de seus produtos. Tais preços podem variar significativamente, inclusive durante curtos intervalos de tempo, em virtude de vários fatores, incluindo o fornecimento e a demanda de carne bovina e o mercado de outros produtos protéicos, como a carne de frango e de porco. A Companhia tenta administrar alguns desses riscos com a utilização de programas de gestão de risco e hedge, incluindo contratos futuros e opções de compra e venda. Contudo, essas estratégias não eliminam completamente esses riscos. Além disso, esses programas também poderão limitar ganhos derivados de flutuações favoráveis do preço de commodities. Para maiores informações, vide seção 4.1, "*Os resultados operacionais da Companhia poderão ser negativamente impactados por flutuações dos preços do gado bovino, suíno e commodities de ingredientes alimentares*".

7.4. Clientes que sejam responsáveis por mais de 10% da receita líquida total da Companhia:

Não há.

7.5. Descrição dos efeitos relevantes da regulação estatal sobre as atividades da Companhia, comentando especificamente:

a. Necessidade de autorizações governamentais para o exercício das atividades e histórico de relação com a administração pública para obtenção de tais autorizações:

Uma das principais prioridades da Companhia é o respeito às leis sanitárias e ambientais nas jurisdições onde opera seus negócios, em todos os níveis de governo, incluindo a obtenção, manutenção e renovação das licenças da Companhia.

A Companhia acredita cumprir com as leis e normas sanitárias e ambientais governamentais nas jurisdições onde exerce suas atividades em todos os seus aspectos relevantes.

Regulação da Vigilância Sanitária - Brasil

As operações da Companhia relacionadas com o abate e processamento de carne no Brasil estão sujeitas a várias normas impostas pelo Ministério da Saúde, pela Agência Nacional de Vigilância Sanitária ("ANVISA"), pelo MAPA e por outras autoridades estaduais ou locais em relação ao processamento, embalagem, armazenagem, distribuição, anúncio e etiquetagem de produtos, incluindo o compromisso da Companhia com normas de segurança. Nos anos recentes, as práticas sanitárias e os procedimentos na indústria de processamento têm sido sujeitos a exames minuciosos mais intensos e supervisionados pelo MAPA e pela ANVISA. Cada uma das instalações da Companhia nas quais estas atividades são desempenhadas deve ser previamente licenciada pelas autoridades e deve contar com um técnico responsável em cada uma. Caso a Companhia descumpra quaisquer de suas obrigações perante a ANVISA ou o MAPA, seja por não manter vigentes os alvarás dos estabelecimentos, ou por não manter vigentes ou renovar os registros dos produtos, ou ainda em caso de não observância da legislação setorial, estará sujeita não apenas a sanções civis e penais cabíveis, como também às sanções previstas na Lei n.º 6.437, de 20 de agosto de 1977, tais como advertência, multa, interdição do estabelecimento, cancelamento de autorização ou licença, entre outras. Os produtos de carne bovina in natura devem ser registrados no Ministério da Agricultura.

Regulação da Vigilância Sanitária – Outras localidades

As operações da Companhia nos EUA, na Austrália, na Itália e na Argentina estão sujeitas a uma extensa regulamentação pelas autoridades estaduais, municipais e estrangeiras relativa ao processamento, acondicionamento, armazenamento, distribuição, publicidade e rotulagem de seus produtos, inclusive normas de segurança alimentar. Para maiores informações acerca de regulação de vigilância sanitária nos EUA, na Austrália, na Itália e na Argentina aos quais a JBS USA e suas subsidiárias se sujeitam, ver seção 7.7. deste Formulário de Referência.

b. Política ambiental da Companhia e custos incorridos para o cumprimento da regulação ambiental e, se for o caso, de outras práticas ambientais, inclusive a adesão a padrões internacionais de proteção ambiental:

Para a Companhia, que tem incorporados em sua governança corporativa os conceitos de responsabilidade social, respeito ao meio ambiente, conduta ética e desempenho econômico, a sustentabilidade é um valor importante. A Companhia acredita que seu desenvolvimento e crescimento empresarial devem estar associados à sustentabilidade de suas ações. Assim, a Companhia segue as boas práticas da governança e adota como linhas mestras a transparência junto a todos os públicos com que se relaciona, investe constantemente na melhoria da cadeia produtiva em suas unidades, com ênfase na redução de impactos ambientais, além de buscar formas de estreitar sua relação com os colaboradores, familiares e a comunidade em geral por meio de iniciativas de caráter social.

A Companhia possui uma política de sustentabilidade, pois está ciente de sua responsabilidade como a maior Companhia de proteína animal do mundo, bem como de todos os impactos gerados por suas operações em cada região. Assim sendo, a Companhia possui um programa de sustentabilidade adequado para cada uma de suas unidades, incluindo Política Ambiental, Procedimentos Adotados, Política de Informação, Relacionamentos e Investimentos, Utilização de Recursos Naturais, ações socioambientais e tratamento de Resíduos.

As premissas da sustentabilidade, que inclui ser ecologicamente viável e correta, socialmente justa e culturalmente aceita, sempre fizeram parte do desenvolvimento e crescimento da Companhia em todos os países em que atua. A extensa experiência da Companhia comprova a importância da redução dos impactos

ambientais para manter um estreito relacionamento com as comunidades onde está presente. A Companhia prioriza em sua atuação pelo uso sustentável de materiais, pelos fatores climáticos, tratamento de resíduos, pelas parcerias com organizações justas, pela saúde, qualidade de vida e pela ética.

Para questões relativas a resíduos industriais envolvendo a JBS USA, vide seção 4.7 deste Formulário de Referência.

Em 2009, foram investidos aproximadamente R$ 25,8 milhões em melhorias para o cumprimento da regulação ambiental e de outras práticas ambientais, incluindo a adesão a padrões internacionais de proteção ambiental.

A Companhia e o Meio Ambiente

As instalações produtivas da Companhia, no Brasil e ao redor do mundo, estão em conformidade com as leis e regulamentações ambientais aplicáveis. Isso significa que todas as unidades possuem licença ambiental de acordo com as normas vigentes. Para controlar o impacto ambiental das operações, a Companhia mantém um processo de manutenção preventiva de máquinas, equipamentos e sistemas de filtragem de gases, bem como programas para utilização eficiente de água, energia e reciclagem de materiais utilizados na rotina da Companhia. Periodicamente, o impacto ambiental dos produtos, processos, operações e serviços são avaliados a fim de identificar eventuais ou potenciais causadores de danos ambientais relevantes, além de desenvolver e implementar processos sustentáveis.

JBS Brasil

Ações Ambientais

- Programa de Educação Ambiental – Direcionado aos colaboradores através de diferentes tipos de campanhas informativas;
- Coleta seletiva de Lixo – A Empresa tem programa de coleta seletiva de lixo para educar seus colaboradores;

JBS USA

Ações Ambientais

- JBS USA recicla a maioria dos resíduos gerados. Cada unidade possui seu próprio mecanismo de gestão de resíduos, de acordo com os resíduos que geram. Esses programas são baseados na gestão seletiva do fluxo de resíduos sólidos;

JBS Austrália

Ações Ambientais

- Além de uma coleta seletiva do lixo, existe um programa para orientar seus colaboradores;
- Parceria com Healty Waterways Partnership, dedicado a melhorar a saúde dos sistemas fluviais na região sudeste de Queensland;
- Membro da Fitzroy Basin Association em Rockhampton, que visa o desenvolvimento sustentável da Bacia Hidrográfica de Fitzroy.

INALCA JBS

Ações Ambientais

- Programa de treinamento em procedimentos ambientais internos.
- Coleta seletiva de lixo para educar seus colaboradores.

c. Dependência de patentes, marcas, licenças, concessões, franquias, contratos de royalties relevantes para o desenvolvimento das atividades:

A Companhia acredita que suas marcas têm valor significativo e desempenham um papel considerável na manutenção e melhoria da posição competitiva de seus produtos. Nos últimos anos, a Companhia tem feito investimentos para melhorar a identidade e reconhecimento de suas marcas. Esses investimentos incluem várias aquisições e a diversificação de portfólio de produtos, incluindo o lançamento de novos produtos, a ampliação das linhas de produtos existentes, a melhora da qualidade de produtos da Companhia, o aprimoramento da apresentação de marcas e embalagens e campanhas promocionais. A eventual perda dos direitos sobre as marcas registradas pela Companhia acarretaria o fim do direito de uso exclusivo sobre as mesmas no território nacional e a Companhia enfrentaria dificuldades para impedir terceiros de utilizar marcas idênticas ou semelhantes para comercializar seus produtos. Além disso, se a Companhia não fosse legítima titular das marcas que utiliza, haveria a possibilidade de sofrer demandas judiciais na esfera penal e cível, por uso indevido de marca e violação de direitos de terceiros. Não obstante, atualmente não há dependência específica de patentes, marcas, licenças, concessões, franquias, contratos de royalties relevantes para o desenvolvimento das atividades da Companhia. Para maiores informações acerca do assunto, vide a seção 9.1(b) deste Formulário de Referência.

7.6. Em relação aos países dos quais a Companhia obtém receitas relevantes, identificar:

a. Receita proveniente dos clientes atribuídos ao país sede da Companhia e sua participação na receita líquida total da Companhia;

A receita proveniente dos clientes atribuídos ao Brasil é de R$ 5.374,1 milhões em 2009. Sua participação na receita líquida total da Companhia é igual a 15,7%, em 2009.

b. Receita proveniente dos clientes atribuídos a cada país estrangeiro e sua participação na receita líquida total da Companhia;

A receita total proveniente dos clientes atribuídos a países estrangeiros é de R$ 28.937,7 milhões em 2009. Sua participação na receita líquida total da Companhia é igual a 84,3%, em 2009.

Segue tabela evidenciando a distribuição da receita em 2009, dividida entre os clientes dos países estrangeiros:

País	Receita Total (em milhões de R$)	% na Receita Líquida Total
Argentina	587,5	1,7%
Estados Unidos da América	22.599,0	65,9%
Austrália	4.162,1	12,1%
Itália	1.589,1	4,6%

c. Receita total proveniente de países estrangeiros e sua participação na receita líquida total da Companhia:

A receita total proveniente de países estrangeiros foi de R$ 30.675,0 milhões em 2009. Sua participação na receita líquida total da Companhia é igual a 89.4%, em 2009.

7.7. Em relação aos países estrangeiros divulgados no item 7.6, informar em que medida a Companhia está sujeita à regulação desses países e de que modo tal sujeição afeta os negócios da Companhia:

As operações da Companhia nos Estados Unidos estão sujeitas a uma extensa regulamentação pela EPA e outras autoridades estaduais e municipais com relação ao manejo e descarte de água usada, água pluvial, emissões atmosféricas, tratamento, armazenamento e descarte de resíduos, manejo de substâncias perigosas e saneamento de solo contaminado, água superficial e subterrânea. As operações australianas da Companhia também estão sujeitas a uma extensa regulamentação do Serviço de Inspeção de Quarentena australiano, bem como de autoridades ambientais australianas. A EPA, AQIS e/ou outras autoridades estaduais e municipais norte-americanas ou australianas poderão revisar normas e regulamentos ambientais e/ou alterar os termos e condições das licenças ambientais da Companhia e/ou de suas subsidiárias, as quais a Companhia deve observar. A observância de tal regulação poderá exigir que a Companhia incorra em dispêndios operacionais e de capital adicionais, que poderão ser significativos. Para assegurar a observância contínua das leis, normas e regulamentos ambientais existentes, a Companhia deve, periodicamente, substituir, reparar ou atualizar as instalações, equipamentos ou materiais existentes, o que poderá exigir que a Companhia incorra em capital adicional.

Algumas das instalações da JBS USA despejam efluentes em estações de tratamento de efluente municipais e, caso tais estações municipais sejam incapazes de cumprir com suas próprias normas ambientais, eles podem solicitar que a Companhia realize benfeitorias ou mudanças operacionais que podem ocasionar custo adicional. Além disso, algumas das unidades da Companhia utilizam substâncias perigosas, tais como amônia em sistemas de refrigeração, e liberações, decorrentes de vazamentos ou outros acidentes. Algumas das propriedades da JBS USA foram impactadas por contaminação decorrente de respingos e a Companhia ou os antecessores da Companhia incorrem em gastos para reparar tal contaminação. A Companhia também melhorou, de forma voluntária, algumas instalações de forma a contornar algumas preocupações governamentais ou de seus vizinhos.

Os esforços crescentes para controlar as emissões de gases estufa, ou GEE, provavelmente terão impacto sobre a Companhia. Nos Estados Unidos, recentemente a EPA emitiu uma nova regulamentação sobre um sistema obrigatório de informação de GEE para certas atividades, incluindo sistemas de administração de manejo, que excedam limiares de emissão especificados. A EPA também anunciou proposta relativa a emissões de GEE que poderá resultar na promulgação de normas de qualidade do ar quanto a GEE. O Congresso norte-americano está considerando várias opções, inclusive sistema de teto e comercialização que imporia um limite e um preço às emissões de GEE e estabeleceria um mercado para comercialização de créditos de GEE. Em junho de 2009, a Câmara dos Deputados norte-americana aprovou um projeto de lei que contempla um limite e sistema de comercialização, sendo que o projeto de lei também fora apresentado para o Senado norte-americano.

Na Austrália, o governo federal propôs um sistema de limites e comercialização de créditos de GEE que, se implementado conforme proposto, cobriria operações agrícolas, incluindo algumas das unidades de confinamento de gado e pelo menos duas das unidades de produção da Companhia. Certos estados da Austrália também poderiam adotar regulamentos de emissões de GEE mais rígidos do que os regulamentos federais australianos. Embora não seja possível estimar o impacto específico que os regulamentos de GEE finais terão sobre as operações da Companhia, não é possível garantir que essas medidas não resultem em impactos significativos sobre a Companhia.

As operações norte-americanas da Companhia também estão sujeitas à Lei de Frigoríficos e Currais de 1921 dos Estados Unidos. Essa lei em geral proíbe aos frigoríficos da indústria de gado certas práticas contrárias à concorrência. Além disso, essa lei exige que a JBS USA efetue o pagamento de suas compras de gado antes do encerramento do dia útil seguinte à compra e transferência da posse do gado que comprarmos, salvo acordo em contrário dos fornecedores de gado da Companhia. Qualquer atraso ou tentativa de atraso do pagamento será considerado como prática desleal com violação da lei. Nos termos da Lei de Frigoríficos e Currais de 1921, a JBS USA deve manter as compras em dinheiro de gado sob fidúcia para seus fornecedores de gado, até que eles recebam o pagamento integral do preço de compra em dinheiro. Em 29 de setembro de 2009, a JBS USA tinha títulos avalizados no valor total de aproximadamente $77,8 milhões para garantir obrigações de pagamento da JBS USA a seus fornecedores de gado.

A Companhia também está sujeita a retiradas e *recalls* voluntários do mercado de seus produtos protéicos na hipótese de suspeita de contaminação ou adulteração que possa constituir perigo à segurança alimentar. A Companhia mantém programa rigoroso de intervenções, inspeções e testes destinado a reduzir a probabilidade de perigo à segurança alimentar. Como medida proativa, a equipe de administração da Companhia ampliou os procedimentos de teste em todas as suas unidades de produção de carne bovina. Por exemplo, em 25 de junho de 2009, a JBS USA realizou um *recall* voluntário para determinados produtos bovinos que poderiam ter sido contaminados com *E. coli*.

Além disso, devido ao crescimento do internacional dos produtos brasileiros de bovinos, suínos e frango, os exportadores brasileiros estão sendo cada vez mais afetados pelas medidas tomadas por países importadores para proteger os produtores locais. A competitividade das companhias brasileiras levou alguns países a estabelecerem barreiras comerciais para limitar o acesso de companhias brasileiras aos seus mercados ou mesmo subsidiar os produtores locais. Alguns países impõem quotas de importação de carne bovina *in natura*, suínos e frangos vindos do Brasil, e atrasos na alocação dessas quotas ou mudanças na legislação ou políticas relacionadas a essas quotas podem afetar adversamente as exportações da Companhia.

Em 2009, a gripe A(H1N1), também chamada "gripe suína", disseminou-se por vários países. Foram registrados mais de 94.000 casos e mais de 400 mortes no mundo todo com o surto de gripe A(H1N1) no México, e em 11 de junho de 2009, a Organização Mundial de Saúde, ou OMS, declarou alerta de gripe nível seis, indicando uma pandemia mundial. Embora a OMS tenha declarado que não há nenhuma relação entre os infectados com a gripe A(H1N1) e o contato com pessoas que vivem próximas de suínos nem com o consumo de carne suína, vários países, inclusive

Rússia, Tailândia, Ucrânia, China e Filipinas, reduziram ou restringiram a importação de carne suína produzida nos estados afetados dos Estados Unidos e certas outras regiões do mundo.

Na Itália, as operações da Companhia estão sujeitas a uma regulamentação bastante extensa. O principal órgão de regulamentação é o Ministério das Políticas Agrícolas Alimentares e Florestais, que atua no sentido de garantir que os produtos alimentares respeitem os requisitos estabelecidos pela normativa italiana e comunitária. Os organismos de controle do Ministério são privados e autorizados por entes governamentais territoriais (Regiões e Províncias). Cada região possui uma própria regulamentação. O Ministério tem ligações diretas com a União Européia (UE) através do seu departamento das políticas européias e internacionais, que regulamenta e recebe as diretivas pela UE em linha com quando estabelecido em âmbito da PAC (Política Agrícola Comum). Aplica-se também a regulamentação da UE, quando aplicável sem necessidade de recebimento pelos Órgãos Estatuais da Itália. São dependentes diretamente desse Ministério - e exercem um controle sobre a aplicação das normas - o *Corpo Forestale dello Stato, o Comando Carabinieri Politiche Agricole e Alimentari, e o Reparto Pesca Marittima del Corpo delle Capitanerie di Porto.* Para assegurar a aplicação da lei e fornecer um suporte à desenvolvimento dos negócios agropecuários também estão ligados ao Ministerio a *Agenzia per le Erogazioni in Agricoltura* - AGEA; o *Istituto Nazionale di Economia Agraria* – INEA; a *Unione Nazionale Incremento Razze Equine* - UNIRE; a Buonitalia; o *Consiglio per la Ricerca e la Sperimentazione in agricoltura* - CRA; o *Istituto di Servizi per Mercato Agricolo Alimentare* - ISMEA; o *Istituto Nazionale per gli Alimenti e la Nutrizione* - INRAN; e o *Istituto Sviluppo Agroalimentare* S.p.A. - ISA. As disposições editadas pelo Ministério atuam também em conjunto com as do Ministério da Saúde e do Meio Ambiente.

As operações da Companhia na Argentina estão sujeitas a uma extensa regulamentação. Os principais órgãos de regulação a que estão sujeitas as operações na Argentina são a ONCCA (Oficina Nacional de Controle Comercial Agropecuário) e o SENASA (Serviço Nacional de Sanidade e Qualidade Alimentar). A ONCCA é o órgão que regula a distribuição da Cota Hilton (parcela de exportação de carne bovina sem osso de alta qualidade e valor que a União Européia outorga anualmente a países produtores e exportadores de carnes) no país e possui poderes bastante amplos que vão desde o controle do comércio interno e externo, como questões sanitárias, confundindo-se portanto com a competência de outros órgãos federais e provinciais de inspeção sanitária. Esse órgão regula preços internos e freqüentemente proíbe ou restringe fortemente a exportação de carne e derivados com o intuito de regular a crescente inflação do país. O SENASA, como órgão de inspeção sanitária, atua fortemente no setor em que trabalha a Companhia, pois a carne é considerada como o principal produto de consumo interno do país. Tal regulação causa grande instabilidade na comercialização, oriundo especialmente da atividade da ONCCA, gerando prejuízos significativos na operação. No primeiro semestre de 2008 a Companhia sofreu forte impacto desse controle de preços, por meio da conhecida resolução 125 da ONCCA, que foi objeto de intensos debates no Congresso Nacional, e que por apertada maioria, foi rejeitada pelos Senadores do país apenas meses depois de sua publicação. Ainda, a observância de tal regulação poderá exigir que a Companhia incorra em dispêndios operacionais e de capital adicionais, que poderão ser significativos. Para assegurar a observância contínua das leis, normas e regulamentos ambientais existentes, a Companhia deve, periodicamente, substituir, reparar ou atualizar as instalações, equipamentos ou materiais existentes, o que poderá exigir que a Companhia incorra em capital adicional.

Pilgrim's Pride – Questões regulamentares e ambientais norte-americanas

O setor de frangos está sujeito à regulamentação do governo norte americano, especificamente nas áreas ambientais e de saúde, incluindo disposições relacionadas ao descarte de materiais no meio ambiente, pela USDA, FDA e EPA nos EUA e por agências governamentais similares no México. Várias unidades da Pilgrim's Pride operam abaixo da capacidade devido à conjuntura econômica. Além disso, algumas unidades foram paralisadas em razão do pedido de recuperação judicial. Para que a produção possa ser restabelecida a níveis verificados antes da recuperação judicial, poderão ser necessários certos dispêndios de capital e despesas operacionais significativos em algumas unidades para lograr a observância das exigências ambientais existentes ou novas, incluindo limitações mais rigorosas impostas ou previstas em licenças ambientais recém-renovadas ou que serão renovadas.

Algumas das propriedades da Pilgrim's Pride recebem impacto da contaminação de vazamentos ou outros derramamentos, e a Pilgrim's Pride incorreu em custos de remediação da contaminação. Além disso, a Pilgrim's Pride no passado adquiriu negócios com operações, como produção de pesticidas e fertilizantes, que

envolviam maior emprego de materiais perigosos e geração de resíduos mais perigosos do que os das atuais operações da empresa. Embora muitas dessas operações tenham sido vendidas ou fechadas, algumas leis ambientais impõem responsabilidadesà companhia por custos de investigação e remediação de locais contaminados. Além disso, os proprietários ou operadores atuais dos locais contaminados poderão pleitear o reembolso de custos de limpeza da Pilgrim's Pride com base em operações ou indenizações contratuais passadas.

A Companhia prevê uma maior regulamentação pela USDA no que diz respeito à segurança alimentar, pela FDA no que diz respeito ao uso de medicamentos na alimentação e pela EPA e outras agências estaduais no que diz respeito a certos descartes no meio-ambiente.

7.8. Descrição das relações de longo prazo relevantes da Companhia que não figurem em outra parte deste Formulário de Referência:

Contrato de Compra de Ações com Pilgrim's Pride

Em 16 de setembro de 2009, a JBS USA celebrou um contrato de compra de ações com a Pilgrim's Pride. Com a conclusão das transações previstas no contrato de compra de ações e, de acordo com o plano de reorganização alterado da Pilgrim's Pride, a JBS USA adquiriu 64% do total das novas ações ordinárias da Pilgrim's Pride emitidas e em circulação, conforme reestruturadas de acordo com o plano de reorganização alterado, pelo valor total de US$800,0 milhões (em dinheiro). Adicionalmente, de acordo com os termos do contrato de compra de ações, se a JBS USA realizar uma abertura de capital com uma oferta pública inicial de ações com listagem em qualquer bolsa de valores nos EUA, a JBS USA terá a opção de fazer com que cada ação ordinária da Pilgrim's Pride reestruturada seja trocada por novas ações ordinárias da JBS USA, conforme um índice de troca específico.

Contrato de Respaldo ao Plano

Em 16 de setembro de 2009, a JBS USA e o Sr. Lonnie A. "Bo" Pilgrim firmaram um contrato de respaldo ao plano. Nos termos deste contrato, o Sr. Pilgrim comprometeu-se, entre outras coisas, a: (i) apoiar o plano de reestruturação e o contrato de compra de ações; (ii) não apoiar qualquer ato, contrato ou proposta que resulte em violação de qualquer avença, declaração ou garantia ou qualquer outra obrigação ou acordo da Pilgrim's Pride nos termos do contrato de compra de ações que pudesse resultar no descumprimento de quaisquer das condições das obrigações da Pilgrim's Pride previstas no contrato de compra de ações; e (iii) apoiar qualquer outra matéria necessária à consumação das transações.

Nenhuma das disposições do referido contrato limita ou afeta quaisquer atos praticados pelo Sr. Pilgrim em sua capacidade como conselheiro ou diretor da Pilgrim's Pride ou da Pilgrim's Pride reestruturada ou de qualquer de suas subsidiárias.

Linha de crédito rotativo da JBS USA

Em 5 de novembro de 2008, a JBS USA firmou contrato de crédito de empréstimo rotativo garantido, ou a linha de crédito rotativo, que permite empréstimos de até US$400,0 milhões. Tal contrato de crédito expira em 5 de novembro de 2011. Em 22 de abril de 2009, tal contrato foi aditado, de modo que a linha de crédito disponibilizada foi aumentada para US$500,0 milhões.

Até US$75,0 milhões desta linha de crédito crédito estão disponíveis para a JBS USA. Os empréstimos que forem indexados às taxas variáveis terão juros à taxa anual igual à taxa PRIME acrescidas de 2,25%, com custo total de 5.5% em 31 de dezembro de 2009, ao passo que os empréstimos atrelados à taxa LIBOR renderão juros à taxa anual igual à taxa LIBOR aplicável mais 3,25%. Em 31 de dezembro de 2009, referida taxa era de 0,98458%. Quando da aprovação pelo credor, os montantes liberados atrelados à taxa LIBOR serão tomados pelo prazo de um a seis meses, a critério do agente nos termos do contrato.

Em 31 de dezembro de 2009, a JBS USA estava utilizando US$ 315 milhões da linhas de crédito rotativo. A disponibilidade dos recursos da linha de crédito dependem da concessão de garantias atreladas aos ativos de subsidiárias integrais da JBS USA, com exclusão da Five Rivers. Os ativos a serem concedidos em garantia podem ser recebíveis e estoques, entre outros. As garantias concedidas são de primeiro grau.

Restrições Contratuais (covenants). A linha de crédito rotativo contém declarações e restrições contratuais financeiros exigindo índice de cobertura de encargo fixo (*fixed charge coverage ratio*) de no mínimo 1,15 para 1,00. O índice de cobertura de encargo fixo é definido como sendo o índice do EBITDA para os encargos

fixos. Além disso,a linha de crédito rotativo também contém compromissos restritivos que limitam a capacidade e a capacidade das subsidiárias da JBS USA de, entre outras coisas:

- efetuar investimentos superiores a US$175,0 milhões por ano;
- incorrer em endividamento adicional;
- criar ônus sobre bens, receita ou ativos;
- efetuar certos empréstimos ou investimentos;
- vender ou alienar ativos;
- pagar certos dividendos e efetuar outros pagamentos;
- pagar antecipadamente, cancelar ou alterar certos endividamentos;
- dissolver, consolidar, incorporar ou adquirir o negócio ou ativos de outras entidades;
- participar de determinadas joint-ventures ou criar certas outras subsidiárias;
- atuar em novas linhas de negócio;
- celebrar certas transações com partes relacionadas; e
- celebrar transações de arrendamento com opção de recompra (*sale/leaseback*).

Eventos de inadimplemento. A linha de crédito rotativo também contém eventos de inadimplemento tais como descumprimento ou inobservância dos compromissos restritivos, inadimplementos e outros endividamentos, prolação de sentenças judiciais ou decisões desfavoráveis e certos acontecimentos relacionados a falência e insolvência ou questões referentes à ERISA. Caso ocorra um evento de inadimplemento, os credores poderão, entre outras coisas, rescindir seus compromissos e declarar todos os empréstimos vencidos antecipadamente acrescidos dos juros acumulados e multas, além de excutir a garantia.

Em 31 de dezembro de 2009, a JBS USA estava observando as restrições contratuais do contrato de crédito rotativo.

Notas 2011 – JBS S.A.

Em 6 de fevereiro de 2006 a Companhia emitiu as Notas 2011, com vencimento em fevereiro de 2011, no valor de US$275,0 milhões. As Notas 2011 são garantidas pela J&F, pela Flora Produtos de Higiene e Limpeza Ltda. (subsidiária da J&F) e pela JBS Agropecuária Ltda. A taxa de juros aplicável às Notas 2011 é de 9,375% calculada a partir de 6 de fevereiro de 2006, e pagos trimestralmente em 7 de fevereiro, 7 de maio, 7 de agosto e 7 de novembro de cada ano, a contar de 7 de maio de 2006. O valor do principal das Notas 2011 deverá ser integralmente pago em 7 de fevereiro de 2011.

Restrições Contratuais (covenants). A escritura de emissão das Notas 2011 restrições contratuais que limitam a capacidade da Companhia e a capacidade de algumas de suas subsidiárias de, entre outras coisas:

- incorrer em endividamento adicional, caso a relação dívida liquida/EBITDA seja superior a um determinado índice;
- criar ônus sobre bens, receita ou ativos;
- efetuar certos empréstimos ou investimentos;
- vender ou alienar ativos;
- pagar certos dividendos e efetuar outros pagamentos;
- pagar antecipadamente, cancelar ou alterar certos endividamentos;

- dissolver, consolidar, incorporar ou adquirir o negócio ou ativos de outras entidades;
- participar de determinadas joint-ventures ou criar certas outras subsidiárias;
- celebrar certas transações com partes relacionadas;
- celebrar transações de arrendamento com opção de recompra (*sale leaseback*); e
- alterar o controle sem efetuar uma oferta de compra das Notas 2011.

Como indicado acima, os termos e condições das Notas 2011 incluem restrições contratuais que proíbem a Companhia e suas subsidiárias, inclusive a JBS USA, de incorrer em qualquer dívida (observadas certas exceções) a menos que a relação dívida líquida /EBITDA pro forma da Companhia (termos esses definidos na escritura das Notas 2011) na data em que for incorrida a dívida seja menor do que 4,75/1.0.

Ainda conforme indicado acima, as Notas 2011 estabelecem restrições à Companhia e suas subsidiárias de realizar atos, tais como: (i) pagar dividendos ou realizar quaisquer outros pagamentos sobre valores mobiliários; (ii) pagar débitos ou outras obrigações; (iii) realizar empréstimos ou adiantamentos; ou (iv) transferir suas propriedades ou ativos. Não obstante, tais pagamentos poderão ser realizados em determinadas situações, tais como, (a) quando a existência de determinada obrigação for prévia à emissão das Notas 2011; (b) forem oriundas de lei; (c) quando a transferência de ativos ocorrer no curso natural dos negócios da Companhia e/ou suas subsidiárias, ou oriundas de cláusulas costumeiramente aceitas em contratos de *joint venture* firmados pelas subsidiárias; ou (d) for imposição de documentos padrões do BNDES ou da Corporação Financeira Internacional, do Banco de Desenvolvimento Inter-Americano ou outras agências governamentais ou internacionais.

Além disso, de acordo com as Notas 2011 a Companhia não poderá, direta ou indiretamente, declarar ou pagar quaisquer dividendos ou fazer quaisquer distribuições relacionadas a valores mobiliários de emissão da Companhia (com a exclusão de instrumento de dívida conversíveis ou permutáveis por tais valores), se (i) tiver ocorrido caso de inadimplemento das Notas 2011; (ii) a Companhia possa incorrer em pelo menos US$ 1,00 de dívida nos termos do teste de receita líquida/proporção EBITDA estabelecida na escritura das Notas 2011, mencionada no parágrafo acima; e (iii) o valor total a ser pago não exceda 50% do lucro líquido agregado apurado em determinado exercício social ou quando em determinado exercício social em que for apurado prejuízos, o valor do pagamento não exceda US$ 30,0 milhões.

Eventos de inadimplemento. A escritura das Notas 2011 preve os eventos de inadimplemento de praxe, incluindo descumprimento ou inobservância de termos, compromissos restritivos ou outras avenças contidos em referida escritura, inadimplemento de outro endividamento caso o efeito seja acarretar pagamento antecipado, falta de pagamento referente a outro endividamento dispensado ou prorrogado nos limites do período de carência aplicável, prolação de sentenças ou ordens judiciais desfavoráveis contra o emissor ou suas subsidiárias, e certos eventos relacionados a questões de falência e insolvência. Caso ocorra evento de inadimplemento, o agente fiduciário ou os detentores de pelo menos 25% do valor principal total das notas à época pendentes poderão declarar imediatamente devidos o principal e juros acumulados sobre as notas.

Oferta de Recompra. Em dezembro de 2009, a Companhia deu início a uma oferta de recompra das Notas 2011, no valor total de aproximadamente US$2,4 milhões. Referida oferta está sendo feita de acordo com as obrigações da Companhia sob a escritura que rege as Notas 2011, que exige que a Companhia faça uma oferta para comprar as Notas 2011 no caso de uma mudança de controle (como definido na escritura que regula as Notas 2011). Uma mudança de controle ocorreu em 31 de dezembro de 2009, no âmbito da operação de incorporação do Bertin pela Companhia. A oferta de recompra terminou em 26 de fevereiro de 2010 e a recompra foi efetuada em 4 de março de 2010, mediante o pagamento do valor total do principal de US$2,4 milhões, representativo das Notas 2011 que foram recompradas pela Companhia.

Notas 2014 – JBS USA, LLC e JBS USA Finance com garantia da JBS S.A.

As subsidiárias integrais, JBS USA, LLC e JBS USA Finance, Inc. emitiram as Notas 2014 no valor principal total de US$700,0 milhões em 27 de abril de 2009. As Notas 2014 são garantidas pela Companhia, pela JBS USA, JBS Hungary Holdings Kft. (uma subsidiária integral indireta da Companhia) e certas subsidiárias restritas (subsidiárias norte-americanas da JBS USA, LLC, com exceção da JBS USA Finance, Inc. e da JBS US Holding LLC). Os juros sobre as Notas 2014 são de 11,625%, ao ano, pagos semestralmente em 1º de maio e 1º de novembro de cada ano, com início em 1º de novembro de 2009. O valor principal das Notas 2014 será devido integralmente em 1º de maio de 2014.

Restrições Contratuais (covenants). A escritura de emissão das Notas 2014 contém restrições contratuais de praxe que limitam a capacidade da JBS USA e a capacidade de algumas de suas subsidiárias de, entre outras coisas:

- incorrer em endividamento adicional, caso a relação dívida liquida/EBITDA seja superior a um determinado índice;
- criar ônus;
- vender ou alienar ativos;
- pagar dividendos ou efetuar certos pagamentos a nossos acionistas;
- de forma geral, permitir restrições a dividendos ou outros pagamentos a acionistas por nossas subsidiárias restritas;
- celebrar transações com partes relacionadas;
- celebrar transações de arrendamento com opção de recompra (*sale leaseback*); e
- alterar o controle sem efetuar uma oferta de compra das Notas 2014.

Índice Dívida Líquida/EBITDA pro forma JBS USA, LLC. Além disso, as Notas 2014 incluem restrições contratuais que proíbem a subsidiária, JBS USA, LLC e suas subsidiárias garantidoras das Notas 2014, de incorrer em qualquer dívida ou emitir ações (observadas certas exceções) a menos que a relação dívida líquida/EBITDA pro forma da JBS USA, LLC na data de contratação da dívida e destinação do respectivo produto seja menor do que 3,0/1,0. Os co-emissores das Notas 2014 foram as subsidiárias integrais JBS USA, LLC e JBS USA Finance, Inc.

O cálculo do índice de dívida líquida/EBITDA é feito com base no índice de dívida líquida/EBITDA da JBS USA, LLC e suas subsidiárias restritas, conforme definidas nos termos da escritura de emissão, e não incluem a JBS USA.

Os termos e condições das Notas 2014 definem (i) o índice Dívida Líquida/EBITDA em qualquer data de determinação ("Data de Cálculo"), o índice da Dívida Líquida da JBS USA, LLC na Data de Cálculo/EBITDA consolidado da JBS USA, LLC e certas subsidiárias restritas no último período à época encerrado de quatro trimestres fiscais consecutivos, sujeitos a ajustes referentes a alienações de ativo e investimentos realizados no período; (ii) Dívida Líquida a qualquer tempo como valor total de dívida da JBS USA, LLC e certas subsidiárias restritas menos a soma de caixa, equivalentes a caixa e valores mobiliários registrados como ativo circulante (com exceção de qualquer capital social de qualquer pessoa); ficando estipulado que a Dívida Líquida incluirá o valor principal total das Notas 2016 da Companhia e qualquer outra dívida da Companhia porventura garantida pela JBS USA, LLC ou suas subsidiárias restritas; e (iii) o EBITDA consolidado da JBS USA, LLC e certas subsidiárias restritas em qualquer período como (1) Lucro (prejuízo) líquido consolidado no período em questão, sujeito a determinados ajustes, menos (2) a soma de: (a) créditos de imposto de renda; (b) receitas de juros; (c) ganho de itens extraordinários; (d) qualquer ganho líquido total (mas nem todo prejuízo líquido total) decorrente da venda, permuta ou outra alienação de capital ativo pela JBS USA, LLC e certas subsidiárias restritas (incluindo qualquer ativo fixo, quer tangível, quer intangível, todos os estoques vendidos com relação à alienação de ativos fixos e todos os valores mobiliários); e (e) qualquer outro ganho não-monetário adicionado para apuração do Lucro (prejuízo) líquido consolidado (que em cada caso, na medida em que incluído no cálculo do Lucro (prejuízo) líquido consolidado da JBS USA, LLC em conformidade com os GAAP, mas sem duplicação), acrescido de: (3) a soma de: (a) qualquer provisão para imposto de renda; (b) despesa de juros consolidada; (c) perda gerada por itens extraordinários; (d) depreciação e amortização; (e) qualquer prejuízo líquido total (mas nem todo ganho líquido total) decorrente da venda, permuta ou outra alienação de capital ativo pela JBS USA, LLC (incluindo qualquer ativo fixo, quer tangível, quer intangível); (f) desconto de dívida amortizado; (g) montante de qualquer dedução efetuada no Lucro (prejuízo) líquido consolidado resultante de qualquer concessão a qualquer membro da administração da JBS USA, LLC ou certas subsidiárias restritas de qualquer participação societária; e (h) quaisquer outras perdas não-monetárias que tenham sido subtraídas na apuração do Lucro (prejuízo) líquido consolidado (que não perdas não-monetárias relacionadas a baixas ou cancelamentos de contas a receber ou estoques) (em cada caso, na medida em que incluído no cálculo do Lucro (prejuízo) líquido consolidado da JBS USA, LLC em conformidade com os GAAP, mas sem duplicação, e conforme ajuste adicional de forma a excluir certos itens não-monetários e itens não-recorrentes).

Para o propósito dessa restrição contratual, o Lucro (prejuízo) líquido consolidado é ajustado para excluir, dentre outras coisas, (1) lucros das subsidiárias restritas, na medida em que o pagamento de dividendos ou distribuições similares pelas subsidiárias restritas não são permitidas por lei ou por qualquer contrato a qual as subsidiárias restritas sejam partes, (2) lucro de qualquer empresa na qual a JBS USA, LLC, tenha participação em conjunto, salvo os casos de dividendos e outras distribuições efetivamente pagas para a JBS USA, LLC ou uma de suas subsidiárias integrais consideradas como subsidiárias restritas, e (3) determinados itens que não sejam em espécie e não sejam recorrentes.

Eventos de inadimplemento. A escritura de emissão prevê, ademais, eventos de inadimplemento de praxe, incluindo descumprimento ou inobservância de termos, restrições contratuais ou outras avenças previstas na escritura de emissão, inadimplemento de outro endividamento caso o efeito seja acarretar pagamento antecipado, falta de pagamento referente a outro endividamento perdoado ou prorrogado nos limites do período de carência aplicável, prolação de sentenças judiciais ou decisões desfavoráveis contra o emissor ou suas subsidiárias, e certos acontecimentos relacionados a questões de falência e insolvência. Caso ocorra evento de inadimplemento, o agente fiduciário ou os detentores de pelo menos 25% do valor principal total das Notas 2014 à época poderá declarar imediatamente devidos o principal e juros acumulados sobre as Notas 2014.

Notas 2016 - JBS S.A.

Em 4 de agosto de 2006, a Companhia emitiu notas seniores com vencimento em 2016, com valor principal total de US$300,0 milhões. Os juros incidentes sobre as Notas 2016 são de 10,50% ao ano e são devidos semestralmente em 4 de fevereiro e 4 de agosto de cada ano, com início em 4 de fevereiro de 2007. O valor principal das Notas 2016 será integralmente devido em 4 de agosto de 2016. Conforme a primeira escritura suplementar, de 31 de janeiro de 2007, a JBS Finance Ltd. é co-emissora.

Garantias. A escritura de emissão que rege as Notas 2016 exige que qualquer subsidiária significativa (isto é, qualquer subsidiária que represente pelo menos 20% da totalidade dos ativos ou receita bruta anual da Companhia, de acordo com suas demonstrações financeiras mais recentes) garanta a totalidade das obrigações da Companhia previstas nas Notas 2016. As Notas 2016 são garantidas pela JBS Hungary Holdings Kft. (subsidiária integral indireta da Companhia), pela JBS USA Holdings, Inc., JBS USA, LLC, Flora Produtos de Higiene e Limpeza Ltda. (subsidiária da J&F) e Swift Beef Company. Outras subsidiárias da Companhia (incluindo subsidiárias da JBS USA) poderão ser requeridas a garantir as Notas 2016 no futuro.

Restrições Contratuais (covenants). A escritura de emissão das Notas 2016 contém restrições contratuais de praxe que limitam nossa capacidade e a capacidade de algumas das subsidiárias de, entre outras coisas:

- incorrer em endividamento adicional, caso a relação dívida liquida/EBITDA seja superior a um determinado índice;
- criar ônus;
- vender ou alienar ativos;
- pagar dividendos ou efetuar certos pagamentos a nossos acionistas;
- de forma geral, permitir restrições a dividendos ou outros pagamentos a acionistas por nossas subsidiárias restritas;
- celebrar transações com partes relacionadas;
- consolidar ou celebrar fusão ou alienar todos os ativos a outra sociedade;
- celebrar transações de arrendamento com opção de recompra (*sale leaseback*); e
- alterar o controle sem efetuar uma oferta de compra das Notas 2016.

Como indicado acima, os termos e condições das Notas 2016 incluem restrições contratuais que proíbem a Companhia e suas subsidiárias, inclusive a JBS USA, de incorrer em qualquer dívida (observadas certas exceções) a menos que a relação dívida líquida /EBITDA pro forma da Companhia (termos esses definidos na escritura das Notas 2016) na data em que for incorrida a dívida seja menor do que 4,75/1.0.

Ainda conforme indicado acima, as Notas 2016 estabelecem restrições à Companhia e suas subsidiárias de realizar tais atos, tais como: (i) pagar dividendos ou realizar quaisquer outros pagamentos sobre valores mobiliários; (ii) pagar débitos ou outras obrigações; (iii) realizar empréstimos ou adiantamentos; ou (iv) transferir suas propriedades ou ativos. Não obstante, tais pagamentos poderão ser realizados em determinadas situações, tais como, (a) quando a existência de determinada obrigação for prévia à emissão das Notas 2016; (b) forem oriundas de lei; (c) quando a transferência de ativos ocorrer no curso natural dos negócios da Companhia e/ou suas subsidiárias, ou oriundas de cláusulas costumeiramente aceitas em contratos de *joint venture* firmados pelas subsidiárias; ou (d) for imposição de documentos padrões do BNDES ou da Corporação Financeira Internacional, do Banco de Desenvolvimento Inter-Americano ou outras agências governamentais ou internacionais.

Além disso, de acordo com as Notas 2016, a Companhia somente poderá, direta ou indiretamente, declarar ou pagar quaisquer dividendos ou fazer quaisquer distribuições relacionadas a valores mobiliários de emissão da Companhia (com a exclusão de instrumento de dívida conversíveis ou permutáveis por tais valores), se (i) não tiver ocorrido evento de inadimplemento das Notas 2016; (ii) a Companhia possa incorrer em pelo menos US$ 1,00 de dívida nos termos do teste de receita líquida/proporção EBITDA estabelecida na escritura das Notas 2016; e (iii) o valor total a ser pago não exceda 50% do lucro líquido agregado apurado em determinado exercício social ou quando em determinado exercício social em que for apurado prejuízos, o valor do pagamento não exceda US$ 30,0 milhões.

Eventos de inadimplemento. A escritura das Notas 2016 prevê os eventos de inadimplemento de praxe, incluindo descumprimento ou inobservância de termos, restrições contratuais ou outras avenças previstos em referida escritura, inadimplemento de outro endividamento caso o efeito seja acarretar pagamento antecipado, falta de pagamento referente a outro endividamento perdoado ou prorrogado nos limites do período de carência aplicável, prolação de sentenças judiciais ou decisões desfavoráveis contra o emissor ou suas subsidiárias, e certos eventos relacionados a questões de falência e insolvência. Caso ocorra evento de inadimplemento, o agente fiduciário ou os detentores de pelo menos 25% do valor principal total das notas à época pendentes poderão declarar imediatamente devidos o principal e juros acumulados sobre as notas.

Notas 2016 do Bertin

O Bertin, sociedade da qual a Companhia é sucessora por incorporação, emitiu as Notas 2016 do Bertin, no valor principal total de US$350,0 milhões, em 09 de novembro de 2006 (ainda sob a denominação social de Bertin Ltda.). Os juros sobre as Notas 2016 do Bertin são de 10,25%, ao ano, pagos semestralmente em 5 de abril e 5 de outubro de cada ano, com início em 5 de abril de 2007. O valor principal das Notas 2016 do Bertin será devido integralmente em 5 de outubro de 2016.

Restrições Contratuais (covenants). A escritura de emissão das Notas 2016 do Bertin contém restrições contratuais de praxe que limitam a capacidade da Companhia e a capacidade de algumas das suas subsidiárias de, entre outras coisas:

- incorrer em endividamento adicional, caso a relação dívida liquida/EBITDA seja superior a um determinado índice, e caso tal operação não seja excepcionada pela escritura das Notas 2016 do Bertin;
- criar ônus;
- pagar dividendos ou efetuar certos pagamentos a acionistas;
- vender ou alienar ativos;
- celebrar certas transações com partes relacionadas;
- dissolver, consolidar, incorporar ou adquirir o negócio ou ativos de outras entidades;
- celebrar transações de arrendamento com opção de recompra (*sale leaseback*);
- alterar o controle sem efetuar uma oferta de compra das Notas 2016 do Bertin; e
- de forma geral, permitir restrições a dividendos ou outros pagamentos a acionistas por subsidiárias restritas.

Como indicado acima, os termos e condições das Notas 2016 do Bertin incluem restrições contratuais que proíbem a Companhia (na qualidade de sucessora legal do Bertin por incorporação) e suas subsidiárias de incorrer em qualquer dívida (observadas certas exceções) a menos que a relação dívida líquida /EBITDA pro forma da Companhia (termos esses definidos na escritura das Notas 2016 do Bertin) na data em que for incorrida a dívida seja menor do que 4,75/1,0.

Ainda conforme indicado acima, as Notas 2016 do Bertin estabelecem restrições ao Bertin e suas subsidiárias de realizar atos, tais como: (i) pagar dividendos ou realizar quaisquer outros pagamentos sobre valores mobiliários; (ii) pagar débitos ou outras obrigações; (iii) realizar empréstimos ou adiantamentos; ou (iv) transferir suas propriedades ou ativos. Não obstante, tais pagamentos poderão ser realizados em determinadas situações, tais como, (a) quando a existência de determinada obrigação for prévia à emissão das Notas 2016 do Bertin; (b) forem oriundas de lei; (c) quando a transferência de ativos ocorrer no curso natural dos negócios da Companhia e/ou suas subsidiárias, ou oriundas de cláusulas costumeiramente aceitas em contratos de *joint venture* firmados pelas subsidiárias; ou (d) for imposição de documentos padrões do BNDES ou da Corporação Financeira Internacional, do Banco de Desenvolvimento Inter-Americano ou outras agências governamentais ou internacionais.

Além disso, de acordo com as Notas 2016 do Bertin, a Companhia somente poderá, direta ou indiretamente, declarar ou pagar quaisquer dividendos ou fazer quaisquer distribuições relacionadas a valores mobiliários de emissão da Companhia (com a exclusão de instrumento de dívida conversíveis ou permutáveis por tais valores), se (i) não tiver ocorrido caso de inadimplemento das Notas 2016 do Bertin; (ii) a Companhia possa incorrer em pelo menos US$ 1,00 de dívida nos termos do teste de receita líquida/proporção EBITDA estabelecida na escritura das Notas 2016 do Bertin; e (iii) o valor total a ser pago não exceda 50% do lucro líquido agregado apurado em determinado exercício social ou quando em determinado exercício social em que for apurado prejuízos, o valor do pagamento não exceda US$ 30,0 milhões.

Eventos de inadimplemento. A escritura de emissão das Notas 2016 do Bertin prevê, ademais, eventos de inadimplemento de praxe, incluindo descumprimento ou inobservância de termos, restrições contratuaisou outras avenças contidos na escritura de emissão, inadimplemento de outro endividamento caso o efeito seja acarretar pagamento antecipado, falta de pagamento referente a outro endividamento perdoado ou prorrogado nos limites do período de carência aplicável, prolação de sentenças judiciais ou decisões desfavoráveis contra o emissor ou suas subsidiárias, e certos acontecimentos relacionados a questões de falência e insolvência. Caso ocorra evento de inadimplemento, o agente fiduciário ou os detentores de pelo menos 25% do valor principal total das Notas 2016 do Bertin à época poderá declarar imediatamente devidos o principal e juros acumulados sobre as Notas 2016 do Bertin.

Em 24 de novembro de 2009, o Bertin iniciou um processo de *consent solicitation* junto aos detentores das Notas 2016 do Bertin para, entre outras finalidades, (i) igualar a forma de certas cláusulas da escritura das Notas 2016 do Bertin, especialmente aquelas relativas à *covenants* e *events of default*, às disposições da Notas 2016 da Companhia; e (ii) excepcionar a mudança de controle do Bertin, em decorrência da incorporação do Bertin pela Companhia, das hipóteses de configuração de uma mudança de controle, no âmbito das Notas 2016 do Bertin. Referido processo terminou em 14 de dezembro de 2009 e contou com a adesão de detentores de mais de 85% do valor principal das Notas 2016.

Notas 2017 da Vigor

A S.A. Fábrica de Produtos Alimentícios Vigor ("Vigor"), subsidiária da Companhia após a incorporação do Bertin pela Companhia, emitiu as Notas 2017 da Vigor, no valor principal total de US$100,0 milhões, em 16 de fevereiro de 2007. As Notas 2017 da Vigor são garantidas pela Companhia Leco de Produtos Alimentícios, subsidiária da Vigor. Os juros sobre as Notas 2017 da Vigor são de 9,25% ao ano, pagos semestralmente em 23 de fevereiro e 23 de agosto de cada ano, com início em 23 de agosto de 2007. O valor principal das Notas 2017 da Vigor será devido integralmente em 23 de fevereiro de 2017.

Restrições Contratuais (covenants). A escritura de emissão das Notas 2017 da Vigor contém restrições contratuaisde praxe que limitam a sua capacidade e a capacidade de algumas das subsidiárias da Companhia de, entre outras coisas:

- incorrer em endividamento adicional, caso a relação dívida liquida/EBITDA seja superior a um determinado índice, e caso tal operação não seja excepcionada pela escritura das Notas 2017 da Vigor;

- criar ônus;

- pagar dividendos ou efetuar certos pagamentos a acionistas; e
- celebrar transações de arrendamento com opção de recompra (*sale leaseback*);
- alterar o controle sem efetuar uma oferta de compra das Notas 2017 da Vigor; e
- de forma geral, permitir restrições a dividendos ou outros pagamentos a acionistas por subsidiárias restritas.

Como indicado acima, os termos e condições das Notas 2017 da Vigor incluem restrições contratuaisque proíbem a Companhia (também na qualidade de sucessora legal do Bertin por incorporação) e suas subsidiárias de incorrer em qualquer dívida (observadas certas exceções) a menos que a relação dívida líquida /EBITDA pro forma da Companhia (termos esses definidos na escritura das Notas 2017 da Vigor) na data em que for incorrida a dívida seja menor do que 4,0.

Ainda conforme indicado acima, as Notas 2017 da Vigor estabelecem restrições à Vigor e suas subsidiárias de realizar atos, tais como: (i) pagar dividendos ou realizar quaisquer outros pagamentos sobre valores mobiliários; (ii) pagar débitos ou outras obrigações; (iii) realizar empréstimos ou adiantamentos; ou (iv) transferir suas propriedades ou ativos. Não obstante, tais pagamentos poderão ser realizados em determinadas situações, tais como, (a) quando a existência de determinada obrigação for prévia à emissão das Notas 2017; (b) forem oriundas de lei; (c) quando a transferência de ativos ocorrer no curso natural dos negócios da Companhia e/ou suas subsidiárias, ou oriundas de cláusulas costumeiramente aceitas em contratos de *joint venture* firmados pelas subsidiárias; ou (d) for imposição de documentos padrões do BNDES no âmbito da Financiadora de Estudos e Projetos – FINEP.

Além disso, de acordo com as Notas 2017 da Vigor, a Companhia somente poderá, direta ou indiretamente, declarar ou pagar quaisquer dividendos ou fazer quaisquer distribuições relacionadas a valores mobiliários de emissão da Companhia (com a exclusão de instrumento de dívida conversíveis ou permutáveis por tais valores), se (i) não tiver ocorrido caso de inadimplemento das Notas 2017 da Vigor; (ii) a Companhia possa incorrer em pelo menos US$ 1,00 de dívida nos termos do teste de receita líquida/proporção EBITDA estabelecida na escritura das Notas 2017 da Vigor; e (iii) o valor total a ser pago não exceda 50% do lucro líquido agregado apurado em determinado exercício social ou quando em determinado exercício social em que for apurado prejuízos, o valor do pagamento não exceda US$ 10,0 milhões.

Eventos de inadimplemento. A escritura de emissão prevê, ademais, eventos de inadimplemento de praxe, incluindo descumprimento ou inobservância de termos, compromissos restritivos ou outras avenças contidos na escritura de emissão, inadimplemento de outro endividamento caso o efeito seja acarretar pagamento antecipado, falta de pagamento referente a outro endividamento dispensado ou prorrogado nos limites do período de carência aplicável, prolação de sentenças ou ordens judiciais desfavoráveis contra o emissor ou suas subsidiárias, e certos acontecimentos relacionados a questões de falência e insolvência. Caso ocorra evento de inadimplemento, o agente fiduciário ou os detentores de pelo menos 25% do valor principal total das Notas 2017 da Vigor à época poderá declarar imediatamente devidos o principal e juros acumulados sobre as Notas 2017 da Vigor.

Linha de crédito rotativo garantido da J&F Oklahoma

A J&F Oklahoma possui uma linha de crédito rotativo garantido no montante de US$600 milhões com um banco comercial. Sua controladora, a J&F, firmou contrato com a J&F Oklahoma por meio do qual realizará contribuições para a J&F Oklahoma se a J&F Oklahoma não estiver observando seus compromissos financeiros previstos nessa linha de crédito. Caso a J&F Oklahoma incorra em inadimplência com suas obrigações previstas nessa linha de crédito e o inadimplemento não seja sanado pela J&F nos termos do contrato de filiação, a Five Rivers ficará obrigada a pagar US$250 milhões das obrigações nos termos da linha de crédito. Essa linha de crédito está disponível para empréstimos rotativos e cartas de crédito. Empréstimos tomados nos termos dessa linha de crédito incidem juros à taxa LIBOR anual acrescida de 2,25% ou taxa básica acrescida de 1,00%, sendo os juros devidos pelo menos trimestralmente. Taxas de compromisso de 0,45% ao ano incidem sobre compromissos novos. Essa linha de crédito tem vencimento em 7 de outubro de 2011. Essa linha de crédito e as respectivas garantias são respaldadas pelos ativos da J&F Oklahoma e da Five Rivers. A linha de crédito é utilizada para financiar a obtenção de gado pela J&F Oklahoma, que é então alimentado nos confinamentos da Five Rivers de acordo com contrato de fornecimento e alimentação de gado descrito acima. O gado é vendido à JBS USA, LLC de acordo com o contrato de compra e venda de gado descrito acima.

Linha de crédito rotativo para a J&F Oklahoma

A Five Rivers é parte de contrato com a J&F Oklahoma, de acordo com o qual a Five Rivers se comprometeu a conceder até US$200 milhões em empréstimos rotativos à J&F Oklahoma. Os empréstimos são usados pela J&F Oklahoma na aquisição de animais para serem alojados nos confinamentos de gado da Five Rivers para acabamento. Sobre os empréstimos incidem juros à taxa LIBOR anual acrescida de 2,25% ou taxa básica acrescida de 1,00%, sendo os juros devidos pelo menos trimestralmente. O vencimento da linha de crédito é em 24 de outubro de 2011. Em 27 de dezembro de 2009 o saldo era de US$ 160,5 milhões. Em 27 de dezembro de 2009 o saldo em aberto dessa linha de crédito era de US$160,5 milhões.

Empréstimos entre empresas do mesmo grupo devidos pela JBS USA Holdings, Inc. a uma subsidiária da JBS S.A.

Em 29 de março de 2009, a JBS USA devia um total de US$658,6 milhões por vários empréstimos entre empresas do mesmo grupo da Companhia, doravante designada JBS HU Liquidity Management LLC (Hungria), subsidiária integral indireta da Companhia. O produto desses empréstimos entre empresas do mesmo grupo foi destinado ao custeio das operações da JBS USA e à Aquisição da Tasman e à Aquisição da JBS Packerland. Em 27 de abril de 2009, os contratos de empréstimo entre empresas do mesmo grupo foram consolidados em um único contrato de empréstimo e as datas de vencimento do valor principal dos empréstimos entre empresas do mesmo grupo foram prorrogadas para 18 de abril de 2019, e a taxa de juros foi alterada para 12% ao ano. O produto líquido da oferta e venda das Notas 2014 (menos US$100 milhões) foi aplicado na amortização de juros acumulados e de parcela do principal sobre esses empréstimos entre empresas do mesmo grupo. Além disso, a JBS USA firmou um contrato de empréstimo a prazo entre empresas do mesmo grupo no valor principal total de US$6 milhões nos mesmos termos do contrato de empréstimo entre empresas do mesmo grupo consolidado. Em 27 de dezembro de 2009, o saldo desses empréstimos era de aproximadamente US$ 89,1 milhões.

Adiantamento de cliente com relação a contrato de fornecimento de matéria-prima

Em 27 de fevereiro de 2008, a Companhia firmou um contrato de fornecimento de matéria-prima, através do qual conferiu a um cliente o direito exclusivo de, durante o prazo do contrato, receber certo subproduto de produção de carne bovina de todas as unidades de carne bovina norte-americanas da Companhia. O adiantamento do cliente é garantido por contrato de emissão de nota promissória, que vence juros à taxa LIBOR de dois meses mais 200 pontos-base e prevê conversão em capital na JBS USA na hipótese de incorrermos em inadimplemento nos termos do contrato de emissão de nota promissória. O saldo não amortizado em 27 de dezembro de 2009 era de aproximadamente US$ 156,0 milhões.

Financiamento relacionado à Proposta de Aquisição da Pilgrim's Pride

Linha de Crédito de Saída

A Pilgrim's Pride reestruturada e determinadas subsidiárias também devem fazer parte da Linha de Crédito de Saída, uma vez que ela existe em um processo de falência para fornecer o financiamento para distribuições do Plano e capital de giro. Em 11 de agosto de 2009, o tribunal de falências assinou um despacho autorizando a Pilgrim's Pride a assinar determinados mandados, compromissos e cartas de taxas em relação à Linha de Crédito de Saída e pagar determinadas taxas relacionadas aos mesmos. Qualquer fusão ou consolidação da Pilgrim's Pride reestruturada conosco exigirá o pagamento antecipado e integral da Linha de Crédito de Saída, antecipação de pagamento essa que não pode ser renunciada sem o consentimento dos credores da Linha de Crédito de Saída ou sem um refinanciamento da Linha de Crédito de Saída. Em 20 de novembro de 2009, a Pilgrim's Pride e determinadas de suas subsidiárias apresentaram como suplemento para seu Plano um modelo de contrato de crédito detalhando os termos e as condições da Linha de Crédito de Saída que ela espera celebrar ao sair da falência. Os termos e condições mais importantes da Linha de Crédito de Saída estão detalhados a seguir.

A Linha de Crédito de Saída atualmente prevista fornecerá (i) uma linha de financiamento garantida principal no valor total máximo para o principal de US$1.750,0 milhões, para incluir uma linha de crédito rotativo de três anos, no valor máximo total do principal de US$600,0 milhões, (ii) uma linha de financiamento A de três anos com valor total do principal de até US$375,0 milhões e (iii) uma linha de financiamento B com prazo de cinco anos no valor total do principal de até US$775,0 milhões. Como previsto, uma parte dos compromissos rotativos nos termos da Linha de Crédito de Saída de pelo menos US$200,0 milhões estará disponível para a emissão de cartas de crédito de reserva (standby) e cartas de crédito comerciais. O compromisso de financiamento rotativo vence em 2012. Os empréstimos a prazo A vencem em 2012. Os empréstimos a prazo B vencem em 2014. Após a data de vigência da Linha de Crédito de Saída e sujeito a determinadas

condições, o valor do empréstimo a prazo A pode aumentar no máximo em US$100,0 milhões e o empréstimo a prazo B pode ter seu valor aumentado de US$25 milhões a U$400,0 milhões. O valor do principal total pendente nos termos da Linha de Crédito de Saída não podem aumentar para mais do que US$1.850,0 milhão.

Os empréstimos rotativos terão juros a uma taxa anual igual a uma das seguintes taxas a critério da Pilgrim's Pride:

- 3,50% mais o maior entre: (i) a taxa prime; (ii) a taxa média dos fundos federais mais 0,5% e (iii) a taxa LIBOR de um mês mais 1,0% ou
- 4,50% mais a taxa LIBOR de um, dois, três ou seis meses corrigida pela reserva legal aplicável.
- Os empréstimos a prazo A e B-1 terão juros a uma taxa anual igual a uma das seguintes taxas a critério da Pilgrim's Pride:
- 4.00% mais o maior entre: (i) a taxa prime; (ii) a taxa média dos fundos federais mais 0,5% e (iii) a taxa LIBOR de um mês mais 1,0% ou
- 5.00% mais a taxa LIBOR de um, dois, três ou seis meses corrigida pela reserva legal aplicável.

Os juros sobre os empréstimos a prazo A aumentarão em 1,00% caso tais empréstimos não sejam pagos no prazo de dois anos da data de vigência da Linha de Crédito de Saída e em mais 1,00% caso os empréstimos não sejam pagos no prazo de dois anos e meio de tal data. No pagamento total dos empréstimos a prazo A, a taxa de juros sobre os empréstimos restantes será reduzida 0,50%.

O empréstimo a prazo B-2 terá juros a uma taxa anual de 9,00%.

Disponibilidade. A disponibilidade nos termos da Linha de Crédito de Saída está sujeita a uma base de empréstimos de acordo com determinados ativos do tomador. A base de empréstimos consiste em uma porcentagem de determinadas contas a receber qualificáveis, inventário, depósitos em dinheiro e contas de corretagem de commodities menos determinadas reservas e contas a pagar.

Garantias. Os empréstimos nos termos da Linha de Crédito de Saída e as obrigações relacionadas a determinados produtos bancários especificados e contratos de *hedge* serão garantidos por determinadas subsidiárias da Pilgrim's Pride e por uma participação de garantia de primeiro grau em todos os ativos, seja eles reais ou pessoais, tangíveis ou intangíveis, sujeitas a determinadas exceções. No caso de determinadas subsidiárias estrangeiras, a Pilgrim's Pride garantirá 100% do capital social sem direito a voto e 65% do capital social com direito a voto.

Acordos. A Linha de Crédito de Saída conterá as declarações e garantias e acordos financeiros comuns, incluindo um acordo que exige um índice de cobertura de encargos fixos (*fixed charge coverage ratio*) mínimo de 1.2 a 1.0. O índice cobertura de encargos fixos é definido como o índice EBITDA (definido no contrato de crédito) da Pilgrim's Pride menos determinados investimentos não financiados e certos impostos pagos em dinheiro para encargos fixos de acordo com definição na Linha de Crédito de Saída.

A Linha de Crédito de Saída também exigirá um índice de alavancagem com base em quatro trimestres contínuos de no máximo 3,5 a 1,0 para o trimestre fiscal encerrado em 27 de dezembro de 2009, 3,25 a 1,0 para os trimestres fiscais encerrados em 28 de março de 2010 e 27 de junho de 2010 e 3,0 a 1,0 para cada trimestre fiscal subsequente. O índice de alavancagem é definido como o índice de dívida total em relação ao EBITDA. O EBITDA da Pilgrim's Pride não é calculado da mesma maneira que o EBITDA da JBS USA. A Pilgrim's Pride deve cumprir seu índice de alavancagem no fechamento da aquisição da Pilgrim's Pride.

A Linha de Crédito de Saída também exigirá um patrimônio líquido tangível consolidado não inferior à soma de 70% do patrimônio líquido tangível consolidado na data de vigência da Linha de Crédito de Saída e 50% de receita líquida cumulativa. O patrimônio líquido tangível consolidado é definido como o patrimônio dos acionistas da Pilgrim's Pride menos o ativo intangível (de acordo com a definição desses termos na Linha de Crédito de Saída).

Entre outras coisas, a Linha de Crédito de Saída também conterá acordos negativos que limitam a capacidade da Pilgrim's Pride e de suas subsidiárias de:

- incorrer em dívida adicional;
- criar gravames sobre propriedades ou ativos;
- dissolver, consolidar, incorporar, transferir substancialmente todos os ativos, liquidar ou alterar o tipo de entidade ou a jurisdição da organização;
- fazer determinados investimentos, empréstimos, adiantamentos, garantias e aquisições;
- vender, transferir, arrendar ou alienar ativos;
- celebrar transações de venda/retroarrendamento (leaseback);
- celebrar contratos de swap;
- efetuar determinados pagamentos da dívida e taxas de gerenciamento e outros pagamentos restritos (incluindo dividendos);
- celebrar transações com afiliadas;
- celebrar contratos restritivos;
- pagar antecipadamente, cancelar ou alterar determinadas dívidas;
- alterar o exercício fiscal e
- efetuar gastos de capital em valor maior do que US$225,0 milhões durante o exercício fiscal de 2010, US$275,0 milhões durante o exercício fiscal de 2011 da Pilgrim's Pride e US$350,0 milhões durante o exercício fiscal da Pilgrim's Pride de 2012 e posteriormente.

Eventos de inadimplemento. A Linha de Crédito de Saída também conterá eventos comuns de inadimplemento, incluindo falta de um pagamento previsto na Linha de Crédito de Saída, falta de pagamentos de outras dívidas, qualquer evento ou condição que permita a antecipação de dívida relevante e determinados eventos relacionados à falência e insolvência.

Caso um evento de inadimplemento ocorra, os credores dentro da Linha de Crédito de Saída podem entre outras coisas rescindir seus compromissos, declarar que todos os empréstimos sejam imediatamente devidos e exigíveis juntamente com os juros acumulados e taxas, e exercer outros direitos e recursos nos termos dos documentos de empréstimo.

Além dos contratos acima mencionadas, a Companhia celebrou outos financiamentos descritas da seguinte forma:

NCE - Notas de Crédito de Exportação

As NCEs são linhas de crédito destinadas a empresas exportadoras, com benefícios fiscais. É necessária a comprovação das exportações efetuadas. Há operações em reais e em dólares norte-americanos. Em 31 de dezembro de 2009, as notas de crédito que haviam sido celebradas eram:

NCEs com o Banco do Brasil S.A. (a) em 22 de fevereiro de 2008, no montante de principal total de R$ 192,4 milhões. De acordo com os termos desta nota de crédito, a amortização do montante de principal será realizada em 3 parcelas, no montante de R$ 64,1 milhões cada, em 26 de fevereiro de 2011, 26 de fevereiro de 2012 e 26 de janeiro de 2013. Sobre o montante principal incidem juros calculados à taxa média do CDI, acrescidos de sobretaxa efetiva de 1,20% ao ano. Os juros serão calculados por dia útil e pagos semestralmente, bem como no vencimento e liquidação da dívida. Os valores captados por meio desta nota de crédito foram utilizados para capital de giro; (b) em 22 de fevereiro de 2008, no montante de principal total de R$ 337,5 milhões. De acordo com os termos desta nota de crédito, a amortização do montante de principal será realizada em 3 parcelas, no montante de R$ 112,5 milhões cada, em 26 de fevereiro de 2011, 26 de fevereiro de 2012 e 26 de janeiro de 2013. Sobre o montante principal incidem juros calculados à taxa média do CDI, acrescidos de sobretaxa efetiva de 1,20% ao ano. Os juros serão calculados por dia útil e pagos semestralmente, bem como no vencimento e liquidação da dívida. Os valores captados por meio desta nota de crédito forma utilizados para capital de giro.

NCEs com o Banco Bradesco S.A.: (a) em 20 de fevereiro de 2008, no montante de principal total de R$ 433,8 milhões. De acordo com os termos desta nota de crédito, a amortização do montante de principal será realizada em duas parcelas no valor de R$ 144, 6 milhões, com vencimentos em 17 de fevereiro de 2009 e 11 de fevereiro de 2010 e uma parcela, no montante de R$ 144, 6 milhões com vencimento em 4 de fevereiro de 2011. Sobre o montante principal incidem juros calculados à taxa de 100% da taxa média diária do CDI, capitalizada em base anual, acrescida exponencialmente de *spread* de 2,75% ao ano. As parcelas de juros possuem as seguintes datas de vencimento: 23 de maio de 2008; 20 de agosto de 2008; 18 de novembro de 2008; 17 de fevereiro de 2009; 19 de maio de 2009; 17 de agosto de 2009; 13 de novembro de 2009; 11 de fevereiro de 2010; 12 de maio de 2010; 10 de agosto de 2010; 9 de novembro de 2010 e 4 de fevereiro de 2011. Os recursos captados por meio desta nota de crédito foram utilizados exclusivamente para compra de cabeças de gado, para exportação de carne bovina; e (b) em 14 de agosto de 2008, no montante de principal total de R$ 250,0 milhões (originalmente celebrada pelo Bertin, a obrigação foi assumida pela Companhia em decorrência da incorporação de Bertin pela Companhia, em 31 de dezembro de 2009). De acordo com os termos desta nota de crédito, a amortização do montante principal será realizada em 1 parcela, com vencimento em 26 de julho de 2011. Sobre o montante principal incidem juros calculados à taxa de 118% do CDI, capitalizada em base anual. O pagamento dos juros deve ocorrer com a liquidação do principal, ou seja, em 26 de julho de 2011. Os recursos captados por meio desta nota de crédito foram utilizados exclusivamente para aquisição de bovinos para exportação de carne bovina *in natura*, industrializadas e seus derivados e na aquisição de couro bovino, exportação de couro semi-acabado, acabado e *wet blue*, além de produtos de higiene e beleza e produtos pet a serem exportados.

Em 31 de dezembro de 2009, o saldo total devedor das NCEs é de R$ 2.745,3 milhões.

Pré-Pagamentos

As operações captadas na modalidade pré-pagamento são utilizadas para financiamento das exportações. Essas operações são captadas em dólares norte-americanos. Em 31 de dezembro de 2009, a Companhia havia celebrado as seguintes linhas de crédito de pré-pagamento:

Pré-pagamento com Banco Santander (Brasil) S.A.. Em 28 de dezembro de 2009, no montante total de US$ 200,0 milhões. De acordo com os termos e condições deste pré-pagamento, as amortizações serão realizas em 9 parcelas, com os seguintes vencimentos: 28 de dezembro de 2010; 23 de junho de 2011; 20 de dezembro de 2011; 18 de junho de 2012; 14 de dezembro de 2012; 12 de junho de 2013; 9 de dezembro de 2013; 9 de junho de 2014; e 4 de dezembro de 2014. Sobre o montante total incidem juros calculados pela variação da taxa LIBOR + 3,50% ao ano a partir da data de desembolso do valor principal do empréstimo. Tais juros serão pagos semestralmente pela Companhia.

Pré-pagamento com ABN Amro Bank S.A.. Em 24 de janeiro de 2008, no montante de principal de até US$ 105,0 milhões (originalmente celebrado pelo Bertin, a obrigação foi assumida pela Companhia em decorrência da incorporação de Bertin pela Companhia, em 31 de dezembro de 2009). De acordo com os termos e condições deste pré-pagamento, as amortizações do montante de principal ocorrerão em 7 parcelas, com os seguintes vencimentos: 18 de janeiro de 2010; 19 de julho de 2010; 13 de janeiro de 2011; 12 de julho de 2011; 9 de janeiro de 2012; 6 de julho de 2012; 31 de dezembro de 2012. Sobre o montante principal incidirão juros calculados pela variação da taxa LIBOR + 1,70% ao ano, que deverão ser pagos em 10 parcelas, com os seguintes vencimentos: 28 de julho de 2008; 26 de janeiro de 2009; 23 de julho de 2009; 18 de janeiro de 2010; 19 de julho de 2010; 13 de janeiro de 2011; 12 de julho de 2011; 9 de janeiro de 2012; 6 de julho de 2012; 31 de dezembro de 2012. As empresas Herber Participações Ltda. e Bertin são garantidoras da operação.

Pré-pagamento com o Credit Suisse (Brasil) S.A. Em 8 de maio de 2008, no montante de principal de US$ 100,0 milhões. De acordo com os termos e condições deste pré-pagamento, as amortizações do montante de principal ocorrerão em 9 parcelas, conforme a seguir: (i) 8 parcelas no montante de USD 11.111.111,11, com vencimento nos dias 14 dos meses de maio, agosto, novembro de 2011; fevereiro, maio, agosto, novembro de 2012 e fevereiro de 2013; e (ii) uma parcela no montante de USD 11.111.111,12, com vencimento em 14 de maio de 2013. Sobre o montante principal incidirão juros calculados à taxa de 6% ao ano, que deverão ser pagos pela Companhia em parcelas com vencimentos nos mesmos dias de vencimento das parcelas de principal. A empresa J&F Participações S.A. é garantidora da operação.

Pré-pagamentos com Banco Rabobank International Brasil S.A.: (a) em 29 de novembro de 2006, no montante de principal de US$ 40,0 milhões. De acordo com os termos e condições deste pré-pagamento, as amortizações do montante principal ocorrerão em 9 parcelas, no montante de US$ 4,4 milhões, com os vencimentos a seguir: (i) a primeira parcela com vencimento 24 meses após o crédito nos recursos na conta-corrente da Companhia e; (ii) as demais, na data de vencimento das parcelas de juros, sendo que o

vencimento final será após 72 meses da data de crédito dos recursos na conta-corrente da Companhia. Sobre o montante principal incidirão juros calculados pela variação da taxa LIBOR + 2,50% ao ano, que deverão ser pagas semestralmente, sendo a primeira parcela vencimento em 6 meses após o crédito dos recursos na conta-corrente da Companhia. A empresa Heber Participações S.A. é garantidora da operação; (b) em 4 de março de 2008, no montante de principal total de US$ 50,0 milhões. De acordo com os termos e condições deste pré-pagamento, as amortizações do montante principal ocorrerão em 9 parcelas, no montante de US$ 5,6 milhões, com os vencimentos a seguir: (i) a primeira parcela com vencimento 36 meses após o crédito nos recursos na conta-corrente da Companhia e; (ii) as demais, na data de vencimento das parcelas de juros, sendo que o vencimento da última parcela será em 4 de fevereiro de 2015. Sobre o montante principal incidirão juros calculados pela variação da taxa LIBOR + 1,8% ao ano, que deverão ser pagos semestralmente, sendo a primeira parcela com vencimento em 6 meses após o crédito dos recursos na conta-corrente da Companhia. As empresas Heber Participações S.A. e Bracol Holding Ltda. são garantidoras da operação; (c) em 12 de agosto de 2008, no montante de principal total de US$ 75,0 milhões. De acordo com os termos e condições deste pré-pagamento, as amortizações do montante principal ocorrerão em 9 parcelas, no montante de US$ 8,3 milhões, com os vencimentos a seguir: (i) a primeira parcela com vencimento 30 meses após o crédito nos recursos na conta-corrente da Companhia e; (ii) as demais, na data de vencimento das parcelas de juros, sendo que o vencimento da última parcela será em 4 de fevereiro de 2015. Sobre o montante principal incidirão juros calculados pela variação da taxa LIBOR + 3,00% ao ano, que deverão ser pagas semestralmente, sendo a primeira parcela vencimento em 6 meses após o crédito dos recursos na conta-corrente da Companhia. As empresas Heber Participações S.A. e Bracol Holding Ltda. são garantidoras da operação. Todos esses contratos de pré-pagamento foram originalmente celebrados pelo Bertin, sendo certo que a obrigação foi assumida pela Companhia em decorrência da incorporação de Bertin pela Companhia, em 31 de dezembro de 2009)

O saldo total das operações de pré-pagamento em 31 de dezembro de 2009 é de R$1.521,2 milhões.

CCB - Cédulas de Crédito Bancário

A Companhia assumiu a CCB celebrada pelo Bertin em razão da sua incorporação em 31 de dezembro de 2009. A cédula de crédito bancário com o BNDES foi firmada em 10 de novembro de 2009, no montante de principal total de R$ 200,0 milhões. De acordo com os termos e condições desta cédula de crédito, as amortizações do montante de principal ocorrerão em 24 parcelas mensais e sucessivas, vencendo-se a primeira em 15 de dezembro de 2010 e a última em 15 de novembro de 2012. Sobre o montante de principal incidem juros calculados à taxa de 4,44% acima da TJLP, acrescida de 1% ao ano. Em garantia ao valor captado, foram instituídas hipotecas em novo grau sobre imóveis de propriedade de Bracol Holding Ltda., localizadas na cidade de Lins, Estado de São Paulo. A empresa Heber Participações é avalista da operação. Os recursos captados por meio desta cédula de crédito foram utilizados para financiamento de capital de giro, no âmbito do Programa Especial de Créditos do BNDES. O saldo devedor desta cédula de crédito em 31 de dezembro de 2009 é de R$ 202,1 milhões.

Restrições de dividendos

As obrigações e compromissos previstos em determinados contratos de dívida da Companhia e de suas subsidiárias incluem a restrição da capacidade da Companhia (ou de suas subsidiárias, conforme aplicável) de pagar dividendos, conforme o disposto nesta seção 7.8 do Formulário de Referência.

7.9. Outras informações que a Companhia julga relevantes

A Companhia acredita ser a maior empresa em processamento de proteína animal do mundo, atuando nas áreas de alimentos, couro, lácteos, produtos para animais domésticos, colágeno e biodiesel. A Companhia está presente em seis continentes, com plataformas de produção e escritórios no Brasil, Argentina, Itália, Austrália, EUA, Uruguai, Paraguai, México, China e Rússia entre outros países.

Pontos Fortes e Vantagens Competitivas da Companhia

Os pontos fortes e vantagens competitivas da Companhia incluem:

Liderança de mercado, escala e reconhecimento de marca. A Companhia acredita ser a maior companhia de proteína do mundo e o maior produtor e exportador mundial de carne bovina com acesso a 100 países do globo. Adicionalmente, a Companhia acredita ser o segundo maior produtor de frango do mundo, o terceiro maior produtor de carne suína dos EUA e líder mundial no processamento de couro. A Companhia acredita que sua posição de liderança no mundo lhe permitirá aproveitar oportunidades de mercado, possibilitando expandir os seus negócios e aumentar sua participação nos mercados doméstico e internacional. A escala

produtiva da Companhia lhe permite otimizar sua produção e diluir seus custos fixos, o que a Companhia acredita proporcionar uma rentabilidade maior em relação aos seus competidores locais e globais. As marcas da Companhia incluem, no Brasil: "Friboi", "Swift", "Bertin", "Maturatta", "Organic Beef", "Anglo", "Mouran", "Apeti", "Grill", "Vigor", "Leco", "Danúbio", "Faixa Azul", "Serrabella", "Bracol" e "Super Flor", nos EUA: "Swift", "Swift Premium", "1855", "Pilgrim's Pride" e "Gold Kist", na Australia: "AMH", "Aberdeen", "Pure Prime", "Royal", "Tasman Meats", "King Island Beef", "Longford", "Seatle Meat", na Argentina: "Swift", "Cabaña Las Lilas", "Plate" e "La Blanca", e na Itália: "Montana", "Inalca" e "Ibise". A Companhia acredita que suas marcas são amplamente reconhecidas como símbolos de qualidade nos mercados em que são comercializadas, o que lhe permite manter e ampliar sua liderança.

Modelo de negócio diversificado com alcance global. O negócio da Companhia é bastante diversificado, pois a Companhia produz e distribui uma ampla gama de produtos protéicos para diversas localidades por meio de inúmeros canais de distribuição.

- *Oferta diversificada de proteínas*. A Companhia vende produtos de carne bovina, suína, de frango, de cordeiro e carneiro. Além disso, a Companhia produz produtos lácteos e derivados. A diversificação de vendas de produtos protéicos da Companhia proporciona a oportunidade de realizar venda cruzada (*cross selling)* para seus clientes, além de mitigar os principais riscos típicos do setor, tais como ciclos, doenças específicas a certas espécies e às mudanças das preferências do consumidor. Em conseqüência, a Companhia acredita que seu amplo portfólio de produtos protéicos é uma proteção adicional contra riscos de sua indústria.

- *Distribuição geográfica da produção.* As plataformas de processamento da Companhia situadas nos principais países produtores de carne bovina do mundo lhe proporcionam diversificação geográfica e flexibilidade operacional suficientes para atender a demanda de seus clientes, independentemente das condições de mercado e das restrições sanitárias. Este fato permite à Companhia mitigar riscos de restrições de exportação de carne *in natura* causados por eventuais problemas fitossanitários (tais como BSE e febre aftosa). Como exemplo, em 2005, com o surto de febre aftosa no Brasil e a conseqüente restrição de vários países à carne brasileira, a Companhia utilizou sua plataforma de produção na Argentina para suprir a demanda por carne até a suspensão das restrições. Atualmente, a Companhia está utilizando suas plataformas de produção no Uruguai, Paraguai e Austrália para suprir a demanda européia por conta das restrições européias impostas tendo em vista problemas de rastreamento no Brasil.

- *Diversificação da rede de vendas e de distribuição.* A Companhia é beneficiada por sua rede diversificada de vendas e distribuição, que inclui varejistas nacionais e regionais (inclusive cadeias de supermercados, mercearias e distribuidores), processadores (incluindo os fabricantes de toucinho, linguiças e frios), mercados internacionais e o setor de *food service* (inclusive distribuidores de *food service*, que servem cadeias de restaurantes, hotéis e outros clientes institucionais). A Companhia vende seus produtos para mais de 200.000 clientes no mundo todo, sendo que nenhum cliente individualmente foi responsável por mais de 2,0% de sua receita líquida de vendas em 2009. Esse grau de diversificação reduz a dependência da Companhia a qualquer mercado ou cliente e lhe proporciona várias formas de crescimento potencial.

- *Diversificação das exportações.* A Companhia é o maior exportador de carne bovina do mundo e vende seus produtos em mais de 100 países localizados nos seis continentes. Ao todo, as exportações da Companhia corresponderam a aproximadamente 23,0% de suas vendas de 2009. A diversificação geográfica da Companhia lhe permite reduzir a exposição à qualquer mercado individualmente e, da mesma forma, ter acesso a todos os mercados exportadores. Além disso, o acesso a mercados internacionais potencializa a geração de retorno, pois diversos dos produtos de exportação da Companhia, tais como cortes dianteiros, língua, coração, rim e outros miúdos, geram maior demanda e precificação em mercados externos, em particular na Ásia e Oriente Médio.

Histórico de sucesso em aquisições. A Companhia tem um sólido histórico de sucesso em aquisições e integração de empresas adquiridas. Nos últimos 15 anos, a Companhia realizou mais de 30 aquisições. Além disso, a Companhia tem histórico de sucesso em recuperação de empresas deficitárias, comprovado com a aquisição e recuperação da Swift nos EUA. Após a oferta pública inicial de ações da Companhia no Brasil em março de 2007, a Companhia adquiriu a Swift, Inalca, Smithfield, Five Rivers, Tasman, Pilgrim's Pride e a Bertin, dentre outras, o que aumentou sua receita líquida de R$ 4.301,7 milhões em 2006 para R$ 55.223,6 milhões em 2009 e seu EBITDA de R$ 547,8 milhões para R$ 3.058 milhões no mesmo período. Esse histórico de sucesso transformou a Companhia na maior empresa de proteínas do mundo e a Companhia acredita que em razão de sua liderança, escala, solidez financeira e experiência na execução de aquisições e

integração de empresas adquiridas, estará bem posicionada para atuar como um dos principais agentes na consolidação da indústria de alimentos no mundo.

Administração experiente e especializada no setor. A equipe de administradores da Companhia, focada em crescimento, possui profundo conhecimento do setor de produção de carne bovina, suínas e de frango, alguns deles possuindo mais de 20 anos de experiência na administração da Companhia ou atuando no setor. A Administração é um dos principais fatores responsáveis pelo crescimento das vendas, otimização de operações, integração de recentes aquisições, transformando a Companhia em um dos principais *players* da indústria de alimentos no mundo.

Estratégia da Companhia

O objetivo da Companhia é continuar a crescer, alcançando uma posição de liderança na indústria de alimentos, aproveitar as oportunidades de consolidação do setor no mundo, a abertura e o crescimento dos mercados internacionais, e ao mesmo tempo alcançar taxas de retorno atrativas para seus acionistas. A seguir, a Companhia apresenta os principais elementos da sua estratégia:

Continuar explorando oportunidades de crescimento através de investimentos e aquisições. A Companhia pretende continuar a buscar oportunidades de aquisição e de parcerias estratégicas no mundo que ofereçam novos mercados, novos produtos, ganhos de escala e capturas de sinergias operacionais, aproveitando sua experiência na execução de aquisições e integração de empresas adquiridas nos últimos 15 anos. A Companhia pretende continuar crescendo de maneira sustentável no mercado internacional de alimentos, buscando oportunidades de aquisição e de parcerias estratégicas, mantendo seu alto padrão de segurança alimentar, com o fim de assegurar a qualidade de seus produtos. Além disso, a Companhia continuará investindo em novos mercados e desenvolvendo e consolidando os mercados em que já atua. Ao mesmo tempo, a Companhia continuará a investir na ampliação e consolidação da nossa liderança nos mercados domésticos e internacionais nos quais atua. A Companhia acredita que será capaz de ingressar em novos mercados de exportação à medida que as barreiras comerciais existentes sejam reduzidas ou eliminadas e suas vantagens competitivas e experiência em exportações deverão proporcionar à Companhia uma vantagem competitiva no início das atividades nesses mercados.

Continuar a reduzir custos e a aumentar eficiências operacionais. A Companhia pretende continuar a ser uma das empresas com estrutura de custo mais eficiente do mundo, buscando sempre melhorar seus processos produtivos e logísticos, investindo em tecnologia da informação e qualificação profissional, além de aproveitar os ganhos de escala e as sinergias capturadas nas aquisições. A Companhia acredita poder aumentar sua rentabilidade por meio do desenvolvimento e introdução de processos inovadores e melhorias de produto em toda a cadeia de produção otimizando a utilização da carcaça do boi pela produção de carne *in natura* e industrializada, bem como processamento de couros e produção de lácteos. A Companhia continuará a desenvolvimento de processos inovadores e melhorias em toda a cadeia produtiva. A Companhia, desde sua fundação, foca seus esforços na redução de custos e, ao mesmo tempo, no aumento de sua produção e rentabilidade.

Expandir substancialmente nossa rede de distribuição direta. A Companhia construiu a maior empresa produtora de proteínas do mundo com plataformas globais de produção nos principais países produtores e consumidores de proteínas do mundo. A Companhia pretende executar uma estratégia de distribuição direta global que permita melhorar sua capacidade de prestação de serviços aos seus clientes e que lhe dê a oportunidade de prestar serviços diretamente a novos clientes, sobretudo para redes de *food service* e varejo. A estratégia de vendas da Companhia historicamente se baseia na utilização de distribuidores intermediários que compram seus produtos e revendem ao consumidor final a preços mais elevados. A Companhia pretende mudar uma parte significativa de seus esforços de venda para a venda direta ao consumidor final, de forma a reter a margem de lucro existente na cadeia de valor. A Companhia acredita que a execução de sua estratégia de distribuição direta exigirá a ampliação substancial da sua rede de distribuição e equipe de vendas dentro e fora do país, sendo que seus planos de implementação de tal estratégia incluem aquisição de empresas de distribuição e armazenamento. A estratégia de distribuição direta da Companhia também consiste em vendas diretas e envio de produto para o consumidor final por meio do seu pessoal de vendas e sua frota própria ou arrendada de veículos.

Aumentar a oferta de produtos de marca e com maior valor agregado. Como extensão da estratégia de expansão da rede de distribuição direta da Companhia, esta pretende intensificar a oferta de produtos processados, industrializados e com marcas, que tendem a apresentar margens de lucro mais elevadas e menor oscilação de preços. Historicamente, a Companhia obtém melhores resultados quando oferece aos seus clientes produtos com maior valor agregado. Os exemplos de ofertas de produtos com valor agregado da Companhia incluem produtos com marcas, além dos processados e industrializados, tais como os produtos

fatiados, em cubos, amaciados, cozidos, enlatados, ao molho e prontos para o consumo. Na medida em que tais produtos ajudam a reduzir os custos de mão-de-obra dos clientes da Companhia, estimula-se a demanda por parte do consumidor. A Companhia pretende expandir suas ofertas de produtos processados, industrializados e principalmente expandir a produção de produtos com marcas por meio de investimentos em novas plantas e/ou ampliação das instalações de produção existentes e aquisições, além de investir em marketing para criação de marcas fortes e o fortalecimento das suas marcas já existentes. A Companhia acredita que o aumento das vendas de produtos com valor agregado impulsionará o aumento de sua margem.

Continuidade da integração bem sucedida de aquisições recentes. A Companhia tem histórico comprovado de sucesso na aquisição, integração e melhoria do desempenho operacional de suas aquisições. A Companhia já integrou ou recuperou a Swift (hoje JBS USA Holdings, Inc) e mais recentemente, concluiu com sucesso a integração da JBS Packerland aos seus sistemas de tecnologia da informação operacionais e financeiros. A Companhia identifica oportunidades de economia de custo adicional propiciada pela integração e desenvolve planos para se valer dessas oportunidades. A Companhia pretende aplicar sua recente experiência de integração bem sucedida à integração da Pilgrim's Pride e do Bertin, bem como outras empresas que a Companhia vier a adquirir, para a captura de sinergias que incluem o aperfeiçoamento de funções administrativas e redes de vendas, a consolidação das redes de distribuição, a otimização dos custos de frete e armazenamento, bem como a consolidação de sistemas de gerenciamento de riscos e tesouraria.

Segmentos de Atuação

As operações da Companhia estão estruturadas seguindo os segmentos: (i) Divisão Mercosul (carne bovina, lácteos, couros, além de produtos PET, biodisel, colágeno, higiene e limpeza, entre outros); (ii) Dívisão Carne Bovina USA/AUS; (iii) Divisão Divisão Carne Suína USA; (iv) Divisão Carne de Frango USA; e (v) Divisão Europa.

Além de carne *in natura*, a Companhia fabrica grande variedade de produtos industrializados que usam a carne bovina, suína, ovina e de aves como matéria-prima: são carnes enlatadas, *beef jerky*, supergelados, pratos prontos, entre outros, incluindo também produtos de maior valor agregado, em mais de 100 países localizados em seis continentes. A oferta de produtos com valor agregado consiste em produtos cortados, moídos e embalados de forma customizada para atender as necessidades dos clientes da Companhia e incluem também carnes cozidas congeladas, enlatadas, pratos prontos, temperados e marinados.

A Companhia também investe na qualificação de seus pecuaristas e estabelece um conjunto de critérios para credenciamento de fazendas. A Companhia é auditada pelo Ministério da Agricultura do Brasil e freqüentemente recebe missões de diversos países.

Todas as plantas da Companhia localizadas no Brasil de processamento de carne são credenciadas pelo Serviço de Inspeção Federal (SIF). As destinações de matéria-prima, das diferentes origens para os diferentes mercados, são regidas por normatização do SIF. No caso de matéria-prima para exportação, é emitido um Certificado Sanitário Internacional (CSI) e, para as transferências de mercado interno, uma Guia de Trânsito (GT), sem especificação de habilitação. Os mercados da União Europeia e EUA têm regulamentação própria dentro do SIF, onde os controles são mais estritos ainda. A Companhia segue estes normativas em todas as suas unidades através de um sistema próprio de rastreabilidade de matéria-prima. Este sistema também está disponível para os clientes no Portal da Companhia, para que, por meio de seu número de cadastro e da nota fiscal de compra, possam checar a fazenda e o proprietário fornecedor daquela carne. Em seguida, basta acessar o site do Ibama e do Ministério do Trabalho para ter certeza de que não está adquirindo produtos das áreas embargadas ou com práticas de trabalho escravo identificadas pelos respectivos órgãos.

Divisão Mercosul

A divisão Mercosul compreende a produção de carne bovina no Brasil, Argentina, Uruguai e Paraguai, a produção de Lácteos no Brasil, a produção de couros processados no Brasil além de outros produtos, tais como produtos PET, biodisel, colágeno, higiene e limpeza entre outros.

Carne Bovina Brasil

A Companhia explora o ramo de abatedouro e frigorificação de bovinos, industrialização de carnes, conservas, gorduras, rações e produtos derivados, com unidades industriais localizadas nos estados de São Paulo, Goiás, Mato Grosso, Mato Grosso do Sul, Rondônia, Minas Gerais, Acre, Rio de Janeiro, Paraná e Pará. Produz uma ampla linha de produtos industrializados e de cortes nobres de carne *in natura* com grande penetração no mercado brasileiro e internacional.

Toda a produção segue rígido controle de qualidade e atende a padrões fitossanitários internacionais. A manipulação de carnes é realizada em salas climatizadas e as câmaras de resfriamento ou congelamento têm temperatura controlada por sistemas totalmente computadorizados. Programas de controle para Limpeza e Higienização (PPHO – Procedimento Padrão de Higiene Operacional), Treinamento de Pessoal (GMP – Good Manufacture Practice), Análise de Perigos e Pontos Críticos de Controle (HACCP – Hazard Analysis and Critical Control Point), além do Programa de Qualidade Total Friboi (TQF), são realizados permanentemente para assegurar a qualidade dos produtos.

Adicionalmente, as carcaças são inspecionadas por médicos veterinários do Serviço de Inspeção Federal do Ministério da Agricultura – SIF para emissão de autorização para a produção e processamento. Complementando o acompanhamento de sanidade e rastreabilidade da matéria-prima, os processos são submetidos a controle efetuado por modernos laboratórios e técnicos experientes nas unidades industriais da Companhia.

No Brasil, a Companhia conta com 35 unidades de abate de bovinos, 16 centros de distribuição, uma unidade de carne em conserva, uma unidade de vegetais e dois confinamentos, situados em 11 estados, conforme a tabela abaixo.

Cidade	Estado	Atividade	Tipo	Arrendamento
Andradina	São Paulo	Abate	Bovinos	Não
Barretos	São Paulo	Abate	Bovinos	Não
Presidente Epitácio	São Paulo	Abate	Bovinos	Não
Lins	São Paulo	Abate	Bovinos	Não
Cacoal 1	Rondônia	Abate	Bovinos	Não
Porto Velho	Rondônia	Abate	Bovinos	Não
Vilhena	Rondônia	Abate	Bovinos	Não
Pimenta Bueno	Rondônia	Abate	Bovinos	Não
Araputanga	Mato Grosso	Abate	Bovinos	Não
Barra Do Garças	Mato Grosso	Abate	Bovinos	Não
Cáceres	Mato Grosso	Abate	Bovinos	Não
Pedra Preta	Mato Grosso	Abate	Bovinos	Não
Juara	Mato Grosso	Abate	Bovinos	Não
Alta Floresta	Mato Grosso	Abate	Bovinos	Sim
Colider	Mato Grosso	Abate	Bovinos	Sim
Cuiabá	Mato Grosso	Abate	Bovinos	Sim
São José do Quatro Marcos	Mato Grosso	Abate	Bovinos	Sim
Diamantino	Mato Grosso	Abate	Bovinos	Não
Água Boa	Mato Grosso	Abate	Bovinos	Não
Campo Grande	Mato Grosso do Sul	Abate	Bovinos	Não
Naviraí	Mato Grosso do Sul	Abate	Bovinos	Não
Campo Grande	Mato Grosso do Sul	Abate	Bovinos	Não
Iturama	Minas Gerais	Abate	Bovinos	Não
Teófilo Otoni	Minas Gerais	Abate	Bovinos	Não
Ituiutaba	Minas Gerais	Abate	Bovinos	Não
Anápolis	Goiás	Abate	Bovinos	Não
Goiânia	Goiás	Abate	Bovinos	Não
Mozarlândia	Goiás	Abate	Bovinos	Não
Itapetinga	Bahia	Abate	Bovinos	Não
Rio Branco	Acre	Abate	Bovinos	Não
Marabá	Pará	Abate	Bovinos	Não
Redenção	Pará	Abate	Bovinos	Não
Santana do Araguaia	Pará	Abate	Bovinos	Não
Tucumã	Pará	Abate	Bovinos	Não
Maringá	Paraná	Abate	Bovinos	Não
Raposo Tavares	São Paulo	Centro de Distribuição	CD	Sim
Carapicuíba	São Paulo	Centro de Distribuição	CD	Não
Cubatão	São Paulo	Centro de Distribuição	CD	Sim
Brasília	DF	Centro de Distribuição	CD	Sim
Esteio	Rio Grande do Sul	Centro de Distribuição	CD	Sim
Barueri	São Paulo	Centro de Distribuição	CD	Não
Rio de Janeiro	Rio de Janeiro	Centro de Distribuição	CD	Sim

Simões Filho	Bahia	Centro de Distribuição	CD	Sim
Indaiatuba	São Paulo	Centro de Distribuição	CD	Sim
Curitiba	Paraná	Centro de Distribuição	CD	Sim
Contagem	Minas Gerais	Centro de Distribuição	CD	Sim
Jardinópolis	São Paulo	Centro de Distribuição	CD	Sim
São Gonçalo do Sapucaí	Minas Gerais	Centro de Distribuição	CD	Sim
Cariacica	Espírito Santo	Centro de Distribuição	CD	Sim
Manaus	Amazonas	Centro de Distribuição	CD	Sim
Itajaí	Santa Catarina	Centro de Distribuição	CD	Sim
Três Rios	Rio de Janeiro	Carne em Conserva	Conservas	Não
Uberlândia	Minas Gerais	Vegetais em Conserva	Vegetais	Não
Castilho	São Paulo	Confinamento	-	Não
Nazário	Goiás	Confinamento	-	Não

Carne Bovina Argentina, Uruguai e Paraguai

Na Argentina, no Uruguai e no Paraguai, a Companhia se dedica à exploração do ramo de abatedouro e frigorificação de bovinos, industrialização de carnes, conservas, gorduras, rações e produtos derivados, com unidades industriais localizadas nos três países. Na Argentina, a Companhia acredita que ocupa posição de liderança na produção de alimentos à base de carne, além de ser a primeira em exportação de carne bovina, sendo reconhecida pela alta qualidade dos produtos, tanto pelo exigente mercado interno, como pelo mercado internacional.

No Paraguai, a Companhia possui duas plantas de abate, situadas nas cidades de Assunção e de San António. Em Canelones, no Uruguai, a Companhia possui mais uma planta de abate. A operação da Companhia na Argentina conta com 6 unidades de abate e 2 fábricas de latas.

As unidades na Argentina, no Uruguai e no Paraguai estão listadas abaixo:

País	Cidade	Estado	Atividade	Tipo	Arrendamento
Paraguai	Assunção	Paraguai	Abate	Bovinos	Não
	San António	Paraguai	Abate	Bovinos	Não
Uruguai	Canelones	Uruguai	Abate	Bovinos	Não
Argentina	Rosário	Santa Fé	Abate	Bovinos	Não
	San Jose	Entre Rios	Abate	Bovinos	Não
	Venado Tuerto	Santa Fé	Abate	Bovinos	Não
	Pontevedra	Buenos Aires	Abate	Bovinos	Não
	Berazategui	Buenos Aires	Abate	Bovinos	Não
	Colonia Caroya	Cordoba	Abate	Bovinos	Não
	Zarate	Buenos Aires	Fábrica de Latas	Fábrica de Latas	Não
	Juarez Celman	Cordoba	Fábrica de Latas	Fábrica de Latas	Sim

Lácteos

Com sete plantas industriais, o segmento de lácteos comercializa produtos de alto valor agregado, como iogurtes, queijos, margarinas e sobremesas, com as marcas Vigor, Leco, Danubio, Faixa Azul, Serrabella, Amélia, Franciscano, Carmelita e Mesa. As unidades deste segmento seguem abaixo:

Cidade	Estado	Atividade	Arrendamento
São Paulo	São Paulo	Lácteos	Não
São Caetano do Sul	São Paulo	Lácteos	Não
Cruzeiro	São Paulo	Lácteos	Não
Anápolis	Goiás	Lácteos	Não
Lavras	Minas Gerais	Lácteos	Não
São Gonçalo do Sapucaí	Minas Gerais	Lácteos	Não
Santo Inácio	Paraná	Lácteos	Não

Couros

A Companhia acredita ser a maior exportadora brasileira de couros e conta com 23 unidades industriais no País, uma na Austrália, uma nos EUA e uma na China, conforme demonstrado abaixo. A Companhia produz couros, que levam a marca Bracol, nos estágios *wet blue*, semiacabado e acabado, para os setores de calçados, automobilístico, moveleiro e de artefatos.

País	Cidade	Estado	Atividade	Tipo	Arrendamento
Brasil	Bacabal	Maranhão	Curtume	Couros	Não
Brasil	Lins	São Paulo	Curtume	Couros	Não
Brasil	São Luiz dos Montes Belos	Goiás	Curtume	Couros	Não
Brasil	Rio Brilhante	Mato Grosso do Sul	Curtume	Couros	Não
Brasil	Baixo Guandu	Espírito Santo	Curtume	Couros	Não
Brasil	Wanderlândia	Tocantins	Curtume	Couros	Não
Brasil	Redenção	Pará	Curtume	Couros	Não
Brasil	Conceição do Araguaia	Pará	Curtume	Couros	Não
Brasil	Aguaí	São Paulo	Curtume	Couros	Não
Brasil	Estância Velha	Rio Grande do Sul	Curtume	Couros	Não
Brasil	Caruaru	Pernambuco	Curtume	Couros	Não
Brasil	Barra do Bugres	Mato Grosso	Curtume	Couros	Não
Brasil	Porto Velho	Rondônia	Curtume	Couros	Não
Brasil	Uberlândia	Minas Gerais	Curtume	Couros	Não
Brasil	Itumbiara	Goiás	Curtume	Couros	Não
Brasil	Campo Grande	Mato Grosso	Curtume	Couros	Não
Brasil	Barra Do Garças	Mato Grosso	Curtume	Couros	Não
Brasil	Porangatu	Goiás	Curtume	Couros	Sim
Brasil	Gurupi	Tocantins	Curtume	Couros	Não
Brasil	Montenegro	Rio Grande do Sul	Curtume	Couros	Não
Brasil	Franca	São Paulo	Curtume	Couros	Não
Brasil	Iporã	Goiás	Curtume	Couros	Não
Brasil	Cacoal	Rondônia	Curtume	Couros	Não
EUA	Cactus	Texas	Wet Blue (8.000)	Couros	Não
Austrália	Dinmore	Queensland	Couro	Couros	Não
China	Guangdon	Guangdon	Couro	Couros	Não

Outros Produtos

Produtos Pet

A Companhia conta com quatro unidades industriais e capacidade produtiva de milhares de toneladas por ano. Desde 2007, a subdivisão de Produtos Pet voltou-se para o mercado nacional e lançou a marca FunPet, com o objetivo de aproveitar o know-how adquirido nas exportações para crescer no Brasil, onde está a segunda maior população de cães e gatos do mundo. Abaixo seguem as unidades de segmento de produtos pet:

Cidade	Estado	Atividade	Tipo	Arrendamento
Guaiçara	São Paulo	Pet	-	Não
São Luiz dos Montes Belos	Goiás	Pet	-	Não
Cacoal	Rondônia	Pet	-	Não
Conceição do Araguaia	Pará	Pet	-	Não

Higiene e limpeza

Com três plantas industriais, a divisão Higiene e Limpeza produz sabonetes e a Companhia acredita ser líder nacional na produção de sebo bovino e massa base para pequenas, médias e grandes empresas do segmento. Com as marcas próprias, BioBriz e Lavarte, a Companhia produz produtos de limpeza para a casa e para roupas, como desinfetantes, sabão em barra, sabão em pó, amaciante, multiuso, limpeza pesada e lava-louça. Abaixo seguem as unidades de segmento de higiene e limpeza:

Cidade	Estado	Atividade	Tipo	Arrendamento
Jundiaí	São Paulo	Hig/Limp	-	Não
Louveira	São Paulo	Hig/Limp	-	Não
Curitiba	Paraná	Hig/Limp	-	Não

Colágeno

A Companhia acredita ser líder mundial na fabricação de fibra natural de colágeno, através da Novaprom. A Novaprom produz e comercializa fibra natural de colágeno desde 2002. Esse ingrediente se destina principalmente à indústria de alimentos, sendo utilizado em produtos cárneos, lácteos, bebidas preparadas, panificação e alimentos funcionais. A Companhia é pioneira no Brasil na fabricação de fibra natural de colágeno. A Companhia tem capacidade de produção de centenas de toneladas por mês, comercializadas no mercado interno e exportadas para vários países. A fibra de colágeno é uma proteína pura, não-desnaturada, extraída das camadas internas da pele bovina, sendo uma ferramenta tecnológica. O colágeno, além de ser um excelente ingrediente, também apresenta propriedades benéficas à saúde: contribui para a regeneração de ossos, articulações e tecidos do coração, retarda o envelhecimento da pele e a flacidez dos tecidos, promove a hidratação cutânea e assegura a consistência e a elasticidade dos tecidos. A Companhia possui uma unidade para esse segmento.

Cidade	Estado	Atividade	Tipo	Arrendamento
Lins	São Paulo	Colágeno	-	Não

Biodiesel

A subdivisão de Biodiesel da Companhia tem capacidade instalada para a produção mensal de 28 *megawatts*, a partir de óleos vegetais e gordura animal. Sediada em Lins (SP), a unidade está instalada em uma área de 30 mil metros quadrados de construção, dentro de um complexo industrial de 500 mil metros quadrados. Totalmente automatizada, a planta conta com um moderno sistema de produção e de análises laboratoriais para garantir a qualidade desta alternativa energética e atender as normas nacionais e internacionais.

Cidade	Estado	Atividade	Tipo	Arrendamento
Lins	São Paulo	Biodiesel	-	Não

Divisão Carne Bovina USA e Austrália e Divisão Carne Suína USA

Desde 2007 a Companhia acredita ser, através da JBS USA, uma das maiores companhia de produtos de origem bovina a atuar no mercado norte-americano. Isso foi possível com a compra, em julho daquele ano, da Swift, empresa reconhecida por fornecer produtos de origem bovina e suína com qualidade há mais de 150 anos.

Além de abastecer o maior mercado consumidor de carne bovina e pratos industrializados, a JBS EUA representa uma diversificação das operações da Companhia com a oportunidade de exploração do segmento de carne suína.

Nos Estados Unidos, a Companhia opera oito unidades de abate de bovinos, três unidades de abate de suínos, uma unidade de abate de ovinos, uma unidade de processamento de carne bovina e suína embaladas e customizadas, um curtume, sete centros de distribuição regional arrendados e 13 unidades de confinamento de gado operados pela Five Rivers, conforme tabela abaixo:

Cidade	Estado	Atividade	Tipo	Arrendamento
Grand Island	Nebraska	Abate	Bovinos	Não
Greeley	Colorado	Abate	Bovinos	Não
Hyrum	Utah	Abate	Bovinos	Não
Cactus	Texas	Abate	Bovinos	Não
Green Bay	Wisconsin	Abate	Bovinos	Não
Plainwell	Minnesota	Abate	Bovinos	Não
Souderton	Pennsylvania	Abate	Bovinos	Não
Tolleson	Arizona	Abate	Bovinos	Não
Worthington	Minnesota	Abate	Suínos	Não
Marshalltown	Iowa	Abate	Suínos	Não
Louisville	Kentucky	Abate	Suínos	Não
Greeley	Colorado	Abate	Smalls	Não
Cactus	Texas	Couros	Wet Blue	Não
Seabrook	New Jersey	Centro de Distribuição	CD	Sim
Miami	Flórida	Centro de Distribuição	CD	Sim
Chicago	Illinois	Centro de Distribuição	CD	Sim
Grand Island	Nebraska	Centro de Distribuição	CD	Sim
Denver	Colorado	Centro de Distribuição	CD	Sim
Phoenix	Arizona	Centro de Distribuição	CD	Sim
Mcallen	Texas	Centro de Distribuição	CD	Sim
Greeley	Colorado	Confinamento	-	Não
Malta	Idaho	Confinamento	-	Não
Kersey	Colorado	Confinamento	-	Não
La Salle	Colorado	Confinamento	-	Não
Yuma	Colorado	Confinamento	-	Não
Lamar	Colorado	Confinamento	-	Não
Ulysses	Kansas	Confinamento	-	Não
Texhoma	Oklahoma	Confinamento	-	Não
Dalhart	Texas	Confinamento	-	Não
Hartley	Texas	Confinamento	-	Não
Farmington	New Mexico	Confinamento	-	Sim
South Charleston	Ohio	Confinamento		Sim
DePere	Wisconsin	Confinamento	-	Sim
Santa Fé	California	Pratos Prontos	-	Não

A Companhia acredita que a JBS Austrália é uma das maiores e mais abrangentes processadoras e exportadoras de carnes da Austrália. A JBS Austrália mantém relações comerciais com mais de 30 países e sua atuação nos mercados da costa do Pacífico e da América do Norte merece destaque, pois adota sofisticados cuidados com a saúde e higiene.

Divisão Carne de Frango USA

A divisão de carne de frango situa-se nos Estados Unidos, México e Porto Rico. Conta com 29 unidades de abate nos Estados Unidos, 3 no México e uma em Porto Rico, 11 plantas de produtos industrializados, 26 fábricas de ração animal nos Estados Unidos, 3 no México e 1 em Porto Rico, 34 incubadoras, e 22 centros de distribuição.

Com a conclusão da aquisição da Pilgrim's Pride pela Companhia (através da JBS USA), a Companhia passou a ter capacidade de processar 7,6 milhões de frangos de corte por dia, e de realizar as operações com frango da Companhia através de 29 unidades de processamento de frango, amparadas por 31 granuladores para alimentação animal, 41 chocadeiras e 11 graxarias, nove unidades de processamento complementar e três fábricas de ração para animais de estimação. Além disso, a aquisição da Pilgrim's Pride expandiu a capacidade de distribuição da Companhia, acrescentando cinco centros regionais de distribuição nos Estados Unidos, oito centros de distribuição no México e um centro de distribuição em Porto Rico. Para maiores informações acerca da aquisição da Pilgrim's Pride, vide seção 6.5 deste Formulário de Referência.

A lista abaixo mostra as unidades de processamento de frango da Companhia:

País	Cidade	Estado	Atividade	Tipo	Arrendamento
EUA	Athens	Alabama	Abate	Frangos	Não
EUA	Athens	Georgia	Abate	Frangos	Não
EUA	Batesville	Arkansas	Abate	Frangos	Não
EUA	Boaz	Alabama	Abate	Frangos	Não
EUA	Broadway	Virginia	Abate	Frangos	Não
EUA	Canton	Georgia	Abate	Frangos	Não
EUA	Carrollton	Georgia	Abate	Frangos	Não
EUA	Chattanooga	Tennessee	Abate	Frangos	Não
EUA	Clinton	Arkansas	Abate	Frangos	Não
EUA	Dallas	Texas	Abate	Frangos	Não
EUA	Dalton	Georgia	Abate	Frangos	Não
EUA	De Queen	Arkansas	Abate	Frangos	Não
EUA	Douglas	Georgia	Abate	Frangos	Não
EUA	El Dorado	Arkansas	Abate	Frangos	Não
EUA	Ellijay	Georgia	Abate	Frangos	Não
EUA	Enterprise	Alabama	Abate	Frangos	Não
EUA	Gainesville	Georgia	Abate	Frangos	Não
EUA	Guntersville	Alabama	Abate	Frangos	Não
EUA	Live Oak	Florida	Abate	Frangos	Não
EUA	Lufkin	Texas	Abate	Frangos	Não
EUA	Marshville	North Carolina	Abate	Frangos	Não
EUA	Mayfield	Kentucky	Abate	Frangos	Não
EUA	Moorefield	West Virginia	Abate	Frangos	Não
EUA	Mt. Pleasant	Texas	Abate	Frangos	Não
EUA	Nacogdoches	Texas	Abate	Frangos	Não
EUA	Natchitoches	Louisiana	Abate	Frangos	Não
EUA	Russellville	Alabama	Abate	Frangos	Não
EUA	Sanford	North Carolina	Abate	Frangos	Não
EUA	Sumter	South Carolina	Abate	Frangos	Não
México	Los Cues	México	Abate	Frangos	Não
México	San Luis Potosí	México	Abate	Frangos	Não
México	Tepeji del Rio	México	Abate	Frangos	Não
Porto Rico	Aibonito	Porto Rico	Abate	Frangos	Não
EUA	Boaz	Alabama	Pratos Prontos - Frango	Frangos	Não
EUA	Bossier City	Louisiana	Pratos Prontos - Frango	Frangos	Não
EUA	Chattanooga	Tennessee	Pratos Prontos - Frango	Frangos	Não
EUA	Dallas	Texas	Pratos Prontos - Frango	Frangos	Não
EUA	Elberton	Georgia	Pratos Prontos - Frango	Frangos	Não
EUA	Franconia	Pennsylvania	Pratos Prontos - Frango	Frangos	Não
EUA	Moorefield	West Virginia	Pratos Prontos - Frango	Frangos	Não
EUA	Mt. Pleasant	Texas	Pratos Prontos - Frango	Frangos	Não
EUA	Nacogdoches	Texas	Pratos Prontos - Frango	Frangos	Não

País	Cidade	Estado	Atividade	Tipo	Arrendamento
EUA	Sumter	South Carolina	Pratos Prontos - Frango	Frangos	Não
EUA	Waco	Texas	Pratos Prontos - Frango	Frangos	Não
EUA	Athens	Georgia	Fábrica de Ração	Frangos	Não
EUA	Batesville	Arkansas	Fábrica de Ração	Frangos	Não
EUA	Calhoun	Georgia	Fábrica de Ração	Frangos	Não
EUA	Canton	Georgia	Fábrica de Ração	Frangos	Não
EUA	Chattanooga	Tennessee	Fábrica de Ração	Frangos	Não
EUA	Commerce	Georgia	Fábrica de Ração	Frangos	Não
EUA	Enterprise	Alabama	Fábrica de Ração	Frangos	Não
EUA	Falkville	Alabama	Fábrica de Ração	Frangos	Não
EUA	Gainesville	Georgia	Fábrica de Ração	Frangos	Não
EUA	Guntersville	Alabama	Fábrica de Ração	Frangos	Não
EUA	Harrisonburg	Virginia	Fábrica de Ração	Frangos	Não
EUA	Hope	Arkansas	Fábrica de Ração	Frangos	Não
EUA	Live Oak	Florida	Fábrica de Ração	Frangos	Não
EUA	Mayfield	Kentucky	Fábrica de Ração	Frangos	Não
EUA	Moorefield	West Virginia	Fábrica de Ração	Frangos	Não
EUA	Mt. Pleasant	Texas	Fábrica de Ração	Frangos	Não
EUA	Nacogdoches	Texas	Fábrica de Ração	Frangos	Não
EUA	Nashville	Arkansas	Fábrica de Ração	Frangos	Não
EUA	Natchitoches	Louisiana	Fábrica de Ração	Frangos	Não
EUA	Pittsburg	Texas	Fábrica de Ração	Frangos	Não
EUA	Staley	North Carolina	Fábrica de Ração	Frangos	Não
EUA	Sumter	South Carolina	Fábrica de Ração	Frangos	Não
EUA	Teneha	Texas	Fábrica de Ração	Frangos	Não
EUA	Tuscumbia	Alabama	Fábrica de Ração	Frangos	Não
EUA	Waco	Georgia	Fábrica de Ração	Frangos	Não
EUA	Wingate	North Carolina	Fábrica de Ração	Frangos	Não
México	Querétaro	México	Fábrica de Ração	Frangos	Não
México	Saltillo	México	Fábrica de Ração	Frangos	Não
México	San Luis Potosí	México	Fábrica de Ração	Frangos	Não
Porto Rico	Las Piedras	Porto Rico	Fábrica de Ração	Frangos	Não
EUA	Albertville	Alabama	Incubadora	Frangos	Não
EUA	Athens	Georgia	Incubadora	Frangos	Não
EUA	Batesville	Arkansas	Incubadora	Frangos	Não
EUA	Blaine	Georgia	Incubadora	Frangos	Não
EUA	Bowdon	Georgia	Incubadora	Frangos	Não
EUA	Broadway	Virginia	Incubadora	Frangos	Não
EUA	Calhoun	Georgia	Incubadora	Frangos	Não
EUA	Center	Texas	Incubadora	Frangos	Não
EUA	Cohutta	Georgia	Incubadora	Frangos	Não
EUA	Commerce	Georgia	Incubadora	Frangos	Não
EUA	Crossville	Alabama	Incubadora	Frangos	Não
EUA	Cullman	Alabama	Incubadora	Frangos	Não
EUA	De Queen	Arkansas	Incubadora	Frangos	Não
EUA	Enterprise	Alabama	Incubadora	Frangos	Não
EUA	Ft. Payne	Alabama	Incubadora	Frangos	Não
EUA	Gainesville	Georgia	Incubadora	Frangos	Não
EUA	Live Oak	Florida	Incubadora	Frangos	Não
EUA	Marshville	North Carolina	Incubadora	Frangos	Não
EUA	Mayfield	Kentucky	Incubadora	Frangos	Não
EUA	Moorefield	West Virginia	Incubadora	Frangos	Não
EUA	Moulton	Alabama	Incubadora	Frangos	Não
EUA	Nacogdoches	Texas	Incubadora	Frangos	Não
EUA	Nashville	Arkansas	Incubadora	Frangos	Não
EUA	Natchitoches	Louisiana	Incubadora	Frangos	Não
EUA	Pittsburg	Texas	Incubadora	Frangos	Não
EUA	Ranburne	Alabama	Incubadora	Frangos	Não
EUA	Russellville	Alabama	Incubadora	Frangos	Não
EUA	Staley	North Carolina	Incubadora	Frangos	Não
EUA	Sumter	South Carolina	Incubadora	Frangos	Não
México	Atongo	Mexico	Incubadora	Frangos	Não
México	Balvenaro	Mexico	Incubadora	Frangos	Não
México	Esperanza	Mexico	Incubadora	Frangos	Não
México	Rio Verde	México	Incubadora	Frangos	Não
Porto Rico	Aibonito	Puerto Rico	Incubadora	Frangos	Não
México	Aguascalientes	México	Centro de Distribuição	Frangos	Não

País	Cidade	Estado	Atividade	Tipo	Arrendamento
Porto Rico	Aibonito	Puerto Rico	Centro de Distribuição	Frangos	Sim
EUA	Arlington	Texas	Centro de Distribuição	Frangos	Sim
México	Ciudad Victoria	México	Centro de Distribuição	Frangos	Não
México	Coatzacoalcos	México	Centro de Distribuição	Frangos	Não
México	Guadalajara	México	Centro de Distribuição	Frangos	Não
México	Monterrey	México	Centro de Distribuição	Frangos	Não
México	Morelia	México	Centro de Distribuição	Frangos	Não
EUA	Mt. Pleasant	Texas	Centro de Distribuição	Frangos	Sim
EUA	New Port Beach	Califórnia	Centro de Distribuição	Frangos	Não
México	Poza Rica	México	Centro de Distribuição	Frangos	Não
México	Puerto Vallarta	México	Centro de Distribuição	Frangos	Não
México	Querétaro	México	Centro de Distribuição	Frangos	Não
México	Reynosa	México	Centro de Distribuição	Frangos	Não
EUA	Salt Lake City	Utah	Centro de Distribuição	Frangos	Sim
EUA	San Antonio	Texas	Centro de Distribuição	Frangos	Sim
México	San Luis Potosí	México	Centro de Distribuição	Frangos	Não
México	Tampico	México	Centro de Distribuição	Frangos	Não
México	Tepeji del Rio	México	Centro de Distribuição	Frangos	Não
México	Tlalnepantla	México	Centro de Distribuição	Frangos	Não
México	Torreón	México	Centro de Distribuição	Frangos	Não
México	Veracruz	México	Centro de Distribuição	Frangos	Não

Divisão *Europa*

A divisão Europa se dá por operações na Itália por meio de três plantas de abate de bovinos, dois confinamentos, uma unidade de desossa, uma unidade fatiadora e de pratos prontos, uma unidade produtora de presunto, uma unidade produtora de bresaola e uma unidade produtora de salames, mortadelas e culatello.

A Aliança Estratégica - Inalca S.p.A. criou sinergias importantes entre os produtos e canais de vendas da Companhia e da Cremonini. Por um lado, a Companhia com a sua produção e distribuição nos mercados da América do Sul, Estados Unidos e da Austrália, e do outro lado a Cremonini, através da Inalca, com diversos centros de distribuição e atuação na Europa, Rússia e África.

As unidades na Itália estão listadas abaixo:

Cidade	Estado	Atividade	Tipo	Arrendamento
Castelvetro	Emilia Romagna	Abate	Bovinos	Não
Ospedaletto	Lombardia	Abate	Bovinos	Não
Avelino	Campania	Abate	Bovinos	Não
Postalesio	Lombardia	Bresaola	Carne Seca	Não
Castelfranco	Treviso	Confinamento	-	Não
Spilamberto	Emilia Romagna	Confinamento	-	Não
Rieti	Lazio	Desossa e Enlatados	Conservas	Não
Mantova	Lombardia	Fatiados, snacks e pratos prontos	Pratos Prontos	Não
Frosinone	Lazio	Presunto	Presunto	Não
Busseto	Emilia Romagna	Salame, mortadela e culatello	Presunto	Não

Os centros de distribuição utilizados pela Inalca estão listados abaixo:

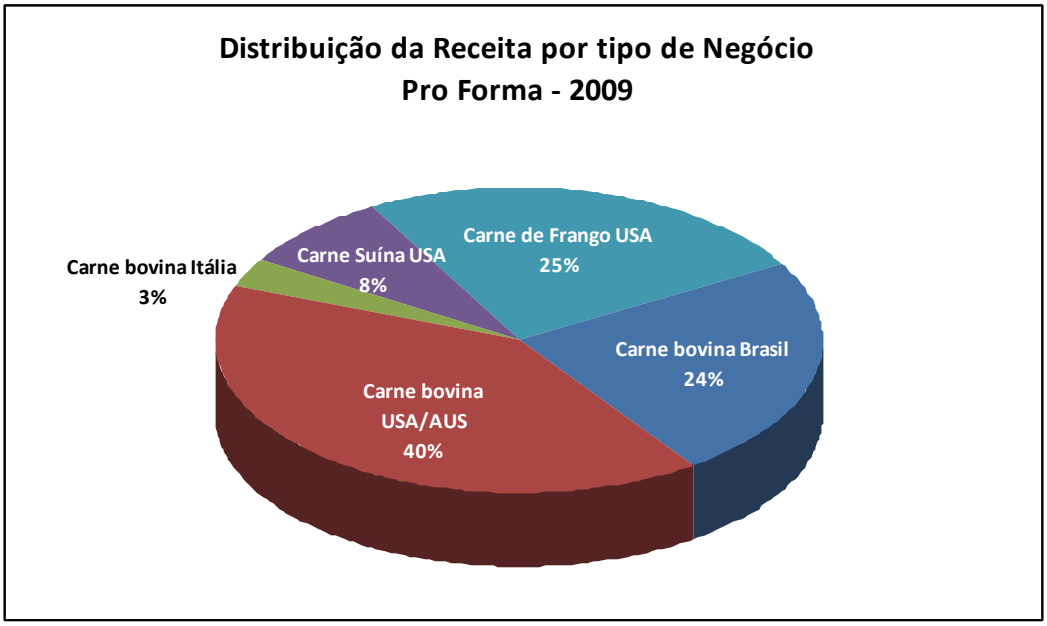
País	Cidade	Subsidiária	Atividade
Angola	Luanda	Inalca Angola	Distribuição
Angola	Lobito	Inter Inalca Angola	Distribuição
Argélia	Argel	Inalca Algerie	Distribuição
Congo	Point Noir	Inalca Brazzaville	Distribuição
Itália	Stienta	Eurobeef	Distribuição
Itália	Piacenza	Fiorani	Distribuição
RD Congo	Kinshasa	Inalca Kinshasa	Distribuição
Rússia	Moscou	Marr Russia	Fábrica de hambúrguer/ Distribuição

Receita Proveniente dos Segmentos Operados pela Companhia

A tabela abaixo mostra as receitas provenientes dos segmentos operados pela Companhia para o exercício social encerrado em 31 de dezembro de 2009 (pro forma):

Exercício Social encerrado em 31.12.2009 (Pro Forma)

Divisão	Receita Operacional Líquida (R$ milhões)	% da Receita Líquida
Mercosul	13.058,9	23,6%
Carne bovina USA/AUS	22.303,3	40,4%
Europa	1.789,3	3,2%
Carne Suína USA	4.457,8	8,1%
Carne de Frango USA	13.614,3	24,7%
Total	55.223,6	100,0%



Atividades no Brasil

A Companhia explora o ramo de abatedouro e frigorificação de bovinos, industrialização de carnes, conservas, gorduras, rações e produtos derivados, com 77 unidades industriais localizadas nos Estados de: Acre, Bahia, Espírito Santo, Goiás, Maranhão**,** Mato Grosso, Mato Grosso do Sul, Minas Gerais, Pará, Paraná, Pernambuco, Rio de Janeiro, Rio Grande do Sul, Rondônia, São Paulo e Tocantins**.**

A controlada JBS Embalagens Metálicas Ltda. (JBS Embalagens), confecciona embalagens metálicas em unidade fabril no Estado de São Paulo, que são utilizadas pela Companhia.

A controlada JBS Confinamento Ltda. (JBS Confinamento), localizada nos municípios de Castilho, Estado de São Paulo e Nazário, Estado de Goiás, explora a atividade de engorda de bovinos para abate.

A controlada indireta Beef Snacks do Brasil Indústria e Comércio de Alimentos Ltda. (Beef Snacks), localizada em Santo Antônio de Posse, São Paulo, explora o ramo de fabricação de *Beef Jerky*, comprando carne in natura no mercado interno e exportando o produto industrializado para os Estados Unidos da América.

Bertin

Devido a incorporação do Bertin, pela Companhia, em 31 de dezembro de 2009, e em virtude da correspondente sinergia e unificação das operações das duas companhias, o contexto operacional atual da Companhia já incorporou as operações do Bertin.

O Bertin era constituído por capital 100% nacional, tendo como atividades a exploração nos ramos de abate, industrialização, comercialização e distribuição de carne bovina e seus derivados; beneficiamento de couros; industrialização e comercialização de produtos voltados para a higiene pessoal e limpeza doméstica; produção de alimentos para animais de estimação (produtos pet); produção de embalagens metálicas; transporte de cargas e reciclagem. Tinha suas atividades organizadas por unidades de negócios que se agrupam em carnes, couros, energia, óleos, biodiesel, higiene e beleza, produtos pet, fábrica de latas, logística e ambiental.

O Bertin possuía um total de 49 unidades, sendo 15 unidades de curtume localizadas nos Estados de São Paulo, Maranhão, Goiás, Mato Grosso, Mato Grosso do Sul, Espírito Santo, Tocantins, Pará, Rondônia e Minas Gerais; 15 unidades Frigoríficas localizadas nos Estados de São Paulo, Mato Grosso, Mato Grosso do Sul, Goiás, Pará, Tocantins, Bahia, Minas Gerais e Rondônia; 6 unidades comerciais localizadas nos Estados do Rio de Janeiro, Bahia, Minas Gerais, Paraná, Rio Grande do Sul; 3 unidades de Cosméticos localizadas nos Estados de São Paulo e Paraná; 2 transportadoras localizadas no Estado de São Paulo; 2 beef shoppings localizados no Estado de São Paulo; 1 unidade de subprodutos localizada no Estado de Minas Gerais; 1 unidade de charque localizada no Estado de Pernambuco; 1 unidade de produtos animais "Pet" localizada no estado de São Paulo, 1 unidade de comércio de bovinos localizada em Minas Gerais, 1 unidade de reciclagem localizada no estado de São Paulo e 1 unidade (matriz) localizada em São Paulo.

Atividades no Exterior

No que se refere às controladas relevantes da Companhia, tem-se a destacar a JBS USA e a Pilgrim's Pride.

JBS USA

A JBS USA é uma das maiores produtoras de carne bovina e suína do mundo com aproximadamente US$ 13.416 milhões em receita líquida consolidada de vendas durante o exercício social encerrado em 27 de dezembro de 2009 (excluindo as vendas líquidas provenientes da Pilgrim's Pride).

Nos Estados Unidos, a Companhia opera, através da JBS USA, em oito unidades de abate de bovinos, três unidades de abate de suínos, uma unidade de abate de ovinos, uma unidade de processamento de carne bovina e suína embaladas e customizadas, um curtume, sete centros de distribuição regional arrendados e 13 unidades de confinamento de gado operados pela Five Rivers, que fornecem aproximadamente 30% do gado bovino que é processado pela JBS USA. Na Austrália, a JBS USA opera dez plantas de abate de bovinos e de animais de pequeno porte, incluindo a maior e mais avançada tecnologicamente daquele país, em Dinmore, bem como cinco unidades de confinamento que fornecem, aproximadamente, 17,9% do gado bovino que a JBS USA processa. As unidades de processamento de pequenos animais na Austrália processam suínos, carneiros e cordeiros e outros animais de pequeno porte. As unidades australianas estão estrategicamente localizadas, permitindo a obtenção de gado a baixo custo e a prestação de serviços de forma eficiente para a base de clientes da Companhia na Ásia e em outros lugares do mundo. Com base em atuais unidades, a Companhia tem capacidade de processar aproximadamente 28.600 cabeças de gado bovino, 48.500 suínos e 4.500 cordeiros por dia nos Estados Unidos e 8.690 cabeças de gado bovino e 23.000 animais de pequeno porte por dia na Austrália.

A JBS USA abate, processa, embala e entrega carnes "*in natura*" de origem bovina e suína, com clientes nos Estados Unidos e no mercado internacional. Os produtos preparados pela JBS USA incluem carnes resfriadas em cortes com padrões industriais específicos. A JBS USA divide a sua operação em dois grandes segmentos: *Beef*, operando o negócio de origem bovina; e *Pork*, operando o negócio de origem suína, ambos no mercado norte-americano.

Em termos de capacidade diária de abate, a JBS USA está entre os líderes na produção de carne bovina e suína nos Estados Unidos, e a Companhia acredita que a JBS USA seja a maior produtora de carne bovina na Austrália. A Companhia também acredita que a JBS USA possui e opera a maior empresa de confinamento de gado bovino nos Estados Unidos. Com a conclusão da Aquisição da Pilgrim's Pride, a JBS USA é um dos maiores produtores de frango dos Estados Unidos, em termos de capacidade de processamento diário.

Pilgrim's Pride

A Pilgrim's Pride é uma empresa localizada em Delaware, nos Estados Unidos, sendo uma das maiores empresas de processamento de frango nos Estados Unidos, com operação no México e em Porto Rico. A Pilgrim's Pride exporta *commodities* de frango para mais de 90 países, sendo certo que os principais produtos são *in natura*, refrigerados inteiros ou em pedaços. Os principais clientes são cadeias de restaurantes, processadores de alimentos, distribuidores, supermercados, atacadistas, e outros distribuidores de varejo, além de exportação para a Europa oriental (incluindo a Rússia), extremo oriente (incluindo a China), México e outros mercados mundiais.

A Pilgrim's Pride opera como empresa verticalmente integrada e controla todas as fases da fabricação de seus produtos, inclusive granuladores para alimentação animal, chocadeiras, incubadoras, unidades de processamento e centros de distribuição nos Estados Unidos, Porto Rico e México. Com a aquisição da Pilgrim's Pride pela Companhia, a JBS USA passou a fabricar produtos de carne de frango in natura e processados para venda aos clientes de varejo, food service e canais de distribuição internacional em mais de 80 países, em seis continentes. Os produtos de carne de frango in natura da Companhia incluem frangos inteiros e cortados resfriados e frangos pré-embalados e customizados. O frango customizado inclui diversas combinações de frangos inteiros in natura e resfriados e cortes de frango prontas para balcões varejistas de carnes in natura. Os produtos de frango preparados incluem filés de peitos, filés e tiras de frango controlados, resfriados e congelados, produtos alimentares e saladas, nuggets e tortas e pedaços de frango com osso. Os produtos de frango preparado podem ser totalmente cozidos, parcialmente cozidos ou crus e incluirão produtos empanados e marinados.

Com a conclusão da aquisição da Pilgrim's Pride pela Companhia (através da JBS USA), a Companhia passou a ter capacidade de processar 7,6 milhões de frangos de corte por dia, e de realizar as operações com frango da Companhia através de 29 unidades de processamento de frango, amparadas por 31 granuladores para alimentação animal, 41 chocadeiras e 11 graxarias, nove unidades de processamento complementar e três fábricas de ração para animais de estimação. Além disso, a Aquisição da Pilgrim's Pride expandiu a capacidade de distribuição da Companhia, acrescentando cinco centros regionais de distribuição nos Estados Unidos, oito centros de distribuição no México e um centro de distribuição em Porto Rico. Para maiores informações acerca da aquisição da Pilgrim's Pride, vide a seção 6.5. do Formulário de Referência.

Outras Controladas da Companhia

A Companhia possui duas controladas indiretas na Inglaterra e Egito para maximizar as vendas e distribuição dos produtos na Europa, Ásia e África.

Além disso, possui uma controlada indireta, JBS Argentina S.A. (JBS Argentina), localizada na Argentina, que se dedica à exploração do ramo de abatedouro e frigorificação de bovinos, industrialização de carnes, conservas, gorduras, rações e produtos derivados, com sete unidades industriais localizadas nas províncias de Buenos Aires, Entre Rios, Santa Fé e Córdoba. A JBS Argentina possui três subsidiárias, sendo um frigorífico abatedouro em Berezategui (Consignaciones Rurales), uma fábrica de latas localizada em Zarate (Argenvases), ambas na província de Buenos Aires e um frigorífico abatedouro em Córdoba (Col-car).

A controlada JBS Trading USA, Inc. (JBS Trading USA) e suas subsidiárias, Tupman Thurlow Co., Inc. (Tupman) e Astro Sales International, Inc. (Astro) localizadas nos Estados Unidos da América vendem produtos industrializados de carne bovina, principalmente, no mercado norte-americano.

A controlada indireta Jerky Snack Brands, Inc (Jerky Snack), localizada nos Estados Unidos da América, industrializa e vende Meat Snacks (como Beef Jerky, Smoked Meat Sticks, Kippered Beef Steak,

Meat&Cheese, Turkey Jerky e Hunter Sausage). Jerky Snack compra produtos do Brasil e dos Estados Unidos, vendendo principalmente nos Estados Unidos.

A controlada indireta Global Beef Trading Sociedade Unipessoal Lda (Global Beef Trading), localizada na Ilha da Madeira, Portugal, vende produtos alimentícios como carne bovina, de aves e suína. A Global Beef Trading importa os produtos da América Latina e exporta para diversos países, na Europa, África e Ásia.

A Companhia detém 50% do capital social da Inalca JBS S.p.A, (Inalca JBS), uma das principais operadoras européias no setor de processamento de carne bovina. A Inalca JBS produz e comercializa uma linha completa de carnes frescas e congeladas, embaladas a vácuo ou divididas em porções, carne enlatada, produtos prontos para consumo, hambúrguer fresco e congelado, carne moída e produtos pré-cozidos. A Inalca JBS opera através de uma estrutura composta de seis unidades na Itália, especializada por linha de produção e oito centros de distribuição internacionais localizados na Europa e na África. Sua subsidiária integral Montana Alimentari S.p.A. (Montana) é uma das principais operadoras italianas na produção, comercialização e distribuição de carnes curadas, aperitivos e produtos prontos para consumo, oferecendo mais de 230 produtos. Proprietária das marcas históricas "Montana" e "IBIS", a Montana apresenta uma estrutura industrial de quatro unidades, especializadas por tipo de produção e localizadas em áreas definidas como Denominação de Origem Protegida (D.O.P) e Indicação Geográfica Protegida (I.G.P). A Montana é também uma das principais operadoras no mercado italiano de carne enlatada e de produtos fatiados. Para maiores informações acerca da Aliança Estratégica - Inalca S.p.A., vide seção 6.5 deste Formulário de Referência.

Para um melhor entendimento deste Formulário de Referência e as atividades da Companhia, apresentamos abaixo um glossário de definições utilizadas neste Formulário de Referência.

"Acordo de Acionistas BNDESPAR"	Acordo de Acionistas da Companhia, celebrado pelo acionista controlador da Companhia e o BNDESPAR em 22 de dezembro de 2009
"Administração"	A administração da Companhia formada pelo Conselho de Administração e Diretoria
"Aliança Estratégica - Inalca S.p.A."	Aliança estratégica entre a Companhia e a Cremonini
"ANVISA"	Agência Nacional de Vigilância Sanitária
"AQIS"	*Australian Quarantine and Inspection Service*, Serviço de Inspeção de Quarentena australiano
"Aquisição da Smithfield"	Aquisição da Smithfield Beef pela JBS USA
"Assembléia Geral"	Assembléia geral de acionistas da Companhia
"Austrália"	Commonwealth of Australia
"BDRs"	*Brazilian Depositary Receipts*, certificados de depósito de ações da JBS USA
"Bertin"	Bertin S.A.
"BM&FBOVESPA"	BM&FBovespa S.A. – Bolsa de Valores, Mercadorias e Futuros
"BNDES"	Banco Nacional de Desenvolvimento Econômico Social
"BNDESPAR"	BNDES Participações S.A., subsidiária integral do BNDES
"BR GAAP"	Práticas contábeis adotadas no Brasil, as quais são baseadas na Lei das Sociedades por Ações, nas normas emitidas pela CVM, nas normas contábeis emitidas pelo IBRACON e nas resoluções do CFC

"BSE"	Encefalopatia Espongiforme Bovina (popularmente conhecida como "doença da vaca louca")
"CADE"	Conselho Administrativo de Defesa Econômica
"CAGR"	*Compound Annual Growth Rate*
"CD"	Centro de Distribuição
"CFC"	Conselho Federal de Contabilidade
"CGC"	Continental Grain Company (anteriormente ContiGroup Companies, Inc.)
"CLT"	Consolidação das Leis do Trabalho, conforme aprovada pelo Decreto-Lei nº 5.452, de 1º de maio de 1943
"CNPJ"	Cadastro Nacional da Pessoas Jurídicas
"Código de Falência"	Código de Falência Norte-Americano
"Cofins"	Contribuição para o Financiamento da Seguridade Social
"Companhia"	JBS S.A.
"Conselho de Administração"	Conselho de Administração da Companhia
"Contrato com a Smithfield"	Contrato de Compra de Ações celebrado em 4 de março de 2008 entre a Companhia e a Smithfield Foods
"CPF"	Cadastro de Pessoas Físicas
"Cremonini"	Cremonini S.p.A., Itália
"CVM"	Comissão de Valores Mobiliários
"Debêntures Conversíveis"	Debêntures conversíveis em ações da Companhia e permutáveis por BDRs e/ou ações da JBS USA, emitidas pela Companhia em 22 de dezembro de 2009
"Diretoria"	A Diretoria da Companhia
"dólar, dólares ou US$"	Moeda corrente dos Estados Unidos
"dólar australiano, dólares australianos ou A$"	Moeda corrente da Austrália
"EBITDA"	O EBITDA é uma medição não contábil elaborada pela Administração da Companhia. O EBITDA é calculado utilizando-se o resultado antes da provisão para o imposto de renda e contribuição social, do resultado financeiro líquido, das despesas de depreciação e amortização, de despesas extraordinárias, do resultado de equivalência patrimonial e da amortização de ágio de investimentos. O EBITDA não é uma medida de acordo com o BR GAAP, não representa o fluxo de caixa para os períodos apresentados e não deve ser considerado como substituto para o lucro líquido como indicador do desempenho operacional da Companhia ou como substituto para o fluxo de caixa como indicador de liquidez. O EBITDA é uma informação adicional às demonstrações financeiras da Companhia e não deve ser utilizado em substituição aos

	resultados auditados. O EBITDA não possui significado padronizado e a definição de EBITDA da Companhia pode não ser comparável àquelas utilizadas por outras empresas.
"EEOC"	*Equal Employment Opportunity Commission*, Comissão de Igualdade de Oportunidade no Trabalho norte-americana
"EPA"	*Environmental Protection Agency,* Agência de Proteção do Meio-Ambiente norte-americana
"Estados Unidos" ou "Estados Unidos da América"	United States of America
"Estatuto Social"	Estatuto social da Companhia, conforme alterado
"FB Participações"	FB Participações S.A.
"Formulário de Referência"	O presente formulário de referência da JBS S.A., conforme alterado
"Five Rivers"	Five Rivers Ranch Cattle Feeding LLC
"GEE"	Gases estufa
"Governo Federal"	Governo Federal do Brasil
"JBS Five Rivers"	JBS Five Rivers Cattle Feeding LLC
"J&F Oklahoma"	J&F Oklahoma Holdings Inc.
"JBS Packerland"	JBS Packerland, Inc.
"JBS USA"	JBS USA Holdings, Inc.
"J&F"	J&F Participações S.A.
"IBAMA"	Instituto Brasileiro do Meio Ambiente e dos Recursos Naturais Renováveis.
"IBRACON"	Instituto dos Auditores Independentes do Brasil
"ICE"	Divisão de Imigração e Alfândegas do Departamento de Segurança Interna norte-americano
"ICMS"	Imposto sobre Circulação de Mercadorias e Serviços
"ICVM 480"	Instrução da CVM nº 480, de 07 de dezembro de 2009, conforme alterada
"ICVM 332"	Instrução da CVM nº 332, de 04 de abril de 2000, conforme alterada
"Inalca"	Inalca JBS S.p.A.
"INPI"	Instituto Nacional de Propriedade Industrial
"INSS"	Instituto Nacional do Seguro Social
"IPI"	Imposto sobre Produtos Industrializados
"IPO da JBS USA"	Oferta inicial para distribuição pública ou qualquer outra oferta pública inicial de ações ordinárias da JBS USA

"Lei das Sociedades por Ações"	Lei n° 6.404, de 15 de dezembro de 1976, conforme alterada
"LIBOR"	*London Interbank Offered Rate*
"Linha de Crédito de Saída"	Linha de crédito rotativo de três anos no valor de no máximo US$600,0 milhões, um empréstimo "A", com prazo de três anos, no valor de no máximo US$375,0 milhões, e um empréstimo "B", com prazo de cinco anos, no valor de no máximo US$775,0 milhões, contratada pela Pilgrim's Pride após sair de seu processo falimentar
"MAPA"	Ministério da Agricultura, Pecuária e Abastecimento do Brasil
"Montana"	Montana Alimentari S.p.A.
"MPF"	Ministério Público Federal
"MPF/PA"	Ministério Público Federal, Estado do Pará
"NASDAQ"	*National Association of Securities Dealers Automated Quotations*
"Notas 2011"	Notas Promissórias, sem garantia, emitidas pela Companhia, no valor de US$ 275 milhões e juros de 9,375%, emitidas em 2006 e com vencimento em 2011
"Notas 2014"	Notas Promissórias, sem garantia, emitidas pela JBS USA, LLC e JBS USA Finance, Inc. no valor de US$ 700 milhões e juros de 11,625%, emitidas em 27 de abril de 2009 e com vencimento em maio de 2014
"Notas 2016"	Notas Promissórias, sem garantia, emitidas pela Companhia, no valor de US$ 300 milhões e juros de 10,50%, emitidas em 2006 e com vencimento em 2016
"Notas 2016 do Bertin"	Notas Promissórias, sem garantia, emitidas pelo Bertin, no valor de US$ 350 milhões e juros de 10,25%, emitidas em 2006 e com vencimento em 2016
"Notas 2017 da Vigor"	Notas Promissórias, sem garantia, emitidas pela Vigor, no valor de US$ 100 milhões e juros de 9,25%, emitidas em 2007 e com vencimento em 2017
"Novo Mercado"	Segmento especial de negociação introduzido em 2000 pela BM&FBOVESPA, com o conjunto mais rigoroso de práticas de governança corporativa dentre todos os segmentos
"NYSE"	*New York Stock Exchange*
"OIE"	*World Organization for Animal Health* (*Office Internationale des Epizooties*)
"Operação BNDESPAR"	Operação de capitalização da Companhia através da emissão das Debêntures Conversíveis
"OMS"	Organização Mundial de Saúde
"Pilgrim's Pride" ou "PPC"	Pilgrim's Pride Corporation
"PIS"	Programa de Integração Social
"Plano"	Plano de reestruturação da Pilgrim's Pride aprovado pelas

	corte norte-americanas de falência
"PROT"	PROT - Fundo de investimentos em Participações
"Real, reais ou R$"	A moeda corrente no Brasil
"Rockdale Beef"	Rockdale Beef Pty Ltd.
"SAGPYA"	*Secretaría de agricultura, ganadería, pesca y alimentación*, secretaria de agricultura da Argentina
"SEC"	*Securities and Exchange Commission*, a comissão de valores mobiliários dos Estados Unidos
"SDE"	Secretaria de Direito Econômico
"SEAE"	Secretaria de Acompanhamento Econômico
"SECEX"	Secretaria de Comércio Exterior do Ministério do Desenvolvimento, Indústria e Comércio Exterior
"SENASA"	*Servicio Nacional de Sanidad y Calidad Agroalimentaria*
"Smithfield Foods"	Smithfield Foods, Inc.
Smithfield Beef	Smithfield Beef Group, Inc.
"Swift"	Swift Foods & Company (atualmente denominada JBS USA Holdings, Inc.)
"Tasman"	Sociedades do Grupo Tasman, da Austrália, incluindo a Tasman Group Services Pty Ltd e a Industry Park Pty Ltd.
"Taxa de Desfrute"	Índice usualmente utilizado na indústria de carne bovina que mede a quantidade de gado abatido no país durante um ano em relação ao seu rebanho total
"Tatiara"	Tatiara Meat Company
"TJLP"	Taxa de Juros de Longo Prazo, divulgada pelo Conselho Monetário Nacional
"USDA"	*United States Department of Agriculture*
"US GAAP"	Práticas contábeis adotadas nos Estados Unidos da América
"VAR"	*Value at Risk*
"Vigor"	S.A. Fábrica de Produtos Alimentícios Vigor
"ZMF"	ZMF Fundo de Investimento em Participações

8. GRUPO ECONÔMICO

8.1. Descrição do grupo econômico em que se insere a Companhia, indicando:

Controladores diretos e indiretos:

Na data deste Formulário de Referência, a FB Participações é a acionista controladora direta da Companhia. A FB Participações é uma sociedade brasileira cujo único investimento é a participação de 54,52% no capital social total e votante da Companhia, representada pela titularidade de 1.399.867.018 ações de emissão da Companhia.

A FB é controlada por J&F Participações S.A. e ZMF Fundo de Investimento em Participações. Os outros acionistas da FB são Bertin Fundo de Investimento em Participações, José Batista Sobrinho, Joesley Mendonça Batista e José Batista Júnior. A J&F Participações S.A. é controlada por ZMF Participações Ltda., WWMB Participações Ltda., JJMB Participações Ltda., JJBJ Participações Ltda., VNMB Participações Ltda., VVMB Participações Ltda., VLBM Participações Ltda. e ZMF Fundo de Investimento em Participações. ZMF Fundo de Investimento em Participações é controlado por José Batista Júnior, Joesley Mendonça Batista, Wesley Mendonça Batista, Vanessa Mendonça Batista, Vivianne Mendonça Batista e Valére Batista Mendonça Ramos. Bertin Fundo de Investimento em Participações é controlada por Bracol Holding Ltda e Blessed Holding. A Bracol Holding Ltda é controlada por Heber Participações S.A. e Silmar Roberto Bertin. A Heber Participações S.A. é controlada por BERF Participações S.A., JBF Participações S.A., JUFERB Participações S.A, REIVO Participações S.A., SRB Participações S.A., VIAMAR Participações S.A., Natalino Bertin, João Bertin Filho, Fernando Antonio Bertin, Reinaldo Bertin, Silmar Roberto Bertin e Mario Henrique Frare Bertin. A BERF Participações S.A. é controlado por: Juracy Frare Bertin, Cláudia Maria Frare Bertin Paiva, Fernando Henrique Frare Bertin e Mario Henrique Frare Bertin. A JBF Participações S.A. é controlada por: João Bertin Filho e Cleonice Espelho Verona Bertin. A JUFERB Participações S.A. é controlada por Natalino Bertin, Fernanda Pereira Bertin e Natalino Júnior. A REIVO Participações S.A. é controlada por Reinaldo Bertin, Giovanni Prado Bertin, Renato Prado Bertin, Roberta Bertin Barros e Rubia Bertin Diniz Junqueira. A SRB Participações S.A. é controlada por Silmar Roberto Bertin e José Henrique Santana Bertin. A VIAMAR Participações S.A. é controlada por Fernando Antônio Bertin, Mariana Granado Bertin, Vitor Granado Bertin e Aline Granado Bertin.

A tabela abaixo evidencia os acionistas que detém mais de 5% do capital social total e votante da Companhia na data deste Formulário de Referência.

Nome	Quantidade de Ações detidas pela Companhia (Unidade)	Participação total no Capital Social (%)
FB Participações S.A.	1.399.867.018	54,52%
BNDES Participações S.A. - BNDESPAR	437.102.282	17,03%
PROT - Fundo de Invest. em Participações	205.365.101	8,00%
Ações em Tesouraria	43.990.100	1,71%
Outros	481.146.975	18,74%
Total	2.567.471.476	100,00%

Para maiores informações acerca do controle da Companhia e de suas controladoras, vide seção 15 deste Formulário de Referência.

Controladas e coligadas

Controlada	Controlada Direta / Controlada Indireta	Quantidade de Ações/Quotas detidas pela Companhia (em Milhares)	Participação total no Capital Social (%)
JBS Confinamento Ltda.	Direta	65.001	100%
JBS Global A/S	Direta	1.250	100%
JBS Global Investments S.A.	Direta	93.000	100%
JBS Holding International S.A.	Direta	804.235	100%
JBS USA, INC	Direta	0,1	100%
JBS USA Trading, Inc.	Direta	20	100%
JBS Slovakia Holdings. S.R.O	Direta	0,001	100%
Bertin Holding GMBH	Direta	96	100%
S/A Fábrica de Produtos Alimentícios Vigor	Direta	165.447	99,54%
Cascavel Couros Ltda	Direta	265.127	99,99%

Bertin USA Corporation	Direta	-	100%
Biolins Energia S.A.	Direta	10.672	100%
JBS Embalagens Metálicas Ltda.	Direta	10.002	99%
Mouran Alimentos Ltda.	Direta	120	70%
Novaprom Foods e ingredientes Ltda	Direta	792	60%
Inalca JBS S.P.A.	Direta	280.000	50%
Companhia Leco de Produtos Alimentícios S.A	Direta	145.000	19,08%

Participações da Companhia em sociedades do grupo:

Vide seção 8.1(b) deste Formulário de Referência.

Participações de sociedades do grupo na Companhia:

Vide seção 8.1(b) deste Formulário de Referência.

Sociedades sob controle comum:

Vide seção 8.1(b) deste Formulário de Referência.

8.2. Caso o emissor deseja, organograma do grupo econômico em que se insere a Companhia, desde que compatível com as informações apresentadas no item 8.1:

Não há.

8.3. Descrição das operações de reestruturação, tais como incorporações, fusões, cisões, incorporações de ações, alienações e aquisições de controle societário, aquisições e alienações de ativos importantes, ocorridas no grupo:

Exercício social encerrado em 31 de dezembro de 2007

Em janeiro de 2007, a Companhia adquiriu 100% das ações de emissão da empresa norte americana SB Holdings e suas subsidiárias, Tupman Thurlow, Astro Sales Internacional e Austral Foods. Para maiores informações a respeito da aquisição da Swift, vide seção 6.5 deste Formulário de Referência.

Para maiores informações a respeito da aquisição da Swift, vide seção 6.5 deste Formulário de Referência.

Exercício social encerrado em 31 de dezembro de 2008

No dia 4 de março de 2008, a Companhia anunciou a negociação para a compra da National Beef Packing Company, LLC (cujo encerramento das negociações foi comunicado em 20 de fevereiro de 2009), Smithfield Beef e do Grupo Tasman, incluindo a Tasman.

Para maiores informações sobre a aliança Estratégica - Inalca S.p.A., a Aquisição da Smithfield Beef e Aquisição da Tasman, vide seção 6.5 deste Formulário de Referência.

Exercício social encerrado em 31 de dezembro de 2009

Para a aquisição da Pilgrim's Pride, a aquisição da Tatiara Meat e a Operação JBS S.A./Bertin, vide item 6.5 deste Formulário de Referência.

Para uma descrição das debêntures emitidas pela Companhia no âmbito da Operação BNDESPAR, vide seção 18.5 deste Formulário de Referência.

Todas as operações de reestruturação societária que tenham ocorrido no grupo econômico da Companhia nos últimos três exercícios sociais e que tenham efeitos relevantes para a Companhia estão descritas no item 6.5 deste Formulário de Referência.

8.4. Outras informações que a Companhia julga relevantes:

Para um melhor entendimento deste Formulário de Referência e as atividades da Companhia, apresentamos abaixo um glossário de definições utilizadas neste Formulário de Referência.

"Acordo de Acionistas BNDESPAR"	Acordo de Acionistas da Companhia, celebrado pelo acionista controlador da Companhia e o BNDESPAR em 22 de dezembro de 2009
"Administração"	A administração da Companhia formada pelo Conselho de Administração e Diretoria
"BM&FBOVESPA"	BM&FBovespa S.A. – Bolsa de Valores, Mercadorias e Futuros
"BNDES"	Banco Nacional de Desenvolvimento Econômico Social
"BNDESPAR"	BNDES Participações S.A., subsidiária integral do BNDES
"Companhia"	JBS S.A.
"Conselho de Administração"	Conselho de Administração da Companhia
"CVM"	Comissão de Valores Mobiliários
"Debêntures Conversíveis"	Debêntures conversíveis em ações da Companhia e permutáveis por BDRs e/ou ações da JBS USA, emitidas pela Companhia em 22 de dezembro de 2009
"Diretoria"	A Diretoria da Companhia
"Estatuto Social"	Estatuto social da Companhia, conforme alterado
"FB Participações"	FB Participações S.A.
"J&F"	J&F Participações S.A.
"MAPA"	Ministério da Agricultura, Pecuária e Abastecimento do Brasil
"Novo Mercado"	Segmento especial de negociação introduzido em 2000 pela BM&FBOVESPA, com o conjunto mais rigoroso de práticas de governança corporativa dentre todos os segmentos
"Vigor"	S.A. Fábrica de Produtos Alimentícios Vigor
"ZMF"	ZMF Fundo de Investimento em Participações

9. ATIVOS RELEVANTES

9.1. Descrição dos bens do ativo não-circulante relevantes para o desenvolvimento das atividades da Companhia:

Em 31 de dezembro de 2009, a Companhia operava 294 plantas de abate, processadoras e/ou industrializadoras, sendo que deste total, 198 unidades são de propriedade da Companhia, e 6 são de propriedade de terceiros, operadas pela Companhia como arrendatária.

a. Ativos imobilizados, inclusive aqueles objeto de aluguel ou arrendamento, identificando a sua localização:

A tabela abaixo apresenta as unidades da Companhia.

País	Cidade	Estado	Atividade	Tipo	Arrendamento
Angola	Luanda	Angola	Centro de Distribuição	Inalca Angola	Sim
Angola	Lobito	Angola	Centro de Distribuição	Inter Inalca Angola	Sim
Argélia	Argel	Argélia	Centro de Distribuição	Inalca Algerie	Sim
Argentina	Rosário	Santa Fé	Abate	Bovinos	Não
Argentina	San Jose	Entre Rios	Abate	Bovinos	Não

País	Cidade	Estado	Atividade	Tipo	Arrendamento
Argentina	Venado Tuerto	Santa Fé	Abate	Bovinos	Não
Argentina	Pontevedra	Buenos Aires	Abate	Bovinos	Não
Argentina	Berazategui	Buenos Aires	Abate	Bovinos	Não
Argentina	Colonia Caroya	Cordoba	Abate	Bovinos	Não
Argentina	Zarate	Buenos Aires	Fábrica de Latas	Fábrica de Latas	Não
Argentina	Juarez Celman	Cordoba	Fábrica de Latas	Fábrica de Latas	Sim
Argentina	Buenos Aires	Buenos Aires	Sede	Sede	Não
Austrália	Townsville	Queensland	Abate	Bovinos	Não
Austrália	Rockhampton	Queensland	Abate	Bovinos	Não
Austrália	Dinmore	Queensland	Abate	Bovinos	Não
Austrália	Beef City	Queensland	Abate	Bovinos	Não
Austrália	Brooklyn	Victoria	Abate	Bovinos	Não
Austrália	King Island	Tasmania	Abate	Bovinos	Não
Austrália	Devonport	Tasmania	Abate	Bovinos	Não
Austrália	Longford	Tasmania	Abate	Bovinos	Não
Austrália	Yarrawonga	Victoria	Abate	Bovinos	Não
Austrália	Brooklyn	Victoria	Abate	Smalls	Não
Austrália	Devenport	Tasmania	Abate	Smalls	Não
Austrália	Longford	Tasmania	Abate	Smalls	Não
Austrália	Cobram	Victoria	Abate	Smalls	Não
Austrália	Bordertown - Tatiara	South Australia	Abate	Smalls	Não
Austrália	Beef City	Queensland	Confinamento	Confinamentos	Não
Austrália	Mungindi	New South Wales	Confinamento	Confinamentos	Não
Austrália	Caroona	New South Wales	Confinamento	Confinamentos	Não
Austrália	Prime City	New South Wales	Confinamento	Confinamentos	Não
Austrália	Yambinya	New South Wales	Confinamento	Confinamentos	Não
Austrália	Brisbane	Queensland	Trading ME (Swift Trade)	CD	Sim
Austrália	Townsville	Queensland	Trading MI - CD (Dr)	CD	Sim
Austrália	Sidney	New South Wales	Trading MI - CD (Dr)	CD	Sim
Austrália	Melbourne	Victoria	Trading MI - CD (Dr)	CD	Sim
Austrália	Adelaide	South Austrália	Trading MI - CD (Dr)	CD	Sim
Austrália	Perth	Western Austrália	Trading MI - CD (Dr)	CD	Sim
Austrália	Dinmore	Queensland	Curtume	Couros	Não
Brasil	Andradina	São Paulo	Abate	Bovinos	Não
Brasil	Barretos	São Paulo	Abate	Bovinos	Não
Brasil	Presidente Epitácio	São Paulo	Abate	Bovinos	Não
Brasil	Lins	São Paulo	Abate	Bovinos	Não
Brasil	Cacoal 1	Rondônia	Abate	Bovinos	Não
Brasil	Porto Velho	Rondônia	Abate	Bovinos	Não
Brasil	Vilhena	Rondônia	Abate	Bovinos	Não
Brasil	Pimenta Bueno	Rondônia	Abate	Bovinos	Não
Brasil	Araputanga	Mato Grosso	Abate	Bovinos	Não
Brasil	Barra Do Garças	Mato Grosso	Abate	Bovinos	Não
Brasil	Cáceres	Mato Grosso	Abate	Bovinos	Não
Brasil	Pedra Preta	Mato Grosso	Abate	Bovinos	Não
Brasil	Juara	Mato Grosso	Abate	Bovinos	Não
Brasil	Alta Floresta	Mato Grosso	Abate	Bovinos	Sim
Brasil	Colider	Mato Grosso	Abate	Bovinos	Sim
Brasil	Cuiabá	Mato Grosso	Abate	Bovinos	Sim
Brasil	São José do Quatro Marcos	Mato Grosso	Abate	Bovinos	Sim
Brasil	Diamantino	Mato Grosso	Abate	Bovinos	Não
Brasil	Água Boa	Mato Grosso	Abate	Bovinos	Não
Brasil	Campo Grande	Mato Grosso do Sul	Abate	Bovinos	Não
Brasil	Naviraí	Mato Grosso do Sul	Abate	Bovinos	Não
Brasil	Campo Grande	Mato Grosso do Sul	Abate	Bovinos	Não
Brasil	Iturama	Minas Gerais	Abate	Bovinos	Não
Brasil	Teófilo Otoni	Minas Gerais	Abate	Bovinos	Não
Brasil	Ituiutaba	Minas Gerais	Abate	Bovinos	Não

País	Cidade	Estado	Atividade	Tipo	Arrendamento
Brasil	Anápolis	Goiás	Abate	Bovinos	Não
Brasil	Goiânia	Goiás	Abate	Bovinos	Não
Brasil	Mozarlândia	Goiás	Abate	Bovinos	Não
Brasil	Itapetinga	Bahia	Abate	Bovinos	Não
Brasil	Rio Branco	Acre	Abate	Bovinos	Não
Brasil	Marabá	Pará	Abate	Bovinos	Não
Brasil	Redenção	Pará	Abate	Bovinos	Não
Brasil	Santana do Araguaia	Pará	Abate	Bovinos	Não
Brasil	Tucumã	Pará	Abate	Bovinos	Não
Brasil	Maringá	Paraná	Abate	Bovinos	Não
Brasil	Raposo Tavares	São Paulo	Centro de Distribuição	CD	Sim
Brasil	Carapicuíba	São Paulo	Centro de Distribuição	CD	Não
Brasil	Cubatão	São Paulo	Centro de Distribuição	CD	Sim
Brasil	Brasília	DF	Centro de Distribuição	CD	Sim
Brasil	Esteio	Rio Grande do Sul	Centro de Distribuição	CD	Sim
Brasil	Barueri	São Paulo	Centro de Distribuição	CD	Não
Brasil	Rio de Janeiro	Rio de Janeiro	Centro de Distribuição	CD	Sim
Brasil	Simões Filho	Bahia	Centro de Distribuição	CD	Sim
Brasil	Indaiatuba	São Paulo	Centro de Distribuição	CD	Sim
Brasil	Curitiba	Paraná	Centro de Distribuição	CD	Sim
Brasil	Contagem	Minas Gerais	Centro de Distribuição	CD	Sim
Brasil	Jardinópolis	São Paulo	Centro de Distribuição	CD	Sim
Brasil	São Gonçalo do Sapucaí	Minas Gerais	Centro de Distribuição	CD	Sim
Brasil	Cariacica	Espírito Santo	Centro de Distribuição	CD	Sim
Brasil	Manaus	Amazonas	Centro de Distribuição	CD	Sim
Brasil	Itajaí	Santa Catarina	Centro de Distribuição	CD	Sim
Brasil	Três Rios	Rio de Janeiro	Carne em Conserva	Conservas	Não
Brasil	Uberlândia	Minas Gerais	Vegetais em Conserva	Vegetais	Não
Brasil	Castilho	São Paulo	Confinamento	Confinamento	Não
Brasil	Nazário	Goiás	Confinamento	Confinamento	Não
Brasil	Santo Antônio de Posse	São Paulo	Beef Jerky	Conservas	Não
Brasil	Lins	São Paulo	Biodiesel	Biodiesel	Não
Brasil	São Paulo	São Paulo	Lácteos	Lácteos	Não
Brasil	São Caetano do Sul	São Paulo	Lácteos	Lácteos	Não
Brasil	Cruzeiro	São Paulo	Lácteos	Lácteos	Não
Brasil	Anápolis	Goiás	Lácteos	Lácteos	Não
Brasil	Lavras	Minas Gerais	Lácteos	Lácteos	Não
Brasil	São Gonçalo do Sapucaí	Minas Gerais	Lácteos	Lácteos	Não
Brasil	Santo Inácio	Paraná	Lácteos	Lácteos	Não
Brasil	Bacabal	Maranhão	Curtume	Couros	Não
Brasil	Lins	São Paulo	Curtume	Couros	Não
Brasil	São Luiz dos Montes Belos	Goiás	Curtume	Couros	Não
Brasil	Rio Brilhante	Mato Grosso do Sul	Curtume	Couros	Não
Brasil	Baixo Guandu	Espírito Santo	Curtume	Couros	Não
Brasil	Wanderlândia	Tocantins	Curtume	Couros	Não
Brasil	Redenção	Pará	Curtume	Couros	Não
Brasil	Conceição do Araguaia	Pará	Curtume	Couros	Não
Brasil	Aguaí	São Paulo	Curtume	Couros	Não
Brasil	Estância Velha	Rio Grande do Sul	Curtume	Couros	Não
Brasil	Caruaru	Pernambuco	Curtume	Couros	Não
Brasil	Barra do Bugres	Mato Grosso	Curtume	Couros	Não
Brasil	Porto Velho	Rondônia	Curtume	Couros	Não
Brasil	Uberlândia	Minas Gerais	Curtume	Couros	Não
Brasil	Itumbiara	Goiás	Curtume	Couros	Não
Brasil	Campo Grande	Mato Grosso	Curtume	Couros	Não
Brasil	Barra Do Garças	Mato Grosso	Curtume	Couros	Não
Brasil	Porangatu	Goiás	Curtume	Couros	Sim
Brasil	Gurupi	Tocantins	Curtume	Couros	Não
Brasil	Montenegro	Rio Grande do Sul	Curtume	Couros	Não

País	Cidade	Estado	Atividade	Tipo	Arrendamento
Brasil	Franca	São Paulo	Curtume	Couros	Não
Brasil	Iporã	Goiás	Curtume	Couros	Não
Brasil	Cacoal	Rondônia	Curtume	Couros	Não
Brasil	Guaiçara	São Paulo	Pet	Pet	Não
Brasil	São Luiz dos Montes Belos	Goiás	Pet	Pet	Não
Brasil	Cacoal	Rondônia	Pet	Pet	Não
Brasil	Conceição do Araguaia	Pará	Pet	Pet	Não
Brasil	Jundiaí	São Paulo	Hig/Limp	Hig/Limp	Não
Brasil	Louveira	São Paulo	Hig/Limp	Hig/Limp	Não
Brasil	Curitiba	Paraná	Hig/Limp	Hig/Limp	Não
Brasil	Lins	São Paulo	Colágeno	Colágeno	Não
China	Guangdon	Guangdon	Curtume	Couros	Não
Congo	Point Noir	Congo	Centro de Distribuição	Inalca Brazzaville	Sim
EUA	Cactus	Texas	Curtume	Couros	Não
EUA	Grand Island	Nebraska	Abate	Bovinos	Não
EUA	Greeley	Colorado	Abate	Bovinos	Não
EUA	Hyrum	Utah	Abate	Bovinos	Não
EUA	Cactus	Texas	Abate	Bovinos	Não
EUA	Green Bay	Wisconsin	Abate	Bovinos	Não
EUA	Plainwell	Minnesota	Abate	Bovinos	Não
EUA	Souderton	Pennsylvania	Abate	Bovinos	Não
EUA	Tolleson	Arizona	Abate	Bovinos	Não
EUA	Worthington	Minnesota	Abate	Suínos	Não
EUA	Marshalltown	Iowa	Abate	Suínos	Não
EUA	Louisville	Kentucky	Abate	Suínos	Não
EUA	Greeley	Colorado	Abate	Smalls	Não
EUA	Seabrook	New Jersey	Centro de Distribuição	CD	Sim
EUA	Miami	Flórida	Centro de Distribuição	CD	Sim
EUA	Chicago	Illinois	Centro de Distribuição	CD	Sim
EUA	Grand Island	Nebraska	Centro de Distribuição	CD	Sim
EUA	Denver	Colorado	Centro de Distribuição	CD	Sim
EUA	Phoenix	Arizona	Centro de Distribuição	CD	Sim
EUA	Mcallen	Texas	Centro de Distribuição	CD	Sim
EUA	Greeley	Colorado	Confinamento	Confinamento	Não
EUA	Malta	Idaho	Confinamento	Confinamento	Não
EUA	Kersey	Colorado	Confinamento	Confinamento	Não
EUA	La Salle	Colorado	Confinamento	Confinamento	Não
EUA	Yuma	Colorado	Confinamento	Confinamento	Não
EUA	Lamar	Colorado	Confinamento	Confinamento	Não
EUA	Ulysses	Kansas	Confinamento	Confinamento	Não
EUA	Texhoma	Oklahoma	Confinamento	Confinamento	Não
EUA	Dalhart	Texas	Confinamento	Confinamento	Não
EUA	Hartley	Texas	Confinamento	Confinamento	Não
EUA	Farmington	New Mexico	Confinamento	Confinamento	Sim
EUA	South Charleston	Ohio	Confinamento	Confinamento	Sim
EUA	DePere	Wisconsin	Confinamento	Confinamento	Sim
EUA	Santa Fé	California	Pratos Prontos	Pratos Prontos	Não
EUA	Athens	Alabama	Abate	Frangos	Não
EUA	Athens	Georgia	Abate	Frangos	Não
EUA	Batesville	Arkansas	Abate	Frangos	Não
EUA	Boaz	Alabama	Abate	Frangos	Não
EUA	Broadway	Virginia	Abate	Frangos	Não
EUA	Canton	Georgia	Abate	Frangos	Não
EUA	Carrollton	Georgia	Abate	Frangos	Não
EUA	Chattanooga	Tennessee	Abate	Frangos	Não
EUA	Clinton	Arkansas	Abate	Frangos	Não
EUA	Dallas	Texas	Abate	Frangos	Não
EUA	Dalton	Georgia	Abate	Frangos	Não

País	Cidade	Estado	Atividade	Tipo	Arrendamento
EUA	De Queen	Arkansas	Abate	Frangos	Não
EUA	Douglas	Georgia	Abate	Frangos	Não
EUA	El Dorado	Arkansas	Abate	Frangos	Não
EUA	Ellijay	Georgia	Abate	Frangos	Não
EUA	Enterprise	Alabama	Abate	Frangos	Não
EUA	Gainesville	Georgia	Abate	Frangos	Não
EUA	Guntersville	Alabama	Abate	Frangos	Não
EUA	Live Oak	Florida	Abate	Frangos	Não
EUA	Lufkin	Texas	Abate	Frangos	Não
EUA	Marshville	North Carolina	Abate	Frangos	Não
EUA	Mayfield	Kentucky	Abate	Frangos	Não
EUA	Moorefield	West Virginia	Abate	Frangos	Não
EUA	Mt. Pleasant	Texas	Abate	Frangos	Não
EUA	Nacogdoches	Texas	Abate	Frangos	Não
EUA	Natchitoches	Louisiana	Abate	Frangos	Não
EUA	Russellville	Alabama	Abate	Frangos	Não
EUA	Sanford	North Carolina	Abate	Frangos	Não
EUA	Sumter	South Carolina	Abate	Frangos	Não
EUA	Boaz	Alabama	Pratos Prontos - Frango	Frangos	Não
EUA	Bossier City	Louisiana	Pratos Prontos - Frango	Frangos	Não
EUA	Chattanooga	Tennessee	Pratos Prontos - Frango	Frangos	Não
EUA	Dallas	Texas	Pratos Prontos - Frango	Frangos	Não
EUA	Elberton	Georgia	Pratos Prontos - Frango	Frangos	Não
EUA	Franconia	Pennsylvania	Pratos Prontos - Frango	Frangos	Não
EUA	Moorefield	West Virginia	Pratos Prontos - Frango	Frangos	Não
EUA	Mt. Pleasant	Texas	Pratos Prontos - Frango	Frangos	Não
EUA	Nacogdoches	Texas	Pratos Prontos - Frango	Frangos	Não
EUA	Sumter	South Carolina	Pratos Prontos - Frango	Frangos	Não
EUA	Waco	Texas	Pratos Prontos - Frango	Frangos	Não
EUA	Athens	Georgia	Fábrica de Ração	Frangos	Não
EUA	Batesville	Arkansas	Fábrica de Ração	Frangos	Não
EUA	Calhoun	Georgia	Fábrica de Ração	Frangos	Não
EUA	Canton	Georgia	Fábrica de Ração	Frangos	Não
EUA	Chattanooga	Tennessee	Fábrica de Ração	Frangos	Não
EUA	Commerce	Georgia	Fábrica de Ração	Frangos	Não
EUA	Enterprise	Alabama	Fábrica de Ração	Frangos	Não
EUA	Falkville	Alabama	Fábrica de Ração	Frangos	Não
EUA	Gainesville	Georgia	Fábrica de Ração	Frangos	Não
EUA	Guntersville	Alabama	Fábrica de Ração	Frangos	Não
EUA	Harrisonburg	Virginia	Fábrica de Ração	Frangos	Não
EUA	Hope	Arkansas	Fábrica de Ração	Frangos	Não
EUA	Live Oak	Florida	Fábrica de Ração	Frangos	Não
EUA	Mayfield	Kentucky	Fábrica de Ração	Frangos	Não
EUA	Moorefield	West Virginia	Fábrica de Ração	Frangos	Não
EUA	Mt. Pleasant	Texas	Fábrica de Ração	Frangos	Não
EUA	Nacogdoches	Texas	Fábrica de Ração	Frangos	Não
EUA	Nashville	Arkansas	Fábrica de Ração	Frangos	Não
EUA	Natchitoches	Louisiana	Fábrica de Ração	Frangos	Não
EUA	Pittsburg	Texas	Fábrica de Ração	Frangos	Não
EUA	Staley	North Carolina	Fábrica de Ração	Frangos	Não
EUA	Sumter	South Carolina	Fábrica de Ração	Frangos	Não
EUA	Teneha	Texas	Fábrica de Ração	Frangos	Não
EUA	Tuscumbia	Alabama	Fábrica de Ração	Frangos	Não
EUA	Waco	Georgia	Fábrica de Ração	Frangos	Não
EUA	Wingate	North Carolina	Fábrica de Ração	Frangos	Não
EUA	Albertville	Alabama	Incubadora	Frangos	Não
EUA	Athens	Georgia	Incubadora	Frangos	Não
EUA	Batesville	Arkansas	Incubadora	Frangos	Não
EUA	Blaine	Georgia	Incubadora	Frangos	Não

País	Cidade	Estado	Atividade	Tipo	Arrendamento
EUA	Bowdon	Georgia	Incubadora	Frangos	Não
EUA	Broadway	Virginia	Incubadora	Frangos	Não
EUA	Calhoun	Georgia	Incubadora	Frangos	Não
EUA	Center	Texas	Incubadora	Frangos	Não
EUA	Cohutta	Georgia	Incubadora	Frangos	Não
EUA	Commerce	Georgia	Incubadora	Frangos	Não
EUA	Crossville	Alabama	Incubadora	Frangos	Não
EUA	Cullman	Alabama	Incubadora	Frangos	Não
EUA	De Queen	Arkansas	Incubadora	Frangos	Não
EUA	Enterprise	Alabama	Incubadora	Frangos	Não
EUA	Ft. Payne	Alabama	Incubadora	Frangos	Não
EUA	Gainesville	Georgia	Incubadora	Frangos	Não
EUA	Live Oak	Florida	Incubadora	Frangos	Não
EUA	Marshville	North Carolina	Incubadora	Frangos	Não
EUA	Mayfield	Kentucky	Incubadora	Frangos	Não
EUA	Moorefield	West Virginia	Incubadora	Frangos	Não
EUA	Moulton	Alabama	Incubadora	Frangos	Não
EUA	Nacogdoches	Texas	Incubadora	Frangos	Não
EUA	Nashville	Arkansas	Incubadora	Frangos	Não
EUA	Natchitoches	Louisiana	Incubadora	Frangos	Não
EUA	Pittsburg	Texas	Incubadora	Frangos	Não
EUA	Ranburne	Alabama	Incubadora	Frangos	Não
EUA	Russellville	Alabama	Incubadora	Frangos	Não
EUA	Staley	North Carolina	Incubadora	Frangos	Não
EUA	Sumter	South Carolina	Incubadora	Frangos	Não
EUA	Arlington	Texas	Centro de Distribuição	Frangos	Sim
EUA	Mt. Pleasant	Texas	Centro de Distribuição	Frangos	Sim
EUA	New Port Beach	Califórnia	Centro de Distribuição	Frangos	Não
EUA	Salt Lake City	Utah	Centro de Distribuição	Frangos	Sim
EUA	San Antonio	Texas	Centro de Distribuição	Frangos	Sim
EUA	Fort Lauderdale	Flórida	Centro de Distribuição	CD	Sim
EUA	New Port Beach	Califórnia	Centro de Distribuição	CD	Sim
Itália	Castelvetro	Emilia Romagna	Abate	Bovinos	Não
Itália	Ospedaletto	Lombardia	Abate	Bovinos	Não
Itália	Avelino	Campania	Abate	Bovinos	Não
Itália	Postalesio	Lombardia	Bresaola	Carne Seca	Não
Itália	Castelfranco	Treviso	Confinamento	Confinamento	Não
Itália	Spilamberto	Emilia Romagna	Confinamento	Confinamento	Não
Itália	Rieti	Lazio	Desossa e Enlatados	Conservas	Não
Itália	Mantova	Lombardia	Fatiados, snacks e pratos prontos	Pratos Prontos	Não
Itália	Frosinone	Lazio	Presunto	Presunto	Não
Itália	Busseto	Emilia Romagna	Salame, mortadela e culatello	Presunto	Não
Itália	Stienta	Itália	Centro de Distribuição	Eurobeef	Sim
Itália	Piacenza	Itália	Centro de Distribuição	Fiorani	Sim
México	Los Cues	México	Abate	Frangos	Não
México	San Luis Potosí	México	Abate	Frangos	Não
México	Tepeji del Rio	México	Abate	Frangos	Não
México	Querétaro	México	Fábrica de Ração	Frangos	Não
México	Saltillo	México	Fábrica de Ração	Frangos	Não
México	San Luis Potosí	México	Fábrica de Ração	Frangos	Não
México	Atongo	Mexico	Incubadora	Frangos	Não
México	Balvenaro	Mexico	Incubadora	Frangos	Não
México	Esperanza	Mexico	Incubadora	Frangos	Não
México	Rio Verde	México	Incubadora	Frangos	Não
México	Aguascalientes	México	Centro de Distribuição	Frangos	Não
México	Ciudad Victoria	México	Centro de Distribuição	Frangos	Não
México	Coatzacoalcos	México	Centro de Distribuição	Frangos	Não
México	Guadalajara	México	Centro de Distribuição	Frangos	Não

País	Cidade	Estado	Atividade	Tipo	Arrendamento
México	Monterrey	México	Centro de Distribuição	Frangos	Não
México	Morelia	México	Centro de Distribuição	Frangos	Não
México	Poza Rica	México	Centro de Distribuição	Frangos	Não
México	Puerto Vallarta	México	Centro de Distribuição	Frangos	Não
México	Querétaro	México	Centro de Distribuição	Frangos	Não
México	Reynosa	México	Centro de Distribuição	Frangos	Não
México	San Luis Potosí	México	Centro de Distribuição	Frangos	Não
México	Tampico	México	Centro de Distribuição	Frangos	Não
México	Tepeji del Rio	México	Centro de Distribuição	Frangos	Não
México	Tlalnepantla	México	Centro de Distribuição	Frangos	Não
México	Torreón	México	Centro de Distribuição	Frangos	Não
México	Veracruz	México	Centro de Distribuição	Frangos	Não
Paraguai	Assunção	Paraguai	Abate	Bovinos	Não
Paraguai	San António	Paraguai	Abate	Bovinos	Não
Porto Rico	Aibonito	Porto Rico	Abate	Frangos	Não
Porto Rico	Las Piedras	Porto Rico	Fábrica de Ração	Frangos	Não
Porto Rico	Aibonito	Puerto Rico	Incubadora	Frangos	Não
Porto Rico	Aibonito	Puerto Rico	Centro de Distribuição	Frangos	Sim
RD Congo	Kinshasa	RD Congo	Centro de Distribuição	Inalca Kinshasa	Sim
Rússia	Moscou	Rússia	Fábrica de hambúrguer/ Distribuição	Marr Russia	Sim
Uruguai	Canelones	Uruguai	Abate	Bovinos	Não

Até dezembro de 2007 foi efetuada reavaliação espontânea de bens do ativo imobilizado, suportada por laudo emitido pela empresa especializada SETAPE – Serviços Técnicos de Avaliações do Patrimônio e Engenharia S/C Ltda., de grande parte das unidades industriais da Companhia acrescida aos saldos do ativo imobilizado em contrapartida à rubrica reserva de reavaliação e da provisão para imposto de renda e contribuição social diferidos. Em 31 de dezembro de 2009, o saldo de reavaliações no ativo imobilizado é de R$ 197,5 milhões a reserva de reavaliação é de R$112,4 milhões e a provisão para imposto de renda e contribuição social é de R$ 53,3 milhões. Para as reavaliações acrescidas ao ativo imobilizado foi registrada depreciação acumulada no montante de R$ 31,9 milhões.

b. Patentes, marcas, licenças, concessões, franquias e contratos de transferência de tecnologia, informando:

A Companhia possui uma ampla linha de marcas de produtos de carne *in natura* e produtos industrializados. Entre as principais marcas da Companhia destacam-se:

"Friboi", "Swift", "Swift and Company", "La Herencia", "1855 Swift Premium", "Maturatta", "Cabaña Las Lilas", "Organic Beef Friboi", "Anglo", "Mouran", "Plata", "King Island", "Beef City", "AMH", "Inalca", "Montana" e "Ibise".

A Companhia detêm várias marcas, patentes e nomes de domínio que, a Companhia acredita são relevantes ao negócio e que estão registrados no INPI no Brasil, no INPI na Argentina e no Registro de Marcas e Patentes (*Patent and Trademark Office*) dos Estados Unidos, conforme o caso. Na Itália, as marcas e as patentes são registradas junto ao *Ufficio Italiano Brevetti e Marchi* do Ministério do Desenvolvimento Econômico da Itália. No Japão, a Companhia esta autorizada a utilizar a marca "*Swift*" nos termos de contrato de licenciamento exclusivo firmado com a Nippon Meat Packers Inc. Além disso, com a aquisição da Pilgrim´s Pride, forma adicionadas as seguintes marcas comerciais: *Pilgrim's Pride*, *Country Pride*, *Gold Kist* e *Pierce Chicken*. Atualmente, há vários pedidos de patente e registros de marca pendentes nos Estados Unidos e em outros países. Além de proteger marcas registradas, a Companhia tenta proteger suas marcas não registradas e outras informações de propriedade previstas através de contratos de não divulgação com empregados e terceiros e outras leis e métodos de proteção.

Com relação à marca "Danúbio", a Companhia não detêm sua titularidade. A utilização da marca "Danúbio" pela Companhia é decorrente de *joint venture* formada pela Companhia e por Arla Foods Amba, empresa de origem dinamarquesa, titular da marca. Apesar da Companhia utilizar a marca "Danúbio" no processamento, embalagem e entrega de lácteos e seus derivados sob tal denominação, não há qualquer contrato formal que tenha licenciado a marca para a Companhia.

i. duração

No Brasil e na Argentina, adquire-se a propriedade de uma marca somente pelo registro validamente expedido pelo INPI, sendo assegurado ao seu titular o direito de uso exclusivo em todo o território nacional por 10 anos, contados da data de concessão do registro, prorrogáveis por iguais períodos sucessivos. Durante o processo de registro, o depositante tem apenas uma expectativa de direito para utilização das marcas depositadas, aplicadas para a identificação de seus produtos e serviços. Nos Estados Unidos, as marcas da Companhia estão registradas por um período indeterminado, e o direito de patente dura 20 anos para invenções e 17 ou 20 anos para patentes de utilidades cujo pedido de registro foi protocolado antes de 1995, dependendo da forma de registro (de modo similar ao processo de registro na Austrália).

ii. território atingido

Tanto a Companhia no Brasil, quanto suas subsidiárias nos EUA, na Argentina e na Itália possuem marcas registradas em seus países e também no exterior. Todas as marcas que são comercializadas no exterior possuem registro nos órgãos regulatórios dos respectivos países. A marca Swift, por exemplo, está registrada em diversos países do mundo onde a Companhia vende seus produtos, seja pela JBS Argentina quanto pela JBS USA. Na Itália, as marcas e as patentes são registradas junto ao Ufficio Italiano Brevetti e Marchi do Ministério do Desenvolvimento Econômico da Itália.

iii. eventos que podem causar a perda dos direitos relativos a tais ativos

No âmbito administrativo, os pedidos de registro de marca que estão sob análise do INPI podem ser negados. Ademais, mesmo em relação aos registros de marca já concedidos, não é possível assegurar que terceiros (ou o próprio INPI) não tentem prejudicar os registros da Companhia (com processos de nulidade ou caducidade p.ex.). No âmbito judicial, embora a Companhia seja titular do registro de diversas de suas marcas, não é possível assegurar que terceiros não venham a alegar que a Companhia está violando seus direitos de propriedade intelectual e eventualmente obtenham alguma vitória.

Ademais, a manutenção dos registros de marcas é realizada através do pagamento periódico de retribuições ao INPI. O pagamento das devidas taxas é imprescindível para evitar a extinção dos registros e a conseqüente cessação dos direitos do titular.

Com relação à marca “Danúbio”, caso os contratos relativos à *joint venture* firmada entre a Companhia e a titular da marca, Arla Foods Amba, vierem a ser rescindidos, a Companhia poderá ter que deixar de processar, embalar e entregar produtos de lácteos e seus derivados sob o nome “Danúbio”.

iv. possíveis consequências da perda de tais direitos para a Companhia

A eventual perda dos direitos sobre as marcas registradas pela Companhia acarretaria o fim do direito de uso exclusivo sobre as mesmas nos respectivos territórios dos países e enfrentaria dificuldades para impedir terceiros de utilizar marcas idênticas ou semelhantes para comercializar seus produtos. Além disso, se a Companhia não comprar ser legítima titular das marcas que utiliza, haveria a possibilidade de sofrer demandas judiciais na esfera penal e cível, por uso indevido de marca e violação de direitos de terceiros.

Entre as principais marcas da Companhia destacam-se: "Friboi", "Swift", "Swift and Company", "La Herencia", "1855 Swift Premium", "Maturatta", "Cabaña Las Lilas", "Organic Beef Friboi", "Anglo", "Mouran", "Plata", "King Island", "Beef City", "AMH", "Inalca", "Montana", “Rigamonti” e "Ibise". Tais marcas encontram-se todas registradas.

c. As sociedades em que a Companhia tenha participação, e a respeito delas informar: (i) denominação social; (ii) sede; (iii) atividades desenvolvidas; (iv) participação do emissor; (v) se a sociedade é controlada ou coligada; (vi) se possui registro na CVM; (vii) valor contábil da participação; (viii) valor de mercado da participação conforme a cotação das ações na data de encerramento do exercício social, quando tais ações forem negociadas em mercados organizados de valores mobiliários; (ix) valorização ou desvalorização de tal participação, nos 3 últimos exercícios sociais, de acordo com o valor contábil; (x) valorização ou desvalorização de tal participação, nos 3 últimos exercícios sociais, de acordo com o valor de mercado, conforme as cotações das ações na data de encerramento de cada exercício social, quando tais ações forem negociadas em mercados organizados; (xi) montante de dividendos recebidos nos 3 últimos exercícios sociais; e (xii) razões para aquisição e manutenção de tal participação:

Denominação Social	Sede	Atividade	Participação da Companhia			Controlada / Coligada	Valor Contábil da Participação (Em milhares de reais)			Resultado de Equivalência			Dividendos Recebidos			Razões para aquisição e Manutenção da Participação
			2009	2008	2007		2009	2008	2007	2009	2008	2007	2009	2008	2007	
JBS Embalagens Metálicas Ltda.	Av. Brigadeiro Faria Lima, 2391 – Jd. Paulistano – SP, SP	Confecção de embalagens metálicas	99	99	99	Controlada	34.581	38.559	39.446	-3.978	-887	-1.002	-	-	-	Expectativa de Rendimentos Futuros
JBS Global Investiments S.A.	Vanterpoorl Plaza, Segudo Andar, Wickhams Cay I, Road Town, Tortola, Ilhas Virgens Britânicas.	Sociedade de Participação	100	100	100	Controlada	66.037	109.421	40.909	- 15.488	-108.143	-6.804	-	-	-	Expectativa de Rendimentos Futuros
JBS Holding Internacional S.A.	Av. Brigadeiro Faria Lima, 2391 -Cj.22 sala 2-Jd. Paulistano SP, SP	Sociedade de Participação	100	100	100	Controlada	402.886	582.180	385.831	-304.375	52.324	- 95.015	-	-	-	Expectativa de Rendimentos Futuros
JBS Global A/S (Dinamarca)	DAMPFAERGE VEJ 3,2nd floor Postal code/city : 2100 Copenhagen	Sociedade de Participação	100	100	100	Controlada	143.657	137.865	108.106	-21.438	-10.762	-5.362	-	-	-	Expectativa de Rendimentos Futuros
Mouran Alimentos Ltda	Av. Brigadeiro Faria Lima, 2391- Cj 121-12 sala 1- Jd. Paulistano – SP, SP	Fabricação de produtos de carne	70	70	70	Controlada	-19.486	-15.189	-10.816	-4.297	4.373	-8.116	-	-	-	Expectativa de Rendimentos Futuros
JBS USA, Inc	1770 Promontory Circle Greeley, CO 80634, EUA	Frigorificação	100	100	100	Controlada	3.379.725	2.301.887	719.210	532.906	301.333	- 160.97 6	-	-	-	Expectativa de Rendimentos Futuros
JBS Trading USA, Inc.	One Old Mill Lane – Simsbury, CT, 06070, EUA	Sociedade de Participação	100	100	100	Controlada	-1.766	4.170	21.941	-4.873	541	684	-	-	-	Expectativa de Rendimentos Futuros
JBS Confinamento Ltda	Av. Brigadeiro Faria Lima, 2391-Cj.2, sala 15- Jd. Paulistano-São Paulo, CEP: 01452-00	Criação de Bovinos para corte	100	100	100	Controlada	56.667	29.420	30.001	-7.743	-581	-	-	-	-	Expectativa de Rendimentos Futuros

Denominação Social	Sede	Atividade	Participação da Companhia			Controlada / Coligada	Valor Contábil da Participação (Em milhares de reais)			Resultado de Equivalência			Dividendos Recebidos			Razões para aquisição e Manutenção da Participação
			2009	2008	2007		2009	2008	2007	2009	2008	2007	2009	2008	2007	
Inalca JBS S.p.A	Via Modena, 53 - 41014 Castelvetro di Modena (MO)	Comércio de carne de animais vivos	50	50	-	Controlada	463.011	600.167	-	-1.704	-15.702	-	-	-	-	Expectativa de Rendimentos Futuros.011
JBS Slovakia Holdings, S.R.O	Námestie 1. mája 18., 81106 Bratislava, Eslováquia	Aquisição de ativos para revenda	100	-	-	Controlada	1.251.415	-	-	-42.763	-	-	-	-	-	Expectativa de Rendimentos Futuros
Subsidiárias Incorporadas (3)																
Bertin Holding GMBH	Schulhof 6, 1010, Vienna	Sociedade de Participação	100	-	-	Controlada	142.582	Não aplicável	Não aplicável	-	-	-	-	-	-	Expectativa de Rendimentos Futuros.582
Novaprom Foods e Ingredientes Ltda	Rua Joel Jorge de Melo, 608, térreo, Vila Mariana, SP, SP	Indústria e comércio de carne de animais vivos	60	-	-	Controlada	3.056	Não aplicável	Não aplicável	-	-	-	-	-	-	Expectativa de Rendimentos Futuros
Fábrica de Produtos Alimentícios Vigor S.A.	Rua Joaquim Carlos, 396, SP, SP	Indústria e comércio de carne de animais vivos	99,54	-	-	Controlada	177.927	Não aplicável	Não aplicável	-	-	-	-	-	-	Expectativa de Rendimentos Futuros
Companhia Leco de Produtos Alimentícios S.A.		Indústria e comércio de produtos alimentícios	19,08	-	-	Controlada	-	Não aplicável	Não aplicável	-	-	-	-	-	-	Expectativa de Rendimentos Futuros
Cascavel Couros Ltda	Rodovia CE-253, Km 11,8, Cascavel, CE	Indústria e comércio de couro	99,99	-	-	Controlada	283.847	Não aplicável	Não aplicável	-	-	-	-	-	-	Expectativa de Rendimentos Futuros
Bertin USA Corporation	651 W Washington Blvd, Suíte 300, Chicago –IL, 60661, EUA651	Sociedade de Participação	100	-	-	Controlada	43.154	Não aplicável	Não aplicável	-	-	-	-	-	-	Expectativa de Rendimentos Futuros
Biolins Energia S.A.	Rua das Olimpíadas, 66 6º. Andar, cj. 62, sala 04, SP, SP	Sociedade de Participação; geração de energia elétrica	100	-	-	Controlada	43.727	Não aplicável	Não aplicável	-	-	-	-	-	-	Expectativa de Rendimentos Futuros

Fonte: Demonstrações Financeiras da Companhia relativas aos exercícios sociais encerrados em 31 de dezembro de 2007, 2008 e 2009.

(3) - Refere-se às subsidiárias da incorporadora Bertin, que para fins de melhor visualização e evidênciação aos usuários das informações, foram destacadas.
(VI) – As empresas não possuem registro na CVM.
(VIII) - As empresas não são listadas em bolsa, portanto não ha valor de mercado da participação.
(X) Não houve valorização ou desvalorização do valor de mercado das participações da Companhia nos últimos 3 exercícios sociais.

A Pilgrim's Pride tem registro na New York Stock Exchange, sob o ticker "PPC". O valor de mercado da participação detida pela Companhia na Pilgrim's Pride, conforme a cotação de fechamento das ações na data de encerramento do exercício social de 31 de dezembro de 2009, era de R$ 2.125,7 milhões.

9.2. Outras informações que a Companhia julga relevantes:

Para um melhor entendimento deste Formulário de Referência e as atividades da Companhia, apresentamos abaixo um glossário de definições utilizadas neste Formulário de Referência.

"Aliança Estratégica - Inalca S.p.A."	Aliança estratégica entre a Companhia e a Cremonini
"Bertin"	Bertin S.A.
"BM&FBOVESPA"	BM&FBovespa S.A. – Bolsa de Valores, Mercadorias e Futuros
"BNDES"	Banco Nacional de Desenvolvimento Econômico Social
"BNDESPAR"	BNDES Participações S.A., subsidiária integral do BNDES
"Companhia"	JBS S.A.
"Conselho de Administração"	Conselho de Administração da Companhia
"Diretoria"	A Diretoria da Companhia
"Estatuto Social"	Estatuto social da Companhia, conforme alterado
"FB Participações"	FB Participações S.A.
"Formulário de Referência"	O presente formulário de referência da JBS S.A., conforme alterado
"Five Rivers"	Five Rivers Ranch Cattle Feeding LLC
"JBS Five Rivers"	JBS Five Rivers Cattle Feeding LLC
"J&F Oklahoma"	J&F Oklahoma Holdings Inc.
"JBS Packerland"	JBS Packerland, Inc.
"JBS USA"	JBS USA Holdings, Inc.
"Inalca"	Inalca JBS S.p.A.
"INPI"	Instituto Nacional de Propriedade Industrial
"Pilgrim's Pride" ou "PPC"	Pilgrim's Pride Corporation
"SAGPYA"	*Secretaría de agricultura, ganadería, pesca y alimentación*, secretaria de agricultura da Argentina
"Smithfield Foods"	Smithfield Foods, Inc.
Smithfield Beef	Smithfield Beef Group, Inc.
"Swift"	Swift Foods & Company (atualmente denominada JBS USA Holdings, Inc.)
"Tasman"	Sociedades do Grupo Tasman, da Austrália, incluindo a Tasman Group Services Pty Ltd e a Industry Park Pty Ltd.

"Vigor" S.A. Fábrica de Produtos Alimentícios Vigor

10. COMENTÁRIOS DOS DIRETORES

Os comentários presentes neste item refletem opiniões e análises da Diretoria da Companhia.

10.1. Opinião dos Diretores sobre:

a. condições financeiras e patrimoniais gerais:

A Diretoria da Companhia acredita que a Companhia apresenta condições financeiras e patrimoniais suficientes para implementar o seu plano de negócio e cumprir as suas obrigações de curto e médio prazo. O atual capital de giro da Companhia é suficiente para as atuais exigências e os seus recursos de caixa, inclusive empréstimos de terceiros, são suficientes para atender o financiamento de suas atividades e cobrir sua necessidade de recursos, no mínimo, para os próximos 12 meses.

b. estrutura de capital e possibilidade de resgate de ações ou quotas, indicando (i) hipóteses de resgate; (ii) fórmula de cálculo do valor de resgate:

A Diretoria da Companhia acredita que a atual estrutura de capital apresenta níveis conservadores de alavancagem.

O patrimônio líquido da Companhia, em 31 de dezembro de 2009, era de R$ 16.728,1 milhões, o que representa um acréscimo de 172,7%, ou R$ 10.593,7 milhões, em relação a 31 de dezembro de 2008. Deste aumento, R$213,5 milhões foram provenientes do lucro do exercício.

Em 31 de dezembro de 2009, a Companhia tinha uma posição de caixa de R$ 4.962,5 milhões. Na mesma data, a dívida líquida totalizava R$ 9.467,3 milhões e o índice dívida líquida sobre patrimônio líquido e minoritários era de 54,5% comparado a 54,2% em 31 de dezembro de 2008. Não há hipóteses de resgate de ações de emissão da Companhia além das legalmente previstas.

c. capacidade de pagamento em relação aos compromissos financeiros assumidos:

A necessidade de recursos da Companhia refere-se a (i) compra de matéria prima, sendo que a compra de animais para abate representa cerca de 83,7% desta conta; (ii) impostos indiretos relacionados às atividades operacionais tais como ICMS, PIS/ COFINS e IPI.

As principais fontes de recursos da Companhia são (i) o caixa gerado por meio das atividades operacionais; e (ii) empréstimos e financiamentos bancários de curto prazo para financiamento de capital de giro.

Os Diretores acreditam que os recursos existentes, a geração de caixa operacional e os recursos gerados pelas captações da Companhia serão suficientes para as suas necessidades de liquidez e compromissos financeiros para os próximos 12 meses.

O EBITDA, no período compreendido entre 1º de janeiro de 2007 e 31 de dezembro de 2007, foi de R$ 602,3 milhões e o resultado financeiro líquido, no mesmo período, foi de R$ 403,1 milhões negativos. Dessa forma, o EBITDA apresentou índice de cobertura de 1,5 vezes o nosso resultado financeiro líquido no exercício. O saldo da dívida líquida, composta por empréstimos e financiamentos e títulos a pagar deduzidos de caixa e equivalentes de caixa, em 31 de dezembro de 2007, era de R$ 2.367,9 milhões, ou seja, 3,9 vezes o EBITDA de R$ 602,3 milhões do período compreendido entre 1º de janeiro de 2007 e 31 de dezembro de 2007.

O EBITDA no período compreendido entre 1º de janeiro de 2008 e 31 de dezembro de 2008, foi de R$ 1.156,1 milhões e o resultado financeiro líquido, no mesmo período, foi de R$ 612,2 milhões negativos. Dessa forma, o EBITDA em base pro forma apresentou índice de cobertura de 1,9 vezes o resultado financeiro líquido no exercício. O saldo da dívida líquida, composta por empréstimos e financiamentos deduzidos de caixa e equivalentes de caixa, em 31 de dezembro de 2008, era de R$ 3.324,9 milhões, ou seja, 2,9 vezes o EBITDA de R$ 1.156,1 milhões do período compreendido entre 1º de janeiro de 2008 e 31 de dezembro de 2008.

O EBITDA, em base pro forma, no período compreendido entre 1º de janeiro de 2009 e 31 de dezembro de 2009, foi de R$ 3.058,0 milhões e o resultado financeiro líquido, no mesmo período, foi de R$ 1.707,7 milhões negativos. Dessa forma, o EBITDA em base pro forma apresentou índice de cobertura de 1,8 vezes o resultado financeiro líquido no exercício. O saldo da dívida líquida, composta por empréstimos e financiamentos deduzidos de caixa e equivalentes de caixa, em 31 de dezembro de 2009, era de R$ 9.467,3

milhões, ou seja, 3,1 vezes o EBITDA em base pro forma de R$ 3.058,0 milhões do período compreendido entre 1º de janeiro de 2008 e 31 de dezembro de 2009.

d. fontes de financiamento para capital de giro e para investimentos em ativos não circulantes utilizadas:

A principal fonte de financiamento para capital de giro e investimento em ativos não circulantes da Companhia é a sua própria geração de fluxo de caixa operacional. A Companhia também utiliza linhas de capital de giro dos bancos privados e operações de mercado de capitais como alternativas de financiamento. Para maiores informações acerca dos contratos financeiros da Companhia, vide seção 7.8.

e. fontes de financiamento para capital de giro e para investimentos em ativos não circulantes que pretende utilizar para cobertura de deficiências de liquidez:

Os Diretores acreditam que a geração de caixa operacional da Companhia é suficiente para cumprir as obrigações de capital de giro e passivo circulante. Havendo eventuais descasamentos das disponibilidades com os montantes vincendos no curto prazo, a Companhia conta com linhas de crédito nos principais bancos comerciais de primeira linha atuantes no país. Os Diretores também acreditam que sua principal subsidiária, JBS USA, também possui acesso aos principais bancos comerciais nos Estados Unidos, caso seja necessário, para fazer face às eventuais disponibilidades de recursos.

f. níveis de endividamento e as características de tais dívidas, tais como (i) contratos de empréstimo e financiamento relevantes; (ii) outras relações de longo prazo com instituições financeiras; (iii) grau de subordinação entre as dívidas; e (iv) eventuais restrições a nós impostas em relação a limites de endividamento e contratação de novas dívidas, à distribuição de dividendos, à alienação de ativos, à emissão de novos valores mobiliários e à alienação de controle societário:

Endividamento Bancário

No exercício social encerrado em 31 de dezembro de 2009, os contratos de empréstimos e financiamentos somavam R$ 14.429,8 milhões, sendo que R$ 5.272,1 milhões representavam empréstimos de curto prazo e R$ 9.157,7 milhões correspondiam a empréstimos de longo prazo. Nos exercícios sociais encerrados em 31 de dezembro de 2008 e 2007, o endividamento bancário foi de R$ 5.616,5 milhões e R$ 3.749,6 milhões, respectivamente, representando 56,4% e 69,5% do passivo circulante e não circulante, que, somados, totalizaram R$ 9.964,4 milhões e R$ 5.397,8 milhões nos mesmos períodos.

A Companhia contrai dívidas bancárias com o intuito de financiar as atividades operacionais, assim como para adequar a estrutura de capital da empresa para níveis que a Diretoria acredita serem razoáveis. O endividamento de longo prazo foi obtido para financiar o crescimento futuro da Companhia por meio de aquisições ou crescimento orgânico.

A tabela abaixo apresenta a composição do endividamento em 31 de dezembro de 2009.

Consolidado	(em R$)		
Modalidade	**Taxa média anual de juros e comissões**	**2009**	**2008**
Financiamentos para aquisição de ativo imobilizado:			
FINAME	TJLP e juros de 2,75% a 2,88%	**330,2**	231,7
FINAME	Cesta de moedas e juros de 3,73%	**183,0**	-
FINAME	Juros de 7,00% a 10,08%	**25,6**	-
FINEM	TJLP e juros de 3,00% a 3,98%	**427,1**	-
FINEM	Cesta de moedas do BNDES e juros de 2,90%	**22,6**	-
FININP	Variação cambial e juros de 3,8%	**1,0**	-
Installment note corp aircraft (Notas a Pagar)	Libor e juros de 1,75% a 7,25%	**16,2**	26,4
Installment note corp aircraft (Notas a Pagar)	Juros de 3,50% a 8,53%	**2,7**	-
		1.008,3	**258,0**
Empréstimos para capital de giro:			
ACC - Adiantamento de contrato de câmbio	Variação cambial, Libor, mais juros de 0,45% a 7,20%	**1.633,7**	714,9
ACC - Adiantamento de contrato de câmbio	Variação cambial e juros de 4,65% a 8,90%	**126,8**	-
EXIM - fomento à exportação	TJLP e juros de 3,00% a 3,10%	**185,1**	177,4
EXIM - fomento à exportação	Juros de 9,15% a 18,27%	**326,7**	-
Euro Bonds	Variação cambial e juros de 9,375%	**485,4**	651,7
USD Bonds	Juros de 11,625%	**1.167,1**	-
Tasman revolver	BBSY e juros de 1,60%	**72,6**	-
US revolver	Prime, Libor e juros de 2,25% a 3,25%	**315,0**	-
PPC - US revolver	Juros de 6,75%	**174,1**	-
PPC - US term notes	Juros de 5,25% a 9,00%	**2.002,4**	-
PPC - Mexico revolver	Juros de 9,5981%	**72,0**	-
PPC - US bonds	Juros de 7,625% a 9,25%	**8,8**	-
Capital de Giro - Reais	CDI e juros de 6,00%	**15,0**	51,1
Capital de giro - Dolares Americanos	Libor e juros 1,10% a 3,20%	**46,4**	377,3
Capital de giro - Dólares Australianos	BBSY + 0,975% a 1,6%	**-**	160,1
Capital de giro - Euros	Euribor e juros 0,15% a 1,75%	**310,8**	418,2
Pré-pagamento	Variação cambial, Libor e juros de 1,00 a 2,00%	**1.521,2**	516,8
144-A (Notes 2016)	Variação cambial e juros de 10,25% a 10,50%	**1.170,0**	731,6
NCE/COMPOR	CDI e juros de 2,0%	**1.536,3**	1.559,2
NCE/COMPOR	Juros de 124,50% do CDI	**1.209,0**	-
Empréstimo no Exterior c/organismos multilaterais	Variação cambial, Libor e juros de 1,85%	**87,4**	-
FCO - Fundo do Centro Oeste	Juros de 10,00%	**5,7**	-
FNO - Fundo do Norte	Juros de 10,00%	**34,7**	-
Capital de Giro Agricola	TR e Juros de 10,50%	**75,7**	-
Capital de Giro Industrial	Juros de 152,00% do CDI	**596,3**	-
Nota de Crédito - Importação	Variação cambial e juros de 11,25%	**26,0**	-
EGF (Empréstimo do Governo Federal)	Juros de 6,75%	**8,2**	-
Notes	Variação cambial e juros 9,25%	**207,9**	-
Outros		**1,1**	
		13.421,5	**5.358,4**
Total		**14.429,8**	**5.616,5**
Desmembramento:			
Passivo circulante		**5.272,1**	2.214,8
Passivo não circulante		**9.157,7**	3.401,7
		14.429,8	**5.616,5**

A tabela abaixo apresenta o cronograma para pagamento da dívida no valor total de R$14.429,8 milhões, conforme apurado em 31 de dezembro de 2009:

Empréstimos e Financiamentos Consolidados	Fluxo de amortização data-base 31 de dezembro de 2009	
	(em milhões de R$)	**AV%**
Curto Prazo	5.272,1	**36,54%**
2010	5.272,1	36,54%
Longo Prazo	9.157,7	**63,46%**
2011	3.051,0	21,14%
2012	1.640,6	11,37%
2013	714,9	4,95%
2014	2.348,1	16,27%
2015	32,9	0,23%
2016	1.178,9	8,17%
2017	6,9	0,05%
2018	180,6	1,25%
2019	4,0	0,03%
Total	14.429,8	**100,00%**

Os empréstimos contam basicamente com quatro espécies de garantias: (i) duplicatas a receber; (ii) carta de fiança; (iii) aval por parte dos acionistas controladores diretos e indiretos da Companhia; (iv) hipoteca e penhor sobre parte do maquinário das fábricas e outros bens. Todas as cláusulas que dispõem sobre restrições à capacidade da Companhia de contrair novas dívidas, alienar ativos, dar bens em garantia ou efetivar reorganizações societárias estão sendo integralmente cumpridas. Para uma descrição dessas restrições contratuais, vide item 7.8 deste Formulário de Referência.

Os Diretores acreditam que o fluxo de caixa operacional, que totalizou R$1.428,5 milhões em 2009, e os recursos atualmente disponíveis pela Companhia em 31 de dezembro de 2009 são suficientes para atender às necessidades de liquidez para os próximos 12 meses.

Contratos Financeiros

Na data deste Formulário de Referência estão em vigor os contratos financeiros descritos na seção 7.8, inclusive no que se refere a eventuais restrições contratuais impostas à Companhia. Até a presente data, e no melhor entendimento da administração, tais cláusulas estão sendo cumpridas pela Companhia.

Obrigações Contratuais

Débito com terceiros para investimentos

A tabela abaixo apresenta o cronograma para pagamento dos passivos que compõem a conta de débito com terceiros para investimentos, no total de R$590,5 milhões, conforme apurado em 31 de dezembro de 2009. Esse valor refere-se a débitos remanescentes da aquisição de ativos operacionais e de empresas. O valor de R$ 427,5 milhões refere-se a débitos remanescentes da aquisição de investimentos do Bertin, tais como: (i) Planta Pimenta Bueno; (ii) Gould Participações Ltda., referente a aquisição do Grupo Vigor, adquirido em 2007; e (iii) Cia. Araguaia Eletricidade. O montante de R$ 163,0 milhões refere-se ao montante que deve ser acrescido ao preço de compra da Inalca JBS caso a empresa atinja pelo menos um dos seguintes objetivos econômicos: EBITDA médio nos anos de 2008, 2009 e 2010 igual ou superior a 75 milhões de Euros ou, alternativamente, EBITDA igual ou superior a 90 milhões de Euros no exercício de 2010. Caso nenhum dos objetivos econômicos sejam atingidos, esse débito será revertido contra o valor do ágio apurado quando da aquisição.

Débito com terceiros para investimentos Consolidados *(em milhões de R$)*		**AV%**
Curto Prazo		
2010	427,5	72,4%
Longo Prazo		
2011	163,0	27,6%
2012	-	-
2013	-	-
(...)	-	-
Total	590,5	**100,0%**

Restrições Contratuais

As restrições constantes das obrigações tomadas pela Companhia estão descritas na seção 7.8 deste Formulário de Referência.

g. limites de utilização dos financiamentos já contratados:

Não aplicável aos contratos firmados pela Companhia.

h. alterações significativas em cada item das demonstrações financeiras:

Descrição das principais linhas contábeis

Receitas Líquidas de Vendas (receita após as deduções correspondentes a cancelamentos, descontos e tributos incidentes sobre o faturamento)

As receitas consistem principalmente de:

Venda de carne bovina in natura. Receitas geradas pela venda de cortes de carne bovina in natura, resfriada e congelada, incluindo cortes de picanha, costela, filé mignon, cortes dianteiros e miúdos de boi, dentre outros produtos de carne bovina in natura.

Venda de carne suína in natura. Receitas geradas pela venda de cortes de carne suína in natura, resfriada e congelada, incluindo cortes especiais dentre outros produtos de carne suína in natura.

Venda de carne industrializada. Receitas geradas pela venda de produtos derivados de carne, tais como carne cozida e congelada, carne em conserva, extrato de carne, carne industrializada (hamburger, quibe, salsicha e mortadela) e pratos prontos.

Outros. Receitas geradas pela venda de couro verde a curtumes e também pela venda de milho, ervilhas e seleta de legumes em conserva.

Com a aquisição da Pilgrim's Pride e a incorporação do Bertin no final do ano de 2009, a Companhia entrou em mercados que não explorava. Portanto, durante o ano de 2010 a Companhia somará à sua receita, vendas dos seguintes segmentos: frango; lácteos; produtos de higiene e limpeza; ração animal e biodiesel.

Custo dos Produtos Vendidos

O custo dos produtos vendidos consiste principalmente dos custos na aquisição de matéria-prima, sendo que a principal é o gado. A Companhia celebra aquisição de gado a termo. Além do custo de aquisição do gado, os outros principais custos incluem custos de produção (incluindo embalagens e insumos) e de mão-de-obra.

Despesas Operacionais

As despesas operacionais consistem principalmente de:

Despesas administrativas e gerais. Incluem basicamente gastos com pessoal, bem como com os administradores.

Despesas com vendas. Incluem gastos com publicidade; gastos com equipe de vendas, comissões a vendedores, provisão para créditos de liquidação duvidosa e outras despesas relacionadas.

Resultado financeiro líquido. Incluem receitas e despesas de juros, tributos incidentes sobre receitas financeiras (PIS/COFINS até julho de 2004), tributo incidente sobre movimentação financeira (CPMF), variação monetária e ganhos (perdas) cambiais líquidos, bem como ganhos (perdas) realizados e não realizados em derivativos.

Resultado Não Operacional

Resultado não-operacional. Incluem os resultados não-operacionais, tais como resultados oriundos da venda de certos ativos.

Imposto de Renda e Contribuição Social sobre o Lucro e Diferidos

Imposto de renda e contribuição social sobre o lucro e diferidos. Referem-se ao imposto de renda e contribuição social correntes e diferidos sobre o lucro líquido, que podem atingir, em conjunto, a alíquota máxima de 34% do nosso lucro, sendo: (i) imposto de renda, recolhido à alíquota de 15% sobre o lucro do exercício; (ii) adicional do imposto de renda, incidente sobre a parcela do lucro que exceder R$240 mil ao ano, recolhido à alíquota de 10%; e (iii) contribuição social sobre o lucro líquido, recolhida à alíquota de 9%; e (iv) imposto de renda e contribuição social diferidos, registrados pelas alíquotas supracitadas sobre as diferenças intertemporais, além de prejuízo fiscal e base negativa de contribuição social.

Estoques

Os estoques são registrados ao custo médio de aquisição, criação ou produção, que não supera os valores de mercado ou de realização. O custo desses estoques são reconhecidos no resultado quando são vendidos.

Imobilizado

O ativo imobilizado é demonstrado ao custo histórico de aquisição, acrescido de reavaliações espontâneas realizadas em diferentes datas até 31 de dezembro de 2007 para parte significativa dos bens constantes do ativo imobilizado, baseadas em laudos de empresa especializada.

Em decorrência das alterações promovidas pela Lei n° 11.638/07, que extinguiu a possibilidade de reavaliação do ativo imobilizado, a partir de 1 de janeiro de 2008 a Companhia e suas controladas, com base na opção concedida pela instrução normativa n° 469 de 2 de maio de 2008, optou pela manutenção dos saldos de reavaliações constituídas até 31 de dezembro de 2007, as quais serão realizadas, em sua totalidade, com base na depreciação ou alienação dos bens reavaliados. A depreciação é calculada pelo método linear, de acordo com a vida útil econômica estimada.

Intangível

O ativo intangível é demonstrado ao custo de aquisição ou formação, deduzido da amortização. Os ativos intangíveis com vida útil indefinida não são amortizados. O ágio fundamentado por expectativa de rentabilidade futura deixa de ser amortizado a partir 1 de janeiro de 2009 conforme orientação OCPC 2, ratificada pela CVM através do ofício-circular CVM/SNC/SEP no. 01/2009.

Exercício social encerrado em 31 de dezembro de 2008 comparado ao exercício social encerrado em 31 de dezembro de 2009

As tabelas abaixo apresentam os valores relativos à demonstração dos resultados consolidados para os exercícios

Demonstração do Resultado do Exercício Consolidado					
	Nos exercícios encerrados em 31 de dezembro de				
	2009		2008		2009/2008
(em milhões de reais)	Consolidado	AV %	Consolidado	AV %	AH%
RECEITA OPERACIONAL BRUTA DE VENDAS	35.195,5	102,6%	31.105,6	102,5%	13,1%
Mercado interno	27.091,6	79,0%	20.787,5	68,5%	30,3%
Mercado externo	8.103,9	23,6%	10.318,1	34,0%	-21,5%
DEDUÇÕES DE VENDAS	(883,7)	-2,6%	(765,3)	-2,5%	15,5%
Devoluções e descontos	(395,5)	-1,2%	(369,2)	-1,2%	7,1%
Impostos sobre as vendas	(488,2)	-1,4%	(396,2)	-1,3%	23,2%
RECEITA OPERACIONAL LÍQUIDA	34.311,8	100,0%	30.340,3	100,0%	13,1%
Custo dos produtos vendidos	(31.112,7)	-90,7%	(27.347,8)	-90,1%	13,8%
LUCRO BRUTO	3.199,1	9,3%	2.992,5	9,9%	6,9%
(DESPESAS) RECEITAS OPERACIONAIS	(2.858,6)	-8,3%	(2.907,7)	-9,6%	-1,7%
Administrativas e gerais	(705,6)	-2,1%	(570,1)	-1,9%	23,8%
Despesas com vendas	(1.562,8)	-4,6%	(1.517,6)	-5,0%	3,0%
Resultado financeiro líquido	(601,1)	-1,8%	(612,2)	-2,0%	-1,8%
Resultado de equivalência	-	-	-	-	-
Amortização de ágio de investimentos	-	-	(179,9)	-0,6%	-
Despesas extraordinárias	-	-	(35,7)	-0,1%	-
Outras (despesas) receitas	10,9	0,0%	7,7	0,0%	41,6%
RESULTADO ANTES DA PROVISÃO PARA IMPOSTO DE RENDA E CONTRIBUIÇÃO SOCIAL	340,5	1,0%	84,8	0,3%	301,5%
Imposto de renda e contribuição social do exercício	(49,7)	-0,1%	(52,2)	-0,2%	-4,8%
Imposto de renda e contribuição social diferidos	(162,0)	-0,5%	(10,0)	0,0%	1.520,0%
Total	(211,7)	-0,6%	(62,2)	-0,2%	240,4%
RESULTADO ANTES DA PARTICIPAÇÃO DOS MINORITÁRIOS	128,8	0,4%	22,5	0,1%	472,4%
Participação minoritária no resultado de controlada	0,6	0,0%	3,4	0,0%	-82,4%
LUCRO LÍQUIDO (PREJUÍZO) DO EXERCÍCIO	129,4	0,4%	25,9	0,1%	399,6%

Comparação dos resultados operacionais dos exercícios encerrados em 31 de dezembro de 2008 e 2009

Receita de Vendas de Produtos

A receita de vendas de produtos aumentou em 13,1%, passando de R$ 31.105,6 milhões no exercício encerrado em 31 de dezembro de 2008 para R$ 35.195,5 milhões no exercício encerrado em 31 de dezembro de 2009 devido principalmente em função da (i) conclusão da aquisição da Smithfield Beef no final do ano de 2008 e que passou a configurar nossa demonstração de resultado durante todo o exercício de 2009, (ii) o

aumento do volume de produção e vendas da Companhia, e (iii) resultado de variação do câmbio médio, o que foi negativamente compensado por uma deterioração nas condições de mercado em função da crise global e pela redução nos preços de vendas dos produtos da Companhia. A receita de vendas do mercado interno aumentou 30,3%, passando de R$ 20.787,5 milhões no exercício social encerrado em 31 de dezembro de 2008 para R$ 27.091,6 milhões no exercício social encerrado em 31 de dezembro de 2009. A receita de vendas do mercado externo reduziu 21,5%, passando de R$ 10.318,1 milhões no exercício social encerrado em 31 de dezembro de 2008 para R$8.103,9 milhões no exercício social encerrado em 31 de dezembro de 2009.

Deduções de Vendas

As deduções de vendas aumentaram em 15,5% em 2009, passando de R$ 765,3 milhões, representando no exercício encerrado em 31 de dezembro de 2008 para R$ 883,7 milhões no exercício encerrado em 31 de dezembro de 2009, como conseqüência do aumento do faturamento bruto. Como percentual da receita líquida operacional as deduções de vendas passaram de 2,5% em 2008 para 2,6% em 2009.

Receita Operacional Líquida

A receita operacional líquida aumentou em 13,1%, passando de R$ 30.340,3 milhões no exercício encerrado em 31 de dezembro de 2008 para R$ 34.311,8 milhões no exercício encerrado em 31 de dezembro de 2009 devido principalmente a (i) conclusão da aquisição da Smithfield Beef, que passou a configurar nossa demonstração de resultado durante todo o exercício de 2009, (ii) o aumento do volume de vendas nas operações, e (iii) desvalorização do câmbio médio em 9% da moeda brasileira com relação a moeda americana. Tal resultado foi parcialmente afetado pela redução nos preços de vendas médio geral de 1,6% no ano de 2009 em comparação com o ano 2008, gerada pela deterioração das condições de mercado em função da crise global.

A receita operacional líquida da Divisão Mercosul obteve uma redução de 2,5% de R$ 6.115,5 milhões em 2008 para R$ 5.961,5 milhões em 2009 o que se deve a dois efeitos: (i) aumento do volume de vendas em 16,8%, passando de 1.299,3 mil toneladas no ano de 2008 para 1.517,0 mil no ano de 2009; e (ii) queda do preço médio de venda dos produtos em 8,1% em função da crise financeira global passando de R$ 4,3 por kg para R$ 3,9 kg.

A receita operacional líquida da Divisão Carne Bovina – USA/AUS obteve um crescimento de 22,4% passando de R$ 18.226,0 milhões em 2008 para R$ 22.303,3 milhões em 2009, sendo que tal variação é principalmente ao aumento do volume de vendas em 18,6% decorrente do melhor aproveitamento da capacidade instalada como também resultante da aquisição da Smithfield Beef, passando de 3.559,3 mil toneladas em 2008 para 4.219,6 mil toneladas em 2009 e também a uma desvalorização média do real frente ao dólar.

A receita operacional líquida da Divisão Europa ficou praticamente estável passando de R$ 1.544,2 milhões em 2008 para R$ 1.589,1 milhões em 2009.

A receita operacional líquida da Divisão Carne Suína - USA ficou praticamente estável passando de R$ 4.454,5 milhões em 2008 para R$ 4.457,8 milhões em 2009, decorrente do aumento do volume de vendas de 4,3% passando de 1.284,3 mil no ano de 2008 para 1.339,2 mil no ano de 2009, e da queda do preço de venda médio, em Reais,de 3,8% de nossos produtos devido a crise financeira global.

Custo dos Produtos Vendidos

O custo dos produtos vendidos aumentou em 13,8%, passando de R$ 27.347,8 milhões no exercício encerrado em 31 de dezembro de 2008 para R$ 31.112,7 milhões no exercício encerrado em 31 de dezembro de 2009. Este aumento deve-se principalmente a (i) conclusão da aquisição da Smithfield Beef durante o ano de 2009, (ii) aumento do volume de produção consolidado de 15,0% e (iii) desvalorização de cerca de 9% da moeda brasileira em frente a moeda americana, o que acarretou um aumento dos custos operacionais em moeda local. Como percentual da receita operacional líquida, o custo dos produtos vendidos passou de 90,1% no exercício social encerrado em 31 de dezembro de 2008 para 90,7% no exercício social encerrado em 31 de dezembro de 2009, um aumento de 0.6 ponto percentual.

Lucro Bruto

O lucro bruto aumentou 6,9%, passando de R$2.992,5 milhões no exercício encerrado em 31 de dezembro de 2008 para R$3.199,1 milhões no exercício encerrado em 31 de dezembro de 2009 devido principalmente as

variações sofridas nas rubricas de receita líquida e custo de produtos vendidos durante o ano de 2009, ficando a margem bruta em 9,3% em 2009 ante a uma margem bruta de 9,9% em 2008.

Despesas Administrativas e Gerais

As despesas administrativas e gerais aumentaram em 23,8%, passando de R$ 570,1 milhões no exercício encerrado em 31 de dezembro de 2008 para R$ 705,6 milhões no exercício encerrado em 31 de dezembro de 2009. Esses aumentos são decorrentes, principalmente, da conclusão da aquisição da Smithfield Beef durante o ano de 2009 e de um aumento no quadro de funcionários na Divisão MERCOSUL e Divisão Carne Bovina – USA/AUS. Como percentual da receita operacional líquida, as despesas gerais e administrativas passaram de 1,9% no exercício social encerrado em 31 de dezembro de 2008 para 2,1% no exercício social encerrado em 31 de dezembro de 2009, um aumento de 0,2 ponto percentual.

Despesas com Vendas

As despesas com vendas aumentaram em 3,0%, passando de R$ 1.517,6 milhões no exercício encerrado em 31 de dezembro de 2008 para R$ 1.562,8 milhões no exercício encerrado em 31 de dezembro de 2009. Esse aumento é decorrente, principalmente do aumento do número de colaboradores no departamento comercial na Divisão Mercosul e também da conclusão da aquisição da Smithfield Beef durante o ano de 2009. No entanto, como percentual da receita operacional líquida, as despesas com vendas passaram de 5,0% no exercício social encerrado em 31 de dezembro de 2008 para 4,6% no exercício social encerrado em 31 de dezembro de 2009, uma redução de 0,4 ponto percentual.

Resultado Financeiro Líquido

O resultado financeiro líquido permaneceu praticamente estável, passando de R$ 612,2 milhões negativos no exercício encerrado em 31 de dezembro de 2008 para R$ 601,1 milhões negativos no exercício encerrado em 31 de dezembro de 2009. Como percentual da receita operacional líquida, o resultado financeiro líquido passou de 2,0% no exercício social encerrado em 31 de dezembro de 2008 para 1,8% no exercício social encerrado em 31 de dezembro de 2009, uma redução de 0.2 ponto percentual.

Outras Receitas e Despesas Operacionais

O resultado de outras receitas e despesas operacionais aumentou em 41,6%, passando de R$ 7,7 milhões no exercício encerrado em 31 de dezembro de 2008 para R$ 10,9 milhões no exercício encerrado em 31 de dezembro de 2009, em função de vendas esporádicas de sucatas ou sobras de estoque.

Amortização de Ágio

A Companhia, conforme orientação expressa na Deliberação CVM no. 565, de 17 de dezembro de 2008, e Deliberação CVM no. 553, de 12 de novembro de 2008, se adequou ao critério de não mais amortizar o ágio por expectativa de rentabilidade futura a partir do exercício social iniciado em 1 de janeiro de 2009. Cabe ressaltar que os ativos intangíveis com vida útil indefinida não mais podem ser amortizados conforme orientação dessas deliberações. Logo a amortização de ágio passou de R$ 179,9 milhões no exercício encerrado em 31 de dezembro de 2008 para R$ 0,0 milhões no exercício encerrado em 31 de dezembro de 2009.

Despesas Extraordinárias

As despesas extraordinárias foram de R$ 35,7 milhões no exercício encerrado em 31 de dezembro de 2008 resultante do custo de *consent solicitation* do EURO BONDS e notas sob a regra 144-A.

Resultado Antes da Provisão para Imposto de Renda e Contribuição Social

Devido as variações das contas, acima descritas, o resultado antes da provisão para imposto de renda e contribuição social aumentou em 301,5%, passando de R$ 84,8 milhões no exercício encerrado em 31 de dezembro de 2008 para R$ 340,5 milhões no exercício encerrado em 31 de dezembro de 2009. Como percentual da receita operacional líquida, o resultado antes da provisão para imposto de renda e contribuição social passou de 0,3% no exercício social encerrado em 31 de dezembro de 2008 para 1,0% no exercício social encerrado em 31 de dezembro de 2009, um aumento de 0.7 ponto percentual.

Imposto de Renda e Contribuição Social sobre do Período

O imposto de renda e contribuição social sobre o lucro diminuíram em 4,8%, passando de R$ 52,2 milhões negativos no exercício encerrado em 31 de dezembro de 2008 para R$ 49,7 milhões negativos no exercício encerrado em 31 de dezembro de 2009. Como percentual da receita operacional líquida, o imposto de renda e contribuição social passaram de 0,2% no exercício social encerrado em 31 de dezembro de 2008 para 0,1% no exercício social encerrado em 31 de dezembro de 2009, uma redução de 0.1 ponto percentual.

Imposto de Renda e Contribuição Social Diferidos

O saldo de imposto de renda e contribuição social diferidos diminuiu de R$ 10 milhões negativos no exercício encerrado em 31 de dezembro de 2008 para R$ 162,0 milhões negativos no exercício encerrado em 31 de dezembro de 2009. Como percentual da receita operacional líquida, o imposto de renda e contribuição social diferidos representaram 0.5% no exercício social encerrado em 31 de dezembro de 2009.

Resultado antes da Participação dos Minoritários

O resultado antes da participação dos minoritários aumentou de R$22,5 milhões no exercício encerrado em 31 de dezembro de 2008 para um lucro de R$128,8 milhões no exercício encerrado em 31 de dezembro de 2009, representando um aumento de 472,4%, em decorrência das variações expostas acima. Como percentual da receita operacional líquida, o resultado antes da participação dos minoritários passou de 0,1% no exercício social encerrado em 31 de dezembro de 2008 para 0,4% no exercício social encerrado em 31 de dezembro de 2009, um aumento de 0.3 ponto percentual.

Lucro Líquido do Exercício

Pelos motivos expostos acima, o lucro líquido do período aumentou de R$25,9 milhões no exercício encerrado em 31 de dezembro de 2008 para um lucro líquido de R$129,4 milhões no exercício encerrado em 31 de dezembro de 2009, representando um aumento de 399,6%. Como percentual da receita operacional líquida, o lucro liquido do exercício passou de 0,1% no exercício social encerrado em 31 de dezembro de 2008 para 0,4% no exercício social encerrado em 31 de dezembro de 2009, um aumento de 0,3 ponto percentual.

Balanços patrimoniais consolidadas levantados em 31 de dezembro de 2009 e 2008
(Em milhões de reais)

	2009		2008		2009/2008
ATIVO	**Consolidado**	**AV %**	**Consolidado**	**AV %**	**AH%**
CIRCULANTE					
Caixa e equivalentes de caixa	4.962,5	11,7%	2.291,6	14,2%	116,6%
Contas a receber de clientes	3.201,4	7,5%	2.232,3	13,9%	43,4%
Estoques	3.732,6	8,8%	2.549,7	15,8%	46,4%
Impostos a recuperar	1.066,0	2,5%	623,0	3,9%	71,1%
Despesas antecipadas	131,9	0,3%	70,9	0,4%	86,0%
Outros ativos circulantes	848,8	2,0%	493,4	3,1%	72,0%
TOTAL DO CIRCULANTE	**13.943,3**	**32,8%**	**8.260,9**	**51,3%**	**68,8%**
NÃO CIRCULANTE	-		-		
Realizável a Longo Prazo	-		-		
Créditos com empresas ligadas	327,0	0,8%	54,6	0,3%	498,9%
Depósitos, cauções e outros	645,6	1,5%	102,8	0,6%	528,0%
Imposto de renda e contribuição social diferidos	807,5	1,9%	481,5	3,0%	67,7%
Impostos a recuperar	615,7	1,4%	65,3	0,4%	842,9%
Total do Realizável a Longo Prazo	**2.395,9**	**5,6%**	**704,1**	**4,4%**	**240,3%**
Investimentos em controladas	-		-		
Outros investimentos	4,0	0,0%	5,7	0,0%	-29,8%
Imobilizado	13.292,5	31,3%	4.918,7	30,6%	170,2%
Intangível	12.853,5	30,3%	2.205,3	13,7%	482,8%
Diferido	-		1,6	0,0%	-100,0%
	26.149,9	**61,5%**	**7.131,3**	**44,3%**	**266,7%**
TOTAL DO NÃO CIRCULANTE	**28.545,8**	**67,2%**	**7.835,5**	**48,7%**	**264,3%**
TOTAL DO ATIVO	**42.489,1**	**100,0%**	**16.096,3**	**100,0%**	**164,0%**

	2009		2008		2009/2008
PASSIVO	**Consolidado**	**AV %**	**Consolidado**	**AV %**	**AH%**
CIRCULANTE					
Fornecedores	2.525,3	5,9%	2.077,8	12,9%	21,5%
Empréstimos e financiamentos	5.272,1	12,4%	2.214,8	13,8%	138,0%
Obrigações fiscais, trabalhistas e sociais	721,9	1,7%	337,2	2,1%	114,0%
Dividendos declarados	123,0	0,3%	51,1	0,3%	140,5%
Débito com terceiros para investimentos	427,5	1,0%	-	0,0%	0,0%
Outros passivos circulantes	373,2	0,9%	248,3	1,5%	50,3%
TOTAL DO CIRCULANTE	**9.442,9**	**22,2%**	**4.929,3**	**30,6%**	**91,6%**
NÃO CIRCULANTE	-		-		
Empréstimos e financiamentos	9.157,7	21,6%	3.401,7	21,1%	169,2%
Debêntures conversíveis	3.462,2	8,1%	-	0,0%	0,0%
Imposto de renda e contribuição social diferidos	1.539,1	3,6%	884,9	5,5%	73,9%
Provisão para contingências	421,9	1,0%	57,6	0,4%	632,0%
Débitos com empresas ligadas	-	0,0%	-	0,0%	0,0%
Débito com terceiros para investimentos	163,0	0,4%	210,5	1,3%	-22,6%
Outros passivos não circulantes	932,9	2,2%	480,3	3,0%	94,2%
TOTAL DO NÃO CIRCULANTE	**15.676,8**	**36,9%**	**5.035,1**	**31,3%**	**211,4%**
PARTICIPAÇÃO DE MINORITÁRIOS	**641,3**	**1,5%**	**(2,5)**	**0,0%**	**-26188,4%**
PATRIMÔNIO LÍQUIDO	-		-		
Capital social	16.483,5	38,8%	4.495,6	27,9%	266,7%
Reserva de capital	714,5	1,7%	769,5	4,8%	-7,1%
Reserva de reavaliação	112,4	0,3%	118,2	0,7%	-4,9%
Reservas de lucros	31,0	0,1%	1,3	0,0%	2289,6%
Ajustes de avaliação patrimonial	(0,9)	0,0%	(2,9)	0,0%	-68,7%
Ajustes acumulados de conversão	(612,4)	-1,4%	752,8	4,7%	-181,3%
TOTAL DO PATRIMÔNIO LÍQUIDO	**16.728,1**	**39,4%**	**6.134,4**	**38,1%**	**172,7%**
TOTAL DO PASSIVO	**42.489,1**	**100,0%**	**16.096,3**	**100,0%**	**164,0%**

Comparação das contas patrimoniais dos exercícios encerrados em 31 de dezembro de 2008 e 2009

Ativo Circulante

O ativo circulante cresceu 68,8%, passando de R$ 8.260,9 milhões em 31 de dezembro de 2008 para R$ 13.943,3 milhões em 31 de dezembro de 2009. As principais variações foram:

a) aumento de 116,6% nas disponibilidades, de R$ 2.291,6 milhões em 2008 para R$ 4.962,5 milhões em 2009, em decorrência principalmente da emissão de debêntures permutáveis ou conversíveis em dezembro de 2009, aquisição da Pilgrim's Pride e da incorporação do Bertin;

b) aumento de 43,4% em contas a receber de clientes, de R$ 2.232,3 milhões em 2008 para R$ 3.201,5 milhões em 2009, decorrente da aquisição da Pilgrim's Pride e da incorporação do Bertin;

c) aumento de 46,4% em estoques, de R$ 2.549,7 milhões em 2008 para R$ 3.732,6 milhões em 2009, decorrente, principalmente, da aquisição da Pilgrim's Pride e da incorporação do Bertin.

Ativo Não Circulante

O ativo não circulante registrou um aumento de 264,3%, passando de R$ 7.835,5 milhões em 31 de dezembro de 2008 para R$28.545,8 milhões em 31 de dezembro de 2009. As principais variações foram:

a) o aumento de 240,3% no total realizável a longo prazo, passando de R$ 704,1 milhões em 31 de dezembro de 2008 para R$2.395,9 milhões em 31 de dezembro de 2009, decorrente das seguintes variações:

(i) o aumento de 500,0% dos créditos com empresas ligadas, passando de R$ 54,6 milhões em 2008 para R$ 327,0 milhões em 2009, decorrente principalmente, da aquisição da Pilgrim's Pride e da incorporação do Bertin; o aumento de 528,1% em depósitos, cauções e outros, passando de R$ 102,8 milhões em 2008 para R$ 645,6 milhões em 2009, como resultado da aquisição da Pilgrim's Pride e da incorporação do Bertin; e

(ii) o aumento de 67,7% em imposto de renda e contribuição social diferidos, passando de R$ 481,5 milhões em 2008 para R$ 807,5 milhões em 2009, como resultado da aquisição da Pilgrim's Pride e da incorporação do Bertin.

(iii) o aumento de 266,7% no total do permanente, passando de R$ 7.131,3 milhões em 31 de dezembro de 2008 para R$ 26.149,9 milhões em 31 de dezembro de 2009, decorrente principalmente das seguintes variações:

(iv) o aumento de 170,2% em imobilizado, passando de R$ 4.918,7 milhões em 2008 para R$ 13.292,5 milhões em 2009, como resultado da aquisição da Pilgrim's Pride e da incorporação do Bertin; e

(v) o aumento de 482,8% em intangível, passando de R$2.205,3 milhões em 2008 para R$12.853,4 milhões em 2009, como resultado da aquisição da Pilgrim's Pride e da incorporação do Bertin.

Passivo Circulante

O saldo do nosso passivo circulante aumentou em 91,6%, passando de R$ 4.929,3 milhões em 31 de dezembro de 2008 para R$ 9.442,9 milhões em 31 de dezembro de 2009. As principais variações foram:

(a) o aumento de 21,5% em fornecedores, de R$ 2.077,8 milhões em 2008 para R$ 2.525,3 milhões em 2009, devido, principalmente da aquisição aquisição da Pilgrim's Pride e da incorporação do Bertin;

(b) o aumento de 138,0% dos empréstimos e financiamentos, passando de R$ 2.214,8 milhões em 2008 para R$ 5.272,1 milhões em 2009, em virtude da aquisição da Pilgrim's Pride e da incorporação do Bertin; e

(c) o aumento de 114,1% em obrigações fiscais, trabalhistas e sociais, de R$ 337,2 milhões em 2008 para R$ 721,9 milhões em 2009, por conta, principalmente da aquisição da Pilgrim's Pride e da incorporação do Bertin.

Passivo Não Circulante

O saldo do nosso passivo não circulante aumentou em 211,4%, passando de R$ 5.035,1 milhões em 31 de dezembro de 2008 para R$15.676,8 milhões em 31 de dezembro de 2009. As principais variações foram:

(a) captação de R$ 3.462,2 milhões através da emissão das Debêntures Conversíveis (para maiores informações sobre as Debêntures Conversíveis, vide seção 6.5 deste Formulário de Referência); e

(b) o aumento de 169,2% dos empréstimos e financiamentos, passando de R$ 3.401,7 milhões em 2008 para R$ 9.157,7 milhões em 2009, em virtude da aquisição da Pilgrim's Pride e da incorporação do Bertin.

Patrimônio Líquido

O patrimônio líquido aumentou em 172,7%, passando de R$ 6.134,4 milhões em 31 de dezembro de 2008 para R$ 16.728,1 milhões em 31 de dezembro de 2009, em decorrência da incorporação do Bertin no balanço patrimonial da Companhia e também decorrente da emissão de ações.

Exercício social encerrado em 31 de dezembro de 2007 comparado ao exercício social encerrado em 31 de dezembro de 2008

As tabelas abaixo apresentam os valores relativos às demonstrações dos resultados consolidados para os exercícios sociais encerrados em 31 de dezembro de 2007 e 2008.

Demonstração do Resultado do Exercício Consolidado					
	Nos exercícios encerrados em 31 de dezembro de				
	2008		2007		2008/2007
(em milhões de reais)	Consolidado	AV %	Consolidado	AV %	AH%
RECEITA OPERACIONAL BRUTA DE VENDAS	31.105,6	102,5%	14.727,1	104,1%	111,2%
Mercado interno	20.787,5	68,5%	8.974,9	63,5%	131,6%
Mercado externo	10.318,1	34,0%	5.752,2	40,7%	79,4%
DEDUÇÕES DE VENDAS	(765,3)	-2,5%	(585,5)	-4,1%	30,7%
Devoluções e descontos	(369,2)	-1,2%	(273,6)	-1,9%	34,9%
Impostos sobre as vendas	(396,2)	-1,3%	(312,0)	-2,2%	27,0%
RECEITA OPERACIONAL LÍQUIDA	30.340,3	100%	14.141,6	100%	114,5%
Custo dos produtos vendidos	(27.347,8)	-90,1	(12.609,1)	-89,2%	116,9%
LUCRO BRUTO	2.992,5	9,9%	1.532,5	10,8%	95,3%
(DESPESAS) RECEITAS OPERACIONAIS	(2.907,7)	-9,6%	(1.596,1)	-11,3%	82,2%
Administrativas e gerais	(570,1)	-1,9%	(275,6)	-1,9%	106,9%
Despesas com vendas	(1.517,6)	-5,0%	(786,6)	-5,6%	92,9%
Resultado financeiro líquido	(612,2)	-2,0%	(403,1)	-2,9%	51,9%
Amortização de ágio de investimentos	(179,9)	-0,6%	(74,9)	-0,5%	140,2%
Despesas extraordinárias	(35,7)	-0,1%	(67,1)	-0,5%	(46,8%)
Outras (despesas) receitas	7,7	0,0%	11,2	0,1%	(31,3%)
RESULTADO ANTES DA PROVISÃO PARA IMPOSTO DE RENDA E CONTRIBUIÇÃO SOCIAL	84,8	0,3%	(63,6)	-0,4%	(233,8%)
Imposto de renda e contribuição social do exercício	(52,2)	-0,2%	(107,1)	-0,8%	(51,3%)
Imposto de renda e contribuição social diferidos	(10,0)	0,0%	2,2	0,0%	-(554,5%)
Total	(62,2)	-0,2%	(104,9)	-0,7%	(40,7%)
LUCRO LÍQUIDO (PREJUÍZO) ANTES DA PARTICIPAÇÃO DOS MINORITÁRIOS	22,5	0,1%	(168,5)	-1,2%	(113,4%)
Participação minoritária no resultado de controlada	3,4	0,0%	3,5	0,0%	(2,9%)
LUCRO LÍQUIDO (PREJUÍZO) DO EXERCÍCIO	25,9	0,1%	(165,0)	-1,2%	(115,7%)

Comparação dos resultados operacionais dos exercícios encerrados em 31 de dezembro de 2007 e 2008

Receita de Vendas de Produtos

A receita de vendas de produtos aumentou em 111,2%, passando de R$ 14.727,1 milhões no exercício encerrado em 31 de dezembro de 2007 para R$ 31.105,6 milhões no exercício encerrado em 31 de dezembro de 2008 devido principalmente ao (i) aumento nos preços médios dos produtos referentes a Divisão Mercosul, (ii) aumento de receita de vendas geradas pela Divisão Carne Bovina - USA/AUS e pela Divisão Carne Suína - USA decorrentes principalmente do fato de termos o faturamento para 12 meses em 2008 para a aquisição da Swift Foods Company já que esta foi adquirida em meados de meados de 2007 e em parte devido aos efeitos da incorporação das empresas JBS Packerland e da Tasman; e (iii) um aumento na receita de vendas decorrentes dos efeitos da *joint venture* que deu origem à Inalca JBS. A receita de vendas do mercado interno aumentou 131,6% passando de R$ 8.974,9 milhões no exercício social encerrado em 31 de dezembro de 2007 para R$ 20.787,5 milhões no exercício social encerrado em 31 de dezembro de 2008. A receita de vendas do mercado externo aumentou em 79,4% passando de R$ 5.752,2 milhões no exercício social encerrado em 31 de dezembro de 2007 para R$ 10.318,1 milhões no exercício social encerrado em 31 de dezembro de 2008.

Deduções de Vendas

As deduções de vendas aumentaram em 30,7% em 2008, passando de R$ 585,5 milhões no exercício encerrado em 31 de dezembro de 2007 para R$765,3 milhões no exercício encerrado em 31 de dezembro de 2008, como conseqüência dos efeitos da aquisição da Swift Foods Company, hoje JBS USA Holdings, Inc, da aquisição da JBS Packerland, Tasman, e da *joint venture* que deu origem à Inalca JBS. Tais empresas possuíam um nível de deduções de vendas relativamente menor do que os apresentados pela JBS, o que acarretou na diminuição da relação percentual das deduções de vendas de 4,1% em relação a receita operacional líquida em 2007 para 2,5% em 2008.

Receita Operacional Líquida

A receita operacional líquida aumentou em 114,5%, passando de R$14.141,6 milhões no exercício encerrado em 31 de dezembro de 2007 para R$ 30.340,3 milhões no exercício encerrado em 31 de dezembro de 2008 devido principalmente a (i) um aumento de R$ 1.223,6 milhões na receita de vendas geradas pelas operações no Brasil e na Argentina por conta principalmente do aumento nos preços de vendas (sendo que tal aumento foi parcialmente compensado por restrições na exportação de carne no Brasil e na Argentina), (ii) um aumento de R$ 13.430,8 milhões na receita de vendas geradas pelas operações nos Estados Unidos em 2008, em comparação com 2007 decorrentes principalmente do fato de termos o faturamento para 12 meses em 2008 para a aquisição da Swift Foods Company já que esta foi adquirida em meados de meados de 2007. Esse aumento também foi decorrente em parte dos efeitos das aquisições da JBS Packerland e da Tasman; e (iii) um aumento de R$ 1.544,2 milhões na receita de vendas decorrentes dos efeitos da joint venture que deu origem à Inalca JBS.

A receita operacional líquida da Divisão Mercosul obteve um aumento de 25,0% passando de R$ 4.891,0 milhões em 2007 para R$ 6.115,5 milhões em 2008 o que se deve ao aumento do preço médio dos produtos da Companhia de 27,7%, passando de R$ 3,7 por kg no ano de 2007 para R$ 4,7 por kg no ano de 2008, parcialmente compensado pela a dois efeitos: (i) redução do volume de vendas em 2,1% passando de 1.326,9 mil toneladas no ano de 2007 para 1.299,3 mil toneladas no ano de 2008.; e (ii) aumento do preço médio de nossos produtos de 27,7% passando de R$ 3,7 por kg no ando de 2007 para R$ 4,7 por kg no ano de 2008.

A receita operacional líquida da Divisão Carne Bovina – USA/AUS obteve um crescimento de 150,2% passando de R$ 7.284,3 milhões em 2007 para R$ 18.226,0 milhões em 2008, da mesma forma a receita operacional líquida da Divisão Carne Suína - USA aumentou em 126,6% passando de R$1.965,4 milhões em 2007 para R$ 4.454,5 milhões em 2008, em ambos os casos o principal fator de aumento foi decorrente decorrentes principalmente do fato de termos o faturamento para 12 meses em 2008 para a aquisição da Swift Foods Company já que esta foi adquirida em meados de meados de 2007. Esse aumento também foi decorrente em parte dos efeitos das aquisições da JBS Packerland e da Tasman.

A Companhia iniciou suas atividades na Europa com uma joint venture que culminou na origem da empresa Inalca, na qual a Companhia detém 50% de participação. A receita operacional líquida da Divisão Europa no ano de 2008 foi de R$ 1.544,2 milhões.

Custo dos Produtos Vendidos

O custo dos produtos vendidos aumentou em 116,9%, passando de R$12.609,1 milhões no exercício encerrado em 31 de dezembro de 2007 para R$ 27.347,8 milhões no exercício encerrado em 31 de dezembro de 2008. Este aumento deve-se principalmente (i) às aquisições da Swift Foods Company, da JBS Packerland, da Tasman e a *joint venture* que originou a Inalca JBS, que aumentou o custo dos produtos vendidos em R$ 22.261,8 milhões em 2008, em comparação com 2007, e (ii) a um aumento de R$1.376,8 no custo dos produtos vendidos por nós no Brasil e na Argentina em 2008, em comparação com o ano de 2007. Como percentual da receita operacional líquida, o custo dos produtos vendidos passou de 89,2% no exercício social encerrado em 31 de dezembro de 2007 para 90,1% no exercício social encerrado em 31 de dezembro de 2008 uma aumento de 0,9 ponto percentual.

Lucro Bruto

O lucro bruto aumentou em 95,3%, passando de R$1.532,5 milhões no exercício encerrado em 31 de dezembro de 2007 para R$2.992,5 milhões no exercício encerrado em 31 de dezembro de 2008. A margem bruta diminuiu de 10,8% em 2007 para 9,9% em 2008, devido aos efeitos da consolidação dos resultados para todo o ano de 2008 da Swift foods Company, que, tradicionalmente, gerava margens mais baixas do que as nossas subsidiárias que operam no Brasil.

Despesas Administrativas e Gerais

As despesas administrativas e gerais aumentaram em 106,9%, passando de R$ 275,6 milhões no exercício encerrado em 31 de dezembro de 2007 para R$ 570,1 milhões no exercício encerrado em 31 de dezembro de 2008. Como percentual da receita operacional líquida, as despesas administrativas não se alteraram de um exercício para o outro, permanecendo em 1,9%

Despesas com Vendas

As despesas com vendas aumentaram em 92,9%, passando de R$ 786,6 milhões no exercício encerrado em 31 de dezembro de 2007 para R$1.517,6 milhões no exercício encerrado em 31 de dezembro de 2008. Esses aumentos são decorrentes, principalmente das aquisições da Swift Foods Company, da JBS Packerland, da Tasman, da *joint venture* que deu origem à Inalca JBS, e também do aumento da força de vendas no Brasil o que resultou em um aumento de 45,7% de nosso quadro total de colaboradores no departamento comercial. Como percentual da receita operacional líquida, as despesas com vendas passaram de 5,6% no exercício social encerrado em 31 de dezembro de 2007 para 5,0% no exercício social encerrado em 31 de dezembro de 2008, redução de 0,6 ponto percentual.

Resultado Financeiro Líquido

O resultado financeiro líquido, que é negativo, aumentou em 51,9%, passando de R$ 403,1 milhões (2,9% receita operacional líquida) no exercício encerrado em 31 de dezembro de 2007 para R$ 612,2 milhões (2,0% receita operacional líquida) no exercício encerrado em 31 de dezembro de 2008, principalmente em razão (i) das aquisições da Swift Foods Company, da JBS Packerland, da Tasman e da *joint venture* que originou a Inalca JBS; (ii) dos efeitos de depreciação do real frente ao dólar norte-americano e ao peso argentino em 2008; e (iii) as despesas resultantes das transações com derivativos celebradas para proteção dos recursos obtidos com real, para financiamento das aquisição da JBS Packerland. Como percentual da receita operacional líquida, o resultado financeiro líquido passou de 2,9% no exercício social encerrado em 31 de dezembro de 2007 para 2,0% no exercício social encerrado em 31 de dezembro de 2008, uma redução de 0,9 ponto percentual.

Amortização de Ágio

A amortização de ágio aumentou em 140,2 %, passando de R$74,9 milhões no exercício encerrado em 31 de dezembro de 2007 para R$ 179,9 milhões no exercício encerrado em 31 de dezembro de 2008 decorrente do lançamento do ágio gerado pela aquisição da Swift Foods Company.

Despesas Extraordinárias

As despesas extraordinárias diminuíram em 46,8%, passando de R$ 67,1 milhões, decorrentes do custo do IPO da empresa de R$ 53,3 milhões e a contribuição pecuniária ao CADE de R$ 13,8 milhões no exercício encerrado em 31 de dezembro de 2007, para R$ 35,7 milhões em resultante do custo de *consent solicitation* do EURO BONDS e notas sob a regra 144-A em 2008.

Outras despesas e receitas

O resultado de outras receitas e despesas diminuiu de R$ 11,2 milhões no exercício encerrado em 31 de dezembro de 2007 para R$ 7,7 milhões no exercício encerrado em 31 de dezembro de 2008, principalmente em face da venda de determinados ativos não-operacionais por valores acima do contábil em 2008. Como percentual da receita operacional líquida, as outras despesas e receitas passaram de 0,1% no exercício social encerrado em 31 de dezembro de 2007 para 0,0% no exercício social encerrado em 31 de dezembro de 2008, uma redução de 0,1 ponto percentual.

Resultado antes da Provisão para Imposto de Renda e Contribuição Social sobre o Lucro

Diante do exposto acima, o resultado antes da provisão para imposto de renda e contribuição social sobre o lucro passou de R$ 63,6 milhões negativos no exercício encerrado em 31 de dezembro de 2007 para R$ 84,8 milhões positivos no exercício encerrado em 31 de dezembro de 2008. Como percentual da receita operacional líquida, o resultado antes da provisão para imposto de renda e contribuição social sobre o lucro passou de -0,4% no exercício social encerrado em 31 de dezembro de 2007 para 0,3% no exercício social encerrado em 31 de dezembro de 2008, um aumento de 0,7 ponto percentual.

Imposto de Renda e Contribuição Social sobre o Lucro

O imposto de renda e contribuição social sobre o lucro diminuíram em 51,3%, passando de R$ 107,1 milhões no exercício encerrado em 31 de dezembro de 2007 para R$ 52,2 milhões no exercício encerrado em 31 de dezembro de 2008, principalmente em face da redução de imposto de renda da JBS Mercosul em 2008, parcialmente compensada pelo aumento do imposto de renda da JBS USA Holdings, Inc, e da *joint venture* que deu origem à Inalca JBS. Como percentual da receita operacional líquida, o imposto de renda e contribuição social sobre o lucro passou de 0,8% no exercício social encerrado em 31 de dezembro de 2007 para 0,2% no exercício social encerrado em 31 de dezembro de 2008, uma redução de 0,6 ponto percentual.

Imposto de Renda e Contribuição Social Diferidos

O saldo de imposto de renda e contribuição social diferidos diminuiu de R$ 2,2 milhões no exercício encerrado em 31 de dezembro de 2007 para R$ 10,0 milhões negativos no exercício encerrado em 31 de dezembro de 2008.

Lucro (Prejuízo) antes de participação dos Minoritários

O resultado antes da participação dos minoritários passou de um prejuízo R$ 168,5 milhões no exercício encerrado em 31 de dezembro de 2007 para um lucro de R$ 22,5 milhões no exercício encerrado em 31 de dezembro de 2008, principalmente devido às variações das contas acima descritas. Como percentual da receita operacional líquida, o prejuízo antes da participação dos minoritários passou de -1,2% no exercício social encerrado em 31 de dezembro de 2007 para 0,1% no exercício social encerrado em 31 de dezembro de 2008, uma aumento de 1,3 pontos percentuais.

Lucro Líquido (Prejuízo) do Período

Diante do exposto acima, o resultado do período passou de um prejuízo R$ 165,0 milhões no exercício encerrado em 31 de dezembro de 2007 para um lucro líquido de R$ 25,9 milhões no exercício encerrado em 31 de dezembro de 2008. Como percentual da receita operacional líquida, o prejuízo do exercício passou de -1,2% no exercício social encerrado em 31 de dezembro de 2007 para lucro 0,1 % no exercício social encerrado em 31 de dezembro de 2008, um aumento de 1,3 pontos percentuais.

Balanços patrimoniais consolidados levantados em 31 de dezembro de 2008 e 2007
(Em milhões de reais)

	2008		2007		2008/2007
ATIVO	**Consolidado**	**AV %**	**Consolidado**	**AV %**	**AH%**
CIRCULANTE					
Caixa e equivalentes de caixa	2.291,6	14,2%	1.381,7	16,4%	65,9%
Contas a receber de clientes	2.232,3	13,9%	1.236,1	14,6%	80,6%
Estoques	2.549,7	15,8%	1.511,6	17,9%	68,7%
Impostos a recuperar	623,0	3,9%	482,9	5,7%	29,0%
Despesas antecipadas	70,9	0,4%	44,5	0,5%	59,3%
Outros ativos circulantes	493,4	3,1%	102,9	1,2%	379,5%
TOTAL DO CIRCULANTE	**8.260,9**	**51,3%**	**4.759,7**	**56,3%**	**73,6%**
NÃO CIRCULANTE					
Realizável a Longo Prazo					
Créditos com empresas ligadas	54,6	0,3%	17,5	0,2%	212,0%
Depósitos, cauções e outros	102,8	0,6%	41,4	0,5%	148,3%
Imposto de renda e contribuição social diferidos	481,5	3,0%	23,8	0,3%	1.923,1%
Impostos a recuperar	65,3	0,4%	44,2	0,5%	47,7%
Total do Realizável a Longo Prazo	**704,1**	**4,4%**	**126,9**	**1,5%**	**454,8%**
Investimentos em controladas (ágio)	-	0,0%	830,0	9,8%	-100,0%
Outros investimentos	5,7	0,0%	0,0	0,0%	-
Imobilizado	4.918,7	30,6%	2.536,1	30,0%	93,9%
Intangível	2.205,3	13,7%	193,9	2,3%	1.037,3%
Diferido	1,6	0,0%	1,6	0,0%	0,0%
	7.131,3	**44,3%**	**3.561,6**	**42,2%**	**100,2%**
TOTAL DO NÃO CIRCULANTE	**7.835,5**	**48,7%**	**3.688,5**	**43,7%**	**112,4%**
TOTAL DO ATIVO	**16.096,3**	**100,0%**	**8.448,2**	**100,0%**	**90,5%**

	2008		2007		2008/2007
PASSIVO	**Consolidado**	**AV %**	**Consolidado**	**AV %**	**AH%**
CIRCULANTE					
Fornecedores	2.077,8	12,9%	1.099,4	13,0%	89,0%
Empréstimos e financiamentos	2.214,8	13,8%	2.384,8	28,2%	-7,1%
Obrigações fiscais, trabalhistas e sociais	337,2	2,1%	203,6	2,4%	65,6%
Dividendos declarados	51,1	0,3%	17,5	0,2%	192,0%
Outros passivos circulantes	248,3	1,5%	70,5	0,8%	252,2%
TOTAL DO CIRCULANTE	**4.929,3**	**30,6%**	**3.775,8**	**44,7%**	30,5%
NÃO CIRCULANTE					
Empréstimos e financiamentos	3.401,7	21,1%	1.364,8	16,2%	149,2%
Imposto de renda e contribuição social diferidos	884,9	5,5%	99,8	1,2%	786,7%
Provisão para contingências	57,6	0,4%	55,7	0,7%	3,4%
Débito com terceiros para investimentos	210,5	1,3%	-	0,0%	-
Outros passivos não circulantes	480,3	3,0%	101,7	1,2%	372,3%
TOTAL DO NÃO CIRCULANTE	**5.035,1**	**31,3%**	**1.621,9**	**19,2%**	210,4%
PARTICIPAÇÃO DE MINORITÁRIOS	**(2,5)**	**0,0%**	**(4,2)**	**0,0%**	-40,5%
PATRIMÔNIO LÍQUIDO					
Capital social	4.495,6	27,9%	1.945,6	23,0%	131,1%
Reserva de capital	769,5	4,8%	985,7	11,7%	-21,9%
Reserva de reavaliação	118,2	0,7%	123,3	1,5%	-4,1%
Reserva de lucros	1,3	0,0%	-	0,0%	-
Ajustes de avaliação patrimonial	(2,9)	0,0%	-	0,0%	-
Ajustes acumulados de conversão	752,8	4,7%	-	0,0%	-
TOTAL DO PATRIMÔNIO LÍQUIDO	**6.134,4**	**38,1%**	**3.054,6**	**36,2%**	100,8%
TOTAL DO PASSIVO	**16.096,3**	**100,0%**	**8.448,2**	**100,0%**	**90,5%**

Comparação das contas patrimoniais dos exercícios encerrados em 31 de dezembro de 2007 e 2008

Ativo Circulante

O ativo circulante cresceu 73,6%, passando de R$ 4.759,7 milhões em 31 de dezembro de 2007 para R$8.260,9 milhões em 31 de dezembro de 2008. As principais variações foram:

(a) aumento de 65,9% nas disponibilidades e aplicações financeiras, de R$ 1.381,7 milhões em 2007 para R$2.291,6 milhões em 2008, principalmente devido às aquisições da JBS Packerland, da Tasman e da *joint venture* que deu origem à Inalca JBS;

(b) crescimento de 80,6% em contas a receber de clientes, de R$ 1.236,1 milhões em 2007 para R$ 2.232,3 milhões em 2008, principalmente devido às aquisições da JBS Packerland, da Tasman e da *joint venture* que deu origem à Inalca JBS, além de variações cambiais;

(c) crescimento de 68,7% em estoques, de R$ 1.511,6 milhões em 2007 para R$ 2.549,6 milhões em 2008, decorrente, principalmente devido às aquisições da JBS Packerland, da Tasman e da *joint venture* que deu origem à Inalca JBS, além de variações cambiais.

Ativo Não Circulante

O ativo não circulante registrou um aumento de 112,4%, passando de R$ 3.688,5 milhões em 31 de dezembro de 2007 para R$ 7.835,5 milhões em 31 de dezembro de 2008. As principais variações foram:

(a) o aumento de 454,8% no total realizável a longo prazo, passando de R$ 126,9 milhões em 31 de dezembro de 2007 para R$ 704,1 milhões em 31 de dezembro de 2008, decorrente das seguintes variações:

(i) o aumento de 148,3% em depósitos, cauções e outros, passando de R$ 41,4 milhões em 2007 para R$ 102,8 milhões em 2008, como resultado do aumento dos depósitos em juízo devido a pendências judiciais; e

(ii) o aumento de 1.923,1% em imposto de renda e contribuição social diferidos, passando de R$ 23,8 milhões em 2007 para R$ 481,5 milhões em 2008.

(b) o aumento de 93,9% em imobilizado, passando de R$ 2.536,1 milhões em 2007 para R$ 4.918,7 milhões em 2008, como resultado, principalmente das aquisições da JBS Packerland, da Tasman e da joint venture que deu origem à Inalca JBS; e

(c) o aumento de 1.037,3% em intangível, passando de R$ 193,9 milhões em 2007 para R$ 2.205,3 milhões em 2008, como resultado das aquisições da JBS Packerland, da Tasman e da joint venture que deu origem à Inalca JBS.

Passivo Circulante

O saldo do nosso passivo circulante aumentou em 30,5%, passando de R$ 3.775,8 milhões em 31 de dezembro de 2007 para R$ 4.929,3 milhões em 31 de dezembro de 2008. A principal variação foi o aumento de 89,0% em fornecedores, de R$ 1.099,4 milhões em 2007 para R$ 2.077,8 milhões em 2008, devido, principalmente, das aquisições da JBS Packerland, da Tasman e da *joint venture* que deu origem à Inalca JBS.

Passivo Não Circulante

O saldo do passivo não circulante aumentou em 210,4%, passando de R$ 1.621,9 milhões em 31 de dezembro de 2007 para R$ 5.035,0 milhões em 31 de dezembro de 2008. As principais variações foram:

(a) aumento de 149,2% dos empréstimos e financiamentos, passando de R$ 1.364,8 milhões em 2007 para R$ 3.401,7 milhões em 2008, em virtude das aquisições da JBS Packerland, da Tasman e da *joint venture* que deu origem à Inalca JBS;

(b) crescimento de 786,7,% do imposto de renda e contribuição social diferidos, passando de R$ 99,8 milhões em 2007 para R$ 884,9 milhões em 2008, decorrente das aquisições da JBS Packerland, da Tasman e da *joint venture* que deu origem à Inalca JBS;

(c) aumento de 372,3% em outros passivos não circulantes, de R$ 101,7 milhões em 2007 para R$ 480,3 milhões em 2008, decorrente das aquisições da JBS Packerland, da Tasman e da *joint venture* que deu origem à Inalca JBS.

Patrimônio Líquido

O patrimônio líquido aumentou em 100,8%, passando de R$ 3.054,6 milhões em 31 de dezembro de 2007 para R$ 6.134,4 milhões em 31 de dezembro de 2008, em decorrência de uma subscrição privada de ações no total de ações que elevou o patrimônio líquido da Companhia em R$ 2.550,0 milhões e também de ajustes acumulados de conversão.

Fluxo de Caixa

O aumento líquido do caixa no exercício social encerrado em 31 de dezembro de 2009 foi de R$ 2.670,9 milhões, sendo que foram gerados R$ 1.428,5 milhões com as atividades operacionais, foram investidos R$ 5.763,2 milhões nas atividades de investimento e houve R$ 7.198,2 milhões de caixa líquido proveniente das atividades de financiamento, conforme reconciliação abaixo:

	Exercício encerrado em 31 de dezembro de		
Demonstração do Fluxo de Caixa Consolidado	**2007**	**2008**	**2009**
(em milhares de R$)			
Fluxos de caixa das atividades operacionais			
Caixa líquido proveniente das atividades operacionais	(437,5)	1.711,3	1.428,5
Fluxos de caixa das atividades de investimento			
Caixa líquido usado nas atividades de investimento	(2.652,9)	(2.963,2)	(5.763,2)
Fluxos de caixa das atividades de financiamento			
Caixa líquido proveniente das atividades de financiamento	4.211,0	1.992,3	7.198,3
Variação cambial sobre caixa e equivalentes		169,5	(192,8)
Aumento líquido de caixa e equivalentes de caixa	**1.120,6**	**909,9**	**2.670,9**
Demonstração do aumento líquido de caixa e equivalentes de caixa			
No início do período	261,1	1.381,7	2.291,6
No fim do período	1.381,7	2.291,6	4.962,5
Aumento líquido de caixa e equivalentes de caixa	**1.120,6**	**909,9**	**2.670,9**

Atividades Operacionais

A geração de caixa operacional decorre substancialmente de operações da Companhia, podendo variar de período a período, conforme a flutuação das receitas dos negócios, dos custos dos produtos, das despesas operacionais e do resultado financeiro. Nos anos de 2009, 2008 e 2007 o fluxo de caixa decorrente das atividades operacionais foi de R$ 1.428,5 milhões, R$ 1.711,3 milhões, R$ (437,5) milhões, respectivamente. A variação do fluxo de caixa entre os anos de 2008 e 2009 deveu-se a ajustes de valiação patrimonial e acumulados de conversão.

Atividades de Investimento

O fluxo de caixa das atividades de investimento está substancialmente relacionado: (i) às aquisições de empresas controladas menos caixa líquidos na aquisição; (ii) às aquisições de ativo imobilizado; (iii) à aquisição de ativos intangíveis; (iv) ao recebimento pela venda de equipamentos; e (v) aos juros recebidos. As atividades de R$ 5.763,2 milhões no exercício social encerrado em 31 de dezembro de 2009 R$ 2.963,2 milhões no mesmo período de 2008, ambos consistentes com os dispêndios na aquisição de empresas, na compra de intangíveis e de ativo imobilizado no período encerrado em 31 de dezembro de 2008 em comparação com o mesmo período de 2009. No ano de 2007 o fluxo de caixa de atividades de investimento foi negativo de R$ 2.652,9 milhões de reais, sendo R$ 1.748,1 milhões decorrente de adições no ativo imobilizado e intagível e R$ 904,8 mil em adições nos investimentos.

Atividades de Financiamento

Os recursos líquidos aplicados nas atividades de financiamento consistem em recebimento pela emissão de ações, incluindo integralização de capital por parte de nossos acionistas, captação e pagamento de

empréstimos. O caixa proveniente das atividades de financiamentos no exercício social encerrado em 31 de dezembro de 2009 foi de R$ 7.198,3 milhões, R$ 5.205,9 milhões acima do valor de R$ 1.992,3 milhões aplicado no mesmo período de 2008. Essa diferença deveu-se a (i) captação de recurso por meio da emissão das Debêntures Conversíveis; (ii) a um maior nível de captação de empréstimos e financiamentos, e (iii) a uma redução na rubrica de pagamento de empréstimos e financiamentos. Em 2007 o fluxo de caixa devido a atividades de financiamento foi de R$ 4.211,0 milhões, principalmente decorrente da capitação de recuros via aumento de capital.

10.2. Opinião dos Nossos Diretores sobre:

a. resultados das operações da Companhia: (comentário sobre as variações das receitas atribuíveis a modificações de preços , taxas de cambio, inflação alterações de volume novos produtos)

i. descrição de quaisquer componentes importantes da receita:

As receitas consistem principalmente de:

Venda de carne bovina in natura. Receitas geradas pela venda cortes de carne bovina *in natura*, resfriada e congelada, incluindo cortes de picanha, costela, filé mignon, cortes dianteiros, miúdos de boi entre outros produtos de carne bovina *in natura*.

Venda de carne industrializada. Receitas geradas pela venda de produtos derivados de carne, tais como carne cozida e congelada, carne em conserva, extrato de carne, carne industrializada (hamburger, quibe, salsichas e mortadela) e pratos prontos.

Outros. Receitas geradas pela venda de couro verde a curtumes e também pela venda de milho, ervilhas e seleta de legumes em conserva.

Em razão da aquisição da Pilgrim´s Pride a Companhia passará a reportar receita oriunda do segmento de frango, que são receitas geradas pela venda de cortes de frango e produtos de frango industrializados.

iii. fatores que afetaram materialmente os resultados operacionais:

Principais Fatores que Podem Afetar as Operações e Condição Financeira da Companhia Cenário macroeconômico brasileiro

Nos últimos três exercícios sociais, a situação financeira e o resultado das operações da Companhia foram influenciados por fatores como o desenvolvimento macro-econômico brasileiro, a taxa de desemprego, a disponibilidade de crédito, nível de juros dos básicos e o nível de média salarial. Variáveis como desenvolvimento macro-econômico brasileiro, a taxa de desemprego e media salarial, podem afetar positivamente ou negativamente nossa receita, pois afetam diretamente o poder de consumo de nossos clientes. Também podem incorrer em variações positivas ou negativas em nossos custos operacionais e despesas administrativas e comerciais devido à oferta e demanda de mão de obra. A disponibilidade de crédito e o nível dos juros básicos podem afetar positivamente ou negativamente nossas despesas financeiras bem como nossa capacidade de investimento no curto e médio prazo.

O cenário macro-econômico brasileiro tem se caracterizado por variações significativas do crescimento econômico e das taxas inflacionárias e cambiais. O Real manteve sua tendência e teve apreciação frente ao Dólar de 20,7% em dezembro de 2007, segundo dados do Banco Central. A taxa média anual de desemprego diminuiu de 8,4% em 31 de dezembro de 2006 para 7,5% em 31 de dezembro de 2007 nas principais regiões metropolitanas do Brasil, de acordo com estimativas do Instituto de Estudos para o Desenvolvimento - IED. Em 31 de dezembro de 2007, a taxa de inflação, medida pelo IPCA, divulgado pelo IBGE, foi de 4,5% e a média da taxa de juros TJLP foi de 6,3% ao ano, de acordo com o Banco Central. O PIB cresceu 5,4% no mesmo ano, de acordo com o Instituto Brasileiro de Geografia e Estatística - IBGE. O ano de 2008 foi marcado por um agravamento da crise financeira internacional originada no sistema financeiro norte-americano. O principal impacto dessa crise sobre a economia brasileira foi a deterioração das expectativas em relação à atividade econômica em 2009 e, com menor relevância, em 2010. Essa mudança nas expectativas provocou, principalmente a partir de outubro, elevação do custo de capital de terceiros, desvalorização cambial, queda da cotação das ações na BM&FBOVESPA e retração na produção industrial.

No ano de 2008 de acordo com o Banco Central, a taxa de inflação medida pelo IPCA foi 5,9%. Esse percentual ficou dentro da meta estabelecida pelo Banco Central, que compreende a faixa entre 2,5% e 6,5%. A manutenção da inflação nesse patamar pode ser atribuída à política monetária que resultou na elevação da

taxa Selic ao longo do ano, passando de 11,25% ao ano em 31 de dezembro de 2007 para 13,75% ao ano em 31 de dezembro de 2008, de acordo com o Banco Central.

No ano de 2009, a economia brasileira demonstrou relativa resistência à crise. Os indicadores macroeconômicos melhoraram e, apesar da esperada desaceleração do crescimento do PIB para o ano de 2009, o relatório Focus do Banco Central, divulgado em 8 de janeiro de 2010, indica somente uma ligeira queda do PIB, segundo dados do Banco Central (0,2% de variação) em 2009, já prevendo crescimento substancial de 5,2% para 2010. Adicionalmente, fundamentos macroeconômicos sólidos e a maior estabilidade econômica permitiram ao Banco Central voltar à trajetória de redução das taxas de juros, de maneira que a taxa SELIC atingiu seu nível histórico mais baixo, equivalente a 8,7%, desde o final de julho de 2009, de acordo com dados do Banco Central. De forma semelhante, o Real apresentou apreciação com relação ao Dólar de 34,2% ao longo do ano de 2009. As reservas internacionais, segundo o Banco Central, têm se mantido em patamares acima de US$200,0 bilhões (US$239,1 bilhões em 31 de dezembro de 2009), esboçando aumento considerável, comparativamente ao final de 2008, de acordo com dados do Banco Central.

A tabela abaixo apresenta o crescimento do PIB, inflação, taxas de juros e taxa de câmbio para o Dólar nos períodos indicados:

	Período		
	2007	**2008**	**2009**
Crescimento do PIB [1]	5,4%	5,1%	(0,2%)
Inflação (IGP-M) [2]	7,7%	9,8%	-1,71%
Inflação (IPCA) [3]	4,5%	5,9%	4,31%
Taxa Interbancária – CDI [4]	11,8%	12,4%	8,55%
Taxa de Juros a Longo Prazo – TJLP[5]	6,3%	6,3%	6,00%
Valorização do real em relação ao dólar norte-americano	20,7%	-32,0%	-34,2%
Taxa de câmbio no final do período por US$1,00	R$1,771	R$2,337	R$1,74
Taxa de câmbio média por US$1,00[6]	R$1,786	R$1,838	R$1,99

(1) O PIB do Brasil informado em tais períodos já utiliza a nova metodologia do IBGE.
(2) A inflação (IGP-M) é o índice geral de preço do mercado medido pela FGV, representando os dados acumulados nos últimos 12 meses de cada período.
(3) A inflação (IPCA) é um índice de preços ao consumidor medido pelo IBGE, representando os dados acumulados nos últimos 12 meses de cada período.
(4) A Taxa DI é a média das taxas dos depósitos interfinanceiros praticados durante o dia no Brasil (acumulada no período).
(5) Representa a taxa de juros aplicada pelo BNDES para financiamento de longo prazo (fim do período).
(6) Média das taxas de câmbio durante o período.
Fonte: BACEN, FGV, IBGE, CETIP

Efeitos dos principais fatores relacionados às nossas atividades que afetam os nossos resultados financeiros e operacionais:

O setor de proteínas é geralmente afetado pelas mudanças das condições macro-econômicas nacionais e internacionais, tais como: crescimento de renda; taxa de desemprego; confiança dos consumidores; taxas de juros de curto e longo prazo; políticas governamentais; e variação cambial. Tais mudanças macro-econômicas acabam por alterar os níveis de demanda e preço dos produtos deste setor. Nossas receitas e rentabilidade são afetadas pelas condições da economia brasileira em geral.

A contínua desvalorização do real ao longo do ano de 2009 elevou as preocupações a respeito de uma volta às altas taxas de inflação. Porém, o índice de inflação medido pelo IPCA (Índice de Preço ao Consumidor), divulgado pelo IBGE (Instituto Brasileiro de Geografia e Estatística), fechou o ano de 2009 em 4,31%, abaixo do centro da meta de inflação estipulada pelo Banco Central do Brasil de 4,5% ao ano.

Como uma forma de reação ao declínio da economia mundial, as autoridades monetárias brasileiras agiram rapidamente reduzindo as taxas de juros gradativamente de 12,75% a 8,75% durante o ano de 2009, o que reduziu consideravelmente o custo da obtenção de crédito na economia brasileira, resultando em impacto positivo sobre as taxas de crescimento do PIB naquele ano.

Efeito dos Níveis de Vendas de produtos In Natura e Industrializados nos Mercados Domésticos no Resultado Operacional

As vendas nos mercados domésticos onde a Companhia atua diretamente representaram 77,0% e 67,0% da receita líquida de vendas em 2009 e 2008 respectivamente. Em 2009, o volume de vendas destinado ao mercado doméstico apresentou uma crescimento de 20,4% em relação ao volume de vendas de 2008, passando de 4.574,5 mil toneladas em 2008 para 5.509,7 mil toneladas em 2009. A receita líquida proveniente de vendas em mercados domésticos cresceu 24,5% em relação a 2008, devido principalmente ao aumento de vendas de nossos produtos nos Estados Unidos e Brasil, passando de R$ 20.649,0 milhões em 2008 para R$ 25.717,0 milhões em 2009.

Efeito dos Níveis de Exportação de produtos In Natura e Industrializados no Resultado Operacional

De forma geral, os preços dos produtos vendidos sob forma de exportação são mais altos que os preços dos nossos produtos vendidos nos mercados locais. Tal diferença de preços deve-se a vários fatores, incluindo: (i) o preço mais alto de certas commodities em países desenvolvidos, em comparação com países emergentes; (ii) o custo de transporte dos nossos produtos; (iii) os custos de armazenagem e de logística; e (iv) impostos e tarifas aduaneiras.

As exportações representaram 25,7% e 30,6% da receita líquida de vendas em 2009 e 2008 respectivamente. Em 2009, o volume de vendas destinado ao mercado externo ficou praticamente estável, apresentando um leve redução de 0,4% em comparação com 2008, passando de 1.728,2 mil toneladas em 2008 para 1.728,1 mil toneladas em 2009. Porém, a receita líquida de exportações foi reduzida em 2,5% em relação a 2008 devido à redução do preço de venda dos produtos, passando de R$ 9.115,9 milhões em 2008 para R$ 8.891,5 milhões em 2009.

A habilidade de exportar os produtos depende de vários fatores, que incluem: (i) o nível de crescimento econômico nos mercados de exportação; (ii) condições econômicas dos mercados de exportação (incluindo taxas de juros e taxas de câmbio praticadas em tais mercados); e (iii) variações na demanda pelos produtos nos mercados de exportação, incluindo variações geradas pelas ocorrências e restrições de ordem sanitária. Alteração nestes fatores podem afetar negativamente os resultados operacionais.

Oscilações nos preços domésticos de carne bovina podem afetar de forma significativa a receita operacional líquida.

Os preços de carne bovina praticados nos mercados domésticos são geralmente determinados de acordo com condições de mercado. Tais preços também são impactados pela margem adicional que as redes varejistas repassam ao consumidor final. A Companhia negocia tais margens com cada rede de varejistas e, dependendo da rede, individualmente com cada loja. Os preços médios de seus produtos vendidos nos mercados locais sofreram uma leve apreciação de 4,4% em 2009, passando de R$ 4,5 por kg em 2008 para R$ 4,7 por kg em 2009.

Efeitos de Oscilações nos Preços de Exportação de Carne Bovina na Receita Operacional Líquida

Oscilações nos preços de exportação de carne bovina podem afetar de forma significativa a receita operacional líquida.

Os preços médios realizados para exportação de nossos produtos tiveram uma redução de 11,5%, para US$2,6 por kg em 2009, em comparação a US$2,9 por kg em 2008. Esta redução deve se a uma redução dos preços de nossos produtos em decorrência da crise financeira global.

Os preços de carne bovina praticados nos mercados doméstico e internacional têm oscilado significativamente nos últimos anos, e a Companhia acredita que irão continuar a oscilar no futuro.

Efeitos de Oscilações nos Preços de aquisição de Gado Bovino nos Nossos Custos Operacionais de Venda

Grande parte de nossos custos operacionais de venda estão relacionados aos custos de aquisições de matéria-prima.

A principal matéria-prima que a Companhia utiliza na a produção de carne bovina é o gado bovino, que representou aproximadamente 83,7% e 86,0% do total do custo dos produtos vendidos em 2009 e 2008,

respectivamente. O custo de aquisição do gado é baseado no preço por Arroba do gado, o qual é impactado pela oferta e demanda vigente no mercado brasileiro.

Oscilações no preço por Arroba do gado impactam diretamente os custos operacionais. Geralmente, a Companhia adquire o gado em operações no mercado à vista. Para proteger de qualquer variação no preço do gado durante o período compreendido entre a data da compra e a data da entrega do mesmo, a Companhia procura realizar hedge de 100% do gado adquirido através de instrumentos financeiros negociados na BM&F.

O preço da Arroba do gado bovino praticado no mercado nacional oscilou significativamente no passado, e a Companhia acredita que ele continuará a oscilar nos próximos anos. Os aumentos no preço do gado bovino e, conseqüentemente, no custo de produção dos produtos, podem impactar as margens brutas e nossos resultados operacionais, caso não seja capaz de repassar a totalidade de tais aumentos a seus clientes. Do contrário, reduções no preço do gado bovino e, conseqüentemente, no custo de produção do produtos da Companhia podem aumentar as margens brutas e os resultados operacionais.

Efeitos das Oscilações das Taxas de Câmbio do Real em Relação ao Dólar

Os resultados operacionais e a situação financeira têm sido e continuarão a ser afetados pela volatilidade do real em relação ao dólar.

A Companhia possui uma plataforma de produção e distribuição globalizada, desta forma, as incertezas políticas e as condições econômicas gerais dos países onde a Companhia está presente podem ter efeitos adversos nos seus resultados.

Uma parte substancial da receita líquida de vendas está atrelada ao dólar, dado que a grande maioria das nossas exportações está expressa com base nessa moeda. Caso ocorra uma desvalorização ou valorização do real frente ao dólar, as receitas de exportações serão impactadas, podendo sofrer um acréscimo ou decréscimo em valores monetários, desde que as demais variáveis permaneçam constantes.

Além disso, uma parte significativa do endividamento está atrelada ao dólar. Em 31 de dezembro de 2009, o endividamento consolidado atrelado ao dólar representava 69,6% do nosso endividamento total. Portanto, qualquer desvalorização relevante do real frente ao dólar poderá aumentar significativamente as nossas despesas financeiras e os nossos endividamentos de curto e longo prazo contabilizados em reais. Por outro lado, qualquer valorização maior do real frente ao dólar poderá diminuir significativamente as nossas despesas financeiras e o nosso endividamento de curto prazo e de longo prazo contabilizados em reais. Como 23% das receitas operacionais líquidas são oriundas das nossas exportações, estas receitas tendem criar um “hedge natural” contra a uma parte de nosso endividamento atrelado ao dólar.

O risco de variação cambial sobre os empréstimos, financiamentos, contas a receber em moedas estrangeiras decorrentes de exportações, estoques e outras obrigações eventuais, denominadas em moeda estrangeira, são protegidos através da estratégia de minimização da posição diária de ativos e passivos expostos à variação de taxas de câmbio, através da contratação de hedge de futuro de câmbio na BM&F e contratos de SWAP (troca de variação cambial por variação da taxa CDI), buscando o zeramento da posição. O parâmetro para proteção se baseia na exposição líquida em moeda estrangeira, buscando reduzir a exposição excessiva aos riscos de variações cambiais equilibrando seus ativos não denominados em Reais contra suas obrigações não denominadas em Reais, protegendo assim o balanço patrimonial da Companhia. Os controles internos utilizados para gerenciamento do risco e cobertura são feitos através de planilhas de cálculo e acompanhamento das operações efetuadas e cálculo do VAR para 1 dia, com intervalo de confiança de 99%.

Efeito do Nível de Endividamento e da Taxa de Juros:

Em 31 de dezembro de 2009, o valor total do endividamento era de R$ 14.429,8 milhões. Este nível de endividamento resultou em despesas financeiras de R$ (601,1) milhões em 2009, das quais R$ (1.013,6) milhões foram de despesas com derivativos, R$ (404,2) milhões foram despesas líquidas de juros, R$ 854,6 milhões foram receitas de variação cambial, R$ (37,9) milhões foram despesas de impostos, contribuições, tarifas e outros. Os juros referentes ao endividamento dependem de uma série de fatores, incluindo as taxas de juros nacionais e internacionais em vigor e a determinação de riscos relacionados a Companhia, à indústria na qual a Companhia atua e à economia brasileira.

Em períodos de crises econômicas, as taxas de desemprego aumentam, levando a diminuição do poder aquisitivo do consumidor, o que acaba por gerar uma redução na demanda de nossos produtos. Concomitantemente com a redução da demanda ocorre uma redução dos preços dos produtos deste setor o que acaba por reduzir nosso

resultado operacional. Nestes períodos o financiamento torna-se mais dispendiosos, o que também afeta nosso resultado operacional. Embora o PIB do Brasil tenha crescido pouco nos últimos anos, nosso negócio cresceu substancialmente devido à nossa expansão, aos nossos ganhos de produtividade e às melhorias nos processos produtivos.

A tabela abaixo mostra a análise de sensibilidade, que foi realizada para o valor justo dos derivativos de moeda estrangeira. O cenário provável é o valor justo em 31 de dezembro de 2009, os cenários (possível e remoto) consideram a deterioração na variável de risco de 25% e 50%, respectivamente, em relação a esta mesma data.

k) Análise de sensibilidade

A seguinte análise de sensibilidade foi realizada para o valor justo dos derivativos de moeda estrangeira. O cenário provável é o valor justo em 31 de dezembro de 2009, os cenários possível e remoto consideram a deterioração na variável de risco de 25% e 50%, respectivamente, em relação a esta mesma data.

Risco de câmbio

(em R$ milhões)

Operação	Risco	Cenário provável (I)	Cenário (II) Deterioração de 25%	Cenário (III) Deterioração de 50%
Futuro (BM&F) - Dólar	Apreciação do R$	-	412,7	825,5
SWAP	Apreciação do R$	-	43,5	87,1
Exposição indexada em moeda estrangeira	Depreciação do R$	-	(540,9)	(1.081,8)
		-	**(84,6)**	**(169,2)**
Premissa	Câmbio	1,7412	2,1765	2,6118

Riscos de preços na compra de gado

Operação	Risco	Cenário provável (I)	Cenário (II) Deterioração de 25%	Cenário (III) Deterioração de 50%
Exposição de preço de compra de gado em R$	Depreciação da arroba	-	4,3	8,5
Futuro (BM&F) - Boi	Apreciação da arroba	-	(3,5)	(7,0)
		-	**0,8**	**1,5**
Premissa	Preço da arroba	75,67	94,59	113,51

b. variações das receitas atribuíveis a modificações de preços, taxas de câmbio, inflação, alterações de volumes e introdução de novos produtos e serviço:

A receita é impactada diretamente por variações nos níveis de demanda, assim como de preços dos produtos. No exercício social encerrado em 31 de dezembro de 2009, a receita líquida de vendas da Companhia apresentou um aumento de 13,1% em relação ao ano anterior, totalizando R$ 34.311,8 milhões.

Os principais impactos nas variações de receitas entre os exercícios de 2008 e 2009 são explicados em decorrência de alterações em volumes de vendas e de preços dos produtos da Companhia nos diversos países consumidores.

c. impacto da inflação, da variação de preços dos principais insumos e produtos, do câmbio e da taxa de juros no nosso resultado operacional e financeiro:

O desempenho financeiro da Companhia pode ser afetado pela inflação, uma vez que possui uma expressiva parcela dos custos e despesas operacionais incorridas em reais e que são reajustados pela inflação. A receita bruta de vendas também é afetada pela inflação, uma vez que, de modo geral, a Companhia repassa parte

dos aumentos nos custos para nossos clientes por meio de aumentos de preços. A Companhia não pode prever, no entanto, se será capaz de repassar o aumento dos custos para seus clientes no futuro. As variações cambiais afetaram e podem continuar a afetar no futuro resultado financeiro e endividamento dado que a Companhia possui uma parte expressiva do endividamento denominado em moeda estrangeira. Em 31 de dezembro de 2009, o endividamento denominado em dólares ou atrelado a variação do Dólar (empréstimo e financiamento em moeda estrangeira de curto e longo prazos) era de R$ 9.447,6, ou 22,2% do passivo e patrimônio líquido.

10.3. Opinião dos Diretores acerca dos efeitos relevantes que os eventos abaixo tenham causado ou e espera que venham a causar nas demonstrações financeiras da Companhia e em seus resultados:

a. da introdução ou alienação de segmento operacional:

A Companhia busca constantemente oportunidades de investimento em diversos segmentos relacionados ao nosso *core business.* Em 2009, concluiu a aquisição da Pilgrim´s Pride e a incorporação do Bertin, o que fará com que a Companhia atue no segmento de frangos, além de produtos lácteos, higiene e limpeza.

b. da constituição, aquisição ou alienação de participação societária:

É parte da estratégia de negócios da Companhia, a aquisição de empresas. Neste sentido, desde a sua fundação, a Companhia já realizou diferentes aquisições que adicionaram receitas oriundas dessas empresas. No exercício social encerrado em 31 de dezembro de 2009, a receita de empresas adquiridas e/ou incorporadas, conforme o caso, ao longo do exercício, a saber, Bertin e Pilgrim's Pride, representaram R$20.911,8 milhões, ou 37,9% da receita líquida do ano.

A Companhia celebrou no dia 15 de dezembro de 2009, através de sua subsidiária integral Swift Austrália, um acordo com o Vion Food Group para a compra da Tatiara Meat Company (Tatiara). A Tatiara é uma processadora de carne ovina de alta qualidade, focada em mercados sofisticados como Estados Unidos, Canadá e Europa, além do mercado doméstico australiano. É sediada em Bordertown South Austrália, uma região conhecida por seu rebanho ovino de alta qualidade, possui um faturamento anual de aproximadamente AUD 200 milhões (aproximadamente USD 183 milhões) e a Companhia concordou em pagar AUD 30 milhões (aproximadamente USD 27,5 milhões) pela Tatiara, sujeito à conclusão do processo de due diligence. Com essa aquisição, a JBS Austrália se tornará a maior processadora de carne ovina na Austrália, com capacidade de abate de 24.500 cabeças por dia. A conclusão da operação está sujeita à aprovação pelas autoridades competentes. O pedido de registro protocolado pela JBS USA perante a SEC ainda não foi deferido e nenhum valor mobiliário poderá ser vendido, nem qualquer proposta de compra poderá ser aceita, anteriormente ao deferimento do pedido de registro.

A Companhia confirmou no dia 22 de fevereiro de 2010, através de fato relevante divulgado ao mercado, a aprovação da aquisição da Tatiara pelas autoridades Australianas (ACCC - Australian Competition and Consumer Commission), a conclusão da aquisição e a incorporação imediata dos novos ativos, tornando a Companhia líder de mercado na Austrália no setor de ovinos. Com receitas ligeiramente inferiores a US$200 milhões, a Tatiara reforçará a presença da JBS Austrália no mercado de exportação de carne de cordeiro de alta qualidade, no qual a Austrália tem aumentado sua participação nos últimos anos.

c. dos eventos ou operações não usuais:

Não há eventos ou operações não usuais praticadas pela Companhia.

10.4. Opinião dos Diretores sobre:

a. mudanças significativas nas práticas contábeis:

(a) Novos Pronunciamentos, Interpretações e Orientações emitidos pelo CPC, com adoção a partir de 1 de janeiro de 2010 com impactos nas operações e demonstrações contábeis da Companhia

CPC 15 – Combinação de negócios: A adoção deste Pronunciamento impactará substancialmente as metodologias de reconhecimento, mensuração e apresentação de uma combinação de negócios, com enfoque principal para alocação do ágio às contas do balanço determinantes da mais valia gerada e reconhecimento dos ativos e passivos provenientes de uma negociação, pelo seu valor justo. Os principais impactos dessa norma nas demonstrações contábeis da Companhia estão representados pela aquisição de parte significativa do controle acionário da PPC e incorporação da Bertin.

CPC 20 - Custos dos empréstimos: O Pronunciamento requer que a Companhia capitalize os custos de

empréstimos diretamente atribuíveis à aquisição, construção ou produção dos seus ativos qualificáveis (bens que levam um período de tempo significativo para serem concluídos para o uso ou para venda, e estão apresentados na conta de obras em andamento) como parte do custo desse ativo. Os custos dos empréstimos da Companhia e de suas controladas relacionadas aos ativos qualificáveis são compostos por despesas com juros e variações cambiais que não serão alocados integralmente no resultado, pois farão parte da composição do custo destes ativos.

CPC 21 – Demonstrações intermediárias e ICPC 09 Demonstrações contábeis individuais, demonstrações separadas, demonstrações consolidadas, e aplicação do Método de Equivalência Patrimonial: A adoção deste Pronunciamento ocorrerá na elaboração das demonstrações intermediárias (Informações Trimestrais – ITR) do primeiro trimestre do exercício de 2010. No entanto, tais demonstrações não requerem a aplicação integral de todos os Pronunciamentos, Orientações e Interpretações emitidos pelo CPC.

CPC 22 – Informações por segmento: O Pronunciamento visa aprimorar a divulgação de informações que permitam aos usuários das demonstrações contábeis da Companhia identificarem a natureza e os efeitos das atividades dos segmentos de negócio nos quais a Companhia opera. As análises da Companhia são elaboradas de acordo com as divisões internas de Unidades Geradoras de Caixas - UGC, conforme apresentado trimestralmente ao mercado nos relatórios de "press release" divulgados pelo departamento interno de relação com investidores. No entanto, a estrutura atual está em processo de aprimoramento de conceitos, ainda em observância à nova padronização requerida pelo referido CPC e possivelmente levará em consideração os segmentos operacionais mais representativos da Companhia, compostos pelas divisões de Carne Bovina, Carne Suína, Aves, Couros, Lácteos e Outros.

CPC 23 – Políticas contábeis, mudança de estimativa e retificação de erro: As políticas contábeis e mudanças de estimativas oriundas da adoção inicial dos Pronunciamentos técnicos emitidos pelo CPC com vigência a partir de 1º de janeiro de 2010 refletirão a apresentação e a comparabilidade das demonstrações contábeis da Companhia em 31 de dezembro de 2010, cuja comparabilidade terá como base as demonstrações contábeis de 31 de dezembro de 2009 e os saldos de abertura de acordo com os novos Pronunciamentos em 1 de janeiro de 2009.

CPC 26 – Apresentação das demonstrações contábeis e ICPC 09 Demonstrações contábeis individuais, demonstrações separadas, demonstrações consolidadas, e aplicação do Método de Equivalência Patrimonial: O Pronunciamento será aplicado na apresentação e divulgação das demonstrações contábeis de 31 de dezembro de 2010, comparativas com o exercício de 2009, e evidenciará a adoção integral de todos os Pronunciamentos, Orientações e Interpretações emitidas pelo CPC.

CPC 27 – Imobilizado, ICPC 03 – Arrendamento mercantil e ICPC 10 – Imobilizado Aplicação inicial ao ativo imobilizado e à Propriedade para investimento: A implementação dos requerimentos estabelecidos neste Pronunciamento terá como principal enfoque a revisão das vidas úteis dos ativos imobilizados, desvinculando de forma definitiva os percentuais permitidos pela legislação fiscal vigente e refletindo a vida útil efetiva dos bens. Deste modo, os reflexos contábeis ocorrerão nas contas de custo e despesa de depreciação do exercício e conseqüentemente na composição dos valores residuais dos ativos imobilizados.

CPC 29 - Ativo biológico e produto agrícola: A Companhia possui subsidiárias com ativos biológicos compostos por estoques de gado nas operações de confinamento, os quais são valorizados pelo seu custo em formação. No entanto, após a adoção deste Pronunciamento, utilizará a metodologia de valorização a mercado para os saldos de gado em estoque, cujos reflexos ocorrerão nas rubricas de estoque, custo dos produtos vendidos e ajuste de avaliação a mercado (resultado do exercício).

CPC 31 – Ativo não circulante mantido para venda e operação descontinuada: Devido a recente incorporação de empresa Bertin, com impacto da descontinuidade de algumas de suas operações referentes à divisão de "lácteos" ocorrida entre os exercícios de 2005 a 2007, a Administração reclassificou parte de seus ativos imobilizados relacionados às referidas operações, substancialmente compostos por terrenos e edificações, para o grupo de contas de "ativos mantidos para venda", os quais serão avaliados de acordo com os preceitos estabelecidos neste Pronunciamento.

CPC 36 – Demonstrações Consolidadas e ICPC 09 Demonstrações contábeis individuais, demonstrações separadas, demonstrações consolidadas, e aplicação do Método de Equivalência Patrimonial – Os procedimentos adotados atualmente para elaboração das demonstrações contábeis consolidadas da Companhia, baseada na normas em vigor para o exercício findo em 31 de dezembro de 2009, não diferem em seus aspectos relevantes aos preceitos do referido Pronunciamento e Interpretação.

CPC 37 – Adoção inicial das Normas Internacionais de Contabilidade: A Companhia estará obrigada a

adotar este Pronunciamento que possui como objetivo estabelecer que as primeiras demonstrações contábeis sejam elas demonstrações intermediárias ou demonstrações contábeis estejam de acordo com as Normas Internacionais de Contabilidade (IFRS).

CPC 38 – Instrumentos financeiros, Reconhecimento e mensuração, CPC 39 – Instrumentos financeiros, Apresentação, CPC 40 – Instrumentos financeiros, Evidenciação e OCPC 03 – Instrumentos financeiros: A Companhia adotou durante o exercício de 2008 todos os requerimentos estabelecidos pelo CPC 14 – Instrumentos financeiros – Reconhecimento, Mensuração e Evidenciação para reconhecimento, mensuração, apresentação e divulgação de todos os instrumentos financeiros contratados para cobertura dos riscos de taxas de juros, de taxas de câmbio e de preços na compra de gado. No entanto, o CPC 14 foi revogado pelo Comitê de Pronunciamentos Contábeis durante o exercício de 2009, sendo este substituído pela Orientação Técnica OCPC 03 – Instrumentos financeiros, a qual foi utilizada como referência técnica pela Companhia em suas demonstrações contábeis de 31 de dezembro de 2009. Em virtude das características dos instrumentos financeiros contratados, não haverá impactos relevantes após as vigências destes Pronunciamentos.

CPC 43 – Adoção inicial dos Pronunciamentos Técnicos CPC 15 a 40: A aplicação deste Pronunciamento Técnico ocorrerá de modo simultâneo com os CPC 15 a 40, uma vez que o mesmo servirá de referência técnica suporte para implementação dos Pronunciamentos elencados.

ICPC 08 – Contabilização da Proposta de Pagamento de Dividendos: A Companhia realiza a provisão para pagamento do dividendo mínimo obrigatório de 25%, sendo o dividendo adicional reconhecido imediatamente no exercício antes da aprovação para emissão das demonstrações financeiras. No entanto, segundo o novo Pronunciamento, a distribuição adicional de resultado que ocorrer após a data do balanço e antes da data da autorização de emissão dessas demonstrações não deve gerar registro no passivo da entidade na data do balanço, por também não representar qualquer obrigação presente naquela data.

(b) Novos Pronunciamentos, Interpretações e Orientações emitidos pelo CPC, com adoção a partir de 1 de janeiro de 2010 que não apresentam impactos nas operações e demonstrações contábeis da Companhia

CPC 16 – Estoques: A Companhia adota por conservadorismo todos os requerimentos exigidos, basicamente em virtude da formação do custo do produto e pela avaliação a mercado dos saldos em estoque, cujo reflexo poderá ser refletido em “impairment” dos estoques.

CPC 18 – Investimento em Coligada e em Controlada: As metodologias de mensuração, apresentação e divulgação dos investimentos da Companhia em empresas coligadas e controladas atendem as exigências do Pronunciamento.

CPC 19 – Joint Venture: A Companhia possui diretamente uma operação controlada em conjunto (joint venture) representada pela empresa Inalca JBS, e uma operação indireta por meio de sua subsidiária na empresa Beef Snacks International, cuja divulgação dos ativos, passivos, despesas e receitas estão adequadas em relação aos Pronunciamentos.

CPC 24 - Eventos subseqüentes: O Pronunciamento determina quando a Companhia deve ajustar suas demonstrações contábeis com respeito a eventos subseqüentes ao período contábil a que se referem essas demonstrações e as informações complementares que a entidade deve divulgar sobre a data em que é concedida a autorização para emissão e sobre eventos subseqüentes ao período contábil a que se referem, sendo que os procedimentos adotados pela Companhia estão em conformidade com este Pronunciamento.

CPC 25 – Provisões, passivos e ativos contingentes: As avaliações para mensuração e reconhecimento de provisões, passivos e ativos contingentes da Companhia estão em conformidade com este Pronunciamento.

CPC 30 - Receitas: Os critérios utilizados para reconhecimento da receita de todos os segmentos operacionais da Companhia atendem aos requerimentos do Pronunciamento, não havendo a necessidade de constituição de ajustes contábeis relativos ao corte da receita.

CPC 32 – Tributo sobre o lucro: A metodologia de apuração de tributos sobre o lucro sejam eles ativos ou passivos fiscais e diferidos estão em conformidade com este Pronunciamento.

CPC 33 – Benefícios a empregados: A Companhia não possui benefícios pós-emprego, tais como, planos

de contribuição e/ou benefícios definidos, no entanto, todos os benefícios e licenças remuneradas de curto prazo, assim como participações nos lucros e gratificações estão de acordo com os requerimentos do Pronunciamento.

b. efeitos significativos das alterações em práticas contábeis:

A CVM estabeleceu 2010 como data limite para a adoção das práticas contábeis internacionais (International Financial Reporting Standards – IFRS), com relação às demonstrações financeiras consolidadas das companhias abertas. Em 28 de dezembro de 2007, a Lei n° 11.638/07 alterou a Lei de Sociedades por Ações no que se refere a práticas contábeis.

A Companhia está em processo de avaliação dos potenciais efeitos decorrentes da adoção dos novos pronunciamentos contábeis e interpretações e orientações que poderão apresentar impactos econômicos, positivos e/ou negativos, sem necessariamente gerar impactos financeiros nas demonstrações contábeis a partir do exercício a findar-se em 31 de dezembro de 2010.

c. ressalvas e ênfases presentes no parecer do auditor:

O parecer dos auditores independentes sobre as demonstrações financeiras relativas ao exercício findo em 31 de dezembro de 2007 contém ênfases relacionadas:

- a apresentação espontânea das demonstrações dos fluxos de caixa para os exercícios encerrados em 31 de dezembro de 2007 e de 2008, com a finalidade de propiciar informações suplementares sobre a Companhia. Estas demonstrações foram submetidas aos procedimentos de auditoria e consideradas adequadas em todos os seus aspectos relevantes em relação às demonstrações contábeis tomadas em conjunto; e

- a apresentação da nota explicativa às demonstrações contábeis nº 25, onde a Companhia demonstrou em caráter "pró-forma" que a aplicação antecipada dos procedimentos para reconhecimento das variações cambiais de investimentos no exterior, conforme disposto no Pronunciamento Técnico nº 2 do Comitê de Pronunciamentos Contábeis – CPC, cuja aplicação estava prevista para os exercícios encerrado a partir de dezembro de 2008, resultaria em efeito relevante no resultado do exercício findo em 31 de dezembro de 2007.

Os Diretores da Companhia entendem que os objetos das referidas ênfases foram informações suplementares incluídas, única e exclusivamente, com o objetivo disponibilizar dados complementares para o melhor entendimento das informações contidas em suas demonstrações contábeis.

O parecer dos auditores independentes sobre as demonstrações contábeis relativas ao exercício findo em 31 de dezembro de 2008 contém ênfases relacionadas:

- ao fato de que as demonstrações contábeis do exercício anterior, encerrado em 31 de dezembro de 2007, apresentadas de forma comparativa, foram auditadas por outros auditores independentes, cujo parecer não contém ressalvas e enfatiza a apresentação da demonstração do fluxo de caixa como informação suplementar e a nota explicativa nº 25 que demonstra em caráter "pró-forma" o efeito relevante da aplicação antecipada dos procedimentos para reconhecimento das variações cambiais de investimentos no exterior, conforme disposto no Pronunciamento Técnico nº 2 do Comitê de Pronunciamentos Contábeis – CPC, conforme comentário explicito no item anterior;

- ao fato de que foram contratados somente para examinar os ajustes descritos na nota explicativa às demonstrações contábeis nº 2, que trata dos ajustes decorrentes de mudança de práticas contábeis: reapresentação, para fins comparativos, das demonstrações financeiras relativas ao exercício findo em 31.12.2007, como previsto na NPC 12 – "Práticas Contábeis, Mudanças nas Estimativas Contábeis e Correção de Erros", de sorte a refletir as alterações emanadas da Lei n.º 11.638/07 e da Medida Provisória n.º 449/08.

Os Diretores da Companhia entendem que os objetos das referidas ênfases são de caráter obrigatório, em função da mudança dos auditores independentes, e em função da necessidade de ajustar o exercício anterior à mudança de prática contábil em função da nova legislação, conforme retro mencionado.

10.5. Opinião dos Nossos Diretores acerca das Políticas Contábeis Críticas Adotadas explorando, em especial, estimativas contábeis feitas pela administração sobre questões incertas e relevantes para a descrição da situação financeira e dos resultados, que exijam julgamentos subjetivos ou complexos, tais como: provisões, contingências, reconhecimento da receita, créditos fiscais, ativos de longa duração, vida útil de ativos não-circulantes, planos de pensão, ajustes de conversão em moeda estrangeira, custos de recuperação ambiental, critérios para teste de recuperação de ativos e instrumentos financeiros:

A elaboração das demonstrações financeiras de acordo com o BRGAAP requer que a Companhia efetue certos julgamentos e utilize premissas na determinação do valor e registro de estimativas contábeis, a respeito dos efeitos de questões que são, por natureza, incertas e que impactam o valor os ativos e passivos. Os resultados efetivos podem divergir de tais estimativas. Com o intuito de fornecer um entendimento de como a Companhia forma seu julgamento e estimativas sobre determinados eventos futuros, segue abaixo um resumo das nossas principais práticas contábeis críticas.

Estimativas contábeis

A elaboração das demonstrações contábeis de acordo com as práticas contábeis adotadas no Brasil requer que a Diretoria se utilize de premissas e julgamentos na determinação do valor e registro de estimativas contábeis. Ativos e passivos significativos sujeitos a essas estimativas, incluem a definição da vida útil dos bens do ativo imobilizado, provisão para créditos de liquidação duvidosa, estoques, imposto de renda diferido, provisão para contingências, valorização de instrumentos financeiros derivativos ativos e passivos. A liquidação das transações envolvendo essas estimativas poderá resultar em valores diferentes dos estimados, devido a possíveis imprecisões inerentes ao processo de sua determinação.

Instrumentos financeiros

Os instrumentos financeiros são reconhecidos apenas a partir do momento em que a Companhia se torna parte das disposições contratuais do instrumento. Quando um ativo ou passivo financeiro é inicialmente reconhecido, é registrado pelo seu valor justo, acrescido dos custos de transação que sejam diretamente atribuíveis à aquisição ou emissão do ativo ou passivo financeiro.

No caso de ativos e passivos financeiros classificados na categoria ao valor justo por meio do resultado, os custos de transação são diretamente lançados no resultado do exercício.

A mensuração subsequente dos instrumentos financeiros ocorre a cada data de balanço de acordo com as regras estabelecidas para cada tipo de classificação de ativos e passivos financeiros em: (i) ativo e passivo mensurado ao valor justo por meio de resultado, (ii) mantido até o vencimento, (iii) empréstimos e recebíveis e (iv) disponíveis para venda.

Provisão para créditos de liquidação duvidosa

A provisão para créditos de liquidação duvidosa é calculada com base nas perdas avaliadas como prováveis, cujo montante é considerado suficiente para cobrir eventuais perdas na realização das contas a receber.

Redução ao valor recuperável

Os itens do ativo imobilizado, intangível, diferido e outros ativos (circulantes e não circulantes), quando aplicável, têm o seu valor recuperável testado, no mínimo anualmente, caso haja indicadores de perda de valor. O ágio decorrente de expectativa de rentabilidade futura e os ativos intangíveis com vida útil indefinida têm a recuperação do seu valor econômico testada anualmente, independentemente de haver indicadores de perda de valor, nos termos do CPC 01 - Redução ao valor recuperável dos ativos (Deliberação CVM n° 527/07).

Ativos e passivos contingentes

Os ativos contingentes são reconhecidos somente quando é "praticamente certo" seu êxito, ou com base em decisões judiciais favoráveis, transitadas em julgado. Os ativos contingentes com êxitos prováveis são apenas divulgados em nota explicativa.

Os passivos contingentes são provisionados quando as perdas forem avaliadas como prováveis e os montantes envolvidos forem mensuráveis com suficiente segurança. Os passivos contingentes avaliados como perdas possíveis são apenas divulgados em nota explicativa e os passivos contingentes avaliados como perdas remotas não são provisionados e nem divulgados.

10.6. Opinião dos nossos diretores sobre os controles internos adotados para assegurar a elaboração de demonstrações financeiras confiáveis:

a. grau de eficiência de tais controles, indicando eventuais imperfeições e providências adotadas para corrigi-las:

Os Diretores da Companhia acreditam que os procedimentos internos e sistemas de elaboração de demonstrações financeiras são suficientes para assegurar a eficiência, precisão e confiabilidade, não tendo sido detectadas imperfeições relevantes nos controles internos da Companhia. Para o exercício social findo em 31 de dezembro de 2008, os Diretores da Companhia consideram que eventuais falhas de controles internos nos processos operacionais da Companhia são irrelevantes e não geram riscos matérias. Todos os controles chaves são mapeados para mitigar riscos e validados periodicamente pelas auditorias interna e externa. Adicionalmente, cumpre esclarecer que não houve ressalvas no parecer preparado pela BDO Trevisan Auditores Independentes para o exercício social findo em 31 de dezembro de 2008 no que se refere a falhas nos seus procedimentos e controles internos.

A carta de recomendação sobre os controles internos da Companhia para o período de 2009 ainda não foi emitida pela BDO Trevisan Auditores Independentes.

b. deficiências e recomendações sobre os controles internos presentes no relatório do auditor independente:

A carta de recomendação sobre os controles internos da Companhia para o período de 2009 ainda não foi emitida pela BDO Trevisan Auditores Independentes, razão pela qual os Diretores não podem comentar acerca de eventuais deficiências e recomendações acerca dos controles internos presentes no relatório do auditor independente.

No que diz respeito ao exercício social findo em 2008, os Diretores são da opinião de que não houve recomendações relevantes dos auditores independentes nos seus respectivos relatórios que merecem destaque.

10.7. Caso a Companhia tenha feito oferta pública de distribuição de valores mobiliários, os diretores devem comentar:

a. como os recursos resultante da oferta foram utilizados:

Nos últimos 3 exercícios sociais, a Companhia realizou sua oferta pública inicial em marco de 2007, cujo total montante captado foi de R$ R$1.200.000,00. Tais recursos recursos foram investidos, 70% em investimentos de capital para expansão da capacidade operacional, incluindo aquisição de empresas e/ou plantas de abate, e os restantes 30%, em capital de giro.

b. se houve desvios relevantes entre a aplicação efetiva dos recursos e as propostas de aplicação divulgadas nos prospectos da respectiva distribuição:

Não houve desvios entre a aplicação dos recursos e as propostas de aplicação descritas no prospecto da oferta pública inicial de ações datado de abril de 2007.

c. caso tenha havido desvios, as razões para tais desvios:

Não houve desvios entre a aplicação dos recursos e as propostas de aplicação descritas no prospecto.

10.8. Opinião dos Diretores sobre a. os ativos e passivos detidos pela Companhia, direta ou indiretamente, que não aparecem no seu balanço patrimonial (off-balance sheet items):

Até a presente data, a Companhia não tinha quaisquer passivos ou operações não registrados nas demonstrações financeiras para financiar as suas operações. A Companhia não possui subsidiárias nas quais detem participação majoritária ou controles sobre suas operações que não estejam incluídas nas demonstrações financeiras consolidadas.

a. Outros itens não evidenciados nas demonstrações financeiras:

Não existem ativos e passivos detidos pela Companhia que não aparecem em seu balanço patrimonial.

10.9. Em relação a cada um dos itens não evidenciados nas demonstrações financeiras indicados no item 10.8, os diretores devem comentar:

a. como tais itens alteram ou poderão vir a alterar as receitas, as despesas, o resultado operacional, as despesas financeiras ou outros itens das demonstrações financeiras da Companhia:

Não existem ativos e passivos detidos pela Companhia que não aparecem em seu balanço patrimonial.

b. natureza e o propósito da operação:

Não existem ativos e passivos detidos pela Companhia que não aparecem em seu balanço patrimonial.

c. natureza e montante das obrigações assumidas e dos direitos gerados em favor da Companhia em decorrência da operação:

Não existem ativos e passivos detidos pela Companhia que não aparecem em seu balanço patrimonial.

10.10. Os nossos diretores devem indicar e comentar os principais elementos do nosso plano de negócios, explorando especificamente os seguintes tópicos

a. investimentos, incluindo:

i. descrição quantitativa e qualitativa dos investimentos em andamento e dos investimentos previstos;

Os investimentos de capital realizados pela Companhia tratam-se, em sua maior parte, de investimentos na manutenção de nossas plantas. Até o momento, inexistem previsões relevantes de investimentos para o aumento da capacidade de produção ou demais investimentos de capital principalmente dado que a Diretoria acredita que a atual capacidade produtiva da Companhia será capaz de suportar a necessidade de produção esperada para os próximos anos.

O valor total dos dispêndios de capital da Companhia em bens, indústria e equipamentos, não incluindo aquisições, foi de R$ 992,5 milhões em 2009.

Abaixo estão os investimentos relevantes realizados pela Companhia em 2009 que se somam a outros, tais como compra de novos equipamentos e manutenção das unidades produtoras.

JBS USA – Unidade de Negócios de Carne Bovina

Foram realizados investimentos nas plantas de Grand Island, Dumas e Greeley em melhorias no processamento dos subprodutos, em estruturas de refrigeração, em equipamentos para ganhos de rendimento na desossa.

JBS USA – Unidade de Negócios de Carne Suína

Na unidade de negócios de Carne Suína nos Estados Unidos a Companhia fez investimentos nas fábricas de Worthington e Marshalltown, em suas fábricas de tripas, em máquinas para ganhos de rendimento na desossa e equipamentos na área de Embalagem para preparação de produtos customizados.

JBS Austrália

Na Austrália foram feitos investimentos nas unidades de Dinmore, Beef City e Rockhampton, em sistemas de refrigeração, processamento de miúdos e nas áreas de Manutenção.

INALCA JBS

A INALCA JBS fez investimentos nas fábricas de Odinzovo (Moscou, Rússia), Castelvetro e Gazoldo Degli Ippoliti em suas atividades de food-service, no aumento de capacidade de fatiamento de presunto e carne curada, além da construção de um biodigestor anaeróbico na planta de Ospedaletto. Também foram realizados investimentos nos centros de distribuição de Angola (Luanda) para ampliação da capacidade de armazenagem.

JBS Brasil

A JBS segue seus investimentos nas plantas de Campo Grande (MS), Teófilo Otoni (MG), Vilhena (RO), Anápolis (GO), Maringá (PR) e Goiânia (GO), para a ampliação de suas estruturas de refrigeração, congelamento, capacidades de abate e estocagem.

JBS Argentina

Foram feitas a ampliação da capacidade de congelamento do centro de distribuição de Pilar e o aumento da capacidade de produção de salsichas e hambúrgueres das unidades de Rosário e Ponte Vedra.

ii. fontes de financiamento dos investimentos; e

A fonte de financiamento dos investimentos de capital que costumam ser realizados nos nossos complexos industriais tende a ser a própria geração de caixa operacional da Companhia e, quando aplicável e possível, linhas de financiamento do governo com taxas de juros subsidiadas.

iii. desinvestimentos relevantes em andamento e desinvestimentos previstos.

Não foram realizados desinvestimentos de capital nos últimos 3 anos, bem como não há desinvestimentos de capital em andamento.

b. desde que já divulgada, indicar a aquisição de plantas, equipamentos, patentes ou outros ativos que devam influenciar materialmente nossa capacidade produtiva

A influência na capacidade produtiva de todas as aquisições realizadas pela Companhia já esta refletida na seção 6.5 acima.

c. novos produtos e serviços, indicando: (i) descrição das pesquisas em andamento já divulgadas; (ii) montantes totais gastos em pesquisas para desenvolvimento de novos produtos ou serviços; (iii) projetos em desenvolvimento já divulgados; e (iv) montantes totais gastos no desenvolvimento de novos produtos ou serviços

Não aplicável.

10.11. Comentários sobre outros fatores que influenciaram de maneira relevante o desempenho operacional e que não tenham sido identificados ou comentados nos demais itens desta seção

Não existem outros fatores que influenciaram de maneira relevante o desempenho operacional da Companhia e que não tenham sido identificados ou comentados nos demais itens desta seção “10”.

11. PROJEÇÕES

11.1. Projeções e Estimativas:

a. objeto da projeção:

Não aplicável.

b. período projetado e o prazo de validade da projeção:

Não aplicável.

c. premissas da projeção, com a indicação de quais podem ser influenciadas pela administração da Companhia e quais ao seu controle:

Não aplicável.

d. valores dos indicadores que são objeto da previsão:

Não aplicável.

11.2. Projeções sobre os últimos 3 exercícios sociais:

a. informar quais estão sendo substituídas por novas projeções incluídas neste Formulário de Referência e quais delas estão sendo repetidas:

Não aplicável.

b. quanto às projeções relativas a períodos já transcorridos, comparar os dados projetados com o efetivo desempenho dos indicadores, indicando com clareza as razões que levaram a desvios nas projeções:

Não aplicável.

c. quanto às projeções relativas a períodos ainda em curso, informar se as projeções permanecem válidas na data de entrega deste Formulário de Referência e, quando for o caso, explicar por que elas foram abandonadas ou substituídas:

Não aplicável.

12. ASSEMBLEIA GERAL E ADMINISTRAÇÃO

12.1. Descrição da estrutura administrativa da Companhia, conforme estabelecido no seu estatuto social e regimento interno, identificando:

a. Atribuições de cada órgão e comitê:

Conselho de Administração

O Conselho de Administração é o órgão de deliberação colegiada da Companhia, responsável pelo estabelecimento de suas políticas e diretrizes gerais de negócio, incluindo sua estratégia de longo prazo, o controle e a fiscalização de desempenho da Companhia. É responsável também, dentre outras atribuições, pela supervisão da gestão dos diretores da Companhia. De acordo com a Lei das Sociedades por Ações, cada conselheiro deve ser titular de, pelo menos, uma ação de emissão da Companhia.

Nos termos do Estatuto Social, o Conselho de Administração da Companhia pode ser composto por no mínimo 5 e no máximo 11 membros. Atualmente, o Conselho de Administração da Companhia é composto por 7 membros efetivos e 1 membro suplente. No mínimo 20% dos membros do Conselho de Administração deverão ser Conselheiros Independentes, conforme definido no § 3º do artigo 20 do Estatuto Social.

O Conselho de Administração tem as seguintes competências fixadas pelo Estatuto Social da Companhia, sem prejuízo das demais que lhe são atribuídas por lei:

i. fixar a orientação geral dos negócios da Companhia;

ii. eleger e destituir os Diretores, bem como discriminar as suas atribuições;

iii. fixar a remuneração, os benefícios indiretos e os demais incentivos dos Diretores, dentro do limite global da remuneração da administração aprovado pela Assembléia Geral;

iv. fiscalizar a gestão dos Diretores; examinar a qualquer tempo os livros e papéis da Companhia; solicitar informações sobre contratos celebrados ou em vias de celebração e de quaisquer outros atos;

v. escolher e destituir os auditores independentes, bem como convocá-los para prestar os esclarecimentos que entender necessários sobre qualquer matéria;

vi. apreciar o Relatório da Administração, as contas da Diretoria e as demonstrações financeiras da Companhia e deliberar sobre sua submissão à Assembléia Geral;

vii. aprovar e rever o orçamento anual, o orçamento de capital, o plano de negócios e o plano plurianual, o qual deverá ser revisto e aprovado anualmente, bem como formular proposta de orçamento de capital a ser submetido à Assembléia Geral para fins de retenção de lucros;

viii. deliberar sobre a convocação da Assembléia Geral, quando julgar conveniente ou no caso do artigo 132 da Lei das Sociedades por Ações;

ix. submeter à Assembléia Geral Ordinária proposta de destinação do lucro líquido do exercício, bem como deliberar sobre a oportunidade de levantamento de balanços semestrais, ou em períodos menores, e o pagamento de dividendos ou juros sobre o capital próprio decorrentes desses balanços, bem como deliberar sobre o pagamento de dividendos intermediários ou intercalares à conta de lucros acumulados ou de reservas de lucros, existentes no último balanço anual ou semestral;

x. apresentar à Assembléia Geral proposta de reforma do Estatuto Social;

xi. apresentar à Assembléia Geral proposta de dissolução, fusão, cisão e incorporação da Companhia e de incorporação, pela Companhia, de outras sociedades, bem como autorizar a constituição, dissolução ou liquidação de subsidiárias e a instalação e o fechamento de plantas industriais, no País ou no exterior;

xii. manifestar-se previamente sobre qualquer assunto a ser submetido à Assembléia Geral; aprovar o voto da Companhia em qualquer deliberação societária relativa às controladas ou coligadas da Companhia;

xiii. autorizar a emissão de ações da Companhia, nos limites autorizados no artigo 6º do Estatuto Social da Companhia, fixando o preço, o prazo de integralização e as condições de emissão das ações, podendo, ainda, excluir o direito de preferência ou reduzir o prazo para o seu exercício nas emissões de ações, bônus de subscrição e debêntures conversíveis, cuja colocação seja feita mediante venda em bolsa ou por subscrição pública ou em oferta pública de aquisição de Controle (como definido no Estatuto Social da Companhia), nos termos estabelecidos em lei;

xiv. deliberar sobre a emissão de bônus de subscrição, como previsto no § 2º do artigo 6º do Estatuto Social da Companhia;

xv. outorgar opção de compra de ações a administradores, empregados ou pessoas naturais que prestem serviços à Companhia ou a sociedades controladas pela Companhia, sem direito de preferência para os acionistas, nos termos de planos aprovados em Assembléia Geral;

xvi. deliberar sobre a negociação com ações de emissão da Companhia para efeito de cancelamento ou permanência em tesouraria e respectiva alienação, observados os dispositivos legais pertinentes;

xvii. deliberar sobre a emissão de debêntures simples, não conversíveis em ações e sem garantia real;

xviii. deliberar, por delegação da Assembléia Geral quando da emissão de debêntures pela Companhia, sobre a época e as condições de vencimento, amortização ou resgate, a época e as condições para pagamento dos juros, da participação nos lucros e de prêmio de reembolso, se houver, e o modo de subscrição ou colocação bem como os tipos de debêntures;

xix. estabelecer o valor de alçada da Diretoria para a emissão de quaisquer instrumentos de crédito para a captação de recursos, sejam “bonds”, “notes”, “commercial papers”, ou outros de uso comum no mercado, bem como para fixar as suas condições de emissão e resgate, podendo, nos casos que definir, exigir a prévia autorização do Conselho de Administração como condição de validade do ato;

xx. estabelecer o valor da participação nos lucros dos diretores e empregados da Companhia e de sociedades controladas pela Companhia, podendo decidir por não atribuir-lhes qualquer participação;

xxi. decidir sobre o pagamento ou crédito de juros sobre o capital próprio aos acionistas, nos termos da legislação aplicável;

xxii. autorizar a aquisição ou alienação de investimentos em participações societárias, bem como autorizar arrendamentos de plantas industriais, associações societárias ou alianças estratégicas com terceiros;

xxiii. estabelecer o valor de alçada da Diretoria para a aquisição ou alienação de bens do ativo permanente e bens imóveis, bem como autorizar aquisição ou alienação de bens do ativo permanente de valor superior ao valor de alçada da Diretoria, salvo se a transação estiver contemplada no orçamento anual da Companhia;

xxiv. estabelecer o valor de alçada da Diretoria para a constituição de ônus reais e a prestação de avais, fianças e garantias a obrigações próprias, bem como autorizar a constituição de ônus reais e a prestação de avais, fianças e garantias a obrigações próprias de valor superior ao valor de alçada da Diretoria;

xxv. aprovar a celebração, alteração ou rescisão de quaisquer contratos, acordos ou convênios entre a Companhia e empresas ligadas (conforme definição constante do Regulamento do Imposto de Renda) aos administradores, sendo certo que a não aprovação da celebração, alteração ou rescisão de contratos, acordos ou convênios abrangidos por esta alínea implicará a nulidade do respectivo contrato, acordo ou convênio;

xxvi. estabelecer o valor de alçada da Diretoria para contratar endividamento, sob a forma de empréstimo ou emissão de títulos ou assunção de dívida, ou qualquer outro negócio jurídico que afete a estrutura de capital da Companhia, bem como autorizar a contratação de endividamento, sob a forma de empréstimo ou emissão de títulos ou assunção de dívida, ou qualquer outro negócio jurídico que afete a estrutura de capital da Companhia de valor superior ao valor de alçada da Diretoria;

xxvii. conceder, em casos especiais, autorização específica para que determinados documentos possam ser assinados por apenas um Diretor, do que se lavrará ata no livro próprio;

xxviii. aprovar a contratação da instituição prestadora dos serviços de escrituração de ações;

xxix. aprovar as políticas de divulgação de informações ao mercado e negociação com valores mobiliários da Companhia;

xxx. definir a lista tríplice de instituições ou empresas especializadas em avaliação econômica de empresas, para a elaboração de laudo de avaliação das ações da Companhia, em caso de cancelamento de registro de companhia aberta ou saída do Novo Mercado, na forma definida no artigo 52 do Estatuto Social;

xxxi. deliberar sobre qualquer matéria que lhe seja submetida pela Diretoria, bem como convocar os membros da Diretoria para reuniões em conjunto, sempre que achar conveniente;

xxxii. instituir Comitês e estabelecer os respectivos regimentos e competências; e

xxxiii. dispor, observadas as normas do Estatuto Social e da legislação vigente, sobre a ordem de seus trabalhos e adotar ou baixar normas regimentais para seu funcionamento.

Na tabela abaixo estão os nomes, cargos e a data de eleição dos membros do Conselho de Administração:

Nome	Idade	Cargo	Data da posse (Atual mandato)	Término do mandato
Joesley Mendonça Batista	38 anos	Presidente do Conselho Diretor Presidente, de Finanças e de Operações	29/04/2009	Assembleia Geral Ordinária de 2011
Wesley Mendonça Batista	39 anos	Vice Presidente do Conselho	29/04/2009	Assembleia Geral Ordinária de 2011
José Batista Sobrinho	77 anos	Conselheiro Efetivo	29/04/2009	Assembléia Geral Ordinária de 2011
José Batista Júnior	50 anos	Conselheiro Efetivo	29/04/2009	Assembléia Geral Ordinária de 2011
Marcus Vinicius Pratini de Moraes	70 anos	Conselheiro Efetivo	29/04/2009	Assembléia Geral Ordinária de 2011
Wagner Pinheiro de Oliveira	47 anos	Conselheiro Efetivo	29/04/2009	Assembléia Geral Ordinária de 2011
Natalino Bertin	61 anos	Conselheiro Efetivo	31/12/2009	Assembléia Geral Ordinária de 2011
Valere Batista Mendonça Ramos	47 anos	Conselheiro Efetivo	30/04/2010	Assembléia Geral Ordinária de 2011
Vanessa Mendonça Batista	44 anos	Conselheiro Efetivo	30/04/2010	Assembléia Geral Ordinária de 2011
Peter Dvorsak	60 anos	Conselheiro Efetivo	30/04/2010	Assembléia Geral Ordinária de 2011
Guilherme Rodolfo Laager	53 anos	Conselheiro Efetivo	30/04/2010	Assembléia Geral

				Ordinária de 2011
Demósthenes Marques	44 anos	Conselheiro Suplente	29/04/2009	Assembléia Geral Ordinária de 2011

Diretoria

A Diretoria é o órgão de representação da Companhia, competindo-lhe praticar todos os atos de gestão dos negócios sociais.

Nos termos do Estatuto Social, a Diretoria da Companhia pode ser composta por no mínimo 2 e no máximo 7 membros, os quais serão designados Diretor Presidente, Diretor Executivo de Operações, Diretor de Finanças, Diretor de Relações com Investidores, Diretor Jurídico e os demais Diretores sem designação específica. Os cargos de Diretor Presidente e de Diretor de Relação com Investidores são de preenchimento obrigatório. Atualmente, a Diretoria da Companhia é composta de 3 membros.

A Diretoria tem todos os poderes para praticar os atos necessários ao funcionamento regular da Companhia e à consecução do objeto social, por mais especiais que sejam, incluindo para renunciar a direitos, transigir e acordar, observadas as disposições legais ou estatutárias pertinentes. Observados os valores de alçada da Diretoria fixado pelo Conselho de Administração nos casos previstos no artigo 19 do Estatuto Social, compete-lhe administrar e gerir os negócios da Companhia, especialmente:

i. cumprir e fazer cumprir o Estatuto Social e as deliberações do Conselho de Administração e da Assembléia Geral;

ii. elaborar, anualmente, o Relatório da Administração, as contas da Diretoria e as demonstrações financeiras da Companhia acompanhados do relatório dos auditores independentes, bem como a proposta de destinação dos lucros apurados no exercício anterior, para apreciação do Conselho de Administração e da Assembléia Geral;

iii. propor, ao Conselho de Administração, o orçamentos anual, o orçamento de capital, o plano de negócios e o plano plurianual, o qual deverá ser revisto e aprovado anualmente;

iv. deliberar sobre a instalação e o fechamento de filiais, depósitos, centros de distribuição, escritórios, seções, agências, representações por conta própria ou de terceiros, em qualquer ponto do País ou do exterior; e

v. decidir sobre qualquer assunto que não seja de competência privativa da Assembléia Geral ou do Conselho de Administração.

Para as atribuições específicas de cada membro da Diretoria da Companhia, ver seção 12.1(d) abaixo.

Na tabela abaixo estão os nomes, as idades, os cargos e a data de eleição dos diretores.

Nome	Idade	Cargo	Data da posse (Atual mandato)	Término do mandato
Joesley Mendonça Batista	38 anos	Presidente do Conselho e Diretor Presidente, de Finanças e de Operações	13/05/2010	Assembléia Geral Ordinária de 2013
Jeremiah Alphonsus O'Callaghan	56 anos	Diretor de Relações com Investidores	13/05/2010	Assembléia Geral Ordinária de 2013
Francisco de Assis e Silva	45 anos	Diretor Jurídico	13/05/2010	Assembléia Geral Ordinária de 2013

Conselho Fiscal

O Conselho Fiscal funciona de modo permanente, com os poderes e atribuições a ele conferidos por lei. O Conselho Fiscal da Companhia é composto de no mínimo 3 e no máximo 5 membros efetivos e suplentes em igual número, acionistas ou não, eleitos e destituíveis a qualquer tempo pela assembleia geral. Atualmente, o Conselho Fiscal da Companhia é composto de 5 membros efetivos e seus respectivos suplentes.

Na tabela abaixo estão os nomes, as idades, os cargos e a data de eleição dos conselheiros fiscais.

Nome	Idade	Cargo	Data da posse (Atual mandato)	Término do mandato
Divino Aparecido dos Santos	45 anos	Presidente do Conselho Fiscal	30/04/2010	Assembléia Geral Ordinária de 2011
Florisvaldo Caetano de Oliveira	57 anos	Conselheiro Fiscal Efetivo	30/04/2010	Assembléia Geral Ordinária de 2011
John Shojiro Suzuki	33 anos	Conselheiro Fiscal Efetivo	30/04/2010	Assembléia Geral Ordinária de 2011
Alexandre Seiji Yokaichiya	29 anos	Conselheiro Fiscal Efetivo	30/04/2010	Assembléia Geral Ordinária de 2011
Marcos Godoy Brogiato	51 anos	Conselheiro Fiscal Suplente	30/04/2010	Assembléia Geral Ordinária de 2011
Sandro Domingues Raffai	45 anos	Conselheiro Fiscal Suplente	30/04/2010	Assembléia Geral Ordinária de 2011
Alcinei Cardoso Rodrigues	45 anos	Conselheiro Fiscal Suplente	30/04/2010	Assembléia Geral Ordinária de 2011
Fábio Takiy Sekiguchi	[●] anos	Conselheiro Fiscal Suplente	30/04/2010	Assembléia Geral Ordinária de 2011

Em 30 de outubro de 2008, o Conselho de Administração da Companhia aprovou a criação dos Comitês de Auditoria, Finanças e Gestão de Pessoas da Companhia, conforme previsão do Estatuto Social. Os Regimentos internos e a composição dos respectivos Comitês ficaram condicionados à aprovação do Conselho de Administração em reunião ordinária.

Nos termos do acordo de acionistas celebrado pelos acionistas controladores da Companhia com a BNDESPAR em 22 de dezembro de 2009, a qualquer momento durante a vigência de tal acordo de acionistas, a acionista BNDESPAR terá o direito de convocar uma reunião especial do Conselho de Administração para deliberar a respeito da criação e instalação de comitês na JBS, em especial do comitê financeiro e de gestão de riscos e do comitê de sustentabilidade,cuja criação foi aprovada em reunião do Conselho de Administração em 4 de março de 2010. Tais comitês, caso criados, atuarão como órgãos auxiliares e sem poderes deliberativos, assessorando o Conselho de Administração. Os integrantes de cada comitê, se eventualmente criados, serão indicados pelo Conselho de Administração dentre os membros da administração da Companhia e/ou outras pessoas ligadas, direta ou indiretamente, à Companhia.

Comitê de Estratégia Empresarial

O Comitê de Estratégia Empresarial é composto de no mínimo 3 e no máximo 5 membros, sendo um Presidente, nomeados pelo Conselho de Administração da Companhia.

Atualmente, a Presidência deste comitê é ocupada pelo Sr. Marcus Vinicius Pratini de Moraes. Os demais membros deste comitê são: Antônio Jorge Camardeli, Liege Vergili Correia e Marcio Caparroz.

Tal órgão tem como atribuições: (i) desenvolver e propor ao Conselho de Administração as políticas relativas à estratégia empresarial e à sustentabilidade das operações da Companhia; (ii) assessorar o Conselho de Administração em todos os aspectos relacionados a sustentabilidade, mediante identificação, abordagem e tratamento de assuntos críticos que representem riscos ou possam ter impacto relevante nos negócios; (iii) formular recomendações ao Conselho de Administração e acompanhar a implementação de políticas, estratégias e ações que se relacionam à sustentabilidade dos negócios da Companhia; (iv) avaliar as propostas de investimentos estratégicos da Companhia sob a ótica da sustentabilidade e formular recomendações ao Conselho de Administração quando da tomada de decisão em relação a tais investimentos; (v) aprimorar os mecanismos de controle relativos a proibição de compra de matéria-prima de fornecedores que mantenham trabalhadores em condições análogas à de escravo, ou que constem da relação de áreas embargadas pelo IBAMA; e (vi) analisar e monitorar o controle de emissões atmosféricas, sugerindo projetos de monitoramente de gases de efeito estufa, bem como projetos de redução de emissões, visando a preservação do meio ambiente.

Comitê de Auditoria

O Comitê de Auditoria é composto de no mínimo 3 e no máximo 5 membros, sendo um Presidente, nomeados pelo Conselho de Administração da Companhia. Os membros do Conselho de Administração da Companhia poderão integrar este comitê.

Este comitê é composto pelos seguintes membros: José Paulo da Silva Filho, eliseo Santiago Perez Fernandez, Silvio Roberto de Menezes Júnior, Francisco de Assis e Silva e Valdir Aparecido Boni.

Tal órgão se reporta diretamente ao Conselho de Administração da Companhia e tem como atribuições o seu assessoramento no que tange a realização de análises e avaliações referentes às normas; às regras corporativas; aos processos de elaboração; à divulgação e à transparência das demonstrações financeiras; aos sistemas de controles internos; e à auditoria interna e externa.

Com relação ao auditor independente e à auditoria interna, compete ao Comitê de Auditoria: (i) assessorar o Conselho de Administração na escolha da empresa a ser contratada como auditor independente; no processo de seleção, contratação, supervisão e avaliação do auditor independente; nos processos de recepção e no tratamento das informações referentes aos relatórios e demonstrações contábeis, bem como dos relatórios do auditor independente e da auditoria interna; no estabelecimento de diretrizes e requisitos a serem observados pela Administração, para a contratação de outros serviços prestados pelo auditor independente; na fixação de diretrizes de orientação do planejamento anual dos trabalhos da auditoria interna, dos relatórios emitidos e da adequação de sua equipe; (ii) preparar para aprovação do Conselho de Administração os quesitos de avaliação de eficácia referentes à auditoria independente e interna; à política de independência do auditor independente; ao cumprimento das normas; e à observância das regras corporativas; (iii) acompanhar o cumprimento das recomendações feitas pelo auditor independente ou auditoria interna referentes à adequação dos controles internos; aos atos ou fatos relevantes constatados no curso de seus trabalhos ou que infrinjam as normas e regras corporativas;

Com relação às demonstrações financeiras, compete ao Comitê de Auditoria tomar conhecimento das demonstrações contábeis trimestrais e respectivas notas explicativas; dos relatórios da administração; e do parecer dos auditores independentes.

Com relação aos controles internos, compete ao Comitê de Auditoria avaliar a qualidade e eficiência dos sistemas de controles internos e de administração de riscos, visando aferir a eficiência no uso dos recursos e no estabelecimento de processos de informação e de decisão; a conformidade das operações com as normas e regras corporativas.

Com relação aos relatórios, compete ao Comitê de Auditoria elaborar o seu relatório contendo informações tais como: atividades exercidas no âmbito de suas atribuições no período; avaliação da efetividade dos sistemas de controle interno; descrição das recomendações apresentadas à administração, com evidenciação daquelas não acatadas e respectivas justificativas; avaliação da efetividade do auditor independente e da auditoria interna, inclusive quanto à verificação do cumprimento das normas e das regras corporativas, evidenciando as deficiências detectadas; avaliação da qualidade das demonstrações contábeis relativas aos respectivos períodos, com ênfase na aplicação das práticas contábeis adotadas e no cumprimento das normas, com evidenciação das deficiências detectadas;

Comitê Financeiro

O Comitê Financeiro é composto de no mínimo 3 e no máximo 5 membros, sendo um Coordenador, nomeados pelo Conselho de Administração da Companhia. Poderão integrar este comitê os membros titulares ou suplentes do Conselho de Administração da Companhia, seus Diretores; ou profissionais da área de finanças, com comprovados conhecimentos sobre economia, operações financeiras, gestão de caixa e de riscos financeiros e matérias correlatas.

Este comitê é composto pelos seguintes membros: Marcos Cunha Bastos, Emerson Fernandes Loureiro, Fernando Abe Ohara e André Nogueira.

Tal órgão tem como atribuições auxiliar o Conselho de Administração e a Diretoria da Companhia na análise da conjuntura econômica brasileira e mundial e de seus potenciais reflexos na posição financeira da Companhia; examinar, discutir e formular recomendações ao Conselho de Administração quanto à política financeira proposta pela Diretoria da Companhia; acompanhar a implantação da política financeira aprovada pelo Conselho de Administração; e avaliar periodicamente os resultados da política financeira implementada pela Companhia.

Comitê de Gestão de Pessoas

O Comitê de Gestão de Pessoas é composto de no mínimo 3 e no máximo 5 membros, sendo um Presidente, nomeados pelo Conselho de Administração da Companhia. Os membros do Conselho de Administração da Companhia, bem como pessoas ligadas direta ou indiretamente à Companhia poderão integrar este comitê.

Este comitê é composto pelos seguintes membros: Joesley Mendonça Batista, Patrícia Bollmann, Verônica Peixoto Coelho, Marco Bortolon e Rogério D'Alcântara Peres.

Tal órgão se reporta diretamente ao Conselho de Administração da Companhia, e tem como atribuição a análise e validação das práticas e políticas de recursos humanos da Companhia, tais como: (i) examinar candidatos para eleição do Conselho de Administração, bem como para a indicação da Diretoria e de quaisquer comitês; (ii) revisar e discutir a remuneração da administração e plano de opção de compra de ações para os Diretores da Companhia, bem como as práticas de recrutamento e seleção adotados pela Companhia e suas controladas e/ou afiliadas; (iii) propor critérios para a avaliação de desempenho dos Diretores, Gerentes e Colaboradores da Companhia; (iv) definir as políticas de remuneração e de incentivos para Diretores, Gerentes e Colaboradores, conforme o caso; (v) analisar todos os relatórios gerencias de capital humano; e (vi) analisar todos os *papers* e documentos redigidos aos Diretores, Gerentes e Colaboradores.

Comitê de Sustentabilidade

O Comitê de Sustentabilidade é composto de no mínimo 3 e no máximo 5 membros, sendo um Presidente, nomeados pelo Conselho de Administração da Companhia.

Atualmente, a Presidência deste comitê é ocupada pelo Sr. Marcus Vinicius Pratini de Moraes. Os demais membros deste comitê são: Angela Elaine Pereira Garcia, Francisco de Assis e Silva, Gerson Balena, Gustavo Meneses, Marco Antonio Bortolon, Roberto Motta, Rogerio Bonato e Valtair Teodoro.

Tal órgão tem como atribuições: (i) assessorar o Conselho de Administração da Companhia em todos os aspectos relacionados à sustentabilidade, mediante identificação, abordagem e tratamento de assuntos críticos que representem riscos ou possam ter impacto relevante nos negócios; (ii) formular recomendações ao Conselho de Administração e acompanhar a implantação de políticas, estratégias e ações que se relacionem à sustentabilidade dos negócios da Companhia; e (iii) avaliar as propostas de investimentos estratégicos da Companhia sob a ótica da sustentabilidade e formular recomendações ao Conselho de Administração quando da tomada de decisão em relação a tais investimentos.

Comitê Especial Independente

A Companhia criou, em dezembro de 2009, um comitê especial independente, de caráter provisório, com a finalidade única e exclusiva de analisar as condições de possível operação societária de incorporação da Bertin pela Companhia, ou de uma incorporação de ações envolvendo a Bertin e a Companhia, nos termos do Parecer de Orientação CVM nº 35, de 1º de setembro de 2008. O comitê foi formado pelos seguintes 3 membros, eleitos pelo Conselho de Administração, todos independentes e não-administradores da Companhia, com notória experiência e capacidade técnica: Omar Carneiro da Cunha Sobrinho, José Cláudio Rego Aranha e Wallim Cruz de Vasconcellos Junior. Com a implementação de referida operação societária, tal comitê deixou automaticamente de existir.

b. Data de instalação do conselho fiscal, se este não for permanente, e de criação dos comitês:

O Conselho Fiscal funciona de modo permanente.

Em 1º de março de 2008, o Conselho de Administração da Companhia aprovou a criação do Comitê de Estratégia Empresarial da Companhia. Em 30 de outubro de 2008, o Conselho de Administração da Companhia aprovou a criação dos Comitês de Auditoria, Finanças, Gestão de Pessoas da Companhia. Já a criação do Comitê de Sustentabilidade foi aprovada pelo Conselho de Administração da Companhia em 4 de março de 2010.

A criação do Comitê Especial Independente foi aprovada em reunião do Conselho de Administração da Companhia datada de 22 de outubro de 2009. Como exposto acima, com a incorporação da Bertin pela Companhia, em 31 de dezembro de 2009, referido comitê deixou automaticamente de existir.

c. Mecanismos de avaliação de desempenho de cada órgão ou comitê:

A Companhia não realiza avaliação de desempenho dos seus órgãos de administração e comitês.

d. Em relação aos membros da diretoria, suas atribuições e poderes individuais:

De acordo com o Estatuto Social, a Diretoria tem todos os poderes para praticar os atos necessários ao funcionamento regular da Companhia e à consecução do objeto social, por mais especiais que sejam, incluindo para renunciar a direitos, transigir e acordar, observadas as disposições legais ou estatutárias pertinentes.

Compete ao Diretor Presidente: (i) executar e fazer executar as deliberações das Assembléias Gerais e do Conselho de Administração; (ii) estabelecer metas e objetivos para a Companhia; (iii) supervisionar a elaboração do orçamento anual, do orçamento de capital, do plano de negócios, e do plano plurianual; (iv) coordenar, administrar, dirigir e supervisionar a área contábil e todos os negócios e operações da Companhia, no Brasil e no exterior; (v) coordenar as atividades dos demais Diretores da Companhia e de suas subsidiárias, no Brasil ou no exterior, observadas as atribuições específicas previstas no Estatuto Social; (vi) dirigir, no mais alto nível, as relações públicas da Companhia e orientar a publicidade institucional; (vii) convocar e presidir as reuniões da Diretoria; (viii) representar pessoalmente, ou por mandatário que nomear, a Companhia nas assembléias ou outros atos societários de sociedades das quais participar; e (ix) outras atribuições que lhe forem, de tempos em tempos, determinadas pelo Conselho de Administração.

Compete ao Diretor Executivo de Operações: (i) coordenar, administrar, dirigir e supervisionar as áreas comercial, logística, industrial, administrativa e de recursos humanos; (ii) dirigir e orientar a elaboração do plano de negócios e o plano plurianual da Companhia; (iii) dirigir e orientar a realização de análises de mercado e da política da qualidade da empresa, e a implantação de normas, métodos e rotinas operacionais; e (iv) outras atribuições que lhe forem, de tempos em tempos, determinadas pelo Diretor Presidente.Compete ao Diretor de Finanças: (i) coordenar, administrar, dirigir e supervisionar a área de finanças da Companhia; (ii) dirigir e orientar a elaboração do orçamento anual e do orçamento de capital; (iii) dirigir e orientar as atividades de tesouraria da Companhia, incluindo a captação e administração de recursos, bem como as políticas de *hedge* pré-definidas pelo Diretor Presidente; e (iv) outras atribuições que lhe forem, de tempos em tempos, determinadas pelo Diretor Presidente.

Destaca-se que na reunião do Conselho de Administração da Companhia realizada em 12 de maio de 2009 foi aprovada a cumulação temporária das funções de Diretor de Finanças e de Diretor Executivo de Operações às competências do Diretor-Presidente.

Compete ao Diretor de Relações com Investidores: (i) coordenar, administrar, dirigir e supervisionar a área de relações com investidores da Companhia; (ii) representar a Companhia perante acionistas, investidores, analistas de mercado, a Comissão de Valores Mobiliários, as Bolsas de Valores, o Banco Central do Brasil e os demais órgãos de controle e demais instituições relacionados às atividades desenvolvidas no mercado de capitais, no Brasil e no exterior; e (iii) outras atribuições que lhe forem, de tempos em tempos, determinadas pelo Diretor Presidente.

Compete ao Diretor Jurídico: (i) coordenar, administrar, dirigir e supervisionar a área jurídica da Companhia; (ii) planejar, propor e implantar políticas e atuações da Companhia em matéria jurídica; (iii) supervisionar e coordenar os serviços jurídicos da Companhia; (iv) opinar sobre a contratação de advogados externos; (v) representar, isoladamente, a Companhia em juízo ou fora dele, ativa e passivamente, perante terceiros, quaisquer repartições públicas, autoridades Federais, Estaduais e Municipais, bem como autarquias, sociedades de economia mista, entidades paraestatais, e entidades e sociedades privadas; e (vi) outras atribuições que lhe forem, de tempos em tempos, determinadas pelo Diretor Presidente.

Compete aos Diretores sem designação específica, se eleitos, auxiliar o Diretor Presidente na coordenação, administração, direção e supervisão dos negócios da Companhia, de acordo com as atribuições que lhe forem, de tempos em tempos, determinadas pelo Diretor Presidente.

e. Mecanismos de avaliação de desempenho dos membros do conselho de administração, dos comitês e da diretoria:

A Companhia não realiza avaliação de desempenho dos membros do seu Conselho de Administração nem do seus comitês.

Com relação à Diretoria, ressalta-se que os diretores da Companhia são avaliados anualmente pelos próprios diretores (outros membros da Diretoria) em avaliação 360º graus, além de serem avaliados, também pelo

método de avaliação 360º graus, pelos subordinados membros da sua equipe. O Diretor Presidente também avalia os diretores. A avaliação 360º graus é uma análise sistemática do desempenho do profissional em função das atividades que realiza, das metas estabelecidas, dos resultados alcançados e do seu potencial de desenvolvimento. O objetivo final desta avaliação é contribuir para o desenvolvimento das pessoas na empresa.

12.2. Descrição das regras, políticas e práticas relativas às assembléias gerais, indicando:

a. Prazos de convocação:

As Assembléias Gerais da Companhia são convocadas com, no mínimo, 15 (quinze) dias corridos de antecedência em primeira convocação e com 8 (oito) dias corridos de antecedência em segunda convocação.

A CVM poderá, a seu exclusivo critério, mediante decisão fundamentada de seu Colegiado, a pedido de qualquer acionista, e ouvida a Companhia: (i) aumentar, para até 30 dias, a contar da data em que os documentos relativos às matérias a serem deliberadas forem colocados à disposição dos acionistas, o prazo de antecedência de publicação do primeiro anúncio de convocação da assembléia geral de companhia aberta, quando esta tiver por objeto operações que, por sua complexidade, exijam maior prazo para que possam ser conhecidas e analisadas pelos acionistas; e (ii) interromper, por até 15 dias, o curso do prazo de antecedência da convocação de assembléia geral extraordinária de companhia aberta, a fim de conhecer e analisar as propostas a serem submetidas à assembléia e, se for o caso, informar à companhia, até o término da interrupção, as razões pelas quais entende que a deliberação proposta à assembléia viola dispositivos legais ou regulamentares.

b. Competências:

Compete à Assembléia Geral, além das atribuições previstas em lei:

i. eleger e destituir os membros do Conselho de Administração e do Conselho Fiscal, quando instalado;

ii. fixar a remuneração global anual dos administradores, assim como a dos membros do Conselho Fiscal, se instalado;

iii. reformar o Estatuto Social;

iv. deliberar sobre a dissolução, liquidação, fusão, cisão, incorporação da Companhia, ou de qualquer sociedade na Companhia;

v. atribuir bonificações em ações e decidir sobre eventuais grupamentos e desdobramentos de ações;

vi. aprovar planos de opção de compra de ações destinados a administradores, empregados ou pessoas naturais que prestem serviços à Companhia ou a sociedades controladas pela Companhia;

vii. deliberar, de acordo com proposta apresentada pela administração, sobre a destinação do lucro do exercício e a distribuição de dividendos;

viii. eleger e destituir o liquidante, bem como o Conselho Fiscal que deverá funcionar no período de liquidação;

ix. deliberar a saída do Novo Mercado da Bolsa de Valores de São Paulo – BOVESPA, nas hipóteses previstas no artigo 48 do Estatuto Social;

x. deliberar o cancelamento do registro de companhia aberta na CVM;

xi. escolher a instituição ou empresa especializada responsável pela elaboração de laudo de avaliação das ações da Companhia, em caso de cancelamento de registro de companhia aberta ou saída do Novo Mercado, conforme previsto no Capítulo VII do Estatuto Social, dentre as empresas indicadas pelo Conselho de Administração; e

xii. deliberar sobre qualquer matéria que lhe seja submetida pelo Conselho de Administração.

c. Endereços (físico ou eletrônico) nos quais os documentos relativos à assembléia geral estarão à disposição dos acionistas para análise:

Endereços eletrônicos: http://www.jbs.com.br/ri; http://www.cvm.gov.br; http://www. bmfbovespa.com.br.

Endereço físico: Escritório da Companhia, localizado na Av. Marginal Direita do Tietê, 500, Vila Jaguara, na Cidade de São Paulo, Estado de São Paulo, CEP 05118-100.

d. Identificação e administração de conflitos de interesses:

A Companhia não adota um mecanismo específico para identificar conflitos de interesse nas assembléias gerais, aplicando-se à hipótese as regras constantes na legislação brasileira.

A esse respeito, a Lei das Sociedades por Ações prevê que o acionista não poderá votar nas deliberações da assembleia geral relativas ao laudo de avaliação de bens com que concorrer para a formação do capital social e à aprovação de suas contas como administrador, nem em quaisquer outras que puderem beneficiá-lo de modo particular, ou em que tiver interesse conflitante com o da companhia.

A deliberação tomada em decorrência do voto de acionista que tem interesse conflitante com o da Companhia é anulável; o acionista responderá pelos danos causados e será obrigado a transferir para a companhia as vantagens que tiver auferido. Os conflitos de interesse são identificados nos termos da Lei das Sociedades por Ações e administrados pelo presidente do conselho de administração.

e. Solicitação de procurações pela administração para o exercício do direito de voto:

A Companhia não possui regras, políticas ou práticas para solicitação de procurações pela administração para o exercício do direito de voto nas assembléias gerais.

f. Formalidades necessárias para aceitação de instrumentos de procuração outorgados por acionistas, indicando se a Companhia admite procurações outorgadas por acionistas por meio eletrônico:

Nos termos da Lei das Sociedades por Ações, o acionista pode ser representado na assembléia geral por procurador constituído há menos de um ano, que seja acionista, administrador da companhia ou advogado; na companhia aberta, como é o caso da Companhia, o procurador pode, ainda, ser instituição financeira, cabendo ao administrador de fundos de investimento representar os condôminos.

Nos termos do Estatuto Social, nas assembléias gerais, os acionistas deverão apresentar, com no mínimo 72 horas de antecedência, além do documento de identidade e/ou atos societários pertinentes que comprovem a representação legal, conforme o caso: (i) comprovante expedido pela instituição escrituradora, no máximo, 5 (cinco) dias antes da data da realização da Assembléia Geral; (ii) o instrumento de mandato com reconhecimento da firma do outorgante; e/ou (iii) relativamente aos acionistas participantes da custódia fungível de ações nominativas, o extrato contendo a respectiva participação acionária, emitido pelo órgão competente. A Companhia não admite procurações outorgadas por acionistas por meio eletrônico.

g. Manutenção de fóruns e páginas na rede mundial de computadores destinados a receber e compartilhar comentários dos acionistas sobre as pautas das assembléias:

A Companhia não mantém fóruns e páginas na rede mundial de computadores destinados a receber e compartilhar comentários dos acionistas sobre as pautas das assembléias.

h. Transmissão ao vivo do vídeo e/ou do áudio das assembléias:

A Companhia não transmite ao vivo o vídeo e/ou o áudio das assembléias.

i. Mecanismos destinados a permitir a inclusão, na ordem do dia, de propostas formuladas por acionistas:

A Companhia ainda não adotou uma política ou mecanismos para permitir a inclusão de propostas de acionistas na ordem do dia das suas assembléias gerais.

12.3. Em forma de tabela, informar as datas e jornais de publicação:

Ano		2009	2008	2007
Aviso aos acionistas comunicando a disponibilização das demonstrações financeiras	Data(s) de publicação em Jornais	Não aplicável	Não aplicável	Não aplicável
	Jornal(is) de Publicação	Não aplicável	Não aplicável	Não aplicável
Convocação da assembleia geral ordinária que apreciou as demonstrações financeiras	Data(s) de publicação em Jornais	15, 16 e 17 de abril de 2010 (Diário Oficial do Estado de São Paulo – D.O.E.S.P.) e 15, 16 e 19 de abril de 2010 (Valor Econômico)	17, 18 e 23 de abril de 2009 e 17, 20 e 22 de abril de 2009	12, 15 e 16 de abril de 2008 e 14, 15 e 16 de abril de 2008
	Jornal(is) de Publicação	Diário Oficial do Estado de São Paulo – D.O.E.S.P. e Valor Econômico	Diário Oficial do Estado de São Paulo – D.O.E.S.P. e Valor Econômico	Diário Oficial do Estado de São Paulo – D.O.E.S.P. e Valor Econômico
Ata da assembleia geral ordinária que apreciou as demonstrações financeiras	Data(s) de publicação em Jornais	01 de maio de 2010 e 03 de maio de 2010.	30 de abril de 2009	1º de maio de 2008
	Jornal(is) de Publicação	Diário Oficial do Estado de São Paulo – D.O.E.S.P. e Valor Econômico	Diário Oficial do Estado de São Paulo – D.O.E.S.P. e Valor Econômico	Diário Oficial do Estado de São Paulo – D.O.E.S.P. e Valor Econômico
Demonstrações financeiras	Data(s) de publicação em Jornais	10 de março de 2010	26 de fevereiro de 2009	1º de abril de 2008 e 31 de março de 2008
	Jornal(is) de Publicação	Diário Oficial do Estado de São Paulo – D.O.E.S.P. e Valor Econômico	Diário Oficial do Estado de São Paulo – D.O.E.S.P. e Valor Econômico	Diário Oficial do Estado de São Paulo – D.O.E.S.P. e Valor Econômico

12.4. Descrição das regras, políticas e práticas relativas ao conselho de administração, indicando:

Vide a seção 12.1(a.1) deste Formulário de Referência para atribuições, composição e regras sobre membros independentes do Conselho de Administração da Companhia.

As decisões do Conselho de Administração são, de forma geral, tomadas pela maioria dos votos dos membros presentes em cada reunião. O presidente do Conselho de Administração detém o voto de desempate.

Em conformidade com a Lei das Sociedades por Ações, membros do Conselho de Administração estão proibidos de votar em qualquer assembléia geral, ou de atuar em qualquer operação ou negócio nos quais tenham conflito de interesses com a Companhia.

a. Frequência das reuniões:

O Conselho de Administração se reúne ao menos uma vez por trimestre, de acordo com o Estatuto Social da Companhia.

b. Se existirem, as disposições do acordo de acionistas que estabeleçam restrição ou vinculação ao exercício do direito de voto de membros do conselho:

Acordo de Acionistas

Em 22 de dezembro de 2009 foi celebrado um acordo de acionistas entre J&F Participações S.A., ZMF Fundo de Investimento em Participações e BNDES Participações S.A. – BNDESPAR ("Acordo de Acionistas"). Atualmente, tendo em vista a reorganização societária da Companhia ocorrida em dezembro de 2009, descrita no item 6.5 deste Formulário de Referência, a FB sucedeu a J&F e a ZMF em seus direitos e obrigações oriundos do Acordo de Acionistas. Vide seção 15.5 deste Formulário de Referencia para uma descrição detalhada de tal Acordo de Acionistas.

O Acordo de Acionistas determina que, enquanto o acionista BNDESPAR continuar detendo um determinado percentual das ações de emissão da Companhia, terá direitos de veto, exercido através do voto em qualquer assembléia geral, reunião do Conselho de Administração, da diretoria ou de qualquer outro órgão da administração da Companhia ou de qualquer controlada da Companhia, sobre matérias como contratação de endividamento adicional, distribuição de dividendos e aprovação do orçamento anual, caso o quociente de endividamento da Companhia seja superior a determinado patamar, determinados eventos de falência e determinadas operações com partes relacionadas, determinadas constituições de ônus e prestações de

garantias e a venda de bens relevantes pela Companhia, entre outras matérias. Este direito de veto deve ser exercido de maneira justificada.

As partes do Acordo de Acionistas e a Companhia obrigaram-se a tomar todas as providências necessárias para que os membros do Conselho de Administração e os demais administradores da Companhia ou de qualquer de suas controladas que tenham sido eleitos ou indicados por qualquer uma das partes, ou que venham a ser eleitos ou indicados por qualquer uma das partes, sempre votem, em quaisquer deliberações, em conformidade com o disposto no Acordo de Acionistas.

O eventual exercício, por qualquer dos membros da administração eleitos ou indicados por qualquer uma das partes e/ou qualquer dos representantes das partes, do direito de voto nas assembléias gerais, reuniões do Conselho de Administração e/ou outros atos deliberativos da Companhia em desacordo com as disposições estabelecidas no Acordo de Acionistas importará em nulidade da deliberação que for assim tomada, sem prejuízo do direito da parte interessada de promover a execução específica da obrigação descumprida.

Para maiores informações acerca do Acordo de Acionistas, ver item 15.5 deste Formulário de Referência.

c. Regras de identificação e administração de conflitos de interesses:

A Companhia não adota um mecanismo específico para identificar conflitos de interesse no Conselho de Administração, aplicando-se à hipótese as regras constantes na legislação brasileira. Os conflitos de interesse são identificados nos termos da Lei das Sociedades por Ações e administrados pelo presidente do Conselho de Administração.

De acordo com a Lei das Sociedades por Ações, não poderá ser eleito como administrador da Companhia, salvo dispensa da assembléia geral, aquele que tiver interesse conflitante com a sociedade.

A lei dispõe, ainda, que é vedado ao administrador intervir em qualquer operação social em que tiver interesse conflitante com o da companhia, bem como na deliberação que a respeito tomarem os demais administradores, cumprindo-lhe cientificá-los do seu impedimento e fazer consignar, em ata de reunião do Conselho de Administração ou da Diretoria, a natureza e extensão do seu interesse. Não obstante, admite-se que o administrador contrate com a companhia em condições razoáveis ou equitativas, idênticas às que prevalecem no mercado ou em que a companhia contrataria com terceiros.

No que se refere especificamente aos administradores que também forem acionistas da Companhia e, conforme o disposto no item 12.2 (d) acima, a Lei das Sociedades por Ações dispõe que o acionista não poderá votar nas deliberações da assembléia geral relativas ao laudo de avaliação de bens com que concorrer para a formação do capital social e à aprovação de suas contas como administrador, nem em quaisquer outras que puderem beneficiá-lo de modo particular, ou em que tiver interesse conflitante com o da companhia. A deliberação tomada em decorrência do voto de acionista que tem interesse conflitante com o da Companhia é anulável; o acionista responderá pelos danos causados e será obrigado a transferir para a companhia as vantagens que tiver auferido.

12.5. Descrição da cláusula compromissória, se existir, inserida no estatuto para a resolução dos conflitos entre acionistas e entre estes e a Companhia por meio de arbitragem:

A Companhia, seus acionistas, administradores e membros do Conselho Fiscal devem resolver, por meio de arbitragem, toda e qualquer disputa ou controvérsia que possa surgir entre eles, relacionada ou oriunda, em especial, da aplicação, validade, eficácia, interpretação, violação e seus efeitos, das disposições contidas no Contrato de Participação no Novo Mercado, no Regulamento de Listagem do Novo Mercado, no Regulamento de Arbitragem da Câmara de Arbitragem do Mercado instituída pela BM&FBOVESPA, no Estatuto Social, nas disposições da Lei das Sociedades por Ações, nas normas editadas pelo Conselho Monetário Nacional, pelo Banco Central do Brasil ou pela CVM, nos regulamentos da BM&FBOVESPA e nas demais normas aplicáveis ao funcionamento do mercado de capitais em geral, perante a Câmara de Arbitragem do Mercado, nos termos de seu Regulamento de Arbitragem.

12.6. Em relação a cada um dos administradores e membros do conselho fiscal da Companhia, indicar, em forma de tabela:

Conselho de Administração

Nome	Idade	Profissão	CPF	Cargo Eletivo Ocupado	Data de Eleição	Data da Posse	Prazo do Mandato	Outros Cargos ou Funções Exercidos na Companhia	Eleito pelo Controlador
Joesley Mendonça Batista	38 anos	Industrial	376.842.211-91	Presidente do Conselho de Administração	29/04/2009	29/04/2009	2 anos (até a Assembléia Geral Ordinária de 2011)	Diretor Presidente, de Finanças e de Operações e membro do Comitê de Gestão de Pessoas	SIM
Wesley Mendonça Batista	39 anos	Empresário	364.873.921-20	Vice Presidente Cons. de Administração	29/04/2009	29/04/2009	2 anos (até a Assembléia Geral Ordinária de 2011)	---	SIM
José Batista Sobrinho	77 anos	Industrial	052.970.871-04	Conselheiro Efetivo	29/04/2009	29/04/2009	2 anos (até a Assembléia Geral Ordinária de 2011)	---	SIM
José Batista Júnior	50 anos	Industrial	194.087.141-72	Conselheiro Efetivo	29/04/2009	29/04/2009	2 anos (até a Assembléia Geral Ordinária de 2011)	---	SIM
Valere Batista Mendonça Ramos	47 anos	Industrial	239.391.921-04	Conselheiro Efetivo	30/04/2010	30/04/2010	2 anos (até a Assembléia Geral Ordinária de 2011)	Gerente de Cobrança	SIM
Vanessa Mendonça Batista	44 anos	Industrial	666.569.401-1-	Conselheiro Eefetivo	30/04/2010	30/04/2010	2 anos (até a Assembléia Geral Ordinária de 2011)	Gerente de Exportação	SIM
Peter Dvorsak	60 anos	Engenheiro	300.022.657-53	Conselheiro Efetivo	30/04/2010	30/04/2010	2 anos (até a Assembléia Geral Ordinária de 2011)	---	NÃO
Guilherme Rodolfo Laager	53 anos	Engenheiro	606.451.997-53	Conselheiro Efetivo	30/04/2010	30/04/2010	2 anos (até a Assembléia Geral Ordinária de 2011)	---	NÃO
Marcus Vinicius Pratini de Moraes (1)	70 anos	Economista	000.178.841-87	Conselheiro Efetivo	29/04/2009	29/04/2009	2 anos (até a Assembléia Geral Ordinária de 2011)	Membro dos Comitês de Estratégia Empresarial e de Sustentabilidade	SIM
Wagner Pinheiro de Oliveira (1)	47 anos	Economista	087.166.168-39	Conselheiro Efetivo	29/04/2009	29/04/2009	2 anos	---	NÃO
Natalino Bertin	61 anos	Empresário	250.015.238-34	Conselheiro Efetivo	31/12/2009	31/12/2009	2 anos	---	SIM
Demósthenes Marques (1)	44 anos	Engenheiro Civil	468.327.930-49	Conselheiro Suplente	29/04/2009	29/04/2009	2 anos	---	NÃO

(1) Conselheiros independentes, nos termos do regulamento do Novo Mercado da BM&FBOVESPA.

Diretoria

Nome	Idade	Profissão	CPF ou Passaporte	Cargo Eletivo Ocupado	Data de Eleição	Data da Posse	Prazo do Mandato	Outros Cargos ou Funções Exercidos na Companhia	Eleito pelo Controlador
Joesley Mendonça Batista	38 anos	Industrial	376.842.211-91	Diretor Presidente, de Finanças e de Operações	13/05/2010	02/01/2007	3 anos	Presidente do Conselho de Administração e membro do Comitê de Gestão de Pessoas	---
Jeremiah Alphonsus O'Callaghan	56 anos	Engenheiro	012.266.188-55	Diretor de Relações com Investidores	13/05/2010	14/05/2008	3 anos	---	---
Francisco de Assis e Silva	45 anos	Advogado	545.102.019-15	Diretor Jurídico	13/05/2010	02/01/2007	3 anos	Membro dos Comitês de Auditoria e de Sustentabilidade	---

Conselho Fiscal

Nome	Idade	Profissão	CPF ou Passaporte	Cargo Eletivo Ocupado	Data de Eleição	Data da Posse	Prazo do Mandato	Outros Cargos ou Funções Exercidos na Companhia	Eleito pelo Controlador
Divino Aparecido dos Santos	45 anos	Contador	333.235.181-87	Presidente do Conselho Fiscal	30/04/2010	30/04/2010	1 ano	---	SIM
Florisvaldo Caetano de Oliveira	57 anos	Técnico em Contabilidade	098.272.341-53	Conselheiro Fiscal Efetivo	30/04/2010	30/04/2010	1 ano	---	SIM
John Shojiro Suzuki	33 anos	Engenheiro	260.176.488-02	Conselheiro Fiscal Efetivo	30/04/2010	30/04/2010	1 ano	---	NÃO
Alexandre Seiji Yokaichiya	29 anos	Engenheiro	281.767.738-24	Conselheiro Fiscal Efetivo	30/04/2010	30/04/2010	1 ano	---	SIM
Marcos Godoy Brogiato	51 anos	Contador	949.583.438-49	Conselheiro Fiscal Suplente	30/04/2010	30/04/2010	1 ano	---	SIM
Sandro Domingues Raffai	45 anos	Contador	064.677.908-71	Conselheiro Fiscal Suplente	30/04/2010	30/04/2010	1 ano	---	SIM
Fábio Takiy Sekiguchi	33 anos	Engenheiro	272.818.148-95	Conselheiro Fiscal Suplente	30/04/2010	30/04/2010	1 ano	---	NÃO

12.7. Fornecer as informações mencionadas no item 12.6 em relação aos membros dos comitês estatutários, bem como dos comitês de auditoria, de risco, financeiro e de remuneração, ainda que tais comitês ou estruturas não sejam estatutários[2]:

Comitê de Estratégia Empresarial

Nome	Idade	Profissão	CPF	Cargo Eletivo Ocupado	Data de Eleição	Data da Posse	Prazo do Mandato	Outros Cargos ou Funções Exercidos na Companhia	Eleito pelo Controlador
Marcus Vinicius Pratini de Moraes	70 anos	Economista	000.178.841-87	Presidente do Comitê	25/6/2009	25/6/2009	5 anos	Membro do Conselho de Administração e membro do Comitê de Sustentabilidade	SIM
Antônio Jorge Camardelly	56 anos	Médico Veterinário	157.222.440-15	Membro	25/6/2009	25/6/2009	5 anos	-	SIM
Liege Vergili Correia	23 anos	Engenheira Agrônoma	318.749.308-49	Membro	2/11/2009	2/11/2009	5 anos	-	SIM
Marcio Caparroz	31 anos	Médico Veterinário	278.694.998-03	Membro	4/1/2010	4/1/2010	5 anos	-	SIM

Comitê de Auditoria

Nome	Idade	Profissão	CPF ou Passaporte	Cargo Eletivo Ocupado	Data de Eleição	Data da Posse	Prazo do Mandato	Outros Cargos ou Funções Exercidos na Companhia	Eleito pelo Controlador
José Paulo da Silva Filho	46 anos	Contador	386.730.294-49	Membro	18/2/2009	18/2/2009	5 anos	Gerente de Contabilidade	SIM
Eliseo Santiago Perez Fernandez	45 anos	Administrador de Empresas	412.811.954-72	Membro	18/2/2009	18/2/2009	5 anos	Diretor de Administração e Controle	SIM
Silvio Roberto R. de Menezes Jr.	37 anos	Auditor	820.241.384-20	Membro	18/2/2009	18/2/2009	5 anos	---	SIM
Francisco de Assis e Silva	45 anos	Advogado	545.102.019-15	Membro	18/2/2009	18/2/2009	5 anos	Diretor Jurídico e membro do Comitê de Sustentabilidade	SIM
Valdir Aparecido Boni	49 anos	Economista	958.764.058-68	Membro	18/2/2009	18/2/2009	5 anos	Gerente Fiscal e de tributos	SIM

Comitê Financeiro

Nome	Idade	Profissão	CPF ou Passaporte	Cargo Eletivo Ocupado	Data de Eleição	Data da Posse	Prazo do Mandato	Outros Cargos ou Funções Exercidos na Companhia	Eleito pelo Controlador
Marcos Cunha Bastos	44 anos	Administrador de Empresas	CW 245809	Membro	18/2/2009	18/2/2009	1 ano	Diretor Financeiro	SIM
Emerson Fernandes Loureiro	37 anos	Bancário	132.188.548-22	Membro	18/2/2009	18/2/2009	1 ano	---	SIM
Fernando Abe Ohara	34 anos	Bancário	263.126.068-64	Membro	18/2/2009	18/2/2009	1 ano	---	SIM
André Nogueira	41 anos	Economista	003.030.617-58	Membro	18/2/2009	18/2/2009	5 anos	CFO da JBS USA (subsidiária da JBS S.A.)	SIM

Comitê de Gestão de Pessoas

Nome	Idade	Profissão	CPF ou Passaporte	Cargo Eletivo Ocupado	Data de Eleição	Data da Posse	Prazo do Mandato	Outros Cargos ou Funções Exercidos na Companhia	Eleito pelo Controlador
Joesley Mendonça Batista	38 anos	Industrial	376.842.211-91	Membro	18/2/2009	18/2/2009	5 anos	Diretor Presidente, de Finanças e de Operações e Presidente do Conselho de Administração	SIM
Patrícia Bollmann	38 anos	Administradora de Empresas	024.993.157-50	Membro	18/2/2009	18/2/2009	5 anos	Advisor	SIM
Verônica Peixoto Coelho	36 anos	Arquivista	070.015.357-88	Membro	18/2/2009	18/2/2009	5 anos	Diretora de Recursos Humanos	SIM
Marco Bortolon	45 anos	Administrador de Empresas	437.429.479-15	Membro	18/2/2009	18/2/2009	5 anos	Diretor Executivo	SIM
Rogério D'Alcântara Peres	41 anos	Analista de Sistemas	490.343.671-34	Não há	18/2/2009	18/2/2009	5 anos	Não há	SIM

Comitê de Sustentabilidade

Nome	Idade	Profissão	CPF ou Passaporte	Cargo Eletivo Ocupado	Data de Eleição	Data da Posse	Prazo do Mandato	Outros Cargos ou Funções Exercidos na Companhia	Eleito pelo Controlador
Marcus Vinicius Pratini de Moraes	70 anos	Economista	000.178.841-87	Presidente do Comitê	04/03/2010	04/03/2010	N/C	Membro do Conselho de Administração e membro do Comitê de Sustentabilidade	SIM
Angela Elaine Pereira Garcia	36 anos	Bióloga	078.493.578-50	Membro	04/03/2010	04/03/2010	N/C	Gerente de Sustentabilidade	SIM
Francisco de Assis e Silva	45 anos	Advogado	545.102.019-15	Membro	04/03/2010	04/03/2010	N/C	Diretor Jurídico e membro do Comitê de Auditoria	SIM
Gerson Balena	46 anos	Administrador de Empresas	460.218.339-53	Membro	04/03/2010	04/03/2010	N/C	Diretor Comercial	SIM
Gustavo Meneses	43 anos	Empresário	884.474.721-91	Membro	04/03/2010	04/03/2010	N/C	Diretor Comercial	SIM
Marco Antonio Bortolon	45 anos	Administrador de Empresas	437.429.479-15	Membro	04/03/2010	04/03/2010	N/C	Diretor Executivo	SIM
Roberto Motta	46 anos	Empresário	082.476.658-08	Membro	04/03/2010	04/03/2010	N/C	Diretor JBS Couros	SIM
Rogerio Bonato	35 anos	Administrador de Empresas	165.866.748-40	Membro	04/03/2010	04/03/2010	N/C	Diretor Comercial	SIM
Valtair Teodoro	52 anos	Diretor Comercial	240.000.276-20	Membro	04/03/2010	04/03/2010	N/C	Diretor Comercial	SIM

[2] As informações prestadas neste item devem abranger comitês de auditoria, de risco, financeiro e de remuneração, bem como estruturas organizacionais assemelhadas, ainda que tais comitês ou estruturas não sejam estatutários, desde que tais comitês ou estruturas participem do processo de decisão dos órgãos de administração ou de gestão do emissor como consultores ou fiscais.

12.8. Em relação a cada um dos administradores e membros do conselho fiscal, fornecer:

a. currículo, contendo as seguintes informações:

i. principais experiências profissionais durante os últimos 5 anos, indicando:

- nome da empresa
- cargo e funções inerentes ao cargo
- atividade principal da empresa na qual tais experiências ocorreram, destacando as sociedades ou organizações que integram (i) o grupo econômico da Companhia, ou (ii) de sócios com participação, direta ou indireta, igual ou superior a 5% de uma mesma classe ou espécie de valores mobiliários da Companhia

b. indicação de todos os cargos de administração que ocupe ou tenha ocupado em companhias abertas

Conselho de Administração

José Batista Júnior. O Sr. José Batista Júnior é atualmente conselheiro da Companhia e da JBS USA, LLC. Desde 1974, o Sr. Batista Júnior atua em várias funções na Companhia, e, desde 2 de janeiro de 2007, é membro do Conselho de Administração da Companhia. O Sr. Batista Júnior é irmão de Wesley Mendonça Batista e Joesley Mendonça Batista, e filho de José Batista Sobrinho, fundador da Companhia.

Joesley Mendonça Batista. O Sr. Joesley Batista é o atual Presidente do Conselho de Administração, tendo sido eleito para tal função em 2 de janeiro de 2007, e possui mais de 20 anos de experiência com produção de carne bovina no Grupo JBS. É também o Diretor Presidente da Companhia e atualmente também acumula temporariamente as funções de Diretor de Finanças e de Operações. O Sr. Joesley Batista trabalha no Grupo JBS desde 1988 e é um dos filhos do Sr. José Batista, o fundador do Grupo JBS e irmão do Sr. José Batista Junior e do Sr. Wesley Mendonça Batista.

Wesley Mendonça Batista. O Sr. Wesley Batista é o atual Vice-Presidente do Conselho de Administração, tendo sido eleito para tal função em 2 de janeiro de 2007, e possui mais de 20 anos de experiência com produção de carne bovina no Grupo JBS. O Sr. Wesley Batista trabalha no Grupo JBS desde 1987 e é um dos filhos do Sr. José Batista, o fundador do Grupo JBS e irmão do Sr. José Batista Jr. e do Sr. Joesley Mendonça Batista.

José Batista Sobrinho. O Sr. José Batista é membro do Conselho de Administração e é o fundador do Grupo JBS, e possui mais de 50 anos de experiência com produção de carne bovina no Grupo JBS. O Sr. José Batista foi eleito para tal função em 2 de janeiro de 2007. O Sr. José Batista é pai do Sr. Joesley Mendonça Batista, do Sr. Wesley Mendonça Batista e do Sr. José Batista Jr.

Valére Batista Mendonça Ramos. A Sra. Valére Batista Mendonça Ramos é membro do Conselho de Administração da JBS S.A. desde 30 e abril de 2010. Cursou Direito na UNICEUB – DF. Possui mais de 20 anos de experiência na atividade industrial e financeira da Companhia. Atua como Gerente de cobrança desde 2004.

Vanessa Mendonça Batista A Sra. Vanessa Mendonça Batista Ramos é membro do Conselho de Administração da JBS S.A. desde 30 e abril de 2010. É Bacharel em Direito pela UNIP Alphaville (2009). Possui mais de 20 anos de experiência na atividade industrial e financeira da Companhia. Atua como Gerente de Exportação na JBS desde 2007.

Natalino Bertin. O Sr. Bertin é membro do Conselho de Administração, tendo sido eleito para tal função em 31 de dezembro de 2009. Empresário, iniciou sua trajetória profissional no final da década de 70, como um dos fundadores do Grupo Bertin, no segmento de agroindústria. Foi acionista e membro do Conselho de Administração do Bertin Ocupa, atualmente o cargo de conselheiro e diretor da Heber Participações S.A. e de diretor da Bracol Holding Ltda., ambas empresa cujo objetivo consiste em deter participações no capital social de outras empresas.

Marcus Vinicius Pratini de Moraes. O Sr. Pratini de Moraes é membro do Conselho de Administração Independente desde 2 de janeiro de 2007. É graduado em economia pela Faculdade de Ciências Econômicas da Universidade do Rio Grande do Sul (1963) e pós-graduado em Administração Pública pela Deutsche Stiftung fur Entwicklungsländer – Berlin (1965) e Administração de Empresas pela Pittsburgh University &

Carnegie Tech - Carnegie Institute of Technology (1966). O Sr. Pratini de Moraes exerceu os cargos de Ministro Interino do Planejamento e Coordenação Geral (1968-1969), Ministro da Indústria e do Comércio (1970-1974), Ministro de Minas e Energia (1992) e Ministro da Agricultura, Pecuária e do Abastecimento (1999-2002), além de um mandato de Deputado Federal pelo Estado do Rio Grande do Sul (1982-1986). Foi também fundador e presidente da Fundação Centro de Estudos do Comércio Exterior – FUNCEX (1976-1985), Presidente do Conselho Consultivo do Center of Brazilian Studies – School of Advanced International Studies – The John Hopkins University (1977- 1981), Membro do Conselho da IFC – International Finance Corporation, em Washington D.C., Estados Unidos (1987-1997), Presidente da Associação do Comércio Exterior do Brasil – AEB (1988-1999), Membro do Conselho do Center for Advanced Studies in Management – The Wharton School University of Pennsylvania (1999), Membro do conselho de administração da SOLVAY do Brasil (1998-1999) e Presidente do Conselho (2003), Membro do Conselho de Supervisão do Banco ABN-AMRO – Amsterdã (2003); Membro do Conselho Consultivo da Bolsa de Mercadorias e Futuros – BM&F (2003); Presidente do Conselho da Associação Brasileira das Indústrias Exportadoras de Carnes Industrializadas – ABIEC (2003), Membro do Conselho Empresarial Brasil - China (2004), Presidente do Conselho Empresarial Brasil – Rússia (2004), Membro do Conselho Nacional de Desenvolvimento Industrial (2005-2007) e Vice-Presidente do Serviço de Informação da Carne – SIC (2005).

Wagner Pinheiro de Oliveira: O Sr. Oliveira é membro do Conselho de Administração Independente desde 29 de abril de 2009. Economista formado pela Unicamp (1986), com especialização em Administração e Gestão Financeira pela FGV/SP e em Finanças pela USP. Analista de investimentos do banco Banespa (1987 a 1991). Foi assessor de Finanças e Orçamento da Bancada do Partido dos Trabalhadores na Assembléia Legislativa de São Paulo (1991 a 1994). Foi membro eleito do Comitê de Investimentos (1995 a 1999) e Diretor Financeiro eleito do Banesprev, fundo de pensão do Banespa (1999 a janeiro de 2003). Foi Diretor da Federação dos Bancários da CUT/SP e da Associação dos Funcionários do Banespa - AFUBESP (1996 a 2002). Atualmente, atua como Presidente da Petros - Fundação Petrobras de Seguridade Social, Membro do Conselho de Administração da Telemig Celular Participações S/A (2003 a 2008), Membro do Conselho de Administração da Brasil Ecodiesel Indústria e Comércio de Biocombustíveis e Óleos Vegetais S.A (2007 até a presente data) e Presidente do ICSS - Instituto Cultural de Seguridade Social.

Demósthenes Marques: O Sr. Marques é membro do Conselho de Administração Independente desde 11 de abril de 2008. Engenheiro Civil formado pela UFSM-RS (1989), com especialização em Desenvolvimento Urbano pela Faculdade Cândido Mendes (1995). Atuou como Vice-Presidente da Federação Nacional das Associações do Pessoal da Caixa Econômica Federal (FENAE, 1993 a 1994), como Gerente de Pesquisa e Avaliações da Companhia Imobiliária de Brasília, (TerraCap, empresa do segmento imobiliário, 1995 a 1996), como Diretor de Operações do Instituto de Desenvolvimento Habitacional do DF (IDHAB) (1996 a 1997) e como Assessor Especial da Assessoria do Governador, Diretor do Departamento Administrativo do Gabinete da Vice-Governadora, e Chefe de Gabinete da Vice-Governadora no Governo do Distrito Federal (1997 a 1998). Funcionário da Caixa Econômica Federal desde 1992, atuou como Gerente Nacional de Políticas Sociais, Gerente de Produto, Gerente Operacional, Supervisor Técnico, e Engenheiro do quadro técnico. Desde de 2004, atua como Diretor de Finanças da Fundação dos Economiários Federais (FUNCEF).

Peter Dvorsak. O Sr. Peter Dvorsak é membro do Conselho de Administração da JBS S.A. desde 30 e abril de 2010 . Formação Principal: Técnico químico pela Escola Técnica de Química - RJ (1966/69); Engenheiro químico pela Escola de Química da UFRJ (1969/73); Curso de Pós-graduação em Finanças, pela PUC-IAG (1980); Curso MBA Executivo pela COPEAD –UFRJ. Experiência Profissional: BNDES - Estagiário e engenhiro adestrando (1973/75); Petrobras Quimica S A - PETROQUISA - engenheiro senior (1975); BNDES - engenheiro senior concurso púplico (1975/2009); BNDESPAR - consultor técnico (1978/83), assessor de diretor (1984/85), superintendente (1986/88); Cia Celulose da Bahia - diretor presidente (1988/89) (Eleito pela BNDESPAR); Usiminas Mecânica - diretor presidente (1990/1991) (Eleito pelo BNDES); Cia de Invetimento Árabe e Brasileira - diretor superintendente (1992/5) (eleito pelo BNDES); BNDES - Chefe do Departamento de Mercado de Capitais (1991/92); Cia Nordeste de Participações CONEPAR - diretor (1996/1998) (Holding petroquímica do Grupo Econômico em liquidação extra-judicial, indicação do B. Central). Participação no Conselho de Administração das seguintes empresas: Papel Ondulado do Nordeste - PONSA (1984/85); RIOCELL S.A. (1986/87); Cia Bahiana de Fibras - COBAFI (1987/88); Cia Paranaprint de Empreendimentos Florestais (1985/88); Pisa - Papel de Imprensa S.A. (1985/88); Cia Celulose da Bahia (19888/89); Usiminas Mecânica S.A. (1990); Politeno Indústria e Comércio S.A. (1996/1998); Polialden Petroquímica S.A. (1997/98); Ciquine Cia Petroquímica (1997/1998); Nordeste Química S.A. - Norquisa (1997/98); TRIKEM S.A. (2003). Participação no Conselho Fiscal da Cia Vale do Rio Doce (1992).

O Sr. Guilherme Rodolfo Laager é membro do Conselho de Administração da JBS S.A. desde 30 e abril de 2010 . Com formação acadêmica diferenciada em instituições internacionais de primeira linha, poliglota e com perfil profissional multidisciplinar , Guilherme Laager é formado em Engenharia Civil pela Universidade Federal do Rio de Janeiro (1981), com pós- graduação em Administração pela COPPEAD (1992) . Guilherme Laager é detentor de profundo conhecimento e visão privilegiada de toda a cadeia de valor dos negócios , tendo desenvolvido sua carreira em empresas proeminentes multinacionais e privadas. É fluente em todos os processos e práticas que compreendem a gestão de uma organização, tendo sido um dos pioneiros no Brasil na criação da área de logística como um processo integrado. Ele atuou em processos de reestruturação operacional, fusão e turnaround,acumulando track record de resultados e sucesso profissional. Guilherme Laager atuou nas seguintes empresas, Andersen Consulting, atual Accenture (1981 – 1989) , pela Ambev , atual AB –Inbev (1989 – 2001), Companhia Vale do Rio Doce (2001 – 2006) , Varig Linhas Aéreas (2006 – 2007) e Rede Bahia de Comunicação (2007 – 2009) , sendo atualmente membro do Conselho do Grupo Fischer e do Grupo Lachmann.

Diretoria

Joesley Mendonça Batista. O currículo do Sr. Joesley Batista esta descrito no item relativo aos currículos dos Conselheiros.

Francisco de Assis e Silva. O Sr. Assis e Silva é membro da Diretoria desde 2 de janeiro de 2007. Formado em Direito pela Pontifícia Universidade Católica do Paraná, cursou Pós Graduação *Lato Sensu* em Direito Ambiental, na Pontífícia Universidade Católica do Paraná; Pós Graduação *Lato Sensu* em Direito Empresarial pela Universidade Mackenzie – SP; e Pós Graduação *Strictu Sensu* (mestrado), na Universidades Mackenzie de São Paulo e Universidade Federal do Paraná, nas áreas de Direito do Estado, com dissertação em Sistema Constitucional Tributário, com todos os créditos para o Doutorado; Cursou MBE na USP – SP em Economia do Trabalho. É membro do Instituto dos Advogados de São Paulo, IASP e do Instituto Brasileiro de Direito Tributário, IBDT – USP. Foi advogado do Grupo Trombini por 5 anos. Foi Diretor Administrativo e Jurídico da Transportadora Itapemirim S.A., empresa do ramo de transportes. Exerce sua atividade no Grupo JBS desde dezembro de 2001.

Jeremiah Alphonsus O'Callaghan. O Sr. O'Callaghan nasceu em Cork, Irlanda em 1953. Estudou Engenharia na University College Cork e imigrou para o Brasil em 1979. Ingressou na indústria de carnes em 1983, desenvolvendo estratégias de comércio global para o setor de carne bovina brasileira. Trabalhou inicialmente na Mouran (1983 a 1989), depois na Bordon (1989 a 1995) e ingressou no Grupo JBS em 1996 para desenvolver a área de Negócios Internacionais.

Conselho Fiscal

Divino Aparecido dos Santos. O Sr. Santos é membro do Conselho Fiscal desde 28 de setembro de 2007. É atualmente presidente e sócio da empresa Doce Vida Ind. E Com. Produtos Alimentícios Naturais Ltda., do segmento de fabricação de sucos concentrados de frutas, hortaliças e legumes. Possui mais de 15 anos de experiência em empresas do ramo de produção de carne bovina e pecuária. Foi responsável pela contabilidade do Grupo JBS de junho de 1994 a julho de 2007 e da Bordon S/A, empresa do segmento de carnes bovinas, suínas e derivados, de 1988 a 1994. O Sr. Santos é técnico em Contabilidade com registro no Conselho Regional de Contabilidade de SP.

Florisvaldo Caetano de Oliveira. O Sr. Oliveira é membro do Conselho Fiscal desde 28 de setembro de 2007. Formado em Técnico em Contabilidade pelo Colégio La Salle – Brasília-DF. Administrou a Empresa Rigor 65 Comércio e Distribuição de Produtos de Higiene e Limpeza de 1998 a 2006. Administrou a Empresa Transportadora Santos Dumont Ltda., empresa do segmento de transportes, de 1999 a 2002. Administra a Empresa Escritório de Contabilidade F.F. Ltda desde dezembro de 2004.

John Shojiro Suzuki: O Sr. Suzuki é membro do Conselho Fiscal desde 29 de abril de 2009. Possui MBA pela Universidade de Chicago (2008) e graduação em engenharia pelo ITA (2001). Atuou como consultor pela Booz Allen e como analista de crédito e gerente de relacionamentos corporate pelo Itaú/ItaúBBA. Atualmente atua como gerente de investimento pela Angra Partners, com atuação no setor financeiro.

Alexandre Seiji Yokaichiya. O Sr. Yokaichiya é membro do Conselho Fiscal desde 29 de dezembro de 2009. Cursou Pós Graduação Lato Sensu em Administração com Especialização em Finanças pela Faculdade Getúlio Vargas – SP. E formado em Engenharia pela Universidade de São Paulo (USP). Atualmente é administrador da empresa Laudera Participações S/S Ltda., cujo segmento de atuação é o de educação profissional de nível técnico, foi coordenador de planejamento financeiro da Companhia entre dezembro de

2007 a outubro de 2009, atuou como analista de Middle Office na área de Investment Banking pelo banco JP Morgan e foi gerente de produtos Pessoa Jurídica no Banco ABN Amro Real S.A.

Marcos Godoy Brogiato. O Sr. Brogiato é membro suplente do Conselho Fiscal desde 28 de setembro de 2007. Graduado em Administração de Empresas pela Pontifícia Universidade Católica de São Paulo – PUC. Foi funcionário do Grupo Bordon de novembro de 1973 a setembro de 2001, sendo os seguintes os últimos cargos exercidos: Gerente de Contabilidade Geral (setembro de 1996 a novembro de 1998), reportando-se à Diretoria de Planejamento e Controle; Gerente Financeiro (dezembro de 1998 a setembro de 2001), reportando-se ao Diretor Presidente. De setembro de 2001 a junho de 2006 prestou serviços de assessoriapara o Grupo Bordon e desde junho de 2006 coordena a contabilidade do Grupo Bordon.

Sandro Domingues Raffai. O Sr. Raffai é membro suplente do Conselho Fiscal desde 28 de setembro de 2007. É graduado em contabilidade pela Faculdade Oswaldo Cruz. Pós graduação (cursando semestre 2/3) da Escola de Comércio Álvares Penteado - FECAP em gestão tributária. Escritório de contabilidade FF Ltda, período de junho de 2006 à atual, assistente de controladoria.

Alcinei Cardoso Rodrigues: O Sr. Rodrigues é membro suplente do Conselho Fiscal desde 29 de abril de 2009. Economista formado pela PUC-SP (1988), com pós-graduação em Previdência Complementar pela PUC-RJ e mestrado em economia pela PUC-SP. Atuou como perito do Ministério Público Federal (atividades pontuais), como professor universitário na Universidade São Judas Tadeu (2000 a 2003) e como pesquisador do Departamento de Estatística e Estudos Sócio Econômicos (DIEESE) (1993 a 2003). Também atuou como membro dos comitês de investimento do Fundo de Investimento em Participações da Caixa Ambiental (FIP Caixa Ambiental, 2008) e do Fundo de Investimento em Participações InfraBrasil (FIP InfraBrasil, 2008), além de conselheiro fiscal na Amazônia Celular (2006 a 2008), empresa do segmento de telefonia móvel. Atualmente atua como Gerente de Participações da Fundação Petrobrás de Seguridade Social (Petros).

Fabio Takiy Sekiguchi: O Sr. Sekiguchi é membro do Conselho Fiscal da JBS S.A. desde 30 e abril de 2010. Trabalhou por dois anos na DiamondCluster com avaliação de empresas e projetos no setor de telecom. Pela Angra Partners, trabalhou na aquisição da participação da Telecom Itália em Brasil Telecom por uma das controladas do II-FIP. Possui MBA por Wharton e graduação em engenharia pela USP

b. descrição de qualquer dos seguintes eventos que tenham ocorrido durante os últimos 5 anos:

i. qualquer condenação criminal:

Não houve.

ii. qualquer condenação em processo administrativo da CVM e as penas aplicadas:

Não houve.

iii. qualquer condenação transitada em julgado, na esfera judicial ou administrativa, que o tenha suspendido ou inabilitado para a prática de uma atividade profissional ou comercial qualquer:

Não houve.

12.9. Existência de relação conjugal, união estável ou parentesco até o segundo grau entre:

a. Administradores da Companhia:

Os Srs. Joesley Mendonça Batista, José Batista Junior e do Wesley Mendonça Batista são irmãos, todos filhos do Sr. José Batista Sobrinho.

A Sra. Valére Batista Mendonça Ramos é irmã dos Srs. Joesley Mendonça Batista, Welsey Mendonça Batista e José Batista Júnior, todos administradores da Companhia e filhos do Sr. José Batista Sobrinho.

A Sra. Vanessa Mendonça Batista é irmã dos Srs. Joesley Mendonça Batista, Welsey Mendonça Batista e José Batista Júnior, todos administradores da Companhia e filhos do Sr. José Batista Sobrinho.

A acionista controladora da Companhia, FB Participações S.A., informou à Administração da Companhia que indicará as seguintes pessoas para ocupar o cargo de membros efetivos do Conselho Fiscal da Companhia: (i) Sr. Divino Aparecido dos Santos, brasileiro, casado, contador, portador da Cédula de Identidade nº 2.126.633, inscrito no CPF/MF sob nº 333.235.181-87, residente e domiciliado no Município de São Paulo, Estado de São Paulo, na Cidade de Anápolis, Estado de Goiás, na Rua 1, 260; (ii) Sr. Florisvaldo Caetano de

Oliveira, brasileiro, casado, técnico em contabilidade, portador da Cédula de Identidade nº 250.889, inscrito no CPF/MF sob nº 098.272.341-53, residente e domiciliado no Município de São Paulo, Estado de São Paulo, na Rua Pedro Gomes Cardim, 128, apto. 12, CEP 05617-901; e (iii) Sr. Alexandre Seiji Yokaichiya, brasileiro, casado, engenheiro, portador da Cédula de Identidade nº 25.781.454-1, inscrito no CPF/MF sob nº 281.767.738-24, residente e domiciliado no Município de São Paulo, Estado de São Paulo, na Rua Albuquerque Lins, 566, apto. 41; e os seguintes canditados para os cargos de membros suplentes do Conselho Fiscal da Companhia: (iv) Sr. Sandro Domingues Raffai, brasileiro, casado, contador, portador da Cédula de Identidade nº 13.541.060, inscrito no CPF/MF sob nº 064.677.908-71, residente e domiciliado no Município de São Paulo, Estado de São Paulo, na Rua Santa Francisca, 155, Vila Jaguará; e (v) Sr. Marcos Godoy Brogiato, brasileiro, solteiro, contador, portador da Cédula de Identidade nº 13.541.060, inscrito no CPF/MF sob nº 949.583.438-49, residente e domiciliado no Município de São Paulo, Estado de São Paulo, na Rua Santa Francisca, 155, Vila Jaguará.

Os candidatos indicados acima são atualments os membros do Conselho Fisca (membros efetivos e suplentes) e o que se propõe, na assembléia geral, é a reeleição dos atuais membros.

Não há relação conjugal, união estável ou parentesco até o segundo grau entre os atuais membros do Conselho Fiscal (o que inclui os candidatos indicados acima) e os outros administradores da Companhia.

b. (i) administradores da Companhia e (ii) administradores de controladas, diretas ou indiretas, da Companhia:

Bertin Finance Ltd.. O Sr. Natalino Bertin é administrador da empresa, assim como seu irmão Silmar Roberto Bertin.

Bertin USA Corp.. O Sr. Fernando Antonio Bertin, membro da administração da empresa, é irmão do Sr. Natalino Bertin.

Sampco Inc.. O Sr. Fernando Antonio Bertin, membro da administração da empresa, é irmão do Sr. Natalino Bertin.

Bertin Perú S.A. O Sr. Fernando Antonio Bertin, membro da administração da empresa, é irmão do Sr. Natalino Bertin.

Bertin Holding Inc. O *Bertin Holding Inc.* O Sr. Joesley Mendonça Batista, membro da administração da empresa, é irmão dos Srs. José Batista Junior e Wesley Mendonça Batista e filho do Sr. José Batista Sobrinho. *Bertin Trading US LLC.* O Sr. Fernando Antonio Bertin, membro da administração da empresa, é irmão do Sr. Natalino Bertin.

MISR CO. Refrigeration and Storage. O Sr. Fernando Antonio Bertin, Presidente do Conselho de Administração da empresa, é irmão do Sr. Natalino Bertin.

JBS Slovakia Holdings s.r.o. O Sr. Joesley Mendonça Batista, membro da administração da empresa, é irmão dos Srs. José Batista Junior e Wesley Mendonça Batista e filho do Sr. José Batista Sobrinho.

JBS Global A/C. A Sra. Vivianne Mendonça Batista, membro da administração da empresa, é irmã dos Srs Joesley Mendonça Batista, José Batista Junior e Wesley Mendonça Batista e filha do Sr. José Batista Sobrinho. A Sra. Flora Mendonça Batista, membro da administração da empresa, é esposa do Sr. José Batista Sobrinho e mãe dos Srs. Joesley Mendonça Batista, José Batista Junior e Wesley Mendonça Batista. O Sr. Joesley Mendonça Batista, membro da administração da empresa, é irmão dos Srs. José Batista Junior e do Wesley Mendonça Batista, todos filhos do Sr. José Batista Sobrinho.

JBS Global Beef Company Sociedade unipessoal lda. O Sr. José Batista Sobrinho, membro da administração da empresa, é pai dos Srs. Joesley Mendonça Batista, José Batista Junior e Wesley Mendonça Batista. A Sra. Flora Mendonça Batista, membro da administração da empresa, é esposa do Sr. José Batista Sobrinho e mãe dos Srs. Joesley Mendonça Batista, José Batista Junior e Wesley Mendonça Batista. A Sra. Vivianne Mendonça Batista, membro da administração da empresa, é irmã dos Srs Joesley Mendonça Batista, José Batista Junior e Wesley Mendonça Batista e filha do Sr. José Batista Sobrinho. O Sr. Joesley Mendonça Batista, membro da administração da empresa, é irmão dos Srs. José Batista Junior e do Wesley Mendonça Batista, todos filhos do Sr. José Batista Sobrinho.

Global Beef Trading Sociedade Unipessoal lda. O Sr. José Batista Sobrinho, membro da administração da empresa, é pai dos Srs. Joesley Mendonça Batista, José Batista Junior e Wesley Mendonça Batista. A Sra. Flora

Mendonça Batista, membro da administração da empresa, é esposa do Sr. José Batista Sobrinho e mãe dos Srs. Joesley Mendonça Batista, José Batista Junior e Wesley Mendonça Batista. A Sra. Vivianne Mendonça Batista, membro da administração da empresa, é irmã dos Srs Joesley Mendonça Batista, José Batista Junior e Wesley Mendonça Batista e filha do Sr. José Batista Sobrinho. O Sr. Joesley Mendonça Batista, membro da administração da empresa, é irmão dos Srs. José Batista Junior e do Wesley Mendonça Batista, todos filhos do Sr. José Batista Sobrinho.

Beef Snacks International B.V. O Sr. Joesley Mendonça Batista, membro da administração da empresa, é irmão dos Srs. José Batista Junior e do Wesley Mendonça Batista e filho do Sr. José Batista Sobrinho.

Arab Friboi LLC. Os Srs. Joesley Mendonça Batista e Wesley Mendonça Batista, membros da administração da empresa, são irmãos do Sr. José Batista Junior e filhos do Sr. José Batista Sobrinho.

Compañia Brasileira de Carnes y Servicios S.A. Os Srs. Joesley Mendonça Batista, José Batista Junior e Wesley Mendonça Batista, membros da administração da empresa, são irmãos, todos filhos do Sr. José Batista Sobrinho.

JBS USA INC. O Sr. Wesley Mendonça Batista, membro da administração da empresa, é irmão dos Srs. José Batista Junior e Joesley Mendonça Batista e filho do Sr. José Batista Sobrinho.

INALCA JBS SPA. O Sr. Joesley Mendonça Batista, membro da administração da empresa, é irmão dos Srs. José Batista Junior e do Wesley Mendonça Batista e filho do Sr. José Batista Sobrinho.

JBS Trading USA. O Sr. Wesley Mendonça Batista, membro da administração da empresa, é irmão dos Srs. José Batista Junior e Joesley Mendonça Batista e filho do Sr. José Batista Sobrinho.

JBS Holding International S.A. A Sra. Vivianne Mendonça Batista, membro da administração da empresa, é irmã dos Srs Joesley Mendonça Batista, José Batista Junior e Wesley Mendonça Batista e filha do Sr. José Batista Sobrinho. O Sr. Joesley Mendonça Batista, membro da administração da empresa, é irmão dos Srs. José Batista Junior e do Wesley Mendonça Batista, todos filhos do Sr. José Batista Sobrinho.

JBS Mendoza S.A. O Sr. Joesley Mendonça Batista, membro da administração da empresa, é irmão dos Srs. José Batista Junior e do Wesley Mendonça Batista, todos filhos do Sr. José Batista Sobrinho.

JBS Argentina S.A. O Sr. Joesley Mendonça Batista, membro da administração da empresa, é irmão dos Srs. José Batista Junior e do Wesley Mendonça Batista, todos filhos do Sr. José Batista Sobrinho.

*Argenvases***.** O Sr. Joesley Mendonça Batista, membro da administração da empresa, é irmão dos Srs. José Batista Junior e do Wesley Mendonça Batista, todos filhos do Sr. José Batista Sobrinho.

Consignaciones Rurales. O Sr. Joesley Mendonça Batista, membro da administração da empresa, é irmão dos Srs. José Batista Junior e do Wesley Mendonça Batista, todos filhos do Sr. José Batista Sobrinho.

JBS Global Investments S.A. O Sr. Joesley Mendonça Batista, membro da administração da empresa, é irmão dos Srs. José Batista Junior e do Wesley Mendonça Batista, todos filhos do Sr. José Batista Sobrinho.

JBS Confinamento Ltda. O Sr. José Batista Sobrinho, membro da administração da empresa, é pai dos Srs. Joesley Mendonça Batista, José Batista Junior e Wesley Mendonça Batista.

Beef Snacks do Brasil Indústria e Comércio de Alimentos Ltda. Os Srs. Joesley Mendonça Batista e Wesley Mendonça Batista, membros da administração da empresa, são irmãos do Sr. José Batista Junior e filhos do Sr. José Batista Sobrinho.

J&F Participações S.A. Os Srs. Joesley Mendonça Batista, José Batista Junior e Wesley Mendonça Batista, membros da administração da empresa, são irmãos, todos filhos do Sr. José Batista Sobrinho. O Sr. José Batista Sobrinho, membro da administração da empresa, é pai dos Srs. Joesley Mendonça Batista, José Batista Junior e Wesley Mendonça Batista. A Sra. Flora Mendonça Batista, membro da administração da empresa, é esposa do Sr. José Batista Sobrinho e mãe dos Srs. Joesley Mendonça Batista, José Batista Junior e Wesley Mendonça Batista.

JBS Global Meat S.A. Os Srs. Joesley Mendonça Batista e Wesley Mendonça Batista, membros da administração da empresa, são irmãos do Sr. José Batista Junior e filhos do Sr. José Batista Sobrinho. O Sr. José Batista Sobrinho, membro da administração da empresa, é pai dos Srs. Joesley Mendonça Batista, José Batista Junior e Wesley Mendonça Batista.

Não há relação conjugal, união estável ou parentesco até o segundo grau entre os atuais membros do Conselho Fiscal (o qual inclui os candidatos indicados no item 12.9."a" deste Formulário de Referência) e os outros administradores de controladas, diretas ou indiretas, da Companhia.

c. (i) administradores da Companhia ou de suas controladas, diretas ou indiretas e (ii) controladores diretos ou indiretos da Companhia:

A existência de relação conjugal, união estável ou parentesco até o segundo grau entre administradores da Companhia e controladores diretos ou indiretos da Companhia segue abaixo:

J&F Participações S.A. Os Srs. Joesley Mendonça Batista, José Batista Junior e Wesley Mendonça Batista são membros da administração da empresa e são irmãos, todos filhos do Sr. José Batista Sobrinho. O Sr. José Batista Sobrinho, é membro da administração da empresa, é pai dos Srs. Joesley Mendonça Batista, José Batista Junior e Wesley Mendonça Batista. A Sra. Flora Mendonça Batista, membro da administração da empresa, é esposa do Sr. José Batista Sobrinho e mãe dos Srs. Joesley Mendonça Batista, José Batista Junior e Wesley Mendonça Batista.

Adicionalmente, a J&F Participações S.A. é controlada por ZMF Participações Ltda., WWMB Participações Ltda., JJMB Participações Ltda., JJBJ Participações Ltda., VNMB Participações Ltda., VVMB Participações Ltda., VLBM

Participações Ltda. e ZMF Fundo de Investimento em Participações.

O José Batista Sobrinho é administrador da ZMF Participações Ltda. O Sr. José Batista Sobrinho é membro da administração da empresa, e pai dos Srs. Joesley Mendonça Batista, José Batista Junior e Wesley Mendonça Batista.

O Wesley Mendonça Batista é administrador da WWMB Participações Ltda. O Sr. Wesley Mendonça Batista é membro da administração da Companhia e é irmão dos Srs. Joesley Mendonça Batista e José Batista Júnior, todos filhos do Sr. José Batista Sobrinho.

O Joesley Mendonça Batista é administrador da JJMB Participações Ltda. O Sr. Joesley Mendonça Batista é membro da administração da Companhia e é irmão dos Srs. Welsey Mendonça Batista e José Batista Júnior, todos filhos do Sr. José Batista Sobrinho.

O José Batista Júnior é administrador da JJBJ Participações Ltda. O Sr. José Batista Júnior é membro da administração da Companhia e é irmão dos Srs. Welsey Mendonça Batista e José Batista Júnior, todos filhos do Sr. José Batista Sobrinho.

A Vanessa Mendonça Batista é administradora da VNMB Participações Ltda. A Sra. Vanessa Mendonça Batista é irmã dos Srs. Joesley Mendonça Batista, Welsey Mendonça Batista e José Batista Júnior, todos administradores da Companhia e filhos do Sr. José Batista Sobrinho.

A Vivianne Mendonça Batista é administradora da VVMB Participações Ltda. A Sra. Vanessa Mendonça Batista é irmã dos Srs. Joesley Mendonça Batista, Welsey Mendonça Batista e José Batista Júnior, todos administradores da Companhia e filhos do Sr. José Batista Sobrinho.

A Valére Batista Mendonça Ramos é administradors da VLBM Participações Ltda. A Sra. Valére Batista Mendonça Ramos é irmã dos Srs. Joesley Mendonça Batista, Welsey Mendonça Batista e José Batista Júnior, todos administradores da Companhia e filhos do Sr. José Batista Sobrinho.

A existência de relação conjugal, união estável ou parentesco até o segundo grau entre administradores de controladas, diretas ou indiretas da Companhia e controladores diretos ou indiretos da Companhia segue abaixo:

JBS Slovakia Holdings s.r.o. O Sr. Joesley Mendonça Batista, membro da administração da empresa, é irmão dos Srs. José Batista Junior e Wesley Mendonça Batista e filho do Sr. José Batista Sobrinho.

JBS Global A/C. A Sra. Vivianne Mendonça Batista, membro da administração da empresa, é irmã dos Srs Joesley Mendonça Batista, José Batista Junior e Wesley Mendonça Batista e filha do Sr. José Batista Sobrinho. A Sra. Flora Mendonça Batista, membro da administração da empresa, é esposa do Sr. José Batista Sobrinho e mãe dos Srs. Joesley Mendonça Batista, José Batista Junior e Wesley Mendonça Batista. O Sr. Joesley

Mendonça Batista, membro da administração da empresa, é irmão dos Srs. José Batista Junior e do Wesley Mendonça Batista, todos filhos do Sr. José Batista Sobrinho.

JBS Global Beef Company Sociedade unipessoal lda. O Sr. José Batista Sobrinho, membro da administração da empresa, é pai dos Srs. Joesley Mendonça Batista, José Batista Junior e Wesley Mendonça Batista. A Sra. Flora Mendonça Batista, membro da administração da empresa, é esposa do Sr. José Batista Sobrinho e mãe dos Srs. Joesley Mendonça Batista, José Batista Junior e Wesley Mendonça Batista. A Sra. Vivianne Mendonça Batista, membro da administração da empresa, é irmã dos Srs Joesley Mendonça Batista, José Batista Junior e Wesley Mendonça Batista e filha do Sr. José Batista Sobrinho. O Sr. Joesley Mendonça Batista, membro da administração da empresa, é irmão dos Srs. José Batista Junior e do Wesley Mendonça Batista, todos filhos do Sr. José Batista Sobrinho.

Global Beef Trading Sociedade Unipessoal lda. O Sr. José Batista Sobrinho, membro da administração da empresa, é pai dos Srs. Joesley Mendonça Batista, José Batista Junior e Wesley Mendonça Batista. A Sra. Flora Mendonça Batista, membro da administração da empresa, é esposa do Sr. José Batista Sobrinho e mãe dos Srs. Joesley Mendonça Batista, José Batista Junior e Wesley Mendonça Batista. A Sra. Vivianne Mendonça Batista, membro da administração da empresa, é irmã dos Srs Joesley Mendonça Batista, José Batista Junior e Wesley Mendonça Batista e filha do Sr. José Batista Sobrinho. O Sr. Joesley Mendonça Batista, membro da administração da empresa, é irmão dos Srs. José Batista Junior e do Wesley Mendonça Batista, todos filhos do Sr. José Batista Sobrinho.

Beef Snacks International B.V. O Sr. Joesley Mendonça Batista, membro da administração da empresa, é irmão dos Srs. José Batista Junior e do Wesley Mendonça Batista e filho do Sr. José Batista Sobrinho.

Arab Friboi LLC. Os Srs. Joesley Mendonça Batista e Wesley Mendonça Batista, membros da administração da empresa, são irmãos do Sr. José Batista Junior e filhos do Sr. José Batista Sobrinho.

Compañia Brasileira de Carnes y Servicios S.A. Os Srs. Joesley Mendonça Batista, José Batista Junior e Wesley Mendonça Batista, membros da administração da empresa, são irmãos, todos filhos do Sr. José Batista Sobrinho.

JBS USA INC. O Sr. Wesley Mendonça Batista, membro da administração da empresa, é irmão dos Srs. José Batista Junior e Joesley Mendonça Batista e filho do Sr. José Batista Sobrinho.

INALCA JBS SPA. O Sr. Joesley Mendonça Batista, membro da administração da empresa, é irmão dos Srs. José Batista Junior e do Wesley Mendonça Batista e filho do Sr. José Batista Sobrinho.

JBS Trading USA. O Sr. Wesley Mendonça Batista, membro da administração da empresa, é irmão dos Srs. José Batista Junior e Joesley Mendonça Batista e filho do Sr. José Batista Sobrinho.

JBS Holding International S.A. A Sra. Vivianne Mendonça Batista, membro da administração da empresa, é irmã dos Srs Joesley Mendonça Batista, José Batista Junior e Wesley Mendonça Batista e filha do Sr. José Batista Sobrinho. O Sr. Joesley Mendonça Batista, membro da administração da empresa, é irmão dos Srs. José Batista Junior e do Wesley Mendonça Batista, todos filhos do Sr. José Batista Sobrinho.

JBS Mendoza S.A. O Sr. Joesley Mendonça Batista, membro da administração da empresa, é irmão dos Srs. José Batista Junior e do Wesley Mendonça Batista, todos filhos do Sr. José Batista Sobrinho.

JBS Argentina S.A. O Sr. Joesley Mendonça Batista, membro da administração da empresa, é irmão dos Srs. José Batista Junior e do Wesley Mendonça Batista, todos filhos do Sr. José Batista Sobrinho.

*Argenvases***.** O Sr. Joesley Mendonça Batista, membro da administração da empresa, é irmão dos Srs. José Batista Junior e do Wesley Mendonça Batista, todos filhos do Sr. José Batista Sobrinho.

Consignaciones Rurales. O Sr. Joesley Mendonça Batista, membro da administração da empresa, é irmão dos Srs. José Batista Junior e do Wesley Mendonça Batista, todos filhos do Sr. José Batista Sobrinho.

JBS Global Investments S.A. O Sr. Joesley Mendonça Batista, membro da administração da empresa, é irmão dos Srs. José Batista Junior e do Wesley Mendonça Batista, todos filhos do Sr. José Batista Sobrinho.

JBS Confinamento Ltda. O Sr. José Batista Sobrinho, membro da administração da empresa, é pai dos Srs. Joesley Mendonça Batista, José Batista Junior e Wesley Mendonça Batista.

Beef Snacks do Brasil Indústria e Comércio de Alimentos Ltda. Os Srs. Joesley Mendonça Batista e Wesley Mendonça Batista, membros da administração da empresa, são irmãos do Sr. José Batista Junior e filhos do Sr. José Batista Sobrinho.

JBS Global Meat S.A. Os Srs. Joesley Mendonça Batista e Wesley Mendonça Batista, membros da administração da empresa, são irmãos do Sr. José Batista Junior e filhos do Sr. José Batista Sobrinho. O Sr. José Batista Sobrinho, membro da administração da empresa, é pai dos Srs. Joesley Mendonça Batista, José Batista Junior e Wesley Mendonça Batista.

Não há relação conjugal, união estável ou parentesco até o segundo grau entre os atuais membros do Conselho Fiscal e outros administradores de suas controladas, diretas ou indiretas (o qual inclui os candidatos indicados no item 12.9."a" deste Formulário de Referência) e os controladores diretos ou indiretos da Companhia.

d. (i) administradores da Companhia e (ii) administradores das sociedades controladoras diretas e indiretas da Companhia:

J&F Participações S.A. Os Srs. Joesley Mendonça Batista, José Batista Junior e Wesley Mendonça Batista são membros da administração da empresa e são irmãos, todos filhos do Sr. José Batista Sobrinho. O Sr. José Batista Sobrinho, é membro da administração da empresa, é pai dos Srs. Joesley Mendonça Batista, José Batista Junior e Wesley Mendonça Batista. A Sra. Flora Mendonça Batista, membro da administração da empresa, é esposa do Sr. José Batista Sobrinho e mãe dos Srs. Joesley Mendonça Batista, José Batista Junior e Wesley Mendonça Batista.

Adicionalmente, a J&F Participações S.A. é controlada por ZMF Participações Ltda., WWMB Participações Ltda., JJMB Participações Ltda., JJBJ Participações Ltda., VNMB Participações Ltda., VVMB Participações Ltda., VLBM Participações Ltda. e ZMF Fundo de Investimento em Participações.

O José Batista Sobrinho é administrador da ZMF Participações Ltda. O Sr. José Batista Sobrinho é membro da administração da empresa, e pai dos Srs. Joesley Mendonça Batista, José Batista Junior e Wesley Mendonça Batista.

O Wesley Mendonça Batista é administrador da WWMB Participações Ltda. O Sr. Wesley Mendonça Batista é membro da administração da Companhia e é irmão dos Srs. Joesley Mendonça Batista e José Batista Júnior, todos filhos do Sr. José Batista Sobrinho.

O Joesley Mendonça Batista é administrador da JJMB Participações Ltda. O Sr. Joesley Mendonça Batista é membro da administração da Companhia e é irmão dos Srs. Welsey Mendonça Batista e José Batista Júnior, todos filhos do Sr. José Batista Sobrinho.

O José Batista Júnior é administrador da JJBJ Participações Ltda. O Sr. José Batista Júnior é membro da administração da Companhia e é irmão dos Srs. Welsey Mendonça Batista e José Batista Júnior, todos filhos do Sr. José Batista Sobrinho.

A Vanessa Mendonça Batista é administradora da VNMB Participações Ltda. A Sra. Vanessa Mendonça Batista é irmã dos Srs. Joesley Mendonça Batista, Welsey Mendonça Batista e José Batista Júnior, todos administradores da Companhia e filhos do Sr. José Batista Sobrinho.

A Vivianne Mendonça Batista é administradora da VVMB Participações Ltda. A Sra. Vanessa Mendonça Batista é irmã dos Srs. Joesley Mendonça Batista, Welsey Mendonça Batista e José Batista Júnior, todos administradores da Companhia e filhos do Sr. José Batista Sobrinho.

A Valére Batista Mendonça Ramos é administradora da VLBM Participações Ltda. A Sra. Valére Batista Mendonça Ramos é irmã dos Srs. Joesley Mendonça Batista, Welsey Mendonça Batista e José Batista Júnior, todos administradores da Companhia e filhos do Sr. José Batista Sobrinho.

Não há relação conjugal, união estável ou parentesco até o segundo grau entre os atuais membros do Conselho Fiscal (o qual inclui os candidatos indicados no item 12.9."a" deste Formulário de Referência) e os outros administradores das sociedades controladoras diretas e indiretas da Companhia.

12.10. Informação sobre relações de subordinação, prestação de serviço ou controle mantidas, nos 3 últimos exercícios sociais, entre administradores da Companhia e:

a. Sociedade controlada, direta ou indiretamente, pela Companhia:

Não há. Adicionalmente, ressalta-se que não há relação de subordinação, prestação de serviço ou controle mantido nos últimos 3 exercícios sociais entre administradores da Companhia (o qual inclui os candidatos indicados no item 12.9."a" deste Formulário de Referência) e qualquer sociedade controlada, direta ou indiretamente, pela Companhia.

b. Controlador direto ou indireto da Companhia:

Não há. Adicionalmente, ressalta-se que não há relação de subordinação, prestação de serviço pu controle mantido nos últimos 3 exercícios sociais entre administradores da Companhia (o qual inclui os candidatos indicados no item 12.9."a" deste Formulário de Referência) e o controlador direto ou indireto da Companhia.

c. Caso seja relevante, fornecedor, cliente, devedor ou credor da Companhia, de sua controlada ou controladoras ou controladas de alguma dessas pessoas:

Não há. Adicionalmente, ressalta-se que não há relação de subordinação, prestação de serviço pu controle mantido nos últimos 3 exercícios sociais entre administradores da Companhia (o qual inclui os candidatos indicados no item 12.9."a" deste Formulário de Referência) e qualquer fornecedor, cliente, devedor ou credor da Companhia, de sua controlada ou controladoras ou controladas de alguma dessas pessoas.

12.11. Descrição das disposições de quaisquer acordos, inclusive apólices de seguro, que prevejam o pagamento ou o reembolso de despesas suportadas pelos administradores, decorrentes da reparação de danos causados a terceiros ou à Companhia, de penalidades impostas por agentes estatais, ou de acordos com o objetivo de encerrar processos administrativos ou judiciais, em virtude do exercício de suas funções:

A Companhia oferece seguro de responsabilidade civil de administradores aos seus conselheiros e diretores. O seguro tem por objetivo o ressarcimento dos administradores no caso de condenações pecuniárias provenientes de sentenças judiciais transitadas em julgado ou decisões arbitrais finais e acordos judiciais ou extrajudiciais negociados com o consentimento prévio da seguradora, bem como o pagamento dos custos de defesa incorridos em tais processos. A apólice de seguro tem vigência até 11 de julho de 2010 e sua cobertura abrange o mundo inteiro, com exclusão dos Estados Unidos e Canadá. O limite máximo de garantia para cobertura de responsabilidade civil contratada é de R$25,0 milhões.

Exceto por referido seguro, não há outros contratos ou obrigações relevantes entre os administradores e a Companhia relativos a pagamento ou reembolso de despesas suportadas pelos administradores decorrentes da reparação de danos causados a terceiros ou a Companhia.

12.12. Outras informações que a Companhia julga relevantes;

Para um melhor entendimento deste Formulário de Referência e as atividades da Companhia, apresentamos abaixo um glossário de definições utilizadas neste Formulário de Referência.

"Acordo de Acionistas BNDESPAR"	Acordo de Acionistas da Companhia, celebrado pelo acionista controlador da Companhia e o BNDESPAR em 22 de dezembro de 2009
"Administração"	A administração da Companhia formada pelo Conselho de Administração e Diretoria
"Aliança Estratégica - Inalca S.p.A."	Aliança estratégica entre a Companhia e a Cremonini
"Aquisição da Smithfield"	Aquisição da Smithfield Beef pela JBS USA
"Assembléia Geral"	Assembléia geral de acionistas da Companhia
"Austrália"	Commonwealth of Australia
"BDRs"	*Brazilian Depositary Receipts*, certificados de depósito de ações da JBS USA

"Bertin"	Bertin S.A.
"BM&FBOVESPA"	BM&FBovespa S.A. – Bolsa de Valores, Mercadorias e Futuros
"BNDES"	Banco Nacional de Desenvolvimento Econômico Social
"BNDESPAR"	BNDES Participações S.A., subsidiária integral do BNDES
"Companhia"	JBS S.A.
"Conselho de Administração"	Conselho de Administração da Companhia
"Contrato com a Smithfield"	Contrato de Compra de Ações celebrado em 4 de março de 2008 entre a Companhia e a Smithfield Foods
"Cremonini"	Cremonini S.p.A., Itália
"CVM"	Comissão de Valores Mobiliários
"Debêntures Conversíveis"	Debêntures conversíveis em ações da Companhia e permutáveis por BDRs e/ou ações da JBS USA, emitidas pela Companhia em 22 de dezembro de 2009
"Diretoria"	A Diretoria da Companhia
"dólar, dólares ou US$"	Moeda corrente dos Estados Unidos
"dólar australiano, dólares australianos ou A$"	Moeda corrente da Austrália
"EBITDA"	O EBITDA é uma medição não contábil elaborada pela Administração da Companhia. O EBITDA é calculado utilizando-se o resultado antes da provisão para o imposto de renda e contribuição social, do resultado financeiro líquido, das despesas de depreciação e amortização, de despesas extraordinárias, do resultado de equivalência patrimonial e da amortização de ágio de investimentos. O EBITDA não é uma medida de acordo com o BR GAAP, não representa o fluxo de caixa para os períodos apresentados e não deve ser considerado como substituto para o lucro líquido como indicador do desempenho operacional da Companhia ou como substituto para o fluxo de caixa como indicador de liquidez. O EBITDA é uma informação adicional às demonstrações financeiras da Companhia e não deve ser utilizado em substituição aos resultados auditados. O EBITDA não possui significado padronizado e a definição de EBITDA da Companhia pode não ser comparável àquelas utilizadas por outras empresas.
"Estados Unidos" ou "Estados Unidos da América"	United States of America
"Estatuto Social"	Estatuto social da Companhia, conforme alterado
"FB Participações"	FB Participações S.A.
"Formulário de Referência"	O presente formulário de referência da JBS S.A., conforme alterado
"Five Rivers"	Five Rivers Ranch Cattle Feeding LLC

"JBS Five Rivers"	JBS Five Rivers Cattle Feeding LLC
"J&F Oklahoma"	J&F Oklahoma Holdings Inc.
"JBS Packerland"	JBS Packerland, Inc.
"JBS USA"	JBS USA Holdings, Inc.
"J&F"	J&F Participações S.A.
"IBAMA"	Instituto Brasileiro do Meio Ambiente e dos Recursos Naturais Renováveis.
"Inalca"	Inalca JBS S.p.A.
"IPO da JBS USA"	Oferta inicial para distribuição pública ou qualquer outra oferta pública inicial de ações ordinárias da JBS USA
"Lei das Sociedades por Ações"	Lei n° 6.404, de 15 de dezembro de 1976, conforme alterada
"Novo Mercado"	Segmento especial de negociação introduzido em 2000 pela BM&FBOVESPA, com o conjunto mais rigoroso de práticas de governança corporativa dentre todos os segmentos
"Operação BNDESPAR"	Operação de capitalização da Companhia através da emissão das Debêntures Conversíveis
"PROT"	PROT - Fundo de investimentos em Participações
"Real, reais ou R$"	A moeda corrente no Brasil
"Rockdale Beef"	Rockdale Beef Pty Ltd.
"Smithfield Foods"	Smithfield Foods, Inc.
Smithfield Beef	Smithfield Beef Group, Inc.
"Swift"	Swift Foods & Company (atualmente denominada JBS USA Holdings, Inc.)
"Tasman"	Sociedades do Grupo Tasman, da Austrália, incluindo a Tasman Group Services Pty Ltd e a Industry Park Pty Ltd.
"Tatiara"	Tatiara Meat Company
"ZMF"	ZMF Fundo de Investimento em Participações

13. REMUNERAÇÃO DOS ADMINISTRADORES

13.1. Descrição da política ou prática de remuneração do conselho de administração, da diretoria estatutária e não estatutária, do conselho fiscal, dos comitês estatutários e dos comitês de auditoria, de risco, financeiro e de remuneração, abordando os seguintes aspectos:

A remuneração do pessoal chave da Administração no período de 12 meses findo em 31 de dezembro de 2009, conforme requerido pela Deliberação CVM nº 560, de 11 de dezembro de 2008, alcançou o montante de R$4,3 milhões, valor composto somente por benefícios de curto prazo.

a. Objetivos da política ou prática de remuneração:

A política de remuneração da Companhia para seus administradores, incluindo os membros do Conselho de Administração, os Diretores estatutários e não estatutários, em linha com as melhores práticas de governança corporativa, visa a atrair e reter os melhores profissionais do mercado. A remuneração é estabelecida com

base em pesquisas de mercado e está diretamente ligada ao alinhamento dos interesses dos executivos em questão e dos acionistas da Companhia.

b. Composição da remuneração, indicando:

i. descrição dos elementos da remuneração e os objetivos de cada um deles:

Os membros do Conselho de Administração e dos comitês da Companhia, assim como os membros do conselho fiscal recebem apenas remuneração fixa mensal pelo desempenho de suas funções, e não fazem jus a benefícios diretos e indiretos e participação nos resultados. Os membros suplentes do Conselho de Administração recebem remuneração por cada reunião de que participem. A remuneração dos membros de comitês da Companhia não é composta por outros elementos para além da remuneração fixa. Portanto, além de referida remuneração mensal fixa, não há outros elementos na remuneração dos membros do Conselho de Administração e do conselho fiscal.

Por sua vez, a remuneração da diretoria estatutária é composta de uma parte fixa e outra variável. A parte fixa é composta pelo salário e pelo plano de saúde. A parte variável é paga como bônus e depende de um processo de avaliação de desempenho modelo 360º onde se verificam os desempenhos comportamentais e de resultados na atividade.

O objetivo de cada elemento da remuneração dos administradores é incentivar o alinhamento de interesses dos administradores com as metas da Companhia, de forma a estimular o comprometimento dos mesmos e também atrair e manter profissionais altamente qualificados.

ii. qual a proporção de cada elemento na remuneração total:

Este subitem não se aplica aos membros do Conselho de Administração e do conselho fiscal, haja vista que o único elemento de suas respectivas remunerações é um valor fixo mensal. Quanto à diretoria, em 2009, a remuneração variável foi de 28,9% da remuneração total e a remuneração fixa, 71,1%. metodologia de cálculo e de reajuste de cada um dos elementos da remuneração:

iii. metodologia de cálculo e de reajuste de cada um dos elementos da remuneração:

Não há metodologia de cálculo e de reajuste específico para cada um dos elementos.

Referente à remuneração fixa mensal, em todos os exercícios sociais o reajuste é feito de acordo com os percentuais dos dissídios coletivos. Os salários dos conselheiros não foram reajustados.

Com relação ao bônus (que é a remuneração variável), o valor efetivamente reconhecido para a diretoria estatutária no resultado do exercício findo 31 de dezembro de 2009 foi de R$1.039.061,62 e o estimado para o exercício de 2010 é de R$ 971.406,94.

Não há indicadores financeiros que sejam levados em consideração para o estabelecimento da remuneração variável dos diretores da Companhia. Para determinação da remuneração variável é utilizado um processo de avaliação de desempenho individual, modelo 360º onde se verificam os desempenhos comportamentais e de resultados na atividade. Esta avaliação também leva em conta iniciativa, pró-atividade, tomada de decisões, postura profissional, relacionamento interpessoal, trabalho em equipe e o alinhamento com os valores da Companhia.

O plano de saúde da diretoria concedido pela Companhia não possui metodologia de cálculo e reajuste específicos, sendo que seu reajuste é feito com base em determinação da companhia seguradora.

iv. razões que justificam a composição da remuneração:

Conforme descrito na alínea “i” acima, as razões para composição da remuneração são o incentivo na melhoria da gestão da Companhia e a permanência dos seus executivos, visando ganhos pelo comprometimento com os resultados de longo prazo e ao desempenho de curto prazo.

c. Principais indicadores de desempenho que são levados em consideração na determinação de cada elemento da remuneração:

Assim como para todos empregados da Companhia, os indicadores de desempenho são o atingimento de metas operacionais e financeiras e no desempenho individual. Não há indicadores financeiros que sejam levados em consideração para estabelecimento da remuneração variável. Para determinação da remuneração

variável é utilizado um processo de avaliação de desempenho modelo 360º onde se verificam os desempenhos comportamentais e de resultados na atividade. Esta avaliação individual também leva em conta iniciativa, pró-atividade, tomada de decisões, postura profissional, relacionamento interpessoal, trabalho em equipe e o alinhamento com os valores da Companhia**.**

d. Como a remuneração é estruturada para refletir a evolução dos indicadores de desempenho:

A remuneração é estruturada em uma parte fixa e uma parte variável, sendo esta última sujeita a ajustes para refletir a avaliação individual, modelo 360º, onde se verificam os desempenhos comportamentais e de resultados na atividade.

e. Como a política ou prática de remuneração se alinha aos interesses da Companhia de curto, médio e longo prazo:

O formato da remuneração acima descrito está alinhado aos interesses de curto, médio e longo prazo da Companhia. Conforme descrito no item 13.1 b) alínea "i" acima, a política de remuneração, com componente fixo e componente variável, visa o incentivo na melhoria da gestão da Companhia e a permanência dos seus executivos, proporcionando ganhos ao estimular o comprometimento com os resultados de longo prazo e ao desempenho de curto prazo.

f. Existência de remuneração suportada por subsidiárias, controladas ou controladores diretos ou indiretos:

Não há.

g. Existência de qualquer remuneração ou benefício vinculado à ocorrência de determinado evento societário, tal como a alienação do controle societário da Companhia:

Não há.

13.2. Remuneração reconhecida no resultado dos 3 últimos exercícios sociais e à prevista para o exercício social corrente do conselho de administração, da diretoria estatutária e do conselho fiscal[3]:

2010	Conselho De Administração	Diretoria Executiva	Conselho Fiscal	Total
Número de membros	10,0	3,0	5,0	18,0
Remuneração fixa anual (em R$)	2.040.000,0	2.388.138,7	292.010,4	4.720.149,1
Salário ou pró-labore	2.040.000,0	2.359.601,4	292.010,4	4.691.611,8
Benefícios diretos e indiretos	-	-	-	-
Remuneração por participação em Comitês	-	-	-	-
Plano de Saúde	-	28.537,30	-	28.537,3
Outros	-		-	-
Remuneração Variável (em R$)	-	971.406,9	-	971.406,9
Bônus	-	971.406,9	-	971.406,9
Participação nos resultados	-	-	-	-
Remuneração por participação em reuniões	-	-	-	-
Comissões	-	-	-	-
Outros	-	-	-	-
Benefícios pós-emprego	-	-	-	-
Benefícios motivados pela cessação do exercício do cargo	-	-	-	-
Remuneração baseada em ações	-	-	-	-
Valor por órgão da remuneração	-	-	-	-
Remuneração Total (em R$)	2.040.000,0	3.359.545,7	292.010,4	5.691.556,1

2009	Conselho De Administração	Diretoria Executiva	Conselho Fiscal	Total
Número de membros	5,4	3,1	4,3	12,8
Remuneração fixa anual (em R$)	680.000,0	2.552.475,70	127.500,0	3.359.975,10

[3] *Para evitar a duplicidade, os valores computados como remuneração dos membros do conselho de administração devem ser descontados da remuneração dos diretores que também façam parte daquele órgão.*

Salário ou pró-labore	680.000,0	2.523.938,4	127.500,0	3.331.438,4
Benefícios diretos e indiretos	-	-	-	-
Remuneração por participação em Comitês	-	-	-	-
Plano de Saúde	-	28.537,30	-	28.537,30
Outros	-		-	-
Remuneração Variável (em R$)	-	1.039.061,6	-	1.039.061,6
Bônus	-	1.039.061,6	-	1.039.061,6
Participação nos resultados	-			
Remuneração por participação em reuniões	-	-	-	-
Comissões	-	-	-	-
Outros	-	-	-	-
Benefícios pós-emprego	-	-	-	-
Benefícios motivados pela cessação do exercício do cargo	-	-	-	-
Remuneração baseada em ações	-	-	-	-
Valor por órgão da remuneração	-	-	-	-
Remuneração Total (em R$)	680.000,0	3.591.537,30	127.500,0	4.399.037,30

13.3. Em relação à remuneração variável dos 3 últimos exercícios sociais e à prevista para o exercício social corrente do conselho de administração, da diretoria estatutária e do conselho fiscal, elaborar tabela com o seguinte conteúdo: a. órgão; b. número de membros; c. em relação ao bônus: (i) valor mínimo previsto no plano de remuneração; (ii) valor máximo previsto no plano de remuneração; (iii) valor previsto no plano de remuneração, caso as metas estabelecidas fossem atingidas; e (iv) valor efetivamente reconhecido no resultado dos 3 últimos exercícios sociais; d. em relação à participação no resultado: (i) valor mínimo previsto no plano de remuneração; (ii) valor máximo previsto no plano de remuneração; (iii) valor previsto no plano de remuneração, caso as metas estabelecidas fossem atingidas; e (iv) valor efetivamente reconhecido no resultado dos 3 últimos exercícios sociais:[4]:

Este item não se aplica à remuneração do conselho de administração e do conselho fiscal, que é composta exclusivamente por uma parte fixa.

Relativamente à remuneração variável da diretoria estatutária, esta é composta unicamente pelo bônus, uma vez que a Companhia não possui um plano de participação no resultados. Não há indicadores financeiros que sejam levados em consideração para estabelecimento da remuneração variável dos diretores da Companhia. Para determinação da remuneração variável é utilizado um processo de avaliação de desempenho modelo 360º onde se verificam os desempenhos comportamentais e de resultados na atividade. Esta avaliação também leva em conta iniciativa, pró-atividade, tomada de decisões, postura profissional, relacionamento interpessoal, trabalho em equipe e o alinhamento com os valores da Companhia**.**

Dessa forma, e considerando que a Companhia não tem qualquer valor mínimo ou máximo previsto no seu bônus, nem qualquer valor previsto caso as metas estabelecidas fossem atingidas, o valor mínimo de remuneração variável que os diretores da Companhia podem receber é zero.

O valor do bônus efetivamente reconhecido para a diretoria estatutária no resultado do exercício findo 31 de dezembro de 2009 foi de R$1.039.061,62 e o estimado para o exercício de 2010 é de R$ 971.406,94, estimativa esse que dependerá da análise de desempenho que é realizada conforme mencionado nos parágrafos acima.

13.4. Em relação ao plano de remuneração baseado em ações do conselho de administração e da diretoria estatutária, em vigor no último exercício social e previsto para o exercício social corrente:

a. Termos e condições gerais:

O Plano de Outorga de Opção de Compra das Ações da Companhia ("Plano"), aprovado na Assembleia Geral Extraordinária realizada em 9 de Março de 2007, será administrado pelo Conselho de Administração, que terá competência privativa para deliberar sobre a emissão das ações objeto do Plano, cabendo-lhe, ainda, tomar

[4] *Para evitar a duplicidade, os valores computados como remuneração dos membros do conselho de administração devem ser descontados da remuneração dos diretores que também façam parte daquele órgão.*

todas as medidas necessárias e adequadas para a interpretação, detalhamento e aplicação das normas e diretrizes gerais estabelecidas no Plano.

Dentro da competência acima, caberá ao Conselho de Administração toda e qualquer deliberação acerca do Plano e os poderes específicos e necessários para:

(i) Selecionar os funcionários elegíveis a quem serão outorgadas as opções, conforme os critérios de elegibilidade estabelecidos no Plano;

(ii) Definir, dentro do limite do capital autorizado e respeitado o limite máximo de acções atribuíveis ao Plano, a quantidade de pções e a forma de distribuição destas entre os funcionários elegíveis, o preço de exercício das opções, as condições de exercício e eventuais restrições para a alienação das ações adquiridas ou subscritas;

(iii) Prorrogar, de forma genérica ou conforme o caso, o prazo final para o exercício das opções em vigor;

(iv) Modificar os termos e condições das opções outorgadas no caso de alguma alteração nas leis aplicáveis,

(v) Propor alterações no Plano a serem submetidas à aprovação da Assembléia Geral Extraordinária da Companhia;

(vi) Autorizar o Presidente da Companhia a firmar os contratos de opção com os participantes do Plano, bem como os contratos de subscrição de ações e eventuais aditivos, quando necessário;

(vii) Decidir os casos omissos, observadas as orientações gerais do Plano e as disposições legais aplicáveis à espécie.

As ações objeto do Plano são ações ordinárias nominativas emitidas pela Companhia, nos limites do capital autorizado, e não poderão ultrapassar 2% do capital social da Companhia por ano.

São elegíveis para participar do Plano, os administradores e empregados da Companhia e das sociedades que estejam sob o seu controle direto ou indireto que ocupem as seguintes funções:

(i) Estatutários e executivos indicados pelo Conselho de Administração.

Também são elegíveis os empregados da Companhia e de suas controladas que, a critério do Conselho de Administração, tenham se destacado por contribuir significativamente para o desempenho da Companhia, ou cuja contratação seja de vital importância para a boa execução dos planos e estratégias da Companhia.

Em qualquer das hipóteses acima, para se tornar participante do Plano, o funcionário elegível deverá ser formalmente indicado pelo Conselho de Administração, que determinará, ainda, a quantidade, prazo e preço das ações a serem outorgadas.

Fucionários externos não serão elegíveis para receber qualquer opção de subscrição de ações através do Plano.

O Conselho de Administração poderá dispensar o tratamento diferenciado a funcinários elegíveis e/ou participantes que se encontrem em situação similar, não estando obrigado por qualquer regra de isonomia ou analogia a estender a quaisquer outros participantes eventual condição, benefício ou deliberação que entenda aplicável apenas a determinado(s) participante(s).

Nenhuma disposição do Plano conferirá quaisquer direitos aos seus beneficiários relativos a garantia de permanência como empregado da Companhia ou de suas controladas, tampouco interferirá de qualquer modo no direito da Companhia ou de suas controladas de, consoante as condições legais e as decorrentes do contrato de trabalho, rescindir a qualquer tempo o relacionamento com o participante.

Nenhuma disposição do Plano conferirá, ainda, a qualquer titular de opções, direitos concernentes à sua permanência no cargo de diretor até p término do mandato respectivo, ou interferirá de qualquer modo com o direito da Companhia ou de suas controladas de destituí-lo a qualquer tempo, nem assegurará o direito de reeleição para o cargo.

O número máximo de opções a serem outorgadas, as condições de aquisição de ações, os critérios para fixação do preço de aquisição ou exercício, os critérios para fixação do prazo de exercício, a forma de liquidação, as restrições à transferência das ações, entre outras condições, estão respectivamente descritos nas alíneas f), g) h), i), j) e k) abaixo.

Cumpre, no entanto, ressaltar que, até à presente data, nenhuma outorga chegou a ser efetivada.

b. Principais objetivos do plano:

O Plano, aprovado na Assembléia Geral Extraordinária realizada em 9 de março de 2007, tem por objetivo estabelecer regras para que determinados empregados da Companhia possam adquirir ações de sua emissão através da outorga de opção de compra de acções.

c. Forma como o plano contribui para esses objetivos:

Este plano visa despertar em tais empregados o senso de propriedade e o envolvimento pessoal no desenvolvimento e no sucesso financeiro da Companhia, encorajando-os a devotar seus melhores esforços aos negócios sociais, contribuindo, assim, para o implemento dos interesses da Companhia e de seus acionistas.

Este modelo visa ainda reter os administradores e empregados contemplados em face do compartilhamento da valorização das ações da Companhia.

d. Como o plano se insere na política de remuneração da Companhia:

O Plano insere-se numa política de remuneração que visa premiar os estatutários e executivos indicados pelo Conselho de Administração, bem como todos os empregados que, a critério da Presidência da Companhia, se tenham destacado por contribuir significativamente para o desempenho da Companhia, ou cuja contratação seja de vital importância para a boa execução dos planos e estratégias da Companhia.

e. Como o plano alinha os interesses dos administradores e da Companhia a curto, médio e longo prazo:

O Plano alinha com os interesses dos administradores e da Companhia na medida em que visa despertar nos administradores e empregados participantes o senso de propriedade e o envolvimento pessoal no desenvolvimento e no sucesso financeiro da Companhia, encorajando-os a devotar os seus melhores esforços aos negócios sociais, contribuindo, assim, para o implemento dos interesses da Companhia e de seus acionistas no curto, médio e longo prazo.

Vale ressaltar que as opções, quando outorgadas, são pessoais e instranferíveis, salvo nas hipóteses decorrentes de sucessão por falecimento do participante, tal como tratadas no Plano, o que demonstra o comprometimento dos administradores e empregados.

f. Número máximo de ações abrangidas:

A quantidade total das ações destinadas ao Plano não poderá ultrapassar os 2% do capital social da Companhia por ano.

Para efeitos desse limite, serão consideradas todas as opções outorgadas com base no Plano, bem como as ações já adquiridas ou subscritas pelos respectivos participantes em decorrência do Plano, estejam elas ou não em seu poder.

g. Número máximo de opções.

O programa de outorga de opções de compra de ações de 2007 estabele como limite um número máximo de opções que resulte em uma diluição de 2% do capital social da Companhia imediatamente após a homologação do aumento de capital aprovado em 23 de março de 2007, relacionado à oferta pública inicial da Companhia.

h. Condições de aquisição de ações:

Todos os empregados da Companhia que são elegíveis ao Plano são signatários de um Termo de Adesão à Política de Negociação com Valores Mobiliários da Companhia, no qual declaram ter integral conhecimento das disposições constantes neste documento, obrigando-se pautar suas ações sempre em conformidade com tais regras.

Tal política prevê o impedimento do exercício de opções, bem como da compra ou venda de ações de emissão da Companhia sempre quando seus signatários estiverem de posse de informação relevante ainda não divulgada ao mercado. Adicionalmente, tais signatários ficam obrigados a abster-se de exercer opções e de comprar ou vender ações de emissão da Companhia durante os "períodos de bloqueio", quando comunicados pela Diretoria de Relações com Investidores, conforme previsto na referida política. A Companhia pratica seu "período de bloqueio" no período de quinze dias antecedentes à divulgação ou publicação de suas Informações Trimestrais (ITR) e demonstrações financeiras padronizadas anuais (DFP), sendo que essa mesma regra é aplicável caso a Companhia opte por divulgar dados operacionais e financeiros preliminares anteriormente à divulgação dos resultados auditados.

O Conselho de Administração estabelecerá os critérios de outorga das opções, definindo livremente quais os funcionários participantes, assim como a quantidade de opções de compra de ações a que cada um terá direito. Serão consideradas a importância e essencialidade da função exercida, a potencialidade do participante, e o envolvimento em projetos estratégicos e o valor agregado que este oferece à Companhia.

O Conselho de Administração não estará obrigado a atribuir a condição de participante a todas as categorias ou mesmo a todos os integrantes de uma mesma categoria de funcionários elegíveis, sendo-lhe, facultado, ainda, em relação a dois ou mais participantes de uma mesma categoria, atribuir quantidades diferentes de opções.

A outorga de opções de subscrição de ações aos funcinários elegíveis será escolhida pelo Conselho de Administração.

Cumpre, no entanto, ressaltar que, até à presente data, nenhuma outorga chegou a ser efetivada. Consequentemente, nenhuma condição ou critério para a aquisição de ações foi estabelecido até a data deste Formulário de Referência.

i. Critérios para fixação do preço de aquisição ou exercício:

O preço de compra e subscrição das ações será determinado com base no valor unitário da ações da Companhia, segundo os seguintes critérios:

(i) Para as opções outorgadas no lançamento do Plano para o programa de 2007, será equivalente ao preço de distribuição por ação fixado na oferta pública inicial da Companhia. Vale ressaltar que nenhuma opção foi outorgada no programa de 2007.

(ii) Para as demais outorgas, o valor correspondente à média aritmética do valor das ações verificado nos pregões dos cinco dias anteriores à data da outorga.

Não haverá atualização monetária do preço de opção.

j. Critérios para fixação do prazo de exercício:

O prazo para exercício das opções obedecerá as seguintes regras:

(i) Até ¼ das opções poderá ser exercida ao final de 24 meses a contar da data de outorga;

(ii) Até 2/4 das opções poderá ser exercida ao final de 36 meses a contar da data de outorga;

(iii) Até 3/4 das opções poderá ser exercida ao final de 48 meses a contar da data de outorga; e

(iv) O total das opções poderá ser exercida ao final de 60 meses a contar da data de outorga, sendo que o prazo máximo de exercício será de 72 meses.

O preço de aquisição das ações está demonstrado na alínea i) acima.

k. Forma de liquidação:

A liquidação deverá ser feita à vista, no ato de subscrição, salvo na hipótese de o beneficiário optar por vender imediatamente em bolsa de valores as ações adquiridas, caso em que o pagamento poderá ser feito mediante a emissão pelo beneficiário de nota promissória *pro-soluto* com vencimento no primeiro dia útil após a liquidação financeira da transação.

l. Restrições à transferência das ações:

As opções outorgadas aos participantes, decorridos ou não os prazos de reserva de direito, são pessoais e instranferíveis, salvo nas hipóteses decorrentes de sucessão por falecimento do participante.

Conforme estabelecido na Política de Negociação com Valores Mobiliários da Companhia, há impedimento no exercício de opções, bem como na compra ou na venda de ações de emissão da Companhia sempre quando seus signatários estiverem de posse de informação relevante ainda não divulgada ao mercado. Adicionalmente, a Política de Negociação com Valores Mobiliários da Companhia estabelece que seus signatários deverão abster-se de exercer opções e de comprar ou vender ações de emissão da Companhia durante os "períodos de bloqueio", quando comunicados pela Diretoria de Relações com Investidores, conforme previsto na referida política. A Companhia pratica seu "período de bloqueio" no período de quinze dias antecedentes à divulgação ou publicação de suas Informações Trimestrais (ITR) e demonstrações financeiras padronizadas anuais (DFP), sendo que essa mesma regra é aplicável caso a Companhia opte por divulgar dados operacionais e financeiros preliminares anteriormente à divulgação dos resultados auditados.

m. Critérios e eventos que, quando verificados, ocasionarão a suspensão, alteração ou extinção do plano:

O Plano deverá ser ajustado sempre que ocorrer alguma alteração do número, espécie e classe de ações da Companhia em decorrência de grupamento, desdobramento, bonificações de ações de uma espécie ou classe em outra ou conversão de ações em outros valores mobiliários de emissão da Companhia.

Compete ao Conselho de Administração, modificar, suspender ou extinguir o Plano, notadamente na ocorrência de fatores que importem em alteração significativa do panorama econômico, que possa comprometer a situação financeira da Companhia.

A extinção, alteração ou suspensão do Plano deve ser aprovada pelo Conselho de Administração da Companhia.

n. Efeitos da saída do administrador dos órgãos da Companhia sobre seus direitos previstos no plano de remuneração baseado em ações:

Em caso de desligamento voluntário do participante ou desligamento do participante por iniciativa da Companhia, por qualquer razão, exceto por justa causa, este poderá exercer as opções que não tenham sido exercidas até à data do desligamento, respeitadas as regras de reserva de direito, em no máximo 30 dias do desligamento.

No caso de desligamento do participante por iniciativa da Companhia em decorrência de justa causa, todas as opções que lhe tenham sido concedidas, estejam elas aptas para exercício segundo as regras da reserva de direito, estarão automaticamente extintas de pleno direito, independente de aviso prévio ou de indenização a qualquer título.

13.5. Quantidade de ações ou cotas direta ou indiretamente detidas, no Brasil ou no exterior, e outros valores mobiliários conversíveis em ações ou cotas, emitidos pela Companhia, seus controladores diretos ou indiretos, sociedades controladas ou sob controle comum, por membros do conselho de administração, da diretoria estatutária ou do conselho fiscal, agrupados por órgão, na data de encerramento do último exercício social[5]:

A tabela abaixo demonstra a quantidade de ações de emissão da Companhia detidas pelos administradores da Companhia:

	Ações	
Órgão	Ações Ordinárias	Capital Total (%)
Conselho de Administração	23	0%
Diretoria	0	0%
Conselho Fiscal	0	0%
Total	23	0%

Conforme o disposto na seção 15 abaixo, a Companhia é diretamente controlada pela FB, A tabela abaixo demonstra a quantidade de ações de emissão da FB detidas pelos administradores da Companhia:

[5] *Para evitar a duplicidade, quando uma mesma pessoa for membro do conselho de administração e da diretoria, os valores mobiliários por ela detidos devem ser divulgados exclusivamente no montante de valores mobiliários detidos pelos membros do conselho de administração.*

	Ações	
Órgão	Ações Ordinárias	Capital Total (%)
Conselho de Administração	6[1]	0%
Diretoria	2[1]	0%
Conselho Fiscal	0	0%
Total	8[1]	0%

(1) Um membro da Diretoria que também é membro do Conselho de Administração da Companhia detém ações de emissão da Companhia. Para os fins do cálculo do total de ações na tabela acima, foram desconsideradas as ações indicadas como da titularidade da Diretoria, tendo em vista que referidas ações já estavam descriminadas no campo relativo ao Conselho de Administração.

A FB, por sua vez, é controlada por J&F e ZMF.

A J&F é controlada por ZMF Participações Ltda., WWMB Participações Ltda., JJMB Participações Ltda., JJBJ Participações Ltda., VNMB Participações Ltda., VVMB Participações Ltda., VLBM Participações Ltda. e pela própria ZMF. As tabelas abaixo demonstram a quantidade de quotas de emissão de cada uma dessas sociedades que são detidas pelos administradores da Companhia:

ZMF Participações Ltda.

	Ações	
Órgão	Quotas	Capital Total (%)
Conselho de Administração	72.234.989	99,99
Diretoria	0	0%
Conselho Fiscal	0	0%
Total	72.234.989	99,99

WWMB Participações Ltda.

	Ações	
Órgão	Quotas	Capital Total (%)
Conselho de Administração	72.234.009	99,99
Diretoria	0	0%
Conselho Fiscal	0	0%
Total	72.234.009	99,99

JJMB Participações Ltda.

	Ações	
Órgão	Quotas	Capital Total (%)
Conselho de Administração	72.234.009[1]	99,99
Diretoria	72.234.009[1]	0%
Conselho Fiscal	0	0%
Total	72.234.009[1]	99,99

(1) Um membro da Diretoria que também é membro do Conselho de Administração da Companhia detém ações de emissão da Companhia. Para os fins do cálculo do total de ações na tabela acima, foram desconsideradas as ações indicadas como da titularidade da Diretoria, tendo em vista que referidas ações já estavam descriminadas no campo relativo ao Conselho de Administração.

JJBJ Participações Ltda.

	Ações	
Órgão	Quotas	Capital Total (%)
Conselho de Administração	72.234.009[1]	99,99
Diretoria	72.234.009[1]	0%
Conselho Fiscal	0	0%
Total	72.234.009[1]	99,99

ZMF Fundo de Investimento em Participações

Órgão	Ações	
	Quotas	Capital Total (%)
Conselho de Administração	18	50,01
Diretoria	6(1)	0%
Conselho Fiscal	0	0%
Total	18	50.01

(1) Um membro da Diretoria que também é membro do Conselho de Administração da Companhia detém ações de emissão da Companhia. Para os fins do cálculo do total de ações na tabela acima, foram desconsideradas as ações indicadas como da titularidade da Diretoria, tendo em vista que referidas ações já estavam descriminadas no campo relativo ao Conselho de Administração.

O ZMF é controlada por José Batista Júnior, Joesley Mendonça Batista, Wesley Mendonça Batista, Vanessa Mendonça Batista, Vivianne Mendonça Batista e Valére Batista Mendonça Ramos. A tabela acima já evidencia a quantidade de quotas de emissão do ZMF que são detidas pelos administradores da Companhia.

13.6. Em relação à remuneração baseada em ações reconhecida no resultado dos 3 últimos exercícios sociais e à prevista para o exercício social corrente, do conselho de administração e da diretoria estatutária: (a) órgão; (b) número de membros; (c) em relação a cada outorga de opções de compra de ações; (i) a data de outorga; (ii) quantidade de opções outorgadas; (iii) prazo para que as opções se tornem exercíveis; (iv) prazo máximo para exercício das opções; (v) prazo de restrição à transferência das ações; (vi) preço médio ponderado de exercício de cada um dos seguintes grupos de opções: (I) em aberto no início do exercício social; (II) perdidas durante o exercício social; (III) exercidas durante o exercício social; (IV) expiradas durante o exercício social; (d) valor justo das opções na data de outorga; (e) diluição potencial em caso de exercício de todas as opções outorgadas.[6]:

Muito embora exista o Plano de Outorga de Opção de Compra das Ações da Companhia, descrito no item 13.4 acima, nenhuma outorga chegou a ser efetivada.

13.7. Em relação às opções em aberto do conselho de administração e da diretoria estatutária ao final do último exercício social: (a) órgão; (b) número de membros; (c) em relação as opções não exercíveis; (i) quantidade; (ii) data que se tornarão exercíveis; (iii) prazo máximo para exercício das opções; (iv) prazo de restrição à transferência das ações; (v) prazo médio ponderado de exercício; (vi) valor justo das opções no último dia do exercício social; (d) em relação às opções exercíveis; (I) quantidade; (II) prazo máximo para exercício das opções; (III) prazo de restrição à transferência das ações; (IV) preço médio ponderado de exercício; (V) valor justo das opções no último dia do exercício social; (VI) valor justo do total das opções no último dia do exercício social[7]:

Muito embora exista o Plano de Outorga de Opção de Compra das Ações da Companhia, descrito no item 13.4 acima, nenhuma outorga chegou a ser efetivada.

13.8. Em relação às opções exercidas e ações entregues relativas à remuneração baseada em ações do conselho de administração e da diretoria estatutária, nos 3 últimos exercícios sociais: (a) orgão; (b) número de membros; (c) em relação as opções exercidas: (i) número de ações; (ii) preço médio ponderado de exercício; e (iii) valor total da diferença entre o valor de exercício e o valor de mercado das ações relativas às opções exercidas; (d) em relação às ações entregues informar: (I) número de ações; (II) preço médio ponderado de aquisição; e (III) valor total da diferença entre o valor de aquisição e o valor de mercado das ações adquiridas:

Muito embora exista o Plano de Outorga de Opção de Compra das Ações da Companhia, descrito no item 13.4 acima, nenhuma outorga chegou a ser efetivada.

[6] *Para evitar a duplicidade, os valores computados como remuneração dos membros do conselho de administração devem ser descontados da remuneração dos diretores que também façam parte daquele órgão.*

[7] *Para evitar a duplicidade, os valores computados como remuneração dos membros do conselho de administração devem ser descontados da remuneração dos diretores que também façam parte daquele órgão.*

13.9. Descrição sumária das informações necessárias para a compreensão dos dados divulgados nos itens 13.6 a 13.8, tal como a explicação do método de precificação do valor das ações e das opções, indicando:

a. Modelo de precificação:

Muito embora exista o Plano de Outorga de Opção de Compra das Ações da Companhia, descrito no item 13.4 acima, nenhuma outorga chegou a ser efetivada.

b. Dados e premissas utilizadas no modelo de precificação, incluindo o preço médio ponderado das ações, preço de exercício, volatilidade esperada, prazo de vida da opção, dividendos esperados e a taxa de juros livre de risco:

Muito embora exista o Plano de Outorga de Opção de Compra das Ações da Companhia, descrito no item 13.4 acima, nenhuma outorga chegou a ser efetivada.

c. Método utilizado e as premissas assumidas para incorporar os efeitos esperados de exercício antecipado:

Muito embora exista o Plano de Outorga de Opção de Compra das Ações da Companhia, descrito no item 13.4 acima, nenhuma outorga chegou a ser efetivada.

d. Forma de determinação da volatilidade esperada:

Muito embora exista o Plano de Outorga de Opção de Compra das Ações da Companhia, descrito no item 13.4 acima, nenhuma outorga chegou a ser efetivada.

e. Se alguma outra característica da opção foi incorporada na mensuração de seu valor justo:

Muito embora exista o Plano de Outorga de Opção de Compra das Ações da Companhia, descrito no item 13.4 acima, nenhuma outorga chegou a ser efetivada.

13.10. Em relação aos planos de previdência em vigor conferidos aos membros do conselho de administração e aos diretores estatutários, incluir as seguintes informações: (a) orgão; (b)número de membros; (c) nome do plano; (d) quantidade de administradores que reúnem as condições para se aposentar; (e) condições para se aposentar antecipadamente; (f) valor atualizado das contribuições atualizadas no plano de previdência até o encerramento do último exercício social, descontada a parcela relativa a contribuições feitas diretamente pelos administradores; (g) valor total acumulado das contribuições realizadas durante o último exercício social, descontada a parcela relativa a contribuições feitas diretamente pelos administradores; e (h) se há possibilidade de resgate antecipado e quais as condições:

Não há.

13.11. Indicação dos itens da tabela abaixo, para os 3 últimos exercícios sociais, em relação ao conselho de administração, à diretoria estatutária e ao conselho fiscal:

2010	Conselho De Administração (anual)	Diretoria Executiva (anual)	Conselho Fiscal (anual)
Número de membros	**10**	**3,0**	**5,0**
Valor da maior remuneração individual (em R$)	**200.000,0**	**1.954.239,3**	**58.402,1**
Valor da menor remuneração individual (em R$)	**200.000,0**	**646.921,1**	**58.402,1**
Valor médio de remuneração individual (em R$)	**204.000,0**	**1.119.848,6**	**58.402,1**

2009	Conselho De Administração (anual)	Diretoria Executiva (anual)	Conselho Fiscal (anual)
Número de membros	5,4	3,1	4,3
Valor da maior remuneração individual (em R$)	120.000,0	1.954.239,3	30.000,0
Valor da menor remuneração individual (em R$)	120.000,0	646.921,1	30.000,0
Valor médio de remuneração individual (em R$)	**125.925,9**	**1.158.560,4**	**29.651,2**

(1) Valor médio de remuneração considerando a remuneração total paga aos Conselheiros da Companhia durante 12 meses, incluindo aqueles Conselheiros que ficaram no cargo por menos de 12 meses.

13.12. Descrição dos arranjos contratuais, apólices de seguros ou outros instrumentos que estruturem mecanismos de remuneração ou indenização para os administradores em caso de destituição do cargo ou de aposentadoria, indicando quais as consequências financeiras para a Companhia:

Não há.

13.13. Em relação aos 3 últimos exercícios sociais, indicar o percentual da remuneração total de cada órgão reconhecida no resultado da Companhia referente a membros do conselho de administração, da diretoria estatutária ou do conselho fiscal que sejam partes relacionadas aos controladores, diretos ou indiretos, conforme definido pelas regras contábeis que tratam desse assunto:

Percentual da Remuneração dos Órgãos		
	Conselho de Administração	
	2009	**2010**
Pessoas Ligadas a FB Participações S.A.	480.000,0	600.000,0
Total do Conselho de Administração	680.000,0	840.000,0
Participação de Pessoas Ligadas	**70,6%**	**71,4%**
	Diretoria Executiva	
	2009	**2010**
Pessoas Ligadas a FB Participações S.A.	1.954.239,3	1.954.239,3
Total do Diretoria Executiva	3.591.537,3	3.359.545,7
Participação de Pessoas Ligadas	**54,4%**	**58,2%**
	Conselho Fiscal	
	2009	**2010**
Pessoas Ligadas a FB Participações S.A.	0,0	0,0
Total do Conselho Fiscal	127.500,0	150.000,0
Participação de Pessoas Ligadas	**0,0%**	**0,0%**

13.14. Em relação aos 3 últimos exercícios sociais, indicar os valores reconhecidos no resultado da Companhia como remuneração de membros do conselho de administração, da diretoria estatutária ou do conselho fiscal, agrupados por órgão, por qualquer razão que não a função que ocupam, como por exemplo, comissões e serviços de consultoria ou assessoria prestados:

Não há.

13.15. Em relação aos 3 últimos exercícios sociais, indicar os valores reconhecidos no resultado de controladores, diretos ou indiretos, de sociedades sob controle comum e de controladas da Companhia, como remuneração de membros do conselho de administração, da diretoria estatutária ou do conselho fiscal da Companhia, agrupados por órgão, especificando a que título tais valores foram atribuídos a tais indivíduos:

Os conselheiros Joesley Mendonça Batista, Wesley Mendonça Batista e José Batista Junior são também conselheiros da JBS USA, porém não receberam qualquer remuneração pelo exercício do cargo por parte da JBS USA.

Pelo exercício do cargo de diretores executivos da JBS USA, Wesley Mendonça Batista e José Batista Junior receberam, no ano de 2009, a remuneração total de US$ 1.919.947,00.

13.16. Outras informações que a Companhia julga relevantes:

Para um melhor entendimento deste Formulário de Referência e as atividades da Companhia, apresentamos abaixo um glossário de definições utilizadas neste Formulário de Referência.

"Administração"	A administração da Companhia formada pelo Conselho de Administração e Diretoria
"Assembléia Geral"	Assembléia geral de acionistas da Companhia
"Bertin"	Bertin S.A.
"BM&FBOVESPA"	BM&FBovespa S.A. – Bolsa de Valores, Mercadorias e Futuros
"BNDES"	Banco Nacional de Desenvolvimento Econômico Social
"BNDESPAR"	BNDES Participações S.A., subsidiária integral do BNDES
"Cofins"	Contribuição para o Financiamento da Seguridade Social
"Companhia"	JBS S.A.
"Conselho de Administração"	Conselho de Administração da Companhia
"CVM"	Comissão de Valores Mobiliários
"Diretoria"	A Diretoria da Companhia
"dólar, dólares ou US$"	Moeda corrente dos Estados Unidos
"dólar australiano, dólares australianos ou A$"	Moeda corrente da Austrália
"FB"	FB Participações S.A.
"Formulário de Referência"	O presente formulário de referência da JBS S.A., conforme alterado
"JBS USA"	JBS USA Holdings, Inc.
"J&F"	J&F Participações S.A.
"Lei das Sociedades por Ações"	Lei n° 6.404, de 15 de dezembro de 1976, conforme alterada
"Novo Mercado"	Segmento especial de negociação introduzido em 2000 pela BM&FBOVESPA, com o conjunto mais rigoroso de práticas de governança corporativa dentre todos os segmentos
"Pilgrim's Pride" ou "PPC"	Pilgrim's Pride Corporation

"ZMF" ZMF Fundo de Investimento em Participações

14. RECURSOS HUMANOS

14.1. Descrição dos recursos humanos da Companhia, fornecendo as seguintes informações:

a. número de empregados (total, por grupos com base na atividade desempenhada e por localização geográfica):

A Companhia e suas subsidiárias possuem, atualmente, um total de 122.801 funcionários alocados nas áreas administrativa, comercial e industrial/operacional.

A evolução do quadro de empregados da Companhia em 2007, 2008 e 2009 está descrita abaixo:

	Em 31 de dezembro de			Em março de
	2007	**2008**	**2009**	**2010**
Administrativo	4.092	4.255	13.363	13.071
Comercial	1.010	1.471	3.281	3.358
Industrial/Operacional	43.395	49.368	107.292	106.372
Total	**48.497**	**55.094**	**123.936**	**122.801**

A Companhia e suas subsidiarias possuíam o seguinte número de empregados em 2007, 2008 e 2009 divididos por localização geográfica:

	Em 31 de dezembro de 2007	**Em 31 de dezembro de 2008**	**Em 31 de dezembro de 2009**	**Em março de 2010**
Brasil	18.067	17.787	48.281	47.186
Argentina	3.606	5.059	4.734	4.837
Estados Unidos	20.949	23.091	60.638	60.638
Austrália	4.146	6.995	6.302	6.302
Itália	1.729	2.162	2.314	2.314
Outros*	-	-	1.667	1.667
Total	**48.497**	**55.094**	**123.936**	**122.944**

*"Outros" refere-se a Uruguai, Paraguai, China e Hong Kong.

b. número de terceirizados (total, por grupos com base na atividade desempenhada e por localização geográfica):

A Companhia e suas subsidiárias possuem atualmente um total de 4.612 funcionários terceirizados alocados nas áreas administrativa, comercial e industrial/operacional. A evolução do quadro de funcionários terceirizados da Companhia em 2007, 2008, 2009 e durante o exercício social corrente com base na atividade desempenhada está descrita abaixo:

	Em 31 de dezembro de		Em março de	
	2007	**2008**	**2009**	**2010**
Administrativo	163	178	462	460
Comercial	40	61	132	135
Industrial/Operacional	1.729	2.064	4.011	4.017
Total	**1.932**	**2.303**	**4.605**	**4.612**

A Companhia e suas subsidiarias possuíam o seguinte número de funcionários terceirizados em 2007, 2008, 2009 e no exercício social corrente, divididos por localização geográfica:

	Em 31 de dezembro de			Em 31 de março de 2010
	2007	**2008**	**2009**	
Brasil	720	743	1.558	1.556
Argentina	143	213	190	194
Estados Unidos	835	965	2.443	2.446
Austrália	165	292	254	254
Itália	69	90	93	95
Outros*	-	-	67	67

Total	**1.932**	**2.303**	**4.605**	**4.612**

*Outros inclui Uruguai, Paraguai, China e Hong Kong.

c. índice de rotatividade:

A tabela abaixo mostra o índice de rotatividade para os exercícios encerrados em 31 de dezembro de 2007, 2008 e 2009:

	2007	**2008**	**2009**
	(em %)		
Índice de Rotatividade	3,68	1,85	2,43

Para o exercício social corrente, até março de 2010, a rotatividade é de 2,32%.

d. exposição da Companhia a passivos e contingências trabalhistas:

A tabela abaixo demonstra a exposição da Companhia a passivos e contingências trabalhistas, sem considerar os montantes provisionados.

	2007 (em R$ milhões)	2008 (em R$ milhões)	2009(em R$ milhões)
Montante das Contingências	4,6	5,8	23,4

Para maiores informações a respeito da exposição da Companhia a passivos e contingências trabalhistas, vide as seções 4.3 e 4.7 deste Formulário de Referência.

14.2. Comentários sobre qualquer alteração relevante ocorrida com relação aos números divulgados no item 14.1 acima:

O aumento do número de funcionários e da exposição da Companhia a passivos e contingências trabalhistas de 2007 para 2008 decorre principalmente da aquisição da Smithfield Beef pela JBS USA. Para maiores informações a respeito da aquisição da Smithfield Beef pela JBS USA, vide a seção 6.5 deste Formulário de Referência.

O aumento do número de funcionários e da exposição da Companhia a passivos e contingências trabalhistas de 2008 para 2009 decorre principalmente da aquisição do controle acionário da Pilgrim's Pride e da associação com Bertin. Para maiores informações a respeito da aquisição da Pilgrim's Pride e da associação com Bertin, vide a seção 6.5 deste Formulário de Referência.

14.3. Descrição das políticas de remuneração dos empregados da Companhia:

a. Política de salários e remuneração variável:

A política de Remuneração e Estrutura do grupo da Companhia visa proporcionar aos funcionários níveis salariais competitivos com o mercado, dentro das disponibilidades orçamentárias, de forma a atrair, recompensar e reter os profissionais melhores qualificados. A política é válida para todos os níveis hierárquicos da empresa, de todas as filiais da Companhia, exceto Diretoria Executiva.

b. Política de benefícios:

Além dos benefícios concedidos por força de lei, a Companhia oferece a todos os seus empregados no Brasil, excluindo seus Diretores, auxílio alimentação, auxílio-refeição e transporte e demais benefícios provenientes de acordos e convenções coletivas de trabalho.

Na Argentina, a Companhia oferece aos seus empregados assistência médica, vale refeição, um bônus anual igual a um salário mensal, do qual 50% é pago em junho e 50% em dezembro, períodos de férias que aumentam de acordo com a senioridade do empregado, creche para crianças de até cinco anos de idade na instalação da Swift em Rosário e preços com descontos aos empregados para a compra de produtos da Swift.

Nos Estados Unidos e Austrália, proporcionamos certos benefícios a substancialmente todos os empregados assalariados. Eles incluem benefícios de saúde e bem-estar, seguro de incapacidade e de vida, reembolso de educação e instrução e programa de assistência ao empregado.

Na Itália, em todos os estabelecimentos da Inalca são disponibilizados refeitórios para os colaboradores, sendo descontada uma contribuição em folha de pagamento de cerca de 20% do custo da refeição na empresa. Os

estabelecimentos da Montana não possuem refeitórios, sendo entregue auxílio alimentação para os dias úteis. Adicionalmente, dependendo da função, os colaboradores recebem laptop, aparelhos de celular e automóvel da empresa, sendo que para os automóveis são aplicados tributos de acordo com cálculo previsto em lei.

Além do descrito acima, a Companhia possui ainda empregados em números irrelevantes em outros países, de modo que a Companhia não constituiu uma política de benefícios específica para tais empregados.

c. Características dos planos de remuneração baseados em ações dos empregados não-administradores, identificando:

Mediante aprovação do Conselho de Administração, a Companhia pode oferecer aos seus administradores e/ou empregados que tenham se destacado por contribuir significativamente para o desempenho da Companhia, ou cuja contratação seja de vital importância para a boa execução dos planos e estratégias da Companhia, a possibilidade de aderir ao Plano de Opção de Compra de Ações aprovado na Assembléia Geral Extraordinária da Companhia realizada em 9 de março de 2007.

O Conselho de Administração é responsável pela seleção dos empregados que terão direito ao plano, bem como por definir o número de opções que serão oferecidas. O prazo para exercício obedecerá as seguintes regras:

(i) Até ¼ das opções poderá ser exercida ao final de 24 meses a contar da data de outorga;

(ii) Até 2/4 das opções poderá ser exercida ao final de 36 meses a contar da data de outorga;

(iii) Até 3/4 das opções poderá ser exercida ao final de 48 meses a contar da data de outorga; e

(iv) O total das opções poderá ser exercida ao final de 60 meses a contar da data de outorga, sendo que o prazo máximo de exercício será de 72 meses.

O preço de outorga será o correspondente a: (i) para as opções outorgadas no lançamento do plano, o preço de distribuição fixado no IPO da Companhia ocorrido em 2007; (ii) para as demais outorgas, o valor correspondente à média aritmética do valor das ações da Companhia, verificado nos pregões dos cinco dias anteriores à data de outorga.

A quantidade total das ações destinadas ao Plano não poderá ultrapassar 2% do capital social da Companhia por ano.

Até a presente data, nenhuma opção foi oferecida. A nenhum empregado da Companhia foi dado o direito de aderir ao Plano de Opção de Compra. Adicionalmente, a Administração da Companhia não pretendo, nos curto prazo, implementar o Plano de Opção de Compra de Ações.

14.4. Descrição das relações entre a Companhia e sindicatos:

A Companhia acredita possuir boas relações com seus empregados e com os sindicatos que os representam. Nos últimos sete anos a Companhia passou apenas por uma greve e todos os empregados são representados por sindicatos de cada Estado onde a Companhia atua, quais sejam: Sindicato dos Trabalhadores nas Indústrias de Carne e Derivados, Sindicato dos Trabalhadores nas Indústrias de Alimentação, Federação dos Trabalhadores na Indústria, Sindicato dos Trabalhadores na Movimentação de Mercadorias em Geral e Auxiliar na Administração em Geral, Sindicato dos Trabalhadores nas Indústrias de Alimentos e do Álcool e Refinação de Açúcar, Sindicato dos Condutores de Veículos Rodoviários e Trabalhadores em Transporte de Cargas, Sindicato dos Trabalhadores nas Indústrias de Carnes, Derivados, Frios, Casas de Carnes e Congêneres, Sindicato dos Trabalhadores em Transportes Rodoviários, Sindicato dos Trabalhadores nas Indústrias de Alimentação e Afins, Sindicato dos Trabalhadores nas Indústrias de Carnes e Derivados de Frios, Sindicato dos Trabalhadores nas Indústrias de Produtos Alimentícios, Federação Interestadual dos Trabalhadores nas Indústrias e Sindicato dos Empregados em Empresas de Industrialização Alimentícia.

Em 31 de dezembro de 2009, a Companhia tinha um total de aproximadamente 114.322 empregados em todo o mundo. A maioria desses empregados é representada por sindicatos e as relações da Companhia com esses empregados são regidas por acordos coletivos de trabalho. Nos Estados Unidos, a Companhia tem 8 acordos coletivos ou outros acordos trabalhistas que irão expirar em 2009 e 2010, abrangendo aproximadamente 17.555 empregados. Na Austrália, a Companhia tem 20 acordos trabalhistas, 14 dos quais irão expirar entre 2010 e 2014.

Na Argentina, os empregados são representados por diversos sindicatos, entre os quais podemos mencionar o Convenio 56/75, que compreende os funcionários de todas as plantas e representa os trabalhadores das

indústrias de carne, o Convenio 548 (ASTAVIC) responsável pelo acompanhamento e fiscalização nas plantas de Rosário e Venedo Tuerto.

Na Itália, existem em vigor, por estabelecimento, acordos coletivos além da C.C.N.L. (*Contratto Colletivo Nazionale di Lavoro dell'Industria Alimentare*, que é a consolidação das leis do trabalho italianas, que seria equiparada à CLT do Brasil) que prevêem complementos salariais locais.

Além dos descritos acima, a Companhia não possui acordos coletivos ou outros acordos trabalhistas firmados com os sindicatos que representem seus funcionários nos demais países em que atua.

15. CONTROLE

15.1. Identificação do acionista ou grupo de acionistas controladores, indicando em relação a cada um deles:

A Companhia é diretamente controlada pela FB Participações. Na data deste Formulário de Referência, a FB detinha 1.399.867.018 ações ordinárias da Companhia, correspondentes a 54,5% do seu capital total. De acordo com o Regulamento do Novo Mercado, a Companhia possui apenas ações ordinárias de classe única. Atualmente, tendo em vista a reorganização societária da Companhia ocorrida em dezembro de 2009, descrita no item 6.5 deste Formulário de Referência, a FB sucedeu a J&F e a ZMF em seus direitos e obrigações oriundos do Acordo de Acionistas. Vide seção 15.5 deste Formulário de Referencia para uma descrição detalhada de tal Acordo de Acionistas. Seguem abaixo as informações sobre a FB:

Nome	Nacionalidade	CPF CNPJ	Quantidade de ações ordinárias	% em ações ordinárias e na totalidade do capital social da Companhia	Participa de acordo de acionistas	Data da última alteração
FB Participações S.A.	Brasileira	11.309.502/0001-15	1.399.867.018	54,5%	SIM	28/12/2009
José Batista Sobrinho	Brasileira	052.970.871-04	2	0%	NÃO(*)	N/A
Joesley Mendonça Batista	Brasileira	376.842.211-91	4	0%	NÃO(*)	N/A
José Batista Júnior	Brasileira	194.087.141-72	2	0%	NÃO(*)	N/A
Wesley Mendonça Batista	Brasileira	364.873.921-20	4	0%	NÃO(*)	N/A

(*) Os Srs. Joesley Mendonça Batista, Wesley Mendonça Batista, José Batista Sobrinho e José Batista Júnior são acionistas controladores indiretos da Companhia, de modo que não são parte do acordo de acionistas diretamente, mas sim através da FB Patricipações S.A.

A FB Participações, por sua vez, é controlada por J&F Participações S.A. e ZMF Fundo de Investimento em Participações. Os outros acionistas da FB são Bertin Fundo de Investimento em Participações, José Batista Sobrinho, Joesley Mendonça Batista e José Batista Júnior, conforme a tabela abaixo.

FB Participações S.A.

Nome	Nacionalidade	CPF/CNPJ	Ações	% do Capital social
J&F Participações S.A.	Brasileira	00.350.763/0001-62	2.174.890.395	45,20
ZMF Fundo de Investimento em Participações	Brasileira	08.661.352/0001-08	302.126.450	6,28
Bertin Fundo de Investimento em Participações	Brasileira	00.350.763/0001-62	2.334.370.128	48,52
José Batista Sobrinho	Brasileira	052.970.871-04	1	0
Joesley Mendonça Batista	Brasileira	376.842.211-91	1	0
José Batista Júnior	Brasileira	194.087.141-72	1	0

A J&F Participações S.A. é controlada por ZMF Participações Ltda., WWMB Participações Ltda., JJMB Participações Ltda., JJBJ Participações Ltda., VNMB Participações Ltda., VVMB Participações Ltda., VLBM Participações Ltda. e ZMF Fundo de Investimento em Participações, conforme a tabela abaixo.

J&F Participações S.A.

Nome	Nacionalidade	CPF/CNPJ	Ações	%do Capital social
ZMF Participações Ltda.	Brasileira	08.706.916/0001-73	258.517	8,16
WWMB Participações Ltda.	Brasileira	07.704.137/0001-76	258.516	8,15
JJMB Participações Ltda.	Brasileira	07.704.144/0001-78	258.516	8,15
JJBJ Participações Ltda.	Brasileira	07.704.148/0001-56	258.516	8,15
VNMB Participações Ltda.	Brasileira	07.704.046/0001-30	258.516	8,16
VVMB Participações Ltda.	Brasileira	07.704.039/0001-39	258,516	8,16

VLBM Participações Ltda.	Brasileira	07.704.052/0001-98	258.517	8,16
ZMF Fundo de Investimento em Participações	Brasileira	08.661.352/0001-08	1.359.972	42,91

Seguem abaixo tabelas com a composição acionária de cada um dos acionistas da J&F Participações S.A., até os controladores que sejam pessoas físicas.

ZMF Participações Ltda.

ZMF Participações Ltda.

Nome	Nacionalidade	CPF/CNPJ	Quotas	%do Capital social
José Batista Sobrinho	Brasileira	052.970.871-04	72.234.989	99,99

WWMB Participações Ltda.

WWMB Participações Ltda.

Nome	Nacionalidade	CPF/CNPJ	Quotas	%do Capital social
Wesley Mendonça Batista	Brasileira	364.873.921-20	72.234.009	99,99

JJMB Participações Ltda.

JJMB Participações Ltda.

Nome	Nacionalidade	CPF/CNPJ	Quotas	%do Capital social
Joesley Mendonça Batista	Brasileira	376.842.211-91	72.234.009	99,99

JJBJ Participações Ltda.

JJBJ Participações Ltda.

Nome	Nacionalidade	CPF/CNPJ	Quotas	%do Capital social
José Batista Júnior	Brasileira	194.087.141-72	72.234.009	99,99

VNMB Participações Ltda.

VNMB Participações Ltda.

Nome	Nacionalidade	CPF/CNPJ	Quotas	%do Capital social
Vanessa Mendonça Batista	Brasileira	666.569.401-10	72.234.009	99,99

VVMB Participações Ltda.

VVMB Participações Ltda.

Nome	Nacionalidade	CPF/CNPJ	Quotas	%do Capital social
Vivianne Mendonça Batista	Brasileira	946.475.421-49	72.234.009	99,99

VLBM Participações Ltda.

VLBM Participações Ltda.

Nome	Nacionalidade	CPF/CNPJ	Quotas	%do Capital social

Valére Batista Mendonça Ramos	Brasileira	239.391.921-04	72.234.009	99,99

ZMF Fundo de Investimento em Participações

ZMF Fundo de Investimento em Participações

Nome	Nacionalidade	CPF/CNPJ	Quotas	% do Patrimônio
José Batista Júnior	Brasileira	194.087.141-72	6	16,67
Joesley Mendonça Batista	Brasileira	376.842.211-91	6	16,67
Wesley Mendonça Batista	Brasileira	364.873.921-20	6	16,67
Vanessa Mendonça Batista	Brasileira	666.569.401-10	6	16,67
Vivianne Mendonça Batista	Brasileira	946.475.421-49	6	16,67
Valére Batista Mendonça Ramos	Brasileira	239.391.921-04	6	16,67

ZMF Fundo de Investimento em Participações, conforme a tabela acima, é controlada por José Batista Júnior, Joesley Mendonça Batista, Wesley Mendonça Batista, Vanessa Mendonça Batista, Vivianne Mendonça Batista e Valére Batista Mendonça Ramos.

A Bertin Fundo de Investimento em Participações é controlada por Bracol Holding e Blessed Holding, conforme a tabela abaixo.

Bertin Fundo de Investimento em Participações

Nome	Nacionalidade	CPF/CNPJ	Quotas	%do Capital social
Bracol Holding Ltda	Brasileira	01.597.168/0001-99	610.648	34,21
Blessed Holding	Estrangeira	-	1.174.352	65,79

Seguem abaixo tabelas com a composição acionária de cada um dos acionistas da Bertin Fundo de Investimento em Participações, até os controladores que sejam pessoas físicas.

Bracol Holding Ltda.

Bracol Holding Ltda.

Nome	Nacionalidade	CPF/CNPJ	Quotas	%do Capital social
Heber Participações S.A.	Brasileira	01.523.814/0001-73	1.533.704.188	100,00
Silmar Roberto Bertin	Brasileira	015.751.668-79	2	0,00

Heber Participações S.A.

Heber Participações S.A.

Nome	Nacionalidade	CPF/CNPJ	Quotas	%do Capital social
BERF Participações S.A.	Brasileira	07.463.851/0001-10	51.224.199	16,66
JBF Participações S.A.	Brasileira	09.420.237/0001-04	51.224.199	16,66
JUFERB Participações S.A.	Brasileira	09.352.199/0001-91	51.224.199	16,67

REIVO Participações S.A.	Brasileira	03.370.190/0001-27	51.224.199	16,67
SRB Participações S.A.	Brasileira	09.352.093/0001-98	51.224.199	16,67
VIAMAR Participações S.A.	Brasileira	09.352.086/0001-96	51.224.199	16,67
Natalino Bertin	Brasileira	250.015.238-34	1	0,00
João Bertin Filho	Brasileira	711.616.358-15	1	0,00
Fernando Antonio Bertin	Brasileira	001.854.238-76	1	0,00
Reinaldo Bertin	Brasileira	269.958.678-15	1	0,00
Silmar Roberto Bertin	Brasileira	015.751.668-79	1	0,00
Mario Henrique Frare Bertin	Brasileira	174.079.598-97	1	0,00

BERF Participações S.A.

BERF Participações S.A.

Nome	Nacionalidade	CPF/CNPJ	Quotas	%do Capital social
Juracy Frare Bertin	Brasileira	061.826.398-57	576.301.713	75,28
Cláudia Maria Frare Bertin Paiva	Brasileira	145.922.388-85	63.094.503	8,24
Fernando Henrique Frare Bertin	Brasileira	215.489.758-42	63.094.503	8,24
Mario Henrique Frare Bertin	Brasileira	174.079.598-97	63.094.502	8,24

JBF Participações S.A.

JBF Participações S.A.

Nome	Nacionalidade	CPF/CNPJ	Quotas	%do Capital social
João Bertin Filho	Brasileira	711.616.358-15	765.582.220	100,00
Cleonice Espelho Verona Bertin	Brasileira	094.935.948-31	1	0,00

JUFERB Participações S.A.

JUFERB Participações S.A.

Nome	Nacionalidade	CPF/CNPJ	Quotas	%do Capital social
Natalino Bertin	Brasileira	289.745.938-74	765.582.221	100,00
Fernanda Pereira Bertin	Brasileira	262.015.608-40	1	0,00
Natalino Bertin Júnior	Brasileira	289.745.938-74	1	0,00

REIVO Participações S.A.

REIVO Participações S.A.

Nome	Nacionalidade	CPF/CNPJ	Quotas	%do Capital social
Reinaldo Bertin	Brasileira	269.958.678-15	11.856.340	12,71
Giovanni Prado Bertin	Brasileira	117.869.098-98	20.360.601	21,83
Renato Prado Bertin	Brasileira	117.868.838-05	20.360.601	21,82
Roberta Bertin Barros	Brasileira	117.868.978-65	20.360.601	21,82
Rubia Bertin Diniz Junqueira	Brasileira	117.868.988-37	20.360.601	21,82

SRB Participações S.A.

SRB Participações S.A.

Nome	Nacionalidade	CPF/CNPJ	Quotas	%do Capital social
Silmar Roberto Bertin	Brasileira	015.751.668-79	765.582.222	100,00
José Henrique Santana Bertin	Brasileira	366.369.018-02	1	0,00

VIAMAR Participações S.A.

Viamar Participações S.A.

Nome	Nacionalidade	CPF/CNPJ	Quotas	%do Capital social
Fernando Antônio Bertin	Brasileira	001.854.238-76	765.582.220	100,00
Mariana Granado Bertin	Brasileira	308.811.578-21	1	0,00
Vitor Granado Bertin	Brasileira	346.065.088-50	1	0,00
Aline Granado Bertin	Brasileira	342.421.568-63	1	0,00

15.2. Lista contendo as informações abaixo sobre os acionistas, ou grupos de acionistas que agem em conjunto ou que representam o mesmo interesse, com participação igual ou superior a 5% de uma mesma classe ou espécie de ações e que não estejam listados no item 15.1:

Nome	Nacionalidade	CPF CNPJ	Quantidade de ações ordinárias	% em ações ordinárias e na totalidade do capital social da Companhia	Participa de acordo de acionistas	Data da última alteração
BNDES Participações S.A. - BNDESPAR	Brasileira	00.383.281/0001-09	437.102.282	18,5%	SIM	01/07/2008
PROT – Fundo de Investimento em Participações	Brasileira	09.412.863/0001-40	205.365.101	8,7%	SIM	01/07/2008

15.3. Descrição da distribuição do capital, conforme apurado na última assembleia geral de acionistas:

Descrição da distribuição do capital social	Composição com base na Assembleia Geral Extraordinária de 30/04/2010
Número de acionistas pessoas físicas	12.716
Número de acionistas pessoas jurídicas	185
Número de acionistas pessoas estrangeiras	345
Número de investidores institucionais	748
Número de ações em circulação, por classe e espécie	1.123.614.339 ordinárias

15.4. Organograma dos acionistas da Companhia, identificando todos os controladores diretos e indiretos bem como os acionistas com participação igual ou superior a 5% de uma classe ou espécie de ações, desde que compatível com as informações apresentadas nos itens 15.1 e 15.2.

Os acionistas controladores diretos e indiretos da Companhia, bem como seus acionistas com participação igual ou superior a 5% de ações ordinárias estão identificados nas seções “15.1” e “15.2” acima, razão pela qual não foi inserido o organograma neste item.

15.5. Qualquer acordo de acionistas arquivado na sede da Companhia ou do qual o controlador seja parte, regulando o exercício do direito de voto ou a transferência de ações de emissão da Companhia:

A. Acordo de Acionistas BNDESPAR

Segue abaixo uma descrição do Acordo de Acionistas BNDESPAR. O Acordo de Acionistas BNDESPAR tem por objeto regular o relacionamento das partes na qualidade de acionistas da Companhia, incluindo no que se refere ao exercício do voto entre as partes em certas deliberações sociais da Companhia, conforme o disposto na Cláusula III do Acordo de Acionistas BNDESPAR, estabelecendo, para tanto, as regras que nortearão a maneira através da qual as matérias lá mencionadas serão conduzidas no melhor interesse dos acionistas da Companhia e da própria Companhia.

(a) Partes. J&F Participações S.A., ZMF Fundo de Investimento em Participações e BNDES Participações S.A. – BNDESPAR. Atualmente, tendo em vista a reorganização societária da Companhia ocorrida em dezembro de 2009, descrita no item 6.5 deste Formulário de Referência, a FB sucedeu a J&F e a ZMF em seus direitos e obrigações oriundos do Acordo de Acionistas BNDESPAR.

(b) Data de Celebração. 22 de dezembro de 2009.

(c) Prazo de Vigência. O Acordo de Acionistas BNDESPAR tem validade até 31 de dezembro de 2014. O acordo de acionistas será automaticamente renovado por um único período de 5 (cinco) anos, contado a partir de 31 de dezembro de 2014, caso em, tal data, a BNDESPAR possua, direta e indiretamente, 15% (quinze por cento) ou mais do capital total e votante da Companhia. Em qualquer hipótese, o acordo de acionistas deixará de vigorar, automaticamente, a partir da data em que a BNDESPAR deixe de deter direta e indiretamente, 10% (dez por cento) ou mais do capital total e votante da Companhia ate 31 de dezembro de 2014 ou 15% (quinze por cento) ou mais do capital total e votante da Companhia a partir de tal data. Destaca-se que o Acordo de Acionistas BNDESPAR é regido por lei brasileira. Quaisquer controvérsias relacionadas ao acordo serão dirimidas em caráter definitivo de acordo com o procedimento previsto no Regulamento da Câmara de Arbitragem do Mercado instituída pela BM&FBOVESPA.

(d) Descrição das cláusulas relativas ao exercício do direito de voto e do poder de controle. Durante a vigência do Acordo de Acionistas BNDESPAR, e enquanto continuar sendo um Acionista Elegível (nos termos do Acordo de Acionistas BNDESPAR), a acionista BNDESPAR terá direito a se manifestar previamente sobre qualquer das matérias abaixo (cada uma de tais matérias, um "Item de Aprovação"), a serem deliberadas em qualquer assembléia geral, reunião do Conselho de Administração, da diretoria ou de qualquer outro órgão da administração da Companhia ou de qualquer controlada da Companhia:

(i) contratação pela Companhia e/ou por qualquer das suas Controladas, de qualquer endividamento (exceto com relação ao refinanciamento de endividamento ou obrigação já existente, ou dividas entre empresas do mesmo grupo que não afetem o Limite Máximo de Endividamento), que implique que o quociente da divisão entre a Dívida Liquida e o EBITDA (em ambos os casos relacionados aos quatro últimos trimestres, conforme demonstração financeira trimestral ou anual consolidada da Companhia), computados em base pro forma, seja superior a 5,5 ("Limite Máximo de Endividamento");

(ii) distribuição de dividendos, juros sobre capital próprio ou qualquer outra forma de remuneração aos acionistas, em qualquer caso pela Companhia, que implique que o quociente da divisão entre a Dívida Liquida e o EBITDA (em ambos os casos relacionados aos quatro últimos trimestres, conforme demonstração financeira trimestral ou anual consolidada da Companhia), computados em base pro forma e após dar efeito a tal distribuição, seja superior a 4,0 ("Limite Gerencial de Endividamento");

(iii) redução do capital social da JBS, da JBS USA e/ou de qualquer de suas respectivas Controladas, que, se efetivada, e após dar efeito a tal redução, faria com que fosse ultrapassado o Limite Gerencial de Endividamento. Ficam excetuadas dessa restrição as Controladas cujo capital social seja, direta ou indiretamente, detido pela JBS em percentual igual ou superior a 99% ("Controladas Isentas");

(iv) propositura de plano de recuperação extrajudicial, requerimento de recuperação judicial ou de falência pela JBS ou pela JBS USA;

(v) liquidação ou dissolução da JBS, da JBS USA ou de qualquer de suas Controladas (exceto as Controladas Isentas);

(vi) redução do dividendo obrigatório da JBS;

(vii) alteração do artigo 33 do estatuto social da JBS, de forma que o Conselho Fiscal passe a funcionar de modo não-permanente ou qualquer alteração do estatuto social da JBS referente ao objeto social (que

tenha por objetivo mudança substancial nos negócios desenvolvidos pela JBS), ou outras alterações que entrem em conflito com quaisquer disposições deste Acordo de Acionistas BNDESPAR;

(viii) transformação, fusão, cisão, incorporação, inclusive de ações, ou quaisquer outros atos de reorganização societária envolvendo a JBS, a JBS USA e suas Controladas (exceto (a) operações entre Controladas Isentas, ou (b) em operações entre (i) a JBS ou a JBS USA e (ii) quaisquer de suas Controladas Isentas), inclusive através da realização de permuta, de dação em pagamento mediante a utilização de ações ou de cessão de direitos de subscrição de ações;

(ix) qualquer operação entre a JBS e/ou suas Controladas, de um lado, e quaisquer partes relacionadas a JBS, de outro lado, em montante superior a R$ 100.000.000,00 (cem milhões de reais) por período de 12 (doze) meses, em conjunto ou individualmente consideradas;

(x) alienação ou oneração, pela JBS e/ou suas Controladas, de bens do ativo não circulante que, isolada ou cumulativamente, tenham, em período de 12 (doze) meses, valor superior a 10% (dez por cento) do ativo total da Companhia (coluna 'controladora', ou seja, não-consolidado), apurado com base no mais recente ITR ou DFP;

(xi) aprovação do orçamento anual da JBS e/ou de suas Controladas caso este preveja aumento da relação entre dívida liquida e o EBITDA para valor superior ao Limite Gerencial de Endividamento;

(xii) investimentos de capital, em conjunto ou individualmente considerados, não contemplados no plano de negócios ou orçamento aprovado pelo Conselho de Administração da Companhia, que, se realizados, ultrapassariam o Limite Gerencial de Endividamento;

(xiii) cancelamento do registro de companhia aberta da Companhia ou da JBS USA, conforme aplicável, ou redução do nível de listagem da Companhia na BM&FBOVESPA; ou ainda (B) a criação de espécie ou classe de ação na JBS USA com direitos políticos ou patrimoniais diferenciados (incluindo, sem limitação, ações preferenciais);

(xiv) qualquer operação de aquisição pela JBS ou por suas Controladas de (a) participações societárias que seriam consideradas investimentos relevantes para a JBS (mesmo que adquiridas por qualquer Controlada), conforme definidos na legislação aplicável, não contemplada no plano de negócios ou orçamento aprovado pelo Conselho de Administração da JBS ou (b) itens do ativo não circulante, que, se realizada, ultrapassaria o Limite Gerencial de Endividamento; e

(xv) constituição de ônus reais ou prestação de garantias pela JBS e/ou qualquer de suas Controladas para garantir obrigações de terceiros, exceto obrigações da JBS e/ou de qualquer de suas Controladas, em valor individual inferior a R$ 200.000.000,00 (duzentos milhões de reais).

(e) Descrição das cláusulas relativas à indicação de administradores. Durante a vigência do Acordo de Acionistas BNDESPAR, e enquanto continuar sendo um acionista elegível (nos termos de referido Acordo de Acionistas BNDESPAR), a acionista BNDESPAR terá direito à eleição e manutenção de 1 (um) membro do Conselho de Administração da Companhia; observado, entretanto, que enquanto BNDESPAR for titular, direta ou indiretamente, de participação acima de 20% (vinte por cento) do capital total e votante da Companhia, a acionista BNDESPAR terá direito à eleição e manutenção de 2 (dois) membros do Conselho de Administração da Companhia.

Ainda, a qualquer momento durante a vigência do Acordo de Acionistas BNDESPAR, a acionista BNDESPAR terá o direito de, mediante carta protocolada endereçada ao Presidente do Conselho de Administração da Companhia informando-o de sua intenção, convocar uma reunião especial do Conselho de Administração para deliberar a respeito da criação e instalação de comitês na JBS, em especial do comitê financeiro e de gestão de riscos e do comitê de sustentabilidade, sendo certo que tais comitês deverão atuar como órgãos auxiliares e sem poderes deliberativos, sempre no intuito de assessorar o Conselho de Administração, sendo os integrantes de cada comitê indicados pelo Conselho de Administração dentre os membros da administração da Companhia e/ou outras pessoas ligadas, direta ou indiretamente, à Companhia. A BNDESPAR terá o direito de indicar 1 (um) membro para o comitê financeiro e de gestão de riscos e 1 (um) membro para o comitê de sustentabilidade da Companhia, conforme estes venham a ser criados pelo Conselho de Administração.

Durante a vigência do Acordo de Acionistas BNDESPAR, e enquanto continuar sendo um acionista elegível (nos termos de referido Acordo de Acionistas), a acionista BNDESPAR terá direito à eleição e manutenção de 1 (um) membro do Conselho Fiscal da Companhia.

(f) Descrição das cláusulas relativas à transferência de ações e à preferência para adquiri-las. As ações vinculadas ao Acordo de Acionistas BNDESPAR, bem como os direitos de subscrição, detidos a qualquer tempo por qualquer parte de tal acordo, poderão ser livremente transferidas, direta ou indiretamente.

(g) descrição das cláusulas que restrinjam ou vinculem o direito de voto de membros do conselho de administração. Vide item 12.4(b) acima.

B. Acordo de Acionistas com PROT

Segue abaixo uma descrição do acordo de acionistas com celebrado pelos acionistas controladores da Companhia com o PROT. Referido acordo de acionistas tem por objeto regular o relacionamento das partes na qualidade de acionistas da Companhia, única e exclusivamente no que se refere ao exercício do voto entre as partes em certa deliberação social da Companhia relativa à eleição de um membro de administração, conforme o disposto na Cláusula III do acordo de acionistas.

(a) Partes. J&F Participações S.A., ZMF Fundo de Investimento em Participações e PROT – Fundo de Investimento em Participações. Atualmente, tendo em vista a reorganização societária da Companhia ocorrida em dezembro de 2009, descrita no item 6.5 deste Formulário de Referência, a FB sucedeu a J&F e a ZMF em seus direitos e obrigações oriundos deste acordo de acionistas.

(b) Data de Celebração. 26 de janeiro de 2010.

(c) Prazo de Vigência. O acordo de acionistas com o PROT perderá sua validade no último minuto anterior ao início da próxima Assembléia Geral Ordinária do ano de 2011, que elegerá os membros do Conselho de Administração. O acordo de acionistas com o PROT poderá ser prorrogado sucessivamente, a exclusivo critério dos acionistas controladores da Companhia, pelo prazo adicional de 1 (um) ano. Destaca-se que o acordo de acionistas com o PROT é regido por lei brasileira. Quaisquer controvérsias relacionadas a tal acordo serão dirimidas em caráter definitivo de acordo com o procedimento previsto no Regulamento da Câmara de Mediação e Arbitragem de São Paulo, do Centro das Indústrias do Estado de São Paulo - CIESP.

(d) Descrição das cláusulas relativas ao exercício do direito de voto e do poder de controle. Em relação ao exercício do direito de voto, vide item “e” abaixo. Não há cláusula relativa ao exercício de poder de controle da Companhia.

(e) Descrição das cláusulas relativas à indicação de administradores. Durante a vigência do acordo de acionistas com o PROT, os acionistas controladores da Companhia são obrigados a execer seus direitos de voto nas assembléias gerais de acionistas da Companhia de forma a eleger 1 (um) membro do Conselho de Administração da Companhia, a ser escolhido dentre um dos nomes de uma lista tríplice, a ser fornecida pelo FIP, anteriormente à realização de referida assembléia, da qual constará, na ordem do dia, a eleição de membros para o Conselho de Administração.

Caso o PROT não envie a referida lista tríplice no prazo indicado acima, os acionistas controladores da Companhia poderão eleger, na assembléia geral de acionistas da Companhia do mesmo ano, todos os membros do Conselho de Administração a que têm direito.

(f) Descrição das cláusulas relativas à transferência de ações e à preferência para adquiri-las. Não aplicável.

(g) descrição das cláusulas que restrinjam ou vinculem o direito de voto de membros do conselho de administração. Não aplicável.

15.6. Indicação das alterações relevantes nas participações dos membros do grupo de controle e administradores da Companhia:

Seguem abaixo breves descrições das alterações relevantes nas participações dos membros do grupo de controle e administradores da Companhia para os 3 últimos exercícios sociais e para o exercício social corrente:

Em 23 de dezembro de 2009 os antigos controladores da Companhia, J&F e ZMF, contribuíram a totalidade das 632.781.603 e 87.903.348 ações ordinárias de emissão da Companhia detidas por cada acionista, respectivamente, em aumento de capital da FB, atual acionista controladora da Companhia (conforme item 15.1 acima).

Em 31 de dezembro de 2009, a Companhia concluiu um processo de associação com o Grupo Bertin, através de uma reorganização societária que, após a prévia incorporação da totalidade das 28.636.178 ações de emissão do Bertin pela Companhia, em 29 de dezembro de 2009, resultou na incorporação do Bertin pela

Companhia. Os acionistas controladores do Bertin contribuíram a totalidade das 679.182.067 ações da Companhia que tais acionistas receberam em virtude da incorporação de ações acima mencionada em aumento de capital da FB, no valor total de R$ 4.949.046.230,13, mediante a emissão de 2.334.370.128 novas ações ordinárias, nominativas, sem valor nominal de emissão da FB.

15.7. Outras informações que a Companhia julga relevantes:

"Acordo de Acionistas BNDESPAR"	Acordo de Acionistas da Companhia, celebrado pelo acionista controlador da Companhia e o BNDESPAR em 22 de dezembro de 2009
"Administração"	A administração da Companhia formada pelo Conselho de Administração e Diretoria
"BM&FBOVESPA"	BM&FBovespa S.A. – Bolsa de Valores, Mercadorias e Futuros
"BNDES"	Banco Nacional de Desenvolvimento Econômico Social
"BNDESPAR"	BNDES Participações S.A., subsidiária integral do BNDES
"Companhia"	JBS S.A.
"Conselho de Administração"	Conselho de Administração da Companhia
"CVM"	Comissão de Valores Mobiliários
"Debêntures Conversíveis"	Debêntures conversíveis em ações da Companhia e permutáveis por BDRs e/ou ações da JBS USA, emitidas pela Companhia em 22 de dezembro de 2009
"Diretoria"	A Diretoria da Companhia
"Estatuto Social"	Estatuto social da Companhia, conforme alterado
"FB Participações"	FB Participações S.A.
"J&F"	J&F Participações S.A.
"MAPA"	Ministério da Agricultura, Pecuária e Abastecimento do Brasil
"Novo Mercado"	Segmento especial de negociação introduzido em 2000 pela BM&FBOVESPA, com o conjunto mais rigoroso de práticas de governança corporativa dentre todos os segmentos
"PROT"	PROT – Fundo de Investimento em Participações
"Vigor"	S.A. Fábrica de Produtos Alimentícios Vigor
"ZMF"	ZMF Fundo de Investimento em Participações

16. TRANSAÇÕES COM PARTES RELACIONADAS

16.1. Descrição das regras, políticas e práticas da Companhia quanto à realização de transações com partes relacionadas, conforme definidas pelas regras contábeis que tratam desse assunto:

A Lei das S.A. proíbe conselheiros e diretores de: (i) realizar qualquer ato gratuito com a utilização de ativos da companhia, em detrimento da companhia; (ii) receber, em razão de seu cargo, qualquer tipo de vantagem pessoal direta ou indireta de terceiros, sem autorização constante do respectivo estatuto social ou concedida através de assembleia geral; e (iii) intervir em qualquer operação social em que tiver interesse conflitante com o da companhia, ou nas deliberações que a respeito tomarem os demais conselheiros.

Nos termos do Estatuto Social da Companhia, o Conselho de Administração da Companhia deve analisar, aprovar ou ratificar qualquer transação com parte relacionada. Todos os conselheiros, diretores e empregados da Companhia deverão informar ao Conselho de Administração qualquer transação com parte relacionada antes de celebrar a transação.

Segundo o regulamento do Novo Mercado, a Companhia deve enviar à BM&FBOVESPA e divulgar informações de todo e qualquer contrato celebrado entre a Companhia e suas Controladas e Coligadas, administradores, acionistas controladores, e, ainda, entre a Companhia e sociedades Controladas e Coligadas de seus administradores e dos acionistas controladores, assim como com outras sociedades que com qualquer dessas pessoas integre um mesmo grupo de fato ou de direito, sempre que for atingido, num único contrato ou em contratos sucessivos, com ou sem o mesmo fim, em qualquer período de um ano, valor igual ou superior a R$200 mil, ou valor igual ou superior a 1,0% sobre o patrimônio líquido, considerando o maior.

Essas informações divulgadas deverão discriminar o objeto do contrato, o prazo, o valor, as condições de rescisão ou de término e a eventual influência do contrato sobre a administração ou a condução dos negócios da Companhia.

Os principais saldos de ativos e passivos em 31 de dezembro de 2009, 2008 e 2007 assim como as transações que influenciaram o resultado do exercício, relativas a operações entre partes relacionadas, decorrem de transações com a Companhia e suas controladas, as quais a Administração considera que foram realizadas em condições usuais de mercado para os respectivos tipos de operações.

16.2. Adicionalmente, tais operações com partes relacionadas (i) não impactam atualmente ou impactarão futuramente os nossos resultados operacionais e situação financeira de forma negativa; e (ii) são celebradas em condições semelhantes às praticadas com terceiros. Informações, em relação às transações com partes relacionadas que, segundo as normas contábeis, devam ser divulgadas nas demonstrações financeiras individuais ou consolidadas da Companhia e que tenham sido celebradas nos 3 últimos exercícios sociais ou estejam em vigor no exercício social corrente:

Para determinar a relação das partes dos contratos abaixo indicados, vide seção 8.1 acima.

Locação de Imóvel

A Companhia loca partes ideais do prédio em que está localizado o seu escritório administrativo para a J&F Participação Financeira Ltda., Flora, JBS Banco e JBS Agropecuária Ltda., pelo prazo de 10 anos contados a partir de 31 de dezembro de 2006. O valor total do aluguel é de R$77 mil por mês, sendo tal valor dividido *pro rata* entre os locatários em função da área ocupada por cada um. No aluguel cobrado das locatárias incluem-se valores referentes a (i) aluguel do espaço físico com toda a sua infra-estrutura operacional já instalada; (ii) condomínio conforme área de uso; (iii) serviços de conservação e limpeza das instalações comuns; (iv) gastos com manutenção das áreas comuns; (v) consumo mensal de energia elétrica; (vi) seguro; (vii) material de expediente; (viii) correio, periódicos, jornais e comunicações; (ix) impostos e taxas; e (x) demais gastos necessários à fiel manutenção, segurança e preservação do imóvel. A multa por rescisão antecipada do contrato será de 50% (cinquenta por cento) do valor referente a um ano de locação e demais encargos.

Prestação de Serviços

Em 31 de dezembro de 2006, a Companhia celebrou um contrato de prestação de serviços de natureza financeira, jurídica, administrativa, de controladoria, de tecnologia da informação e de recursos humanos para a Flora, J&F Participações, JBS Asset e JBS Agropecuária Ltda., pelo prazo de 10 anos. O valor desse contrato é variável baseado na participação individual de cada empresa no custo total da folha de pagamento das referidas empresas conjuntamente consideradas, sendo a remuneração paga mensalmente de (i) R$11.369,64, pela J&F Participações, (ii) R$280.143,23 pela Flora, (iii) R$35.663,51 pela J&F Administradora de Recursos, e (iv) R$9.626,84 pela J&F Agropecuária Ltda.. Não há garantias ou seguros prestados pela Companhia, e o contrato poderá ser rescindido mediante notificação por escrito com no mínimo 30 (trinta) dias de antecedência.

Transporte

A Companhia presta serviços de transporte de gado bovino para a JBS Agropecuária Ltda., que possui 4 propriedades rurais para a criação de gado bovino e que, em decorrência da sua atividade, necessita transportar o gado bovino entre tais propriedades. Em 31 de dezembro de 2006 a Companhia celebrou com a JBS Agropecuária contrato de transporte bovino por prazo indeterminado, segundo o qual o transporte de

gado bovino por parte da Companhia à JBS Agropecuária será realizado conforme valor de mercado cotado no dia da negociação e terá suas condições definidas nos pedidos de compra a serem emitidos por ocasião de cada operação. A JBS Agropecuária poderá promover a resilição do contrato desde que notifique a Companhia com antecedência mínima de 30 (trinta) dias. Nos termos do contrato, a Companhia é responsável por quaisquer indenizações em decorrência de danos ou prejuízos causados à JBS Agropecuária, contratando seguro próprio e específico tendo em vista as características próprias do referido transporte.

Matéria-Prima

A Companhia fornece regularmente sebo bovino para a Flora. Em 31 de dezembro de 2006 a Companhia celebrou com a Flora contrato de fornecimento do sebo bovino por prazo indeterminado, segundo o qual o valor a ser pago à JBS será calculado de acordo com o valor de mercado cotado no dia da negociação e terá suas condições definidas nos pedidos de compra a serem emitidos por ocasião de cada operação. Não há garantias ou seguros prestados pela Companhia, e a Flora poderá promover a resilição do contrato desde que notifique a Companhia com antecedência mínima de 30 (trinta) dias.

Aquisição de Gado

A Companhia adquire gado periodicamente da JBS Agropecuária Ltda. para abate a preços e condições regulares de mercado, na respectiva região. Em 31 de dezembro de 2006 a Companhia celebrou com a JBS Agropecuária contrato de compra e venda de gado por prazo indeterminado, tendo como referência os preços divulgados no Boletim Diário do CEPEA - Centro de Estudos Avançados de Economia Aplicada da ESALQ - Escola Superior de Agricultura Luiz Queiroz e suas condições definidas nos pedidos de compra a serem emitidos por ocasião de cada operação. Não há garantias ou seguros prestados pela Companhia, e a Companhia poderá promover a resilição do contrato desde que notifique a JBS Agropecuária com antecedência mínima de 30 (trinta) dias.

Garantia da dívida da Companhia

A JBS USA em conjunto com suas subsidiárias, JBS USA, LLC e Swift Beef Company, garantem, de forma quirografária, US$300 milhões das Notas 2016 emitidas pela Companhia, em consequência de compromisso contido na escritura de emissão que rege tais notas. Outras subsidiárias da JBS USA poderão ser obrigadas a garantir essas notas da Companhia. Para informações acerca das taxas de juros e prazo da operação referente às Notas 2016 emitidas pela Companhia, vide seção 7.8 deste Formulário de Referência.

Contrato de compra e venda com a JBS USA

Em 21 de dezembro de 2009, a Companhia e a JBS USA celebraram um contrato de compra e venda nos termos do qual a JBS USA concordou emitir e vender de 20% a 25% das ações ordinárias da JBS USA à Companhia por um preço de compra total de US$2.0 bilhões. A porcentagem de ações ordinárias a serem emitidas e vendidas será igual a US$2.0 bilhões dividida pela avaliação de patrimônio em dólares norte-americanos da JBS USA, com base no número de ações em circulação imediatamente antes da abertura de capital da JBS USA (o "IPO da JBS USA"), porém calculada com base no preço por ação do IPO da JBS USA, multiplicada por 100. Como resultado desse contrato de compra e venda, a Companhia deterá participação de 20% a 25% da JBS USA, e a participação restante será mantida pela Companhia indiretamente por meio da JBS Hungary Holdings Kft.

Empréstimos entre empresas do mesmo grupo devidos pela JBS USA

Em 29 de março de 2009, a JBS USA devia um total de US$658,6 milhões por vários empréstimos entre empresas do mesmo grupo da Companhia, doravante designada JBS HU Liquidity Management LLC (Hungria), subsidiária integral indireta da Companhia. O produto desses empréstimos entre empresas do mesmo grupo foi destinado ao custeio das operações da JBS USA e à aquisição da Tasman e à aquisição da JBS Packerland. Em 27 de abril de 2009, os contratos de empréstimo entre empresas do mesmo grupo foram consolidados em um único contrato de empréstimo e as datas de vencimento do valor principal dos empréstimos entre empresas do mesmo grupo foram prorrogadas para 18 de abril de 2019, e a taxa de juros foi alterada para 12% ao ano. O produto líquido da oferta e venda das Notas 2014 (menos US$100 milhões) foi aplicado na amortização de juros acumulados e de parcela do principal sobre esses empréstimos entre empresas do mesmo grupo. Em 27 de dezembro de 2009 o saldo desses empréstimos era de aproximadamente US$ 89,1 milhões. Além disso, a JBS USA firmou um contrato de empréstimo a prazo entre empresas do mesmo grupo no valor principal total de US$6 milhões nos mesmos termos do contrato de empréstimo entre empresas do mesmo grupo consolidado. Não há garantias ou seguros relacionados a estes contratos.

Acordos com a J&F Oklahoma

Contrato de fornecimento e alimentação de gado

A Five Rivers é parte de contrato de fornecimento e alimentação de gado com uma afiliada da JBS USA, a J&F Oklahoma. A J&F Oklahoma é subsidiária integral da J&F, detida em partes iguais pelo Sr. José Batista Sobrinho (fundador da Companhia) e seus seis filhos. De acordo com o contrato, a Five Rivers alimenta e cuida do gado de propriedade da J&F Oklahoma. A J&F Oklahoma paga à Five Rivers o custo de alimentos e medicamentos pelo custo acrescido de taxa de uso de curral por cabeça por dia. Com início em 23 de junho de 2009 ou data anterior na qual os confinamentos de gado da Five Rivers estiverem com ocupação de pelo menos 85% e encerramento em 23 de outubro de 2011, a J&F Oklahoma se compromete a manter gado suficiente nos confinamentos da Five Rivers de forma que os confinamentos apresentem a todo tempo ocupação de gado de pelo menos 85% da sua capacidade. O contrato começou a vigorar em 23 de outubro de 2008 e continuará até o último lote de gado dos confinamentos da Five Rivers, em 23 de outubro de 2011, a ser transportado para a J&F Oklahoma, frigorífico ou outro terceiro. Não há garantias ou seguros relacionados ao presente contrato.

Contrato de compra e venda de gado

A JBS USA, LLC é parte no contrato de compra e venda de gado com a J&F Oklahoma. Nos termos desse contrato, a J&F Oklahoma se compromete a vender à JBS USA, LLC, e a JBS USA, LLC se compromete a comprar da J&F Oklahoma, pelo menos 500.000 cabeças de gado em cada ano do período de 2009 a 2011. O preço pago pela JBS USA, LLC é determinado de acordo com a grade de preços da JBS USA, LLC vigente na data de entrega. A grade utilizada para a J&F Oklahoma é idêntica a grade usada para terceiros não relacionados. Caso o gado vendido pela J&F Oklahoma em certo trimestre resulte em perda de ponto de equilíbrio (preço de venda abaixo do custo acumulado para aquisição do animal para ceva e engorda até o peso de entrega), a JBS USA, LLC reembolsará 40% da perda de ponto de equilíbrio média por cabeça incorrida pela J&F Oklahoma em até 125.000 cabeças entregues à JBS USA, LLC naquele trimestre. Caso o gado vendido pela J&F Oklahoma em certo trimestre resulte em ganho de ponto de equilíbrio (preço de venda acima do custo do para aquisição do animal para ceva e engorda até o peso de entrega), a JBS USA, LLC receberá da J&F Oklahoma valor em dinheiro igual a 40% do ganho por cabeça em até 125.000 cabeças entregues à JBS USA, LLC naquele trimestre. Não há garantias ou seguros relacionados ao presente contrato.

Garantia da linha de crédito rotativo da J&F Oklahoma

A J&F Oklahoma tem linha de crédito rotativo garantido de US$600 milhões com um banco comercial. Sua controladora, a J&F, firmou contrato de filiação com a J&F Oklahoma por meio do qual realizará contribuições para a J&F Oklahoma se a J&F Oklahoma não estiver observando seus compromissos financeiros previstos nessa linha de crédito. Caso a J&F Oklahoma incorra em inadimplência com suas obrigações previstas nessa linha de crédito e o inadimplemento não seja sanado pela J&F nos termos do contrato de filiação, a Five Rivers ficará obrigada a pagar US$250 milhões das obrigações nos termos da linha de crédito. Essa linha de crédito está disponível para empréstimos rotativos e cartas de crédito. Empréstimos tomados nos termos dessa linha de crédito incidem juros à taxa LIBOR anual acrescida de 2,25% ou taxa básica acrescida de 1,00%, sendo os juros devidos pelo menos trimestralmente. Taxas de compromisso de 0,45% ao ano incidem sobre compromissos novos. Essa linha de crédito tem vencimento em 7 de outubro de 2011. Essa linha de crédito e as respectivas garantias são respaldadas pelos ativos da J&F Oklahoma e da Five Rivers. A linha de crédito é utilizada para financiar a obtenção de gado pela J&F Oklahoma, que é então alimentado nos confinamentos da Five Rivers de acordo com contrato de fornecimento e alimentação de gado descrito acima. O gado é vendido à JBS USA, LLC de acordo com o contrato de compra e venda de gado descrito acima. Não há garantias ou seguros relacionados ao presente contrato.

Linha de crédito para a J&F Oklahoma

A Five Rivers é parte de contrato com a J&F Oklahoma, de acordo com o qual a Five Rivers se comprometeu a conceder até US$200 milhões em empréstimos rotativos à J&F Oklahoma. Os empréstimos são usados pela J&F Oklahoma na aquisição de animais para serem alojados nos confinamentos de gado da Five Rivers para acabamento. Sobre os empréstimos incidem juros à taxa LIBOR anual acrescida de 2,25% ou taxa básica acrescida de 1,00%, sendo os juros devidos pelo menos trimestralmente. O vencimento da linha de crédito é em 7 de outubro de 2011. No período de 23 de outubro de 2008 (quando a Five Rivers foi adquirida) a 28 de dezembro de 2008, a média de empréstimos perfazia aproximadamente US$131 milhões e os juros totais acumulados eram de aproximadamente US$663 mil tendo sido reconhecidos na receita de juros na

demonstração do resultado. Não há garantias ou seguros relacionados ao presente contrato. Em 27 de dezembro de 2009, o saldo em aberto dessa linha de crédito era de US$160,5 milhões.

Segue abaixo tabela com informações acerca de transações com partes relacionadas que, segundo as normas contábeis, devem ser divulgadas nas demonstrações financeiras individuais ou consolidadas da Companhia e que tenham sido celebradas nos últimos 3 exercícios sociais ou estejam em vigor no exercício social corrente:

a) Nome das Partes Relacionadas	b) Relação Das Partes com a Companhia	c) Data da Transação (*)	d) Objeto do Contrato	e) Montante Envolvido (**)	f (i) Saldo Existente			f (ii) Saldo Existente do Mútuo			g) Montante correpondente ao ineresse de tal parte (**)	h) Garantias e Seguros	i) Duração (***)	j) Condições de Rescisão ou Extinção	k) Dívidas	
					31.12.2009	31.12.2008	31.12.2007	31.12.2009	31.12.2008	31.12.2007					i. Natureza e Razões	ii. Taxa de Juros
Mouran Alimentos Ltda.	Subsidiárias diretas	21.5.2007	mútuo	R$ 20 milhões	-	-	-	11,5	5,7	-	N/A	não há	36 meses	não pagamento	capital de giro	1% ao ano mais CDI
JBS Confinamento Ltda.	Subsidiárias diretas	1.04.2008	mútuo	R$ 100 milhões	(4,5)	0,2	-	76,0	15,0	-	N/A	não há	36 meses	não pagamento	capital de giro	4% ao ano mais CDI
JBS Embalagens Metálicas Ltda.	Subsidiárias diretas	16.8.2009	mútuo	R$ 40 milhões	(0,5)	(2,7)	(1,9)	49,0	57,3	69,7	N/A	não há	36 meses	não pagamento	capital de giro	1% ao ano mais CDI
JBS Global A/S (Dinamarca)	Subsidiárias diretas	relação contínua	mútuo	N/A	-	-	-	-	(0,5)	-	N/A	não há	indeterminado	inadimplemento	N/A	N/A
JBS USA, Inc	Subsidiárias diretas	abr/08	mútuo	USD 750 milhões	-	-	-	-	1.580,3	-	N/A	não há	36 meses	não pagamento	capital de giro	3% ao ano mais LIBOR 6 meses
Inalca JBS S.p.A	Subsidiárias diretas	relação contínua	fornecimento de carne	N/A	3,5	6,8	-	-	-	-	N/A	não há	indeterminado	inadimplemento	N/A	N/A
JBS Slovakia Holdings s.r.o.	Subsidiárias diretas	8.5.2009	mútuo	USD 519,5 milhões	-	-	-	(941,6)	-	-	N/A	não há	12 meses	não pagamento	capital de giro	4.5% ao ano
JBS Global Beef Company Lda.	Subsidiárias indiretas	7.10.2009	mútuo	USD 200 mil	0,0	-	-	(40,9)	(54,9)	(41,6)	N/A	não há	indeterminado	não pagamento	capital de giro	N/A
JBS Global (UK) Limited	Subsidiárias indiretas	relação contínua	fornecimento de carne	N/A	21,9	24,6	11,6	-	-	-	N/A	não há	indeterminado	inadimplemento	N/A	N/A
Friboi Egypt Company L.L.C	Subsidiárias indiretas	relação contínua	fornecimento de carne	N/A	-	-	8,7	-	-	-	N/A	não há	indeterminado	inadimplemento	N/A	N/A
JBS Argentina S.A.	Subsidiárias indiretas	relação contínua	fornecimento de carne	N/A	(2,3)	(0,7)	(0,6)	-	-	-	N/A	não há	indeterminado	inadimplemento	N/A	N/A
The Tupman Thurlow Co.	Subsidiárias indiretas	27.06.2008	mútuo	USD 9,5 milhões	4,4	33,5	25,3	13,9	18,5	-	N/A	não há	12 meses	não pagamento	capital de giro	3% ao ano mais LIBOR 6 meses
Global Beef Trading SU Lda.	Subsidiárias indiretas	relação contínua	fornecimento de carne	N/A	0,5	-	0,6	-	-	-	N/A	não há	indeterminado	inadimplemento	N/A	N/A
Beef Snacks Brasil Ind.Com. Ltda.	Subsidiárias indiretas	24.1.2008	mútuo	R$ 80 milhões	0,0	0,0	0,7	74,4	72,1	22,1	N/A	não há	indeterminado	não pagamento	capital de giro	CDI + 4% ao ano
Beef Snacks International BV	Subsidiárias indiretas	relação contínua	mútuo	N/A	-	-	-	3,6	4,5	10,1	N/A	não há	36 meses	não pagamento	capital de giro	N/A
JBS HU Ltd	Subsidiárias indiretas	relação contínua	mútuo	N/A	-	-	-	(90,1)	-	-	N/A	não há	36 meses	não pagamento	capital de giro	N/A
Marr Russia L.L.C	Subsidiárias indiretas	19.8.2008	mútuo	USD 2 milhões	1,7	-	-	-	2,9	-	N/A	não há	12 meses	inadimplemento	N/A	3% ao ano mais LIBOR 4 meses
SARL Inalca Algerie	Subsidiárias indiretas	relação contínua	fornecimento de carne	N/A	-	0,1	-	-	-	-	N/A	não há	indeterminado	inadimplemento	N/A	N/A
Frimo S.A.M.	Subsidiárias indiretas	relação contínua	fornecimento de carne	N/A	-	(0,0)	-	-	-	-	N/A	não há	indeterminado	inadimplemento	N/A	N/A
Australia Meat	Subsidiárias indiretas	relação contínua	fornecimento de carne	N/A	(1,1)	-	-	-	-	-	N/A	não há	indeterminado	inadimplemento	N/A	N/A
S/A fabrica de prod. alimenticios vigor	Subsidiárias Incorporadas	relação contínua	mútuo	N/A	-	-	-	(278,2)	-	-	N/A	não há	indeterminado	inadimplemento	N/A	N/A
Cia Leco de Prod. Alimenticios	Subsidiárias Incorporadas	relação contínua	fornecimento de matéria prima	N/A	2,2	-	-	-	-	-	N/A	não há	indeterminado	inadimplemento	N/A	N/A
Cascavel Couros ltda	Subsidiárias Incorporadas	relação contínua	fornecimento de couro	N/A	(117,9)	-	-	-	-	-	N/A	não há	indeterminado	inadimplemento	N/A	N/A
Novaprom Food Ingredients Ltda	Subsidiárias Incorporadas	relação contínua	fornecimento de matéria prima	N/A	0,9	-	-	-	-	-	N/A	não há	indeterminado	inadimplemento	N/A	N/A

a) Nome das Partes Relacionadas	b) Relação Das Partes com a Companhia	c) Data da Transação (*)	d) Objeto do Contrato	e) Montante Envolvido (**)	f (i) Saldo Existente			f (ii) Saldo Existente do Mútuo			g) Montante correpondente ao ineresse de tal parte (**)	h) Garantias e Seguros	i) Duração (***)	j) Condições de Rescisão ou Extinção	k) Dívidas	
					31.12.2009	31.12.2008	31.12.2007	31.12.2009	31.12.2008	31.12.2007					i. Natureza e Razões	ii. Taxa de Juros
Biolins Energia Ltda	Subsidiárias Incorporadas	relação contínua	fornecimento de matéria prima	N/A	34,4	-	-	-	-	-	N/A	não há	indeterminado	inadimplemento	N/A	N/A
Heber Participações S/A	Subsidiárias Incorporadas	relação contínua	fornecimento de matéria prima	N/A	0,0	-	-	-	-	-	N/A	não há	indeterminado	inadimplemento	N/A	N/A
Bracol Holding Ltda	Subsidiárias Incorporadas	relação contínua	fornecimento de matéria prima	N/A	56,0	-	-	-	-	-	N/A	não há	indeterminado	inadimplemento	N/A	N/A
Sampco Inc.	Subsidiárias Incorporadas	relação contínua	fornecimento de produtos	N/A	30,5	-	-	12,0	-	-	N/A	não há	indeterminado	inadimplemento	N/A	N/A
Newdrop Química Ltda	Subsidiárias Incorporadas	relação contínua	compra de produto	N/A	(0,7)	-	-	-	-	-	N/A	não há	indeterminado	inadimplemento	N/A	N/A
Bsb Produtora de Epi Ltda	Subsidiárias Incorporadas	relação contínua	fornecimento de matéria prima	N/A	3,3	-	-	-	-	-	N/A	não há	indeterminado	inadimplemento	N/A	N/A
Brasil Central Energia S/A	Subsidiárias Incorporadas	relação contínua	fornecimento de matéria prima	N/A	0,0	-	-	-	-	-	N/A	não há	indeterminado	inadimplemento	N/A	N/A
Gaia Energia e Participações S/A	Subsidiárias Incorporadas	relação contínua	fornecimento de matéria prima	N/A	0,0	-	-	-	-	-	N/A	não há	indeterminado	inadimplemento	N/A	N/A
São Fernando Açúcar e Álcool Ltda	Subsidiárias Incorporadas	relação contínua	fornecimento de matéria prima	N/A	0,0	-	-	-	-	-	N/A	não há	indeterminado	inadimplemento	N/A	N/A
Curuá Energia S/A	Subsidiárias Incorporadas	relação contínua	fornecimento de matéria prima	N/A	0,0	-	-	-	-	-	N/A	não há	indeterminado	inadimplemento	N/A	N/A
Apucarana Comercializadora	Subsidiárias Incorporadas	relação contínua	fornecimento de matéria prima	N/A	0,0	-	-	-	-	-	N/A	não há	indeterminado	inadimplemento	N/A	N/A
Frigorífico Canelones S/A	Subsidiárias Incorporadas	relação contínua	compra de produto	N/A	(0,5)	-	-	-	-	-	N/A	não há	indeterminado	inadimplemento	N/A	N/A
Wonder Best Holding Company	Subsidiárias Incorporadas	relação contínua	fornecimento de matéria prima	N/A	10,9	-	-	-	-	-	N/A	não há	indeterminado	inadimplemento	N/A	N/A
Trump Asia Entreprise Ltd	Subsidiárias Incorporadas	relação contínua	fornecimento de matéria prima	N/A	6,4	-	-	-	-	-	N/A	não há	indeterminado	inadimplemento	N/A	N/A
Bertin Paraguay	Subsidiárias Incorporadas	relação contínua	mútuo	N/A	-	-	-	3,7	-	-	N/A	não há	indeterminado	inadimplemento	N/A	N/A
JBS Agropecuária Ltda.	Outras Empresas ligadas	31.12.2006	compra de gado	N/A	(2,3)	(7,4)	-	-	-	-	N/A	não há	indeterminado	inadimplemento	N/A	N/A
Flora Produtos de Hig. Limp. S.A.	Outras Empresas ligadas	31.12.2006	fornecimento de matéria prima	N/A	5,1	1,7	-	-	-	-	N/A	não há	indeterminado	inadimplemento	N/A	N/A
Total					**52,0**	**56,2**	**44,3**	**(1.106,9)**	**1.700,9**	**60,3**						

(*)Nos casos em que não há uma data especificada, trata-se de relacionamento comercial contínuo entre as partes, com fornecimento ou compra regular, celebrado através de contrato oral e pedidos de compra ou venda.
(**) Há diversos contratos comerciais e de crédito, que são celebrados oralmente. Por se tratar de contratos orais cuja formalização ocorre através de pedidos de compra, venda ou crédito regular, não é possível auferir os montantes globais envolvidos nem os montantes correspondentes ao interesse das partes relacionadas no negócio.
(***) Nos contratos orais, o prazo é indeterminado.

16.3. Em relação a cada uma das transações ou conjunto de transações mencionados no item 16.2 acima ocorridas no último exercício social: (a) identificar as medidas tomadas para tratar de conflitos de interesses; e (b) demonstrar o caráter estritamente comutativo das condições pactuadas ou o pagamento compensatório:

O Conselho de Administração da Companhia deve analisar, aprovar ou ratificar qualquer transação com parte relacionada. Todos os conselheiros, diretores e empregados da Companhia deverão informar ao Conselho de Administração qualquer transação com parte relacionada antes de celebrar a transação.

A intenção da Companhia é de assegurar que todas as futuras operações entre a Companhia e seus diretores, conselheiros e principais acionistas e suas afiliadas sejam aprovadas pelo Conselho de Administração e apresentem termos tão favoráveis à Companhia como os que ela poderia obter de terceiros não afiliados.

A Companhia celebra transações de compras de matéria-prima, materiais e produtos para revenda, assim como vende produtos para subsidiárias, em condições idênticas às de mercado como se realizadas com empresas terceiras. Os resultados não realizados (lucros nos estoques) são eliminados na consolidação das demonstrações contábeis. Ressalta-se que os processos, preços, prazos e demais condições são auditados, por amostragem, pelos auditores independentes da Companhia, inclusive no que diz respeito ao cálculo de preços de transferência (*transfer pricing*). Adicionalmente, cada operação realizada permite que a Companhia (quando na ponta credora ou fornecedora do produto ou matéria prima) aufira uma margem de lucro.

Dentre as operações entre partes relacionadas de maior monta, ressalta-se a compra de gado pela Companhia da JBS Agropecuária Ltda. para abate. Tais compras são realizadas a preços e condições regulares de mercado, na respectiva região pois toma como referência os preços vigentes no mercado e praticado com outros fornecedores que não têm quaisquer vínculos com a Companhia. A quantidade de gado fornecido pela JBS Agropecuaria é irrelevante dentro do volume consumido pela JBS.

Maiores informações acerca das taxas de juros praticadas nas operações entre partes relacionadas encontram-se na tabela da seção 16.2 acima.

17. CAPITAL SOCIAL

17.1. Informações sobre o capital social:

Conforme a tabela abaixo, na data deste Formulário de Referência, o capital social da Companhia, totalmente subscrito e integralizado em moeda corrente nacional, é de R$ 18.083,5 milhões, dividido em 2.567.471.476 ações ordinárias, nominativas, sem valor nominal. De acordo com o Estatuto Social da Companhia, por deliberação do conselho de administração, o capital social poderá ser aumentado mediante a emissão de até 3.000.000.000 novas ações ordinárias, nominativas, escriturais e sem valor nominal, independentemente de reforma estatutária (a adoção do regime de capital autorizado pela Companhia foi aprovada pelo acionistas em Assembléia Geral Extraordinária realizada em 2 de janeiro de 2007, e a última data de alteração do capital autorizado foi 28 de abril de 2010 - RCA). Os acionistas da Companhia deverão aprovar em assembleia geral qualquer aumento de capital que exceda o limite do capital autorizado.

Na data deste Formulário de Referência, a Companhia possuía 43.990.100 ações em tesouraria.

Espécie das ações	Quantidade de ações	a) Capital Emitido (R$ milhões)	b) Capital Subscrito (R$ milhões)	c) Capital Integralizado (R$ milhões)	d) Prazo para Integralização	e) Capital Autorizado (quantidade de ações)
Ordinárias	2.567.471.476	18.083,5	18.083,5	18.083,5	--	3.000.000.000

Em 29 de dezembro de 2009, no âmbito da Operação BNDESPAR, a Companhia emitiu as Debêntures Conversíveis. Para maiores informações acerca das Debêntures Conversíveis, inclusive no que se refere às hipóteses de conversão em ações de emissão da Companhia, vide seção 18.5 deste Formulário de Referência.

17.2. Aumento de Capital Social da Companhia: (a) data da deliberação; (b) órgão que deliberou o aumento; (c) data da emissão; (d) valor total do aumento; (e) quantidade de valores mobiliários emitidos, separados por classe e espécie; (f) preço de emissão; (g) forma de integralização: (i) dinheiro; (ii) se bens, descrição dos bens; (iii) se direitos, descrição dos direitos; (h) critério utilizado para determinação do valor de emissão (art. 170, § 1º, da Lei nº 6.404, de 1976); (i) indicação se a subscrição foi particular ou pública; (j) percentual que o aumento representa em relação ao capital social imediatamente anterior ao aumento de capital:

Na Reunião do Conselho de Administração realizada em 27 de março de 2007, e no âmbito da distribuição pública primária de ações de emissão da Companhia, foi aprovado o aumento de capital da Companhia no valor total de R$ 39,2 milhões, mediante a emissão, em 28 de março de 2007, de 150 milhões de novas ações ordinárias nominativas e sem valor nominal, ao preço de R$ 8,00 por ação, nos termos do Artigo 170, parágrafo 1º, inciso III, da Lei das Sociedades por Ações. O aumento de capital, realizado dentro do limite do capital autorizado por meio de subscrição pública, foi integralizado em moeda corrente nacional. Dessa forma, o capital social da Companhia passou para R$ 91,7 milhões, representado por 850 milhões ações ordinárias. O preço de emissão das ações foi determinado por meio de procedimento de coleta de intenções de investimento conduzido pelos coordenadores da oferta ("Procedimento de *Bookbuilding*"), e o percentual que o aumento representou ao capital social imediatamente anterior ao aumento de capital foi de 74,7%.

Na Assembleia Geral Extraordinária realizada em 29 de junho de 2007, os acionistas da Companhia aprovaram o aumento de capital social da Companhia, no valor de R$ 1,9 bilhão, mediante a emissão, para subscrição privada, de 227.400.000 ações ordinárias, nominativas, escriturais e sem valor nominal, integralizadas em moeda corrente nacional ao preço de emissão de R$ 8,1523 por ação. O preço de emissão das ações foi determinado com base na média das cotações de fechamento das ações ordinárias de emissão da Companhia, apuradas nos pregões da BM&FBOVESPA no período de 20 de abril de 2007 até 1º de junho de 2007, inclusive, acrescido do ágio de R$ 0,50 (cinquenta centavos) por ação, ou seja, totalizando o preço de emissão de R$ 8,1523 (oito reais vírgula um cinco dois três) por ação, nos termos do artigo 170, parágrafo 1º, inciso III, da Lei das Sociedades por Ações. Dessa forma, o capital social da Companhia passou para R$ 1,9 bilhão, representado por 1.077.400.000 ações ordinárias nominativas e sem valor nominal. O percentual que o aumento representou ao capital social imediatamente anterior ao aumento de capital foi de 2.020,6%.

Na Assembleia Geral Extraordinária realizada em 11 de abril de 2008, os acionistas da Companhia aprovaram o aumento de capital social da Companhia no valor de R$ 2,6 bilhões, mediante a emissão, para subscrição pública, de 360.678.926 novas ações ordinárias, nominativas, escriturais e sem valor nominal, subscritas e integralizadas em moeda corrente nacional. O preço único de emissão de cada uma das novas ações ordinárias é de R$ 7,07 (sete reais e sete centavos) por ação, determinado com base na média ponderada por volume de negociações das cotações de fechamento das ações ordinárias de emissão da Companhia, apuradas nos 120 (cento e vinte) pregões da BM&FBOVESPA compreendidos no período entre 16 de agosto de 2007 e 15 de fevereiro de 2008, inclusive, nos termos do artigo 170, parágrafo 1º, inciso III, da Lei das Sociedades por Ações. Dessa forma, o capital social da Companhia passou para R$ 4,5 bilhões, representado por 1.438.078.926 ações ordinárias nominativas e sem valor nominal. O percentual que o aumento representou ao capital social imediatamente anterior ao aumento de capital foi de 131,1%.

Na Assembleia Geral Extraordinária realizada em 29 de dezembro de 2009, os acionistas da companhia aprovaram a o aumento de capital social da Companhia no valor de R$ 12,0 bilhões mediante incorporação de 929.392.550 novas ações ordinárias, nominativas, escriturais e sem valor nominal de emissão do Bertin ao patrimônio da JBS S.A ao preço de emissão de R$ 12,89870808. Dessa forma, o capital social da Companhia passou para R$ 16,5 bilhões, representado por 2.367.471.476 ações ordinárias nominativas e sem valor nominal. O preço de emissão das ações foi determinado em consonância com o §1º do art. 170 da Lei das Sociedades por Ações, e o percentual que o aumentou representou ao capital social imediatamente anterior ao aumento de capital foi de 266,7%.

Oferta Pública de Ações - OPA

A Oferta consistiu na distribuição pública primária de 200.000.000 (duzentos milhões) de Ações a emitidas pela Companhia ("Oferta"), no Brasil, em 26 de abril de 2010, em mercado de balcão não-organizado, em conformidade com a Instrução CVM 400, coordenada pelos Coordenadores da Oferta, com a participação de determinadas instituições financeiras integrantes do sistema de distribuição de valores mobiliários e determinadas instituições consorciadas autorizadas a operar no mercado de capitais brasileiro, credenciadas junto à BM&FBOVESPA S.A. - Bolsa de Valores, Mercadorias e Futuros ("BM&FBOVESPA") bem como outras instituições financeiras contratadas para participar da Oferta de Varejo.

Conforme Ata de Reunião do Conselho de Administração realizada em 28 de abril de 2010, em 27 de abril de 2010, foi aprovado o aumento de capital social da Companhia, dentro do limite do capital autorizado, com a exclusão do direito de preferência dos atuais acionistas da Companhia nos termos do artigo 172 da Lei das S.A., no montante de R$ 1.600.000.000,00 (um bilhão e seiscentos milhões de reais), de forma que o capital social passa de R$ 16.483.544.165,08 (dezesseis bilhões, quatrocentos e oitenta e três milhões, quinhentos e quarenta e quatro mil, cento e sessenta e cinco reais e oito centavos) para R$ 18.083.544.165,08 (dezoito bilhões, oitenta e três milhões, quinhentos e quarenta e quatro mil, cento e sessenta e cinco reais e oito centavos) mediante a emissão de 200.000.000 (duzentos milhões) de novas ações ordinárias, emitidas no âmbito da Oferta Pública.

O capital social subscrito passa a ser representado por 2.567.471.476 (dois bilhões, quinhentos e sessenta e sete milhões, quatrocentos e setenta e um mil e quatrocentas e setenta e seis) ações ordinárias, nominativas, escriturais e sem valor nominal. As ações ora emitidas terão os mesmos direitos conferidos às ações de emissão da Companhia, nos termos do Estatuto Social e da legislação aplicável, garantindo a seus titulares a atribuição de dividendos e todos os outros benefícios que vierem a ser declarados pela Companhia a partir da data de liquidação da Oferta Pública.

A tabela abaixo apresenta um resumo dos aumentos de capital descritos acima:

Data da Deliberação	Órgão Deliberador	Data da Emissão	Valor Total do Aumento (mil reais)	Ações Emitidas (unidades)	Preço de Emissão (Reais)	Forma de Integralização	Critério para Determinação do Preço de Emissão	Subscrição Pública ou Particular	% do Aumento em relação ao capital anterior
27.03.2007	RCA	28.03.2007	R$ 39.224,0	150.000.000	R$ 8,00000	Moeda corrente nacional	Procedimento de Bookbuilding	Pública	74,7%
29.06.2007	AGE	29.06.2007	R$ 1.853.833,0	227.400.000	R$ 8,15230	Moeda corrente nacional	De acordo com o §1º, III do art. 170 da Lei das Sociedades por Ações	Particular	2.020,6%
11.04.2008	AGE	11.04.2008	R$ 2.550.000,0	360.678.926	R$ 7,07000	Moeda corrente nacional	De acordo com o §1º, III do art. 170 da Lei das Sociedades por Ações	Particular	131,1%
29.12.2009	AGE	29.12.2009	R$ 11.987.963,0	929.392.550	R$ 12,89871	Ações do Bertin S.A.	De acordo com o §1º do art. 170 da Lei das Sociedades por Ações	Incorporação de Empresas	266,7%
28.04.2010	RCA	28.04.2010	R$ 1.600.000,0	200.000.000	R$ 8,00000	Moeda corrente nacional	Procedimento de Bookbuilding	Pública	8,45%

17.3. Em relação aos desdobramentos, grupamentos e bonificações, informar: (a) data da deliberação; (b) quantidade das ações antes da aprovação, separadas por classe e espécie; (c) quantidade de ações depois da aprovação, separadas por classe e espécie:

Todas as ações de emissão da Companhia são ordinárias.

Desdobramento

Data da deliberação	Quantidade de ações antes da aprovação	Quantidade de ações depois da aprovação
02.01.2007	52.523.990	350.000.000
07.03.2007	350.000.000	700.000.000

Grupamentos e bonificações

Até a presente data, não houve qualquer grupamento ou bonificação de ações da Companhia.

17.4. Em relação às reduções de capital da Companhia, indicar: (a) data da deliberação; (b) data da redução; (c) Valor total da redução; (d) quantidade de ações canceladas pela redução, separadas por classe e espécie; (e) valor restituído por ação; (f) forma de restituição: - se em bens, descrição dos bens; (g) percentual que a redução representa em relação ao capital social imediatamente anterior à redução de capital; e (h) razão para a redução:

Não houve redução de capital da Companhia nos exercícios sociais encerrados em 31 de dezembro de 2009, 31 de dezembro de 2008 e 31 de dezembro de 2007. Até a data deste Formulário de Referência, não houve redução do capital da Companhia no exercício social corrente.

17.5. Outras informações que a Companhia julga relevantes:

Práticas de Governança Corporativa e o Instituto Brasileiro de Governança Corporativa – IBGC

Segundo o IBGC, governança corporativa é o sistema pelo qual as sociedades são dirigidas e monitoradas, envolvendo os relacionamentos entre acionistas, conselho de administração, diretoria, auditores independentes e conselho fiscal. Os princípios básicos que norteiam esta prática são: (i) transparência; (ii) equidade; (iii) prestação de contas (accountability); e (iv) responsabilidade corporativa.

Pelo princípio da transparência, entende-se que a administração deve cultivar o desejo de informar não só o desempenho econômico-financeiro da companhia, mas também todos os demais fatores (ainda que intangíveis) que norteiam a ação empresarial. Por equidade entende-se o tratamento justo e igualitário de todos os grupos minoritários, colaboradores, clientes, fornecedores ou credores. O accountability, por sua vez, caracteriza-se pela prestação de contas da atuação dos agentes de governança corporativa a quem os elegeu, com responsabilidade integral daqueles por todos os atos que praticarem. Por fim, responsabilidade corporativa representa uma visão mais ampla da estratégia empresarial, com a incorporação de considerações de ordem social e ambiental na definição dos negócios e operações.

Novo Mercado

Em 2000, a BM&FBOVESPA introduziu três segmentos de negociação, com níveis diferentes de práticas de governança corporativa, denominados Nível I, Nível II e Novo Mercado, com o objetivo de estimular as companhias a seguir melhores práticas de governança corporativa e adotar um nível de divulgação de informações adicional em relação ao exigido pela legislação. Os segmentos de listagem são destinados à negociação de ações emitidas por companhias que se comprometam voluntariamente a observar práticas de governança corporativa e exigências de divulgação de informações, além daquelas já impostas pela legislação brasileira. Em geral, tais regras ampliam os direitos dos acionistas e elevam a qualidade das informações fornecidas aos acionistas. O Novo Mercado é o mais rigoroso deles, exigindo o máximo de práticas de governança corporativa dentre os três segmentos.

As companhias que ingressam no Novo Mercado submetem-se, voluntariamente, a determinadas regras mais rígidas do que aquelas presentes na legislação brasileira, obrigando-se, por exemplo, a (i) emitir apenas ações ordinárias; (ii) manter, no mínimo, 25% (vinte e cinco por cento) de ações do capital da Companhia em circulação; (iii) detalhar e incluir informações adicionais nas informações trimestrais; e (iv) disponibilizar as demonstrações financeiras anuais no idioma inglês e com base em princípios de contabilidade internacionalmente aceitos ou com base na legislação societária brasileira, neste caso acompanhadas de nota explicativa que demonstre a conciliação do resultado do exercício e do patrimônio líquido apurados segundo os critérios contábeis brasileiros e segundo os padrões de contabilidade internacionalmente aceitos, evidenciando as principais diferenças, e do parecer dos auditores independentes. A adesão ao Novo Mercado se dá por meio da assinatura de contrato entre a companhia, seus administradores e acionistas controladores e a BM&FBOVESPA, além da adaptação do estatuto da companhia de acordo com as regras contidas no Regulamento do Novo Mercado.

As ações ordinárias de emissão da Companhia são admitidas à negociação no Novo Mercado da BM&FBOVESPA.

Dentre outros requisitos impostos às companhias listadas no Novo Mercado, destaca-se: (i) a obrigação de efetivar ofertas públicas de ações sob determinadas circunstâncias, como, por exemplo, quando do cancelamento do registro de negociação no Novo Mercado; (ii) dever de em qualquer distribuição pública de ações a favorecer a dispersão acionária; (iii) extensão para todos os acionistas das mesmas condições obtidas pelos controladores quando da alienação do controle da companhia; (iv) obrigações de prestação de informações não financeiras a cada trimestre, como, por exemplo, o número de ações detidas pelos administradores da companhia e o número de ações em circulação; (v) dever de maior divulgação de operações com partes relacionadas; e (vi) necessária vinculação da Companhia, seus acionistas, administradores e membros do Conselho Fiscal ao Regulamento da Câmara de Arbitragem do Mercado da BM&FBOVESPA para a resolução de conflitos que possam surgir entre eles, relacionados ou oriundos da aplicação, validade, eficácia, interpretação, violação e seus efeitos, das disposições contidas na Lei das Sociedades por Ações, no Estatuto Social da Companhia, nas normas editadas pelo CMN, BACEN e CVM, além daquelas constantes do Regulamento do Novo Mercado, do Regulamento da Câmara de Arbitragem do Mercado e do Contrato de Participação no Novo Mercado.

18. VALORES MOBILIÁRIOS

18.1. Descrição dos direitos de cada classe e espécie de ação emitida:

a. Direito a dividendos:

De acordo com o disposto na Lei das Sociedades por Ações e no Estatuto Social da Companhia, é conferido aos titulares de ações de emissão da Companhia (todas elas ordinárias) direito ao recebimento de dividendos ou outras distribuições relativamente às ditas ações na proporção de suas participações no capital social.

A declaração anual de dividendos, incluindo o pagamento de dividendos além do dividendo mínimo obrigatório, exige aprovação em assembleia geral ordinária por maioria de votos de acionistas titulares de ações da Companhia, não se computando os votos em branco, e irá depender de diversos fatores. Dentre estes fatores estão os resultados operacionais, condição financeira, necessidades de caixa, perspectivas futuras e outros fatores da Companhia, que o Conselho de Administração e acionistas julguem relevantes.

Nos termos do Estatuto Social, do saldo do lucro líquido remanescente após as destinações da reserva legal e reserva de contingência uma parcela será destinada ao pagamento de um dividendo mínimo obrigatório não inferior, em cada exercício, a 25% (vinte e cinco por cento).

Alguns contratos de financiamento celebrados pela Companhia e o Acordo de Acionistas celebrado com o BNDESPAR podem sujeitar a Companhia à restrições no pagamento de dividendos. Para maiores informações a respeito das restrições ao pagamento de dividendos, vide item 3.4(d) deste Formulário de Referência.

b. Direito de voto:

De acordo com o Estatuto Social vigente, a cada ação ordinária corresponde a um voto nas deliberações das assembleias gerais.

c. Conversibilidade em outra classe ou espécie de ação:

Não há qualquer previsão referente à conversão das ações ordinárias em outra classe ou espécie de ação.

d. Direitos no reembolso de capital:

Direito de Retirada

Qualquer um de acionistas da Companhia dissidente de certas deliberações tomadas em assembleia geral poderá retirar-se da Companhia, mediante o reembolso do valor de suas ações, com base no valor patrimonial.

De acordo com a Lei das Sociedades por Ações, o direito de retirada poderá ser exercido, dentre outras, nas seguintes circunstâncias: (i) cisão da Companhia (em situações específicas, conforme descritas no parágrafo abaixo); (ii) redução do dividendo mínimo obrigatório da Companhia; (iii) mudança do objeto social da Companhia; (iv) fusão ou incorporação da Companhia em outra sociedade (em situações específicas, conforme descritas no parágrafo abaixo); (v) participação da Companhia em um grupo de sociedades (conforme definido na Lei das Sociedades por Ações, e em situações específicas, conforme descritas abaixo); (vi) incorporação de ações envolvendo a Companhia nos termos do artigo 252 da Lei das Sociedades por Ações por outra sociedade brasileira, de modo a tornar a Companhia uma subsidiária integral de tal outra sociedade brasileira; e (vii) aquisição do controle de outra sociedade por um preço que exceda determinados limites previstos em lei.

A Lei das Sociedades por Ações estabelece que a cisão da Companhia somente ensejará direito de retirada nos casos em que ela ocasionar: (i) a mudança do objeto social da Companhia, salvo quando o patrimônio cindido for vertido para sociedade cuja atividade preponderante coincida com a decorrente do objeto social da Companhia; (ii) a redução do dividendo mínimo obrigatório a ser distribuído aos acionistas da Companhia; ou (iii) a participação da Companhia em um grupo de sociedades (conforme definido na Lei das Sociedades por Ações).

Caso ocorra: (i) a fusão ou incorporação da Companhia em outra companhia; ou (ii) a participação da Companhia em um grupo de sociedades (conforme definido na Lei das Sociedades por Ações), os acionistas da Companhia não terão direito de retirada caso as ações tenham as seguintes características: (a) liquidez, ou seja, integrem o índice geral da BM&FBOVESPA ou o índice de qualquer outra bolsa, conforme definido pela

CVM; e (b) dispersão no mercado, de forma que os acionistas controladores da Companhia, a sociedade controladora ou outras sociedades sob seu controle detenham menos da metade das ações da Companhia.

O direito de retirada deverá ser exercido no prazo de 30 (trinta) dias, contados da publicação da ata da assembleia geral que tiver aprovado o ato que deu origem ao recesso. Adicionalmente, os acionistas em Assembleia geral têm o direito de reconsiderar (por maioria dos presentes) qualquer deliberação que tenha ensejado direito de retirada após convocação do Conselho de Administração no prazo de até 10 (dez) dias subsequentes ao término do prazo de exercício desse direito, se entenderem que o pagamento do preço do reembolso das ações aos acionistas dissidentes colocaria em risco a estabilidade financeira da Companhia.

No caso de exercício do direito de retirada, os acionistas da Companhia terão o direito de receber o valor patrimonial de suas ações, com base no último balanço aprovado pela Assembleia Geral da Companhia. Se, todavia, a deliberação que ensejou o direito de retirada tiver ocorrido mais de 60 (sessenta) dias depois da data do último balanço aprovado, o acionista poderá solicitar, juntamente com o reembolso, o levantamento de balanço especial em data que atenda tal prazo, para avaliação do valor patrimonial de suas ações. Neste caso, a Companhia deve pagar imediatamente 80% (oitenta por cento) do valor de reembolso calculado com base no último balanço aprovado pelos acionistas da Companhia, e o saldo no prazo de 120 (cento e vinte) dias a contar da data da deliberação da assembleia geral.

Resgate

De acordo com a Lei das Sociedades por Ações, as ações da Companhia podem ser resgatadas mediante determinação de seus acionistas em assembleia geral Extraordinária, representando, no mínimo, 50% das ações da Companhia. O resgate deve ser feito por sorteio, e poderá ser pago com os lucros da Companhia, as reservas de lucro ou reservas de capital.

e. Direito a participação em oferta pública por alienação de controle:

O Regulamento do Novo Mercado, bem como o Estatuto Social da Companhia, estipula que a alienação do controle da Companhia, tanto por meio de uma única operação, como por meio de operações sucessivas, deverá ser contratada sob a condição, suspensiva ou resolutiva, de que o adquirente se obrigue a efetivar uma oferta pública de aquisição aos outros acionistas da Companhia, observando as condições e prazos vigentes na legislação e no Regulamento do Novo Mercado, de forma a lhes assegurar tratamento igualitário àquele dado ao acionista controlador alienante, devendo ser entregue à BM&FBOVESPA declaração contendo o preço e demais condições da operação de alienação de controle da Companhia.

Aquele que já detiver ações da Companhia e venha a adquirir o poder de controle, em razão de contrato particular de compra de ações celebrado com o acionista controlador alienante, envolvendo qualquer quantidade de ações, estará obrigado a: (i) efetivar a oferta pública de ações; (ii) ressarcir os acionistas dos quais tenha comprado ações em bolsa de valores nos 6 (seis) meses anteriores à data da alienação do controle da Companhia, devendo pagar a estes a eventual diferença entre o preço pago ao acionista controlador alienante e o valor pago em bolsa de valores por ações da Companhia nesse mesmo período, devidamente atualizado até o momento do pagamento pela variação positiva do IPCA - Índice de Preços ao Consumidor Amplo, publicado pelo Instituto Brasileiro de Geografia e Estatística - IBGE; (iii) tomar medidas cabíveis para recompor o percentual mínimo de 25% do total das ações da Companhia em circulação, dentro dos 6 meses subseqüentes à aquisição do Controle.

O comprador deve ainda, quando necessário, tomar as medidas necessárias para recompor o percentual mínimo de ações em circulação, consistente em 25% do total de ações do capital social, dentro dos seis meses subsequentes à aquisição do controle.

A oferta pública referida no parágrafo acima também deverá ser efetivada: (i) nos casos em que houver cessão onerosa de direitos de subscrição de ações e de outros títulos ou direitos relativos a valores mobiliários conversíveis em ações, que venha a resultar na alienação do controle da Companhia; ou (ii) em caso de alienação do controle de sociedade que detenha o poder de controle da Companhia, sendo que, nesse caso, o acionista controlador alienante ficará obrigado a declarar à BM&FBOVESPA o valor atribuído à Companhia nessa alienação e anexar documentação que o comprove.

Por fim, a Companhia não registrará: (i) qualquer transferência de ações para o adquirente do controle, ou para aqueles que vierem a deter o controle, enquanto estes não subscreverem o Termo de Anuência dos Controladores, tal qual definido no Regulamento do Novo Mercado e no seu Estatuto Social; ou (ii) qualquer acordo de acionistas que disponha sobre o exercício do poder de controle sem que os seus signatários tenham subscrito o Termo de Anuência dos Controladores. Da mesma forma, o acionista controlador alienante

não transferirá a propriedade de suas ações enquanto o adquirente não subscrever o Termo de Anuência dos Controladores.

f. Restrições à circulação:

Não há restrições estatutárias à circulação das ações de emissão da Companhia.

g. Condições para alteração dos direitos assegurados por tais valores mobiliários:

De acordo com a Lei das Sociedades por Ações, nem o Estatuto Social, tampouco as deliberações adotadas pelos acionistas em assembleias gerais de sociedade por ações podem privar os acionistas dos seguintes direitos:

(i) direito a participar da distribuição dos lucros;

(ii) direito a participar, na proporção da sua participação no capital social, da distribuição de quaisquer ativos remanescentes na hipótese de liquidação da Companhia;

(iii) direito de preferência na subscrição de ações, debêntures conversíveis em ações ou bônus de subscrição, exceto em determinadas circunstâncias previstas na Lei das Sociedades por Ações;

(iv) direito de fiscalizar, na forma prevista na Lei das Sociedades por Ações, a gestão dos negócios sociais;

(v) direito de votar nas assembleias gerais; e

(vi) direito a retirar-se da Companhia, nos casos previstos na Lei das Sociedades por Ações.

Ainda no que diz respeito à preferência para a subscrição de ações, debêntures conversíveis em ações e bônus de subscrição, o Estatuto Social da Companhia dispõe que a Companhia poderá reduzir ou excluir o prazo para o exercício do direito de preferência na emissão de ações, debêntures conversíveis em ações ou bônus de subscrição cuja colocação seja feita mediante venda em bolsa de valores, subscrição pública ou permuta por ações em oferta pública obrigatória de aquisição de controle nos termos estabelecidos em lei, dentro do limite do capital autorizado. Também não haverá direito de preferência na outorga e no exercício de opção de compra de ações, na forma do disposto no §3º do artigo 171 da Lei das Sociedades por Ações.

Nos termos do Estatuto Social da Companhia, a Assembléia Geral tem alçada para deliberar, por exemplo, sobre a saída da Companhia do Novo Mercado da BM&FBOVESPA, o que se aprovado poderá acarretar (após atendido todos os procedimentos necessários à efetivação da saída da Companhia do Novo Mercado) redução do escopo da obrigatoriedade de realização de oferta pública de ações por alienação de controle, passando os critérios que definem a obrigatoriedade de realização da oferta pública por alienação de controle ser aquele do artigo 254-A da Lei da Sociedade Anônima e não mais os critérios estabelecidos pelas regras do Novo Mercado.

h. Outras características relevantes:

Não há outras características relevantes.

18.2. Descrição, se existirem, as regras estatutárias que limitem o direito de voto de acionistas significativos ou que os obriguem a realizar oferta pública:

Na hipótese do adquirente do poder de controle da Companhia não cumprir com as obrigações de realização de oferta pública de aquisição de ações estabelecidas nos artigos 44 e seguintes do Estatuto Social da Companhia, até mesmo no que concerne ao atendimento dos prazos máximos (i) para a realização ou solicitação do registro da oferta pública de aquisição de ações; ou (ii) para atendimento das eventuais solicitações ou exigências da CVM, o Conselho de Administração da Companhia convocará Assembléia Geral Extraordinária, na qual o adquirente do poder de controle não poderá votar, para deliberar sobre a suspensão do exercício dos direitos do adquirente que não cumpriu com qualquer obrigação de realização de oferta pública Tal suspensão do exercício dos direitos do adquirente do controle de Companhia perdurará até que as regras para realização de oferta pública,mencionadas na seção 18.1(e) acima, sejam observadas.

Além da hipótese de transferência do controle da Companhia, mencionada na seção 18.1(e) acima, a oferta pública de aquisição de ações deverá ser efetivada, obrigatoriamente, pelo acionista controlador ou pela Companhia para o cancelamento do registro de companhia aberta da Companhia, o preço mínimo a ser ofertado deverá corresponder ao valor econômico apurado em laudo de avaliação.

A oferta é aplicável também caso os acionistas reunidos em Assembléia Geral Extraordinária deliberem (i) a saída da Companhia do Novo Mercado para que suas ações passem a ter registro fora do Novo Mercado ou (ii) a reorganização societária da qual as ações da companhia resultante não sejam admitidas para negociação no Novo Mercado. Nessas situações, o cionista controlador deverá efetivar oferta pública de aquisição de ações pertencentes aos demais acionistas da Companhia cujo preço mínimo a ser ofertado deverá corresponder ao valor econômico apurado em laudo de avaliação, observadas as normas legais e regulamentares aplicáveis.

Adicionalmente, na hipótese de haver o controle difuso, a oferta pública de aquisição de ações deverá ser realizada (i) sempre que for aprovado, em Assembléia Geral, o cancelamento de registro de companhia aberta, quando será realizada pela própria Companhia, sendo que, neste caso, a Companhia somente poderá adquirir as ações de titularidade dos acionistas que tenham votado a favor do cancelamento de registro na deliberação em Assembléia Geral após ter adquirido as ações dos demais acionistas que não tenham votado a favor da referida deliberação e que tenham aceitado a referida oferta pública; (ii) sempre que for aprovada, em Assembléia Geral, a saída da Companhia do Novo Mercado, seja por registro para negociação das ações fora do Novo Mercado, seja por reorganização societária, quando deverá ser efetivada pelos acionistas que tenham votado a favor da respectiva deliberação em Assembléia Geral.

Ainda com relação à hipótese de haver controle difuso, a oferta pública de aquisição de ações deverá ser realizada quando da saída da Companhia do Novo Mercado ocorrer em razão do descumprimento de obrigações constantes do Regulamento de Listagem do Novo Mercado ocorrer: (i) pelo descumprimento decorra de deliberação em Assembléia Geral, quando deverá ser realizada pelos acionistas que tenham votado a favor da deliberação que implique o descumprimento e (ii) pelo descumprimento decorrente de ato ou fato da administração, a Companhia deverá efetivar oferta pública de aquisição de ações para cancelamento de registro de companhia aberta dirigida a todos os acionistas da Companhia. Caso seja deliberada, em Assembléia Geral, a manutenção do registro de companhia aberta da Companhia, a oferta pública de aquisição de ações deverá ser efetivada pelos acionistas que tenham votado a favor dessa deliberação.

Visando a proteção da dispersão da base acionária da Companhia, qualquer acionista adquirente que adquira ou se torne titular de ações de emissão da Companhia ou de outros direitos, inclusive usufruto ou fideicomisso sobre ações de emissão da Companhia em quantidade igual ou superior a 20% (vinte por cento) do seu capital social deverá efetivar uma oferta pública de aquisição de ações para aquisição da totalidade das ações de emissão da Companhia.

18.3. Descrição das exceções e cláusulas suspensivas relativas a direitos patrimoniais ou políticos previstos no estatuto:

Não há qualquer exceção ou cláusula suspensiva relativa a direitos patrimoniais ou políticos previstas no Estatuto Social da Companhia.

18.4. Informações de volume de negociações bem como maiores e menores cotações dos valores mobiliários negociados em bolsa de valores ou mercado de balcão organizado, em cada um dos trimestres dos 3 últimos exercícios sociais:

	BMFBovespa		
Período de 3 meses encerrado em	**Cotação Mínima (R$)**	**Cotação Máxima (R$)**	**Volume de negociacao(R$)**
31/03/2007	R$6,54	R$7,78	96.897.540,00
30/06/2007	R$7,72	R$8,12	21.859.231,00
30/09/2007	R$8,12	R$8,33	14.699.163,00
31/12/2007	R$5,61	R$5,98	19.010.726,00
31/03/2008	R$6,43	R$7,16	25.992.261,00
30/06/2008	R$8,09	R$8,21	12.927.464,00
30/09/2008	R$4,42	R$4,78	14.763.028,00
31/12/2008	R$4,31	R$4,92	52.857.076,00
31/03/2009	R$5,15	R$5,40	8.160.967,00
30/06/2009	R$6,94	R$7,35	11.764.658,00

30/09/2009	R$9,14	R$9,29	13.441.269,00
31/12/2009	R$9,27	R$9,47	27.495.564,00

Fonte: Economática

18.5. Descrição de outros valores mobiliários emitidos que não sejam ações, indicando: (a) identificação do valor mobiliário; (b) quantidade; (c) valor; (d) data de emissão; (e) restrições à circulação; (f) conversibilidade em ações ou conferência de direito de subscrever ou comprar ações do emissor, informando: (i) condições; (ii) efeitos sobre o capital social; (g) possibilidade de resgate, indicando: (i) hipóteses de resgate ; (ii) fórmula de cálculo do valor de resgate; (h) quando os valores mobiliários forem de dívida, indicar, quando aplicável; (I) vencimento, inclusive as condições de vencimento antecipado; (II) juros; (III) garantia e, se real, descrição do bem objeto; (IV) na ausência de garantia, se o crédito é quirografário ou subordinado; (V) eventuais restrições impostas ao emissor em relação à distribuição de dividendos, à alienação de determinados ativos, à contratação de novas dívidas, à emissão de novos valores mobiliários; (VI) o agente fiduciário, indicando os principais termos do contrato; (i) condições para alteração dos direitos assegurados por tais valores mobiliários; e (j) outras características relevantes:

Na data deste Formulário de Referência, os valores mobiliários emitidos pela Companhia, excetuando-se ações, são as Debêntures Conversíveis em ações e com cláusula de permuta da 1ª Emissão da Companhia, emitidas no âmbito da Operação BNDESPAR, descritas no item 6.5 deste Formulário de Referência e os títulos de dívida (*notes*) emitidos e descritos na seção 7.8 deste Formulário de Referência.

(A) Debêntures Conversíveis

As principais características das Debêntures Conversíveis seguem abaixo:

a. identificação do valor mobiliário:

Debêntures escriturais, conversíveis em ações ordinárias de emissão da Companhia, e com cláusula de permuta por certificados de valores mobiliários (*Brazilian depositary receipts*) de nível II ou III patrocinado, representativos de ações ordinárias votantes de emissão da JBS USA, única espécie e classe de ações da JBS USA ("BDRs"), observados os termos e condições estabelecidos na respetiva escritura de emissão, sem emissão de cautelas ou certificados.

b. quantidade:

2.000.000 debêntures.

c. valor:

R$ 3.479.600.000,00.

d. data de emissão:

28 de dezembro de 2009 ("Data de Emissão").

e. restrições à circulação:

As debêntures não poderão ser objeto de negociação, privada ou pública, pelos debenturistas.

f. conversibilidade em ações ou conferência de direito de subscrever ou comprar ações do emissor, informando: (i) condições; (ii) efeitos sobre o capital social:

Na ocorrência de um Evento de Liquidez, conforme definido abaixo, cada uma das debêntures será mandatoriamente permutada por BDRs representativos de ações de emissão da JBS USA, objeto de registro e lançamento em programa de BDRs para que tais certificados passem a ser listados na BM&FBOVESPA e a JBS USA seja registrada como companhia emissora de BDRs junto à CVM, nos termos da ICVM 332 e da ICVM 480 (tal registro e lançamento e permuta relacionada, a "Permuta"). O numero de BDRs em que cada debênture será permutada levará em consideração que caso todas as debêntures sejam integralmente subscritas e integralizadas (ou seja, existam 2.000.000 de debêntures), as debêntures deverão ser permutadas por um percentual ajustável ("Percentual") das ações de emissão da JBS USA, em sua base acionária pré-Evento de Liquidez, conforme fórmula abaixo:

Percentual = (US$ 2.000.000.000 / V)*100

V = significa a avaliação da JBS USA por ocasião da oferta realizada no Evento de Liquidez, sem considerar os ingressos de recursos na JBS USA por ocasião do Evento de Liquidez (*pre money valuation* do Evento de Liquidez), calculado conforme abaixo:

V = Ba * Va

Ba = Número de ações da JBS USA imediatamente antes do Evento de Liquidez.

Va = Preço por ação (bruto em relação a quaisquer eventuais comissões, custos ou tributos incidentes) da JBS USA no Evento de Liquidez, conforme determinado na capa do prospecto definitivo relacionado ao Evento de Liquidez.

Caso o resultado do Percentual seja superior a 25%, o mesmo será considerado 25% para os fins da Permuta, e caso o resultado do Percentual seja inferior a 20%, o mesmo será considerado 20% para os fins da Permuta.

A Permuta ocorrerá mandatoriamente em até 30 dias após a data do anúncio, pela Companhia, da realização do Evento de Liquidez, definido abaixo.

Cada uma das Debêntures Conversíveis será, única e exclusivamente nas seguintes hipóteses, convertida em ações de emissão da Companhia: (i) no caso de não-verificação do Evento de Liquidez no prazo estabelecido na escritura, (ii) no caso de não verificação de certos requisitos descritos na escritura, ou (iii) nas hipóteses de Vencimento Antecipado previstas na escritura. A quantidade de ações ordinárias de emissão da Companhia nas quais as debêntures serão convertidas decorre da divisão entre (a) seu valor nominal unitário, acrescido de um prêmio de 10%; e (b) o preço de conversão determinado com base na média ponderada por volume do preço da ação ordinária de emissão da Companhia em negociação na BM&FBOVESPA sob o código "JBSS3" nos 60 (sessenta) pregões imediatamente anteriores à data da efetiva conversão das Debêntures Conversíveis, média esta ajustada para proventos declarados, limitado a um piso de R$ 6,50 por ação e um teto de R$ 12,50 por ação ("Conversão em Ações"). O Evento de Liquidez deverá ocorrer até 31 de dezembro de 2010, sendo que a Companhia poderá prorrogar tal prazo até 31 de dezembro de 2011, sujeito ao pagamento de um prêmio de prorrogação no valor de 15% (quinze por cento) sobre o valor nominal unitário da totalidade das debêntures então em circulação. Caso não ocorra o Evento de Liquidez até a data limite e a Companhia não tenha pago o prêmio de prorrogação, as Debêntures Conversíveis serão obrigatoriamente convertidas em ações da Companhia em 31 de janeiro de 2011. Por sua vez, caso tenha havido prorrogação da data limite a o Evento de Liquidez não tenha ocorrido até 31 de janeiro de 2011, as debêntures serão obrigatoriamente convertidas em ações da Companhia em 31 de janeiro de 2012.

Nos termos da escritura de emissão das debêntures, define-se "Evento de Liquidez" como, cumulativamente, a conclusão de uma oferta pública de ações da JBS USA, com colocação primária de no mínimo 50%, seja através de oferta inicial ou de *follow-on*, em montante mínimo equivalente a US$ 1.500.000.000,00 (um bilhão e quinhentos milhões de dólares norte-americanos), por ocasião da qual a JBS USA (a) torne-se companhia registrada (*reporting company*) na *Securities and Exchange Commission*, (b) tenha ações listadas na New York Stock Exchange ou NASDAQ, (c) tenha *free float* mínimo (excluída potencial participação dos debenturistas) de 15% (quinze por cento) após a oferta pública, e (d) que a integralidade do capital social da JBS USA, na data do Evento de Liquidez, seja composta de ações de uma só espécie e classe, tendo, portanto, os mesmos direitos e vantagens (observado que será permitida a emissão de classe de ações preferenciais com direitos políticos diferenciados, após o Evento de Liquidez, exclusivamente para fins de defesa contra tomada de controle hostil).

g. possibilidade de resgate, indicando: (i) hipóteses de resgate; (ii) fórmula de cálculo do valor de resgate:

Não há possibilidade de resgate.

h. quando os valores mobiliários forem de dívida, indicar, quando aplicável; (i) vencimento, inclusive as condições de vencimento antecipado; (ii) juros; (iii) garantia e, se real, descrição do bem objeto; (iv) na ausência de garantia, se o crédito é quirografário ou subordinado; (v) eventuais restrições impostas ao emissor em relação à distribuição de dividendos, à alienação de determinados ativos, à contratação de novas dívidas, à emissão de novos valores mobiliários; (vi) o agente fiduciário, indicando os principais termos do contrato:

i. Vencimento e hipóteses de vencimento antecipado

Vencimento em 28.12.2069.

Nos termos da respectiva escritura de emissão, na ocorrência de inadimplemento de qualquer obrigação assumida pela Companhia na escritura, será observado o disposto nos artigos 39 a 47-A das "Disposições Aplicáveis aos Contratos do BNDES", aprovadas pela Resolução nº 665, de 10 de dezembro de 1987, conforme alteradas, que estabelecem regras de vencimento antecipado e aplicações de multas em caso de transferência de controle, inadimplemento financeiro e não-financeiro, dentre outras disposições ("Disposições Aplicáveis").

Além das hipóteses previstas nos artigos 39, 40 e 47-A das Disposições Aplicáveis, antes da ocorrência do Evento de Liquidez, o Agente Fiduciário pode declarar antecipadamente vencidas todas as debêntures e exigir o pagamento do saldo das debêntures, sempre na forma da Conversão em Ações ("Vencimento Antecipado") na ocorrência de qualquer dos seguintes eventos:

(a) inadimplemento (a) de obrigação de pagamento prevista na escritura não sanado no prazo de 10 (dez) dias contados do prazo previsto ou, na inexistência de prazo, da notificação formulada pelo agente fiduciário, ou (b) de outra obrigação prevista na escritura não sanado no prazo de 30 (trinta) dias contados do prazo previsto ou, na inexistência de prazo, da notificação formulada pelo agente fiduciário;

(b) pedido de recuperação judicial ou extrajudicial ou de auto-falência formulado pela Companhia ou pela JBS USA ou declaração de falência da Companhia ou da JBS USA, nos termos da legislação aplicável;

(c) dissolução ou liquidação da Companhia ou da JBS USA;

(d) saída da Companhia do Novo Mercado da Bovespa, salvo se aprovado previamente por titulares de debêntures representando a maioria das debêntures em circulação;

(e) incorporação da Companhia ou da JBS USA em outra sociedade (exceto sociedade de que a Companhia detenha, direta ou indiretamente, o controle acionário), ou a incorporação de suas ações em outra sociedade (exceto sociedade de que a Companhia detenha, direta ou indiretamente, o controle acionário), ou operação de fusão envolvendo a Companhia ou a JBS USA, salvo se aprovado previamente por titulares de debêntures representando a maioria das debêntures em circulação;

(f) caso, por qualquer razão, a Aquisição Planejada da Pilgrim's Pride não seja liquidada ate 1º de maio de 2010;

(g) caso, por qualquer motivo (exceto por atos de responsabilidade do debenturista), não ocorra a Permuta após o Evento de Liquidez, sendo certo que, nesse caso, a conversão ocorrerá para aqueles Debenturistas que eventualmente não tenham recebido os BDRs a que tinham direito no contexto da Permuta.

ii. Juros

Não aplicável.

iii. Garantia

Não há.

iv. Se o crédito é quirografário ou subordinado

Crédito subordinado.

v. Eventuais Restrições impostas ao emissor em relação

- *à distribuição de dividendos:*

Em virtude das características das Debêntures Conversíveis, os titulares das Debêntures Conversíveis ("Debenturistas"), no ato da Permuta, terão direito ao recebimento de dividendos, remunerações de capital, bonificações e quaisquer outros proventos, deduzidos dos tributos eventualmente aplicáveis ("Proventos"),

declarados pela JBS USA e distribuídos à Companhia desde a Data de Emissão até a data do efetivo recebimento dos BDRs, proporcionalmente ao número de BDRs decorrentes da Permuta a serem detidos por cada Debenturista. Os Proventos deverão ser pagos aos Debenturistas no ato da Permuta. Caso os dividendos tenham sido pagos pela JBS USA em dinheiro, os Proventos a eles relativos serão pagos aos Debenturistas em moeda corrente nacional e corrigidos nos termos da escritura de emissão das Debêntures Conversíveis. Caso os dividendos tenham sido pagos em ativos que não em dinheiro, os Proventos a eles relativos serão pagos aos Debenturistas em moeda corrente nacional e corrigidos nos termos da escritura de emissão das Debêntures Conversíveis. Os Proventos em dinheiro eventualmente distribuídos pela JBS USA entre o período da Data de Emissão e a data do efetivo recebimento dos BDRs serão reservados pela Companhia para pagamento e deverão ser pagos atualizados por 95% do Certificado de Depósito Interbancário - CDI (líquido de impostos aplicáveis à Companhia) desde a data do recebimento pela Companhia de tais Proventos até a data do pagamento.

As ações lastro dos BDRs objeto da Permuta terão direito, em qualquer hipótese, aos respectivos Proventos declarados, mesmo que não pagos, a partir da Data de Emissão, pela JBS USA. Ainda, se necessário, a Companhia obriga-se a ceder tais direitos aos Debenturistas.

Na hipótese de ocorrência da Conversão em Ações, os Debenturistas terão direito ao recebimento dos dividendos declarados pela Companhia após a Conversão em Ações, de maneira integral.

- à alienação de determinados ativos:

- No fim do prazo de até 30 dias para a ocorrência mandatória da Permuta, mencionado no item 18.5 (f) acima, e para fins de assegurar a adequação às exigências estabelecidas pelo Securities Act of 1933, os BDRs deverão ser depositados em uma instituição custodiante, em nome dos Debenturistas, instituição esta que somente disponibilizará os BDRs aos Debenturistas findo o prazo de 195 (cento e noventa e cinco) dias após o Evento de Liquidez. Para tanto, a Companhia firmará, com a interveniência do respectivo agente fiduciário, contrato de depósito e custódia dos BDRs com uma instituição custodiante brasileira por ela escolhida, por meio do qual (i) a instituição se obrigará a manter os BDRs em nome dos Debenturistas, pelo prazo de até 30 dias acima mencionado, sem possibilidade de transferência de titularidade, empréstimo ou qualquer forma de movimentação dos BDRs; (ii) durante a vigência do contrato e nos termos do programa de BDRs, os Debenturistas, então detentores dos BDRs, poderão exercer todos os direitos inerentes aos BDRs (exceto pela alienabilidade), incluindo, mas não se limitando, o direito de voto e de recebimento de Proventos; e (iii) a instituição se obrigará a disponibilizar os BDRs para os Debenturistas no primeiro dia útil após o término do prazo de até 30 dias acima mencionado.

- à contratação de novas dívidas:

Não há.

- *à emissão de novas valores mobiliários:*

Não há.

vi. Agente fiduciário

O agente fiduciário das debêntures da 1ª emissão é Planner Trustee Distribuidora de Títulos e Valores Mobiliários Ltda., cuja remuneração compreenderá parcelas anuais de R$12.000,00, reajustadas pela variação acumulada do IGP-M.

i. condições para alteração dos direitos assegurados por tais valores mobiliários:

Quaisquer modificações nas condições das Debêntures Conversíveis dependerão da aprovação de Debenturistas que representem, no mínimo, 50% mais uma Debênture Conversível das Debêntures Conversíveis então em circulação.

Para efeito de constituição do *quorum* a que se refere o parágrafo acima, serão excluídas do número de Debêntures Conversíveis em circulação as Debêntures Conversíveis eventualmente pertencentes à Companhia. Considera-se Debêntures Conversíveis em circulação todas as Debêntures Conversíveis subscritas, excluídas aquelas mantidas em tesouraria pela Companhia ou detidas por seus controladores, diretos ou indiretos, controladas ou coligadas, bem como por seus respectivos executivos e administradores e respectivos cônjuges.

j. outras características relevantes:

Em virtude das características das debêntures, os debenturistas, no ato da Permuta, têm direito ao recebimento de dividendos e remunerações de capital, bonificações, ou ainda quaisquer outros proventos, deduzidos dos tributos eventualmente aplicáveis ("Proventos"), declarados pela JBS USA e distribuídos à Companhia desde a data de emissão até a data do efetivo recebimento dos BDRs, proporcionalmente ao número de BDRs decorrentes da Permuta a serem detidos por cada debenturista.

Os recursos obtidos com as debêntures foram integralmente destinados à integralização de aumento de capital na JBS USA, com o objetivo de (a) concluir a operação refletida no *Stock Purchase Agreement* pelo qual a JBS USA, através de subscrição de novas ações, tornou-se titular de ações representativas de 64% (sessenta e quatro por cento) do capital social total e votante da Pilgrim's Pride, e (b) reforçar a estrutura de capital consolidada da Companhia, para implementação de planos de investimento e projetos de expansão, além de viabilizar a conclusão do projeto de integração das operações da Companhia com o Bertin.

(B) Notas 2011 – JBS S.A.

As principais características das Notas 2011 da JBS S.A. seguem abaixo:

a. identificação do valor mobiliário:

As Notas 2011 da JBS S.A. são títulos de dívidas emitidos e colocados junto a investidores qualificados, conforme a regra 144A do *U.S. Security Act of 1933*.

b. quantidade:

2.750.

c. valor:

US$275,0 milhões.

d. data de emissão:

Em 6 de fevereiro de 2006.

e. restrições à circulação:

As Notas 2011 da JBS S.A. podem ser transferidas de acordo com a regra 144A do *U.S.* Security Act *of 1933*.

f. conversibilidade em ações ou conferência de direito de subscrever ou comprar ações do emissor, informando: (i) condições; (ii) efeitos sobre o capital social:

Não aplicável.

g. possibilidade de resgate, indicando: (i) hipóteses de resgate; (ii) fórmula de cálculo do valor de resgate:

As Notas 2011 da JBS S.A. poderão ser resgatas se houver qualquer alteração ou emenda às leis (incluindo qualquer nível de regulação) do Brasil ou qualquer subidvisão politica ou das autoridades fiscais que possa afetar a interpretação official, administração ou aplicação de tais elis, tratados, regras ou regulação. Nesses casos, a Companhia poderá resgatar todas, mas apenas todas, as Notas 2011 da JBS S.A. pelo preço igual a 100% do montante principal, conjuntamente com os juros incorridos até a data do resgate, após publicação irrevogábel para o resgate com, no mínimo 30 dias e no máximo 90 dias de antecedência.

h. quando os valores mobiliários forem de dívida, indicar, quando aplicável; (i) vencimento, inclusive as condições de vencimento antecipado; (ii) juros; (iii) garantia e, se real, descrição do bem objeto; (iv) na ausência de garantia, se o crédito é quirografário ou subordinado; (v) eventuais restrições impostas ao emissor em relação à distribuição de dividendos, à alienação de determinados ativos, à contratação de novas dívidas, à emissão de novos valores mobiliários; (vi) o agente fiduciário, indicando os principais termos do contrato:

Vencimento e hipóteses de vencimento antecipado

Vencimento em 7 de fevereiro de 2011.

A escritura das Notas 2011 da JBS S.A. estabelece os eventos de inadimplemento de praxe, incluindo descumprimento ou inobservância de termos, compromissos restritivos ou outras avenças contidos em referida escritura, inadimplemento de outro endividamento caso o efeito seja acarretar pagamento antecipado, falta de pagamento referente a outro endividamento dispensado ou prorrogado nos limites do período de carência aplicável, prolação de sentenças ou ordens judiciais desfavoráveis contra o emissor ou suas subsidiárias, e certos eventos relacionados a questões de falência e insolvência. Caso ocorra evento de inadimplemento, o agente fiduciário ou os detentores de pelo menos 25% do valor principal total das notas à época pendentes poderão declarar imediatamente devidos o principal e juros acumulados sobre as notas.

Juros

A taxa de juros aplicável às Notas 2011 da JBS S.A. é de 9,375% calculada a partir de 6 de fevereiro de 2006, e pagos trimestralmente em 7 de fevereiro, 7 de maio, 7 de agosto e 7 de novembro de cada ano, a contar de 7 de maio de 2006.

Garantia

As Notas 2011 da JBS S.A. são garantidas pela J&F, pela Flora Produtos de Higiene e Limpeza Ltda. (subsidiária da J&F) e pela JBS Agropecuária Ltda

Se o crédito é quiografário ou subordinado

Quirografário

Eventuais Restrições impostas ao emissor em relação

- *à distribuição de dividendos:*

As Notas 2011 da JBS S.A. estabelecem restrições à Companhia e suas subsidiárias de realizar atos, tais como: (i) pagar dividendos ou realizar quaisquer outros pagamentos sobre valores mobiliários; Não obstante, tais pagamentos poderão ser realizados em determinadas situações, tais como, (a) quando a existência de determinada obrigação for prévia à emissão das Notas 2011 da JBS S.A.; (b) forem oriundas de lei; ou (c) for imposição de documentos padrões do BNDES ou da Corporação Financeira Internacional, do Banco de Desenvolvimento Inter-Americano ou outras agências governamentais ou internacionais.

Além disso, de acordo com as Notas 2011 da JBS S.A. a Companhia não poderá, direta ou indiretamente, declarar ou pagar quaisquer dividendos ou fazer quaisquer distribuições relacionadas a valores mobiliários de emissão da Companhia (com a exclusão de instrumento de dívida conversíveis ou permutáveis por tais valores), se (i) tiver ocorrido caso de inadimplemento das Notas 2011 da JBS S.A.; (ii) a Companhia possa incorrer em pelo menos US$ 1,00 de dívida nos termos do teste de receita líquida/proporção EBITDA estabelecida na escritura das Notas 2011 da JBS S.A., mencionada no parágrafo acima; e (iii) o valor total a ser pago não exceda 50% do lucro líquido agregado apurado em determinado exercício social ou quando em determinado exercício social em que for apurado prejuízos, o valor do pagamento não exceda US$ 30,0 milhões.

- *à alienação de determinados ativos:*

As Notas 2011 da JBS S.A. estabelecem restrições à Companhia e suas subsidiárias de realizar atos, tais como: (i) transferir suas propriedades ou ativos. Não obstante, tais atos poderão ser realizados em determinadas situações, tais como, (a) quando a transferência de ativos ocorrer no curso natural dos negócios da Companhia e/ou suas subsidiárias, ou oriundas de cláusulas costumeiramente aceitas em contratos de *joint venture* firmados pelas subsidiárias; ou (b) for imposição de documentos padrões do BNDES ou da Corporação Financeira Internacional, do Banco de Desenvolvimento Inter-Americano ou outras agências governamentais ou internacionais.

- *à contratação de novas dívidas:*

As Notas 2011 da JBS S.A. incluem restrições contratuais que proíbem a Companhia e suas subsidiárias, inclusive a JBS USA, de incorrer em qualquer dívida (observadas certas exceções) a menos que a relação

dívida líquida /EBITDA pro forma da Companhia (termos esses definidos na escritura das Notas 2011 da JBS S.A.) na data em que for incorrida a dívida seja menor do que 4,75/1.0.

- *à emissão de novas valores mobiliários:*

Não aplicável.

Agente fiduciário

JP Morgan Trust Bank, N.A.

i. condições para alteração dos direitos assegurados por tais valores mobiliários:

Além de outras matérias previstas nas Notas 2011 da JBS S.A., os direitos dos detentores das Notas 2011 da JBS S.A. podem ser alterados sem o prévio consentimento quando tais alterações servirem: para solucionar ambigüidade ou inconsistência nas regras estabelecidas pelas Notas 2011 da JBS S.A.; para inserir restrição à Companhia que seja benéfica aos detentores das Notas 2011 da JBS S.A., para excluir direitos da Companhia; para excluir garantias cuja exclusão for permitida pelas regras da Notas 2011 da JBS S.A.; para emissão de notas adicionais; para qualquer alteração que não altere de forma substancial os direitos dos detentores das Notas 2011 da JBS S.A.; ou para inclusão de garantidor adicional às Notas 2011 da JBS S.A..

Ademais, de forma geral, é necessário consentimento dos detentores das Notas 2011 da JBS S.A. para reduzir o montante principal das Notas 2011 da JBS S.A. ou alterar a data de vencimento, reduzir a taxa de juros, reduzir o montante a ser pago em caso de resgate, alterar a moeda de pagamento das Notas 2011 da JBS S.A., conferir a um detentor específico a possibilidade de receber juros ou principal em data diferente daquela estabelecida nas Notas 2011 da JBS S.A., alterar o quórum exigido para aprovação de alterações, alteração em qualquer provisão das Notas 2011 da JBS S.A. que modifiquem a ordem de preferência dos títulos, ou alterar as garantias das Notas 2011 da JBS S.A.

j. outras características relevantes:

Em janeiro de 2010, a Companhia deu início a uma oferta de recompra das Notas 2011 da JBS S.A. Referida oferta está sendo feita de acordo com as obrigações da Companhia sob a escritura que rege as Notas 2011 da JBS S.A., que exige que a Companhia faça uma oferta para comprar as Notas 2011 da JBS S.A. no caso de uma mudança de controle (como definido na escritura que regula as Notas 2011 da JBS S.A.). Uma mudança de controle ocorreu em 31 de dezembro de 2009, no âmbito da operação de incorporação do Bertin pela Companhia. A oferta de recompra terminou em 26 de fevereiro de 2010 e a recompra foi efetuada em 4 de março de 2010, mediante o pagamento do valor total do principal de US$2,4 milhões, representativo das Notas 2011 da JBS S.A. que foram recompradas pela Companhia.

(C) Notas 2014 – JBS USA, LLC e JBS USA Finance com garantia da JBS S.A.

As principais características das Notas 2014 da JBS USA são:

a. identificação do valor mobiliário:

As Notas 2014 da JBS USA são títulos de dívida emitidos e colocados junto a investidores qualificados, conforme a regra 144A do *U.S. Security Act of 1933*

b. quantidade:

350.000.

c. valor:

US$700,0 milhões.

d. data de emissão:

Em 27 de abril de 2009.

e. restrições à circulação:

As Notas 2014 da JBS USA podem ser transferidas de acordo com as regra 144A do *U.S.* Security Act *of 1933*.

f. conversibilidade em ações ou conferência de direito de subscrever ou comprar ações do emissor, informando: (i) condições; (ii) efeitos sobre o capital social:

Não aplicável.

g. possibilidade de resgate, indicando: (i) hipóteses de resgate; (ii) fórmula de cálculo do valor de resgate:

A JBS USA poderá resgatar as Notas 2014 da JBS USA a qualquer tempo, de forma integral ou parcial, após notificação. Para o resgate das Notas 2014 da JBS USA deverá pagar um preço igual ou superior a 101% do montante principal das Notas 2014 da JBS USA a serem resgatadas; e (b) o valor presente na data do resgate de (1) 100% do valor principal das Notas 2014 da JBS USA a serem resgatas mais (2) os pagamentos programados remanscesntes de juros da data do resgate até o vencimento (mas excluding os juros incidents e não pagos na data do resgate), calculados utilizando-se taxa de desconto igual ao *Treasury Yield* (determinada no segundo dia útil imediatamente precedente à data do resgate) mais 50 pontos-base, mais, em ambos os caso, juros incorridos e não pagos, incluindo, juros especiais, se aplicado, da data do resgate.

h. quando os valores mobiliários forem de dívida, indicar, quando aplicável; (i) vencimento, inclusive as condições de vencimento antecipado; (ii) juros; (iii) garantia e, se real, descrição do bem objeto; (iv) na ausência de garantia, se o crédito é quirografário ou subordinado; (v) eventuais restrições impostas ao emissor em relação à distribuição de dividendos, à alienação de determinados ativos, à contratação de novas dívidas, à emissão de novos valores mobiliários; (vi) o agente fiduciário, indicando os principais termos do contrato:

i. Vencimento e hipóteses de vencimento antecipado

Vencimento em 1º de maio de 2014.

A escritura de emissão das Notas 2014 da JBS USA prevê eventos de inadimplemento de praxe, incluindo descumprimento ou inobservância de termos, restrições contratuais ou outras avenças previstas na escritura de emissão, inadimplemento de outro endividamento caso o efeito seja acarretar pagamento antecipado, falta de pagamento referente a outro endividamento perdoado ou prorrogado nos limites do período de carência aplicável, prolação de sentenças judiciais ou decisões desfavoráveis contra o emissor ou suas subsidiárias, e certos acontecimentos relacionados a questões de falência e insolvência. Caso ocorra evento de inadimplemento, o agente fiduciário ou os detentores de pelo menos 25% do valor principal total das Notas 2014 da JBS USA à época poderá declarar imediatamente devidos o principal e juros acumulados sobre as Notas 2014 da JBS USA.

ii. Juros

Os juros sobre as Notas 2014 da JBS USA são de 11,625%, ao ano, pagos semestralmente em 1º de maio e 1º de novembro de cada ano, com início em 1º de novembro de 2009.

ii. Garantia

As Notas 2014 da JBS USA são garantidas pela Companhia, pela JBS USA, JBS Hungary Holdings Kft. (uma subsidiária integral indireta da Companhia) e certas subsidiárias restritas (subsidiárias norte-americanas da JBS USA, LLC, com exceção da JBS USA Finance, Inc. e da JBS US Holding LLC)

iv. Se o crédito é quiografário ou subordinado

Quirografário

vi. Eventuais Restrições impostas ao emissor em relação

- *à distribuição de dividendos:*

As Notas 2014 da JBS USA estabelecem restrições para pagamento de dividendos tanto pela JBS USA como por suas subsidirárias, a não ser que: a obrigação seja resultado de acordos e/ou contratos em vigor na data de emissão das Notas 2014 da JBS USA; e que o pagamento não afete a capacidade da JBS USA e de suas subsidiárias de realizar o pagamentos juros das Notas 2014 da JBS USA ou de seu valor principal.

- *à alienação de determinados ativos:*

As Notas 2014 da JBS USA estabelecem restrições a venda de ativos da JBS USA e suas subsidiárias a não ser (i) que a proposta de compra do ativo seja igual ao valor junto de mercado; e (b) que pelo menos 75% do valor recebido pela JBS USA ou por suas subisdiárias pela venda dos ativos seja em dinheiro

- *à contratação de novas dívidas:*

As Notas 2014 da JBS USA incluem restrições contratuais que proíbem a subsidiária, JBS USA, LLC e suas subsidiárias garantidoras das Notas 2014 da JBS USA, de incorrer em qualquer dívida (observadas certas exceções) a menos que a relação dívida líquida/EBITDA pro forma da JBS USA, LLC na data de contratação da dívida e destinação do respectivo produto seja menor do que 3,0/1,0.

- *à emissão de novas valores mobiliários:*

As Notas 2014 da JBS USA incluem restrições contratuais que proíbem a subsidiária, JBS USA, LLC e suas subsidiárias garantidoras das Notas 2014 da JBS USA, de emitir ações (observadas certas exceções) a menos que a relação dívida líquida/EBITDA pro forma da JBS USA, LLC na data da destinação do respectivo produto seja menor do que 3,0/1,0.

vi. Agente fiduciário

The Bank of New York Mellon

i. condições para alteração dos direitos assegurados por tais valores mobiliários:

Além de outras matérias previstas nas Notas 2014 da JBS USA, os direitos dos detentores das Notas 2014 da JBS USA podem ser alterados sem o prévio consentimento quando tais alterações servirem: para solucionar ambigüidade ou inconsistência nas regras estabelecidas pelas Notas 2014 da JBS USA; para inserir restrição à Companhia que seja benéfica aos detentores das Notas 2014 da JBS USA, para excluir direitos da Companhia; para excluir garantias cuja exclusão for permitida pelas regras da Notas 2014 da JBS USA; para emissão de notas adicionais; para qualquer alteração que não altere de forma substancial os direitos dos detentores das Notas 2014 da JBS USA; ou para inclusão de garantidor adicional às Notas 2014 da JBS USA.

Ademais, de forma geral, é necessário consentimento dos detentores das Notas 2014 da JBS USA para reduzir o montante principal das Notas 2014 da JBS USA ou alterar a data de vencimento, reduzir a taxa de juros, reduzir o montante a ser pago em caso de resgate, alterar a moeda de pagamento das Notas 2014 da JBS USA, conferir a um detentor específico a possibilidade de receber juros ou principal em data diferente daquela estabelecida nas Notas 2014 da JBS USA, alterar o quórum exigido para aprovação de alterações, alteração em qualquer provisão das Notas 2014 que modifiquem a ordem de preferência dos títulos, alterar as garantias das Notas 2014 da JBS USA; para excluir um garantidor da operação; ou para subordinar as Notas 2014 da JBS USA ou qualquer garantia a qualquer outrra obrigação da JBS USA ou do garantidor.

j. outras características relevantes:

O cálculo do índice de dívida líquida/EBITDA é feito com base no índice de dívida líquida/EBITDA da JBS USA, LLC e suas subsidiárias restritas, conforme definidas nos termos da escritura de emissão, e não incluem a JBS USA.

Os termos e condições das Notas 2014 da JBS USA definem (i) o índice Dívida Líquida/EBITDA em qualquer data de determinação ("Data de Cálculo"), o índice da Dívida Líquida da JBS USA, LLC na Data de Cálculo/EBITDA consolidado da JBS USA, LLC e certas subsidiárias restritas no último período à época encerrado de quatro trimestres fiscais consecutivos, sujeitos a ajustes referentes a alienações de ativo e investimentos realizados no período; (ii) Dívida Líquida a qualquer tempo como valor total de dívida da JBS USA, LLC e certas subsidiárias restritas menos a soma de caixa, equivalentes a caixa e valores mobiliários registrados como ativo circulante (com exceção de qualquer capital social de qualquer pessoa); ficando estipulado que a Dívida Líquida incluirá o valor principal total das Notas 2016 da Companhia e qualquer outra dívida da Companhia porventura garantida pela JBS USA, LLC ou suas subsidiárias restritas; e (iii) o EBITDA

consolidado da JBS USA, LLC e certas subsidiárias restritas em qualquer período como (1) Lucro (prejuízo) líquido consolidado no período em questão, sujeito a determinados ajustes, menos (2) a soma de: (a) créditos de imposto de renda; (b) receitas de juros; (c) ganho de itens extraordinários; (d) qualquer ganho líquido total (mas nem todo prejuízo líquido total) decorrente da venda, permuta ou outra alienação de capital ativo pela JBS USA, LLC e certas subsidiárias restritas (incluindo qualquer ativo fixo, quer tangível, quer intangível, todos os estoques vendidos com relação à alienação de ativos fixos e todos os valores mobiliários); e (e) qualquer outro ganho não-monetário adicionado para apuração do Lucro (prejuízo) líquido consolidado (que em cada caso, na medida em que incluído no cálculo do Lucro (prejuízo) líquido consolidado da JBS USA, LLC em conformidade com os GAAP, mas sem duplicação), acrescido de: (3) a soma de: (a) qualquer provisão para imposto de renda; (b) despesa de juros consolidada; (c) perda gerada por itens extraordinários; (d) depreciação e amortização; (e) qualquer prejuízo líquido total (mas nem todo ganho líquido total) decorrente da venda, permuta ou outra alienação de capital ativo pela JBS USA, LLC (incluindo qualquer ativo fixo, quer tangível, quer intangível); (f) desconto de dívida amortizado; (g) montante de qualquer dedução efetuada no Lucro (prejuízo) líquido consolidado resultante de qualquer concessão a qualquer membro da administração da JBS USA, LLC ou certas subsidiárias restritas de qualquer participação societária; e (h) quaisquer outras perdas não-monetárias que tenham sido subtraídas na apuração do Lucro (prejuízo) líquido consolidado (que não perdas não-monetárias relacionadas a baixas ou cancelamentos de contas a receber ou estoques) (em cada caso, na medida em que incluído no cálculo do Lucro (prejuízo) líquido consolidado da JBS USA, LLC em conformidade com os GAAP, mas sem duplicação, e conforme ajuste adicional de forma a excluir certos itens não-monetários e itens não-recorrentes). Para o propósito dessa restrição contratual, o Lucro (prejuízo) líquido consolidado é ajustado para excluir, dentre outras coisas, (1) lucros das subsidiárias restritas, na medida em que o pagamento de dividendos ou distribuições similares pelas subsidiárias restritas não são permitidas por lei ou por qualquer contrato a qual as subsidiárias restritas sejam partes, (2) lucro de qualquer empresa na qual a JBS USA, LLC, tenha participação em conjunto, salvo os casos de dividendos e outras distribuições efetivamente pagas para a JBS USA, LLC ou uma de suas subsidiárias integrais consideradas como subsidiárias restritas, e (3) determinados itens que não sejam em espécie e não sejam recorrentes.

(D) Notas 2016 - JBS S.A.

As principais características das Notas 2016 da JBS S.A. são:

a. identificação do valor mobiliário:

As Notas 2016 da JBS S.A. são títulos de dívidas emitidos e colocados junto a investidores qualificados, conforme a regra 144A do *U.S. Security Act of 1933.*

b. quantidade:

3.000.

c. valor:

US$300,0 milhões.

d. data de emissão:

Em 4 de agosto de 2006.

e. restrições à circulação:

As Notas 2016 da JBS S.A. não foram registradas sob as regras do Security Act ou outras leis de valores mobiliários. Portanto, as Notas 2016 da JBS S.A. apenas poderão ser vendidas em operações que não requeiram o prévio registro das Notas 2016 da JBS S.A. sob as regras do Security Act ou outras leis de valores mobiliários.

f. conversibilidade em ações ou conferência de direito de subscrever ou comprar ações do emissor, informando: (i) condições; (ii) efeitos sobre o capital social:

Não aplicável

g. possibilidade de resgate, indicando: (i) hipóteses de resgate; (ii) fórmula de cálculo do valor de resgate:

As Notas 2016 da JBS S.A. poderão ser resgatadas se houver qualquer alteração ou emenda às leis (incluindo qualquer nível de regulação) do Brasil ou qualquer subidvisão politica ou das autoridades fiscais que possa afetar a interpretação official, administração ou aplicação de tais leis, tratados, regras ou regulação. Nesses casos, a Companhia poderá resgatar todas, mas apenas todas, as Notas 2011 pelo preço igual a 100% do montante principal, conjuntamente com os juros incorridos até a data do resgate, após publicação irrevogábel para o resgate com, no mínimo 30 dias e no máximo 90 dias de antecedência.

h. quando os valores mobiliários forem de dívida, indicar, quando aplicável; (i) vencimento, inclusive as condições de vencimento antecipado; (ii) juros; (iii) garantia e, se real, descrição do bem objeto; (iv) na ausência de garantia, se o crédito é quirografário ou subordinado; (v) eventuais restrições impostas ao emissor em relação à distribuição de dividendos, à alienação de determinados ativos, à contratação de novas dívidas, à emissão de novos valores mobiliários; (vi) o agente fiduciário, indicando os principais termos do contrato:

i. Vencimento e hipóteses de vencimento antecipado

Vencimento em 4 de agosto de 2016.

A escritura das Notas 2016 da JBS S.A. prevê os eventos de inadimplemento de praxe, incluindo descumprimento ou inobservância de termos, restrições contratuais ou outras avenças previstos em referida escritura, inadimplemento de outro endividamento caso o efeito seja acarretar pagamento antecipado, falta de pagamento referente a outro endividamento perdoado ou prorrogado nos limites do período de carência aplicável, prolação de sentenças judiciais ou decisões desfavoráveis contra o emissor ou suas subsidiárias, e certos eventos relacionados a questões de falência e insolvência. Caso ocorra evento de inadimplemento, o agente fiduciário ou os detentores de pelo menos 25% do valor principal total das notas à época pendentes poderão declarar imediatamente devidos o principal e juros acumulados sobre as notas.

ii. Juros

Os juros incidentes sobre as Notas 2016 da JBS S.A. são de 10,50% ao ano e são devidos semestralmente em 4 de fevereiro e 4 de agosto de cada ano, com início em 4 de fevereiro de 2007.

iii. Garantia

A escritura de emissão que rege as Notas 2016 da JBS S.A. exige que qualquer subsidiária significativa (isto é, qualquer subsidiária que represente pelo menos 20% da totalidade dos ativos ou receita bruta anual da Companhia, de acordo com suas demonstrações financeiras mais recentes) garanta a totalidade das obrigações da Companhia previstas nas Notas 2016 da JBS S.A.. As Notas 2016 da JBS S.A. são garantidas pela JBS Hungary Holdings Kft. (subsidiária integral indireta da Companhia), pela JBS USA e suas subsidiárias, JBS USA Holdings, Inc., JBS USA, LLC, Flora Produtos de Higiene e Limpeza Ltda. (subsidiária da J&F) e Swift Beef Company. Outras subsidiárias da Companhia (incluindo subsidiárias da JBS USA) poderão ser requeridas a garantir as Notas 2016 da JBS S.A. no futuro.

iiii. Se o crédito é quiografário ou subordinado

Quirografário

v. Eventuais Restrições impostas ao emissor em relação

- *à distribuição de dividendos:*

As Notas 2016 da JBS S.A. estabelecem restrições à Companhia e suas subsidiárias de pagar dividendos ou realizar quaisquer outros pagamentos sobre valores mobiliários. Não obstante, tais pagamentos poderão ser realizados em determinadas situações, tais como, (a) quando a existência de determinada obrigação for prévia à emissão das Notas 2016 da JBS S.A.; (b) forem oriundas de lei; (c) for imposição de documentos padrões do BNDES ou da Corporação Financeira Internacional, do Banco de Desenvolvimento Inter-Americano ou outras agências governamentais ou internacionais.

Além disso, de acordo com as Notas 2016 da JBS S.A., a Companhia somente poderá, direta ou indiretamente, declarar ou pagar quaisquer dividendos ou fazer quaisquer distribuições relacionadas a valores mobiliários de emissão da Companhia (com a exclusão de instrumento de dívida conversíveis ou permutáveis por tais valores), se (i) não tiver ocorrido evento de inadimplemento das Notas 2016 da JBS S.A.; (ii) a Companhia possa incorrer em pelo menos US$ 1,00 de dívida nos termos do teste de receita líquida/proporção EBITDA estabelecida na escritura das Notas 2016 da JBS S.A.; e (iii) o valor total a ser pago não exceda 50% do lucro líquido agregado apurado em determinado exercício social ou quando em determinado exercício social em que for apurado prejuízos, o valor do pagamento não exceda US$ 30,0 milhões.

- *à alienação de determinados ativos:*

As Notas 2016 da JBS S.A. estabelecem restrições à Companhia e suas subsidiárias de transferir suas propriedades ou ativos. Não obstante, a transferência poderá ser realizada em determinadas situações, tais como, (a) quando a existência de determinada obrigação for prévia à emissão das Notas 2016 da JBS S.A.; (b) forem oriundas de lei; (c) quando a transferência de ativos ocorrer no curso natural dos negócios da Companhia e/ou suas subsidiárias, ou oriundas de cláusulas costumeiramente aceitas em contratos de *joint venture* firmados pelas subsidiárias; ou (d) for imposição de documentos padrões do BNDES ou da Corporação Financeira Internacional, do Banco de Desenvolvimento Inter-Americano ou outras agências governamentais ou internacionais.

- *à contratação de novas dívidas:*

Os termos e condições das Notas 2016 da JBS S.A. incluem restrições contratuais que proíbem a Companhia e suas subsidiárias, inclusive a JBS USA, de incorrer em qualquer dívida (observadas certas exceções) a menos que a relação dívida líquida /EBITDA pro forma da Companhia (termos esses definidos na escritura das Notas 2016 da JBS S.A.) na data em que for incorrida a dívida seja menor do que 4,75/1.0.

- *à emissão de novas valores mobiliários:*

Não aplicável.

vi. Agente fiduciário

JP Morgan Chase Bank, N.A.

i. condições para alteração dos direitos assegurados por tais valores mobiliários:

Além de outras matérias previstas nas Notas 2016 da JBS S.A., os direitos dos detentores das Notas 2016 da JBS S.A. podem ser alterados sem o prévio consentimento quando tais alterações servirem: para solucionar ambigüidade ou inconsistência nas regras estabelecidas pelas Notas 2016 da JBS S.A.; para inserir restrição à Companhia que seja benéfica aos detentores das Notas 2016 da JBS S.A. , para excluir direitos da Companhia; para excluir garantias cuja exclusão for permitida pelas regras da Notas 2016 da JBS S.A. ; para emissão de notas adicionais; para qualquer alteração que não altere de forma substancial os direitos dos detentores das Notas 2016 da JBS S.A. ; ou para inclusão de garantidor adicional às Notas 2016 da JBS S.A.

Ademais, de forma geral, é necessário consentimento dos detentores das Notas 2016 da JBS S.A. para reduzir o montante principal das Notas 2016 da JBS S.A. ou alterar a data de vencimento, reduzir a taxa de juros, reduzir o montante a ser pago em caso de resgate, alterar a moeda de pagamento das Notas 2016 da JBS S.A. , conferir a um detentor específico a possibilidade de receber juros ou principal em data diferente daquela estabelecida nas Notas 2016 da JBS S.A. , alterar o quórum exigido para aprovação de alterações, alteração em qualquer provisão das Notas 2016 da JBS S.A. que modifiquem a ordem de preferência dos títulos, ou alterar as garantias das Notas 2016 da JBS S.A.

j. outras características relevantes:

Todas as características relevantes encontram-se indicadas acima.

(E) Notas 2016 do Bertin

As principais características das Notas 2016 do Bertin são:

a. identificação do valor mobiliário:

As Notas 2016 do Bertin são títulos de dívidas emitidos e colocados junto a investidores qualificados, conforme a regra 144A do *U.S. Security Act of 1933.*

b. quantidade:

1.000.

c. valor:

US$350,0 milhões.

d. data de emissão:

9 de novembro de 2006.

e. restrições à circulação:

As Notas 2016 do Bertin não foram registradas sob as regras do Security Act ou outras leis de valores mobiliários. Portanto, as Notas 2014 apenas poderão ser vendidas em operações que não requeiram o prévio registro das Notas 2014 sob as regras do Security Act ou outras leis de valores mobiliários.

f. conversibilidade em ações ou conferência de direito de subscrever ou comprar ações do emissor, informando: (i) condições; (ii) efeitos sobre o capital social:

Não aplicável

g. possibilidade de resgate, indicando: (i) hipóteses de resgate; (ii) fórmula de cálculo do valor de resgate:

As Notas 2016 do Bertin poderão ser resgatadas se houver qualquer alteração ou emenda às leis (incluindo qualquer nível de regulação) do Brasil ou qualquer subidvisão politica ou das autoridades fiscais que possa afetar a interpretação official, administração ou aplicação de tais leis, tratados, regras ou regulação. Nesses casos, Bertin poderá resgatar todas, mas apenas todas, as Notas 2016 do Bertin pelo preci igual a 100% do montante principal, conjuntamente com os juros incorridos até a data do resgate, após publicação irrevogábel para o resgate com, no mínimo 30 dias e no máximo 90 dias de antecedência.

h. quando os valores mobiliários forem de dívida, indicar, quando aplicável; (i) vencimento, inclusive as condições de vencimento antecipado; (ii) juros; (iii) garantia e, se real, descrição do bem objeto; (iv) na ausência de garantia, se o crédito é quirografário ou subordinado; (v) eventuais restrições impostas ao emissor em relação à distribuição de dividendos, à alienação de determinados ativos, à contratação de novas dívidas, à emissão de novos valores mobiliários; (vi) o agente fiduciário, indicando os principais termos do contrato:

i. Vencimento e hipóteses de vencimento antecipado

Vencimento em 5 de outubro de 2016.

A escritura de emissão das Notas 2016 do Bertin prevê, ademais, eventos de inadimplemento de praxe, incluindo descumprimento ou inobservância de termos, restrições contratuais ou outras avenças contidos na escritura de emissão, inadimplemento de outro endividamento caso o efeito seja acarretar pagamento antecipado, falta de pagamento referente a outro endividamento perdoado ou prorrogado nos limites do período de carência aplicável, prolação de sentenças judiciais ou decisões desfavoráveis contra o emissor ou suas subsidiárias, e certos acontecimentos relacionados a questões de falência e insolvência. Caso ocorra evento de inadimplemento, o agente fiduciário ou os detentores de pelo menos 25% do valor principal total das Notas 2016 do Bertin à época poderá declarar imediatamente devidos o principal e juros acumulados sobre as Notas 2016 do Bertin.

ii. Juros

Os juros incidentes sobre as Notas 2016 do Bertin são de 10,25% ao ano, pagos semestralmente em 5 de abril e 5 de outubro de cada ano, com início m 5 de abril de 2007

iii. Garantia

Não há garantias.

iv. Se o crédito é quiografário ou subordinado

Quirografário

v. Eventuais Restrições impostas ao emissor em relação

- *à distribuição de dividendos:*

As Notas 2016 do Bertin estabelecem restrições ao Bertin e suas subsidiárias de pagar dividendos ou realizar quaisquer outros pagamentos sobre valores mobiliários. Não obstante, tais pagamentos poderão ser realizados em determinadas situações, tais como, (a) quando a existência de determinada obrigação for prévia à emissão das Notas 2016 do Bertin; (b) forem oriundas de lei; ou (c) for imposição de documentos padrões do BNDES ou da Corporação Financeira Internacional, do Banco de Desenvolvimento Inter-Americano ou outras agências governamentais ou internacionais.

- *à alienação de determinados ativos:*

As Notas 2016 do Bertin estabelecem restrições ao Bertin e suas subsidiárias de transferir suas propriedades ou ativos. Não obstante, as transferências poderão ser realizadas em determinadas situações, tais como, (a) quando a existência de determinada obrigação for prévia à emissão das Notas 2016 do Bertin; (b) forem oriundas de lei; (c) quando a transferência de ativos ocorrer no curso natural dos negócios da Companhia e/ou suas subsidiárias, ou oriundas de cláusulas costumeiramente aceitas em contratos de *joint venture* firmados pelas subsidiárias; ou (d) for imposição de documentos padrões do BNDES ou da Corporação Financeira Internacional, do Banco de Desenvolvimento Inter-Americano ou outras agências governamentais ou internacionais.

- *à contratação de novas dívidas:*

Os termos e condições das Notas 2016 do Bertin incluem restrições contratuais que proíbem a Companhia e suas subsidiárias de incorrer em qualquer dívida (observadas certas exceções) a menos que a relação dívida líquida /EBITDA pro forma da Companhia (termos esses definidos na escritura das Notas 2016 do Bertin) na data em que for incorrida a dívida seja menor do que 4,75/1,0.

- *à emissão de novas valores mobiliários:*

Não aplicável.

iv. Agente fiduciário

The Bank of New York

i. condições para alteração dos direitos assegurados por tais valores mobiliários:

Além de outras matérias previstas nas Notas 2016 do Bertin, os direitos dos detentores das Notas 2016 do Bertin podem ser alterados sem o prévio consentimento quando tais alterações servirem: para solucionar ambigüidade ou inconsistência nas regras estabelecidas pelas Notas 2016 do Bertin; para inserir restrição à Companhia que seja benéfica aos detentores das Notas 2016 do Bertin, para excluir direitos da Companhia; para excluir garantias cuja exclusão for permitida pelas regras da Notas 2016 do Bertin; para emissão de notas adicionais; para qualquer alteração que não altere de forma substancial os direitos dos detentores das Notas 2016 do Bertin; ou para inclusão de garantidor adicional às Notas 2016 do Bertin.

Ademais, de forma geral, é necessário consentimento dos detentores das Notas 2016 do Bertin para reduzir o montante principal das Notas 2016 do Bertin ou alterar a data de vencimento, reduzir a taxa de juros, reduzir o montante a ser pago em caso de resgate, alterar a moeda de pagamento das Notas 2016 do Bertin, conferir a um detentor específico a possibilidade de receber juros ou principal em data diferente daquela estabelecida nas Notas 2016 do Bertin, alterar o quórum exigido para aprovação de alterações, alteração em qualquer provisão das Notas 2016 do Bertin que modifiquem a ordem de preferência dos títulos, ou alterar as garantias das Notas 2016 do Bertin.

j. outras características relevantes:

Em 24 de novembro de 2009, o Bertin iniciou um processo de *consent solicitation* junto aos detentores das Notas 2016 do Bertin para, entre outras finalidades, (i) igualar a forma de certas cláusulas da escritura das Notas 2016 do Bertin, especialmente aquelas relativas à *covenants* e *events of default*, às disposições da Notas 2016 do Bertin; e (ii) excepcionar a mudança de controle do Bertin, em decorrência da incorporação do Bertin pela Companhia, das hipóteses de configuração de uma mudança de controle, no âmbito das Notas 2016 do Bertin. Referido processo terminou em 14 de dezembro de 2009 e contou com a adesão de detentores de mais de 85% do valor principal das Notas 2016 do Bertin.

(F) Notas 2017 da Vigor

As principais características das Notas 2017 da Vigor são:

a. identificação do valor mobiliário:

As Notas 2017 da Vigor são títulos de dívidas emitidos e colocados junto a investidores qualificados, conforme a regra 144A do *U.S. Security Act of 1933.*

b. quantidade:

1.000.

c. valor:

US$100,0 milhões.

d. data de emissão:

16 de fevereiro de 2007.

e. restrições à circulação:

As Notas 2017 da Vigor não foram registradas sob as regras do Security Act ou outras leis de valores mobiliários. Portanto, as Notas 2017 da Vigor apenas poderão ser vendidas em operações que não requeiram o prévio registro das Notas 2017 da Vigor sob as regras do Security Act ou outras leis de valores mobiliários.

f. conversibilidade em ações ou conferência de direito de subscrever ou comprar ações do emissor, informando: (i) condições; (ii) efeitos sobre o capital social:

Não aplicável

g. possibilidade de resgate, indicando: (i) hipóteses de resgate; (ii) fórmula de cálculo do valor de resgate:

As Notas 2017 da Vigor poderão ser resgatadas, em sua totalidade, pelo valor de 100% do montante principal, mais juros incorridos e não pagos, se houver, em qualquer data para pagamento de juros após 23 de fevereiro de 2012.

As Notas 2017 da Vigor poderão ser resgatas se houver qualquer alteração ou emenda às leis (incluindo qualquer nível de regulação) do Brasil ou qualquer subidvisão politica ou das autoridades fiscais que possa afetar a interpretação official, administração ou aplicação de tais leis, tratados, regras ou regulação. Nesses casos, Bertin poderá resgatar todas, mas apenas todas, as Notas 2016 do Bertin pelo preci igual a 100% do montante principal, conjuntamente com os juros incorridos até a data do resgate, após publicação irrevogábel para o resgate com, no mínimo 30 dias e no máximo 90 dias de antecedência.

h. quando os valores mobiliários forem de dívida, indicar, quando aplicável; (i) vencimento, inclusive as condições de vencimento antecipado; (ii) juros; (iii) garantia e, se real, descrição do bem objeto; (iv) na ausência de garantia, se o crédito é quirografário ou subordinado; (v) eventuais restrições impostas ao emissor em relação à distribuição de dividendos, à alienação de determinados ativos, à contratação de novas dívidas, à emissão de novos valores mobiliários; (vi) o agente fiduciário, indicando os principais termos do contrato:

i. Vencimento e hipóteses de vencimento antecipado

Em 23 de fevereiro de 2017.

A escritura de emissão prevê, ademais, eventos de inadimplemento de praxe, incluindo descumprimento ou inobservância de termos, compromissos restritivos ou outras avenças contidos na escritura de emissão, inadimplemento de outro endividamento caso o efeito seja acarretar pagamento antecipado, falta de pagamento referente a outro endividamento dispensado ou prorrogado nos limites do período de carência aplicável, prolação de sentenças ou ordens judiciais desfavoráveis contra o emissor ou suas subsidiárias, e certos acontecimentos relacionados a questões de falência e insolvência. Caso ocorra evento de inadimplemento, o agente fiduciário ou os detentores de pelo menos 25% do valor principal total das Notas 2017 da Vigor à época poderá declarar imediatamente devidos o principal e juros acumulados sobre as Notas 2017 da Vigor.

ii. juros

Os juros sobre as Notas 2017 da Vigor são de 9,25%, ao ano, pagos semestralmente em 23 de fevereiro e 23 de agosto de cada ano, com início em 23 de agosto de 2007.

iii. Garantia

As Notas 2017 da Vigor são garantidas pela Companhia Leco de Produtos Alimentícios, subsidiária da Vigor.

iv. Se o crédito é quiografário ou subordinado

Quirografário

v. Eventuais Restrições impostas ao emissor em relação

- *à distribuição de dividendos:*

As Notas 2017 da Vigor estabelecem restrições à Vigor e suas subsidiárias de pagar dividendos ou realizar quaisquer outros pagamentos sobre valores mobiliários; Não obstante, tais pagamentos poderão ser realizados em determinadas situações, tais como, (a) quando a existência de determinada obrigação for prévia à emissão das Notas 2017 da Vigor; (b) forem oriundas de lei; ou (c) for imposição de documentos padrões do BNDES no âmbito da Financiadora de Estudos e Projetos – FINEP.

Além disso, de acordo com as Notas 2017 da Vigor, a Companhia somente poderá, direta ou indiretamente, declarar ou pagar quaisquer dividendos ou fazer quaisquer distribuições relacionadas a valores mobiliários de emissão da Companhia (com a exclusão de instrumento de dívida conversíveis ou permutáveis por tais valores), se (i) não tiver ocorrido caso de inadimplemento das Notas 2017 da Vigor; (ii) a Companhia possa incorrer em pelo menos US$ 1,00 de dívida nos termos do teste de receita líquida/proporção EBITDA estabelecida na escritura das Notas 2017 da Vigor; e (iii) o valor total a ser pago não exceda 50% do lucro líquido agregado apurado em determinado exercício social ou quando em determinado exercício social em que for apurado prejuízos, o valor do pagamento não exceda US$ 10,0 milhões.

- *à alienação de determinados ativos:*

As Notas 2017 da Vigor estabelecem restrições à Vigor e suas subsidiárias de transferir suas propriedades ou ativos. Não obstante, tais transferências poderão ser realizadas em determinadas situações, tais como, (a) quando a existência de determinada obrigação for prévia à emissão das Notas 2017 da Vigor ; (b) forem oriundas de lei; (c) quando a transferência de ativos ocorrer no curso natural dos negócios da Companhia e/ou suas subsidiárias, ou oriundas de cláusulas costumeiramente aceitas em contratos de *joint venture* firmados pelas subsidiárias; ou (d) for imposição de documentos padrões do BNDES no âmbito da Financiadora de Estudos e Projetos – FINEP.

- *à contratação de novas dívidas:*

Os termos e condições das Notas 2017 da Vigor incluem restrições contratuais que proíbem a Companhia (também na qualidade de sucessora legal do Bertin por incorporação) e suas subsidiárias de incorrer em qualquer dívida (observadas certas exceções) a menos que a relação dívida líquida/EBITDA pro forma da Companhia (termos esses definidos na escritura das Notas 2017 da Vigor) na data em que for incorrida a dívida seja menor do que 4,0.

- *à emissão de novas valores mobiliários:*

Não aplicável.

vi. Agente fiduciário

The Bank of New York

i. condições para alteração dos direitos assegurados por tais valores mobiliários:

Além de outras matárias previstas nas Notas 2017 da Vigor, os direitos dos detentores das Notas 2017 da Vigor podem ser alterados sem o prévio consentimento quando tais alterações servirem: para solucionar ambigüidade ou inconsistência nas regras estabelecidas pelas Notas 2017 da Vigor; para inserir restrição à Companhia que seja benéfica aos detentores das Notas 2017 da Vigor, para excluir direitos da Companhia; para excluir garantias cuja exclusão for permitida pelas regras da Notas 2017 da Vigor; para emissão de notas adicionais; para qualquer alteração que não altere de forma substancial os direitos dos detentores das Notas 2017 da Vigor; ou para inclusão de garantidor adicional às Notas 2017 da Vigor.

Ademais, de forma geral, é necessário consentimento dos detentores das Notas 2017 da Vigor para reduzir o montante principal das Notas 2017 da Vigor ou alterar a data de vencimento, reduzir a taxa de juros, reduzir o montante a ser pago em caso de resgate, alterar a moeda de pagamento das Notas 2017 da Vigor, conferir a um detentor específico a possibilidade de receber juros ou principal em data diferente daquela estabelecida nas Notas 2017 da Vigor, alterar o quórum exigido para aprovação de alterações, alteração em qualquer provisão das Notas 2017 da Vigor que modifiquem a ordem de preferência dos títulos, ou alterar as garantias das Notas 2017 da Vigor.

j. outras características relevantes:

Todas as características relevantes encontram-se indicadas acima.

18.6. Indicação dos mercados brasileiros nos quais valores mobiliários da Companhia são admitidos à negociação:

As ações da Companhia são negociação na BM&FBOVESPA - Bolsa de Valores Mercadorias e Futuros, sob o código “JBSS3”. As debêntures da Companhia não são negociáveis.

18.7. Em relação a cada classe e espécie de valor mobiliário admitida à negociação em mercados estrangeiros, indicar: país, mercado, entidade administradora do mercado no qual os valores mobiliários são admitidos à negociação, data de admissão à negociação, se houver, indicar o segmento de negociação, data de início de listagem no segmento de negociação, percentual do volume de negociações no exterior em relação ao volume total de negociações de cada classe e espécie no último exercício, se houver, proporção de certificados de depósito no exterior em relação a cada classe e espécie de ações, se houver, banco depositário, se houver, instituição custodiante:

Em 5 de setembro de 2008, o Conselho de Administração da Companhia aprovou o programa de American Depositary Receipts – Nível 1, sem aumento de seu capital social. Cada American Depositary Receipt emitido em 01 de dezembro de 2008, representa 2 ações ordinárias de emissão da Companhia, nos termos do contrato de depósito celebrado entre a Companhia e The Bank of New York Mellon, sendo registradas perante a Securities and Exchange Commission americana (SEC) e negociadas no mercado de balcão, sob o código “JBSAY”. O percentual do volume de negociações no exterior em relação ao volume total de de ações ordinárias é inferior a 1,0%.

A Companhia apresenta abaixo, os seguintes dados com relação ao seu programa de American Depositary Receipts.

a) país:

Estados Unidos da América.

b) mercado:

Mercado de balcão.

c) entidade administradora do mercado no qual os valores mobiliários são admitidos à negociação:

OTCQX.

d) data de admissão à negociação:

1º de dezembro de 2008.

e) se houver, indicar o segmento de negociação:

Não aplicável.

f) data de início de listagem no segmento de negociação:

Não aplicável.

g) percentual do volume de negociações no exterior em relação ao volume total de negociações de cada classe e espécie no último exercício:

O percentual do volume de negociações dos American Depositary Receipts em relação ao volume total de de ações ordinárias é inferior a 1,0%.h) se houver, proporção de certificados de depósito no exterior em relação a cada classe e espécie de ações:

Cada *American Depositary Receipt* equivale a 2 ações ordinárias de emissão da Companhia.

i) se houver, banco depositário:

Bank of New York Mellon.

j) se houver, instituição custodiante:

Mergent, Inc.

18.8. Descrição das ofertas públicas de distribuição efetuadas pela Companhia ou por terceiros, incluindo controladores e sociedades coligadas e controladas, relativas a valores mobiliários da Companhia:

Oferta Pública Inicial - 2007

Em maio de 2007 a Companhia encerrou a oferta pública inicial primária e secundária de 200.000.000 ações ordinárias de emissão da Companhia, todas nominativas escriturais e sem valor nominal, livres e desembaraçadas de quaisquer ônus ou gravames, ao preço de R$8,00 por ação.

A oferta compreendeu a distribuição primária de 150.000.000 ações de emissão da Companhia e a distribuição secundária de 50.000.000 ações emitidas pela Companhia e de titularidade do ZMF Fundo de Investimento em Participações, acionista vendedor da oferta. Adicionalmente, em 27 de abril de 2007, foi exercida parcialmente, a opção para a distribuição de um lote suplementar de até 30.000.000 ações, destinada a atender ao excesso de demanda constatado no curso da oferta.

Considerando a aquisição/subscrição da totalidade das ações inicialmente ofertadas e das ações suplementares, foram distribuídas ao público o total de 202.093.800 ações, perfazendo o total de R$1.616.750.400,00.

A oferta, que compreendeu a distribuição de ações no Brasil por meio de uma distribuição pública primária e secundária, em mercado de balcão não-organizado, e, ainda, com esforços de venda no exterior, por meio dos mecanismos de investimento regulamentados pelo Conselho Monetário Nacional, pelo Banco Central do Brasil e pela CVM, em conformidade com o disposto nas isenções de registro previstas na Regra 144Ae no

Regulamento S, ambas do *Securities Act* de 1933, dos Estados Unidos da América, editado pela *Securities and Exchange Commission*.

Tal oferta foi registrada na CVM sob o n.º CVM/SRE/REM/2007/010 (Oferta Primária) e n.º CVM/SRE/SEC/2007/009 (Oferta Secundária), ambas em 28 de março de 2007.

Oferta Pública Primária - 2010

Em abril de 2010, Companhia publicou o anúncio de início relativo a distribuição pública primária de, inicialmente, 200.000.000 de ações ordinárias de emissão da Companhia, todas nominativas escriturais e sem valor nominal, livres e desembaraçadas de quaisquer ônus ou gravames, ao preço de R$8,00 por ação, no valor total de R$ 1.600 bilhão.

Até a data de apresentação deste Formulário de Referência, o anúncio de encerramento relativo à referida oferta ainda não havia sido publicado. Ademais, até referida data não havia sido exercida a opção para a distribuição de um lote suplementar de até 30.000.000 ações.

A oferta compreende a distribuição de ações no Brasil por meio de uma distribuição pública primária, em mercado de balcão não-organizado, e, ainda, conta com esforços de venda no exterior, por meio dos mecanismos de investimento regulamentados pelo Conselho Monetário Nacional, pelo Banco Central do Brasil e pela CVM, em conformidade com o disposto nas isenções de registro previstas na Regra 144Ae no Regulamento S, ambas do *Securities Act* de 1933, dos Estados Unidos da América, editado pela *Securities and Exchange Commission*.

Tal oferta foi registrada na CVM sob o n.º CVM/SRE/REM/2010/012, em 28 de abril de 2010.

18.9. Descrição das ofertas públicas de aquisição feitas pela Companhia relativas a ações de emissão de terceiro:

Até a data deste Formulário de Referência, a Companhia não havia realizado ofertas públicas de aquisição relativas a ações de emissão de terceiro.

18.10. Outras informações que a Companhia julga relevantes:

Para um melhor entendimento deste Formulário de Referência e as atividades da Companhia, apresentamos abaixo um glossário de definições utilizadas neste Formulário de Referência.

"Acordo de Acionistas BNDESPAR"	Acordo de Acionistas da Companhia, celebrado pelo acionista controlador da Companhia e o BNDESPAR em 22 de dezembro de 2009
"Administração"	A administração da Companhia formada pelo Conselho de Administração e Diretoria
"Aliança Estratégica - Inalca S.p.A."	Aliança estratégica entre a Companhia e a Cremonini
"ANVISA"	Agência Nacional de Vigilância Sanitária
"AQIS"	*Australian Quarantine and Inspection Service*, Serviço de Inspeção de Quarentena australiano
"Aquisição da Smithfield"	Aquisição da Smithfield Beef pela JBS USA
"Assembléia Geral"	Assembléia geral de acionistas da Companhia
"Austrália"	Commonwealth of Australia
"BDRs"	*Brazilian Depositary Receipts*, certificados de depósito de ações da JBS USA
"Bertin"	Bertin S.A.

"BM&FBOVESPA"	BM&FBovespa S.A. – Bolsa de Valores, Mercadorias e Futuros
"BNDES"	Banco Nacional de Desenvolvimento Econômico Social
"BNDESPAR"	BNDES Participações S.A., subsidiária integral do BNDES
"BR GAAP"	Práticas contábeis adotadas no Brasil, as quais são baseadas na Lei das Sociedades por Ações, nas normas emitidas pela CVM, nas normas contábeis emitidas pelo IBRACON e nas resoluções do CFC
"BSE"	Encefalopatia Espongiforme Bovina (popularmente conhecida como "doença da vaca louca")
"CADE"	Conselho Administrativo de Defesa Econômica
"CAGR"	*Compound Annual Growth Rate*
"CD"	Centro de Distribuição
"CFC"	Conselho Federal de Contabilidade
"CGC"	Continental Grain Company (anteriormente ContiGroup Companies, Inc.)
"CLT"	Consolidação das Leis do Trabalho, conforme aprovada pelo Decreto-Lei nº 5.452, de 1º de maio de 1943
"CNPJ"	Cadastro Nacional da Pessoas Jurídicas
"Código de Falência"	Código de Falência Norte-Americano
"Cofins"	Contribuição para o Financiamento da Seguridade Social
"Companhia"	JBS S.A.
"Conselho de Administração"	Conselho de Administração da Companhia
"Contrato com a Smithfield"	Contrato de Compra de Ações celebrado em 4 de março de 2008 entre a Companhia e a Smithfield Foods
"CPF"	Cadastro de Pessoas Físicas
"Cremonini"	Cremonini S.p.A., Itália
"CVM"	Comissão de Valores Mobiliários
"Debêntures Conversíveis"	Debêntures conversíveis em ações da Companhia e permutáveis por BDRs e/ou ações da JBS USA, emitidas pela Companhia em 22 de dezembro de 2009
"Diretoria"	A Diretoria da Companhia
"dólar, dólares ou US$"	Moeda corrente dos Estados Unidos
"dólar australiano, dólares australianos ou A$"	Moeda corrente da Austrália
"EBITDA"	O EBITDA é uma medição não contábil elaborada pela Administração da Companhia.

	O EBITDA é calculado utilizando-se o resultado antes da provisão para o imposto de renda e contribuição social, do resultado financeiro líquido, das despesas de depreciação e amortização, de despesas extraordinárias, do resultado de equivalência patrimonial e da amortização de ágio de investimentos. O EBITDA não é uma medida de acordo com o BR GAAP, não representa o fluxo de caixa para os períodos apresentados e não deve ser considerado como substituto para o lucro líquido como indicador do desempenho operacional da Companhia ou como substituto para o fluxo de caixa como indicador de liquidez. O EBITDA é uma informação adicional às demonstrações financeiras da Companhia e não deve ser utilizado em substituição aos resultados auditados. O EBITDA não possui significado padronizado e a definição de EBITDA da Companhia pode não ser comparável àquelas utilizadas por outras empresas.
"EEOC"	*Equal Employment Opportunity Commission*, Comissão de Igualdade de Oportunidade no Trabalho norte-americana
"EPA"	*Environmental Protection Agency,* Agência de Proteção do Meio-Ambiente norte-americana
"Estados Unidos" ou "Estados Unidos da América"	United States of America
"Estatuto Social"	Estatuto social da Companhia, conforme alterado
"FB Participações"	FB Participações S.A.
"Formulário de Referência"	O presente formulário de referência da JBS S.A., conforme alterado
"Five Rivers"	Five Rivers Ranch Cattle Feeding LLC
"GEE"	Gases estufa
"Governo Federal"	Governo Federal do Brasil
"JBS Five Rivers"	JBS Five Rivers Cattle Feeding LLC
"J&F Oklahoma"	J&F Oklahoma Holdings Inc.
"JBS Packerland"	JBS Packerland, Inc.
"JBS USA"	JBS USA Holdings, Inc.
"J&F"	J&F Participações S.A.
"IBAMA"	Instituto Brasileiro do Meio Ambiente e dos Recursos Naturais Renováveis.
"IBRACON"	Instituto dos Auditores Independentes do Brasil
"ICE"	Divisão de Imigração e Alfândegas do Departamento de Segurança Interna norte-americano
"ICMS"	Imposto sobre Circulação de Mercadorias e Serviços
"ICVM 480"	Instrução da CVM nº 480, de 07 de dezembro de 2009, conforme alterada

"ICVM 332"	Instrução da CVM nº 332, de 04 de abril de 2000, conforme alterada
"Inalca"	Inalca JBS S.p.A.
"INPI"	Instituto Nacional de Propriedade Industrial
"INSS"	Instituto Nacional do Seguro Social
"IPI"	Imposto sobre Produtos Industrializados
"IPO da JBS USA"	Oferta inicial para distribuição pública ou qualquer outra oferta pública inicial de ações ordinárias da JBS USA
"Lei das Sociedades por Ações"	Lei n° 6.404, de 15 de dezembro de 1976, conforme alterada
"LIBOR"	*London Interbank Offered Rate*
"Linha de Crédito de Saída"	Linha de crédito rotativo de três anos no valor de no máximo US$600,0 milhões, um empréstimo "A", com prazo de três anos, no valor de no máximo US$375,0 milhões, e um empréstimo "B", com prazo de cinco anos, no valor de no máximo US$775,0 milhões, contratada pela Pilgrim's Pride após sair de seu processo falimentar
"MAPA"	Ministério da Agricultura, Pecuária e Abastecimento do Brasil
"Montana"	Montana Alimentari S.p.A.
"MPF"	Ministério Público Federal
"MPF/PA"	Ministério Público Federal, Estado do Pará
"NASDAQ"	*National Association of Securities Dealers Automated Quotations*
"Notas 2011"	Notas Promissórias, sem garantia, emitidas pela Companhia, no valor de US$ 275 milhões e juros de 9,375%, emitidas em 2006 e com vencimento em 2011
"Notas 2014"	Notas Promissórias, sem garantia, emitidas pela JBS USA, LLC e JBS USA Finance, Inc. no valor de US$ 700 milhões e juros de 11,625%, emitidas em 27 de abril de 2009 e com vencimento em maio de 2014
"Notas 2016"	Notas Promissórias, sem garantia, emitidas pela Companhia, no valor de US$ 300 milhões e juros de 10,50%, emitidas em 2006 e com vencimento em 2016
"Notas 2016 do Bertin"	Notas Promissórias, sem garantia, emitidas pelo Bertin, no valor de US$ 350 milhões e juros de 10,25%, emitidas em 2006 e com vencimento em 2016
"Notas 2017 da Vigor"	Notas Promissórias, sem garantia, emitidas pela Vigor, no valor de US$ 100 milhões e juros de 9,25%, emitidas em 2007 e com vencimento em 2017
"Novo Mercado"	Segmento especial de negociação introduzido em 2000 pela BM&FBOVESPA, com o conjunto mais rigoroso de práticas de governança corporativa dentre todos os segmentos
"NYSE"	*New York Stock Exchange*

"OIE"	*World Organization for Animal Health* (*Office Internationale des Epizooties*)
"Operação BNDESPAR"	Operação de capitalização da Companhia através da emissão das Debêntures Conversíveis
"OMS"	Organização Mundial de Saúde
"Pilgrim's Pride" ou "PPC"	Pilgrim's Pride Corporation
"PIS"	Programa de Integração Social
"Plano"	Plano de reestruturação da Pilgrim's Pride aprovado pelas corte norte-americanas de falência
"PROT"	PROT - Fundo de investimentos em Participações
"Real, reais ou R$"	A moeda corrente no Brasil
"Rockdale Beef"	Rockdale Beef Pty Ltd.
"SAGPYA"	*Secretaría de agricultura, ganadería, pesca y alimentación*, secretaria de agricultura da Argentina
"SEC"	*Securities and Exchange Commission*, a comissão de valores mobiliários dos Estados Unidos
"SDE"	Secretaria de Direito Econômico
"SEAE"	Secretaria de Acompanhamento Econômico
"SECEX"	Secretaria de Comércio Exterior do Ministério do Desenvolvimento, Indústria e Comércio Exterior
"SENASA"	*Servicio Nacional de Sanidad y Calidad Agroalimentaria*
"Smithfield Foods"	Smithfield Foods, Inc.
Smithfield Beef	Smithfield Beef Group, Inc.
"Swift"	Swift Foods & Company (atualmente denominada JBS USA Holdings, Inc.)
"Tasman"	Sociedades do Grupo Tasman, da Austrália, incluindo a Tasman Group Services Pty Ltd e a Industry Park Pty Ltd.
"Taxa de Desfrute"	Índice usualmente utilizado na indústria de carne bovina que mede a quantidade de gado abatido no país durante um ano em relação ao seu rebanho total
"Tatiara"	Tatiara Meat Company
"TJLP"	Taxa de Juros de Longo Prazo, divulgada pelo Conselho Monetário Nacional
"USDA"	*United States Department of Agriculture*
"US GAAP"	Práticas contábeis adotadas nos Estados Unidos da América
"VAR"	*Value at Risk*

"Vigor"	S.A. Fábrica de Produtos Alimentícios Vigor
"ZMF"	ZMF Fundo de Investimento em Participações

19. PLANOS DE RECOMPRA E VALORES MOBILIÁRIOS EM TESOURARIA

19.1. Em relação aos planos de recompra de ações da Companhia:

O Estatuto Social da Companhia autoriza o nosso Conselho de Administração a aprovar a compra, pela Companhia, de ações de sua própria emissão para cancelamento, manutenção em tesouraria ou para posterior alienação.

Programas de Recompra de Ações

Na reunião do Conselho de Administração da Companhia de 10 de dezembro de 2007, foi aprovada a criação de um programa de recompra de ações com a finalidade de maximizar a geração de valor para o acionista por meio de uma administração eficiente da estrutura de capital. O programa possuiu prazo de até 365 dias a contar da data da reunião e tinha como finalidade a aquisição de 39.230.164 ações ordinárias da Companhia, equivalentes a 10,0% do total de ações em circulação, e correspondentes a 3,6% do seu capital social, para manutenção em tesouraria e posterior cancelamento ou alienação, sem redução do capital social. A Companhia possuía R$1.160.983 mil em reservas e lucros disponíveis para efetuar as recompras, de acordo com o ITR de 30 de setembro de 2007. Ao final do plano, foram efetivamente adquiridas 34.226.200 ações ordinárias, ao preço médio ponderado de aquisição de R$ 5,70, representando aproximadamente 87,2% do total de ações originalmente previstos pelo plano. A instituição financeira que atuou como intermediária nesta operação foi a Banco Bradesco S.A. Corretora de Títulos e Valores Mobiliários, com sede na Avenida Paulista, 1.450, 7o andar, Bela Vista, São Paulo.

Em 29 de dezembro de 2008, o Conselho de Administração da Companhia deliberou renovar o programa de recompra de ações da Companhia, desta vez com a finalidade de adquirir 41.113.898 ações ordinárias da Companhia, equivalentes a 6,0% do total de ações em circulação, e correspondentes a 2,9% do seu capital social, para manutenção em tesouraria e posterior cancelamento ou alienação, sem redução do capital social, com prazo de duração de até 365 dias a contar da data da referida reunião. A Companhia possuía R$821.432 mil em reservas e lucros disponíveis para efetuar as recompras, de acordo com o ITR de 30 de setembro de 2008. Ao final do plano, foram efetivamente adquiridas 9.763.900 ações ordinárias, ao preço médio ponderado de aquisição de R$ 6,17, representando aproximadamente 23,7% do total de ações originalmente previstos pelo plano. As instituições financeiras que atuaram como intermediárias nesta operação foram: Banco Bradesco S.A. Corretora de Títulos e Valores Mobiliários, com sede na Avenida Paulista, 1.450, 7o andar, Bela Vista, São Paulo, Agora CTVM S.A, com sede na Rua Leopoldo Couto de Magalhães Júnior, 758, 1º andar, São Paulo, Citigroup Global Markets BR, com sede na Avenida Paulista, 1.111, 11° andar, São Paulo, Credit Suisse Brasil S.A. CTVM, com sede na Avenida Brigadeiro Faria Lima, 3064, 13° andar, São Paulo, CS Hedging-Griffo CV S.A., com sede na Av. Presidente Juscelino Kubitschek, 1.830, 6° e 7° andares - Torre IV, São Paulo, Deutsche Bank CV S.A., com sede na Avenida Faria Lima, 3900, 13º andar (PTE), ED. BIRMANN 31, São Paulo, Fator S.A. CV, com sede na Rua Doutor Renato Paes de Barros, 1.017, 11° e 12° andares, São Paulo, HSBC CTVM S.A., com sede na Avenida Brigadeiro Faria Lima, 3.064, 2° andar, São Paulo, Intra S.A. CCV, com sede na Avenida Brigadeiro Faria Lima, 1461, 4° andar, São Paulo, Itaú CV S/A, com sede na Avenida Doutor Hugo Beolchi, 900, 15° andar, São Paulo, J. P. Morgan CCVM S.A., com sede na Avenida Brigadeiro Faria Lima, 3.729, 13º andar, São Paulo, Magliano S.A. CCVM, com sede na Rua Bela Cintra, 986, 2º andar, São Paulo, Merrill Lynch S.A. CTVM, com sede na Avenida Brigadeiro Faria Lima, 3400, 16° andar, Parte A, São Paulo, Morgan Stanley CTVM S.A, com sede na Avenida Faria Lima, 3600, 6º andar, São Paulo, Santander Corretora de Câmbio e Valores Mobiliários S.A., com sede na Av. Presidente Juscelino Kubitschek, 2.041 e 2.235, 24º andar,, São Paulo, SLW CVC LTDA, com sede na Rua Dr. Renato Paes de Barros, 717, 10° andar, São Paulo, Socopa SC Paulista S.A., com sede na Avenida Brigadeiro Faria Lima, 1355, 3º andar, São Paulo, UBS Pactual CTVM S.A., com sede na Avenida Brigadeiro Faria Lima, 3.729, 10° andar, São Paulo, Unibanco Investshop CVMC S.A, com sede na Avenida Eusébio Matoso, 891, 18° andar, São Paulo, Votorantim CTVM LTDA, com sede na Avenida Roque Petroni Júnior, 999, 16° andar, cj. B, São Paulo, PAX CVC LTDA., com sede na Rua Senador Pompeu, 1520, 3º andar, Fortaleza, Ceará, TOV CCTVM LTDA., com sede na Rua Joaquim Antunes, 246, São Paulo, Umuarama S.A. CTVM, com sede na Rua Iguatemi, 192, cjtos. 113/114, São Paulo, Banif CVC S.A., com sede na Rua Minas de Prata, 30, 15º andar, São Paulo, SP, BES Securities Brasil S.A. CCVM, com sede na Avenida Brigadeiro Faria Lima, 3729, 6º andar, São Paulo, Brascan S.A. CTV, com sede na Av. Presidente Juscelino Kubitschek, 28, 8º andar, cjto. 81, e Link S.A. CCTVM, com sede na Rua Leopoldo Couto de Magalhães Júnior, 758, 10º andar, cjto. 101.

19.2. Movimentação dos valores mobiliários mantidos em tesouraria, segregada por tipo, classe e espécie, indicar a quantidade, valor total e preço médio ponderado de aquisição:

2009

Tipo (classe e espécie)	Quantidade	Saldo inicial (em R$)	Preço ponderado de aquisição (em R$)	Aquisições	Alienações	Cancelamentos	Saldo final (em R$)	Saldo final (quantidade)
ação ordinária	34.226.200	195.089.454,0	6,17	9.763.900	0	0	271.418.917,0	43.990.100

2008

Tipo (classe e espécie)	Quantidade	Saldo inicial (em R$)	Preço ponderado de aquisição (em R$)	Aquisições	Alienações	Cancelamentos	Saldo final (em R$)	Saldo final (quantidade)
ação ordinária	0	0	5,70	34.226.200	0	0	195.089.454,0	34.226.200

19.3. Em relação aos valores mobiliários mantidos em tesouraria na data do último exercício social, indicar, em forma de tabela, (a) quantidade, (b) preço médio ponderado de aquisição, (c) data de aquisição, e (d) percentual em relação aos valores mobiliários em circulação da mesma classe e espécie:

Quantidade	Preço ponderado de aquisição (em R$)	Data de Aquisição	% em relação aos valores mobiliários em circulação da mesma classe e espécie
2.500.000	4,45630	02/03/09	0,1738%
414.100	4,53340	03/03/09	0,0288%
135.100	7,39417	18/08/09	0,0094%
134.800	7,41371	19/08/09	0,0094%
134.000	7,45756	20/08/09	0,0093%
133.700	7,47570	21/08/09	0,0093%
132.400	7,56750	24/08/09	0,0092%
133.100	7,50870	25/08/09	0,0093%
133.000	7,51740	26/08/09	0,0092%
126.600	7,89712	28/08/09	0,0088%
126.900	7,87660	31/08/09	0,0088%
130.100	7,68290	02/09/09	0,0090%
128.400	7,78350	03/09/09	0,0089%
125.900	7,93698	04/09/09	0,0088%
125.000	7,99790	09/09/09	0,0087%
191.600	7,82588	11/09/09	0,0133%
125.400	7,97651	15/09/09	0,0087%
101.800	9,80010	06/10/09	0,0071%
101.000	9,89170	09/10/09	0,0070%
99.200	10,07858	13/10/09	0,0069%
350.000	9,98535	14/10/09	0,0243%
200.000	10,07580	15/10/09	0,0139%
200.000	10,04201	16/10/09	0,0139%
100.000	10,09810	19/10/09	0,0070%
200.000	9,72715	20/10/09	0,0139%
200.000	10,05040	21/10/09	0,0139%
200.000	9,97695	22/10/09	0,0139%
200.000	10,03150	23/10/09	0,0139%
200.000	9,96070	26/10/09	0,0139%
100.000	9,66340	29/10/09	0,0070%
200.000	9,40427	30/10/09	0,0139%
300.000	10,57209	04/11/09	0,0209%
81.800	10,80710	05/11/09	0,0057%
200.000	10,56550	09/11/09	0,0139%
200.000	10,47225	11/11/09	0,0139%
200.000	9,93009	16/11/09	0,0139%
200.000	9,96010	18/11/09	0,0139%
200.000	9,41902	19/11/09	0,0139%
200.000	9,71450	23/11/09	0,0139%
200.000	9,47829	24/11/09	0,0139%
200.000	9,59910	25/11/09	0,0139%
200.000	9,45691	26/11/09	0,0139%
200.000	9,45980	27/11/09	0,0139%

19.4. Outras informações que a Companhia julga relevantes:

Não aplicável.

20. POLÍTICA DE NEGOCIAÇÃO DE VALORES MOBILIÁRIOS

20.1. Política de negociação de valores mobiliários de sua emissão pelos acionistas controladores, diretos ou indiretos, diretores, membros do conselho de administração, do conselho fiscal e de qualquer órgão com funções técnicas ou consultivas, criado por disposição estatutária, inclusive data de aprovação, pessoas vinculadas, principais características e previsão de períodos de vedação de negociação e descrição dos procedimentos adotados para fiscalizar a negociação em tais períodos:

a. data de aprovação:

A Companhia possui uma Política de Negociação com Valores Mobiliários de sua emissão ("Política de Negociação"), aprovada em reunião do Conselho de Administração da Companhia realizada em 02 de janeiro de 2007. A Política de Negociação foi alterada em reuniões do Conselho de Administração realizadas em 14 de julho de 2008 e 26 de abril de 2010.

b. pessoas vinculadas:

De acordo com a Política de Negociação, são pessoas vinculadas à Companhia, seus acionistas controladores, diretos e indiretos, administradores, membros do Conselho Fiscal e de quaisquer outros órgãos com funções técnicas ou consultivas da Companhia, empregados e diretores da Companhia que, em virtude de seu cargo ou posição na Companhia, tenham acesso a qualquer informação privilegiada, bem como suas sociedades controladas e/ou sob controle comum, seus respectivos acionistas controladores, cônjuges, companheiros, dependentes incluídos na declaração anual de imposto de renda, que tenham aderido expressamente à política de negociação e estejam obrigados à observância das regras nela descrita. Serão ainda consideradas pessoas vinculadas quaisquer outras pessoas que, a critério da Companhia, tenham conhecimento de fatos relevantes em virtude do cargo, posição ou função na Companhia, em sociedades controladas ou sociedades coligadas.

Além das pessoas vinculadas, as normas da Política de Negociação da Companhia aplicam-se também aos casos em que as negociações por parte das pessoas vinculadas se dêem para o benefício próprio delas, direta e/ou indiretamente, mediante a utilização, por exemplo, de: (i)sociedade por elas controlada, direta ou indiretamente; (ii) terceiros com que for mantido contrato de gestão, fidúcia, administração de carteira de investimentos em ativos financeiros; (iii) procuradores ou agentes; e/ou (iv) cônjuges dos quais não estejam separados judicialmente, companheiros(as) e quaisquer dependentes incluídos em sua declaração anual de imposto sobre a renda.

As restrições contidas na Política de Negociação não se aplicam às negociações realizadas por fundos de investimento de que sejam cotistas as pessoas vinculadas desde que: (i) os fundos de investimento não sejam exclusivos; e (ii) as decisões de negociação do administrador do fundo de investimento não possam ser influenciadas pelos cotistas.

c. principais características:

Objetivo e Abrangência. A Política de Negociação tem por objetivo coibir e punir a utilização de informações privilegiadas em benefício próprio das pessoas vinculadas em negociação com valores mobiliários de emissão da Companhia e enunciar as diretrizes que regerão, de modo ordenado e dentro dos limites estabelecidos por lei, a negociação de tais valores mobiliários, nos termos da Instrução CVM nº 358/02 e das políticas internas da própria Companhia.

Tais regras também procuram coibir a prática de *insider trading* (uso indevido em benefício próprio ou de terceiros de informações privilegiadas) e *tipping* (dicas de informações privilegiadas para que terceiros delas se beneficiem), preservando a transparência nas negociações de valores mobiliários de emissão da Companhia.

Negociação Mediante Corretoras Credenciadas. Com o intuito de assegurar padrões adequados de negociação de valores mobiliários da emissão da Companhia, foi adotada a sistemática de que todas as negociações por parte da própria Companhia e das pessoas vinculadas somente serão realizadas com a intermediação de corretoras credenciadas.

Período de Abstenção de Negociação (Blackout Period). As pessoas vinculadas deverão abster-se de realizar quaisquer negociações com valores mobiliários, independente de determinação do Diretor de Relações com Investidores nesse sentido:

(a) no período de 15 dias que anteceder a divulgação das informações trimestrais e anuais exigidas pela CVM;

(b) entre a data da deliberação do órgão competente de aumentar o capital social, distribuir dividendos e pagar juros sobre o capital próprio, e a publicação dos respectivos editais ou anúncios; e

(c) a partir do momento em que tiverem acesso à informação relativa à intenção da Companhia ou dos acionistas controladores de: (i) modificar o capital social da Companhia mediante subscrição de ações; (ii) aprovar um programa de aquisição ou alienação de ações de emissão da Companhia pela própria Companhia; ou (iii) distribuir dividendos ou juros sobre capital próprio, bonificações em ações ou seus derivativos ou desdobramento; e a publicação dos respectivos editais e/ou anúncios ou informativos.

Vedação à Aquisição para Tesouraria. O Conselho de Administração não poderá deliberar a aquisição de ações para tesouraria no período que ocorrer entre os procedimentos e atos iniciais, até que se torne efetivamente público através de fato relevante, de qualquer um dos seguintes eventos: (a) transferência do controle acionário; (b) incorporação, cisão total ou parcial, transformação ou fusão; ou (c) reorganização societária.

Obrigação de Indenizar. As pessoas vinculadas responsáveis pelo descumprimento de qualquer disposição constante da Política de Negociação e da legislação específica se obrigam a ressarcir a Companhia e/ou as outras pessoas vinculadas, integralmente e sem limitação, de todos os prejuízos que a Companhia e/ou as outras pessoas vinculadas venham a incorrer e que sejam decorrentes, direta ou indiretamente, de tal descumprimento.

Vigência. A Política de Negociação entrou em vigor na data de sua aprovação pelo Conselho de Administração e permanecerá vigorando por prazo indeterminado, até que haja deliberação em sentido contrário.

d. previsão de períodos de vedação de negociações e descrição dos procedimentos adotados para fiscalizar a negociação em tais períodos:

A Companhia e as as pessoas vinculadas deverão abster-se de negociar os valores mobiliários de emissão da Companhia que eventualmente possuam nas seguintes situações:

(a) em todos os períodos em que o Diretor de Relações com Investidores haja determinado a proibição de negociação, mediante autorização prévia do Presidente do Conselho de Administração da Companhia (”Período de Bloqueio”). O Diretor de Relações com Investidores Administrador das Políticas não está obrigado a fundamentar a decisão de determinar o Período de Bloqueio, que será tratado confidencialmente pelos seus destinatários;

(b) anteriormente à divulgação ao público de Fato Relevante nos termos da Política de Divulgação, sendo nesse caso também vedada a prestação a terceiros de aconselhamento ou assistência de investimento em valores mobiliários por parte das pessoas vinculadas que tenham conhecimento de tal Fato Relevante e/ou da data de sua divulgação, bem como quando estiver em curso distribuição pública de valores mobiliários de emissão da Companhia;

(c) caso estejam cientes da existência de informação relevante de qualquer outra empresa ainda não divulgada com potencialidade de interferir na cotação dos valores mobiliários da Companhia, incluindo subsidiárias da Companhia, suas sociedades controladas e/ou coligadas, competidores, fornecedores e clientes da Companhia; e

(d) quando as pessoas vinculadas se afastarem de cargos na administração da Companhia anteriormente à divulgação de Fatos Relevantes originados durante seu período de gestão até: (a) o encerramento do prazo de 6 meses contado da data de seu afastamento; ou (b) a divulgação ao público do Fato Relevante.

Ainda como parte da política de negocição de valores mobiliários emitidos pela Companhia, as pessoas vinculadas e a própria Companhia deverão assegurar que seus contatos comerciais bem como aqueles com

quem mantenham relação comercial, profissional ou de confiança não negociem valores mobiliários quando tiverem acesso a informações privilegiadas. Para tanto, as pessoas vinculadas envidarão seus melhores esforços para que todos que acessem informações privilegiadas firmem os competentes Termo de Adesão à Política de Negociação.

Ademais, mesmo após a divulgação de Fato Relevante pela Companhia (quando as pessoas vinculadas e a própria Companhia estariam autorizadas a negociar os valores mobiliários), na hipótese em que eventuais negociações com tais valores mobiliários será mantida. Em tal situação, o Diretor de Relações com Investidores divulgará comunicado interno informando sobre a manutenção da proibição.

Respeitadas as restrições dispostas na Política de Negociação (especialmente aquelas relativas ao Período de Bloqueio/*Blackout Period*) e na Instrução CVM nº 358/02, as pessoas vinculadas poderão negociar valores mobiliários de emissão da Companhia nas seguintes hipóteses: (a) com objetivo de investimento a longo prazo, sendo recomendada a manutenção da propriedade dos valores mobiliários emitidos pela Companhia por um prazo mínimo de 6 (seis) meses; e (b) subscrição, compra ou negociação privada de ações vinculadas ao exercício de opção de compra de acordo com planos de compra de ações aprovados pela Assembléia Geral da Companhia.

20.2. Outras informações que a Companhia julga relevantes:

Não aplicável.

21. POLÍTICA DE DIVULGAÇÃO DE INFORMAÇÕES

21.1. Normas, regimentos ou procedimentos internos adotados pela Companhia para assegurar que as informações a serem divulgadas publicamente sejam recolhidas, processadas e relatadas de maneira precisa e tempestiva:

Exceto pela política de divulgação abaixo descrita, não há.

21.2. Descrição da política de divulgação de ato ou fato relevante adotada pela Companhia, indicando os procedimentos relativos à manutenção de sigilo acerca de informações relevantes não divulgadas:

Conforme Instrução CVM n° 358/02, a Política de Divulgação de Informação de Atos ou Fatos Relevantes da Companhia, aprovada em reunião do Conselho de Administração realizada em 02 de janeiro de 2007 ("Política de Divulgação"), consiste na política da Companhia que regula a divulgação de informações relevantes e na manutenção de sigilo acerca das informações que ainda não tenham sido divulgadas ao público. A Política de Divulgação foi alterada em reunião do Conselho de Administração realizada em 14 de julho de 2008. Abaixo seguem as principais características da Política de Divulgação da Companhia.

Objetivo e Abrangência. A Política de Divulgação tem por objetivo disciplinar o uso e a divulgação de informações no âmbito da Companhia que, por sua natureza, possam ser classificados como fato relevante, estabelecendo as regras e diretrizes que deverão ser observadas pelo Diretor de Relações com Investidores e demais pessoas vinculadas quanto ao uso, divulgação e manutenção de sigilo de tais informações que ainda não tenham sido divulgadas ao público.

Divulgação de Fatos Relevantes. Caberá ao Diretor de Relações com Investidores zelar para que os fatos relevantes ocorridos ou relacionados aos negócios da Companhia sejam divulgados ao mercado na forma prevista na legislação específica e na política de divulgação, de forma clara e precisa, em linguagem acessível ao público investidor, bem como zelar pela sua ampla e imediata disseminação, simultânea em todos os mercados em que os valores mobiliários da Companhia sejam negociados.

A comunicação de fatos relevantes à CVM e às Bolsas de Valores deve ser feita imediatamente, por meio de documento escrito, descrevendo detalhadamente os atos e/ou fatos ocorridos, indicando, sempre que possível, os valores envolvidos e outros esclarecimentos.

A divulgação dos fatos relevantes ocorrerá por meio da publicação de anúncios nos jornais de grande circulação utilizados habitualmente pela Companhia, podendo o anúncio conter descrição resumida da informação relevante e indicar os endereços na rede mundial de computadores (Internet) onde a informação detalhada deverá estar disponível a todos os investidores, efetivos ou potenciais, em teor mínimo idêntico àquele remetido à CVM e às Bolsas de Valores.

Exceção à Imediata Divulgação. O Diretor de Relações com Investidores poderá deixar de divulgar fato relevante caso entenda que a revelação colocará interesses legítimos da Companhia em risco, devendo divulgá-lo imediatamente na hipótese de a informação escapar ao controle ou ocorrer oscilação atípica na cotação, preço ou quantidade negociada de valores mobiliários da Companhia.

Dever de Sigilo e Outros Deveres das Pessoas Vinculadas. As pessoas vinculadas devem guardar sigilo acerca de fatos relevantes que ainda não tenham sido divulgados, aos quais tenham acesso em razão do cargo ou posição que ocupam, até que tais fatos relevantes sejam divulgados ao público, bem como zelar para que subordinados e terceiros de sua confiança e contatos comerciais também o façam, respondendo solidariamente com estes na hipótese de descumprimento.

Obrigação de Indenizar. As pessoas vinculadas responsáveis pelo descumprimento de qualquer disposição constante da Política de Divulgação e da legislação específica se obrigam a ressarcir a Companhia e/ou as outras pessoas vinculadas, integralmente e sem limitação, de todos os prejuízos que a Companhia e/ou as outras pessoas vinculadas venham a incorrer e que sejam decorrentes, direta ou indiretamente, de tal descumprimento.

Vigência. A Política de Divulgação entrará em vigor na data de sua aprovação pelo Conselho de Administração e permanecerá vigorando por prazo indeterminado, até que haja deliberação em sentido contrário.

21.3. Informar os administradores responsáveis pela implementação, manutenção, avaliação e fiscalização da política de divulgação de informações:

Diretor de Relações com Investidores.

21.4. Outras informações que a Companhia julga relevantes:

Não aplicável.

22. NEGÓCIOS EXTRAORDINÁRIOS

22.1. Indicar a aquisição ou alienação de qualquer ativo relevante que não se enquadre como operação normal nos negócios da Companhia:

Não houve operações de aquisição ou alienação de qualquer ativo relevante que não se enquadre como operação normal nos negócios da Companhia.

22.2. Alterações significativas na forma de condução dos negócios da Companhia:

Não houve alterações significativas na formação de condução dos negócios da Companhia.

22.3. Identificar os contratos relevantes celebrados pela Companhia e suas controladas não diretamente relacionados com suas atividades operacionais:

Não houve contratos relevantes celebrados pela Companhia e suas controladas não diretamente relacionados com suas atividades operacionais.

22.4. Outras informações que a Companhia julga relevantes:

Não aplicável.